GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

RELATÓRIO

Informações Relativas ao Cumprimento do Indicador PforR: Percentual de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com marco lógico.

Dezembro/2015

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 4

1. Relação dos Projetos com Marco Lógico, 8

1.1 Projetos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS

1.1.1 Criando Oportunidades - Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense, 9

1.1.2 Juventude Empreendedora, 31

1.1.3 Artesanato Competitivo, 48

1.1.4 Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS, 61

1.1.5 Primeiro Passo, 81

1.1.6 Garantindo a Acessibilidade, 108

1.1.7 Jovem Aprendizagem em Serviço, 122

1.1.8 Fortalecimento do Artesanato do Cariri, 141

1.2 Projetos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA

1.2.1 Agente Rural, 152

1.2.2 Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará, 170

1.2.3 Fortalecimento das Ações de ATER no Estado do Ceará, 196

1.2.4 Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA), 211

1.2.5 Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar, 228

1.2.6 São José III - Componente 1 - Inclusão Econômica - Implantação de Projetos Produtivos, 242

1.2.7 São José III - Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado, 254

1.2.8 Construção de Cisternas de Placas (1), 271

1.2.9 Construção de Cisternas de Placas (2), 281

1.2.10 Construção de Cisternas de Placas (3), 292

1.2.11 Quintais Produtivos mantidos por Cisternas de Enxurrada e Barragens Subterrâneas (1), 305

1.2.12 Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2), 317

1.2.13 Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água no Âmbito do Programa Água para Todos, 331

1.2.14 Projeto Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas, 348

1.3 Projetos da Secretaria das Cidades – SCIDADES

1.3.1 Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais), 357

1.3.2 Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e II - PAC I), 368

1.3.3 Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização), 378

1.3.4 Dendê (Ações Habitacionais), 389

1.3.5 Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda, 399

1.3.6 Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais), 407

1.3.7 Inclusão Social e Produtiva de Catadores, 422

1.3.8 Habitação Rural – PNHR, 445

ANEXOS, 456

Anexo 1 - Protocolo do Indicador PforR, 457

Anexo 2 – Resoluções nº 1 a 8 de 2015, com a relação dos projetos aprovados, 459

Anexo 3 - Relação dos projetos de assistência à família (geral), 482

Anexo 4 - Relação dos projetos de assistência à família (selecionados), 496

APRESENTAÇÃO

O presente documento trata acerca da construção do Indicador “Percentual de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com marco lógico”, relativo ao segundo semestre de 2015, compreendido no âmbito do Programa para Resultados (PforR), de responsabilidade da Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social (CCOPI), da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).

O Protocolo do Indicador aludido prevê como Meta, para o período citado, a realização do Marco Lógico correspondente a 45% (quarenta e cinco por cento) do total de Projetos de assistência às famílias, financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, tomando como base o número de Projetos de assistência à família, existentes no ano de referência, aprovados pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS.

Desta forma, o parâmetro utilizado, para se chegar ao número de Projetos a serem apresentados com Marco Lógico, para efeito de cumprimento da Meta, foi a relação de Projetos aprovados até a reunião realizada no dia 06 de julho de 2015, pelo augusto Conselho, instância máxima de decisão do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, servindo, portanto, como marco para o início dos trabalhos do segundo semestre.

Registre-se, por oportuno, que, quanto ao alcance da meta relativa ao primeiro semestre de 2015, considerou-se os termos da Resolução nº 01, do mencionado Conselho, pelo que foram aprovados um total de 113 (cento e treze) Projetos, dos quais, partindo da definição constante no Protocolo do Indicador sobre os Projetos de assistência à família, restaram classificados um montante inicial de 68 (sessenta e oito) Projetos, de modo que, calculando os 22,5% (vinte e cinco vírgula cinco por cento) da meta para o primeiro semestre, incidindo este percentual sobre o montante apontado, chegou-se ao resultado inicial de 15 (quinze) Projetos a serem trabalhados.

Note-se que estes 15 (quinze) Projetos foram selecionados entre 03 (três) Secretarias de Estado, quais sejam: Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA (6), Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS (5), e Secretaria da Educação – SEDUC (4), cuja construção dos Marcos Lógicos fora decorrente da realização de oficinas promovidas com os técnicos das referidas setoriais, responsáveis pelos Projetos selecionados, destacando-se, para o êxito deste trabalho, a parceria do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Ainda, no que tange ao alcance da meta para o primeiro semestre, tem-se que no decorrer da execução dos trabalhos, identificou-se a necessidade de incluir, na relação apresentada, um Projeto da SEDUC denominado “Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional” que, embora tenha sido apresentado à Gerência Executiva do FECOP, separadamente, representa parte de um conjunto de ações que envolvem também os Projetos “Concessão de Bolsa

Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação” e “Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional”, os quais resultam, consequentemente, em um só Marco Lógico.

O mesmo ocorreu em relação aos seguintes Projetos da SDA, a saber: “Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades” e “Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental”, cujos elementos levam à composição de um único Marco Lógico para os 2 (dois) Projetos.

Ao final, no relatório do primeiro semestre, foram construídas Matrizes Lógicas envolvendo um total de 17 (dezessete) Projetos de assistência à família.

O processo de elaboração dos Marcos Lógicos evidencia, cada vez mais, a necessidade de se agruparem os Projetos apresentados individualmente, e que, na verdade, representam o mesmo tipo de intervenção, ou fazem parte do escopo de um mesmo Projeto. Essa consolidação teria como efeito uma melhor compreensão da magnitude dos Projetos e, consequentemente, tornaria mais efetivos os processos de monitoramento e avaliação.

Dessa forma, muitos Projetos que aparecem de forma individualizada no universo, considerado para fins de cálculo da meta são, na verdade, etapas/subprojetos de um Projeto/Programa. Isso foi observado no caso de alguns Projetos listados neste relatório, e que foram relacionados de forma agrupada conforme o Marco Lógico de referência. Vale destacar que alguns desses Marcos Lógicos, inclusive, embora já trabalhados no relatório anterior para cumprimento da meta do primeiro semestre de 2015 (22,5%), aparecem novamente, agora revisados, pois também associam-se a Projetos selecionados nessa segunda fase.

A Coordenadoria de Promoção de Combate à Pobreza e Inclusão Social – CCOPI, da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, do Governo do Estado do Ceará, envidará todos os esforços possíveis, no sentido de orientar as Secretarias setoriais a agruparem, sempre que possível, os Projetos que se encontram nessa situação, especialmente quando forem apresentados, novamente, a esta Coordenadoria.

Tratando-se, pois, do cumprimento da Meta, relativo ao segundo semestre de 2015, correspondente a 45% (quarenta e cinco por cento) do total de Projetos de assistência às famílias, financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, cumpre destacar que a construção dos respectivos Marcos Lógicos teve como base as Resoluções nº 02/2015 a 08/2015, compreendidas no período de 28 de fevereiro a 06 de julho de 2015, diante das quais foram apresentados e aprovados um total de 174 (cento e setenta e quatro) Projetos por parte do Conselho Consultivo.

Destes, foram classificados 97 (noventa e sete) Projetos como de assistência família, que é o universo considerado para este relatório.

Com efeito, incidindo os 45% (quarenta e cinco por cento), relativos à Meta do segundo semestre, sobre o total indicado (97), infere-se um resultado preliminar de 44 (quarenta e quatro) Projetos a serem trabalhados. Contudo, deste universo, cumpre considerar que, pelo menos, 17 (dezessete) Projetos computam-se a este novo momento, vez que estes já contam com os seus Marcos Lógicos construídos, por ocasião ao alcance da Meta anterior (22,5%), restando, assim, 27 (vinte e sete) Projetos a serem trabalhados.

Nesse sentido, foram selecionados 27 (vinte e sete) Projetos, para fins de construção dos respectivos Marcos Lógicos, distribuídos entre 03 (três) Secretarias de Estado, a saber: Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA (11), Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS (08), e a Secretaria das Cidades – SCIDADES (08).

Os trabalhos de construção dos Marcos Lógicos foram realizados à luz de um cronograma de atividades, mediante a feitura de oficinas, orientações e revisões, com a colaboração efetiva de todos os técnicos responsáveis pelos Projetos selecionados, desencadeados em cada uma das setoriais indicadas, e novamente se destacando a parceria com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Vale ressaltar que, durante esse processo, constatou-se que a interpretação acerca do que são “projetos de assistência à família”, extrapolou a definição constante no protocolo do indicador, quando da seleção realizada para o primeiro relatório. Nele foram considerados os Projetos da categoria infraestrutura comunitária, mais especificamente no tocante aos serviços de abastecimento de água. Entretanto, como não se trata de um trabalho direto com o grupo familiar, e, sim, do provimento de uma infraestrutura básica de suprimento de água para diversas localidades, desconsiderou-se na atual seleção os 12 (doze) Projetos relacionados anteriormente no âmbito da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, bem como o Projeto referente ao Mapp 187 – Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan, em Caucaia, de responsabilidade da Secretarias das Cidades – SCIDADES.

Dos Projetos que foram selecionados por cada uma das Secretarias Setoriais, cumpre observar que a construção de determinado Marco Lógico, em dado Projeto, termina por aplicar-se, também, de forma válida, a outros Projetos, a exemplo do Marco Lógico que foi construído para o Projeto Rio Maranguapinho (Mapp 1), e que, por sua vez, replica-se, por correlação, aos Projetos: Rio Maranguapinho (Mapp 2), Rio Cocó (Mapp 3), Rio Cocó (Mapp 1516), Dendê (Mapp 1378), e Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda (Mapp 1465), todos da Secretaria das Cidades – SCIDADES.

Da mesma forma, observou-se este mesmo fenômeno em relação ao Marco Lógico que fora construído para o Projeto Artesanato Competitivo (Mapp 26), face ao Projeto Fortalecimento do Artesanato do Cariri (Mapp 130), estes oriundos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS.

Igualmente, verificou-se a mesma situação em relação a alguns Projetos da SDA, a exemplo dos seguintes: Cisternas (1) (Mapp 353), Cisternas (2) (Mapps 389) e Cisternas (3) (Mapp 476), cujos elementos resultam em um mesmo Marco Lógico; e dos Projetos São José III - Componente 1 - Inclusão Econômica - Implantação de Projetos Produtivos (Mapp 340) e São José III - Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado (Mapp 341), os quais, por serem partes de uma mesma intervenção, convergem para a elaboração de um único Marco Lógico.

Nesse cenário, portanto, eis que, pelas considerações acima esposadas, aliadas às informações materializadas no presente Relatório, expede-se o presente instrumento, como forma de demonstrar o pronto cumprimento da meta do indicador PforR: “Percentual de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com marco lógico”, no caso, 45%, prevista para o segundo semestre de 2015.

RELAÇÃO DOS PROJETOS COM MARCO LÓGICO

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS

Projeto: Criando Oportunidades - Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense

(Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional e Fomento)

Janeiro/2015

Secretaria	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
Programa	049 – Trabalho Emprego e Renda
MAPP	08 – Criando Oportunidade – Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense; 40 – Aquisição de Instrumentais de trabalho para o Projeto Criando Oportunidades
Período de Execução	Fevereiro a Dezembro/2015
Categoria	Estruturante – Ocupação e Renda – Inclusão Produtiva Urbana

1. Descrição do projeto

A Política do Trabalho, Emprego e Renda tem por público-alvo, trabalhadores em geral, no entanto, seus beneficiários, são pessoas socialmente vulneráveis, de baixo nível de escolaridade, baixa qualificação profissional e baixa renda familiar, consequentemente, com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

O Projeto Criando Oportunidade: Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense, concebido para atender diferentes públicos em duas linhas de intervenção: Qualificação social e profissional e inclusão produtiva apoiando ações empreendedoras com repasse de kits de iniciação profissional e articulando a inserção no mercado de trabalho, tendo como público-alvo: mulheres chefes de família cadastradas no CADUNICO, trabalhadores (as) sem ocupação e desempregados, trabalhadores (as) autônomos (a)s, jovens de 16 a 24 anos à procura do primeiro emprego e adolescentes e jovens atendidos pela rede socioassistencial da STDS em cumprimento de medidas socioeducativas.

Os beneficiários do projeto estão dentro do critério de renda definido oelo FECOP, cuja *per capita mensal* deve ser inferior a meio (½) sálario mínimo.

2. Contextualização do projeto no planejamento estadual

O Projeto Criando Oportunidades: Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense é desenvolvido pela Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda, através de convênio com entidades da sociedade civil, selecionadas por meio de editais de seleção pública. O projeto se apresenta como importante ferramenta de inserção social e produtiva do trabalhador cearense.

O Financiamento das ações do projeto é composto pelos MAPPs: Número 08 – Realização de Ações de Qualificação para o projeto Criando Oportunidades; Qualificação dos Internos dos Centros Educacionais e 40 – Aquisição dos instrumentais de trabalho, que se complementam em termo de recursos e ações e garantem o alcance dos objetivos a que se propõem.

A execução da meta física e financeira será monitorada no Sistema WebMapp e as ações operacionais, através da equipe da Coordenadoria e por entidade contratada para esse fim.

O projeto contribui para o alcance do Resultado Estratégico de Governo “Ceará competitivo nas suas vocações e nas novas oportunidades” e para o Resultado Estratégico Setorial “Geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda”.

As atividades propostas no projeto Criando Oportunidade: Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense, estão devidamente contempladas no PPA 2012-2015 do Governo do Estado do Ceará, fazendo parte do Eixo: Sociedade Justa e Solidária, através do Programa 049: Trabalho, Emprego e Renda; Objetivo: 003 - Qualificar e requalificar trabalhadores e empreendedores, visando à melhoria das competências para o mercado de trabalho; Meta: 00325 - Qualificar e requalificar 6.653 trabalhadores, Meta: 01036 - Conceder 1.800 instrumentais de trabalho para trabalhadores qualificados; Iniciativa 03292 - Qualificação de jovens em medidas socioeducativas dos centros educacionais; Iniciativa 03298 - Apoio ao desenvolvimento local e regional, visando à sustentabilidade e o combate à extrema pobreza; e, Iniciativa 03299 - Inserção sócio familiar e produtiva de jovens em medidas socioeducativas.

Os objetivos e as estratégias da área de educação social e profissional da STDS, estão em sintonia com a política de qualificação desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cujo foco é promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente, além da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, inclusão social, combate à discriminação, redução da pobreza e da vulnerabilidade da população.

3. Diagnóstico

Considerando os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo SINE/IDT/STDS e DIEESE, em dezembro/2014, os dados da pesquisa revelam que a taxa de desemprego total apresentou redução, ao passar de 7,6%, em novembro, para os atuais 6,8% da força de trabalho, a menor do ano. O contingente de desempregados diminuiu para 131 mil pessoas, 15 mil a menos do que no mês anterior.

O nível de ocupação na RMF também diminuiu, estimando-se o contingente de ocupados em 1,761 milhão pessoas. Segundo os setores de atividade econômica analisados, tal resultado decorreu da redução do número de postos de trabalho na Indústria de Transformação (-9 mil), da relativa estabilidade do nível ocupacional no Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (-1 mil) e nos Serviços (-1 mil) e do ligeiro crescimento na Construção (1 mil).

Com base no trabalho técnico realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), em 2010, que classifica e hierarquiza todos os municípios do Estado do Ceará, segundo o índice composto dos indicadores: Taxa de Vulnerabilidade, Taxa de Natalidade, Taxa de Mortalidade e Receita Corrente Líquida *per capita*, apenas 13,5% dos 184 municípios apresentaram índice abaixo de 2,5, significando que 52%da população do Estado residem nos municípios com índice acima de 2,5, em uma escala que varia de 0 (zero) a 5 (cinco), no sentido de que quanto maior for o valor do índice, maior a vulnerabilidade no município.

Segundo o IPECE “a educação constitui-se num dos elementos mais importantes para o desenvolvimento econômico de um país ou região. A mesma tem por finalidade preparar o cidadão para o exercício do trabalho e da cidadania. A formação do cidadão para a vida tem no processo educativo, formal e informal, o elemento chave para alcançar plenamente este objetivo.

A taxa de analfabetismo no Estado do Ceará diminuiu 29,1% durante o período 2000/2010, saindo de 26,5% em 2000 para 18,8% no ano 2010. Apesar desta significativa redução, o Estado ainda necessita melhorar seu desempenho para poder se aproximar da média nacional que ficou situada em 9,6% no ano 2010. Ressalta-se que o combate ao analfabetismo é muito importante, pois o conhecimento da leitura e da escrita são requisitos indispensáveis para o exercício da cidadania."

4. Justificativa

A atual perspectiva de crescimento econômico estimada para o Estado do Ceará exige do poder público, investimento crescente na formação de mão de obra. Qualificar trabalhadores em tempo hábil para atender as demandas que surgirão com os investimentos estratégicos que o governo tem feito no sentido de atrair novos empreendimentos para o estado apresentam um enorme obstáculo a ser superado.

Essa tarefa esbarra na superação de problemas sérios, a exemplo dos baixos níveis de escolaridade dos trabalhadores, e do considerável número de jovens egressos, a cada ano, do sistema educacional, com preparo inadequado para enfrentar as exigências do mercado de trabalho.

Segundo explicitado no Plano Nacional de Qualificação – PNQ, "no contexto do País das últimas décadas, a qualificação profissional ganhou novos significados e importância. Isso se deve, por um lado, à introdução de novas tecnologias e novas técnicas gerenciais, inerentes aos processos de reestruturação produtiva, e, de outro, ao crescimento do desemprego e da heterogeneização das formas de trabalho, decorrentes do modelo econômico adotado no País, a partir do início dos anos 90. Além disso, a mudança decorre também dos processos político-sociais que tiveram como marco decisivo a promulgação da Constituição de 1988. Foi sob tais influências contraditórias que se instituiu uma nova Lei de Diretrizes Bases – LDB, operou-se uma reforma do ensino técnico-profissional e constituiu-se uma política pública de trabalho e renda e de qualificação."

Pelo exposto, evidencia-se a necessidade de implementação de formação profissional compatível com as exigências do setor produtivo, tanto para trabalhadores adultos quanto para os jovens educandos, futuros trabalhadores, cujas exigências educacionais serão maiores e bem mais complexas.

No âmbito da STDS a política de formação profissional é focada no atendimento aos trabalhadores em situação vulnerabilidade, a exemplo de pessoas desempregadas, trabalhador informal entre outros.

O Projeto Criando Oportunidade: Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense desenvolve um conjunto de ações articuladas que buscam criar condições para que pessoas e famílias beneficiadas saiam da situação de pobreza e risco pessoal e social. Significa, portanto um investimento financeiro, técnico e político no sentido de permitir ao cidadão o acesso à qualificação profissional, ao trabalho, emprego e renda, de forma democrática contribuindo para à melhoria da qualidade de vida da população.

5. Histórico

O projeto foi aprovado pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS/FECOP em 12/12/2007 para execução em 2008.

Através do Subprojeto – Ações de Qualificação para o projeto Criando Oportunidades (Mapp 08) em 2008 foram realizados 177 cursos que beneficiaram 4415 trabalhadores de 67 municípios. Em 2009 foram realizados 192 cursos que beneficiaram 4793 trabalhadores de 88 municípios. Em 2010 foram realizados 235 cursos que beneficiaram 5.864 trabalhadores de 74 municípios. Em 2011 foram realizados 263 cursos que beneficiaram 6568 trabalhadores de 90 municípios. Em 2012 foram realizados 198 cursos que beneficiaram 5077 trabalhadores de 77 municípios. Em 2013 foram realizados 195 ações de qualificação profissional, beneficiando 4618 trabalhadores de 88 municípios. Em 2014 foram realizadas 330 ações de qualificação, beneficiando 7525 trabalhadores em 119 municípios.

Através do Subprojeto – Qualificação dos Internos dos Centros Educacionais (Mapp 10) em 2008 foram realizadas 60 ações de qualificação beneficiando 840 jovens em medida socioeducativas e 50 jovens em liberdade assistida e atendendo 06 Centros Educacionais. Em 2009 foram realizadas 60 ações de qualificação beneficiando 548 jovens em medida sócio educativas e 52 jovens em liberdade assistida e atendendo 07 Centros Educacionais; Em 2010 foram realizadas 50 ações de qualificação beneficiando 580 jovens em medida socioeducativas e 20 jovens em liberdade assistida e atendendo 07 Centros Educacionais; Em 2011 foram beneficiados 600 jovens em medida sócio educativas atendendo 07 Centros Educacionais; Em 2012 foram beneficiados 600 em medida sócio educativas atendendo 07 Centros Educacionais. Em 2013 foram realizadas 48 ações de Qualificação beneficiando 578 jovens em medida sócio educativas atendendo 8 Centros Educacionais.

Através do Subprojeto Aquisição dos Kits para o Projeto Criando Oportunidades (Mapp 40) em 2008 foram distribuídos 1.440 kits instrumentais de trabalho beneficiando a capital e municípios do interior do Estado. Em 2009 foram distribuídos 1.504 kits instrumentais de trabalho. Em 2010 foram distribuídos 1.600 kits instrumentais de trabalho. Em 2011 foram distribuídos 1.600 kits instrumentais de trabalho. Em 2012 foram distribuídos 1.755 kits instrumentais de trabalho. Em 2013 foram distribuídos 1.538 Kits instrumentais de trabalho. Em 2014 foram distribuídos 1.919 Kit's instrumentais de trabalho.

Ao longo de sua implantação o Projeto Criando Oportunidades – Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense vem desenvolvendo atividades que já atenderam aproximadamente 30 mil educandos, associando qualificação social e profissional com oportunidades de geração de emprego e renda.

Ano	Valor Total Aplicado	Valor FECOP	Valor TESOURO	Valor MTE	Nº de Beneficiários
2008	3.822.645,45	2.679.327,00	971.109,14	172.209,31	4.387
2009	5.383.898,44	3.814.305,77	413.892,67	1.155.700,00	6.348
2010	5.400.669,50	3.999.999,50	0,00	1.400.670,00	6.444
2011	4.232.250,00	4.232.250,00	0,00	0,00	6.474
2012	4.325.247,52	4.325.247,52	0,00	0,00	5.076
2013	4.350.000,00	4.350.000,00	0,00	0,00	5.456
2014	4.490.000,00	4.490.000,00	0,00	0,00	7.525

(*) O projeto foi aprovado pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS/FECOP em 12/12/2007 e sua execução teve início em 2008.

6. Público - Alvo

- Mulheres chefes de família, cadastradas no CADUNICO;
- Trabalhadores (as) sem ocupação e desempregados;
- Pessoas que trabalham na condição de autônoma;
- Jovens de 16 a 24 anos à procura do primeiro emprego.

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários:

- Mulheres chefes de família, cadastradas no CADUNICO:

- Ensino fundamental incompleto;

- Trabalhadores (as) sem ocupação e desempregados.

- Pessoas Inseridas em famílias com renda familiar per capta inferior a ½ salário mínimo e

- Pessoas que trabalham na condição de autônoma.

- Idade acima de 18 anos para os cursos profissionalizantes;

- Compatibilidade do negócio desenvolvido com o curso ofertado.

- Jovens de 16 a 24 anos a procura do primeiro emprego.

6.2. Documentos comprobatórios da situação de pobreza

Para fins de comprovação da situação de pobreza será exigido a apresentação de qualquer um dos comprovantes abaixo citado:

- Fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kWh mensais; ou
- Fatura da água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais; ou
- Comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal;
- Comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário mínimo per capita.

7. Objetivos

Geral

Qualificar pessoas oriundas de famílias com renda per capta mensal inferior a 1/2 salário mínimo, visando à melhoria de suas competências para o mercado de trabalho.

Específicos

- Promover a qualificação social, profissional e a cultura empreendedora;
- Promover inclusão produtiva dos beneficiados das ações de qualificação, com o repasse de kit de iniciação profissional;
- Promover a articulação das ações de educação profissional com as políticas públicas complementares de desenvolvimento social e econômico no âmbito do Estado do Ceará.

8. Atividades

8.1 Sub Projeto 01 e 02 - Projeto Criando Oportunidade: Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense e Concessão de Kits Instrumentais de Trabalho. (Mapp 08 e 40)

Atividades
a) Seleção e contratação das Entidades Executoras;
b) Seleção das demandas e orientação aos municípios sobre os critérios para implantação dos cursos;
c) Inscrição dos educandos, formação das turmas e cadastramento no Sistema de Qualificação Profissional – SQP;
d) Realização dos cursos de qualificação social e profissional;
e) Concessão de Kits Instrumentais de Trabalho;
f) Articulação da inserção dos beneficiados dos cursos no mercado de trabalho ;
g) Acompanhamento e avaliação

a – Seleção e contratação das Entidades Executoras.

A seleção para contratação das entidades executoras sem fins lucrativos será feita mediante Edital de Seleção Pública, sendo amplamente divulgado em meio eletrônico através da home page da STDS – www.stds.ce.gov.br., assim como, publicado no Diário Oficial do Estado. Os critérios de: participação, seleção, pontuação e análise das propostas apresentadas se encontram devidamente estabelecido no Termo de Referência que acompanha o referido Edital.

Após a análise das propostas das instituições concorrentes, pela equipe técnica da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e seleção das vencedoras, será elaborado convênio pelo setor jurídico, o qual será assinado pelo responsável legal da Instituição.

As entidades conveniadas serão acompanhadas e avaliadas pelo setor competente da Coordenadoria e estão sujeitas a advertência e posteriormente suspensão quando os critérios pactuados nos convênios não forem atendidos.

Responsável: Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – Assessoria Jurídica da STDS

b – Seleção das demandas e orientação aos municípios sobre os critério para implantação dos cursos.

O Gerente do Projeto juntamente com a entidade executora das ações de qualificação no município promoverão encontros com os responsáveis locais para orientação sobre critérios de seleção dos jovens, formação de turmas, definição de responsabilidades do município no decorrer da realização dos cursos.

Responsável: Gerência e equipe técnica do projeto e entidades executoras.

c – Inscrição dos educandos, formação das turmas e cadastramento no Sistema de Qualificação Profissional – SQP

A Inscrição dos educandos para os cursos serão feitas pelas demandantes, através do preenchimento de ficha de identificação contendo perfil sócio econômico, escolaridade, experiência, qualificação profissional, dentre outras informações.

Concluídas as inscrições os formulários serão repassados à entidade executora que dará andamento à formação das turmas e cadastramento dos educandos e instrutores no sistema de qualificação profissional (SQP) para efetivação das turmas.

O índice de evasão não deverá ultrapassar o percentual de 10%, caso isso ocorra, a entidade executora deverá ofertar outro curso, para cumprimento da meta.

Os alunos receberão certificados de conclusão de curso, desde que tenham sido aprovados na avaliação de conteúdo e tenham frequência igual ou superior a 75% de presença nas aulas.

Responsável: Entidade demandante da formação, Entidade executora e Gerente do projeto.

d - Realização dos cursos de qualificação social e profissional;

Os cursos de qualificação social e profissional foram planejados a partir da demanda das prefeituras e associações dos municípios, buscando-se na medida do possível adequá-los às necessidades do mercado de trabalho local e ou do seu entorno, bem como a vocação empreendedora do público. As turmas dos cursos serão formadas por 20 alunos. Os cursos de qualificação social e profissional terão carga horária variando de 80hs a 100hs, distribuídas em 4hs diárias, os quais serão desenvolvidos em módulos, que variam entre quatro (4) e sete (7), conforme a complexidade da tipologia do curso ofertado. Um dos módulos é aplicado em todas as modalidades de cursos ofertados, por se tratar de temas de formação empreendedora e cidadã.

A fim de atender especificidades dos municípios onde serão desenvolvidos os cursos, a distribuição da carga horária diária poderá ser alterada para 6hs divididas em dois turnos ou para 8hs desde que a entidade garanta o almoço dos educandos. Ambas só podendo ser efetivadas se previamente autorizadas pelo Gestor do Projeto.

Os cursos serão planejados seguindo a nota técnica de planejamento fornecida pela Célula de Educação Social e Profissional, incluindo a utilização das ferramentas disponíveis no documento, tais como, modelo de plano de ensino, plano de aula e registro diário das atividades.

As entidades conveniadas deverão dispor de infraestrutura adequada à execução dos cursos de qualificação social e profissional, bem como garantir a contratação de serviço de instrutoria para a

realização dos cursos, com perfil adequado e qualificação comprovada por diploma, certificados ou declarações do órgão de ensino.

Responsável: Entidade Demandante da Formação, Entidade Executora e Gerente do Projeto Criando Oportunidades.

e – Concessão de Kits de instrumental de trabalho

Os instrumentais de trabalho constituem-se como ferramentas para criação de pequenos negócios autônomos, estimulando o egresso dos cursos de qualificação o início de uma atividade econômica. Esta ação será desenvolvida através do MAPP 40 de forma complementar ao processo de qualificação social e profissional.

Os instrumentais de trabalho de iniciação profissional serão entregues aos educandos das ações de qualificação social e profissional após serem avaliados durante sua execução sobre os seguintes aspectos: frequência igual ou superior a 75% de presença nas aulas, apresentar bom desempenho na avaliação de conteúdo das qualificações e ainda que apresentem aptidão e potencialidades para criação de empreendimentos autônomos.

Os beneficiados com os instrumentais de trabalho deverão receber orientação, incentivo e apoio para a implementação de pequenos negócios, utilizando as ferramentas repassadas.

Responsável: Gerência do Projeto

f – Articulação da inserção dos beneficiados dos cursos no mercado de trabalho.

Articular com os Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e outros órgãos e/ou instituições para encaminhamento dos alunos concludentes dos cursos de qualificação social e profissional ao mercado de trabalho ou a unidades de fomento de ações de inclusão produtiva, especialmente os beneficiados com kits de iniciação profissional.

Articular parceria com os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e com as Unidades do SINE para cadastro, intermediação de mão de obra e acompanhamento das inserções no mercado de trabalho.

Mobilizar 13% dos beneficiados com cursos de qualificação social e profissional para inserção no mercado de trabalho.

Responsável: Gerente do Projeto Criando Oportunidades, entidade demandante e executora.

g) Acompanhamento e avaliação

O acompanhamento dar-se-á por meio de visitas às turmas, realizadas pelos agentes de inclusão.
A avaliação será feita por meio de questionários aplicados aos jovens e educadores, cujos dados farão parte do relatório final de avaliação do projeto.
Responsável: Equipe técnica da CPTR, do Projeto e Entidades Executoras.

9. Produtos

Sub Projeto 01 e 02 - Projeto Criando Oportunidade: Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense e Concessão de Kits. (Mapp 08 e 40)

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Municípios atendidos	109	Relatório final
Beneficiários qualificados.	7.500	Relatório de Cadastro do Sistema de Qualificação Profissional.
Cursos de Qualificação Social e Profissional realizadas	375	Relatório de Cadastro do Sistema de Qualificação Profissional.
Kits concedidos	3.400	Comprovante de entrega dos kits de iniciação profissional.

10. Metas

Ações de Qualificação para o Projeto Criando Oportunidades e Concessão de Kits (Mapp 08 e 40)

- Qualificar 7.500 educandos;
- Beneficiar 109 municípios com ações de Qualificação Social e Profissional.
- Encaminhar para inserção 13% dos beneficiados dos cursos de qualificação social e profissional no mercado de trabalho;
- Conceder 3.400 kits instrumentais de trabalho e
- Favorecer o desenvolvimento empreendedor de 3.400 egressos dos cursos de qualificação social e profissional.

11. Resultados Esperados

- Pessoas capacitadas para inserção no mercado de trabalho formal ou desenvolvendo atividades autônomas geradoras de renda em consonância com as demandas de mercado dos municípios atendidos com o projeto e seu entorno;;
- Melhoria da competitividade do trabalhador cearense para atender à demanda dos empreendimentos instalados no estado por profissionais qualificados;
- Fortalecimento do empreendedor individual através da concessão de kits instrumentais de trabalho e orientação para o crédito e formalização dos negócios gerados.

12. Integração das ações

O Criando Oportunidades, desenvolvido no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, está inserido na Política do Trabalho, Emprego e Renda, e suas ações estão integradas com a área da Educação dadas a realização dos cursos de qualificação social e profissional, contemplarem abordagens pedagógicas que reforçam o aprendizado da comunicação e expressão e a política da Assistência Social, por contemplar as populações vulneráveis complementando o alcance das metas de combate a pobreza extrema.

13. Monitoramento

A Célula de Educação Social e Profissional, através de seu núcleo de monitoramento das ações de capacitação, desenvolve o monitoramento contínuo das ações de qualificação desenvolvidas, buscando a melhoria da qualidade pedagógica, a eficiência e eficácia de suas ações.

O projeto Criando Oportunidades, desenvolvido no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, terá seus cursos monitorados de forma que possam ser identificados fatores que interferem na execução das ações de qualificação social e profissional, contribuindo assim para a proposição de medidas que contribuam para o aperfeiçoamento do projeto.

Os instrumentais de monitoramento têm como objetivo identificar: o perfil socioeconômico do público atendido, o nível de aproveitamento dos cursos realizados e a qualidade pedagógica das ações de qualificação executadas.

Para o desenvolvimento das atividades de monitoramento será adotada a abordagem qualitativa, pois, entendemos que a mesma possibilita maior interação entre os pesquisados e o pesquisador. Conforme a concepção de Minayo (1994), a pesquisa qualitativa não se preocupa em quantificar, mas em explicar os meandros das relações sociais consideradas essenciais, resultado da atividade humana criadora, afetiva e racional, a qual pode ser apreendida através do cotidiano, da vivência e da explicação do senso comum. Para ela, há momentos em que o objeto de pesquisa é sujeito e se recusa peremptoriamente a se revelar apenas nos números ou a se igualar com sua própria aparência.

A referida autora ainda ressalta aspectos importantes nesse tipo de pesquisa quando diz:

> “A pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos”. (Minayo, 1994, p. 14).

Outra autora que referenda metodologias qualitativas é Haguette. Torna-se visível sua posição quanto à utilização de pressupostos dessa metodologia quando a mesma afirma categoricamente que:

> “A realidade existe somente na experiência humana e ela só aparece sob a forma de como os seres humanos veem este mundo, ou seja, são os aspectos objetivos e subjetivos observáveis que compõem a realidade concreta”, (2000, p. 58).

Recorrendo novamente a Haguette (1999, apud Lazarsfelf, 1969) torna-se importante utilizar uma abordagem qualitativa em nossa pesquisa visto que o referido modelo pode ser

aplicado em situações nas quais simples observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter à observação direta.

A observação participante e a entrevista também farão parte das estratégias de monitoramento. O primeiro instrumento tem o intuito, como ressalta Gil (Ibidem), de conhecer a vida do grupo a partir do interior dele mesmo. Por conseguinte, as entrevistas virão com a intenção de obter, com maior profundidade, dados acerca do comportamento dos educandos.

- Coleta de Dados

O monitoramento das ações propostas, ocorrerá por meio de visitas técnicas, constituídas por profissionais devidamente qualificados, que vão “in loco”, e aplicam questionários junto aos beneficiários, ao corpo técnico e pedagógico da instituição executora. Cada turma receberá no mínimo 2 visitas, sendo uma visita no início das atividades pedagógicas, para constatação objetiva da situação da turma e construção da linha de base para o acompanhamento, seguida de mais uma visita de análise das condições de ensino aprendizagem, onde são considerados: a atuação das executoras, o público prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

A seleção das turmas, em cada ação, é realizada de forma aleatória e proporcional ao número de turmas\educandos, considerando a variabilidade entre as entidades executoras em termos da quantidade e da variedade de cursos\ações oferecidas.

As visitas para coleta de dados ocorrerão por meio do Núcleo de Acompanhamento às ações de Qualificação Profissional, vinculado à Célula de Educação Social e Profissional da STDS.

- Sistematização da base de dados

A sistematização da base de dados, considerada a segunda etapa do monitoramento, constitui-se na estruturação de um modelo de banco de dados a ser utilizado como ferramenta de auxílio à gestão e ao gerenciamento das ações desenvolvidas, sendo capaz de oferecer ao gestor do projeto, subsídios que permitam a análise qualitativa e quantitativa da execução do projeto.

Esta etapa consiste numa análise detalhada dos dados disponibilizados referentes a execução das ações de qualificação social e profissional, assim como a qualidade pedagógica do trabalho que vem sendo desenvolvido.

- Desenvolvimento de indicadores e metas

O monitoramento através da análise sistemática dos dados coletados e do acompanhamento das ações desenvolvidas contribui para a construção de uma intervenção no sentido de subsidiar a avaliação de desempenho institucional, assim como estabelecer metas e indicadores essenciais à eficiência e eficácia da ação proposta.

- Análise do alcance das metas

O processo de monitoramento versa ainda sobre a análise do alcance das metas propostas, ou seja, estabelecer a diferença entre a meta pactuada e a alcançada, bem como as possíveis ameaças para o alcance das mesmas, subsidiando o gestor do projeto com informações que lhe permitam correções das fragilidades ocorridas durante a execução.

- Elaboração ferramentas informacionais

A disseminação das informações coletadas, através das atividades de monitoramento, torna-se uma importante ferramenta de gestão para os responsáveis pelo acompanhamento e gerenciamento de projeto sociais.

A Célula de Educação Social e Profissional, em parceria com a Célula de Tecnológica da Informação da STDS, criou o Sistema de Qualificação Profissional – SQP, que tem como objetivo o gerenciamento de todas as atividades de qualificação profissional permitindo o acompanhamento em tempo real das ações que estão sendo executadas. Foram realizados treinamentos com a participação de instituições executoras, gerentes de projetos e técnicos de monitoramento para melhor domínio e utilização desta ferramenta.

O resultado do monitoramento e avaliação das ações de qualificação subsidiará os gestores e as executoras, no sentido de corrigir as "Não Conformidades" encontradas a partir das visitas técnicas realizadas às ações de qualificação. Também, proporcionarão, não só ao Orientador da Célula de Educação Social e Profissional/CESP, como também aos demais responsáveis pela Qualificação Social e Profissional na STDS, informação sobre o andamento da execução dos cursos de QSP.

Ao final das atividades a gerência do Projeto deverá apresentar um Relatório com o detalhamento das metas executadas, apresentando os indicadores que foram alcançados, principais dificuldades na implementação das atividades propostas, e os avanços que o projeto teve no ano de 2015.

13.1 Dados Utilizados

Cada visita tem o seu modelo de instrumental, denominado: Relatório de Constatação Objetiva, Questionário de Avaliação pelo Supervisor, Questionário de Avaliação pelo Educador e Questionário de Avaliação pelo Educando, onde são considerados os itens: atuação das executoras, o público prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

Os dados coletados através do formulário de constatação objetiva, preenchido pelo técnico, na primeira visita que ocorre no início do curso, bem como os dos questionários estruturados, aplicados junto aos beneficiários e instrutor, durante e ao final de cada curso, serão analisados e se os dados coletados mostrarem que o curso não está transcorrendo dentro dos padrões necessários e/ou registrados no convênio, recomenda-se intervenções nestas situações, através de "comunicado de não conformidades", para retomada da situação e para construção da linha de base para o acompanhamento, sendo todos lançados no SQP.

13.2 Cadastro dos Beneficiários

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) implantou Sistema de Monitoramento das Ações de Qualificação Profissional - SQP para o registro das informações referentes aos beneficiários, identificando-os civilmente através do registro de: dados pessoais, Número de Identificação Social – NIS, Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, filiação, endereço dentre outros dados inerentes ao que o projeto propõe-se a atender.

14. Pressupostos de Risco

⅄ Falta de envolvimento dos municípios para realização das atividades de divulgação, inscrição e formação de turmas;

15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP (R$)	Valor Outras Fontes (R$)	Valor Total (R$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Contratação entidade Executora (33.50.41) Detalhamento em Anexo	**4.150.000,00**	**0,00**	**4.150.000,00**
TOTAL	**4.150.000,00**	**0,00**	**4.150.000,00**

16. Cronograma de Desembolso 2015

Item de Despesa	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total R$)
33.50.41 Sub Projeto - Ações de Qualificação para o Projeto Criando Oportunidades (**Mapp 08)**	330.000,00		495.000,00		990.000,00		990.000,00		495.000,00		**3.300.000,00**
33.50.41 Sub Projeto – Aquisição dos Kits para o Projeto Criando Oportunidades **(Mapp 40)**	85.000,00		127.500,00		255.000,00		255.000,00		127.500,00		**850.000,00**
Total (R$)	**415.000,00**		**622.500,00**		**1.245.000,00**		**1.245.000,00**		**622.500,00**		**4.150.000,00**

17. Distribuição dos recursos por municípios em 2015

Nº ORDEM	REGIÃO	MUNICIPIO	BENEFICIARIO	Valor Qualificação	KITS	Valor Kit
1	1	Fortaleza	2240	985.600,00	1011	252.750,00
2		Aquiraz	160	70.400,00	72	18.000,00
3		Eusébio	100	34.250,00	45	11.250
4		Horizonte	60	26.400,00	27	6.750
5		Itaitinga	60	26.400,00	27	6.750
6		Maracanaú	60	26.400,00	27	6.750
7		Pacajús	60	26.400,00	27	6.750
8		Pacatuba	60	26.400,00	27	6.750
9		São Gonçalo	60	26.400,00	27	6.750
	TOTAL REGIÃO 01		**2860**	**1.248.650,00**	**1290**	**322.500**

Nº ORDEM	REGIÃO	MUNICIPIO	BENEFICIÁRIO	Valor Qualificação	KITS	Valor kit
1	2	Acaraú	120	52.800,00	57	14.250,00
2		Amontada	40	17.600,00	18	4.500,00
3		Barroquinha	40	17.600,00	18	4.500,00
4		Bela Cruz	40	17.600,00	18	4.500,00
5		Chaval	40	17.600,00	18	4.500,00
6		Cruz	40	17.600,00	18	4.500,00
7		Granja	120	52.800,00	57	14.250,00
8		Itapajé	40	17.600,00	18	4.500,00
9		Itarema	40	17.600,00	18	4.500,00
10		Martinópole	40	17.600,00	18	4.500,00
11		Miraíma	40	17.600,00	18	4.500,00
12		Morrinhios	40	17.600,00	18	4.500,00
13		Pentecoste	40	17.600,00	18	4.500,00
14		Tejuçuoca	40	17.600,00	18	4.500,00
15		Tururu	40	17.600,00	18	4.500,00
16		Uruburetama	40	17.600,00	18	4.500,00
17		Uruoca	40	17.600,00	18	4.500,00
	TOTAL REGIÃO 02		**840**	**369.600,00**	**384**	**96.000,00**

Nº ORDEM	REGIÃO	MUNICIPIO	BENEFICIÁRIO	Valor qualificação	KITS	Valor kit
1	3	Alcântaras	40	17.600,00	18	4.500,00
2		Carnaubal	40	17.600,00	18	4.500,00
3		Cariré	40	17.600,00	18	4.500,00
4		Coreaú	40	17.600,00	18	4.500,00
5		Croatá	40	17.600,00	18	4.500,00
6		Frecheirinha	40	17.600,00	18	4.500,00
7		Graça	40	17.600,00	18	4.500,00
8		Guaraciaba do Norte	40	17.600,00	18	4.500,00
9		Hidrolândia	40	17.600,00	18	4.500,00
10		Ibiapina	40	17.600,00	18	4.500,00
11		Ipu	40	17.600,00	18	4.500,00
12		Irauçuba	40	17.600,00	18	4.500,00
13		Meruoca	40	17.600,00	18	4.500,00
14		Moraújo	40	17.600,00	18	4.500,00
15		Mucambo	40	17.600,00	18	4.500,00
16		Pacujá	40	17.600,00	18	4.500,00
17		Pires Ferreira	40	17.600,00	18	4.500,00
18		Reriutaba	40	17.600,00	18	4.500,00
19		Santana do Acaraú	40	17.600,00	18	4.500,00
20		São Benedito	120	52.800,00	57	14.250,00
21		Senador Sá	40	17.600,00	18	4.500,00
22		Varjota	40	17.600,00	18	4.500,00
23		Viçosa do Ceará	120	52.800,00	58	14.500,00
	TOTAL REGIÃO 3		**1080**	**474.450,00**	**490**	**123.250,00**

Nº ORDEM	REGIÃO	MUNICIPIO	BENEFICIÁRIO	Valor qualificação	KITS	Valor kit
1	4	Aiuaba	40	17.600,00	18	4.500,00
2		Ararendá	40	17.600,00	18	4.500,00
3		Catunda	40	17.600,00	18	4.500,00
4		Crateús	40	17.600,00	18	4.500,00
5		Independência	40	17.600,00	18	4.500,00
6		Ipaporanga	40	17.600,00	18	4.500,00
7		Ipueiras	120	52.800,00	57	14.250,00
8		Monsenhor Tabosa	40	17.600,00	18	4.500,00
9		Nova Russas	40	17.600,00	18	4.500,00

10		Novo Oriente	40	17.600,00	18	4.500,00
11		Parambu	40	17.600,00	18	4.500,00
12		Poramga	40	17.600,00	18	4.500,00
13		Quiterianópolis	40	17.600,00	18	4.500,00
14		Tamborila	40	17.600,00	18	4.500,00
15		Tauá	40	17.600,00	18	**4.500,00**
	TOTAL REGIÃO 4		**680**	**299.200,00**	**309**	**77.250,00**

Nº ORDEM	REGIÃO	MUNICIPIO	BENEFICIÁRIO	Valor qualificação	KITS	Valor kit
1	**5**	Banabuiú	40	17.600,00	18	4.500,00
2		Boa Viagem	120	52.800,00	57	14.250,00
3		Canindé	120	52.800,00	57	14.250,00
4		Choró	40	17.600,00	18	4.500,00
5		Ibaretama	40	17.600,00	18	4.500,00
6		Ibicuitinga	40	17.600,00	18	4.500,00
7		Itatira	40	17.600,00	18	4.500,00
8		Mombaça	40	17.600,00	18	4.500,00
9		Paramoti	40	17.600,00	18	4.500,00
10		Pedra Branca	40	17.600,00	18	4.500,00
11		Piquet Carneiro	40	17.600,00	18	4.500,00
12		Senador Pompeu	40	17.600,00	18	4.500,00
	TOTAL REGIÃO 5		**640**	**281.600,00**	**294**	**73.500,00**

Nº ORDEM	REGIÃO	MUNICIPIO	BENEFICIÁRIO	Valor qualificação	KITS	Valor kit
1	**6**	Aratuba	40	17.600,00	18	4.500,00
2		Aracoiaba	40	17.600,00	18	4.500,00
3		Palmácia	40	17.600,00	18	4.500,00
4		Redenção	40	17.600,00	18	4.500,00
	TOTAL REGIÃO 06		**160**	**70.400,0**	**72**	**18.000,00**

Nº ORDEM	REGIÃO	MUNICIPIO	BENEFICIÁRIO	Valor qualificação	KITS	Valor kit
1	7	Jaguaribe	40	17.600,00	18	4.500,00
2		Jaguaretama	40	17.600,00	18	4.500,00
3		Pereiro	40	17.600,00	18	4.500,00
	TOTAL REGIÃO 07		**120**	**52.800,,00**	**54**	**13.500,00**

Nº ORDEM	REGIÃO	MUNICIPIO	BENEFICIÁRIO	Valor FECOP 2015	KITS	Valor kit
1	8	Abaiara	40	17.600,00	18	4.500,00
2		Acopiara	120	52.800,00	57	14.250,00
3		Antonina do Norte	40	17.600,00	18	4.500,00
4		Araripe	40	17.600,00	18	4.500,00
5		Assaré	40	17.600,00	18	4.500,00
6		Aurora	40	17.600,00	18	4.500,00
7		Brejo Santo	40	17.600,00	18	4.500,00
8		Campos Sales	40	17.600,00	18	4.500,00
9		Caririaçu	40	17.600,00	18	4.500,00
10		Farias Brito	40	17.600,00	18	4.500,00
11		Jardim	40	17.600,00	18	4.500,00
12		Jucás	40	17.600,00	18	4.500,00
13		Lavras da Mangabeira	40	17.600,00	18	4.500,00
14		Mauriti	40	17.600,00	18	4.500,00
15		Milagres	40	17.600,00	18	4.500,00
16		Missão Velha	40	17.600,00	18	4.500,00
17		Nova Olinda	40	17.600,00	18	4.500,00
18		Orós	40	17.600,00	18	4.500,00
19		Penaforte	40	17.600,00	18	4.500,00
20		Porteiras	40	17.600,00	18	4.500,00
21		Potengi	40	17.600,00	18	4.500,00
22		Saboeiro	40	17.600,00	18	4.500,00
23		Salitre	40	17.600,00	18	4.500,00
24		Santana do Cariri	40	17.600,00	18	4.500,00
25		Umari	40	17.600,00	18	4.500,00
26		Várzea Alegre	40	17.600,00	18	4.500,00
	TOTAL REGIÃO 08		**1120**	**492.800,00**	**507**	**126.750,00**

TOTAL GERAL	**108**	**7.500**	**3.300.000,00**	**3.400**	**850.000,00**

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Promoção do Trabalho, Emprego e Renda
Técnico	Edianny Lima da Silva
E-mail	Edianny.lima@stds.ce.gov.br
Fone	85 - 3101-4464

Anexo 1
MARCO LÓGICO
(Criando Oportunidades – MAPP 8/40)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	- Aumento da renda dos concludentes - Fortalecimento das atividades empreendedoras através da concessão de kits instrumentais de trabalho - Mudança socioeconômica e comportamental de pessoas atendidas	- % de beneficiários com aumento de renda - % de MEI's consolidados - % de jovens com novas perspectivas sociais	- Pesquisa com os egressos realizada após 1 ano da conclusão dos cursos - Pequisa com educandos na inscrição do curso	- Perca de contato com os jovens egressos
Resultados	- Aumento da renda dos concludentes	- % de beneficiários com aumento de renda	- Lista de entrega dos kits	-
Produtos	- cursos de qualificação social e profissional (QSP) - Kits concedidos	- Número de cursos de QSP realizadas - Número de kit's entregues	- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerenciais da STDS - Lista de entrega dos kits	- Falta de apoio municipal para realizar as ações de QSP
Atividades	- Realizar cursos de QSP para pessoas em situação de vulnerabilidade social. - Encaminhar concludentes ao Sine -Firmar Parceria com os municípios -Firmar Parceria com empresas e entidades - Firmar Convênio com entidades executoras	- Número de cursos de QSP realizados para pessoas em situação de vulnerabilidade social - Número de pessoas encaminhadas - Número de parcerias realizadas com municípios, entidades e empresas - Convênios firmados	- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerenciais da STDS - Comprovante de inscrição do Sistema Mais Emprego - Termo de cooperação técnica - Cópia dos convênios	- Falta de apoio municipal para realizar as ações de QSP - Atraso na licitação gerando morosidade nos convênios de execução

Insumos	- Recursos do FECOP - Equipe multidisciplinar da STDS - Equipe multidisciplinar das entidades executoras	% de recurso executado	- Relatório de execução orçamentária	

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS

Projeto: Juventude Empreendedora

(Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)

Janeiro/2015

Secretaria	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
Programa	049 – Trabalho, Emprego e Renda
Mapp	23 – Juventude Empreendedora
Período de Execução	Fevereiro a Dezembro – 2015
Categoria:	Estruturantes – Ocupação e Renda – Inclusão Produtiva Urbana

1. Descrição do Projeto

A **Política do Trabalho, Emprego e Renda** tem por público - alvo os trabalhadores em geral, porém, na prática, os seus maiores beneficiários são as pessoas socialmente vulneráveis, com menor nível de escolaridade, de qualificação profissional, de renda familiar e, consequentemente, com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

O projeto Juventude Empreendedora foi desenvolvido para despertar o espírito empreendedor em jovens de 17 a 24 anos de idade, com renda per capta mensal inferior a meio (½) salário-mínimo, matriculados em escolas públicos, através de cursos de qualificação e vivência prática em empreendedorismo. Os jovens produzem ao longo do curso um "projeto de vida profissional", contendo objetivos e metas, entre outras informações, planejando o seu futuro pessoal e profissional ao longo do curso e após o término do curso. São 420hs/aula de curso divididos em 8 (oito) módulos, tendo duração de 6 (seis) meses. A área de atuação corresponde a nove municípios do interior do Estado.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto Juventude Empreendedora está vinculado à Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda, sendo apresentado como um instrumento não somente de capacitação de jovens, mas, também, de fomento à geração de emprego e renda por meio de incentivo às atividades empreendedoras, junto ao segmento da juventude.

O projeto atende às diretrizes da atual gestão, no que se refere à prioridade de atendimento para o segmento da juventude, em especial aquela mais vulnerável em nosso Estado. É executado de forma articulada com as demais ações de Governo, contribuindo para a inserção dos jovens cearenses no mercado de trabalho, por meio da qualificação social e profissional.

As ações desenvolvidas no âmbito do projeto contribuem para o alcance do resultado estratégico de Governo "Ceará competitivo nas suas vocações e nas novas oportunidades" e do Resultado Estratégico Setorial "Geração de Oportunidades de Trabalho, Emprego e Renda".

Os objetivos e as estratégias da área de educação social e profissional da STDS estão em sintonia com a política de qualificação desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cujo foco é promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente, além da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, inclusão social, combate à discriminação, redução da pobreza e da vulnerabilidade social da população.

As atividades propostas no projeto contribuem para o alcance das metas estabelecidas no PPA 2012-2015 do Governo do Estado do Ceará, fazendo parte do Eixo: Sociedade Justa e Solidária, através do Programa 049 - Trabalho, Emprego e Renda; Objetivo 003 - Qualificar e requalificar trabalhadores e empreendedores, visando à melhoria das competências para o mercado de trabalho; Meta 00325 - Qualificar e requalificar 6.653 trabalhadores, Meta 01036 -Conceder 1.800 instrumentais de trabalho para trabalhadores qualificados e Meta 01805 - Capacitar 2.724 micro

empreendedores. Iniciativa 03298 - Apoio ao desenvolvimento local e regional, visando à sustentabilidade e o combate à extrema pobreza e Iniciativa 03300- Apoio à organização social produtiva de micro e pequenos empreendedores.

3. Diagnóstico

O Ceará representa aproximadamente 4% da população total do Brasil, mas, reúne mais de 9% de toda a população extremamente pobre brasileira quando medida pela linha de miséria adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Cerca de 90% do território cearense encontra-se inserido no semiárido. Além disso, verifica-se também, que a região metropolitana de Fortaleza responde pela maior parte dos empregos formais do Estado e por mais de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) cearense, portanto, pode-se supor que exista, no Ceará, uma forte dependência espacial da miséria, com uma distribuição desigual da mesma em nível de municípios.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego é mais elevada entre os jovens brasileiros. O índice chega a 23% para aqueles que têm entre 15 e 17 anos e 13,4% entre os que têm de 18 a 24 anos. A baixa escolaridade e a falta de qualificação são os principais fatores destes resultados, consequentemente, o jovem que não tem instrução tem mais dificuldade de conseguir uma colocação no mercado de trabalho.

É importante destacar que a taxa de desemprego dos jovens do Ceará é aproximadamente o triplo da taxa de desemprego total do Estado. O desemprego juvenil é um sério problema, pois é muito alto, vem crescendo mais que o desemprego total, o que tornou necessária a criação de políticas públicas que tentam diminuí-lo e consequentemente, minimizar os efeitos desse desemprego sobre a sociedade.

Entre as causas do desemprego juvenil estão: a reestruturação produtiva, a adoção das novas tecnologias e formas de gestão da força de trabalho. A partir dessas transformações, as empresas estão menos dependentes de mão de obra e demandantes de maior capacitação profissional para que possam contratar um trabalhador.

Deste modo, há uma responsabilidade central do sistema produtivo na produção e ampliação do desemprego dos jovens, fato que exige do poder público uma intervenção no desenvolvimento de ações de qualificação profissional que possam assegurar a inserção dos jovens no mundo do trabalho, uma vez que o desemprego juvenil coloca em risco o desenvolvimento da sociedade, pois força os jovens a retardarem o ingresso no mercado de trabalho e amplia a dependência da família e das políticas públicas.

Vale salientar que, inclusive em períodos de crescimento econômico e de diminuição do desemprego total, o desemprego dos jovens não tem demonstrado tendência à queda, ou, pelo menos, na mesma proporção que para a população adulta. Um dos principais motivos para isso é o fato de não existirem empregos para todos, o que faz os adultos competirem com o segmento

juvenil por ocupações que eram a ‘porta de entrada’ dos jovens no mercado de trabalho (o*ffice boy*s, meio oficiais da indústria, entre outros). Estes fatores quando identificados, facilita a eficiência das políticas públicas de inclusão do jovem no mundo do trabalho e como consequência a redução da miséria.

As consequências do desemprego juvenil são perversas, uma vez que ele ameaça a integração social e o desenvolvimento socioeconômico dos jovens, tornando-os muito dependentes das políticas públicas e do auxílio familiar. O desemprego acarreta ainda um tempo maior para os jovens constituírem uma nova família.

O desemprego dos jovens tem como consequência o aumento da vulnerabilidade juvenil, tendo em vista que expõe os jovens a uma situação de desespero, impotência e risco. Pelo fato de atingir atualmente milhões de brasileiros e ampliar o círculo de pobreza, o desemprego juvenil precisa de atenção especial do Estado e da sociedade.

Este quadro se reproduz no Estado do Ceará, o que requer uma intervenção que, a curto e médio prazo, possa possibilitar à juventude cearense o ingresso no mundo do trabalho, trazendo em sua trajetória de vida, o acesso à formação profissional, traduzindo-se em um diferencial no momento em que ele se apresenta ao mercado de trabalho, que a cada dia torna-se mais escasso e consequentemente mais exigente de profissionais preparados para assumir os novos desafios que são postos para o desenvolvimento e crescimento do Estado.

Por meio do desemprego juvenil e da ampliação da exclusão social, os jovens passam a ter obstáculos crescentes, em alguns casos intransponíveis, para sustentar as condições de vida e trabalho de sua família de origem. Somente com o desenvolvimento de uma ação contínua do Estado, em investimentos que garantam a qualificação profissional do jovem, com uma nova perspectiva de acesso ao mundo do trabalho que não se restrinja ao emprego formal, será possível a transformação desta realidade.

4. Justificativa

Capacitar é tornar uma pessoa habilitada para o desempenho de uma função. É qualificar a pessoa para determinado trabalho, quer seja dele próprio ou a serviço de outros. Este tipo de investimento do poder público, quando direcionado para o público jovem, alcança ainda maior relevância levando-se em consideração que, praticamente, um jovem tem 3 vezes menos oportunidade de inserção no mundo do trabalho do que uma pessoa adulta.

A importância da capacitação profissional para a vida da juventude encontra-se na possibilidade de acesso às oportunidades de trabalho que, por sua vez, têm suas características modificadas a cada dia. No Ceará, a juventude representa um exército de excluídos que demanda a atenção e atuação do poder público, para dotá-los de um mecanismo que viabilize o acesso a melhores condições de capital físico, humano e social, por meio de iniciativas de qualificação profissional.

A qualificação profissional com foco no empreendedorismo, não só dá condições para o exercício de determinadas profissões, como também objetiva preparar para o mundo do trabalho e para o mundo do próprio negócio, oferecendo oportunidade de uma melhor adaptação ao mercado competitivo, uma vez que a pessoa deverá estar pronta, com hábitos e atitudes, condizentes às exigências desse mercado.

O projeto Juventude Empreendedora apresenta-se como um diferencial na vida dos jovens, pois, além da formação profissional, propõe uma formação cidadã e empreendedora, através de atividades que possibilitem a construção de um projeto de vida desse público-alvo, ajudando-o à aprimorar suas habilidades para executar funções que irão além das exigências específicas para o exercício profissional, preparando-o para uma intervenção cidadã no meio em que vive.

No mundo atual e globalizado em que vivemos, o mercado de trabalho mostra-se cada vez mais exigente e a busca por uma colocação profissional ou o sucesso com seu próprio negócio, não é mais uma questão de empenho ou de sorte, mas, de qualificação. Diante desse desafio, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social vem ao longo dos últimos quatro anos oportunizando ações de qualificação profissional aos jovens cearenses através do projeto Juventude Empreendedora. Entende-se que a qualificação profissional deve ser vista como fator determinante para o futuro, uma vez associada a outros fatores, a exemplo do acesso ao crédito, poderá contribuir para a inserção dos jovens no mundo do trabalho, em especial, daqueles que não conseguem alcançar o tão almejado emprego formal e/ou apresentam potencialidades e espírito empreendedor, alimentando, portanto, chances reais de crescimento pessoal.

5. Histórico

O projeto Juventude Empreendedora foi aprovado junto ao FECOP no ano de 2008 e ao longo dos últimos cinco anos, vem contribuindo para a formação empreendedora da juventude cearense. O projeto já qualificou 2.336 jovens em 45 municípios do Estado, contribuindo para geração de renda e inclusão social por meio do trabalho, de maneira alternativa ao emprego formal, uma vez que desenvolve o espírito empreendedor do jovem, assim como o incentiva na busca por formas alternativas geradoras de renda, associado à criatividade, empreendedorismo, elevação de escolaridade e construção de um projeto de vida que estimule o crescimento pessoal e o desenvolvimento local do ambiente onde o jovem se encontra.

Ano	Valor Total Aplicado	Valor FECOP	Valor Tesouro	Nº de Beneficiários
2008	1.416.225,00	708.112,50	708.112,50	500
2009	1.286.594,17	1.286.594,17	0,00	500
2010	1.350.000,00	1.350.000,00	0,00	450
2011	1.410.249,09	1.410.249,09	0,00	450
2012	1.480.762,36	1.480.762,36	0,00	436
2013	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	450
2014	1.550.000,00	1.550.000,00	0,00	450

6. Público - alvo

- Jovens de 17 a 24 anos, com renda *per capta* familiar inferior a meio salário-mínimo, em situação de vulnerabilidade social.

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- Renda per capita familiar inferior a meio (1/2) salário-mínimo;
- Estar regularmente matriculados em escola pública;
- Atendimento prioritário àqueles que se encontram em situação de risco pessoal e social e que pertençam às famílias que não estejam engajadas em nenhum programa social similar.

6.2 Documentos comprobatórios da situação de pobreza

Para fins de comprovação da situação de pobreza será exigido a apresentação de dos documentos abaixo discriminados:

- Fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais; ou
- Fatura da água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais; ou
- Comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal;
- Comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário-mínimo por membro do núcleo familiar

7. Objetivos

Geral

Promover a formação do jovem através da capacitação técnica, do desenvolvimento de valores de responsabilidade social e da cultura empreendedora, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.

Específicos

- Promover formação básica na área de empreendedorismo social, meio ambiente, mercado de trabalho, além de promover formação em conhecimentos específicos; para jovens, de 17 a 24 anos, em situação de vulnerabilidade social,
- Orientar os educandos, através de uma equipe multidisciplinar, a elaborar um “projeto de vida”, onde são adotadas metodologias, através das quais é possível os jovens planejarem seu futuro;
- Encaminhar para o mercado de trabalho, os jovens qualificados, utilizando a intermediação de mão de obra do IDT, que realizará a captação de vagas junto às empresas.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

O IDT é a entidade que executa este projeto e as atividades são realizadas através de instrumento jurídico a ser definido pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS.

ATIVIDADES
⅄ Definição da equipe de gestão
b) Seleção dos municípios a serem atendidos
c) Inscrição e seleção dos jovens
d) Realização do primeiro módulo de formação cidadã e empreendedorismo social
e) Realização do módulo de qualificação profissional, em conformidade com o arco ocupacional de acordo com pesquisa de potencialidades locais.
f) Elaboração de “Projetos de Vida” dos 895 jovens beneficiados.
g) Supervisão da execução das ações de qualificação social e profissional.
h) Elaboração do relatório parcial de execução (trimestral).
i) Elaboração do relatório final de execução.

a) Definição da equipe de gestão

Consiste na etapa de planejamento do projeto, na qual é selecionada a equipe que será responsável pela gestão do projeto. A equipe realizará o monitoramento e avaliação, além de quantificar, qualificar e definir as atribuições de cada membro da equipe do projeto e do agente de inclusão.

Responsável: equipe técnica da STDS/Célula de Educação Social e Profissional.

b) Seleção dos municípios a serem atendidos

Consiste na etapa inicial do projeto, na qual a equipe técnica da STDS, baseada em dados do mercado de trabalho, situação de vulnerabilidade social e perfil socioeconômico do município, define quais os que serão beneficiados com o projeto. Após selecionados, os municípios assinam um Termo de Cooperação Técnica.

Responsável: equipe técnica da STDS/Célula de Educação Social e Profissional.

c) Inscrição e seleção dos jovens

O processo de inscrição dos jovens ocorre no município de realização da ação, devidamente acompanhado pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, Gerência do Projeto representando a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, um representante do município, com a participação ainda de representantes dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e do Conselho Tutelar. Serão obedecidos os critérios estabelecidos pelo projeto e em consonância com a legislação pertinente do FECOP.

Responsável: gerência do projeto JUVEMP.

d) Realização do primeiro módulo de formação cidadã e empreendedorismo social

Após o processo de inscrição e seleção dos jovens, é iniciado o primeiro módulo, o de formação básica, que envolve conhecimento na área do empreendedorismo, meio ambiente, juventude e mercado de trabalho.

Responsável: IDT (contratado para este fim).

e) Realização do módulo de qualificação profissional em conformidade com o arco ocupacional, de acordo com pesquisa de potencialidades locais.

Concluído o módulo básico, é realizada uma pesquisa de mercado sobre as potencialidades locais e a equipe do IDT define qual curso será realizado para sua qualificação profissional. Nesta etapa, a entidade executora passa a desenvolver as atividades de formação profissional, de forma a assegurar ao educando a conclusão de seu curso e sua formação profissional articulada com as necessidades de empregabilidade que o mercado de trabalho local oferece.

Responsável: IDT (contratado para este fim).

f) Elaboração de "Projetos de Vida" dos 895 jovens beneficiados

O projeto tem caráter multidisciplinar, sendo os educandos acompanhados por uma equipe de psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, que orientam aos participantes a construção de um "projeto de vida". Adotam-se metodologias através das quais é possível os jovens planejarem seu futuro e estabelecer metas que deverão ser cumpridas durante e após a conclusão da ação de qualificação.

Responsável: equipe técnica do IDT.

g) Supervisão da execução das ações de qualificação social e profissional

O processo de supervisão das ações de qualificação profissional ocorrerá através de visita *in loco,* nas 45 turmas de qualificação profissional, visando acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, as condições físicas dos locais dos cursos, assim como fatores que possam contribuir para a eficiência e eficácia da ação proposta.

Responsável: equipe técnica do IDT

h) Elaboração do relatório parcial de execução (trimestral)

A gerência do projeto deverá apresentar um relatório parcial (trimestral), com o detalhamento das metas executadas, apresentando os indicadores que foram alcançados, principais dificuldades na implementação das atividades propostas, e os avanços que o projeto teve durante os três primeiros meses de execução.

Responsável: gerência do projeto JUVEMP.

i) Elaboração do relatório final de execução

Ao final das atividades, a gerência do projeto deverá apresentar um relatório com o detalhamento das metas executadas, apresentando os indicadores que foram alcançados, principais dificuldades na implementação das atividades propostas e os avanços que o projeto teve no ano de 2015.

Responsável: gerência do projeto JUVEMP.

9. Produtos

Produtos	2014	Fontes de Verificação
Educandos Capacitados	895	Relatório de supervisão, frequência dos educandos.
Jovens com Projetos de Vidas Elaborados	895	Fotos das oficinas realizadas Projetos elaborados

10. Metas

- Capacitar 895 jovens para atuar como agentes de mudança na comunidade.
- Executar 45 (quarenta e cinco) turmas de Empreendedorismo Social e 45 (quarenta e cinco) turmas de Conhecimentos Específicos (profissionalização), com 20 (vinte) alunos em cada uma, no período de março a dezembro;
- Elaborar, “Projetos de Vida Profissional” dos 895 jovens beneficiados para a execução, a curto e longo prazo.

11. Resultados Esperados

- Identificação de demandas qualificadas por educação profissional nos municípios atendidos com o projeto.
- Incentivo ao desenvolvimento de atividades empreendedoras nos municípios atendidos com o projeto;
- População jovem dos municípios atendidos com formação empreendedora e estímulo ao desenvolvimento de políticas de sustentabilidade local;
- Inserção de no mínimo 20% dos jovens qualificados no mercado de trabalho formal ou em formas alternativas geradoras de renda.
- Existência de mão de obra jovem qualificada em consonância com as demandas de empregabilidade dos municípios atendidos com o projeto e seu entorno;
- Jovens com um projeto de vida elaborado, para subsidiar seu crescimento pessoal e profissional.

12. Integração das ações

O Juvemp integra-se internamente com a Coordenadoria do Empreendedorismo da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, auxiliando os jovens após o término da ação de qualificação e externamente com o IDT, responsável pela execução do projeto, com os municípios beneficiados

com o projeto.

13. Monitoramento

A Célula de Educação Social e Profissional, através de seu Núcleo de Monitoramento das Ações de Capacitação, desenvolve um monitoramento contínuo e de forma sistematizada, buscando a melhoria da qualidade pedagógica, a eficiência e eficácia das ações.

O projeto Juventude Empreendedora, desenvolvido no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, terá suas ações monitoradas de forma que possam ser identificados fatores que interferem na execução das ações de qualificação social e profissional, contribuindo assim para a proposição de medidas que contribuam para o aperfeiçoamento do projeto.

Os instrumentais de monitoramento têm como objetivo identificar:

- Perfil sócio econômico do público atendido;
- Nível de aproveitamento dos cursos realizados; e
- Qualidade Pedagógica das Ações de Qualificação executadas.

A observação direta, participativa e a entrevista farão parte das estratégias de monitoramento. A observação participante tem o intuito, como ressalta Gil Ibidem), de conhecer a vida do grupo a partir do interior dele mesmo. Por conseguinte, as entrevistas virão com a intenção de obter, com mais profundidade, dados acerca do comportamento dos educandos.

Coleta de Dados

O monitoramento das ações propostas ocorrerão por meio de visitas técnica constituída por profissionais devidamente qualificados, que vão “in loco”, e aplicam questionários junto aos beneficiários, ao corpo técnico e pedagógico da instituição executora, cada turma receberá no mínimo 2 visitas, sendo uma visita no início das atividades pedagógicas para constatação objetiva da situação da turma e construção da linha de base para acompanhamento, seguida de mais uma visita de análise das condições de ensino aprendizagem, onde são considerados: a atuação das executoras, o público prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

A seleção das turmas, em cada ação, é realizada de forma aleatória e proporcional ao número de turmas\educandos, considerando a variabilidade entre as entidades executoras em termos da quantidade e da variedade de cursos\ações oferecidas.

As visitas para coleta de dados ocorrerão por meio do Núcleo de Acompanhamento as Ações de Qualificação Profissional, vinculado a Célula de Educação Social e Profissional da STDS.

Sistematização da base de dados

A sistematização da base de dados, considerada a segunda etapa do monitoramento, constitui-se na estruturação de um modelo de banco de dados a ser utilizado como ferramenta de auxílio à gestão e ao gerenciamento das ações desenvolvidas, sendo capaz de oferecer ao gestor do projeto subsídios que permitam a análise da execução do projeto.

Esta etapa consiste numa análise detalhada dos dados disponibilizados referentes a execução das ações de qualificação social e profissional, assim como a qualidade pedagógica do trabalho que vem sendo desenvolvido.

Desenvolvimento de indicadores e metas

O monitoramento através da análise sistemática dos dados coletados e do acompanhamento das ações desenvolvidas contribui para a construção de uma intervenção no sentido de subsidiar a ava-

liação de desempenho institucional, assim como estabelecer metas e indicadores essenciais à eficiência e eficácia da ação proposta.

Análise do alcance das metas

O processo de monitoramento versa ainda sobre a análise do alcance das metas propostas, ou seja, estabelecer a diferença entre a meta pactuada e a alcançada, bem como as possíveis ameaças para o alcance das mesmas, subsidiando o gestor do projeto com informações que lhe permitam correções das fragilidades ocorridas durante a execução.

Elaboração ferramentas informacionais

A disseminação das informações coletadas através das atividades de monitoramento torna-se uma importante ferramenta de gestão para os responsáveis pelo acompanhamento e gerenciamento de projeto sociais.

A Célula de Educação Social e Profissional, em parceria com a Célula de Tecnológica da Informação da STDS, criou o Sistema de Qualificação Profissional – SQP, que tem como objetivo o gerenciamento de todas as atividades de qualificação profissional permitido o acompanhamento em tempo real das ações que estão sendo executadas. Foram realizados treinamentos com a participação de instituições executoras, gerentes de projetos e técnicos de monitoramento para melhor domínio e utilização desta ferramenta.
O resultado do monitoramento e avaliação das ações de qualificação subsidiará os gestores e as executoras, no sentido de corrigir as “Não Conformidades” encontradas a partir das visitas técnicas realizadas às ações de qualificação. Também, proporcionarão, não só ao Orientador da Célula de Educação Social e Profissional/CESP, como também aos demais responsáveis pela Qualificação Social e Profissional na STDS, informação sobre o andamento da execução dos cursos de QSP.
Ao final das atividades a gerência do Projeto deverá apresentar um Relatório com o detalhamento das metas executadas, apresentando os indicadores que foram alcançados, principais dificuldades na implementação das atividades propostas, e os avanços que o projeto teve no ano de 2015.

13.1 Dados Utilizados

Cada visita tem o seu modelo de instrumental denominados: Relatório de Constatação Objetiva, Questionário de Avaliação pelo Supervisor, Questionário de Avaliação pelo Educador e Questionário de Avaliação pelo Educando, onde são considerados os itens: atuação das executoras, o público prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

Os dados coletados através do formulário de constatação objetiva preenchido pelo técnico durante as visitas, bem como os dos questionários estruturados, aplicados junto aos beneficiários e instrutor, ao final de cada curso, serão analisados e se os dados coletados mostrarem que o curso não está transcorrendo dentro dos padrões necessários e/ou registrados no convênio, recomenda-se intervenções nestas situações, através de “comunicado de não conformidades”, para retomada da situação e para construção da linha de base para o acompanhamento, sendo todos lançados no SQP.

13.2 Cadastro dos Beneficiários

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) implantou Sistema de Monitoramento das Ações de Qualificação Profissional (SQP) para o registro das informações referentes aos beneficiários, identificando-os civilmente como: dados pessoais, NIS, documentação (CPF), filiação, endereço dentre outros aspectos inerentes ao que o projeto propõe-se a atender.

Os **dados estão organizados** por convênio/contrato e ano de execução, permitindo uso de filtros de pesquisa para fins de facilitar futuras avaliações.

14. Pressupostos de Risco

- Atraso na formalização do Contrato de Gestão com o IDT entidade executora do projeto;

- Dificuldade de envolvimento dos municípios no acompanhamento da realização dos cursos de capacitação.

15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP (R$)	Valor Outras Fontes (R$)	Valor Total (R$)
NATUREZA DA DESPESA	**1.450.000,00**	**0,00**	**1.450.000,00**
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Contratação entidade Executora - (**335039**)	**1.450.000,00**	**0,00**	**1.450.000,00**
TOTAL	**1.450.000,00**	**0,00**	**1.450.000,00**

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total
335039 – Contra-tação entidade Executora	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	1.450.000,00
Total	**181.250,00**	**181.250,00**	**181.250,00**	**181.250,00**	**181.250,00**	**181.250,00**	**181.250,00**	**181.250,00**	**1.450.000,00**

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

N° de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Pessoas Beneficiadas
1	MR 1 – Região Metropolitana	Horizonte	64.800,00	40
TOTAL MR 1			**64.800,00**	**40**
2	MR 6 – Baturité	Aratuba	64.800,00	40
3		Baturité	64.800,00	40
4		Itapiúna	64.800,00	40
TOTAL MR 6			**194.400,00**	**120**
5	MR 7 – Litoral Leste	Aracati	64.800,00	40
6		Beberibe	64.800,00	40
7		Fortim	64.800,00	40
8		Itaiçaba	64.800,00	40
9		Limoeiro do Norte	129.600,00	80
10		Morada Nova	129.600,00	80
11		Tabuleiro do Norte	64.800,00	40
TOTAL MR 7			**583.200,00**	**360**
12	MR 8 – Cariri – Centro Sul	Acopiara	97.200,00	60
13		Antonina do Norte	64.800,00	40
14		Barbalha	129.600,00	80
15		Barro	64.800,00	40
16		Crato	121.500,00	75
17		Brejo Santo	64.800,00	40
18		Varzea Alegre	64.800,00	40
TOTAL MR 8			**607.500,00**	**375**
TOTAL GERAL			**1.450.000,00**	**895**

JUSTIFICATIVA

O cenário econômico desfavorável dos últimos meses demandou mudanças significativas no

projeto como tentativa de amenizar os efeitos da crise nos jovens. De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE, em maio, o desemprego chegou a 6,7%, e a intensidade deste crescimento foi maior nos jovens de 18 a 24 anos, chegando aos 16,4%, mais que o dobro do geral. A partir do momento que a crise deixou de ser especulação e se tornou realidade, nós, da STDS, decidimos ajustar o projeto ampliando os municípios que serão atendidos, em busca de amenizar tal quadro e oportunizar jovens em um número diversificado de municípios com nossos cursos de qualificação em Empreendedorismo, caminho que está sendo buscando não somente pelos jovens, mas por todas as pessoas que querem gerar uma renda extra neste momento de crise.

Com os cortes de 25% na folha de pessoal do Estado, a procura dos órgãos governamentais por nossos estagiários cresceu significativamente, e, diante de tal situação, negociamos com os solicitantes e reprogramamos o encaminhamento. Vale salientar que não houve prejuízo nenhum à execução, tampouco aos beneficiários

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Promoção do Trabalho, Emprego e Renda
Técnico	Edianny Lima da Silva
E-mail	Edianny.lima@stds.ce.gov.br
Fone	85 - 3101-4464

ANEXO 1

Marco Lógico
(Juventude Empreendedora – Mapp 23)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	- Incentivo ao desenvolvimento de atividades empreendedoras nos municípios atendidos com o projeto - Mudança socioeconômica e comportamental de jovens atendidas	- % de egressos desenvolvendo atividades empreendedoras - % de jovens com novas perspectivas sociais	- Pesquisa com os egressos realizada após 1 ano da conclusão dos cursos - Pequisa com educandos na inscrição do curso	- Perca de contato com os jovens egressos
Resultados	- educandos com "Projetos de Vida" para realizar ações empreendedoras	- % de jovens concludentes nos cursos de QSP	- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerenciais da STDS	- Evasão/frequência dos jovens, impossibilitando atingir a média de frequência para certificação
Produtos	- Cursos de QSP realizados	- % de cursos de QSP promovidos	- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerencias da STDS	- Falta de apoio municipal para realizar as ações de QSP
Atividades	- Realizar cursos de QSP para jovens em situação de vulnerabilidade social. - Elaborar "Projetos de Vida ' dos jovens - Encaminhar concludentes ao Sine - Firmar Parceria com os municípios	- % de cursos de QSP realizados - % de "Projetos de Vida" elaborados - % de jovens encaminhados - % de parcerias firmadas	- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerencias da STDS - Projetos elaborados - Comprovante de inscrição do Sistema Mais Emprego - Termo de cooperação técnica	- Falta de apoio municipal para realizar as ações de QSP
Insumos	- Recursos do FECOP - Equipe multidisciplinar da STDS	- % de recurso executado	- Relatório de execução orçamentária	

	- Equipe multidisciplinar da entidade executora			

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS

Projeto: Artesanato Competitivo

(Inclusão Produtiva: Fomento)

Fevereiro/2015

Secretaria:	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
Programa:	049 – Trabalho, Emprego e Renda
Projeto Mapp Nº:	26 – Artesanato Competitivo
Projeto de Execução:	Mar a Dez/2015
Categoria	Inclusão Produtiva

A **Política do Trabalho, Emprego e Renda** tem por público alvo os trabalhadores em geral, porém, na prática, os seus maiores beneficiários são as pessoas socialmente vulneráveis, com menor nível de escolaridade, de qualificação profissional, de renda familiar e, consequentemente, com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

1. Descrição do Projeto

O Projeto Artesanato Competitivo/2015 se propõe a desenvolver ações que possibilitem a melhoria do nível organizacional das unidades produtivas, bem como o incentivo à comercialização do artesanato, como fatores condicionantes para a melhoria da renda dos artesãos cearense. A valorização e o desenvolvimento do segmento do artesanato se apresentam como pano de fundo em todas as ações concebidas neste Projeto.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O artesanato cearense se apresenta como uma das grandes vocações produtivas do Estado possuindo um elevado potencial de geração de trabalho e renda, além de promover a inserção da mulher e do jovem no setor produtivo e comercial, estimulando práticas do associativismo e fixando o artesão em seu lugar de origem. Muitas pessoas se iniciam na atividade de produção artesanal aproveitando idéias e conhecimentos herdados de seus antepassados ou técnicas repassadas por instituições de fomento, cujas peças artesanais desenvolvidas, são facilmente absorvidas pelo mercado consumidor local, nacional e internacional.

Esta ação se destaca com forte potencial de geração de trabalho, emprego e renda, pois o artesanato é considerado uma das vocações produtivas do Ceará. Ao fomentar o artesanato como uma atividade econômica sustentável e de inclusão social, a STDS integra à cadeia produtiva local, valorizando a identidade cultural cearense, contribuindo para inserção de significativo contingente populacional, estimulando práticas de associativismo e fixação do artesão em seu local de origem.

Essa iniciativa vem ao encontro do reconhecimento e fortalecimento da Política do Desenvolvimento do Artesanato Cearense, atualmente desenvolvida pelo governo do estado, através da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, estando inserida no Eixo Sociedade Justa e Solidária, na área temática Desenvolvimento Social e Trabalho. O referido programa propõe a valorização do artesanato cearense por meio do fortalecimento e apoio ao artesão preservando a cultura, o talento, a tradição e a arte popular de cada região do Estado.

Esse projeto visa contribuir com a melhoria do resultado estratégico setorial “Geração de oportunidades de trabalho emprego e renda”, tendo suas realizações aferidas por meio do indicador “Número de ocupações geradas com empreendimentos artesanais e da economia solidária apoiados”.

No PPA 2012 / 2015 o projeto está ancorado no Programa 049 - Trabalho Emprego e Renda; Objetivo 001 – Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social, ampliando as oportunidades de trabalho e geração de renda; Meta 195 – Cadastrar artesãos, Meta 197 – Qualificar artesãos, Meta 198 – Apoiar entidades e grupos produtivos artesanais; Iniciativa 2937 – Realizar ações de qualificação, Iniciativa 2938 – Aquisição e doação e kits de equipamentos e instrumentais de trabalho, Iniciativa 2940 – Participação em eventos nacionais e internacionais de comercialização do artesanato, Iniciativa 2941 – realização de eventos regionais e estadual de comercialização.

3. Diagnóstico

As políticas estabelecidas para o segmento artesanal brasileiro, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, estão voltadas para a organização e o fortalecimento dos núcleos de produção (associações e cooperativas de artesãos), bem como para a promoção e o incentivo à comercialização de produtos artesanais.

A implementação dessas políticas envolve parcerias entre os órgãos do Governo Federal, Estados, Municípios e entidades privadas. O Programa do Artesanato Brasileiro - PAB visa, em especial, a geração de oportunidades de trabalho e de renda. Para tanto desenvolve ações que valorizem o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, e, ainda, promovam o artesanato no País e no Exterior. Este Programa estimula o aproveitamento das vocações regionais, levando à preservação das culturas locais e à formação de uma mentalidade empreendedora, por meio da preparação das organizações e de seus artesãos para o mercado competitivo. Para tanto, o PAB vem implementando suas ações em parceria com as Coordenações Estaduais de Artesanato dos 26 Estados e do Distrito Federal.

No Estado do Ceará, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará – STDS coordena e promove o Programa de Desenvolvimento do Artesanato. Ressalta-se que atualmente, no banco de dados do Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato estão cadastrados 43.690 artesãos em 16 (dezesseis) tipologias artesanais e estimou-se que o número da categoria existente no Estado seja de 120 mil artesãos para a valorização local no cenário econômico.

Segundo consta no relatório do PAB o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro - SICAB, o artesão cearense é formado em sua maioria pelo sexo feminino que representam com 76,5% do total de artesãos e mais de 90% dos cadastrados desenvolvem suas atividades laborais em suas próprias residências. Constata-se ainda que 60% desse público percebem uma remuneração inferior ao salário mínimo.

Para além de patrimônio histórico e cultural, o artesanato também é agente de inclusão social. E o compromisso da política pública é justamente promover o desenvolvimento da atividade artesanal e permitir que ela, de fato, cumpra com a sua função de preservar a cultura local e gerar renda com autonomia para as comunidades e aumento da qualidade de vida dos artesãos.

4. Justificativa

O Projeto Artesanato Competitivo/2015 se propõe a desenvolver ações que possibilitem a melhoria da qualidade da produção artesanal do Estado, bem como a ampliação dos canais de comercialização do artesanato, como fatores condicionantes para a melhoria da renda dos artesãos cearenses. A valorização e o desenvolvimento do segmento do artesanato se apresentam como pano de fundo em todas as ações concebidas neste Projeto.

Para tanto, propõe-se um conjunto de ações que promovem transformações estruturantes no segmento com o incentivo e apoio ao trabalho, comercialização dos produtos artesanais e fortalecimento das entidades e grupos artesanais, ampliando sua capacidade de gestão e sua autonomia, contribuindo para a autossustentabilidade do setor artesanal e consequente melhoria no nível de renda e qualidade de vida do artesão.

Neste conjunto de ações estão previstas a realização de a) capacitação tecnológica e de gestão de negócios para aperfeiçoamento da produção artesanal e desenvolvimento de novos produtos. b) cadastramento de artesãos e credenciamento de entidades; c) realização/participação em feiras regionais, estaduais, nacionais e internacionais para ampliação dos canais de comercialização do artesanato; d) Implantação do sistema de certificação de autenticidade da produção artesanal do Estado do Ceará.
Como premissa o Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato Cearense entende que não basta ensinar uma técnica para introduzir uma pessoa no mercado de trabalho. É necessário intensificar a qualificação profissional e o aperfeiçoamento daquele que depende dessa atividade como meio único ou complementar de renda familiar. E ainda, proporcionar a comunidade um espaço de experimentação adequado que possibilite o artesão a conceber, inovar e desenvolver seu produto e, assim, zelar para manutenção do fazer tradicional e cuidar para que a inovação do artesanato seja usada como estratégia da conquista mercadológica, através da interface consciente do *design* e do comprometimento constante das instituições executoras de programas de artesanato.

Para a implementação das ações previstas foram selecionados **16 municípios**, listados em anexo, com relevante potencial artesanal. Estes municípios selecionados possuem semelhanças tanto nas dificuldades quanto na organização da produção artesanal. As dificuldades se replicam na renovação da produção e nos aspectos comerciais. É necessário, assim, integrar os grupos produtivos para se fortalecerem e construírem uma marca para atuação comercial e uma estrutura interna de gestão semelhante para valorização do produto artesanal, porém com característica iconográficas locais preservadas e valorizadas.

Por tudo isso, é que se propõe a continuidade do Projeto Artesanato Competitivo para o ano de 2015, cuja estratégica de atuação está pautada na intersetorialidade e na construção de parcerias responsáveis que adotem o artesanato não somente com o objetivo de geração de trabalho e renda, mas, sobretudo de responsabilidade social e de reconhecimento nato do valor da cultura o povo cearense.

Portanto, o Projeto Artesanato Competitivo/2015 pretende incentivar a geração de renda, o reconhecimento do valor cultural e a responsabilidade social, a organização do artesão enquanto categoria funcional, e estimular a comercialização dos produtos artesanais. A expectativa quanto aos impactos oriundos das grandes ações proposta no Projeto é de contribuir para melhoria da qualidade de vida do artesão de forma eficiente e eficaz.

5. Histórico

Em 2007 o projeto foi aprovado pelo CCPIS com a designação de Artesanato de Valor e foi desenvolvido em parceria com o Instituto Desenvolvimento do Trabalho (IDT), Centro Ceará Design (CCD), Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ceará (SECITECE), Instituto CENTEC e Secretaria das Cidades.

Ano	Valor Total Aplicado R$	Valor FECOP R$	Nº de Beneficiários
2007	560.904,32	560.904,32	1.913
2008	1.121.810,00	1.121.810,00	8.568
2009	1.172.291,00	1.172.291,00	17.503
2010	1.499.898,00	1.499.898,00	21.420
2011	1.567.500,00	1.567.500,00	19.500
2012	1.645.875,00	1.645.875,00	17.600
2013	1.618.370,00	1.932.050,00	16.050
2014	1.750.000,00	1.750.000,00	16.150

6. Público Alvo

Artesãos pertencentes a grupos produtivos ou entidades artesanais com renda familiar per capita até ½ Sm.

6.1.Critérios adotados para seleção dos beneficiários

Artesãos cadastrados no Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Estado e que façam parte de unidades de produção.

6.2 .Documentos comprobatórios da situação de pobreza

Quando da seleção dos beneficiários serão solicitados documentos referentes a fatura de energia elétrica e fatura de consumo de água.

7. Objetivos

Geral

Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social e produtiva, integrando-o a cadeia produtiva do turismo e da cultura.

Específicos

- Fortalecer as entidades artesanais com foco na organização e gestão de negócios;
- Promover acesso a benefícios e incentivos fiscais para artesãos;
- Ampliar canais de comercialização dos produtos artesanais dos grupos/entidades assistidas através da realização e participação em feiras locais, estaduais, regionais e nacionais e internacionais.
- Promover o aperfeiçoamento e inovação da produção artesanal, com o desenvolvimento de novas coleções de novos produtos / Preservando as tradições e

assegurando maior competitividade ;

- Implementar Sistema de Certificação do artesanato cearense com emissão de Selo de Autenticidade do produto.

8. Atividades/Detalhamento das atividades

Objetivos	Atividades	Responsáveis
Fortalecer as entidades artesanais com foco na organização e gestão de negócios;	- Apoio a participação em feiras e eventos locais, regionais , estaduais e nacionais. - Qualificação com foco em gestão de negócios, associativismo e capacitação tecnológica.	CEART
Promover acesso a benefícios e incentivos fiscais para artesãos;	-Realização do cadastramento e credenciamento de entidades artesanais e artesãos. - Emissão de identidade artesanal	CEART
Ampliar canais de comercialização dos produtos artesanais dos grupos/entidades assistidas através da realização e participação em feiras locais, regionais e nacionais.	- Realização de Feira Regional - Realização de Feira Estadual - Participação em eventos Nacionais e Estaduais e Locais.	CEART
Promover o aperfeiçoamento e inovação da produção artesanal, com o desenvolvimento de novas coleções de novos produtos / Preservando as tradições e assegurando maior competitividade.	- Realização de cursos Tecnológicos para melhoria da Qualidade da Produção artesanal e de gestão.	CEART
Implementar Sistema de Certificação da produção artesanal do Estado com Selo de autenticidade do produto.	Avaliação dos produtos artesanais para certificação, através da curadoria de produtos.	CEART

Para realização das atividades mencionadas será necessário:

a) Celebrar convênios ou elemento congênere com Instituições sem fins lucrativos

Em relação as Despesas Correntes para o custeio de implementação das ações do projeto a STDS lançará Edital de Chamada Pública com vistas a Seleção e Contratação de Instituições sem fins lucrativos. O Edital será publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado no Site da STDS.

A Chamada Pública será realizada em duas etapas. A primeira etapa consistirá na avaliação da documentação de Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Previdenciária, Qualificação Técnica, Qualificação Econômico-Financeira e Trabalhista. A segunda fase consistirá da avaliação da Documentação e análise das Propostas Técnicas.

Para tanto, a STDS constituirá, por meio de Portaria, uma Comissão Técnica de Credenciamento e Seleção da Chamada Pública – CTCS para organização e avaliação da documentação das Instituições participantes da CHAMADA PÚBLICA e irá declarar a INSTITUIÇÃO vencedora, habilitada e apta a firmar contrato com a Secretaria, após homologação do certame.

b) Realizar procedimento licitatório para aquisição de material permanente

Os recursos estabelecidos para Despesas de Capital serão realizados diretamente pela STDS com a abertura de Processo Licitatório para a aquisição de móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, veículos e obras civis, que serão destinados ao fortalecimento dos Grupos e Entidades de Produção artesanal assistidas pelo projeto.

9. Produtos

- Artesãos com identidades artesanais emitidas e benefícios fiscais assegurados;
- Artesãos capacitados para aperfeiçoamento da produção artesanal e gestão de negócio;
- Entidades artesanais credenciadas;
- Artesãos e entidades artesanais, beneficiados com a participação em feiras e eventos;
- Entidades apoiadas para maior fortalecimento institucional e melhoria da qualidade da produção;
- Certificados de autenticidade do produto artesanal emitidos.

10. Metas

- 3.000 artesãos cadastrados e credenciados;
  - 400 artesãos capacitados para aperfeiçoamento da Produção Artesanal em dois módulos: Capacitação Tecnológica e Gestão empreendedora, com carga horária de 80 h;
  - Uma Feira Estadual de Artesanato realizada com 230 artesãos expositores, representantes de entidades artesanais e grupos produtivos, 4.500 artesãos beneficiados.
  - Uma Feira Regional de Artesanato realizada com 130 artesãos expositores, beneficiando 2.250 artesãos;
  - Participação em 02 Eventos Nacionais de Comercialização de Produtos Artesanais, constantes do calendário nacional de eventos dessa natureza, com representação do artesanato cearense, beneficiando aproximadamente 1.500 artesãos;
  - Um sistema de certificação da produção artesanal implementado.

11. Resultados Esperados

- Artesãos com benefícios fiscais assegurados;
- Entidades artesanais fortalecidas para proporcionar a melhoria da qualidade da produção e sua organização e aptas para competir no mercado Estadual e Nacional e internacional;

- Ampliação dos canais de comercialização;
- Melhoria de renda dos artesãos;
- Melhoria da qualidade da produção artesanal no Estado.

O projeto promoverá transformações relevantes no segmento com o incentivo e apoio ao trabalho, comercialização dos produtos artesanais e fortalecimento das entidades e grupos artesanais, ampliando sua capacidade de gestão e sua autonomia, contribuindo para a autossustentabilidade do setor artesanal.

Com esses resultados atingidos, haverá um aumento significante na renda dos artesãos beneficiados, melhoria na sua qualidade de vida e consequentemente haverá redução dos índices de pobreza.

12. Integração das ações

Uma das principais estratégias de atuação do projeto Artesanato competitivo está pautada na intersetorialidade e na construção de parcerias responsáveis que adotem o artesanato não somente com o objetivo de geração de trabalho e renda, mas, sobretudo de responsabilidade social e de reconhecimento nato do valor da cultura o povo cearense.

Pensando nesse aspecto, algumas ações do projeto já são executadas em parceria com outras secretarias e programas de governo, podemos mencionar:

Instituição Parceira	Ação Realizada
Secretaria de Agricultura e Ematerce	- Grupos de agricultores do vale do Jaguaribe e Senador Pompeu recebem qualificação para desenvolvimento de produtos artesanais - Apoio a comercialização de sua produção através da participação em feiras e eventos e da venda de produtos nas lojas CEART
Secretaria de Justiça	- Qualificação para desenvolvimento de novas coleções artesanais em casa de detenção feminina e masculina; - Apoio a comercialização de sua produção através da participação em feiras e eventos e da venda de produtos nas lojas CEART. - Realizar ações de qualificação , junto ao público-alvo do Projeto Geração Livre.
Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social	- Mães de jovens atendidos pelos programas Viva Gente recebem incentivos para desenvolvimento de produtos artesanais e apoio à comercialização através das lojas Ceart.
Secretaria de Turismo	Promover o Artesanato Cearense, através da participação em feiras e eventos, assegurar a participação nos projetos estruturantes nos polos turísticos. Viabilizar a divulgação do artesanato nas peças promocionais do Estado.
Secretaria da Cultura	Apoiar a participação do artesanato Cearense em projetos que valorizem a cultura e as tradições do Estado.

13. Monitoramento

O monitoramento das ações do projeto Artesanato Competitivo será efetivado a partir de visitas de acompanhamento, supervisão e avaliação sistemáticas junto às entidades artesanais e grupos produtivos beneficiados, visando verificar se os resultados estão sendo alcançados conforme o planejado do ponto vista quantitativo e qualitativo.

Serão aplicadas instrumentais antes da realização das ações de capacitação para realização de diagnóstico da demanda e diagnóstico Iconográfico.

As visitas de monitoramento serão realizadas pela equipe técnica da Coordenadoria do Artesanato e Economia Solidária e registradas em relatórios de monitoramento contendo dados quantitativos, análise qualitativa das ações, verificação do alcance das metas, objetivos e proposições, devidamente designada para esse fim, sendo permitida a assistência de terceiros para acompanhar toda a execução do objeto do Projeto que, também, desenvolverá ações de acompanhamento da execução físico e financeira da Instituição contratada.

Para garantir a eficiência, eficácia e efetividade social das ações previstas no Plano de Trabalho do Projeto "Artesanato Competitivo", a STDS, via a Coordenadoria do Artesanato colocará à disposição do projeto uma equipe técnica formada por profissionais com qualificação e conhecimentos adequados as atividades previstas, zelando pela transparência e lisura na aplicação dos recursos. O monitoramento deverá observar ainda como está se processando o desenvolvimento do projeto, qual o alcance dos objetivos e o impacto das ações junto aos usuários.

- **Acompanhamento pedagógico das ações, quem realiza e a sistemática.**

O acompanhamento será realizado pela equipe pedagógica do projeto através dos relatórios, fichas de inscrição e lista de presença dos educandos e de recebimento do lanche, apostilas e material pedagógico (quando for previsto), além do acompanhamento "in loco" pela coordenação das ações.

- **Mecanismos de acompanhamento e avaliação do projeto a serem utilizados**

- Realização de Reuniões sistemáticas (mensais) com a Entidade Executora para acompanhamento da ação e implementação de ajustes quando necessários;
- Visitas Técnicas de acompanhamento e supervisão "in loco" para verificar a execução das ações;
- Realização de acompanhamento de todas as ações executadas através das fichas de inscrições, relatório de frequência, oficinas e cursos realizados.
- Elaboração dos relatórios técnicos dos designeres e dos instrutores de capacitação;
- Realização de Diagnósticos de demanda e relação de pré-inscritos;
- Relatórios de viagens de acompanhamento das ações de capacitação;
- Registros fotográficos, depoimentos de participantes a cada ação;
- Comprovante do cadastro dos Artesãos no banco de dados do Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato;
- Relatórios trimestrais de execução e financeiros.
- Relação de frequência diária nas ações de capacitação.
- Depoimento das lideranças e gestores das organizações sociais parceiras em cada município contemplado.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Os beneficiários do projeto serão cadastrados e registrados com seus dados pessoais, além da atualização do cadastro de artesãos realizado pela CEART.

14. Pressupostos de Risco

O processo licitatório para a contratação de instituições especializadas na operacionalização de ações voltadas para o desenvolvimento do artesanato poderá atrasar o início das ações, comprometendo a execução das ações dentro dos prazos estabelecidos.

Os parceiros não priorizarem as ações de apoio ao artesanato comprometendo a liberação de recursos.

15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP (R$)	Valor Outras Fontes (R$)	Valor Total (R$)
Natureza da Despesa			
1. Despesas Correntes			
1.1 Repasses para Entidade	1.500.000,00		1.500.000,00
Elemento de Despesa **(335039**)			
Total	**1.500.000,00**	**0,00**	**1.500.000,00**

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Março	Abril	Maio	Junho	Agosto	Total
Repasse para Entidade	200.000,00	200.000,00	375.000,00	575.000,00	150.000,00	**1.500.000,00**
Total						**1.500.000,00**

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

N° de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R$)	Pessoas Beneficiadas
01	1 – Região Metropolitana de Fortaleza	Fortaleza	978.632,00	13.400
		Itaitinga	25.568,00	20
		Maranguape	25.568,00	20
		Aquiraz	25.568,00	20
		Caucaia	25.568,00	20

		Total da Região	**1.080.904,00**	**13.480**
02	2- Litoral Oeste	Apuiarés	25.568,00	20
		Camocim	25.568,00	20
		Total da Região	**51.136,00**	**40**
03	3 – Sobral / Ibiapina	Sobral	163.416,00	2.290
		Total da Região	**163.416,00**	**2.290**
03	4 - Sertão dos Inhamuns	Tauá	25.568,00	20
		Crateús	25.568,00	20
		Total da Região	**51.136,00**	**60**
04	5 - Sertão Central	Quixadá	25.568,00	20
		Quixeramobim	25.568,00	20
		Total da Região	**51.136,00**	**40**
05	06- Maciço de Baturuté	Capistrano	25.568,00	20
		Total da Região	**25.568,00**	**20**
06	7 – Litoral Leste/ Jaguaribe	Aracati	25.568,00	20
		Jaguaretama	25.568,00	20
		Icapuí	25.568,00	20
		Total da Região	**76.704,00**	**60**
Total Geral			**1.500.000,00**	**15.990**

Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Desenvolvimento do Artesanato e Economia Solidária
Técnico	Amanaci Diógenes Braga
E-mail	coordenacaoceart@stds.ce.gov.br
Fone	85 – 3101.1625 / 3101.1627

ANEXO 1

MARCO LÓGICO
(Artesanato Competitivo – MAPP 26)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Melhoria da Renda do Artesão Cearense	Nível de renda do artesão	Pesquisa Direta	Recursos financeiros insuficientes, para realizar o levantamento.
Resultados	Produtos Artesanais competitivos e atendendo às demandas do mercado	Melhoria da qualidade da Produção Artesanal	Produtos artesanais certificados com o “SELO CEART”	Recursos financeiros e equipe técnica insuficiente para implementar as ações.
	Artesãos com benefícios fiscais assegurados em parceria com SEFAZ	Número de artesãos cadastrados e entidades artesanais credenciadas no Programa de Desenvolvimento do Artesanato Cearense	Registro dos artesãos cadastrados e entidades artesanais credenciadas no banco de dados do Programa de Desenvolvimento do Artesanato Cearense	
	Ampliação dos canais de comercialização para o artesanato Cearense	Aumento das Vendas	Número de peças artesanais comercializadas	
Produtos	Artesãos Capacitados	Novas coleções de produtos desenvolvidas	- Lista de Frequências dos cursos - Projetos de desenvolvimento de novos produtos - Relatórios Técnicos dos Designers e Instrutores	
	Cadastramento de artesãos e credenciamento de entidades artesanais no Programa de Desenvolvimento do Artesanato	Identidades artesanais e certificados de credenciamento de entidades artesanais emitidos.	Registro dos artesãos cadastrados e entidades artesanais credenciadas no banco de dados do Programa de	

	Cearense.		Desenvolvimento do Artesanato Cearense	Recursos financeiros e equipe técnica insuficiente para implementar as ações.
	Acesso ao mercado viabilizado para artesãos e entidades artesanais	Artesãos e entidades artesanais beneficiados com a participação em feiras e eventos e através da comercialização nas lojas Ceart	- Relatórios Técnicos dos eventos - Relação de Frequência - Registro Fotográfico	
	Certificados de Autenticidade dos produtos artesanais e de reconhecimento das obras de Arte popular Cearenses Emitidos	Produto artesanal Cearense Certificado com o Selo CEART	- Relatório Técnico com o protocolo da certificação	
Atividades	Capacitar o artesão com foco no Desenvolvimento Tecnológico e na Gestão	Capacitações realizadas	- Lista de Frequências - Relatório Técnico - Registro Fotográfico	Recursos financeiros insuficientes para implementar as ações.
	Viabilizar a participação do artesanato cearense em feiras e eventos de promoção e comercialização locais, regionais, estaduais e nacionais.	Número de Eventos apoiados/ realizados	- Registro fotográfico - Lista de Frequências - Relatório Técnico	
Insumos	Recursos Fecop e Equipe Técnica capacitada	Recursos Fecop e Equipe Técnica capacitada	Recursos Fecop e Equipe Técnica capacitada	Recursos Fecop e Equipe Técnica capacitada

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS

PROJETO: Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS

JANEIRO/2015

Secretaria:	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
Programa:	50 Assistência Social
MAPP Nº:	29 Cofinanciamento CREAS
Período de Execução:	Março a Dezembro/2015
Categoria	Assistência Social – Proteção Social Especial

1. Descrição do Projeto

O Projeto "Fortalecimento dos Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos com direitos violados ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS", parte integrante da Política de Assistência Social, objetiva acompanhar em caráter contínuo e ininterrupto indivíduos e famílias em situação de risco ou com direitos violados. Além do atendimento ofertado pelo CREAS Regional de Fortaleza na capital e municípios vinculados (Acarape, Barreira, Chorozinho, Pindoretama e Guaramiranga), o projeto visa também cofinanciar 50 CREAS Municipais do interior do Estado do Ceará, conforme os indicadores do Censo do Mapa de Risco – CEMARIS. O CREAS desenvolve as seguintes ações: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos – PAEFI; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O Governo do Estado do Ceará busca assegurar direitos aos indivíduos em situação de risco e que vivem em situação de violência ou violação desses direitos por meio da execução das ações do CREAS Regional e do cofinanciamento dos 39 CREAS municipais, através da Política de Assistência Social, articulada com outras políticas públicas, fortalecendo a rede de atendimento socioassistencial e de defesa social a partir da estruturação do Sistema Estadual de Assistência Social.
O referido projeto desenvolvido pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS contribuirá para o Resultado Estratégico Setorial da População que vive em Situação de Vulnerabilidade e Risco, com garantia da oferta de serviços socioassistenciais da Proteção Social do SUAS e o acesso a outras políticas setoriais, como: segurança alimentar e nutricional, trabalho e geração de renda, saúde educação e outras. Os serviços do CREAS são especializados e executados por uma equipe multiprofissional, com formação nas áreas social, jurídica e psicológica.
Dessa forma, o CREAS é uma unidade de referência do SUAS e, no âmbito da Política Estadual da Assistência Social, é considerada a mais importante para oferta de serviços da rede de atendimento aos indivíduos que vivem em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, materializando mais uma conquista para a população brasileira, mais especificamente para os cearenses, em especial para aqueles segmentos mais vulnerabilizados como crianças e adolescentes, idosos, mulheres e pessoas em situação de rua.

3. Diagnóstico

Dados dos censos do IBGE (2010), do CEMARIS (2013) e de pesquisas nacionais sobre os indicadores sociais e econômicos da população brasileira possibilitaram traçar o perfil do público atendido pela Política de Assistência Social e mais especificamente no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, visto que se trata de pessoa em situação de risco ou com violação de direitos. Estudos científicos já apontam que indivíduos que vivem em grandes centros urbanos estão mais vulneráveis à situação de violência ou à violação dos seus direitos e ao acesso aos serviços essenciais ofertados pelas unidades públicas que operacionalizam as políticas públicas. "No Brasil, as estatísticas sobre violência vem crescendo assustadoramente nos centros urbanos" (HUGUES, 2003) Para o autor, "esse grande índice de violência está relacionado com a desigualdade social e com a má distribuição de renda."

De acordo com o censo do IBGE (2010) estimou uma população de 8.842.791 habitantes em 2014, no Estado do Ceará. Desse total, 48,7% são homens e 51,2% é do sexo feminino. Entre essa população, estima-se que 1.193.776 (13,5% do total) possui renda familiar de até 1/2 salário mínimo per capita e reside em áreas com precárias condições de saneamento básico e sem moradia própria. Essa situação se agrava quando confrontamos esses dados com o perfil dessas famílias: 936.349 famílias são chefiadas por mulheres e possui, no mínimo, 01 criança com idade até 03 anos.

O censo do IBGE(2010) estimou também que, no ano de 2014, 2.571.886 habitantes moram em Fortaleza. Isto é, cerca de 1/3 da população do Estado. Nas famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo (7,05% da população), 51,8% são chefiadas por mulheres e possui, no mínimo, 01 criança com idade até 03 anos. A partir dessas informações, podemos concluir que grande parte da população do Estado e, principalmente, de Fortaleza, vive em situação de vulnerabilidade e pobreza.

Como visto, esse contexto de desigualdade social propicia o cenário de violência, não somente a violência urbana, mas também a violência doméstica, uma vez que agrava os conflitos sociais, fragilizando ainda mais os vínculos familiares e aumentando as vulnerabilidade e os riscos sociais.

Levando-se em consideração os principais casos de violação de direitos atendidos nos CREAS no Ceará, apresentamos a seguir alguns dados relativos à pessoa idosa, criança e adolescente e mulher, de acordo com alguns órgãos do Estado:

Pessoas Idosas – segundo o Ciaprevi (Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa), os casos de violência contra esse segmento aumentaram 22,23% em 2012 no Ceará, estando entre os crimes mais denunciados: negligência, abuso financeiro, abandono e violência psicológica, sendo filhos e netos os que maiores violadores.
Crianças e adolescentes – o Disque Direitos Humanos (Disque 100), registrou em 2013 um número de 12.698 denúncias, sendo 1.363 (11%) casos de violência sexual e 332 casos de exploração sexual.
Mulheres – a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) registrou 267 assassinatos de mulheres em 2013. Segundo o Observatório de Violência contra a Mulher (Observem) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no ano de 2013 foram registrados 9.980 casos de violência doméstica.

A STDS realiza, a cada 02 anos, o Censo Mapa de Risco Social (CEMARIS), uma estatística dos casos de violência notificados nos municípios cearenses. Dados do

CEMARIS 2013, mostram as principais situações de violação de direitos nos segmentos abaixo referidos:

CASOS PESSOA IDOSA	CEARÁ	FORTALEZA
Exploração Patrimonial	493	49
Violência Física	313	51
Violência Psicológica	635	82
Negligência	831	84
Abandono	157	19

Fonte: CEMARIS 2013

CASOS MULHER	CEARÁ			FORTALEZA		
	JOVEM	ADULTA	IDOSA	JOVEM	ADULTA	IDOSA
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	498	2.577	1.238	08	48	153
VIOLÊNCIA SEXUAL	48	68	10	0	04	01

Fonte: CEMARIS 2013

CASOS CRIANÇA/ ADOLESCENTE	CEARÁ		FORTALEZA	
	CRIANÇA	ADOLESCENTE	CRIANÇA	ADOLESCENTE
ABANDONO	510	203	36	20
NEGLIGÊNCIA	3.526	1.603	447	280
EXPLORAÇÃO SEXUAL	80	197	25	51
ABUSO SEXUAL	1.208	912	328	222
VIOLÊNCIA FÍSICA	1.328	947	236	140
VIOL. PSICOLÓGICA	826	657	105	72
TRABALHO INFANTIL	422	516	248	233

Fonte: CEMARIS 2013

4. Justificativa

No Ceará, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social, tem contribuído com a redução dos indicadores de violações de direitos, na garantia da proteção social às famílias e indivíduos atendidos, e

no acesso aos serviços socioassistenciais e de outras políticas setoriais.

Na perspectiva do atendimento às situações de violências, a política de proteção social especial, conforme o Sistema Único da Assistência Social – SUAS deve ser realizado pelos Centros de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS.

Em Conformidade com a Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, em seu artigo 15, é responsabilidade do Estado "IV – *organizar, coordenar e prestar serviços regionalizados da proteção social especial de média e alta complexidade, de acordo com o diagnóstico socioterritorial e os critérios pactuados na CIB e deliberados pelo CEAS."*

A referida Resolução prevê ainda no mesmo artigo 15, inciso "II – *cofinanciar, por meio de transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo os serviços, programas, projetos e benefícios eventuais e o aprimoramento da gestão, em âmbito regional e local."*

Assim, o projeto visa enfrentar, prevenir e minimizar os casos de violência e de violação de direitos vivenciada por pessoas público-alvo da assistência social, promovendo o atendimento e acompanhamento desses indivíduos e suas famílias, além de ampliar as ações para outros municípios, de acordo com os critérios de partilha do Censo do Mapa de Risco – CEMARIS, com a finalidade de fortalecer as ações de proteção e atendimento especializado também no interior do Estado, à exceção do pagamento de pessoal.

Dessa forma, o projeto potencializará o atendimento de famílias e indivíduos com direitos violados tanto na capital e municípios vinculados, como também em outros municípios que tenham CREAS em funcionamento.

5. Histórico

Em julho de 1996, o Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola foi concebido para intervir na realidade das crianças e adolescentes em situação de rua, na cidade de Fortaleza. Seu desenho inspirou-se no relatório final do "Censo de Rua na Cidade de Fortaleza e Registros Quantitativos e Qualitativos" publicado em 1994, sob o título "Meninos e Meninas de Rua: Cenário de ambiguidades.

Desde então, o Programa acumulou conhecimentos e experiências sobre a realidade dessas crianças e adolescentes, de forma a qualificar seus quadros no trato dessa questão e dos danos dela decorrentes, além de identificar e estimular os fatores protetores e promotores de direitos que possibilitem a crianças/adolescentes e suas famílias um desenvolvimento favorável em meio a circunstâncias tão adversas.

A partir de Julho de 2009, visando a adequação à nova política de assistência, tendo por base o SUAS, as ações desenvolvidas pelo citado Programa foram incorporadas ao CREAS Regional de Fortaleza, funcionando enquanto Serviço Especializado em Abordagem Social.

Apesar das adequações realizadas, inicialmente o nome Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola permaneceu inalterado. Todavia, em 2013, primando por um melhor entendimento das alterações implantadas, viu-se a necessidade de adequação da referida denominação, quando então foi sugerida a alteração da nomenclatura do Programa para " **Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados**

da Assistência Social – CREAS".

Assim, em se tratando de realizações financeiras, o referido Programa pode ser apresentado resumidamente da seguinte forma:

Ano	Valor Total Aplicado	Valor FECOP	Nº de Beneficiários
2007	5.142.976,34	5.142.976,34	3.650 indivíduos
2008	5.547.141,45	5.547.141,45	4.936 indivíduos
2009	5.746.358,25	5.746.358,25	3.757 indivíduos
2010	5.149.591,25	5.149.591,25	2.905 indivíduos
2011	5.536.006,60	5.550.935,87	17.811 indivíduos
2012	5.576.279,88	6.748.087,50	8.706 indivíduos
2013	7.119.232,31	5.794.223,65	15.409 indivíduos
2014	5.881.976,29	5.897.125,49	11.251 indivíduos

6. Público-alvo

Famílias e indivíduos vítimas de violência ou em situação de violação de direitos.

6.1 – Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- Famílias e indivíduos vítimas de violência ou em situação de violações de direitos em decorrência de: violência física, psicológica e negligência; abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil, dentre outras que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem-estar.
- Adolescentes e suas famílias ou jovens com idade entre 18 a 21 anos em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente e suas famílias.

6.2 – Documentos comprobatórios da situação de pobreza

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 203, estabelece que: *"A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social..."* Assim sendo, a Lei Estadual nº 14.859/10 não se aplica ao público-alvo do Projeto, pois especificamente na proteção social especial, que atende casos de violação de direitos, onde os usuários buscam atendimento para seus problemas ou são encaminhados pelos órgãos de defesa, não cabendo portanto comprovação de situação de pobreza, embora na prática se constate que a maioria dos usuários são pessoas desfavorecidas economicamente.

7. OBJETIVOS

Geral

Fortalecer o acompanhamento especializado no âmbito da proteção social especial da Média Complexidade às famílias e indivíduos com direitos violados, que se encontram em situação de risco pessoal e social, em Fortaleza e municípios de maior incidência de casos de violação de direitos, visando garantir a proteção social e a convivência familiar e comunitária.

- **Específicos**

- Ofertar serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, possibilitando o acesso aos direitos socioassistenciais, o resgate e o fortalecimento de vínculos familiares e de sua capacidade protetiva;
- Acompanhar adolescentes em cumprimento de medida de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, nos municípios vinculados ao CREAS Regional de Fortaleza.
- Identificar a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de moradia de rua, mendicância, dentre outras, através do Serviço Especializado em Abordagem Social.
- Possibilitar acesso aos serviços ofertados pela rede intersetorial às famílias em acompanhamento pelo PAEFI, preferencialmente aos projetos de inclusão produtiva, no âmbito do Estado e municípios.
- Conceder, em caráter emergencial, cestas básicas às famílias em situação de extrema pobreza.
- Cofinanciar os Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, de acordo com os critérios de partilha do Censo do Mapa de Risco – CEMARIS.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

8.1. Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a crianças, adolescentes, famílias e indivíduos em situação de ameaça e/ou violação de direito

Os indivíduos e famílias identificadas com direitos violados receberão acompanhamento especializado promovido pela equipe técnica formada por Advogados, Assistentes Sociais, Sociólogos, Pedagogos e Psicólogos, através de atendimentos individualizados e/ou em grupos, visitas domiciliares/institucionais e encaminhamentos para a rede socioassistencial. Em caso de permanência da situação violadora, o caso é repassado ao Conselho Tutelar, órgão responsável pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes, e/ou ao Ministério Público para providências cabíveis.

8.2. Acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, nos municípios vinculados

Os adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida - LA e/ou Prestação de Serviço à Comunidade - PSC são encaminhados ao Serviço pelo Poder Judiciário local para acompanhamento da medida judicial através de atendimento psicossocial individual e familiar; elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA, onde

constam suas metas pessoais, educacionais, profissionais e sociais. A equipe técnica providenciará os devidos encaminhamentos que se fizerem necessários (para a unidade onde o adolescente prestará o serviço previsto na medida socioeducativa, para a rede educacional, serviços de saúde, rede socioassistencial e demais setoriais). O monitoramento será realizado pela equipe técnica através dos atendimentos individuais e visitas domiciliares mensais, para averiguação da situação de reinserção do adolescente. Durante esse processo, a família receberá, conforme a necessidade de cada caso, orientação jurídica no próprio serviço do CREAS.

8.3. Atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, com atividades de equitação e música em regime de contra turno escolar no Projeto Cavaleiros do Futuro, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, através do Regimento de Polícia Montada. As crianças e adolescentes identificados em situação de risco pessoal e social que demonstrem interesse por equitação ou música são engajados no Projeto Cavaleiros do Futuro, desenvolvido no Regimento de Polícia Montada, através de parceria entre esta Secretaria e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará. Na sede do Regimento, recebem aulas de equitação e música conforme suas aptidões e participam de oficinas socioeducativas e palestras realizadas pela equipe técnica do CREAS Regional de Fortaleza.

8.4. Encaminhamento das famílias acompanhadas pelo PAEFI para as oficinas de inclusão produtiva e a outros serviços ofertados pela rede intersetorial a fim de possibilitar o acesso às atividades de ocupação e renda. Identificação e cadastramento das famílias acompanhadas pela equipe técnica do CREAS que não exerçam atividade remunerada, buscar-se-á conhecer suas aptidões e habilidades, a fim de permitir o devido encaminhamento para cursos de qualificação e, posteriormente, para inclusão em atividades de ocupação e renda.

8.5. Concessão, em caráter emergencial, cestas básicas às famílias das crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza

Será concedida cesta básica, em caráter **excepcional**, de forma assistemática, nos casos em que for constatada a situação de vulnerabilidade da família afetada por doença, desemprego e outros fatores que os impossibilitem de prover o próprio sustento.

8.6. Cofinanciamento dos Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, de acordo com os critérios de partilha do Censo do Mapa de Risco – CEMARIS. Através do Censo do Mapa de Risco – CEMARIS, elaborado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado, os municípios que apresentam os maiores índices de violência serão cofinanciados com o valor de 50% do recurso repassado pelo MDS, cujo repasse se dará diretamente Fundo a Fundo. O cofinanciamento deverá ser utilizado para o fortalecimento das ações realizadas pelos Creas municipais.

8.7. Identificação de situações de risco e acompanhamento dos indivíduos abordados pelo serviço especializado de abordagem social. As crianças, adolescentes ou indivíduos identificados pelo Serviço em situação de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de moradia de rua, mendicância, entre outros, são acompanhados pela equipe técnica especializada por meio de atendimento individualizado e/ou em grupos, visitas domiciliares, contatos e visitas institucionais, além de encaminhamentos para a rede socioassistencial.

9. PRODUTO

PRODUTOS	QUANTIDADE	FONTES DE VERIFICAÇÃO
Indivíduos e suas famílias cadastrados e acompanhados, com direitos socioassistenciais garantidos.	100% da demanda de indivíduos e famílias em situação de ameaça e/ou violação de direito atendida	Fichas de acompanhamento e Relatório técnico
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (LA e PSC) acompanhados.	Acompanhamento de 100% dos adolescentes encaminhados pelo Juiz da Infância e Juventude	Plano Individual de Atendimento e Relatório técnico
Famílias encaminhadas para inclusão em atividades de ocupação e renda.	100% das famílias das crianças e adolescentes atendidas no CREAS, que se encontram excluídas de atividade remunerada, encaminhada para atividades de ocupação e renda	Fichas de encaminhamento e Relatório técnico
Municípios cofinanciados com Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	Nº de municípios cofinanciados com PAEFI	Relatório Técnico e Visitas de monitoramento

10. Metas

- Atender 100% da demanda espontânea, encaminhada por outros serviços ou denunciadas, através de apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de risco e/ou violação de direitos, em Fortaleza e nos municípios vinculados (Acarape, Barreira, Chorozinho, Pindoretama e Guaramiranga), no período de Janeiro a Dezembro de 2015;

- Acompanhar 100% dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (LA e PSC), encaminhados pelo Juiz da Infância e Juventude, nos municípios de Acarape, Barreira, Chorozinho, Pindoretama e Guaramiranga, nos meses de Janeiro a Dezembro de 2015;

- Identificar e acompanhar 100% das crianças, adolescentes e indivíduos abordados nas ruas, que vivem em situação de risco pessoal e social no período durante os meses de Janeiro a Dezembro de 2015;
- Atender 100% das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, com atividades de equitação e música em regime de contra turno escolar, inseridas no Projeto Cavaleiros do Futuro, no período de janeiro a dezembro.
- Encaminhar 100% das famílias atendidas pelo CREAS na cidade de Fortaleza, que se encontram excluídas de atividades remuneradas, para atividades de ocupação e renda, nos meses de Janeiro a Dezembro de 2015;
- Conceder, em caráter emergencial, 480 cestas básicas às famílias residentes em Fortaleza, em situação de extrema carência socioeconômica, durante os meses de Janeiro a Dezembro de 2015;
- Cofinanciar, de forma regular e automática, o Serviço de proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, 50 municípios do interior do Estado, conforme critérios pactuados na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, de Janeiro a Dezembro de 2015.

11. Resultados Esperados

- 100% das famílias atendidas com ações do PAEFI com direitos socioassistenciais garantidos, sem reincidência da situação de violação de direitos;
- 100% dos adolescentes ressocializados e acolhidos na família;
- 100% das crianças, adolescentes e indivíduos abordados nas ruas identificados e acompanhados;
- 100% das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social inseridos e acompanhados no Projeto Cavaleiros do Futuro;
- 100% das famílias atendidas pelo CREAS incluídas em atividades de ocupação e renda;
- 50 municípios cofinanciados com recursos estaduais para fortalecimento das ações dos PAEFI.

12. Integração das Ações

Com o intuito de garantir o acesso aos serviços e direitos, a execução das ações se darão articuladas com outras políticas públicas e órgãos de defesa social, dentre os quais podemos citar: Serviços socioassistenciais de proteção social básica e proteção social especial; serviços de políticas públicas setoriais; Redes sociais locais; sociedade civil organizada; demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; Sistema de Segurança Pública; Instituições de Ensino e Pesquisa; Serviços, programas e projetos de Instituições não governamentais e comunitárias.

13 - Monitoramento

Atualmente, as equipes dos CREAS alimentam o Registro Mensal de Atendimentos, através de sistema *on line*, instrumental elaborado pelo MDS para monitoramento dos atendimentos, onde constam os novos casos inseridos no mês, conforme as faixas etárias e violações sofridas, incluindo os encaminhamentos realizados. Além disso, a equipe de supervisão técnica da Célula de Média Complexidade realiza monitoramento semestral através de visita in loco.

O processo de monitoramento acontecerá de forma mais sistemática e informatizada tão logo o Sistema de Monitoramento das Unidades estiver implantado na STDS, tal sistema permitirá o acompanhamento de todo o processo referente aos indivíduos atendidos no serviço, desde a sua entrada até o encaminhamento para a rede socioassistencial.

13.1- Dados Utilizados

O Sistema de Monitoramento das Unidades permitirá o conhecimento dos dados quantitativos no que diz respeito a nº de atendimentos realizados por cada especialidade (jurídico, social, psicológica); n° de pessoas atendidas por violação sofrida, conforme tipificação dos serviços socioassistenciais; n° de visitas domiciliares realizadas; n° de visitas institucionais; n° de cestas básicas concedidas; n° encaminhamentos realizados; n° de abordagens sociais realizadas.

Os dados serão coletados e analisados sistematicamente através do Sistema de Monitoramento das Unidades – SMU, a fim de verificar os procedimentos realizados em cada caso. São também colhidas informações por meio de relatos das pessoas atendidas, o que possibilita verificar a efetividade dos encaminhamentos.

Além disso, serão analisados os dados estatísticos dos atendimentos e produzidos relatórios técnicos gerados a partir dos acompanhamentos realizados às pessoas, indivíduos e famílias, bem como do assessoramento técnico aos municípios. A alimentação do referido sistema se dá em tempo real.

13.2- Cadastro dos Beneficiários

Atualmente, o cadastro dos beneficiários é feito no Registro Mensal de Atendimentos do MDS, onde constam além do nome completo, número do CPF ou NIS e encaminhamentos realizados. O cadastramento é realizado ainda no Prontuário SUAS, onde são inseridas todas as informações inerentes ao atendimento, desde as informações familiares, relativas à educação, habitação, atendimentos, encaminhamentos, entre outros. No âmbito estadual, os indivíduos atendidos pelo Serviço serão registrados no Sistema de Monitoramento das Unidades – SMU. Enquanto o Sistema não é implantado, será solicitado que cada CREAS envie mensalmente à STDS uma planilha informatizada das pessoas beneficiadas.

14. Pressupostos de Risco

Atualmente, tem-se percebido que a rede socioassistencial existente não tem dado conta de atender a demanda crescente da população em situação de risco na cidade de Fortaleza, assim como no interior do estado. Dessa forma, a execução do referido projeto pode ser prejudicado pela insuficiência da retaguarda de apoio a população atendida.

Outro fator de risco diz respeito à interrupção do repasse dos recursos, o que impediria a continuidade das ações planejadas.

A rotatividade dos profissionais nos municípios cofinanciados é outro sério pressposto de risco, pois sabe-se que o serviço prestado não deve sofrer solução de continuidade e a mudança de técnicos prejudica a qualidade do mesmo.

15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP (R$)	Valor Total (R$)
NATUREZA DA DESPESA		
1.1. Material de Consumo (**339030**)	52.347,60	52.347,60
1.2. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (**339039**)	416.346,80	416.346,80
1.3. Repasse para Municipio (**334141**)	1.725.600,00	1.725.600,00
1.5. Contribuições-Transferências (**335041**)	3.846.905,60	3.846.905,60
1.6. Outras Despesas Correntes (**339032**)	58.800,00	58.800,00
TOTAL	**6.100.000,00**	**6.100.000,00**

.

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Especificação	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Geral (R$)
Despesas Correntes	1.524.824,97	508.741,67	508.041,67	508.741,67	508.041,67	508.741,67	508.041,67	508.741,67	508.041,67	508.041,67	6.100.000,00
Total Geral (R$)	**1.524.824,97**	**508.741,67**	**508.041,67**	**508.741,67**	**508.041,67**	**508.741,67**	**508.041,67**	**508.741,67**	**508.041,67**	**508.041,67**	**6.100.000,00**

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

N° de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R$)	Pessoas Beneficiadas
1	Região 1	Fortaleza (CREAS de Fortaleza)	5.237.200,00	250
2		Cofinanciamento Fortaleza	39.000,00	80
3	Região 2	Acaraú	30.900,00	80
4		Marco	19.500,00	50
5		Apuiarés	19.500,00	50
6		Jijoca de Jericoacoara	19.500,00	50
7		Pentecoste	19.500,00	50
8		Itarema	19.500,00	50
9		Uruburetama	19.500,00	50
10		Morrinhos	19.500,00	50
11	Região 3	Sobral	39.000,00	80
12		Viçosa do Ceará	24.000,00	80
13		Tianguá	24.000,00	80
14		Santana do Acaraú	19.500,00	50
15		Carnaubal	19.500,00	50
16		Massapê	19.500,00	50
17		Ibiapina	19.500,00	50
18		Irauçuba	19.500,00	50
19	Região 4	Quiterianópolis	19.500,00	50
20		Tauá	24.000,00	80
21		Crateús	24.000,00	80
22	Região 5	Banabuiú	19.500,00	50
23		Senador Pompeu	19.500,00	50
24		Quixadá	24.000,00	80
25	Região 6	Baturité	19.500,00	50
26		Redenção	19.500,00	50

27	Região 7	Aracati	30.900,00	80
28		Tabuleiro do Norte	19.500,00	50
29		Russas	24.000,00	80
30		Limoeiro do Norte	24.000,00	80
31	Região 8	Umari	19.500,00	50
32		Penaforte	19.500,00	50
33		Jucás	19.500,00	50
34		Mauriti	19.500,00	50
35		Acopiara	24.000,00	80
36		Barro	19.500,00	50
37		Missão Velha	24.000,00	80
38		Assaré	19.500,00	50
39		Várzea Alegre	19.500,00	50
40		Caririaçu	19.500,00	50
Total			**6.100.000,00**	**2.590**

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Célula de Média Complexidade
Técnico	Heurenice Moura / Sandra Alves / Evânia Lucena / Rozângela Araruna
E-mail	mediacomplexidade@stds.ce.gov.br
Fone	3101.2100 / 3101.1655

Anexo 1
MARCO LÓGICO
(Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos CREAS)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de verificação	Riscos
Impactos	- Famílias e indivíduos com direitos garantidos e com a situação de violação de direitos e os riscos sociais superados	- % de Famílias e indivíduos com direitos garantidos, sem reincidência da situação de violação de direitos	- Pesquisa qualitativa	- Interrupção do repasse dos recursos - Fragilidade da rede socioassistencial
	- Redução da reincidência da prática do ato infracional	- % da reincidência da prática do ato infracional	- Pesquisa qualitativa	
	- Redução e prevenção de situações de isolamento social e de abrigamento institucional	- % de redução e prevenção de situações de isolamento social e de abrigamento institucional	- Pesquisa qualitativa	
	- Melhoria da qualidade de vida das famílias.	- % de famílias com melhor qualidade de vida	- Pesquisa quantitativa/ SAGI	
			- Pesquisa qualitativa	- Interrupção do repasse dos recursos

				- Fragilidade da rede socioassistencial - Rotatividade dos profissionais dos municípios cofinanciados
Resultados	- Adolescentes ressocializados e acolhidos na família	- % de Adolescentes ressocializados e acolhidos na família	- Pesquisa qualitativa	
	- Crianças, adolescentes e indivíduos abordados nas ruas acompanhados	- % de crianças, adolescentes e indivíduos abordados nas ruas identificados e acompanhados	- Relatórios	
	- Famílias incluídas em atividades de ocupação e renda	- % de Famílias exercendo atividades de ocupação e renda		
	- Ações e serviços do PAEFI ampliados e reforçados nos municípios cofinanciados	- % de Municípios com Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos cofinanciados.	- Relatórios e visitas de monitoramento	
	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos	- Nº de indivíduos e famílias acompanhados e com direitos socioassistenciais garantidos	- Fichas de acompanhamento e Relatório técnico	- Interrupção do repasse dos recursos - Fragilidade da rede socioassistencial

				- Rotatividade dos profissionais dos municípios cofinanciados
Produtos	Serviço Especializado de Abordagem Social	Nº de indivíduos identificados e encaminhados à rede de proteção social	- Fichas de encaminhamento e Relatório técnico	- Equipes dos CREAS Incompletas, com ausência de profissionais de nível médio; Falta de transporte
	Municípios com Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos cofinanciados	Nº de atendimentos PAEFI nos municípios cofinanciados	- Relatório técnico e visitas de monitoramento	
	Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (LA e PSC) acompanhados nos CREAS	Nº de adolescentes acompanhados	-Fichas de acompanhamento e Relatório técnico	- Falta de demanda do Poder Judiciário para o sistema municipal de atendimento socioeducativo
	- Apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos	% da demanda de crianças, adolescentes e famílias em situação de ameaça e/ou violação de direito atendida	- Fichas de acompanhamento e Relatório técnico	- Interrupção do repasse dos recursos - Fragilidade da rede socioassistencial

				- Rotatividade dos profissionais dos municípios cofinanciados
Atividades	- Acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade	% dos adolescentes encaminhados pelo Juiz da Infância e Juventude acompanhados	- Fichas de acompanhamento e Relatório técnico	
	- Identificação de situações de risco e acompanhamento dos indivíduos abordados	Nº de indivíduo abordados e acompanhados	- Fichas de acompanhamento e Relatório técnico	
	- Construção de novos projetos de vida das famílias acompanhadas pelo CREAS para enfrentamento e superação das situações de violação de direitos	% de famílias acompanhadas	- Prontuário SUAS Relatórios Técnicos	- Interrupção do acompanhamento
	- Encaminhamento de famílias para a inclusão em atividades de ocupação e renda	% das famílias atendidas no CREAS, que se encontram excluídas de atividade remunerada, encaminhadas para atividades de ocupação e renda	- Fichas de acompanhamento e Relatório técnico	
	- Concessão de cestas básicas às famílias	Nº de cestas básicas concedidas	- Relatórios	
	- Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI	Nº de municípios com Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos cofinanciados	- Relatório técnico e visitas de	

			monitoramento	
Insumos	⅄ Recursos do Tesouro Nacional	- % de recursos aplicados	- Orçamento Demonstrativo financeiro	- Interrupção do repasse dos recursos
	⅄ Recursos do FECOP	- % de recursos aplicados	- Orçamento Demonstrativo financeiro	
	⅄ Recursos Humanos: Equipe Técnica, equipe de apoio, Educadores Sociais	- Nº de profissionais contratados	- Folha de pagamento	

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS

Projeto: Primeiro Passo

(Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)

Agosto / 2015

Secretaria	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
Programa	021 – Promoção da Juventude
Mapp	44 – Primeiro Passo
Período de Execução	Fevereiro a Dezembro/2015
Categoria	Estruturante - Ocupação e Renda – Inclusão Produtiva Urbana

1. Descrição do Projeto

A **Política do Trabalho, Emprego e Renda** tem por público-alvo os trabalhadores em geral, porém, na prática, os seus maiores beneficiários são as pessoas socialmente vulneráveis, com menor nível de escolaridade, de qualificação profissional, de renda familiar e, consequentemente, com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

O Projeto Primeiro Passo foi desenvolvido para atender jovens, com idade entre 16 e 24 anos, cursando o ensino fundamental ou médio, bem como os egressos do ensino público com renda familiar *per capita,* mensal, inferior a meio (½) salário mínimo, qualificando-os para o mercado de trabalho, através de cursos profissionalizantes.

Este projeto está dividido em três linhas de ação:

Jovem Estagiário – Encaminha jovens para a realização de estágio nas empresas. As empresas são responsáveis pela remuneração dos jovens.

Estágio Remunerado – Encaminha jovens para a realização de estágio nas empresas. A STDS é responsável pela remuneração dos jovens.

Jovem Bolsista – Capacita jovens através de cursos de qualificação social e profissional, concedendo bolsa aprendizagem.

Foi criada uma Linha de Ação Especial em julho de 2015 para o atendimento à jovens em cumprimento de medidas socioeducativas que é chamada de:

Transformando Vidas – Capacita jovens em cumprimento de medidas socioeducativas nos centros educacionais da STDS através de cursos de qualificação social e profissional

2 .Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto atende às diretrizes da atual gestão, no que se refere à prioridade de atendimento para o segmento da juventude, em especial, jovens com maior vulnerabilidade social, em nosso Estado.

Sua execução ocorre de forma articulada com as demais ações de Governo, contribuindo para a inserção dos jovens cearenses no mercado de trabalho, por meio da qualificação social e profissional.

Sua execução contribui para o alcance dos Resultados Estratégicos Setoriais, no que se refere à “Geração de Oportunidades de Trabalho, Emprego e Renda”.

As atividades propostas no projeto contribuem para o alcance das metas estabelecidas no PPA (2012-2015) do Governo do Estado do Ceará, fazendo parte do Eixo Sociedade Justa e Solidária, através do Programa Multissetorial 021- Promoção da Juventude; Objetivo 08- Qualificar e requalificar trabalhadores, visando à sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho; Meta 00905 - Qualificar e requalificar 61.000 jovens trabalhadores e Meta 01304 - Inserir 18.291 jovens trabalhadores no mercado de trabalho; Iniciativa 01985 - Qualificação e requalificação de trabalhadores - Primeiro Passo.

Os objetivos e as estratégias da área de educação social e profissional da STDS estão em sintonia com a política de qualificação desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cujo foco é promover, gradativamente, a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente, além da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, inclusão social, combate à discriminação, redução da pobreza e da vulnerabilidade da população.

3. Diagnóstico

De acordo com a Proposta de Emenda à Constituição 138/03 **-** PEC da juventude, aprovada pelo Congresso Nacional em setembro de 2010, é jovem no Brasil todo o cidadão que compreende a idade entre 15 e 29 anos, sendo dividido em: jovem-adolescente (15 a 17 anos), jovem-jovem (18 a 24 anos) e jovem-adulto (25 a 29 anos).

Conforme os dados do censo demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ceará possui elevada proporção de sua população com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até R$70,00, sendo esta a linha de extrema pobreza ou miséria adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2011. De acordo com estes dados, o Estado do Ceará possui 1.502.924 moradores residentes em domicílios com rendimentos mensais por pessoa que não ultrapassam esse valor. Isso significa que 17,8% da população cearense encontra-se em situação de miséria, com base no parâmetro estabelecido pelo MDS.

Em termos proporcionais, o Ceará é o sétimo Estado da federação com maior percentual de pessoas nesta condição. Já em termos de participação relativa, dos 16,3 milhões de brasileiros nesta faixa de renda domiciliar *per capita*, 9,24% estão localizados no Ceará. Isto implica que o Estado é o terceiro do País com maior contingente de pessoas extremamente pobres ou miseráveis, atrás apenas da Bahia (14,80%) e do Maranhão (10,40%).

Com base no trabalho técnico realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), em 2010, que classifica e hierarquiza todos os municípios do Estado do Ceará, segundo o índice composto dos indicadores: Taxa de Vulnerabilidade, Taxa de Natalidade, Taxa de Mortalidade e Receita Corrente Líquida *per capita*, apenas 13,5% dos 184 municípios apresentaram índice abaixo de 2,5, significando que 52%da população do Estado residem nos municípios com índice acima de 2,5, em uma escala que varia de 0 (zero) a 5 (cinco), no sentido de que quanto maior for o valor do índice, maior a vulnerabilidade no município.

Quando analisada a situação da população jovem no Ceará, as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)2009/2010, sinaliza que a população jovem na faixa etária entre 15 e 24 anos no Ceará chega a 1.665.000, portanto os jovens representam 19,3% da população cearense. Na conjuntura atual de baixos níveis de atividade econômica e aprofundamento das desigualdades, que resultam na existência de imensas zonas de exclusão, não é tarefa fácil realizar o processo de inserção

social desse segmento, que historicamente ficou esquecido na hora de se planejar o desenvolvimento de Políticas Públicas voltadas para o crescimento e desenvolvimento macroeconômico do nosso Estado.

Ainda segundo os dados da PNAD (2009/2010), referentes ao universo da população jovem no Estado do Ceará, 831.834 jovens (49,96%) desenvolvem alguma atividade vinculada ao setor produtivo geradora de renda. Se considerarmos as condições de trabalho comprovamos a presença de um status de descumprimento da legislação vigente (CLT) neste contexto de mercado, pois 41% dos jovens ocupados recebem até ½ salário mínimo por mês e apenas 21% destes ganham mais do que um salário mínimo mensal. Verifica-se também esta condição quando a pesquisa afirma que 64,2% dos jovens ocupados trabalham mais do que 40 horas semanais, uma taxa elevada considerando as diretrizes das leis trabalhistas. Quanto à informalidade, denotada pela não contribuição com a previdência social, chega ao nível de 64% do total.

Estes dados evidenciam que o desemprego é mais incidente sobre a população mais jovem, uma vez que estes não contam com a experiência prévia requerida por empregadores e em grande medida, se lançam ao mercado com baixa escolaridade e sem qualificação profissional adequada.

O desemprego não é o mesmo para todos os jovens. As maiores taxas de desemprego juvenil são observadas entre a faixa etária de 16 e 17 anos e entre mulheres jovens. A dificuldade de inserção é mais difícil para os jovens das famílias de baixa renda e os menos escolarizados. Ser mulher e pertencer ao segmento dos jovens pobres e pouco escolarizados é um complicador a mais na hora de conquistar um posto de trabalho. Outro ponto que merece destaque é a questão da raça e etnia, a pesquisa “Os Negros no Trabalho” realizada pelo DIEESE em 2014, Fundação Seade e Ministério do Trabalho, através do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), levantou dados sobre a presença de negros no mercado de trabalho, evidenciando a desigualdade entre negros e não-negros. O relatório do DIEESE aponta que há menor acesso da população negra à educação.

É preciso assinalar, ainda, a diminuição do emprego assalariado ocupado por jovens. Na maioria das vezes, em que escutamos falar em diminuição do desemprego juvenil, é porque houve aumento das ocupações não assalariadas, em geral, precárias e com baixa proteção trabalhista e previdenciária.

Se, por um lado, não há diferença significativa na taxa de participação entre jovens e a população acima de 25 anos, por outro, a taxa de desemprego entre jovens chega a ser quase três vezes superior quando comparada à população com mais de 25 anos. Podemos constatar ainda, que são os jovens mais pobres e menos escolarizados que mais encontram dificuldades para a conquista do primeiro emprego. O jovem acaba refletindo no mercado de trabalho, todo o processo de exclusão que sofreu desde sua infância e que levará consigo por toda a sua vida, sempre preso aos limites impostos pela questão social e suas múltiplas refrações.

Tratando do universo do que podemos chamar de trabalho legalmente aceitável, o jovem que busca o primeiro emprego, sem experiência e sem qualificação adequada é jogado no mercado informal de trabalho (sem carteira assinada) ou em trabalhos com baixos salários. Esse problema se agrava de acordo com o grau de pobreza. Assim, quanto mais pobre, mais difícil será o ingresso no mercado de trabalho.

4. Justificativa

De acordo com a CF/1988, art. 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o

trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência social, a assistência aos desamparados".

Assim, garantido pela CF/1988, investimento público em educação e qualificação profissional não é importante somente para a vida dos jovens, que é transformada a partir de uma formação crítica e humana, mas, também, para os conhecimentos e experimentações adquiridos dentro e fora da escola. A formação profissional também é uma área estratégica para definir os rumos de todo o País nas próximas décadas. O crescimento econômico e a democratização do consumo demandam a ampliação das ofertas de trabalho e emprego, nos mais diversos segmentos produtivos, colocando a necessidade de criação de mão de obra qualificada e formada em todos os campos do conhecimento.

O problema básico é combater às causas da exclusão dos jovens do mercado de trabalho, com a criação de mecanismos que permitam o acesso dos mesmos, por meio de qualificação social e profissional, ao mercado de trabalho formal. Da mesma forma, promover e fortalecer os jovens que ainda não apresentam condições de acesso ao mercado de trabalho com formação profissional e concessão de bolsas aprendizagem, visando assim o fortalecimento do vínculo familiar e de seu crescimento por meio da melhoria de sua competitividade, de forma a torná-los aptos a responder às exigências que o mercado apresenta.

O Projeto Primeiro Passo em suas linhas de ação Jovem Bolsista, Estágio Remunerado e Jovem Estagiário, apresenta uma frente de oportunidades aos jovens atendidos com o projeto, que não se restringe apenas a investimento em cursos de qualificação e profissionalização, destinados a jovens em situação de vulnerabilidade social, mas, também, a oportunidade de inserção destes jovens no mercado de trabalho, oportunizando assim a experiência profissional necessária para o início de suas vidas profissionais.

As ações do projeto serão implementadas de forma inicial continuada (FIC), considerando os aspectos da educação cidadã, protagonismo juvenil e da qualificação social e profissional, aliados às iniciativas preparatórias de encaminhamento e acesso ao mundo do trabalho, de modo que se possa otimizar os recursos disponíveis, com vistas a romper o ciclo da pobreza entre os mais jovens.

5. Histórico

O Projeto Primeiro Passo é uma ação de qualificação social e profissional de jovens que ao longo do tempo tem se adequado no sentido de melhor oportunizar a geração de emprego e renda como instrumento de autonomia e superação da pobreza em nosso Estado. Até o ano de 2007 o Projeto Primeiro Passo denominava-se Programa de Capacitação Social – PROCAPS. A partir de 2007, o projeto ganhou novas dimensões, ampliação de suas metas e passou a ter a denominação de Projeto Primeiro Passo. Atualmente, apresenta-se como um dos mais importantes componentes de qualificação profissional e inserção de jovens no mercado de trabalho desenvolvido no âmbito da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social.

Ano	Valor Total Aplicado	Valor FECOP	Nº de Beneficiários
2007	3.743.221,89	3.743.221,89	3.334
2008	6.916.642,46	6.916.642,46	5.914
2009	7.179.726,23	7.179.726,23	6.707

2010	7.444.395,96	7.444.395,96	6.073
2011	7.873.508,37	7.873.508,37	6.612
2012	8.154.607,11	8.154.607,11	6.653
2013	8.200.000,00	8.200.000,00	6.070
2014	8.500.000,00	8.500.000,00	6.070

6. Público – Alvo

Jovens na faixa etária de 16 a 24 anos, em situação de vulnerabilidade social.

6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiários

Estudantes do ensino fundamental ou médio, assim como egressos do ensino médio, oriundos de escolas públicas, pertencentes às famílias com renda *per capita* mensal inferior a (½) salário mínimo e que não estejam engajados em nenhum programa social similar.

6.2. Documentos comprobatórios da situação de pobreza

Dentre os documentos elencados pela Lei nº 14.859, 28 de dezembro de 2010, para comprovação da situação de pobreza, o projeto solicita um dos seguintes documentos, quando da seleção dos beneficiários: fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais; fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais; comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal; comprovante de renda familiar, com *per capita,* mensal, inferior a (½) salário mínimo.

7. Objetivos

Geral

Promover ações de qualificação social e profissional para jovens em situação de vulnerabilidade com vistas a sua inserção no mercado, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e efetivo exercício de cidadania.

Específicos

- Promover ações de qualificação social e profissional para jovens de acordo com as potencialidades dos municípios e as possibilidades de inserção no mundo do trabalho;
- Transferir renda através de bolsa aprendizagem, para jovens em situação de vulnerabilidade social, atendidos na linha de ação Jovem Bolsista;
- Promover a articulação das ações de educação profissional com as políticas públicas complementares de desenvolvimento social e econômico no âmbito do Estado do Ceará;

- Fortalecer o capital humano e empregabilidade dos jovens por meio capacitação profissional e estágios remunerados em empresas públicas e privadas.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

Linha de Ação Jovem Estagiário (Fonte pagadora: Empresa)

Atividades
a)Divulgação do projeto para órgãos públicos e empresas privadas**;**
b) Celebração de convênios com órgãos públicos;
c) Cadastro e seleção das empresas**;**
d)Divulgação do projeto para os jovens;
e) Inscrição e seleção de educandos;
f) Encaminhamento dos beneficiários;
g) Remuneração do estágio;
h) Acompanhamento e avaliação do estágio.

a) Divulgação do projeto para órgãos públicos e empresas privadas

A divulgação é feita através dos meios de comunicação de grande circulação como televisão, rádio, jornal e internet.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

b) Celebração de convênios com órgãos públicos

Os órgãos públicos interessados enviam a demanda de estagiários através de ofício para a STDS. Após análise da demanda, os órgãos são selecionados e serão elaborados os convênios pela Assessoria Jurídica e solicitadas as assinaturas dos responsáveis.

Responsável: Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – Assessoria Jurídica da STDS

c) Cadastro e seleção das empresas

A equipe técnica da STDS visita a empresa e avalia o ambiente das atividades de estágio. Preenchimento da ficha de cadastro pela empresa, seleção e elaboração do Termo de Cooperação Técnica.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

d) Divulgação do projeto para os jovens

A divulgação é feita através das escolas públicas em parceria com a Secretaria da Educação Básica (SEDUC), Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude (CAOPIJ) e meios de comunicação.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

e) Inscrição e seleção de educandos

A inscrição dos jovens ocorrerá através de cadastro junto a STDS, sendo obedecidos os critérios de atendimento dos jovens selecionados no projeto.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

f) Encaminhamento dos beneficiários

O jovem é encaminhado às empresas após assinatura do Termo de Compromisso do Estágio e entrega do fardamento.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

g) Remuneração do estágio

A remuneração do estagiário dar-se-á por meio de repasse direto da empresa ou órgão conveniado aos jovens atendidos nesta linha de ação, através de crédito bancário, mediante comprovação de frequência dos jovens. O valor do repasse equivale a no mínimo R$ 394,00 + R$52,80 (auxílio transporte)/ mês, por um período de seis meses.

Responsável: Empresas e Órgãos conveniados

h) Acompanhamento e Avaliação

A equipe técnica realiza um acompanhamento sistemático dos jovens através de telefonemas, e-mail e visitas técnicas às empresas e/ou órgãos governamentais.

A avaliação será feita por meio de questionários aplicados aos jovens e às empresas/órgãos, cujos dados farão parte do Relatório Final de Avaliação do projeto.

Responsável: Equipe Técnica da CPTR e do Projeto Primeiro Passo

Linha de Ação: Estágio Remunerado (Fonte pagadora: FECOP)

Atividades
a) Divulgação do Projeto para órgãos públicos
b) Celebração de convênios com órgãos públicos
c) Divulgação do Projeto para os jovens
d) Inscrição e seleção dos jovens
e) Encaminhamento dos beneficiários
g) Concessão de bolsa estágio
h) Acompanhamento e avaliação do estágio

a) Divulgação do Projeto para órgãos públicos

A divulgação é feita através dos meios de comunicação de grande circulação como televisão, rádio, jornal e internet.

Responsável: Equipe técnica do Projeto Primeiro Passo

b) Celebração de convênios com órgãos públicos

Os órgãos públicos interessados enviam a demanda de estagiários, através de ofício, para a

STDS. Após análise da demanda, os órgãos são selecionados e firmados os convênios após análise da Assessoria Jurídica da STDS.
Responsável: Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda Assessoria Jurídica da STDS

c) Divulgação do projeto para os jovens

A divulgação é feita nas escolas públicas em parceria com a SEDUC, CAOPIJ e os meios de comunicação.

Responsável: Equipe técnica do Projeto Primeiro Passo

d) Inscrição e seleção dos jovens

A inscrição dos jovens ocorrerá através de cadastro junto a STDS, sendo obedecidos os critérios de atendimento dos jovens selecionados no projeto.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

e) Encaminhamento dos beneficiários

O jovem é encaminhado às empresas após assinatura do Termo de Compromisso de Estágio e entrega do fardamento.

Responsável: Equipe técnica do Projeto Primeiro Passo

f) Concessão de bolsa estágio

O pagamento das bolsas aos jovens beneficiados dar-se-á por meio de repasse direto da STDSa empresa ou órgão conveniado através de crédito bancário, mediante comprovação de frequências dos jovens. O valor do repasse equivale a R$ 394,00+ R$52,80 (auxílio-transporte) / mês, por um período de seis meses.

Responsável: CPTR e Coordenadoria de Finanças – STDS

g) Acompanhamento e avaliação do estágio

A equipe técnica realiza um acompanhamento sistemático dos jovens através de telefonemas, e-mail e visitas técnicas às empresas e/ou órgãos.

A avaliação é feita por meio de questionários aplicados aos jovens e às empresas/órgãos, cujos dados farão parte do Relatório Final de Avaliação do projeto.

Responsável: Equipe técnica da CPTR e do Projeto Primeiro Passo

8.3 Linha de Ação Bolsista

Atividades
a) Celebração de convênios com as entidades executoras;
b) Cadastro e seleção das demandas de ações de qualificação;
c) Inscrição e seleção de educandos;
d) Encaminhamento dos beneficiários;

e) Realização das ações de qualificação social e profissional
f) Concessão de bolsa aprendizagem
g) Acompanhamento e avaliação

8.3.1 Detalhamento de atividades

a) Celebração de convênios com as entidades executoras

As entidades sem fins lucrativos executoras de ações de qualificação profissional a serem conveniadas serão escolhidas mediante Edital de Seleção Pública a ser devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, assim como amplamente divulgado em meio eletrônico através da homepage da STDS – www.stds.ce.gov.br. Após a análise das propostas das instituições concorrentes, realizada pela equipe técnica da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e selecionados as vencedoras, será elaborado convênio pelo setor jurídico e solicitada as assinaturas dos responsáveis. Os critérios de: participação, seleção, pontuação e análise das propostas apresentadas encontra-se devidamente estabelecido no Termo de Referência que acompanha o referido Edital.

Responsável: Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – Assessoria Jurídica da STDS

b) Cadastro e Seleção das demandas de ações de qualificação

Realização do cadastro das demandas através de ofícios enviados a STDS pelas entidades interessadas (Associações, fundações, sindicatos e prefeituras) cuja seleção será realizada pela equipe técnica da STDS de acordo com estudos de mercado, bem como análise de vulnerabilidade local.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo e STDS.

c) Inscrição e seleção de educandos;

A inscrição dos jovens ocorre na sede do Projeto com pré-seleção através de redação e teste de nível. Os selecionados participarão de Oficinas de Introdução ao Mercado de Trabalho.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo.

d) Encaminhamento dos Beneficiários

O jovem é encaminhado às entidades demandantes das ações de qualificação.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

e) Realização das ações de Qualificação Social e Profissional

As ações de qualificação profissional serão desenvolvidas através das entidades sem fins lucrativos, executoras de ações de qualificação social e profissional devidamente habilitadas em edital público e conveniadas com a STDS.

O desenvolvimento das ações de qualificação social e profissional deverá ser planejado

conjuntamente com a equipe técnica do Projeto Primeiro Passo. O início das atividades deverá ser comunicado previamente e qualquer alteração no seu desenvolvimento comunicado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para que a Coordenação do Projeto autorize as devidas alterações. Durante o período de realização das atividades a entidade executora deverá ainda alimentar o sistema informatizado de acompanhamento e gerenciamento das ações de qualificação profissional(SQP).

Responsável: Entidades executoras conveniadas para este fim.

f) Concessão de Bolsa Aprendizagem

A concessão de bolsa para os jovens atendidos ocorrerá por meio de repasse direto da STDS aos jovens atendidos nesta linha de ação, através de crédito bancário, mediante comprovação de frequência dos adolescentes. O valor do repasse equivale a R$ 100,00/ mês, por um período de três meses.

Responsável: CPTR e Coordenadoria de Finanças - STDS

g) Acompanhamento e avaliação

O acompanhamento dar-se-á por meio de visitas às turmas, realizadas pelos agentes de inclusão.

A avaliação será feita por meio de questionários aplicados aos jovens e educadores, cujos dados farão parte do relatório final de avaliação do projeto.

Responsável: Equipe Técnica da CPTR, do Projeto Primeiro Passo e Entidades Executoras.

8.4 Linha de Ação Transformando Vidas

Atividades
a) Celebração de convênios com as entidades executoras;
b) Seleção das demandas de ações de qualificação dos Centros Socioeducativos
c) Inscrição e seleção de educandos;
d) Realização das ações de qualificação social e profissional
e) Acompanhamento e avaliação

8.4.1 Detalhamento de atividades

a) Celebração de convênios com as entidades executoras

As entidades sem fins lucrativos executoras de ações de qualificação profissional a serem conveniadas serão escolhidas mediante Edital de Seleção Pública a ser devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, assim como amplamente divulgado em meio eletrônico através da homepage da STDS – www.stds.ce.gov.br. Após a análise das propostas das instituições concorrentes, realizada pela equipe técnica da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e selecionados as vencedoras, será elaborado convênio pelo setor jurídico e solicitada as assinaturas dos responsáveis. Os critérios de: participação, seleção, pontuação e análise das propostas apresentadas encontra-se devidamente estabelecido no Termo de Referência que acompanha o referido Edital.

Responsável: Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – Assessoria Jurídica da STDS

b) Seleção das demandas de ações de qualificação dos Centros Socioeducativos

Realização da seleção das demandas dos Centros Socioeducativos da STDS por cursos de qualificação através da equipe pedagógica de cada centro.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo e STDS.

c) Inscrição e seleção de educandos;

A inscrição dos jovens ocorre no Centro Socioeducativo selecionado. Os selecionados participarão de uma cerimônia motivacional na aula inaugural do curso.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo.

d) Realização das ações de Qualificação Social e Profissional

As ações de qualificação profissional serão desenvolvidas através das entidades sem fins lucrativos, executoras de ações de qualificação social e profissional devidamente habilitadas em edital público e conveniadas com a STDS.

O desenvolvimento das ações de qualificação social e profissional deverá ser planejado conjuntamente com a equipe técnica do Projeto Primeiro Passo. O início das atividades deverá ser comunicado previamente e qualquer alteração no seu desenvolvimento comunicado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para que a Coordenação do Projeto autorize as devidas alterações.

Responsável: Entidades executoras conveniadas para este fim.

e) Acompanhamento e avaliação

O acompanhamento dar-se-á por meio de visitas às turmas, realizadas pelos agentes de inclusão.

A avaliação será feita por meio de questionários aplicados aos jovens e educadores, cujos dados farão parte do relatório final de avaliação do projeto.

Responsável: Equipe Técnica da CPTR, do Projeto Primeiro Passo e Entidades Executoras.

9. Produtos

Linha de Ação Jovem Estagiário

Produtos	2015	Fontes de verificação
Jovens inseridos no mercado de trabalho na condição de estagiário.	1.500	Contratos de Trabalho

Linha de Ação: Estágio Remunerado

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Concessão de Bolsa Estágio	400	Relatório de Pagamento
Jovens inseridos no mercado de trabalho na condição de estagiário.	400	Contratos de Trabalho

Linha de Ação Bolsista

PRODUTOS	2015	Fontes de Verificação
Educandos qualificados	5.000	Relatórios do Sistema de Qualificação Profissional – SQP
Cursos de Qualificação realizados.	250	Relatórios do Sistema de Qualificação Profissional - SQP
Concessão de Bolsa Aprendizagem.	5.000	Relatório de Pagamento

Linha de Ação Transformando Vidas

PRODUTOS	2015	Fontes de Verificação
Educandos qualificados	160	Relatórios do Sistema de Qualificação Profissional – SQP
Cursos de Qualificação realizados.	11	Relatórios do Sistema de Qualificação Profissional - SQP

10. METAS

Linha de Ação Jovem Estagiário

- Inserir 1.500 jovens no mercado de trabalho.

Linha de Ação: Estágio Remunerado

- Inserir 400 jovens em órgãos públicos para estágio remunerado
- Conceder 400 bolsas estágio aos jovens

Linha de Ação Bolsista

- Qualificar 5.000 jovens
- Realizar 250 cursos de qualificação
- Conceder 5.000 bolsas aprendizagem no valor de R$100,00 durante 3 meses

Linha de Ação Transformando Vidas

- Qualificar 160 jovens em cumprimento de medidas socioeducativas
- Realizar 11 cursos de qualificação

11. Resultados Esperados

Linha de Ação Jovem Estagiário

- Ampliação da oferta de profissionais capacitados para o mercado de trabalho.
- Ampliação da inserção de jovens no mercado de trabalho.

Linha de Ação: Estágio Remunerado

- Ampliação da oferta de profissionais capacitados para o mercado de trabalho.
- Ampliação da inserção de jovens no mercado de trabalho.

Linha de Ação Bolsista

- 5.000 jovens qualificados
- Ampliação de oferta de profissionais capacitados, com observância no potencial econômico local.

Linha de Ação Transformando Vidas

- 160 jovens em cumprimento de medidas socioeducativas qualificados
- Ampliação de oferta de profissionais capacitados, com observância no potencial econômico local.

12. Integração das ações

- No âmbito da STDS

A intersetorialidade se dá entre a Coordenadoria de Promoção do Trabalho, Emprego e Renda, gestor do projeto, e a Coordenadoria do Empreendedorismo para apoio a empreendimentos individuais e coletivos dos beneficiários do programa; a Coordenadoria de Proteção Social Especial para inclusão de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

- No âmbito estadual

Com a Secretaria de Educação Básica – SEDUC, a qual seleciona e encaminha jovens da rede pública de ensino; com as outras Secretarias de Estado e com empresas públicas e privadas, as quais formalizam convênios com a STDS para absorção, em estágios, dos beneficiários e com o SINE para cadastro e intermediação de egressos da qualificação.

13. Monitoramento

A Célula de Educação Social e Profissional, através de seu núcleo de monitoramento das ações de capacitação, desenvolve o monitoramento contínuo das ações de qualificação desenvolvidas, buscando a melhoria da qualidade pedagógica, a eficiência e eficácia de suas ações.

O projeto Primeiro Passo, desenvolvido no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, terá seus cursos monitorados de forma que possam ser identificados fatores que interferem na execução das ações de qualificação social e profissional, contribuindo assim para a proposição de medidas que contribuam para o aperfeiçoamento do projeto.

Os instrumentais de monitoramento têm como objetivo identificar: o perfil socioeconômico do público atendido, o nível de aproveitamento dos cursos realizados e a qualidade pedagógica das ações de qualificação executadas.

Para o desenvolvimento das atividades de monitoramento será adotada a abordagem qualitativa, pois, entendemos que a mesma possibilita maior interação entre os pesquisados e o pesquisador. Conforme a concepção de Minayo (1994), a pesquisa qualitativa não se preocupa em quantificar, mas em explicar os meandros das relações sociais consideradas essenciais, resultado da atividade humana criadora, afetiva e racional, a qual pode ser apreendida através do cotidiano, da vivência e da explicação do senso comum. Para ela, há momentos em que o objeto de pesquisa é sujeito e se recusa peremptoriamente a se revelar apenas nos números ou a se igualar com sua própria aparência.

A referida autora ainda ressalta aspectos importantes nesse tipo de pesquisa quando diz:

> "A pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos". (Minayo, 1994, p. 14).

Outra autora que referenda metodologias qualitativas é Haguette. Torna-se visível sua posição quanto à utilização de pressupostos dessa metodologia quando a mesma afirma categoricamente que:

> "A realidade existe somente na experiência humana e ela só aparece sob a forma de como os seres humanos veem este mundo, ou seja, são os aspectos objetivos e subjetivos observáveis que compõem a realidade concreta", (2000, p. 58).

Recorrendo novamente a Haguette (1999, apud Lazarsfelf, 1969) torna-se importante utilizar uma abordagem qualitativa em nossa pesquisa visto que o referido modelo pode ser aplicado em situações nas quais simples observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter à observação direta.

A observação participante e a entrevista também farão parte das estratégias de monitoramento. O primeiro instrumento tem o intuito, como ressalta Gil (Ibidem), de conhecer a vida do grupo a partir do interior dele mesmo. Por conseguinte, as entrevistas virão com a intenção de obter, com maior profundidade, dados acerca do comportamento dos educandos.

- Coleta de Dados

O monitoramento das ações propostas, ocorrerá por meio de visitas técnicas, constituídas por profissionais devidamente qualificados, que vão "in loco", e aplicam questionários junto aos beneficiários, ao corpo técnico e pedagógico da instituição executora. Cada turma receberá no mínimo 2 visitas, sendo uma visita no início das atividades pedagógicas, para constatação objetiva da situação da turma e construção da linha de base para o acompanhamento, seguida de mais uma visita de análise das condições de ensino aprendizagem, onde são considerados: a atuação das executoras, o público prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

A seleção das turmas, em cada ação, é realizada de forma aleatória e proporcional ao número de turmas\educandos, considerando a variabilidade entre as entidades executoras em termos da quantidade e da variedade de cursos\ações oferecidas.

As visitas para coleta de dados ocorrerão por meio do Núcleo de Acompanhamento às ações de Qualificação Profissional, vinculado à Célula de Educação Social e Profissional da STDS.

Sistematização da base de dados

A sistematização da base de dados, considerada a segunda etapa do monitoramento, constitui-se na estruturação de um modelo de banco de dados a ser utilizado como ferramenta de auxílio à gestão e ao gerenciamento das ações desenvolvidas, sendo capaz de oferecer ao gestor do projeto, subsídios que permitam a análise qualitativa e quantitativa da execução do projeto.

Esta etapa consiste numa análise detalhada dos dados disponibilizados referentes a execução das ações de qualificação social e profissional, assim como a qualidade pedagógica do trabalho que vem sendo desenvolvido.

- Desenvolvimento de indicadores e metas

O monitoramento através da análise sistemática dos dados coletados e do acompanhamento das ações desenvolvidas contribui para a construção de uma intervenção no sentido de subsidiar a avaliação de desempenho institucional, assim como estabelecer metas e indicadores essenciais à eficiência e eficácia da ação proposta.

- Análise do alcance das metas

O processo de monitoramento versa ainda sobre a análise do alcance das metas propostas, ou seja, estabelecer a diferença entre a meta pactuada e a alcançada, bem como as possíveis ameaças para o alcance das mesmas, subsidiando o gestor do projeto com informações que lhe permitam correções das fragilidades ocorridas durante a execução.

- Elaboração ferramentas informacionais

A disseminação das informações coletadas, através das atividades de monitoramento, torna-se uma importante ferramenta de gestão para os responsáveis pelo acompanhamento e gerenciamento de projeto sociais.

A Célula de Educação Social e Profissional, em parceria com a Célula de Tecnológica da Informação da STDS, criou o Sistema de Qualificação Profissional – SQP, que tem como objetivo o gerenciamento de todas as atividades de qualificação profissional permitindo o acompanhamento em tempo real das ações que estão sendo executadas. Foram realizados treinamentos com a participação de instituições executoras, gerentes de projetos e técnicos de monitoramento para melhor domínio e utilização desta ferramenta.

O resultado do monitoramento e avaliação das ações de qualificação subsidiará os gestores e as executoras, no sentido de corrigir as “Não Conformidades” encontradas a partir das visitas técnicas realizadas às ações de qualificação. Também, proporcionarão, não só ao Orientador da Célula de Educação Social e Profissional/CESP, como também aos demais responsáveis pela Qualificação Social e Profissional na STDS, informação sobre o andamento da execução dos cursos de QSP.

Ao final das atividades a gerência do Projeto deverá apresentar um Relatório com o detalhamento das metas executadas, apresentando os indicadores que foram alcançados, principais dificuldades na implementação das atividades propostas, e os avanços que o projeto teve no ano de 2015.

13.1 Dados Utilizados

Cada visita tem o seu modelo de instrumental, denominado: Relatório de Constatação Objetiva, Questionário de Avaliação pelo Supervisor, Questionário de Avaliação pelo Educador e Questionário de Avaliação pelo Educando, onde são considerados os itens: atuação das executoras, o público

prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

Os dados coletados através do formulário de constatação objetiva, preenchido pelo técnico, na primeira visita que ocorre no início do curso, bem como os dos questionários estruturados, aplicados junto aos beneficiários e instrutor, durante e ao final de cada curso, serão analisados e se os dados coletados mostrarem que o curso não está transcorrendo dentro dos padrões necessários e/ou registrados no convênio, recomenda-se intervenções nestas situações, através de "comunicado de não conformidades", para retomada da situação e para construção da linha de base para o acompanhamento, sendo todos lançados no SQP.

13.2 Cadastro dos Beneficiários

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) implantou Sistema de Monitoramento das Ações de Qualificação Profissional (SQP) para o registro das informações referentes aos beneficiários, identificando-os civilmente como: dados pessoais, NIS, documentação (CPF), filiação, endereço dentre outros aspectos inerentes ao que os projetos propõem-se a atender.

Os dados estão organizados por convênio/contrato e ano de execução, permitindo uso de filtros de pesquisa para fins de facilitar futuras avaliações.

14. Pressupostos de Risco

- Falta de envolvimento dos municípios, na realização das atividades de intervenção comunitária pelos jovens bolsistas;
- Burocracia exigida na abertura de contas bancárias para recebimento das bolsas aprendizagem e de estágio,
- Não captação do número de vagas necessárias para encaminhamento dos jovens;

15. Orçamento 2015

Detalhamento	**FECOP (R$)**	**Outras Fontes (R$)**	**Total (R$)**
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1 Material de Consumo **33.90.30**	486.200,00	0,00	486.200,00
1.2 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica **33.90.39**	341.300,00	0,00	341.300,00

1.3 Benefícios Assistenciais (Repasse aos Educandos) – **33.90.36**	2.457.456,00	0,00	2.457.456,00
1.4 Repasse às Entidades – **33.50.41**	4.715.044,00	0,00	4.715.044,00
TOTAL	**8.000.000,00**		**8.000.000,00**

Justificativa: De acordo com o Art. 15 do Decreto Estadual nº 29.704 de 08 de abril de 2009, o valor da bolsa de estágio que o órgão ou entidade concedente deverá repassar aos jovens é de 50% do valor de referência ADO-14 para estagiários do nível médio, atualmente o valor corresponde à R$ 692,28. O valor previsto no projeto está superior ao decreto, sendo necessário o ajuste para R$ 346,14, somados aos R$52,80 de auxílio-transporte, totalizando durante os 6 meses R$ 2.393,64 por estagiário, conforme tabela a seguir. Assim, têm-se um saldo de R$114.864,00 que foi reprogramado para o Repasse às Entidades (33.50.41) visando o atendimento de mais 160 jovens. O Cronograma de Desembolso também será alterado. Ressaltamos que não haverá prejuízo a nenhum jovem, nem a execução do projeto, uma vez que os valores repassados estão de acordo com o Decreto vigente.

Despesa	Valor Decreto (50%)	Valor Projeto	Valor Repassado ao jovem	Saldo
Valor bolsa 1 jovem (6 meses)	R$ 2.393,64	R$ 2.680,80	R$ 2.393,64	R$ 287,16
Total 400 jovens	R$ 957.456,00	R$ 1.072.320,00	R$ 957.456,00	R$ 114.864,00

16. Cronograma de Desembolso – FECOP

Item de Despesa	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	Total (R$)
3390.30 - Material de Consumo	75.700,00		75.700,00	75.700,00		75.700,00	75.700,00	32.000,00	75.700,00	486.200,00
3390.39 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	46.662,50	46.662,50	46.662,50	46.662,50		46.662,50	46.662,50	14.662,50	46.662,50	341.300,00
3390.08 - Beneficio Assistenciais (Repasse aos Educandos)	157.500,00	657.500,00	657.500,00	657.500,00	158.100,00	157.500,00	-	11.856,00	-	2.457.456,00
3350.41 – Repasse a instituição	460.078,00		690.117,00		1.379.634,00		1.380.234,00	114.864,00	690.117,00	4.715.044,00
Total (R$)	**739.940,5**	**704.162,5**	**1.469.979,5**	**779.862,5**	**1.537.734,00**	**279.862,50**	**1.502.596,5**	**173.382,5**	**812.479,5**	**8.000.000,00**

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

Nº	Região Administrativa	MUNICÍPIOS	Valor FECOP	Pessoas Beneficiadas
1	MR1 – METROPOLITANA	AQUIRAZ	40.800,00	40
2	MR1 – METROPOLITANA	CASCAVEL	25.500,00	27
3	MR1 – METROPOLITANA	CAUCAIA	95.961,84	93
4	MR1 – METROPOLITANA	EUSÉBIO	55.787,28	52
5	MR1 – METROPOLITANA	FORTALEZA	3.759.734,24	2.767
6	MR1 – METROPOLITANA	GUAIÚBA	51.000,00	50
7	MR1 – METROPOLITANA	ITAITINGA	132.600,00	130
8	MR1 – METROPOLITANA	MARACANAÚ	9.574,56	35
9	MR1 – METROPOLITANA	MARANGUAPE	105.223,68	87
10	MR1 – METROPOLITANA	PACAJUS	4.787,28	2
11	MR1 – METROPOLITANA	PACATUBA	45.587,28	43
12	MR1 – METROPOLITANA	PINDORETAMA	0,00	1
13	MR1 – METROPOLITANA	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	27.893,64	26
		Total MR1	**4.354.449,80**	
Nº	**Região Administrativa**	**MUNICÍPIOS**	**Valor FECOP**	**Pessoas Beneficiadas**
14	MR2 – LITORAL OESTE	ACARAÚ	27.893,64	27
15	MR2 – LITORAL OESTE	AMONTADA	51.000,00	50
16	MR2 – LITORAL OESTE	APUIARÉS	25.500,00	25
17	MR2 – LITORAL OESTE	BARROQUINHA	25.500,00	25
18	MR2 – LITORAL OESTE	CAMOCIM	58.180,92	71
19	MR2 – LITORAL OESTE	CRUZ	25.500,00	25
20	MR2 – LITORAL OESTE	ITAPAJÉ	51.000,00	52
21	MR2 – LITORAL OESTE	ITAPIPOCA	78.893,64	77
22	MR2 – LITORAL OESTE	ITAREMA	102.000,00	100
23	MR2 – LITORAL OESTE	JIJOCA DE JERICOACOARA	25.500,00	25
24	MR2 – LITORAL OESTE	MORRINHOS	25.500,00	25

25	MR2 – LITORAL OESTE	PARACURU	25.500,00	25
26	MR2 – LITORAL OESTE	PARAIPABA	25.500,00	26
27	MR2 – LITORAL OESTE	SÃO LUIS DO CURU	51.000,00	50
28	MR2 – LITORAL OESTE	TEJUÇUOCA	25.500,00	25
29	MR2 – LITORAL OESTE	TRAIRI	153.000,00	150
30	MR2 – LITORAL OESTE	UMIRIM	51.000,00	50
31	MR2 – LITORAL OESTE	URUBURETAMA	25.500,00	25
32	MR2 – LITORAL OESTE	URUOCA	28.975,00	25
		TOTAL MR2	**878.968,20**	**878**
Nº	**Região Administrativa**	**MUNICÍPIOS**	**Valor FECOP**	**Pessoas Beneficiadas**
33	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	CARIRÉ	25.500,00	25
34	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	CARNAUBAL	25.500,00	26
35	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	COREAÚ	76.500,00	76
36	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	CROATÁ	25.500,00	26
37	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	FORQUILHA	0,00	1
38	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	GRAÇA	25.500,00	25
39	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	GROAÍRAS	0,00	1
40	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	GUARACIABA DO NORTE	76.500,00	77
41	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	HIDROLANDIA	0,00	1
42	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	IBIAPINA	0,00	16
43	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	IPU	25.500,00	25
44	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	IRAUÇUBA	25.500,00	25
45	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	MASSAPÊ	25.500,00	25
46	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	PIRES FERREIRA	25.500,00	25
47	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	RERIUTABA	25.500,00	25
48	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	SANTANA DO ACARAÚ	25.500,00	27
49	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	SENADOR SÁ	0,00	1
50	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	SOBRAL	40.691,88	30
51	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	SÃO BENEDITO	0,00	1

52	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	TIANGUÁ	32.680,92	30
53	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	UBAJARA	51.000,00	52
54	MR3 – SOBRAL / IBIAPABA	VIÇOSA DO CEARÁ	0,00	3
		TOTAL MR3	**532.372,80**	**543**
Nº	**Região Administrativa**	**MUNICÍPIOS**	**Valor FECOP**	**Pessoas Beneficiadas**
55		CATUNDA	0,00	1
56	MR4 – SERTÃO DE INHAMUS	CRATEÚS	51.000,00	55
57	MR4 – SERTÃO DE INHAMUS	IPAPORANGA	25.500,00	25
58	MR4 – SERTÃO DE INHAMUS	MONSENHOR TABOSA	25.500,00	26
59	MR4 – SERTÃO DE INHAMUS	PORANGA	25.500,00	25
60		TAUÁ	0,00	2
		TOTAL MR4	**127.500,00**	**134**
Nº	**Região Administrativa**	**MUNICÍPIOS**	**Valor FECOP**	**Pessoas Beneficiadas**
61	MR5 – SERTÃO CENTRAL	BOA VIAGEM	25.500,00	25
62	MR5 – SERTÃO CENTRAL	CANINDÉ	51.000,00	53
63	MR5 – SERTÃO CENTRAL	CARIDADE	51.000,00	50
64	MR5 – SERTÃO CENTRAL	CHORÓ	25.500,00	25
65	MR5 – SERTÃO CENTRAL	DEP. IRAPUÃ PINHEIRO	25.500,00	25
66	MR5 – SERTÃO CENTRAL	GENERAL SAMPAIO	51.000,00	50
67	MR5 – SERTÃO CENTRAL	IBARETAMA	76.500,00	75
68	MR5 – SERTÃO CENTRAL	MADALENA	51.000,00	52
69	MR5 – SERTÃO CENTRAL	MOMBAÇA	2.393,64	1
70	MR5 – SERTÃO CENTRAL	PARAMOTI	25.500,00	25
71	MR5 – SERTÃO CENTRAL	PEDRA BRANCA	25.500,00	25
72	MR5 – SERTÃO CENTRAL	PIQUET CARNEIRO	25.500,00	25
73	MR5 – SERTÃO CENTRAL	QUIXADÁ	206.393,64	202
74	MR5 – SERTÃO CENTRAL	QUIXERAMOBIM	51.000,00	50
75	MR5 – SERTÃO CENTRAL	SANTA QUITÉRIA	51.000,00	53
	MR5 – SERTÃO CENTRAL	SOLON[OPOLE	0,00	1
		TOTAL MR5	**744.287,28**	**737**

Nº	Região Administrativa	MUNICÍPIOS	Valor FECOP	Pessoas Beneficiadas
76	MR6 – BATURITÉ	ACARAPE	76.500,00	75
77	MR6 – BATURITÉ	ARACOIABA	51.000,00	51
78	MR6 – BATURITÉ	ARATUBA	20.400,00	20
79	MR6 – BATURITÉ	BATURITE	89.093,64	86
80	MR6 – BATURITÉ	CAPISTRANO	51.000,00	50
81	MR6 – BATURITÉ	GUARAMIRANGA	40.800,00	40
82	MR6 – BATURITÉ	ITAPIUNA	51.000,00	50
83		PACOTI	0,00	2
		TOTAL MR6	**379.793,64**	**374**
Nº	**Região Administrativa**	**MUNICÍPIOS**	**Valor FECOP**	**Pessoas Beneficiadas**
84		ALTO SANTO	0,00	1
85	MR7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	ARACATI	58.180,92	55
86	MR7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	BEBERIBE	27.893,64	26
87	MR7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	FORTIM	25.500,00	25
88	MR7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	IRACEMA	25.500,00	25
89	MR7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	JAGUARETAMA	51.000,00	50
90	MR7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	JAGUARIBARA	51.000,00	52
91		JAGUARIBE	0,00	2
92	MR7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	LIMOEIRO DO NORTE	7.180,92	20
93	MR7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	MORADA NOVA	25.500,00	27
94	MR7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	RUSSAS	2.393,64	3
95		TABULEIRO DO NORTE	0,00	2
		TOTAL MR7	**274.149,12**	**288**
Nº	**Região Administrativa**	**MUNICÍPIOS**	**Valor FECOP**	**Pessoas Beneficiadas**
96	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	ACOPIARA	27.893,64	28
97		ALTANEIRA	0,00	1
98	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	ANTONINA DO NORTE	51.000,00	50
99	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	ASSARÉ	25.500,00	25

100	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	ARARIPE	25.500,00	26
101	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	BAIXIO	51.000,00	50
102	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	BARBALHA	32.680,92	30
103	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	BARRO	51.000,00	50
104	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	BREJO SANTO	25.500,00	25
105	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	CARIRIAÇU	25.500,00	27
106		CATARINA	0,00	2
107	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	CEDRO	25.500,00	25
108	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	CRATO	60.574,56	79
109	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	ICÓ	25.500,00	25
110	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	IGUATU	7.180,92	18
111	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	IPAUMIRIM	51.000,00	50
112	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	JARDIM	25.500,00	27
113		JATI	0,00	2
114	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	JUAZEIRO DO NORTE	19.149,12	24
115	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	LAVRAS DA MANGABEIRA	25.500,00	27
116		MILAGRES	0,00	10
117	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	MISSÃO VELHA	25.500,00	27
118	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	NOVA OLINDA	25.500,00	25
119	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	PENAFORTE	25.500,00	25
120	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	QUIXELÔ	51.000,00	50
121	MR8 – CARIRI/CENTRO SUL	SALITRE	25.500,00	25
TOTAL MR8			**708.479,16**	**753**
TOTAL GERAL			**8.000.000,00**	**7.060**

JUSTIFICATIVA:

O cenário econômico desfavorável dos últimos meses demandou mudanças significativas no projeto como tentativa de amenizar os efeitos nos jovens. De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE, em maio, o desemprego chegou a 6,7%, e a intensidade deste crescimento foi maior nos jovens de 18 a 24 anos, chegando aos 16,4%, mais que o dobro do geral. Considerando esta

realidade, a STDS, decidiu ajustar o projeto ampliando os municípios que serão atendidos, em busca de amenizar tal quadro e oportunizar aos jovens em um número diversificado de municípios os nossos cursos de qualificação e o encaminhamento de estagiários para empresas e instituições. Com os cortes de 25% na folha de pessoal do Estado, a procura dos órgãos governamentais por nossos estagiários cresceu significativamente, e, diante de tal situação, negociamos com os solicitantes e reprogramamos o encaminhamento. Vale salientar que não houve prejuízo nenhum à execução, tampouco aos beneficiários

18. Responsável(is) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – CPTR
Técnico	Robertha Arrais de Souza Catunda
E-mail	robertha.arrais@stds.ce.gov.br
Fone	8819-8253 / 3101-1559

Anexo 1
MARCO LÓGICO
(Primeiro Passo – MAPP 44)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	- Permanência no mercado dos jovens atendidos - Aumento da renda dos jovens atendidos - Mudança socioeconômica e comportamental de pessoas atendidas	- % de jovens que permaneceram no mercado após o fim do projeto - % de pessoas com aumento de renda após o curso - % de jovens com novas perspectivas sociais	- Pesquisa com os egressos realizada após 1 ano da conclusão dos cursos - Pequisa com educandos na inscrição do curso	- Perca de contato com os jovens egressos
Resultados	- jovens inseridos no mercado de trabalho	- % de jovens com Termo de Compromisso de Estágio	- Termos de Compromisso de Estágio	- Evasão dos jovens, impossibilitando atingir a meta
Produtos	- 205 Cursos de Qualificação Social e Profissional (QSP)	- Número de cursos de QSP realizados	- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerenciais da STDS	- Falta de apoio municipal para realizar as ações de QSP
Atividades	- Realizar cursos de QSP para pessoas em situação de vulnerabilidade social. - Encaminhar concludentes ao Sine - Encaminhar jovens para estagiar em órgãos públicos, empresas privadas e sem fins lucrativos	- Número de cursos de QSP realizados para pessoas em situação de vulnerabilidade social - Número de jovens encaminhados	- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerenciais da STDS	- Falta de apoio municipal para realizar as ações de QSP - Atraso na licitação gerando morosidade nos convênios de execução

	- Firmar Parceria com os municípios - Firmar Parceria com empresas e entidades - Firmar Convênio com entidades executoras	- Número de parcerias realizadas com municípios, entidades e empresas - Convênios firmados	- Comprovante de inscrição do Sistema Mais Emprego - Termo de cooperação técnica - Cópia dos convênios	
Insumos	- Recursos do FECOP - Equipe multidisciplinar da STDS - Equipe multidisciplinar das entidades executoras	- % de recurso executado	- Relatório de execução orçamentária	

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS

Projeto: Garantindo a Acessibilidade

Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional

Fevereiro/2015

Secretaria	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS
Programa	026 – Atenção à Pessoa com Deficiência
Mapp	71 – Garantindo a Acessibilidade
Período de Execução	Fevereiro a Dezembro/2015
Categoria	Estruturante – Ocupação e Renda - Inclusão Produtiva Urbana

1. Descrição do Projeto

A **Política do Trabalho, Emprego e Renda** tem por público alvo os trabalhadores em geral, porém, na prática, os seus maiores beneficiários são as pessoas socialmente vulneráveis, com menor nível de escolaridade, de qualificação profissional, de renda familiar e, consequentemente, com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

O Garantindo a acessibilidade foi desenvolvido para atender as pessoas com deficiência (PCD´s) e seus familiares, qualificando-os para o mercado de trabalho através de cursos profissionalizantes, para que sejam inseridos no mercado de trabalho e gerem renda para suas famílias. Os beneficiários do projeto devem ter renda familiar *per capta* inferior a ½ salário mínimo.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto Garantindo a Acessibilidade está vinculado a Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda e tem se apresentado como uma importante ferramenta para a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade através da igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana.

O projeto contribui ainda para a consolidação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da qual o Brasil é signatário.

As atividades propostas no projeto contribuem para o alcance das metas estabelecidas no PPA 2012-2015 do Governo do Estado do Ceará, fazendo parte do Eixo: Sociedade Justa e Solidária, através do Programa Multisetorial 026 – Atenção à Pessoa com Deficiência; Objetivo 016 – Ofertar oportunidades de qualificação social e profissional para pessoas com deficiência e seus familiares; Metas 01877 – Qualificar 2.000 pessoas com deficiência e seus familiares e 01878 – Inserir 200 pessoas com deficiência no mercado de trabalho; Iniciativas 03346 – Inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e 03347 – Qualificação de pessoas com deficiência.
O projeto contribui ainda para o alcance dos resultados estratégicos de Governo: Ceará competitivo nas suas vocações e nas novas oportunidades e os Resultados Estratégicos Setoriais no que se refere à Geração de Oportunidades de trabalho, emprego e renda.

Os objetivos e as estratégias da área de educação social e profissional da STDS estão em sintonia com a política de qualificação desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cujo foco é promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente, além da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, inclusão social, combate à discriminação, redução da pobreza e da vulnerabilidade da população.

3. Diagnóstico

Dados mais recentes produzidos por estimativas do IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) indicam que a população do Estado é constituída por 8,4 milhões de habitantes, dos quais 2,3 milhões são pessoas com algum tipo de deficiência. Esse contingente é formado predominantemente por famílias de baixo poder aquisitivo, com fortes restrições de acessibilidade.

De acordo com o último Censo, o Ceará está entre os cinco estados brasileiros com maior ocorrência de pessoas com deficiência e Fortaleza possui, atualmente, aproximadamente 350 mil pessoas com deficiência, o que representa quase 15% da população total.

Quando se estabelece comparação regional, observa-se que os índices sugerem o mesmo comportamento em termos de equivalência quantitativa.

O crescimento das estatísticas sobre deficiência no mundo têm se inserido na pauta de discussões governamentais e de diferentes instâncias nacionais e internacionais. A realidade atual e projeções estatísticas permitem que sejam projetados os impactos que tal segmento representa na dinâmica da realidade em um contexto global.

O Brasil vem dedicando interesse peculiar para essa realidade, instituindo a consolidação de legislação específica para a garantia de direitos desse público, em particular.

Por muito tempo, pessoas com deficiências foram segregadas. No Brasil, eram tratados por políticas meramente assistencialistas, sem que os governos e a sociedade em geral compreendessem a complexidade do problema e muito menos a importância e significado da garantia de seus direitos.

A partir da Constituição Federal de 1988, novas perspectivas democráticas se delinearam para o país e a gestão das políticas públicas adquiriu novo ordenamento jurídico e institucional. O indivíduo foi elevado à categoria de cidadão e considerado apto a realizar plenamente seus direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos. Uma das formas eficazes de implementar o dever do Estado é inserir o desenvolvimento de práticas e/ou manifestações de apoio ao transporte de pessoas com acessibilidade dificultada no seu meio ambiente.

O Plano de Governo para o Estado do Ceará (2012-2015) está fundamentado em três ideias força que determinam: a construção de uma sociedade justa e solidária; uma economia para uma vida melhor e a efetivação de uma gestão ética, eficiente e participativa. Essas ideias-forças convergem para a efetivação de políticas públicas de múltiplas dimensões, garantindo também a efetivação de uma política pública de inclusão por meio da qualificação profissional não somente de Pessoas com Deficiência (PcD) mais também de seus familiares.

Para fazer frente aos limites impostos às pessoas com deficiências, o Plano de Governo para o Estado do Ceará delineou resultados estratégicos cuja efetivação concorre para a garantia de direitos desses segmentos populacionais. Esses resultados devem ser objeto da ação de todos os setores da administração estadual, em parceria com as prefeituras municipais, apoio do Governo Federal e participação ativa da sociedade civil organizada.

A STDS atende aos segmentos vulnerabilizados, envolvendo crianças, adolescentes, famílias, idosos e pessoas com deficiência. Diversos fatores, entre eles a elevação da taxa de desemprego do país e do Ceará, têm contribuído para que haja um aumento da população com renda per capita abaixo de 1/2 salário mínimo.

Segundo preconiza a LOAS, é dever do estado garantir o atendimento às necessidades básicas de proteção, amparo, promoção, habilitação e integração dos segmentos vulnerabilizados.

Nesse sentido, faz-se necessário assegurar às pessoas com deficiência o acesso aos seus direitos, enquanto instrumentos de construção de formas de uma nova vida e de possibilidades de aproximação do meio, situando-se nas dimensões sociais e históricas pelo viés da produção das várias linguagens.

A igualdade está elevada à condição de direito, estando consolidada na área do trabalho na reserva de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência (Art. 37, VIII, Constituição). Esse comando constitucional que eleva a dignidade da pessoa com deficiência e sua condição de cidadão pelo exercício de um trabalho remunerado tem previsões específicas na Lei nº 8.112/90 que prevê a reserva de vagas para candidatos com deficiência em cada concurso público; na Lei nº 8.213/91 que dispõe sobre a reserva de postos de trabalho para pessoa com deficiência em empresas com cem ou mais empregados, e no Decreto nº 3.298/99 que regulamenta a Lei nº 7.853/89 sobre a política de inclusão da pessoa com deficiência por meio da reserva, emprego

protegido e elementos assistivos; na Lei nº 10.097/00, e alterações que se seguiram, há a garantia de aprendizagem para o adolescente com deficiência, desconsideradas a idade limite e a escolaridade; leis que possibilitam o estágio da pessoa com deficiência e a reunião de pessoas com deficiência em cooperativas sociais.

A reserva (conhecida como cota) de cargos para trabalhadores com deficiência em empresas com cem ou mais empregados, em percentuais que variam de 2% a 5% para empresas com mais de mil empregados, está prevista no Artigo 93, da Lei n° 8.213/91, devendo atender determinadas peculiaridades de maneira a dar efetividade à ação afirmativa.

O percentual da reserva de postos de trabalho deve incidir sobre o número total de empregados da empresa, somados todos os seus estabelecimentos. O cumprimento da reserva deve ocorrer em todos os estabelecimentos e, com isso atender a oferta de trabalhadores qualificados existente em cada localidade.

4. Justificativa

O direito ao trabalho de todos, incluídas as pessoas com deficiência, está previsto no Art. 6º da Constituição da República, decorre de valores que fundamentam o Estado democrático de direito (Art. 1º, III e IV, Constituição), de forma a cumprir o objetivo da República de promover a todos sem preconceitos ou discriminação (Art. 3º, IV, Constituição).

O empregador deve exigir do trabalhador com deficiência a comprovação da habilitação ou qualificação profissional para ocupar o cargo, de forma a bem desempenhar as atividades inerentes da função, com produtividade e eficiência. A pessoa com deficiência pode vir a ocupar qualquer cargo e exercer qualquer função, desde que tenha qualificação para tal. Ferem a ordem constitucional e legal as exigências de “aptidão plena” para o exercício de cargos ou funções.

A política de emprego instituída no Decreto nº 3.298/99 é a de inserção da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho, cuja regra geral é a modalidade de colocação competitiva, observado o processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária. Há também previsão para a incorporação da pessoa com deficiência ao sistema produtivo mediante regime especial de trabalho protegido (Art. 34).

Uma das formas de inserção de Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho é a de colocação seletiva, observado o processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária mas que depende da adoção de procedimentos e apoios especiais para sua concretização. Nessa modalidade, permite-se às entidades beneficentes de assistência social a atuação como apoiadoras (apoio especial) da inserção da pessoa com deficiência, habilitada para o trabalho. Tratam-se de serviços especializados desenvolvidos pelas entidades beneficentes de assistência social voltados para a identificação das habilidades da pessoa com deficiência e/ou sua qualificação profissional que podem ser colocados à disposição dos empregadores, e/ou contratados.

A existência das leis não significa a imediata inserção da pessoa com deficiência ao trabalho remunerado. No âmbito das relações privadas, a partir de 1999 com a política institucional do Ministério Público do Trabalho de fazer cumprir a Lei nº 8.213/91, e o Ministério do Trabalho e Emprego de fiscalizar o cumprimento da reserva com a nova atribuição conferida pelo Decreto nº 3.298/99, foram geradas em torno de um milhão de vagas, em empresas com cem ou mais empregados.

No entanto, não há trabalhadores com deficiência com qualificação suficiente no mercado para ocuparem as funções geradas, reflexo da ausência das pessoas com deficiência na formação metódica de uma profissão, e que exige a inclusão escolar. Uma das atuais formas de adiantar o processo de inclusão é aliar a educação profissional e o trabalho por meio da aprendizagem.

Frente ao ordenamento legal apontado, justifica-se o projeto pelas possibilidades que resguarda de oportunizar às pessoas com deficiência o usufruto de seus direitos nas mais diversas linguagens, esperando que o governo e a sociedade compartilhem responsabilidades sociais e oportunizem a inserção social de PcD pela via da geração de emprego e renda. É importante ainda assegurar a qualificação profissional de membros das famílias de PCD´s, fortalecendo assim o vinculo familiar, a qualificação profissional como instrumento de inserção no mundo do trabalho e a consequente melhoria da competitividade do público-alvo do projeto frente as novas exigências do mercado de trabalho.

É indiscutível que há muitas pessoas com deficiência, interessadas em ingressar no mercado de trabalho, mas faltam-lhes oportunidades de qualificação profissional, por outro lado existem também empresas interessadas em contratar essas pessoas para que assim possam cumprir a lei das cotas, estes fatos contribuem para o sucesso da ação proposta, uma vez que fortalece a inclusão social e produtiva de pessoas com deficiência e seus familiares e atende as empresas, que querem cumprir a lei, porém não encontram pessoas qualificadas.

A afirmação do parágrafo anterior torna-se uma realidade quando observamos que durante a execução do Projeto Garantindo a Acessibilidade no ano de 2012, o projeto contribuiu para a inserção de aproximadamente 30% dos egressos dos cursos de qualificação em empresas parceiras do projeto.

5. Histórico

O projeto Garantindo a Acessibilidade foi implantado no ano de 2009. Inicialmente foi concebido visando o atendimento com próteses e órteses para Pessoas com Deficiência. Com o novo modelo de atuação da Assistência Social implantado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome esta ação tornou-se eminentemente vinculada à política pública de saúde.

Buscando adequar-se ao novo sistema e sabendo da importância do processo de inclusão social e produtiva deste segmento, a STDS apresentou nova proposta redirecionando os recursos alocados neste projeto para o desenvolvimento de atividades de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho formal e/ou informal, tanto para pessoas com deficiência como também para seus familiares.

Estes fatos contribuíram para que no ano de 2010 mesmo tendo sido aprovado junto ao FECOP recursos na ordem de R$ 2.000.000,00, nada tenha sido aplicado.

Ano	Valor Total Aplicado	Valor FECOP	Nº de Beneficiários
2007	0,00	0,00	0
2008	0,00	0,00	0
2009	1.447.853,00	1.447.853,00	1.185
2010	0,00	0,00	0
2011	916.591,17	916.591,17	247
2012	999.932,50	999.932,50	695
2013	1.000.000,00	1.000.000,00	526
2014	1.000.000,00	1.000.000,00	520

6. Público – Alvo

Pessoas com deficiência (física, visual, auditiva, intelectual ou múltipla); familiares de pessoas com deficiência e pessoas que tenham interesse em trabalhar com este segmento.

6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiários

Os beneficiados pelo projeto são selecionados de acordo com as especificidades da deficiência, levando em conta:

- A renda familiar per capta;
- Ser beneficiário do Bolsa Família;

6.2. Documentos comprobatórios da situação de pobreza

Dentre os documentos elencados pela Lei nº 14.859, 28 de dezembro de 2010, para comprovação da situação de pobreza, o projeto solicita um dos seguintes documentos, quando da seleção dos beneficiários: fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais; fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais; comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal; comprovante de renda familiar, com *per capita,* mensal, inferior a (½) salário mínimo.

7. Objetivos

Geral

Desenvolver ações de qualificação social e profissional para as pessoas com deficiência e seus familiares, bem como, pessoas que queiram se qualificar para atendimento a este público.

Específicos

- Qualificar pessoas com deficiência e seus familiares, com vistas à inclusão no mercado de trabalho;
- Possibilitar o acesso de pessoa com deficiência no mercado de trabalho;
- Contribuir com as empresas do Estado para que elas cumpram as metas do processo de inclusão social, disponibilizando mão de obra qualificada;
- Qualificar/requalificar pessoas interessadas em atuar junto a qualificação profissional de PCDs.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

ATIVIDADES
a) Seleção e contratação das entidades executoras
b) Inscrição dos educandos, formação das turmas, cadastro no Sistema de Qualificação Profissional – SQP
c) Realização das ações de qualificação social e profissional
d) Inserção no mercado de trabalho
e) Acompanhamento e avaliação

a) <u>Seleção e contratação das entidades executoras</u>

As parcerias são definidas através de seleção pública realizada por meio de Edital de Chamada Pública, elaborado e publicado para esse fim.

Seleção das entidades inscritas no edital, definição das entidades parceiras e assinatura de convênios com as instituições selecionadas.

As entidades conveniadas serão acompanhadas e avaliadas pelo setor competente da Coordenadoria e estarão sujeitas a advertência e posteriormente a suspensão, não atendidas às condições adequadas a execução das ações contratadas.

Responsável: Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – Assessoria Jurídica da STDS

b) Inscrição dos educandos, formação das turmas, cadastro no Sistema de Qualificação Profissional – SQP

Os educandos para as ações de qualificação social e profissional do projeto Garantindo a Acessibilidade deverão atender aos seguintes critérios: faixa etária acima de 16 anos; desempregado e ou em busca do primeiro emprego, fazer parte de famílias com renda per capta mensal inferior a (½) salário mínimo.

A Inscrição do educando para as ações será feita pelas demandantes, através do preenchimento de ficha de identificação contendo perfil socioeconômico, escolaridade, experiência e qualificação profissional, dentre outras.

Concluídas as inscrições, os formulários serão repassados à instituição executora que dará andamento à formação das turmas, cadastramento dos alunos e instrutores no SQP, após a aprovação dos registros pelo gestor do projeto que dará início ao curso.

Responsável: Entidade demandante da formação, Entidade executora e Gerente do projeto.

c) Realização dos cursos de qualificação social e profissional

As ações de qualificação social e profissional do projeto Garantindo a Acessibilidade serão preparadas para atender a três públicos diferenciados e por isso terão conteúdos diferenciados.

As ações de qualificação social e profissional para pessoas com deficiência foram planejadas a partir da demanda de instituições que desenvolvem trabalhos voltados para esse público em especial e para os pais e/ou responsáveis que os acompanham, procurando na medida do possível adequá-los as necessidades do mercado de trabalho local e ou do seu entorno, bem como a sua vocação empreendedora, bem como, a capacitação profissional para pessoas que têm interesse em trabalhar com pessoas com deficiência, tornando-as aptas a desenvolver atividades com esse público.

As turmas dos cursos serão formadas por 20 alunos, com idade a partir de 16 anos, destinados prioritariamente às pessoas com deficiências, seus familiares e profissionais interessados em trabalhar com este segmento.

As ações de qualificação social e profissional terão carga horária variando de 80hs a 120hs, distribuídas em 4hs diárias, as quais serão desenvolvidas em módulos, que variam entre quatro (4) a sete (7) módulos, conforme a complexidade da tipologia do curso ofertado, sendo o modulo básico comum a todas as tipologias por abordar à formação empreendedora e cidadã.

As ações serão planejadas seguindo a nota técnica de planejamento das aulas ações de qualificação social e profissional, fornecida pela Célula de Educação Social e Profissional, incluindo a utilização das ferramentas disponíveis no documento.

As entidades conveniadas deverão dispor de infraestrutura adequada à execução das ações de qualificação social e profissional, para tanto deverão realizar inspeção técnica antes de confirmar o espaço físico a ser utilizado, bem como garantir a contratação de serviço de instrutoria para a realização das ações profissionalizantes, com perfil adequado e qualificação comprovada por certificados ou declarações da entidade executora.

Responsável: Entidades executoras conveniadas.

d) Inserção no mercado de trabalho

Articular parceria com as Unidades do SINE para: cadastro, intermediação de mão de obra e acompanhamento da inserção no mercado de trabalho.

Articular com as empresas para inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho

Promover oficinas para orientação, incentivo e apoio a constituição de pequenos negócios.

Responsável: Equipe técnica do projeto e das unidades do SINE/IDT

e) Acompanhamento e avaliação
O acompanhamento dar-se-á por meio de visitas às turmas, realizadas pelos agentes de inclusão. No decorrer dessas visitas deve-se apurar se ocorre evasão, verificar a frequências e o nível de satisfação dos alunos com os instrutores.
A avaliação será feita por meio de questionários aplicados aos jovens e educadores, cujos dados farão parte do relatório final de avaliação do projeto.
Responsável: Equipe técnica da CPTR, do Projeto Primeiro Passo e Entidades Executoras.

9. Produtos

PRODUTOS	2015	FONTES DE VERIFICAÇÃO
Educandos Qualificados	620	Relatórios do Sistema de Qualificação Profissional - SQP
Pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho formal	124	Comprovantes de inserção no mercado de trabalho, tais como de contrato de trabalho, registro em ctps ou Inscrição no MEI.
PCD e familiares inseridos no mercado de trabalho informal	62	Visitas e relatórios de acompanhamento após seis meses de conclusão dos cursos.

10. Metas

- Qualificar 620 educandos, através da realização de cursos profissionalizantes, destinados prioritariamente para as pessoas com deficiências, seus familiares e profissionais interessados em trabalhar com este segmento.
- Inserir 20% das pessoas com deficiência, qualificadas, no mercado de trabalho formal;
- Executar cursos de qualificação profissional, distribuídos em 31 turmas com 20 alunos;
- Encaminhar 20% dos familiares de PCDs e profissionais egressos dos cursos do projeto garantindo Acessibilidade para cadastro no banco de dados do SINE.

11.Resultados esperados

- Pessoas com deficiência, qualificadas para atender as demandas de empregabilidade do mercado;
- Formação de um banco de profissionais com deficiência, em condições de competitividade junto ao mercado de trabalho;

- Inserção de no mínimo, 20% dos egressos das ações de qualificação, no mercado de trabalho formal ou em formas alternativas geradoras de renda;

- Inclusão social das pessoas com deficiência.

12. Integração das Ações

O Garantindo a Acessibilidade se integra internamente com as ações desenvolvidas no Centro de Profissionalização para Pessoas com Deficiência /CEPID, equipamento da STDS que é o maior centro do Norte e Nordeste, voltado para este fim**.** O equipamento dispõe de salas de aulas e laboratórios adaptados para capacitação nas áreas de informática, telemarketing, hotelaria, comércio e serviços administrativos, confecção e moda inclusiva, bem como cursos de Libras, formação de Audiodescritores e Braille. Dispõe também de unidade de atendimento do SINE/CE, além da completa infraestrutura para atendimento das pessoas com deficiência, como: academia de baixo impacto, auditório, piscina, salas de convivência e quadra poliesportiva, acessíveis aos paradesportistas de diversas modalidades: natação, basquete, futsal e tênis de mesa

13. Monitoramento

A Célula de Educação Social e Profissional, através de seu Núcleo de Monitoramento das Ações de Capacitação, desenvolve um monitoramento contínuo e de forma sistematizada, buscando a melhoria da qualidade pedagógica, a eficiência e eficácia das ações.

O projeto Garantindo a Acessibilidade, desenvolvido no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social -STDS, terá suas ações monitoradas de forma que possam ser identificados fatores que interferem na execução dos cursos de qualificação social e profissional, contribuindo assim para a adoção de medidas que contribuam para o aperfeiçoamento do projeto.

Os instrumentais de monitoramento têm como objetivo identificar:

- Perfil sócio econômico do público atendido;
- Nível de aproveitamento dos cursos realizados; e
- Aferir a qualidade pedagógica das ações de qualificação executadas.

A observação direta, participativa e a entrevista farão parte das estratégias de monitoramento. A observação participante tem o intuito, como ressalta Gil Ibidem), de conhecer a vida do grupo a partir do interior dele mesmo. Por conseguinte, as entrevistas virão com a intenção de obter, com mais profundidade, dados acerca do comportamento dos educandos.

<u>Coleta de Dados</u>

O monitoramento das ações propostas ocorrerão por meio de visitas técnica constituída por profissionais devidamente qualificados, que vão “in loco”, e aplicam questionários junto aos beneficiários, ao corpo técnico e pedagógico da instituição executora, cada turma receberá no mínimo 2 visitas, sendo uma visita no início das atividades pedagógicas para constatação objetiva da situação da turma e construção da linha de base para acompanhamento, seguida de mais uma visita de análise das condições de ensino aprendizagem, onde são considerados: a atuação das executoras, o público prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

A seleção das turmas, em cada ação, é realizada de forma aleatória e proporcional ao número de turmas\educandos, considerando a variabilidade entre as entidades executoras em termos da quantidade e da variedade de cursos\ações oferecidas.

As visitas para coleta de dados ocorrerão por meio do Núcleo de Acompanhamento as Ações de Qualificação Profissional, vinculado a Célula de Educação Social e Profissional da STDS.

Sistematização da base de dados

A sistematização da base de dados, considerada a segunda etapa do monitoramento, constitui-se na estruturação de um modelo de banco de dados a ser utilizado como ferramenta de auxílio à gestão e ao gerenciamento das ações desenvolvidas, sendo capaz de oferecer ao gestor do projeto subsídios que permitam a análise da execução do projeto.

Esta etapa consiste numa análise detalhada dos dados disponibilizados referentes a execução das ações de qualificação social e profissional, assim como a qualidade pedagógica do trabalho que vem sendo desenvolvido.

Desenvolvimento de indicadores e metas

O monitoramento através da análise sistemática dos dados coletados e do acompanhamento das ações desenvolvidas contribui para a construção de uma intervenção no sentido de subsidiar a avaliação de desempenho institucional, assim como estabelecer metas e indicadores essenciais à eficiência e eficácia da ação proposta.

Análise do alcance das metas

O processo de monitoramento versa ainda sobre a análise do alcance das metas propostas, ou seja, estabelecer a diferença entre a meta pactuada e a alcançada, bem como as possíveis ameaças para o alcance das mesmas, subsidiando o gestor do projeto com informações que lhe permitam correções das fragilidades ocorridas durante a execução.

Elaboração ferramentas informacionais

A disseminação das informações coletadas através das atividades de monitoramento torna-se uma importante ferramenta de gestão para os responsáveis pelo acompanhamento e gerenciamento de projeto sociais.

A Célula de Educação Social e Profissional, em parceria com a Célula de Tecnológica da Informação da STDS, criou o Sistema de Qualificação Profissional – SQP, que tem como objetivo o gerenciamento de todas as atividades de qualificação profissional permitido o acompanhamento em tempo real das ações que estão sendo executadas. Foram realizados treinamentos com a participação de instituições executoras, gerentes de projetos e técnicos de monitoramento para melhor domínio e utilização desta ferramenta.

O resultado do monitoramento e avaliação das ações de qualificação subsidiará os gestores e as executoras, no sentido de corrigir as “Não Conformidades” encontradas a partir das visitas técnicas realizadas às ações de qualificação. Também, proporcionarão, não só ao Orientador da Célula de Educação Social e Profissional/CESP, como também aos demais responsáveis pela Qualificação Social e Profissional na STDS, informação sobre o andamento da execução dos cursos de QSP.

Ao final das atividades a gerência do Projeto deverá apresentar um Relatório com o detalhamento das metas executadas, apresentando os indicadores que foram alcançados, principais dificuldades na implementação das atividades propostas, e os avanços que o projeto teve no ano de 2015.

13.1 Dados Utilizados

Cada visita tem o seu modelo de instrumental denominados: Relatório de Constatação Objetiva, Questionário de Avaliação pelo Supervisor, Questionário de Avaliação pelo Educador e Questionário de Avaliação pelo Educando, onde são considerados os itens: atuação das executoras, o público prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos

conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

Os dados coletados através do formulário de constatação objetiva preenchido pelo técnico durante as visitas, bem como os dos questionários estruturados, aplicados junto aos beneficiários e instrutor, ao final de cada curso, serão analisados e se os dados coletados mostrarem que o curso não está transcorrendo dentro dos padrões necessários e/ou registrados no convênio, recomenda-se intervenções nestas situações, através de "comunicado de não conformidades", para retomada da situação e para construção da linha de base para o acompanhamento, sendo todos lançados no SQP.

13.2 Cadastro dos Beneficiários

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) implantou Sistema de Monitoramento das Ações de Qualificação Profissional (SQP) para o registro das informações referentes aos beneficiários, identificando-os civilmente por meio da coleta de: dados pessoais, NIS, CPF, filiação, endereço dentre outros aspectos inerentes ao que o projeto propõe-se a atender.

Os dados estão organizados por convênio/contrato e ano de execução, permitindo uso de filtros de pesquisa para fins de facilitar futuras avaliações.

14. Pressupostos de Risco

- Falta de ambientes acessíveis oferecidos pelas empresas para inserção e permanência das pessoas com deficiência egressos dos cursos de qualificação profissional;
- Número limitado de instituições com metodologias adequadas ao trabalho de qualificação com o público alvo do projeto;
- Descumprimento da lei de cotas por parte significativa das empresas do estado.

15. Orçamento

Detalhamento	Valor FECOP (R$)	Valor Outras Fontes (R$)	Valor Total (R$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1 Repasse às Entidades (335041)			
1.1.1 Entidades executoras de ações de Qualificação e Apoio a Gestão Programa de Estágio. (*)	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
TOTAL	**1.000.000,00**	**0,00**	**1.000.000,00**

(*)Segue anexo planilha contendo memória de cálculo

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Março	Abril	Junho	Agosto	Outubro	Total (R$)
3350.41 Repasse à Entidade	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	**200.000,00**	**1.000.000,00**
Total (R$)	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	**1.000.000,00**

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

N° de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Pessoas Beneficiadas
1	MR 1 – Metropolitana	Fortaleza	935.484,00	580
2		Eusébio	32.258,00	20
3		Guaiúba	32.258,00	20
	TOTAL GERAL		**1.000.000,00**	**620**

JUSTIFICATIVA

As mudanças nos municípios ocorreram em detrimento à não-continuidade da ação de dois convênios destinados as ações no interior devido à irregularidades das entidades executoras junto à Controladoria Geral do Estado – CE, o que gerou a finalização dos dois convênios. Estas entidades iriam atender os municípios de Itaitinga, Maracanaú, Sobral, Iguatu e Crato. Para não deixarmos de atender ao interior, a STDS negociou com as entidades com convênio vigente a possibilidade de atender a estes municípios, porém, a capacidade técnica e operacional das mesmas possibilitou apenas ir à dois municípios distintos do planejado: Eusébio e Guaiúba.

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda
Técnico	Edianny Lima da Silva de Andrade e Castro
E-mail	Ediannylima@gmail.com
Fone	9693.6363

Anexo 1
MARCO LÓGICO
(Garantindo a Acessibilidade – MAPP 71)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	- Aumento da renda dos beneficiários - Empresas cumprindo a Lei Nº8.213/91 que garante a contratação de PCD's. - Mudança socioeconômica e comportamental de PCD's atendidas	- % de pessoas com aumento de renda - % das empresas cumprindo a Lei nº8.213/91 - % de PCD's com novas perspectivas sociais	- Pesquisa com os egressos realizada após 1 ano da conclusão dos cursos - Relatório da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/CE - Pequisa com educandos na inscrição do curso	- Descumprimento da lei de cotas por parte significativa das empresas do estado - Perca de contato com os jovens egressos
Resultados	- educandos inseridos no mercado de trabalho formal	- Número de egressos inseridos no mercado de trabalho informal;	- Contratos de trabalho	- Falta de ambientes acessíveis oferecido pelas empresas para manutenção dos egressos dos cursos de qualificação no mercado de trabalho formal;
Produtos	- 38 Cursos de QSP para PCD's realizados	- Número de cursos de QSP realizados	- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerenciais da STDS	- Falta de apoio municipal para realizar as ações de QSP
Atividades	- Realizar cursos de QSP para PCD's em situação de vulnerabilidade social. - Encaminhar concludentes ao Sine - Firmar Parceria com os municípios -Firmar Parceria com	- Número de ações de QSP realizadas - Número de pessoas encaminhadas - Número de parcerias realizadas	- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerenciais da STDS - Comprovante de inscrição do Sistema Mais Emprego	- Não captação do número de vagas necessárias para inserção - Falta de apoio municipal para realizar as ações de QSP - Atraso na licitação gerando morosidade nos convênios de

	empresas e entidades - Firmar Convênio com entidades executoras	com municípios, entidades e empresas - Convênios firmados	- Termo de cooperação técnica - Cópia dos convênios	execução
Insumos	- Recursos do FECOP - Equipe multidisciplinar da STDS - Equipe multidisciplinar das entidades executoras	- % de recurso executado	- Relatório de execução orçamentária	

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS

Projeto: CE - Jovem Aprendizagem em Serviço

(Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)

Janeiro/2015

Secretaria	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS
Programa	021 – Promoção da Juventude
Mapp	93 - CE - Jovem Aprendizagem em Serviço
Período de Execução	Fevereiro a Dezembro/2015
Categoria	Projetos Estruturantes – Ocupação e Renda – Inclusão Produtiva Urbana

- **Descrição do projeto**

A **Política do Trabalho, Emprego e Renda** tem por público-alvo os trabalhadores em geral, porém, na prática, os seus maiores beneficiários são as pessoas socialmente vulneráveis, com menor nível de escolaridade, de qualificação profissional, de renda familiar e, consequentemente, com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

O CE Jovem – Aprendizagem em Serviço foi desenvolvido para atender jovens com idade entre 16 e 24 anos, que estejam cursando o ensino fundamental ou médio, assim como os egressos, todos oriundos do ensino público e com renda per capta inferior a ½ salário mínimo, qualificando-os para o mercado de trabalho, para torná-los emprendedores ou aprendizes. Este projeto tem duas linhas de ação:

Empreendedor Juvenil – Qualifica os jovens para se tornarem empreendedores;

Jovem Aprendiz – Qualifica jovens através de formação técnico-profissional, inserindo-os, simultaneamente, em empresas privadas, de acordo com a Lei de Aprendizagem nº 10.097/2000.

- **Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual**

O projeto CE - Jovem Aprendizagem em Serviço, é desenvolvido através da Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda, e tem se apresentado como uma importante iniciativa intersetorial uma vez que promove o fortalecimento da família através do desenvolvimento de ações que visam a geração de renda e a formação básica de adolescentes / jovens, estimulando a elevação da escolaridade, melhoria do desempenho e da permanência na escola.

As atividades propostas no projeto contribuem para o alcance das metas estabelecidas no PPA 2012-2015 do Governo do Estado do Ceará, fazendo parte do “Eixo Sociedade Justa e Solidária”, através do Programa Multissetorial 021 - Promoção da Juventude, em especial no Objetivo 08 - Qualificar e requalificar trabalhadores, visando a sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho, que traz como Metas 00905 - Qualificar e requalificar 61.000 jovens trabalhadores e 01304 - Inserir 18.291 jovens trabalhadores no mercado de trabalho e Iniciativa 01986 - Qualificação e requalificação de trabalhadores - CE- JOVEM Aprendizagem em Serviço.

Os objetivos e as estratégias da área de educação social e profissional da STDS estão em sintonia com a política de qualificação desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cujo foco é promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente, além da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, inclusão social, combate à discriminação, redução da pobreza e da vulnerabilidade da população.

O projeto contribui ainda para o alcance dos Resultados Estratégicos Setoriais no que se refere a “Geração de Oportunidades de trabalho, emprego e renda”.

- **Diagnóstico**

De acordo com a Proposta de Emenda à Constituição 138/03 **-** PEC da juventude, aprovada pelo Congresso Nacional em setembro de 2010, é jovem no Brasil todo o cidadão que compreende a

idade entre 15 e 29 anos, sendo dividido em: jovem-adolescente (15 a 17 anos), jovem-jovem (18 a 24 anos) e jovem-adulto (25 a 29 anos).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009/2010, a população jovem na faixa etária entre 15 e 24 anos no Ceará chega a 1.665.000, portanto os jovens representam 19,3% da população cearense. Embora com os avanços ocorridos para a estabilidade econômica do País, a atual conjuntura ainda apresenta baixos níveis de atividade econômica e aprofundamento das desigualdades, o que resulta na existência de imensas zonas de exclusão. Não é tarefa fácil realizar o processo de inserção social desse segmento que historicamente, ficou esquecido na hora de se planejar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o crescimento e desenvolvimento macroeconômico não apenas nacional, mas também no âmbito do nosso Estado.

Ainda segundo os dados da PNAD 2009/2010, referentes ao universo da população jovem no Estado do Ceará, 831 mil jovens (49,96%) ocupam alguma atividade vinculada ao setor produtivo gerador de renda. Se considerarmos as condições de trabalho, comprovamos a presença de um status de precariedade neste contexto de mercado, pois 41% dos jovens ocupados recebem até ½ salário-mínimo por mês e apenas 21% destes ganham mais do que um salário-mínimo mensal. Verifica-se também esta condição quando a pesquisa afirma que 64,2% dos jovens ocupados trabalham mais do que 40 horas semanais – uma taxa elevada considerando as diretrizes das leis trabalhistas. Já a informalidade, denotada pela não contribuição com a previdência social, chega ao nível de 64% do total.

Estes dados evidenciam que o desemprego é mais incidente sobre a população mais jovem, uma vez que estes não contam com a experiência prévia requerida por empregadores e em grande medida, se lançam ao mercado com baixa escolaridade e sem qualificação profissional adequada.

O desemprego não é o mesmo para todos os jovens. As maiores taxas de desemprego juvenil são observadas entre a faixa etária de 16 e 17 anos e entre mulheres jovens. A dificuldade de inserção é mais difícil para os jovens das famílias de baixa renda e os menos escolarizados. Ser mulher e pertencer ao segmento dos jovens pobres e pouco escolarizados é um complicador a mais na hora de conquistar um posto de trabalho. Outro ponto que merece destaque é a questão da raça e etnia, a pesquisa “Os Negros no Trabalho” realizada pelo DIEESE em 2014, Fundação Seade e Ministério do Trabalho, através do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), levantou dados sobre a presença de negros no mercado de trabalho, evidenciando a desigualdade entre negros e não-negros. O relatório do DIEESE aponta que há menor acesso da população negra à educação.

Destaca-se que, a taxa de desemprego dos jovens do Ceará é aproximadamente o triplo, da taxa de desemprego total do Estado. O desemprego juvenil é um sério problema, pois é muito alto e vem crescendo mais que o desemprego total, tornando necessária a criação de políticas públicas para minimizar seus os efeitos sobre a sociedade.

No entanto sabemos que o mundo do trabalho não é o local de abrigo para todos os trabalhadores, pois uma parcela significativa está fora dele esperando uma oportunidade, ou mesmo, recorrendo a diversas táticas de sobrevivência para ter ao menos condições de subsistência. Por outro lado o jovem ainda enfrenta enormes barreiras para entrar do mercado de trabalho, tendo em vista que para essa entrada na maioria das vezes exige-se experiência, mas para ter experiência ele necessariamente deveria estar inserido nesse mercado. Medidas de aprendizagem, por exemplo, são importantes para romper essa barreira de entrada.

Com base nas teorias do capital humano, o crescimento econômico, e consequente redução da pobreza, pode ser impulsionado, elevando-se, a qualidade da mão de obra dos trabalhadores. Nesse aspecto, a literatura tem apontado que grande parte do diferencial de renda entre as regiões brasileiras pode ser explicada pelas disparidades educacionais (BARROS, 1993; BARROS et. al., 1997; PESSOA, 2001, SALVATO et. al., 2007).

Essa é uma situação que atinge a juventude cearense que enfrenta o desemprego e suas consequências econômicas e sociais. Nesse sentido apresenta-se como maior desafio integrar iniciativas de caráter emergencial às políticas estruturantes, levando-se em consideração a faixa etária, a escolaridade, o território e as expectativas de cada público.

- **Justificativa**

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS ao apresentar o projeto CE - Jovem Aprendizagem em Serviço para o ano de 2015, tem como objetivo fortalecer a inclusão do jovem no mercado de trabalho através da lei da aprendizagem Lei nº 10.097/2000, bem como o desenvolvimento de valores , de responsabilidade social e dacultura empreendedora, possibilitando, também, a criação do seu próprio negócio.

A globalização, associada à evolução tecnológica e às modernas ferramentas gerencias, busca incessantemente a racionalização dos processos produtivos, eliminando todos os dias milhares postos de trabalho. O ensino médio não pode ficar arraigado ao papel histórico de mero apêndice entre o ensino fundamental e o superior, precisa-se proporcionar a esses jovens novas habilidades e competências técnicas e econômicas, que possibilitem maior oportunidade de trabalho e renda.
Capacitar é tornar uma pessoa habilitada para o desempenho de uma função; é qualificar a pessoa para determinado trabalho, quer seja ele próprio ou a serviço de outros. Este tipo de investimento do poder público quando direcionado para o público jovem alcança ainda maior relevância, levando-se em consideração que praticamente um jovem tem 3 vezes menos oportunidade de inserção no mundo do trabalho do que uma pessoa adulta.
A importância da capacitação profissional para a vida da juventude encontra-se na possibilidade de acesso às oportunidades de trabalho que, por sua vez, têm suas características modificadas a cada dia. No Ceará, a juventude representa um exército de excluídos que demanda a atenção e atuação do poder público para dotá-los de um mecanismo que viabilize o acesso a melhores condições de capital físico, humano e social, por meio de iniciativas de qualificação profissional.

A qualificação profissional com foco no empreendedorismo não só dá condições para o exercício de determinadas profissões, como também objetiva preparar para o mundo do trabalho e para o mundo do próprio negócio, oferecendo oportunidade de uma melhor adaptação ao mercado competitivo, uma vez que a pessoa deverá estar pronta, com hábitos e atitudes condizentes às exigências desse mercado.

A qualificação profissional com foco na aprendizagem visa a inserção do jovem no mercado formal de trabalho, através do ensino técnico-profissional, onde a teoria é posta em prática em seus postos de trabalho de maneira concomitante, bem como o desenvolvimento de habilidades pessoais que o transformarão em profissionais diferenciados como as relações interpessoais, a proatividade, a tomada de decisão, entre outras.

O projeto CE – Jovem Aprendizagem em Serviço propõe a atender os jovens cearenses através não somente da qualificação profissional, mas também possibilitando a inserção de aprendizes em empresas e o despertar empreendedor dos jovens, pois somente através da articulação de um conjunto de ações e de respostas multissetoriais por parte do poder público é que poderemos apresentar à juventude cearense as oportunidades necessárias ao seu desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional.

- **Histórico**

O projeto CE- Jovem - Aprendizagem em serviço foi aprovado inicialmente no ano de 2009, tendo se consolidado ao longo dos anos de sua execução, como um dos principais instrumentos de inserção de jovens no mercado de trabalho.

Ano	Valor Total Aplicado	Valor FECOP	Nº de Beneficiários
2009(*)	6.014.380,40	6.014.380,40	3.367
2010	7.829.352,00	7.829.352,00	4.121
2011	7.781.485,12	7.781.485,12	4.150
2012	8.195.827,73	8.195.827,73	4.256
2013	8.200.000,00	8.200.000,00	4.750
2014	8.000.000,00	8.000.000,00	4.500

(*) ano de início do projeto

- **Público Alvo**
  - Jovens na faixa etária de 16 a 24 anos.

Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- renda per capita inferior a ½ salário mínimo;
- cursar o ensino fundamental ou médio, ou ser egresso do ensino público;prioritariamente, os jovens que se encontram em situação de risco pessoal e social e que pertençam às famílias que não estejam engajadas em nenhum programa social similar.

Documentos comprobatórios da situação de pobreza

- Fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais; ou
- Fatura da água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais; ou
- Comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal;
- Comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a ½ salário mínimo, por membro do núcleo familiar.

- **Objetivos**

Geral

Promover a formação do jovem através da capacitação técnica, do desenvolvimento de valores, de

responsabilidade social e da cultura empreendedora, possibilitando a criação do seu próprio negócio ou inserção no mercado de trabalho.

Específicos

- Capacitar os jovens em empreendedorismo, elaboração do plano de negócio e gestão de negócio;
- Articular com instituições de microcrédito conveniadas visando assegurar o microcrédito para montagem do negócio;
- Qualificar social e profissionalmente jovens que estejam cursando o ensino fundamental ou médio, bem como os egressos da rede pública de educação.
- Promover a inserção de jovens no mercado de trabalho formal.

- **Atividades / Detalhamento das atividades**

Linha de ação: Empreendedor Juvenil

Atividades
a) Celebração de convênios com as entidades executoras;
b) Divulgação do Projeto para os jovens
c) Seleção dos municípios a serem atendidos
d) Inscrição e seleção dos educandos;
e) Realização da primeira fase do projeto – Módulo Básico
f) Realização da segunda fase do projeto – Programa SEBRAE EMPREENDEDOR INDIVIDUAL
g) Realização da terceira fase do projeto - Microcrédito
h) Realização da quarta fase do projeto – Assistência Técnica e Gerencial
i) Acompanhamento e Avaliação do Projeto
j) Promoção do evento de encerramento do projeto

Detalhamento de Atividades

a) Celebração de convênios com as Entidades Executoras

As entidades sem fins lucrativos executoras de ações de Qualificação Social e Profissional a serem conveniadas serão escolhidas mediante Edital de Seleção Pública a ser devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, assim como amplamente divulgado em meio eletrônico através da home page da STDS – www.stds.ce.gov.br. Após a análise das propostas das instituições concorrentes, realizada pela equipe técnica da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e selecionados as vencedoras, será elaborado convênio pelo setor jurídico e solicitada a assinatura do responsável. Os critérios de: participação, seleção, pontuação e análise das propostas apresentadas encontra-se devidamente estabelecido no Termo de Referência que acompanha o referido Edital.

Responsável: Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – Assessoria Jurídica da STDS

b) Divulgação do projeto para os jovens

A divulgação é feita através das Escolas em parceria com a Secretaria da Educação Básica (SEDUC), Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude (CAOPIJ) e meios de comunicação.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

c) Seleção dos municípios a serem atendidos

Consiste na etapa inicial do projeto, na qual a equipe técnica da STDS, baseada em dados do mercado de trabalho, situação de vulnerabilidade social e perfil socioeconômico do

município, definem quais os que serão beneficiados com o projeto. Após selecionados, os municípios assinam um Termo de Cooperação Técnica.

Responsável: Equipe técnica STDS/Célula de Educação Social e Profissional.

d) Inscrição e seleção dos jovens

O processo de seleção se dará nos telecentros e escola participantes do programa a partir de ampla divulgação através de folhetos, cartazes, redes sociais, devidamente acompanhado pela equipe técnica da STDS e um representante do município.

Responsável: Equipe técnica da STDS

e) Realização da primeira fase do projeto – Módulo Básico

No laboratório de informática da escola e na rede de Telecentros da STDS, os jovens selecionados, no seu próprio ritmo de aprendizagem, em ambiente virtual, são assistidos presencialmente pelo monitor do laboratório, e à distância, via internet, por especialistas em empreendedorismo.O sistema de qualificação é organizado em cinco módulos de 20 horas, totalizando 100 horas, sendo: Internet, Empreendedorismo, Navegando no Mundo do Pequeno Negócio, Plano de Negócio (conceitos e normas) e Elaboração do Plano de Negócio.

Além do curso interativo implantado na plataforma de e-learning, que permite o monitoramento da evolução do aluno no processo de aprendizagem, o aluno será apoiado via internet com os seguintes recursos: atendimento on line, vídeo conferência, banco de dados com as questões mais frequentes, jogos, e-mail, sala de bate-papo com instrutores, fóruns de discussão. Ao término de cada lição o aluno fará um teste de avaliação sobre a forma de jogos ou questionário interativo. O avanço à próxima lição está condicionado ao bom desempenho nos testes e ao longo do processo de aprendizagem do aluno, onde tudo fica registrado num banco de dados.

Ao concluir satisfatoriamente o curso de Plano de Negócio, o aluno terá acesso a uma ferramenta, via internet, que possibilite a elaboração passo a passo, do seu Plano de Negócio, que pode ser acessado, impresso e corrigido a partir de qualquer computador, desde que inserida a senha adequada. Este recurso permitirá que todos os Planos de Negócio elaborados pelos alunos sejam corrigidos por uma rede de especialistas contratados, espalhados pelo Brasil.

Responsável: Entidade Executora

f) Realização da segunda fase do projeto – Programa SEBRAE EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Com base no resultado da qualificação, plano de negócio e perfil empreendedor, serão selecionados 10% dos jovens para participar da segunda fase – Programa Sei do Sebrae. Os jovens com perfil empreendedor participarão deste processo de qualificação ministrado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, onde o aluno aprenderá a gerir o próprio negócio.

Responsável: Gerência do projeto e SEBRAE

g) Realização da terceira fase do projeto – Microcrédito

Os alunos concludentes da segunda fase com desempenho satisfatório serão encaminhados às instituições de microcrédito com o objetivo de negociar o financiamento da montagem do seu negócio

Responsável: Gerência do projeto e Instituições de microcrédito

h) Realização da quarta fase do projeto – Assistência Técnica e Gerencial

Os negócios financiados são assistidos técnica e gerencialmente, através de visita mensal do Agente de Crédito; visita de consultores segundo solicitação e orientação do Agente de Crédito e reuniões periódicas dos empreendedores – Clube de Negócio. O desenvolvimento da articulação e troca de informações entre os empreendedores financiados é importante para o sucesso do negócio. Diante desse fato, será criada uma rede social, na internet, como apoio virtual e clube de negócio com reuniões periódicas.

Responsável: Gerência do projeto e Instituições de microcrédito

i) Acompanhamento e avaliação do projeto

Na linha Estágio Remunerado, a equipe técnica realiza um acompanhamento sistemático dos jovens através de telefonemas, e-mail e visitas técnicas às empresas e/ou órgãos.

A avaliação será feita por meio de questionários aplicados aos jovens e às empresas/órgãos

parceiros.
Na linha Empreendedor Juvenil o acompanhamento se dá em todas as fases do projeto.
Os dados coletados durante o acompanhamento das duas linhas de ação, farão parte do Relatório Final de Avaliação do projeto.
Responsável: Equipe técnica da CPTR e do Projeto

j) Promoção do evento de encerramento do projeto

No final de cada ano, a STDS realizará um grande evento em Fortaleza com a participação de todos os alunos da primeira fase que elaboraram os melhores Planos de Negócio para serem entregues as medalhas de honra ao mérito aos alunos selecionados para a segunda fase e a premiação dos melhores 5 planos de negócio da seguinte forma: 1º lugar – R$3.000,00; 2º lugar – R$2.000,00; 3º ao 5º lugar – R$1.000,00 (cada).
Responsável: Gerencia do projeto e Assessoria de Comunicação da STDS

Linha de Ação Aprendiz

Atividades
a) Celebração de convênios com as entidades executoras;
b) Divulgação do projeto para os jovens;
c) Inscrição e seleção de educandos;
d) Divulgação do projeto e cadastro das empresas;
e) Seleção das empresas;
f) Realização das ações de Qualificação Social e Profissional ;
g) Encaminhamento e Inserção dos Jovens Aprendizes no Mercado de Trabalho;
h) Acompanhamento e Avaliação.

Detalhamento de Atividades

a) Celebração de convênios com as entidades executoras

As entidades sem fins lucrativos executoras de ações de qualificação social e profissional a serem conveniadas, serão escolhidas mediante Edital de Seleção Pública a ser devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, assim como amplamente divulgado em meio eletrônico através da home page da STDS – www.stds.ce.gov.br.

Após a análise das propostas das instituições concorrentes, realizada pela equipe técnica da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e selecionadas as vencedoras, será elaborado convênio pelo setor jurídico e solicitada as assinaturas dos responsáveis. Os critérios de participação, seleção, pontuação e análise das propostas apresentadas encontra-se devidamente estabelecido no Termo de Referência que acompanha o referido Edital.

Responsável: Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – Assessoria Jurídica da STDS

b) Divulgação do projeto para os jovens

A divulgação é feita através das Escolas em parceria com a SEDUC, CAOPIJ e mídia.
Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

c) Inscrição e seleção de educandos;

Inscrição dos jovens ocorre na sede do Projeto em Fortaleza. Pré-seleção através de redação e teste de nível. Educandos selecionados participam de oficinas de Introdução ao Mercado de Trabalho.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

d) Divulgação do Projeto e Cadastro das empresas

A equipe técnica da STDS promove a realização de Seminários de sensibilização junto à

classe empresarial.

A equipe técnica da Coordenadoria do Trabalho, Emprego e Renda -CPTR articula-se conjuntamente com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará – SRTE/CE visando captar vagas para inserção dos jovens no mercado de trabalho formal.

Os agentes de inclusão do projeto visitam empresas que tenham a possibilidade de receber os estagiários, realizam cadastro e avaliam o ambiente das atividades de estágio.

A demanda ocorre em decorrência da Lei da Aprendizagem Nº 10.079/2000, segundo a qual, as empresas devem cumprir a cota de aprendizes.

Responsável: Equipe Técnica da CPTR

e) Seleção das empresas

A gerência do Projeto analisa e seleciona as empresas que melhor se adéquem à Lei da Aprendizagem Nº 10.079/2000.

A STDS elabora Termo de Cooperação Técnica.

Responsável: Gerência do Projeto e Equipe Técnica da STDS.

f) Realização das ações de Qualificação Social e Profissional

As ações de qualificação profissional serão desenvolvidas através das entidades sem fins lucrativos, executoras de ações de qualificação social e profissional devidamente habilitadas em edital público e conveniadas com a STDS.

O desenvolvimento das ações de qualificação social e profissional deverá ser planejado conjuntamente com a equipe técnica do Projeto Primeiro Passo. O início das atividades deverá ser comunicado previamente e qualquer alteração no seu desenvolvimento comunicado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para que a Coordenação do Projeto autorize as devidas alterações. Durante o período de realização das atividades a entidade executora deverá ainda alimentar o sistema informatizado de acompanhamento e gerenciamento das ações de qualificação profissional.

Responsável: Entidades executoras conveniadas.

g) Encaminhamento e Inserção dos Jovens Aprendizes no Mercado de Trabalho

O jovem é encaminhado às empresas após a assinatura do Contrato de Trabalho de Aprendizagem, entrega do fardamento e do material didático.

O Processo de inserção dos jovens nas empresas parceiras é de responsabilidade da STDS.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo e Entidades Executoras.

h) Acompanhamento e avaliação

Nas ações de qualificação, o acompanhamento dar-se-á por meio de visitas às turmas, realizadas pelos agentes de inclusão.

Quanto ao acompanhamento do estágio, a equipe Técnica do Projeto realiza um acompanhamento sistemático dos jovens aprendizes por meio de um cronograma de visitas elaborado em conjunto com as entidades executoras.

A avaliação será feita por meio de questionários aplicados aos jovens, educadores e às empresas, cujos dados farão parte do Relatório Final de avaliação do projeto.

Responsável: Equipe Técnica da CPTR, Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo e Entidades Executoras.

- **Produtos**

Linha de Ação: Empreendedor Juvenil

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Cursos Individuais Online de Qualificação Empreendedora	2.500	Relatório de Supervisão
Planos de Negócios Elaborados	250	Relatório de supervisão

9.2 Linha de Ação Aprendiz

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Educandos qualificados	2.500	Relatórios do Sistema de Qualificação Profissional - SQP
Cursos de Qualificação	125	Relatórios do Sistema de Qualificação Profissional - SQP
Jovens inseridos	2.500	Contratos de Trabalho de Aprendizagem

- **Metas**

Linha de Ação: Empreendedor Juvenil

- Qualificar 2.500 jovens em Empreendedorismo
- Elaborar 250 Planos de Negócios

Linha de Ação Aprendiz

- Qualificar 2.500 jovens como Aprendiz
- Inserir 2.500 jovens no mercado de trabalho

- **Resultados Esperados**

Linha de Ação: Empreendedor Juvenil

- Incentivo ao desenvolvimento de atividades empreendedoras nos municípios atendidos com o projeto;
- População jovem dos municípios atendidos com formação empreendedora e estímulo ao desenvolvimento de políticas de sustentabilidade local;

Linha de Ação Aprendiz

- Ampliação da oferta de profissionais qualificados em formação técnico-profissional.
- Ampliação da inserção de jovens no mercado de trabalho, em cumprimento a lei federal nº 10.079/2000 (Lei da Aprendizagem)

- **Integração das ações**

A Secretaria de Educação Básica – SEDUC encaminha jovens da rede pública de ensino para inscrição nas linhas de ação Jovem Aprendiz e Empreendedor Juvenil como também atua como parceira na concessão dos laboratórios de informática.

- **Monitoramento**

A Célula de Educação Social e Profissional, através de seu Núcleo de Monitoramento das Ações de Capacitação, desenvolve um monitoramento contínuo e de forma sistematizada, buscando a melhoria da qualidade pedagógica, a eficiência e eficácia das ações.

O projeto Garantindo a Acessibilidade, desenvolvido no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social -STDS, terá sua ações monitoradas de forma que possam ser identificados fatores que interferem na execução das ações de qualificação social e profissional, contribuindo assim para a proposição de medidas que contribuam para o aperfeiçoamento do projeto.

Os instrumentais de monitoramento têm como objetivo identificar:

- Perfil sócio econômico do público atendido;
- Nível de aproveitamento dos cursos realizados; e
- Qualidade Pedagógica das Ações de Qualificação executadas.

A observação direta, participativa e a entrevista farão parte das estratégias de monitoramento. A observação participante tem o intuito, como ressalta Gil Ibidem), de conhecer a vida do grupo a partir do interior dele mesmo. Por conseguinte, as entrevistas virão com a intenção de obter, com mais profundidade, dados acerca do comportamento dos educandos.

Coleta de Dados

O monitoramento das ações propostas ocorrerão por meio de visitas técnica constituída por profissionais devidamente qualificados, que vão "in loco", e aplicam questionários junto aos beneficiários, ao corpo técnico e pedagógico da instituição executora, cada turma receberá no mínimo 2 visitas, sendo uma visita no início das atividades pedagógicas para constatação objetiva da situação da turma e construção da linha de base para acompanhamento, seguida de mais uma visita de análise das condições de ensino aprendizagem, onde são considerados: a atuação das executoras, o público prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

A seleção das turmas, em cada ação, é realizada de forma aleatória e proporcional ao número de turmas\educandos, considerando a variabilidade entre as entidades executoras em termos da quantidade e da variedade de cursos\ações oferecidas.

As visitas para coleta de dados ocorrerão por meio do Núcleo de Acompanhamento as Ações de Qualificação Profissional, vinculado a Célula de Educação Social e Profissional da STDS.

Sistematização da base de dados

A sistematização da base de dados, considerada a segunda etapa do monitoramento, constitui-se na estruturação de um modelo de banco de dados a ser utilizado como ferramenta de auxílio à gestão e ao gerenciamento das ações desenvolvidas, sendo capaz de oferecer ao gestor do projeto subsídios que permitam a análise da execução do projeto.

Esta etapa consiste numa análise detalhada dos dados disponibilizados referentes a execução das ações de qualificação social e profissional, assim como a qualidade pedagógica do trabalho que vem sendo desenvolvido.

Desenvolvimento de indicadores e metas

O monitoramento através da análise sistemática dos dados coletados e do acompanhamento das ações desenvolvidas contribui para a construção de uma intervenção no sentido de subsidiar a avaliação de desempenho institucional, assim como estabelecer metas e indicadores essenciais à eficiência e eficácia da ação proposta.

Análise do alcance das metas

O processo de monitoramento versa ainda sobre a análise do alcance das metas propostas, ou seja, estabelecer a diferença entre a meta pactuada e a alcançada, bem como as possíveis ameaças para o alcance das mesmas, subsidiando o gestor do projeto com informações que lhe permitam correções das fragilidades ocorridas durante a execução.

Elaboração ferramentas informacionais

A disseminação das informações coletadas através das atividades de monitoramento torna-se uma importante ferramenta de gestão para os responsáveis pelo acompanhamento e gerenciamento de projeto sociais.

A Célula de Educação Social e Profissional, em parceria com a Célula de Tecnológica da Informação da STDS, criou o Sistema de Qualificação Profissional – SQP, que tem como objetivo o gerenciamento de todas as atividades de qualificação profissional permitido o acompanhamento em tempo real das ações que estão sendo executadas. Foram realizados treinamentos com a participação de instituições executoras, gerentes de projetos e técnicos de monitoramento para melhor domínio e utilização desta ferramenta.
O resultado do monitoramento e avaliação das ações de qualificação subsidiará os gestores e as executoras, no sentido de corrigir as "Não Conformidades" encontradas a partir das visitas técnicas realizadas às ações de qualificação. Também, proporcionarão, não só ao Orientador da Célula de Educação Social e Profissional/CESP, como também aos demais responsáveis pela Qualificação Social e Profissional na STDS, informação sobre o andamento da execução dos cursos de QSP.
Ao final das atividades a gerência do Projeto deverá apresentar um Relatório com o detalhamento das metas executadas, apresentando os indicadores que foram alcançados, principais dificuldades na implementação das atividades propostas, e os avanços que o projeto teve no ano de 2015.

– **Dados Utilizados**

Cada visita tem o seu modelo de instrumental denominados: Relatório de Constatação Objetiva, Questionário de Avaliação pelo Supervisor, Questionário de Avaliação pelo Educador e Questionário de Avaliação pelo Educando, onde são considerados os itens: atuação das executoras, o público prioritário, o desempenho dos educadores e educandos, a qualidade pedagógica, a adequação dos conteúdos programáticos, a carga horária, a infraestrutura, o material didático e os equipamentos necessários à execução das ações de QSP.

Os dados coletados através do formulário de constatação objetiva preenchido pelo técnico durante as visitas, bem como os dos questionários estruturados, aplicados junto aos beneficiários e instrutor, ao final de cada curso, serão analisados e se os dados coletados mostrarem que o curso não está transcorrendo dentro dos padrões necessários e/ou registrados no convênio, recomenda-se intervenções nestas situações, através de "comunicado de não conformidades", para retomada da situação e para construção da linha de base para o companhamento, sendo todos lançados no SQP.

- **Cadastro dos Beneficiários**

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) implantou Sistema de Monitoramento das Ações de Qualificação Profissional (SQP) para o registro das informações referentes aos beneficiários, identificando-os civilmente como: dados pessoais, NIS, documentação (CPF), filiação, endereço dentre outros aspectos inerentes ao que o projeto propõem-se a atender.

Os dados estão organizados por convênio/contrato e ano de execução, permitindo uso de filtros de pesquisa para fins de facilitar futuras avaliações.

- **Pressupostos de Risco**
- Atraso na liberação do microcrédito por parte das instituições parceiras.

- **Orçamento 2015**

Detalhamento	FECOP (R$)	Outras Fontes (R$)	Total (R$)
NATUREZA DA DESPESA **1. DESPESAS CORRENTES**			
1.1. Material de Consumo (33.90.30)	78.110,24	0,00	78.110,24
1.2. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (33.90.39)	94.389,76		94.389,76
1.3. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (33.50.41) Entidades executoras de ações de Qualificação (*)	7.327.500,00	0,00	7.327.500,00
TOTAL	**7.500.000,00**	**0,00**	**7.500.000,00**

(*) Segue anexo planilha contendo memória de cálculo – Anexo 2

- **Cronograma de Desembolso Fonte FECOP 2015**

Item de Despesa	Mar	Abr	Mai	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Total (R$)
3390.30 - Material de Consumo	9.769,78	9.769,78	9.769,78	9.769,78	9.769,78	9.769,78	9.769,78	9.721,78	78.110,24
3390.39 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	11.798,72	11.798,72	11.798,72	11.798,72	11.798,72	11.798,72	11.798,72	11.798,72	94.389,76
3350.41 – Repasse a Entidades	732.750,00		1.099.125,00	2.198.250,00		2.198.250,00		1.099.125,00	7.327.500,00
Total (R$)	**754.318,50**	**21.568,50**	**1.120.693,50**	**2.219.818,50**	**21.568,50**	**2.219.818,50**	**21.568,50**	**1.120.645,50**	**7.500.000,00**

19. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R$)	Pessoas Beneficiada
1	MR 1 – Metropolitana	Aquiraz	120.000,00	80
2		Cascavel	150.000,00	70
3		Caucaia	132.000,00	88
4		Chorozinho	63.000,00	42
5		Eusébio	30.000,00	20
6		Fortaleza	1.635.000,00	1090
7		Horizonte	30.000,00	20
8		Itaitinga	150.000,00	100
9		Maracanau	153.000,00	102
10		Maranguape	60.000,00	40
11		Pacajus	123.000,00	82
12		Pacatuba	120.000,00	80
13		São Gonçalo	60.000,00	40
	TOTAL MR 1		**2.781.000,00**	**1854**
14	MR 2 – Litoral Oeste	Amontada	108.000,00	72
15		Apuiarés	87.000,00	58
16		Camocim	60.000,00	40
17		Itapajé	63.000,00	42
18		Itapipoca	112.500,00	75
19		Itarema	57.000,00	38
20		Morrinhos	55.500,00	37
21		Paraipaba	30.000,00	20
22		São Luís do Curu	90.000,00	60
23		Tejuçuoca	63.000,00	42
24		Trairi	63.000,00	42
25		Uruburetama	30.000,00	20
	TOTAL MR 2		**819.000,00**	**546**
26	MR 3 – Sobral/Ibiapaba	Coreaú	22.500,00	15
27		Forquilha	39.000,00	26
28		Irauçuba	30.000,00	20
29		Meruoca	18.000,00	12
30		Moraújo	25.500,00	17
31		Sobral	349.500,00	233
32		Tianguá	60.000,00	40
33		Ubajara	63.000,00	42
34		Viçosa do Ceará	63.000,00	42
	TOTAL MR 3		**670.500,00**	**447**
35	MR4 - Sertão de Inhamuns	Crateús	75.000,00	50
36		Tauá	63.000,00	42
	TOTAL MR 4		**138.000,00**	**92**
37	MR 5 – Sertão Central	Boa Viagem	60.000,00	40
38		Caridade	45.000,00	30
39		Milhã	75.000,00	50
40		Mombaça	54.000,00	36
41		Quixadá	139.500,00	93
42		Quixeramobim	91.500,00	61
43		Santa Quitéria	63.000,00	42
44		Senador Pompeu	45.000,00	30
45		Solonópole	63.000,00	42
	TOTAL MR 5		**636.000,00**	**424**
46	MR6 - BATURITÉ	Barreira	42.000,00	28
47		Itapiuna	63.000,00	42

	TOTAL MR 6		**105.000,00**	**70**
48	MR 7 – LIT. LESTE/JAGUARIBE	Alto Santo	90.000,00	60
49		Aracati	195.000,00	130
50		Beberibe	30.000,00	20
51		Icapui	45.000,00	30
52		Iracema	87.000,00	58
53		Jaguaretama	67.500,00	45
54		Jaguaribe	105.000,00	70
55		Jaguaruana	90.000,00	60
56		Limoeiro do Norte	63.000,00	42
57		Morada Nova	60.000,00	40
58		Palhano	75.000,00	50
59		Pereiro	45.000,00	30
60		Russas	184.500,00	123
61		São João do Jaguaribe	36.000,00	24
	TOTAL MR 7		**1.173.000,00**	**782**
62	MR 8 – Cariri/Centro Sul	Acopiara	63.000,00	42
63		Antonina do Norte	63.000,00	42
64		Aurora	30.000,00	20
65		Barbalha	126.000,00	84
66		Barro	63.000,00	42
67		Brejo Santo	123.000,00	82
68		Campos Sales	63.000,00	42
69		Iguatu	232.500,00	155
70		Juazeiro do Norte	168.000,00	112
71		Mauriti	45.000,00	30
72		Milagres	30.000,00	20
73		Missão Velha	63.000,00	42
74		Quixelô	63.000,00	42
75		Varzea Alegre	45.000,00	30
	TOTAL MR 8		**1.177.500,00**	**785**
TOTAL GERAL (MR1 - MR 8)			**7.500.000,00**	**5.000**

JUSTIFICATIVA:

O cenário econômico desfavorável dos últimos meses demandou mudanças significativas no projeto como tentativa de amenizar os efeitos da crise nos jovens. De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE, em maio, o desemprego chegou a 6,7%, e a intensidade deste crescimento foi maior nos jovens de 18 a 24 anos, chegando aos 16,4%, mais que o dobro do geral. A partir do momento que a crise deixou de ser especulação e se tornou realidade, nós, da STDS, decidimos ajustar o projeto ampliando os municípios que serão atendidos, em busca de amenizar tal quadro e oportunizar jovens em um número diversificado de municípios com nossos cursos de qualificação através da linha de Ação Jovem Aprendiz nos grandes centros econômicos do estado, pois a qualificação tem que ser concomitante a aprendizagem na prática em uma empresa, e com o Empreendedor Juvenil, que qualifica os jovens para se tornarem empreendedores e gerarem sua própria renda, saída que muitos, não somente jovens, estão buscando para amenizar os efeitos da crise.

- **Responsável pelo** Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – CPTR
Técnico	Robertha Arrais de Souza Catunda
E-mail	robertha.arrais@stds.ce.gov.br
Fone	8819-8253 / 3101-1559

Anexo 1
MARCO LÓGICO
(Jovem Aprendizagem em Serviço – MAPP 93)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	- Microempreendimentos consolidados no mercado - Permanência no mercado dos jovens atendidos - Mudança socioeconômica e comportamental dos jovens atendidos	- % de microempreendimentos consolidados, resultantes da ação direta do projeto - % de jovens que permaneceram no mercado - % de jovens com novas perspectivas sociais	- Pesquisa com os microempreendedores egressos do projeto após 01 ano de finalização do projeto - Pesquisa com egressos dos cursos de QSP após 01 ano de finalização do projeto - Pequisa com educandos na inscrição do curso	- Perca de contato contato com os jovens egressos
Resultados	- jovens aprendizes qualificados e inseridos no mercado de trabalho - Planos de Negócios Financiados	- % de jovens com contratos de aprendizagem - % de microcréditos aprovados	- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerencias da STDS - Contratos de aprendizagem - Relatório expedido pela instituição financeira	- Evasão /frequência dos jovens, impossibilitando atingir a média de frequência para certificação
Produtos	- cursos de QSP na área de Empreendedorismo - cursos de QSP para aprendizes - Planos de Negócios aprovados	- Número de cursos de QSP promovidas para jovens - Número de planos de negócios aprovados	- Relatório de acompanhamento dos Sistemas Gerencias da STDS - Planos de Negócios elaborados	- Falta de apoio Municipal para realizas as ações de QSP
Atividades	- Realizar cursos de QSP na área de Empreendedorismo - Encaminhar os educandos às instituições de microcrédito - Realizar cursos de QSP para jovens aprendizes	- Número de cursos de QSP realizados para jovens aprendizes e na área de empreendedorismo - Número de jovens com aprovação de crédito junto às Instituições financeiras	- Relatórios de acompanhamentos dos Sistemas Gerencias da STDS - Ficha de aprovação de crédito expedido pelas Instituições financeiras	- Falta de envolvimento dos municípios - Empresas resistentes a não cumprirem a cota de aprendizagem - Atraso na licitação gerando morosidade

	- Encaminhar concludentes ao Sine - Firmar Parceria com os municípios - Firmar Parceria com empresas e entidades - Firmar Convênio com entidades executoras	- Número de pessoas encaminhadas - Número de parcerias realizadas com municípios, entidades e empresas - Convênios firmados	- Número de contratos de aprendizagem - Comprovante de inscrição do Sistema Mais Emprego - Termo de cooperação técnica - Cópia dos convênios	nos convênios de execução
Insumos	- Recursos do FECOP - Equipe multidisciplinar da STDS - Equipe multidisciplinar das entidades executoras	- % de recurso executado	- Relatório de execução orçamentária	

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS

Projeto: Fortalecimento do Artesanato do Cariri

(Inclusão Produtiva: Fomento)

Janeiro / 2015

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
Programa (PPA)	049 – Trabalho, Emprego e Renda
Mapp (Nº e Denominação)	130 – Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri
Período de Execução (em 2015)	Março a dezembro
Categoria	Inclusão Produtiva

1. Descrição do Projeto

O projeto **Fortalecimento do Artesanato do Cariri** tem como objetivo maior fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social, com vistas à valorização da identidade cultural local e integração da atividade artesanal à cadeia produtiva do turismo e da cultura da região do Cariri, promovendo assim a ampliação das oportunidades de trabalho e geração de renda para os artesãos da região.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto Centro de Referência do Artesanato do Cariri, executado no âmbito da Coordenadoria do Desenvolvimento do Artesanato e Economia Solidária vem fortalecer a política estadual, desenvolvida ao longo dos últimos anos, de combate à pobreza e desenvolvimento econômico e social, através da ampliação de oportunidades de emprego e renda, principalmente para a população mais socialmente vulnerável.

No Plano Plurianual 2012-2015, o projeto integra o Programa 049 – Trabalho, Emprego e Renda; Objetivo - Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social, ampliando as oportunidades de trabalho e geração de renda; Metas 00195 – Cadastrar 20.866 artesãos de acordo com as normas do Cadastro Nacional de Artesãos, 00197 – Qualificar 7.195 artesãos, 00198 – Apoiar 250 entidades artesanais e grupos produtivos, 00012 – Realizar 280 eventos das entidades artesanais, grupos produtivos de artesão em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais de promoção do artesanato cearense; Iniciativas 05095 – Emissão da identidade artesanal, assegurando o benefício da isenção fiscal no Estado, 02937 – Realização de ações de qualificação para o artesão, 05127 – Assegurar o apoio a entidades artesanais / grupos produtivos, 02940 – Viabilização de espaços de comercialização para o artesanato cearense.

Na Matriz de Resultados do Governo Estadual o projeto contribui para o alcance do Resultado Setorial Geração de Oportunidades de Trabalho, Emprego e Renda e suas ações são aferidas por meio do indicador Número de ocupações geradas com empreendimentos artesanais e da economia solidária apoiados.

3. Diagnóstico

O Ceará desponta no cenário nacional como um estado que trata o artesanato como uma atividade econômica relevante na economia local, com potencial de desenvolvimento e planos de trabalho que objetivam apoiar as atividades artesanais.

Além de ser uma atividade econômica diretamente relacionada com a identidade e cultura

local, o artesanato apresenta-se como alternativa importante na geração de emprego e renda e na qualidade de vida dos moradores da região, principalmente se considerarmos que o estado enfrenta umas das piores estiagens das últimas décadas, além de possuir uma parcela significativa da população vivendo em situação de extrema pobreza.

Atualmente, mais de 70 % dos municípios cearenses apostam nessa atividade, destacando-se no país como importantes produtores das mais variadas tipologias. Além do que, o fato de o estado ser um dos principais destinos turísticos do país colabora sensivelmente para a divulgação e o crescimento deste segmento econômico.

O artesanato tem se configurado como uma alternativa bastante eficaz de inclusão social e no trabalho, de melhoria da qualidade de vida da população e de desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, principalmente se considerarmos que o público alvo do presente projeto é aquele formado por artesãos e suas famílias que possuem renda per capta menor que ½ salário mínimo.

Levando-se em conta essa realidade vivenciada em nosso estado, podemos inferir que o Projeto de Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri contribui de forma significativa para a transformação da realidade de muitas famílias cearenses.

4. Justificativa

O trabalho é uma função social que permite ao homem transformar sua própria realidade e da comunidade em sua volta, permitindo-lhe alcançar uma identidade pessoal e social, garantir o seu sustento e o de sua família e conquistar a autonomia, auto-estima e liberdade.

Ao longo dos últimos anos, o Estado do Ceará tem contribuído para essa transformação da realidade, através dos investimentos que tem realizado nas várias políticas e projetos de incentivo à qualificação e inserção no mercado de trabalho, dentre eles muitas ações de desenvolvimento do artesanato, por perceber que, cada vez mais, essa atividade tem se apresentado como uma oportunidade de geração de trabalho, emprego e renda para o povo cearense.

Nesse sentido, as ações implementadas visam à adequação do artesanato às tendências do mercado, aliando o design à tradição artesanal, proporcionando um impulso na produção, comercialização e consequentemente na economia local.

O projeto Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri se propõe a desenvolver ações que possibilitem a melhoria do nível organizacional das unidades produtivas, bem como o incentivo à comercialização do artesanato, como fatores condicionantes para a melhoria da renda dos artesãos cearenses. O público alvo do projeto são os artesãos pertencentes a famílias que fazem parte do grupo que está abaixo da linha de pobreza com renda familiar per capita menor que ½ salário mínimo.

O objetivo é propor ações que tragam transformações estruturantes no segmento com o incentivo e apoio ao trabalho através da realização de capacitações tecnológicas, do desenvolvimento de novos produtos e melhoria da qualidade da produção artesanal, da realização de eventos que estimulem a divulgação e comercialização das peças, da doação de equipamentos e instrumentais.

O entendimento, portanto, é de que se faz necessário intensificar a qualificação profissional e o aperfeiçoamento daquele que depende dessa atividade como meio único ou complementar de renda familiar. E ainda, proporcionando a comunidade um espaço de experimentação adequado que possibilite o artesão a conceber, inovar e desenvolver seu produto e, assim, zelar para manutenção do fazer tradicional e cuidar para que a inovação do artesanato seja usada como estratégia da conquista mercadológica, através da interface consciente do design e do comprometimento constante das instituições executoras de programas de artesanato.

Por tudo isso, propõe-se o presente projeto de fortalecimento do artesanato cearense, com foco na Região do Cariri.

5. Histórico

O projeto Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri vem, ao longo dos anos, desenvolvendo uma série de ações de fortalecimento do artesanato cearense, através de investimentos em capacitação, formalização, desenvolvimento de produtos, divulgação e comercialização, buscando assim criar uma rede sólida de produção do artesanato cearense, garantindo oportunidades de trabalho e geração de renda.

Com a sua continuidade grupos produtivos e entidades como o Centro da Cultura Popular Mestre Noza e a Associação dos Artesãos Mãe das Dores tem se fortalecido e se organizado cada vez mais, levando o nome do artesanato cearense para o mundo.

De acordo com o quadro abaixo, os investimentos ao longo dos últimos anos são consideráveis:

Ano	Valor Total Aplicado	Valor FECOP	Nº de Beneficiários
2009	718.364,40	718.364,40	3.800
2010	799.902,00	799.902,00	4.500
2011	836.000,00	836.000,00	5.100
2012	799.080,00	799.080,00	5.700
2013	791.600,00	7961.600,00	5.220
2014	837.975,40	898.000,00	5.300

6. Público Alvo

Artesãos, pertencentes a grupos produtivos ou entidades artesanais, com renda familiar per capita até ½ sm da região do Cariri.

6.1.Critérios adotados para seleção dos beneficiários

Artesãos cadastrados no Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Estado e que focam parte de unidades de produção.

6.2 .Documentos comprobatórios da situação de pobreza

Quando da seleção dos beneficiários serão solicitados documentos referentes a fatura de energia elétrica e fatura de consumo de água.

7. Objetivos

Geral

Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social, com vistas à valorização da identidade cultural local e integração da atividade artesanal à cadeia produtiva do turismo e da cultura da região do Cariri, promovendo assim a ampliação das oportunidades de trabalho e geração de renda para os artesãos da região.

Específicos

- Fortalecer as entidades artesanais com foco na organização e gestão de negócios;
- Ampliar canais de comercialização dos produtos artesanais dos grupos/entidades assistidas através da realização e participação em feiras e eventos locais , regionais, estaduais e nacionais;
- Promover o aperfeiçoamento e inovação da produção artesanal, com o desenvolvimento de novos produtos , preservando tradições e assegurando maior competitividade;
- Implantar sistema de certificação do Artesanato Cearense com Selo de Autenticidade do produto.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

Objetivos	Atividades	Responsáveis
Fortalecer as entidades artesanais com foco na organização e gestão de negócios.	- Apoio para viabilizar a participação em feiras e eventos estaduais, regionais, nacionais e internacionais. - Qualificação com foco em gestão de negócios, associativismo e capacitação tecnológica.	CEART
Desenvolver novas coleções para maior competitividade dos produtos;	- Promover a capacitação dos artesãos para o aperfeiçoamento e inovação da produção artesanal.	CEART
Ampliar canais de comercialização dos produtos artesanais dos grupos/entidades assistidas através da realização e participação em feiras locais, regionais e nacionais.	- Realização de Feira Regional - Participação em eventos Nacionais e Estaduais.	CEART
Promover o aperfeiçoamento		CEART

e inovação da produção artesanal, com o desenvolvimento de novos produtos preservando tradições e assegurando maior competitividade.	- Realização de capacitação Tecnológica para melhoria da Qualidade da Produção Artesanal e de gestão.	
Implementar sistema de certificação do artesanato Cearense com emissão de Selo de Autenticidade do produto.	Avaliação dos produtos artesanais para certificação, através da curadoria de produtos.	CEART

9. Produtos

Como resultado das ações e atividades realizadas teremos os seguintes produtos:

- Feira Regional realizada com foco para ampliação da comercialização;
- Artesãos capacitados para aperfeiçoamento da produção artesanal e gestão de negócio;
- Artesãos e entidades beneficiados com a participação em feiras e eventos comerciais;
- Entidades apoiadas para maior fortalecimento institucional e melhoria da qualidade da produção.
- Certificados de autenticidade do produto artesanal emitidos.

10. Metas

- 01 (uma) Feira Regional de Artesanato realizada, com a participação de 200 artesãos expositores representantes de Grupos Produtivos e Entidades Artesanais; beneficiando 2.600 artesãos.
- 12 capacitações tecnológicas e de gestão empreendedora de negócios realizada, com carga horária de 80h, beneficiando 240 artesãos;
- Participação em 02 eventos nacionais e 02 estaduais, de comercialização beneficiando 1.200 artesãos;
- Implantar sistema de certificação do artesanato cearense com emissão do selo de autenticidade do produto.

11. Resultados Esperados

- Acesso do artesão a diferentes canais de comercialização viabilizado;
- Entidades artesanais fortalecidas para proporcionar a melhoria da qualidade da produção e sua organização para competir no mercado;
- Melhoria de renda dos artesãos.
- Melhoria da Qualidade da Produção Artesanal.

O projeto promoverá transformações relevantes no segmento com o incentivo e apoio ao trabalho, comercialização dos produtos artesanais e fortalecimento das entidades e grupos artesanais, ampliando sua capacidade de gestão e sua autonomia, contribuindo para o auto-sustentabilidade do setor artesanal.

Com esses resultados atingidos, haverá um aumento significante na renda dos

artesãos beneficiados, melhoria na sua qualidade de vida e consequentemente haverá redução dos índices de pobreza.

12. Integração das Ações

Uma das principais estratégias de atuação do projeto Artesanato competitivo está pautada na intersetorialidade e na construção de parcerias responsáveis que adotem o artesanato não somente com o objetivo de geração de trabalho e renda, mas, sobretudo de responsabilidade social e de reconhecimento nato do valor da cultura o povo cearense.

Pensando nesse aspecto, algumas ações do projeto já são executadas em parceria com outras secretarias e programas de governo, podemos destacar:

Instituição Parceira	Ação Realizada
Secretaria de Agricultura - Ematerce	- Grupos de agricultores artesãos dos municípios de Juazeiro do Norte e Crato recebem qualificação para desenvolvimento de novos produtos artesanais nas tipologias argila e trançado em fibras vegetais. - Apoio a comercialização de sua produção através da participação em feiras e eventos e da venda de produtos nas lojas CEART
Prefeituras Municipais da Região	- Realização de ações de promoção comercial e de qualificação profissional nos municípios da Região..
SESC	- Participação de artesãos nos eventos sociais e de comercialização do SESC
Secretaria de Turismo	Promover o Artesanato Cearense, através da participação em feiras e eventos, assegurar a participação nos projetos estruturantes nos polos turísticos. Viabilizar a divulgação do artesanato nas peças promocionais do Estado.
Secretaria da Cultura	Apoiar a participação do artesanato Cearense em projetos que valorizem a cultura e as tradições do Estado.

13. Monitoramento

O monitoramento do projeto será realizado pela equipe técnica da Coordenadoria do Artesanato e Economia Solidária – CAES, através do acompanhamento in loco das ações e da verificação dos instrumentais desenvolvidos para o projeto.

As visitas de monitoramento serão realizadas pela equipe técnica da Coordenadoria do Artesanato e Economia Solidária e registradas em relatórios de monitoramento contendo dados quantitativos, análise qualitativa das ações, verificação do alcance das metas, objetivos e proposições, devidamente designada para esse fim, sendo permitida a assistência de terceiros para acompanhar toda a execução do objeto do Projeto que, também, desenvolverá ações de acompanhamento da execução físico e financeira da Instituição contratada.

Para garantir a eficiência, eficácia e efetividade social das ações previstas no Plano de

Trabalho do Projeto “Fortalecimento do Artesanato do Cariri”, a STDS, via a Coordenadoria do Artesanato colocará à disposição do projeto uma equipe técnica formada por profissionais com qualificação e conhecimentos adequados as atividades previstas, zelando pela transparência e lisura na aplicação dos recursos. O monitoramento deverá observar ainda como está se processando o desenvolvimento do projeto, qual o alcance dos objetivos e o impacto das ações junto aos usuários.

13.1. Acompanhamento pedagógico das ações, quem realiza e a sistemática.

O acompanhamento será realizado pela equipe pedagógica do projeto através dos relatórios, fichas de inscrição e lista de presença dos educandos e de recebimento do lanche, apostilas e material pedagógico (quando for previsto), além do acompanhamento “in loco” pela coordenação das ações.

13.2. Mecanismos de acompanhamento e avaliação do projeto a serem utilizados

- Realização de Reuniões sistemáticas (mensais) com a Entidade Executora para acompanhamento da ação e implementação de ajustes quando necessários;
- Visitas Técnicas de acompanhamento e supervisão “in loco” para verificar a execução das ações;
- Realização de acompanhamento de todas as ações executadas através das fichas de inscrições, relatório de frequência, oficinas e cursos realizados.
- Elaboração dos relatórios técnicos dos designeres e dos instrutores de capacitação;
- Realização de Diagnósticos de demanda e relação de pré-inscritos;
- Relatórios de viagens de acompanhamento das ações de capacitação;
- Registros fotográficos, depoimentos de participantes a cada ação;
- Comprovante do cadastro dos Artesãos no banco de dados do Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato;
- Relatórios trimestrais de execução e financeiros.
- Relação de frequência diária nas ações de capacitação.
- Depoimento das lideranças e gestores das organizações sociais parceiras em cada município contemplado.

13.3 Cadastro dos beneficiários

Os beneficiários do projeto serão cadastrados e registrados com seus dados pessoais, além da atualização do cadastro de artesãos realizado pela CEART.

14. Pressupostos de Risco

O processo licitatório para a contratação de instituições especializadas na operacionalização de ações voltadas para o desenvolvimento do artesanato poderá atrasar o início das ações, comprometendo a execução das ações dentro dos prazos estabelecidos.

Os parceiros não priorizarem as ações de apoio ao artesanato comprometendo a liberação de recursos.

15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP (R$)	Valor Outras Fontes (R$)	Valor Total (R$)
NATUREZA DA DESPESA			750.000,00
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Repasse para Entidade			
Elemento de Despesa (**335039**)	750.000,00		750.000,00
TOTAL	**750.000,00**	**0,00**	**750.000,00**

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Março	Abril	Maio	Junho	Total
Repasse para Entidade	100.000,00	100.000,00	250.000,00	300.000,00	750.000,00
Total	**100.000,00**	**100.000,00**	**250.000,00**	**300.000,00**	**750.000,00**

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

N° de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R$)	Pessoas Beneficiadas
1	8ª – CENTRO-SUL	Juazeiro do Norte	R$ 750.000,00	4.040
Total			**R$ 750.000,00**	4.040

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Desenvolvimento do Artesanato e Economia Solidária
Técnico	Amanaci Diógenes Braga
E-mail	coordenacaoceart@stds.ce.gov.br
Fone	85 – 3101.1625 / 3101.1627

Anexo 1

MARCO LÓGICO

(Fortalecimento do artesanato do Cariri – MAPP 130)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Melhoria da Renda do Artesão Cearense DA Região do Carirí	Nível de renda do artesão	Pesquisa Direta	Recursos financeiros insuficientes, para realizar o levantamento.
Resultados	Produtos Artesanais competitivos e atendendo às demandas do mercado	Melhoria da qualidade da Produção Artesanal	Produtos artesanais certificados com o “SELO CEART”	Recursos financeiros e equipe técnica insuficiente para implementar as ações.
	Ampliação dos canais de comercialização para o artesanato Cearense	Aumento das Vendas	Número de peças artesanais comercializadas	
Produtos	Artesãos Capacitados	Novas coleções de produtos desenvolvidas	- Lista de Frequências dos cursos - Projetos de desenvolvimento de novos produtos - Relatórios Técnicos dos Designers e Instrutores	Recursos financeiros e
	Acesso ao mercado viabilizado para artesãos e entidades artesanais	Artesãos e entidades artesanais beneficiados com a participação em feiras e eventos e através da comercialização	- Relatórios Técnicos dos eventos - Relação de Frequência - Registro Fotográfico	

		nas lojas Ceart		equipe técnica insuficiente para implementar as ações.
	Certificados de Autenticidade dos produtos artesanais e de reconhecimento das obras de Arte popular Cearenses Emitidos	Produto artesanal Cearense Certificado com o Selo CEART	- Relatório Técnico com o protocolo da certificação	
Atividades	Capacitar o artesão com foco no Desenvolvimento Tecnológico e na Gestão	Capacitações realizadas	- Lista de Frequências - Relatório Técnico - Registro Fotográfico	Recursos financeiros insuficientes para implementar as ações.
	Viabilizar a participação do artesanato cearense em feiras e eventos de promoção e comercialização locais, regionais, estaduais e nacionais.	Número de Eventos apoiados/ realizados	- Registro fotográfico - Lista de Frequências - Relatório Técnico	
Insumos	Recursos Fecop e Equipe Técnica capacitada	Recursos Fecop e Equipe Técnica capacitada	Recursos Fecop e Equipe Técnica capacitada	Recursos Fecop e Equipe Técnica capacitada

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

PROJETO: Agente Rural

Janeiro/2015

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	028 - Desenvolvimento Agropecuário
Mapp (Nº e Denominação)	5 – Agente Rural
Período de Execução (em 2015)	Janeiro a Dezembro
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

1. Descrição do Projeto

O Projeto Agente Rural destina-se a prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos agricultores familiares e suas organizações. Realiza-se através da concessão de Bolsas de Transferência Tecnológica (BTT) para jovens selecionados mediante prova escrita e análise de currículo, que são contratados diretamente pela SDA por um período de até 3 anos e colocados à disposição da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), vinculada da SDA.

Compete a EMATERCE a capacitação, orientação e supervisão dos trabalhos dos Agentes Rurais.

O atendimento prestado por estes jovens junto aos beneficiários é realizado a cada 15 dias, por meio visitas as unidades de produção, reuniões / demonstrações práticas com grupos de agricultores familiares, variando de 15 a 20 participantes por grupo, excursões / intercâmbios e outros métodos de extensão rural, tais como Palestras, Dias de Campo / Dias Especiais. Cada Agente Rural é responsável pelo atendimento de 100 agricultores familiares.

O projeto conta exclusivamente com recursos do FECOP.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012 / 2015 o projeto se insere na área temática Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária e no Programa Desenvolvimento Agropecuário. Contribui para o alcance do Objetivo 005 – Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nas cadeias produtivas (agrícolas e não-agrícolas) da agropecuária cearense com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar; Meta 00644 - Atender a 239.057 agricultores familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícolas; Iniciativa 04744 - Apoio à produção e comercialização agropecuária.

Na matriz de Gestão por Resultados do Governo do Estado, o projeto contribui para o alcance do resultado setorial “Agricultura Familiar Fortalecida Sustentável” e suas realizações são aferidas por meio do indicador “Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio”.

3. Diagnóstico

Dentre os acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro, no período recente destaca-se a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

Até o início da década de noventa não existia nenhum tipo de política pública especial, com abrangência nacional, voltada para o atendimento das necessidades desse segmento social da agricultura, o qual era, inclusive, caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal.

É preciso lembrar que, no contexto do início da década de 1990, a agricultura brasileira, e particularmente a da região Meridional do Brasil, estava fortemente afetada pelo processo de abertura comercial e de desregulamentação dos mercados, fatores que a submetiam a uma concorrência intensa com os países do Mercosul.

Em vista das sucessivas dificuldades decorrentes da crise da segunda metade dos anos oitenta, particularmente no que se refere à disponibilidade de crédito e da queda da renda, os agricultores familiares da região Sul do Brasil, e em menor medida os agricultores da região Nordeste (sobretudo os produtores de algodão), encontravam-se debilitados diante da nova conjuntura econômica e comercial. Assim, a década de noventa é marcada por alguns fatores que foram decisivos para mudar os rumos do desenvolvimento rural, principalmente na esfera governamental. Por um lado, o movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), especialmente dos três estados meridionais do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), passaram a organizar-se e direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura comercial da economia, na ocasião influenciado pela criação do Mercosul.

Assim, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1984, ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de noventa, que a partir de 1995 passaram a ser denominadas de “Grito da Terra Brasil”.

Por outro lado, os estudos realizados conjuntamente pela FAO/INCRA definiram com maior precisão conceitual a agricultura familiar e, mais ainda, estabeleceram um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de agricultores familiares. Sabe-se que esses estudos serviram de base para as primeiras formulações do PRONAF.

Entretanto, para melhor compreender este conjunto de inovações, é preciso recuar no tempo e situar o processo de elaboração e consolidação desse Programa. Em larga medida, pode-se afirmar que o PRONAF foi formulado como resposta do Estado às pressões

do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 1980. O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo.

Em 1994, em consequência das reivindicações dos agricultores familiares acima citadas, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que operava basicamente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). O PROVAP seria o embrião da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos agricultores familiares. Cabe frisar que, embora o PROVAP tenha tido resultados pífios do ponto de vista dos recursos aportados para os agricultores, sua importância consiste na transição que ali se inicia em direção a uma política pública diferenciada por categorias de produtores rurais. Deve-se lembrar, por exemplo, que até esta época, os pequenos agricultores eram enquadrados como "mini-produtores" pelas normas do Manual de Crédito Rural do Ministério da Agricultura, o que fazia com que tivessem que disputar recursos com os grandes proprietários, que historicamente foram os principais tomadores de crédito para agricultura.

A partir de 1995, já no Governo Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP foi totalmente reformulado, tanto em termos de concepção como em sua área de abrangência. Essas modificações deram origem ao PRONAF, em 1996, cuja institucionalização ocorreu através do Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28/07/1996. Desse ano em diante, o programa tem se firmado como a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares. Deve-se registrar, no entanto, que, no ano de 1996, apenas as ações relativas ao crédito de custeio foram implementadas e que a ampliação do programa para as áreas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, só ocorreu a partir de 1997, quando o PRONAF ganhou maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo território nacional.

O acesso ao PRONAF de fundamental importância para os agricultores familiares inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), como a Ematerce, para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Para os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, o agricultor deve procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou a Unidade Técnica Estadual (UTE).

Segundo o último censo agropecuário de 1996 existem 383.010 agricultores no Estado do Ceará e destes, 341.510 são agricultores familiares, representando 89,6% do total. Estes agricultores são responsáveis pela produção de mais de 80% das principais culturas de subsistências do Estado, são descapitalizados e sem condições de contratarem serviços de Ater capazes de lhes proporcionar as condições necessárias para o acesso ao PRONAF, para melhoria de sua produção e rentabilidade e inseri-los no mercado, contribuindo para superação do quadro de exclusão social que vivenciam.

4. Justificativa

A experiência tem mostrado que a implementação da política nacional de valorização da agricultura familiar sintetizada pelo PRONAF necessita da apropriação de tecnologia adequada, que permita ao agricultor familiar melhorar seus índices de produção e produtividade com custos reduzidos, melhorar o seu poder de barganha no momento da venda da produção obtendo preços coerentes com a realidade do mercado e melhorar a gestão econômica e financeira de suas unidades produtivas sem agredir o meio ambiente.

Este é precisamente o papel dos profissionais de ATER, no entanto o quadro de prestadores deste tipo de serviço no Estado é bastante reduzido, haja vista que à aproximadamente 30 anos não é realizado concurso público e ao longo dos tempos, muitos dos empregados se desligaram da empresa responsável por este atendimento - EMATERCE, por incentivo do Programa de Demissão Voluntária (PDV), ocorrido em 1997 ou por aposentadoria.

Ressalte-se que a Ematerce tem feito gestões junto a SDA e o Governador do Estado no sentido da realização de concurso público com vista recompor e oxigenar o quadro de pessoal, porém a forma atual que dispõe para atender aos agricultores familiares do Estado é por meio da contratação de bolsistas.

5. Histórico

Em 2003, o Governo do Estado através da SDA determinou que a Ematerce trabalhasse com exclusividade para os agricultores familiares, prestando Ater gratuitamente. Em função do número reduzido de funcionários públicos habilitados para esta função foi criado o Projeto Agente Rural.

Em 2004, o Projeto Agente Rural, foi financiado pelo Ministério da Reforma Agrária (MDA) que conveniou com a Ematerce possibilitando o custeio das despesas de 90 bolsistas.

A partir de 2005, o MDA não mais custeou as despesas com a concessão de bolsas, passando todas as despesas serem custeadas pelo Governo do Estado, por meio da Fonte 10 – Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECOP).

O quadro abaixo evidencia a aplicação dos recursos da fonte FECOP na implementação do Projeto Agente Rural, onde se observa a disponibilização dos recursos no período de 2007 a 2014.

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2007	8.807.660,71	-	8.807.660,71	278.000
2008	8.345.402,08	-	8.345.402,08	378.000
2009	9.568.145,63	-	9.563.145,74	479.500
2010	11.570.341,90	-	11.570.341,90	359.500
2011	10.847.620,00	-	10.847.620,00	491.250
2012	12.001.570,00	-	12.001.570,00	522.000
2013	9.882.040,00	-	9.882.040,00	441.207
2014	10.595.404,00	-	10.595.404,00	238.095
TOTAL	**81.618.184,32**	**-**	**81.618.184,32**	**-**

6. Público Alvo

Agricultor familiar e seus familiares (filhos e agregados).

Caracteriza-se como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos:

- Não detenha, a qualquer título, área maior de 4 módulos fiscais;
- Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder executivo;
- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- A unidade de produção sob a administração do agricultor familiar deverá estar situada na área de trabalho intensivo da EMATERCE a qual é definida por seu potencial de resposta a implementação da política de convivência com o semiárido;

- O agricultor familiar deverá ser receptivo a receber as orientações técnicas prestadas pela EMATERCE

7. Objetivos

Geral

Aumentar a renda e a ocupação dos agricultores familiares beneficiados, pelo incremento da rentabilidade dos seus empreendimentos.

Específicos

- Melhorar a produtividade da agropecuária dos agricultores familiares assistidos.
- Ampliar a área plantada com as culturas desenvolvidas pelos agricultores familiares assistidos.
- Aumentar e melhorar o rebanho dos agricultores familiares assistidos.
- Melhorar o processo de comercialização da produção agropecuária dos agricultores familiares assistidos.
- Ampliar o acesso as políticas públicas voltadas para agricultores familiares assistidos

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

As principais atividades, a serem implementadas pelos Agentes Rurais nos municípios da área de atuação, são:

a) Planejamento / programação

O trabalho de Ater inicia-se com a divulgação das políticas públicas de apoio a agricultura familiar e a identificação das necessidades, potencialidades e problemas do público a ser beneficiado pelo projeto. Para tanto, será utilizada a ferramenta DRP – Diagnóstico Rural Participativo. Os resultados obtidos são posteriormente priorizados pelos agricultores e sistematizados em um Plano de Ação da Comunidade (PAC). Cada agente de campo trabalhará em média com 06 PACs. O somatório dos PACs constituirá na programação de 2015 a qual é consolidada através do registro dos dados no SPPWEB, gerando os Contratos de Resultados do Município, do Escritório, das Regiões Administrativas da Ematerce e do Estado. Estima-se para 2015 a elaboração de 3.788 Planos de Ação.

b) Formação dos Agentes de Ater (Agentes Rurais / Extensionistas)

A formação “em serviço” dos Agentes de ATER (Agentes Rurais e Extensionistas) será feita durante as visitas as comunidades rurais, e estes, por sua vez, capacitarão também “em serviço” os agricultores familiares assistidos. Neste processo serão assessorados pelos técnicos lotados nos Escritórios Regionais e Estaduais, com vistas à profissionalização dos mesmos e à geração de emprego e renda no meio rural.

c) Prestação de Ater aos agricultores familiares e suas organizações / representações

Após concluir a fase da programação os técnicos de campo (Agentes Rurais e Extensionistas) iniciarão a execução dos PACs. A prestação de Ater aos agricultores familiares e suas representações será baseada em processos educativos utilizando-se metodologias participativas com vistas à construção de saberes, observando as experiências dos agricultores e o saber dos Agentes Rurais / Extensionistas, tendo por objetivo a apropriação de tecnologias pelos beneficiários do Projeto Agente Rural.

Será incentivado o desenvolvimento de técnicas e práticas capazes de promoverem o desenvolvimento sustentável das unidades produtivas. Também será estimulada a organização e gestão dos agricultores familiares, de suas famílias e suas representações fortalecendo-os para a compra conjunta dos insumos necessários ao processo produtivo e beneficiamento da produção através da agroindustrialização, com vistas a agregar valor nas etapas de produção e comercialização.

Para tanto, diariamente os técnicos (Agentes de Ater) se deslocarão para as comunidades rurais. Em um dos expedientes, desenvolverão atividades individuais (visitas as áreas de produção dos agricultores familiares assistidos, limitado a 3 a 4 por dia) e no outro expediente, atividades grupais (reuniões, demonstrações práticas, excursões, treinamentos de rápida duração etc.), discutindo temas de interesses escolhidos pelos participantes do grupo, de forma que, durante o ano de 2015, cada agricultor familiar assistido receba pelo menos, 12 atendimentos.

d) Acompanhamento e apoio aos Agentes Rurais

Será realizado pelos assessores regionais e estaduais que todas as semanas se deslocarão para os escritórios locais para acompanhamento dos Agentes Rurais nos trabalhos de campo e nos treinamentos em serviço com vistas a capacitação dos agricultores familiares.

c) Estabelecimento de parcerias

Durante todo o ano de 2015 a Ematerce buscará parceria com órgãos / entidades, agentes financeiros (Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Brasil S/A (BB), sindicatos, prefeituras municipais / secretarias municipais de agricultura, associações comunitárias, cooperativas e movimento sociais para a implementação dos trabalhos de Ater junto aos Agricultores familiares.

Estrutura de apoio ao trabalho dos Agentes Rurais

Em Fortaleza a empresa dispõe de 01 Escritório Estadual, onde estão lotadas a Diretoria Executiva, as Gerências de Planejamento e a de Operações, Assessorias e pessoal de Apoio Administrativo que darão todo o suporte necessário ao processo de planejamento e gestão das unidades operacionais sediadas nos municípios cearenses.

Em nível regional a Ematerce dispõe de 18 Escritórios Regionais com equipes compostas pelo Gerente Regional, Assessores Técnicos e pessoal de Apoio Administrativo responsáveis pela coordenação, apoio na gestão e assessoramentos aos técnicos dos Escritórios Locais e Postos Avançados de suas jurisdições.

Em nível municipal a empresa atua em 101 municípios e dispõe de 44 Escritórios Locais, 49 Postos Avançados de atendimento, responsáveis pela implementação das políticas públicas emanadas dos governos federal, estadual e municipal nas comunidades rurais e nos estabelecimentos dos agricultores familiares e suas representações, com vistas à promoção do desenvolvimento rural sustentável desses municípios cearenses.

Além das unidades operacionais acima supracitados a empresa dispõe de uma infraestrutura de veículos, máquinas e outros equipamentos necessários a prestação de Ater, contínua e de qualidade aos agricultores familiares, com destaque para a área de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação, cujos equipamentos são de última geração, com todas as unidades operacionais interligadas em redes – Cinturão Digital do Ceará (CDCe) e da Rede do Governo (RIGAV), em condições de espelhar *on line,* os resultados auferidos pelos trabalhos desenvolvidos com os nossos clientes, principalmente, os agricultores familiares.

9. Produtos

PRODUTOS	2015	FONTES DE VERIFICAÇÃO
Agentes de Ater formados	953	Sistema de Programa e Projetos (SPPWEB) da Ematerce
Agricultores familiares assistidos	95.300	Sistema de Programa e Projetos (SPPWEB) da Ematerce

10. Metas

- Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) a 95.300 agricultores familiares, beneficiando um total de 392.636 pessoas.

- Formar 953 Agentes Rurais nos aspectos tecnológicos, gerenciais e organizacionais das atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares.

Obs: A Ematerce atua em 182 municípios do Estado do Ceará.

11. Resultados Esperados

- Ampliar em 20% a geração de emprego (ocupação) e a renda dos beneficiários.

- Reduzir em 20% o total de agricultores familiares assistidos que se encontram em situação de extrema pobreza.

12. Integração de Ações

O projeto Agente Rural interage com todos os outros Programas/Projetos executados pela SDA, com destaque para o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O referido Programa utiliza a metodologia da participação e do construtivismo, em que agricultores familiares, extensionistas e parceiros interagem em todo o processo de trabalho. A sua estratégia de trabalho está focada em cinco pilastras básicas: a organização da produção e de produtores; a promoção comercial; a viabilização da infraestrutura necessária; a gestão profissional do agronegócio; a capacitação de Extensionistas, Agentes Rurais e agricultores familiares e seus familiares; e, a apropriação por parte dos agricultores e técnicos de tecnologias sustentáveis, no âmbito da Agroecologia.

Destacam-se também outros programas da SDA que efetivamente contribuirão para potencializar os resultados deste projeto, que são o Programa Hora de Plantar-Distribuição de Sementes, o Programa Garantia Safra, os Programas de Abastecimento e Segurança Alimentar envolvendo as principais Cadeias Produtivas do Estado, o Programa de Convivência com o Semiárido na apropriação por parte dos agricultores (as) familiares de técnicas e práticas nas suas atividades de suas unidades de produção, os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que atuam na comercialização dos produtos da agricultura familiar, dentre outros.

13. Monitoramento

O projeto será monitorado pelos Gestores dos Escritórios Locais, Regionais e Estadual:

Em nível local - Diariamente, o Gerente do Escritório Local apoia, acompanha, monitora, avalia e reprograma (se for o caso) os Agentes Rurais na execução dos Planos de Ação; na medida em que os resultados são auferidos os Agentes Rurais registram os dados no Sistema de Programas e Projeto (SPPWEB) da Ematerce; este sistema é totalmente informatizado, com todas as unidade operativas da Ematerce interligadas em redes da Rede Governamental (RIGAV) e Cinturão Digital do Ceará (CDCe);
Em nível regional – o Gerente Regional e seus Assessores também apoiam, acompanham e monitoram os trabalhos dos Agentes Rurais, na execução dos Planos de Ações.

Em nível estadual – os Gerentes de Planejamento e Operações com seus Assessores também apoiam, assessoram, acompanham e monitoram os trabalhos dos Agentes Rurais, na execução dos Planos de Ações.

13.1 Dados Utilizados

Os dados são coletados na medida em que os Agentes Rurais desenvolvem seu trabalho junto aos agricultores familiares e registram o que se segue:

- Nº de agricultores familiares assistidos;
- Nº de beneficiários;
- Área com culturas assistidas em ha;
- Área com culturas colhidas em ha;
- Produção obtida em kg;
- Rendimento em kg/ha;
- Nº de empregos gerados
- Rebanho assistido – cabeça
- Tx. de desfrute;
- Crédito Rural ofertado (nº de projetos, valor, finalidade, agente financeiro)
- Agroindústrias rurais (nº, finalidade)
- Obras hidroambientais (barragens de contenção de sedimentos, barragens subterrâneas e construção de paliçadas),
- Revitalização de bacias hidrográficas (microbacias hidrográficas);
- Manejo/Conservação do Solo e Água (terraços de retenção, cordões de pedra, captação *in situ*, escarificação da área, plantio direto, correção do solo, adubação verde, adubação orgânica);

- Transição agroecológica (quintais produtivos, sistema agroflorestal e viveiro de produção de mudas);
- Agroindústrias (beneficiamento e processamento – leite, frutos tropicais, mandioca, mel de abelha, peixe)
- Comercialização (Compra de Alimentos p/Merenda Escolar – PNAE e Compra de Alimentos – PAA);
- Adequação Ambiental (Energia Eólica, Energia Solar, Recomposição da Mata Ciliar, Irrigação Sustentável dos Aluviões, Horosazonal, Reflorestamento, Viveiros de Produção, Destino de embalagens Contaminadas, Controle de Queimadas, Uso e Controle de Agrotóxicos,
- Agroecologia (Sistema Agroflorestal, Transição Agroecológica e Produção de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares);
- Segurança Alimentar e Nutricional (Educação Alimentar e Nutricional);
- Habitabilidade (Abastecimento D'água, Casas, Cisternas, Destino Adequado do Lixo, Fontes D'água e Educação Sanitária);
- Associativismo (Organização Rural, Cultura e Lazer, Etnia/Indígena, Etnia/Quilombola, Gênero/Mulheres, Juventude Rural, Capacitação (cursos, Intercâmbios, Missões Técnicas/Excursões, Seminários, Treinamentos, Oficinas e Encontros;
- Abrangência (nº de agricultores familiares assistidos sem repetição).

13.2. Cadastro dos Beneficiários

A Ematerce já dispõe no banco de dados do Programa – Sistema de Programa e Projetos (SPPWEB) de 2.341.061 Declarações de Aptidão do Produtor (DAPs), elaboradas desde o início do PRONAF no Estado do Ceará (2006). Anualmente os dados são atualizados e identificados todos os beneficiários da Ater (Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF), além da performance de cada agricultor assistido. No ano de 2015 foram validas pelo MDA/SAF/DATER, 670.663 DAPs.

14. Pressupostos de Riscos

Fenômenos meteorológicos (estiagens e enchentes) e a rotatividade dos Agentes Rurais por força de conclusão do período da concessão das bolsas de capacitação tecnológica, por até 3 anos.

15. Orçamento 2015

(R$ 1,00)

Detalhamento	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes (2015)	Valor Total (2015)
Natureza da Despesa			
1. Despesas Correntes	**10.000.000**	**-**	**10.000.000**
1.1. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Material de Consumo **(339039)**	352	-	352
1.2. Serviços de Terceiros – Pessoa Física (Pagamento das Bolsas de Capacitação Tecnológica) **(339036)**	9.999.648	-	9.999.648
TOTAL	**10.000.000**	**-**	**10.000.000**

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

(R$ 1,00)

Item de Despesa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	-	532	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	532
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	-	2.399.468	804.466	836.098	835.224	802.844	795.550	789.572	713.052	675.234	675.234	672.726	9.999.468
Total	-	2.400.000	804.466	836.098	835.224	802.844	795.550	789.572	713.052	675.234	675.234	672.726	10.000.000

17. Distribuição dos Recursos por Município – 2015

Nº DE ORDEM	REGIÃO ADMINIS-TRATIVA	MUNICÍPIOS	VALOR FECOP (2015)	VALOR OU-TRAS FONTES (2015)	PESSOAS BENEFICIA-DAS
1	Metropolitana	AQUIRAZ	83.728,00	-	1.648
2		CASCAVEL	87.528,00	-	1.648
3		CAUCAIA	209.564,00	-	7.416
4		CHOROZINHO	28.600,00	-	412
5		EUZEBIO	0,00	-	0
6		FORTALEZA	0,00	-	0
7		GUAIUBA	41.886,00	-	1.648
8		HORIZONTE	42.534,00	-	1.648
9		ITAITINGA	28.600,00	-	412
10		MARACANAÚ	99.940,00	-	2.060
11		MARANGUAPE	114.258,00		3.296
12		PACAJUS	56.982,00		3.296
13		PACATUBA	29.438,00	-	824
14		PINDORETAMA	39.470,00	-	1.236
15		SÃO G. DO AMARANTE	75.198,00	-	3.296
		TOTAL DA REGIÃO	**937.726,00**	**-**	28.840
16	Litoral-Oeste	Acaraú	121.068,00	-	2.472
17		Amontada	47.826,00	-	2.060
18		Apuiarés	15.880,00	-	1.236
19		Bela Cruz	14.210,00	-	412
20		Camocim	24.646,00	-	412
21		Chaval	81.400,00	-	2.884
22		Cruz	63.726,00	-	824
23		Granja	17.748,00	-	824
24		Itapajé	73.914,00	-	2.060
25		Itapipoca	76.838,00	-	2.472
26		Itarema	46.642,00	-	3.296
27		Jijoca	15.048,00	-	824
28		Marco	31.326,00	-	412
29		Martinópole	31.326,00	-	412
30		Miraíma	52.620,00	-	824
31		Morrinhos	31.350,00	-	1.648
32		Paracuru	15.048,00	-	412
33		Paraipaba	14.210,00	-	412
34		Pentecoste	49.118,00	-	1.648
35		Tejuçuoca	16.302,00	-	1.236
36		Trairi	15.048,00	-	824
37		Tururu	17.972,00	-	1.236
38		Umirim	15.464,00	-	824
39		Uruburetama	13.794,00	-	412
40		Uruoca	54.282,00	-	2.060
		TOTAL DA REGIÃO	**1.004.434,00**	-	**33.372**

Nº DE ORDEM	REGIÃO ADMINIS-TRATIVA	MUNICÍPIOS	VALOR FECOP (2015)	VALOR OUTRAS FONTES (2015)	PESSOAS BE-NEFICIADAS
41	Sobral/Ibiapaba	ALCÂNTARAS	50.148,00	-	1.236
42		CARIRE	21.318,00	-	2.472
43		CARNAUBAL	87.528,00	-	1.648
44		COREAÚ	47.610,00	-	824
45		CROATÁ	32.580,00	-	412
46		FORQUILHA	34.250,00	-	824
47		FRECHEIRINHA	19.834,00	-	1.648
48		GRAÇA	18.164,00	-	1.236
49		GROAIRAS	34.032,00	-	1.648
50		GUARACIABA DO NORTE	36.342,00	-	1.236
51		HIDROLÂNDIA	15.240,00	-	412
52		IBIAPINA	32.580,00	-	412
53		IPU	52.234,00	-	2.060
54		IRAUÇUBA	16.302,00	-	824
55		MASSAPE	24.658,00	-	2.472
56		MERUOCA	13.794,00	-	412
57		MORAÚJO	34.250,00	-	824
58		MUCAMBO	26.744,00	-	2.472
59		PACUJA	32.778,00	-	1.648
60		PIRES FERREIRA	17.748,00	-	824
61		RERIUTABA	18.388,00	-	1.236
62		SANTANA DO ACARAÚ	15.464,00	-	824
63		SÃO BENEDITO	147.648,00	-	2.884
64		SENADOR SÁ	35.920,00	-	1.236
65		SOBRAL	55.196,00	-	3.708
66		TIANGUÁ	137.538,00	-	4.532
67		UBAJARA	83.536,00	-	2.060
68		VARJOTA	32.580,00	-	412
69		VIÇOSA DO CEARÁ	110.664,00	-	3.296
TOTAL DA REGIÃO			**1.285.068,00**	-	45.732
70	Sertões dos Inhamuns	AIUABA	54.102,00	-	1.648
71		ARARENDA	15.464,00	-	824
72		ARNEIRÓZ	36.758,00	-	1.236
73		CATUNDA	64.732,00	-	3.708
74		CRATEÚS	94.370,00	-	7.004
75		INDEPENDENCIA	27.582,00	-	2.472
76		IPAPORANGA	18.164,00	-	1.236
77		IPUEIRAS	20.480,00	-	2.060
78		MONSENHOR TABOSA	76.706,00	-	2.884
79		NOVA RUSSAS	71.274,00	-	2.884
80		NOVO ORIENTE	38.204,00	-	1.648
81		PARAMBU	34.274,00	-	2.060
82		QUITERIANOPOLES	15.048,00	-	824
83		TAMBORIL	16.302,00	-	824
84		TAUÁ	22.342,00	-	2.472

TOTAL DA REGIÃO			662.028,00	--	37.492
Nº DE ORDEM	REGIÃO ADMINIS-TRATIVA	MUNICÍPIOS	VALOR FECOP (2015)	VALOR OUTRAS FONTES (2015)	PESSOAS BENEFICIADAS
85	Sertão-Central	BANABUIÚ	41.338,00	-	4.532
86		BOA VIAGEM	31.108,00	-	4.120
87		CANINDÉ	71.802,00	-	7.004
88		CARIDADE	19.642,00	-	1.648
89		CHORÓ	29.636,00	-	2.884
90		DEP. IRAP. PINHEIRO	38.036,00	-	3.296
91		GENERAL SAMPAIO	17.972,00	-	1.236
92		IBARETAMA	15.880,00	-	824
93		IBICUITINGA	54.928,00	-	3.296
94		ITATIRA	43.220,00	-	2.884
95		MADALENA	40.712,00	-	3.708
96		MILHÃ	93.544,00	-	4.120
97		MOMBAÇA	86.218,00	-	5.768
98		PARAMOTI	40.488,00	-	2.060
99		PEDRA BRANCA	38.428,00	-	2.060
100		PIQUET CARNEIRO	65.600,00	-	3.296
101		QUIXADÁ	126.912,00	-	4.944
102		QUIXERAMOBIM	158.584,00	-	9.476
103		SANTA QUITÉRIA	81.832,00	-	6.592
104		SENADOR POMPEU	97.528,00	-	3.708
105		SOLONOPOLE	108.188,00	-	3.296
TOTAL DA REGIÃO			1.301.596,00	--	80.752
106	Maciço do Baturité	Acarape	32.580,00	-	412
107		Aracoiaba	87.528,00	-	1.648
108		Aratuba	30.096,00	-	824
109		Barreira	15.048,00	-	412
110		Baturité	215.552,00	-	3.296
111		Capistrano	75.360,00	-	1.648
112		Itapiúna	13.794,00	-	412
113		Mulungu	46.138,00	-	1.648
114		Ocara	52.620,00	-	824
115		Redenção	50.136,00	-	1.236
TOTAL DA REGIÃO			687.804,00	-	14.420

Nº DE ORDEM	REGIÃO ADMINIS-TRATIVA	MUNICÍPIOS	VALOR FECOP (2015)	VALOR OU-TRAS FONTES (2015)	PESSOAS BENEFICIA-DAS
116	Litoral-Leste/Jaguaribe	Alto Santo	30.096,00	-	824
117		Aracati	155.514,00	-	4.532
118		Beberibe	70.176,00	-	1.648
119		Icapuí	16.910,00	-	824
120		Iracema	13.794,00	-	412
121		Itaiçaba	85.200,00	-	2.060
122		Jaguaretama	30.096,00	-	824
123		Jaguaribara	16.302,00	-	824
124		Jaguaribe	65.980,00	-	1.236
125		Jaguaruana	51.390,00	-	1.648
126		Limoeiro do Norte	79.788,00	-	2.884
127		Morada Nova	60.168,00	-	1.648
128		Palhano	263.124,00	-	6.592
129		Pereiro	313.938,00	-	6.180
130		Potiretama	32.580,00	-	412
131		Quixeré	16.718,00	-	824
132		Russas	50.136,00	-	1.236
133		São João Jaguaribe	101.502,00	-	2.472
134		Tabuleiro do Norte	162.286,00	-	3.708
TOTAL DA REGIÃO			**1.687.128,00**	-	42.848

Nº DE ORDEM	REGIÃO ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIOS	VALOR FECOP (2015)	VALOR OUTRAS FONTES (2015)	PESSOAS BENEFICIADAS
135	CARII-CENTRO-SUL	ABAIARA	18.804,00	-	1.648
136		ACOPIARA	102.732,00	-	2.884
137		ALTANEIRA	16.718,00	-	824
138		ANTONINA DO NORTE	18.804,00	-	1.648
139		ARARIPE	19.226,00	-	1.648
140		ASSARÉ	80.594,00	-	3.296
141		AURORA	39.260,00	-	3.708
142		BAIXIO	34.250,00	-	824
143		BARBALHA	37.614,00	-	2.884
144		BARRO	101.284,00	-	4.532
145		BREJO SANTO	152.962,00	-	8.240
146		CAMPOS SALES	46.112,00	-	3.296
147		CARIRIAÇU	60.138,00	-	2.472
148		CARIÚS	25.080,00	-	824
149		CATARINA	72.660,00	-	1.236
150		CEDRO	146.574,00	-	3.296
151		CRATO	76.802,00	-	7.004
152		FARIAS BRITO	40.936,00	-	2.884
153		GRANJEIRO	37.590,00	-	1.648
154		ICÓ	101.346,00	-	2.884
155		IGUATU	131.270,00	-	3.708
156		IPAUMIRIM	75.168,00	-	1.648
157		JARDIM	32.592,00	-	4.532
158		JATI	17.972,00	-	1.236
159		JUAZEIRO DO NORTE	19.226,00	-	2.060
160		JUCÁS	92.568,00	-	2.060
161		L. DA MANGABEIRA	100.888,00	-	2.060
162		MAURITI	59.202,00	-	4.120
163		MILAGRES	66.298,00	-	4.532
164		MISSÃO VELHA	85.692,00	-	3.708
165		NOVA OLINDA	55.580,00	-	2.884
166		ORÓS	58.734,00	-	1.236
167		PENAFORTE	29.258,00	-	2.060
168		PORTEIRAS	19.642,00	-	2.060
169		POTENGI	17.972,00	-	1.236
170		QUIXELÔ	75.168,00	-	1.648
171		SABOEIRO	55.128,00	-	1.236
172		SALITRE	61.168,00	-	2.472
173		SANTANA DO CARIRI	20.058,00	-	2.060
174		TARRAFAS	35.920,00	-	1.236
175		UMARI	72.660,00	-	1.236
176		VÁRZEA ALEGRE	22.566,00	-	2.472
TOTAL DA REGIÃO			2.434.216,00	-	109.180
TOTAL GERAL			**10.000.000,00**	**-**	**392.636**

18. Responsável pelo Projeto

18.1. Elaboração do Projeto

Coordenadoria/Gerência	Gerência de Programa e Projetos (Gepro)
Técnico	Antônio Tarciso Coelho Pinto
e-mail	tarciso.pinto@ematerce.ce.gov.br
Fone	(85) 8727 4646/9922 2222/3101 2426

18.2. Execução do Projeto

Coordenadoria/Gerência	Diretoria Administrativa e Financeira (DAF)
Técnico	José Leitão Filho
e-mail	jose.leitao@ematerce.ce.gov.br
Fone	(85) 9988 1635/3101 2422

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

PROJETO: Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará

Janeiro/2015

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	029 – Enfrentamento à Pobreza Rural
Mapp (Nº e Denominação)	50 – Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza (PBSM)
Período de Execução (em 2014)	Janeiro a dezembro
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

1. Descrição do Projeto

O Projeto Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará é resultante de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) celebrado pela SDA com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), tendo a Ematerce como interveniente executora. O acordo viabiliza a duplicação do numero de famílias atendidas com o credito de fomento do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).

O ACT permite a inserção de 20.000 famílias, no PBSM no segmento de inclusão produtiva, distribuídas em todos os 176 municípios com decreto de situação de emergência frente à estiagem. Compete a Ematerce após a elaboração de diagnóstico da Unidade Produtiva Familiar (UPF), apresentar um projeto produtivo por UPF, baseado na disponibilidade por família de um crédito de fomento no valor de R$ 2.400,00, liberados em três parcelas e prestar a assistência técnica necessária para a execução destes projetos.

A prestação de ATER será realizada por Agentes Rurais contratados para esta finalidade.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

A política para a área do desenvolvimento agrário tem como prioridade a promoção do desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ênfase nos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social.

No PPA 2012/2015, o projeto insere-se no âmbito do Programa 029 - Enfrentamento à Pobreza Rural, colaborando para o alcance do Objetivo 005 – Realizar ações de inclusão produtiva e social por meio do serviço de ATER, com vistas à erradicação da extrema pobreza rural no Estado do Ceará; Meta 00979 - Beneficiar 40.000 famílias rurais em situação de extrema pobreza por meio de atividades individuais e grupais de produção familiar; Iniciativa 01534 - Atendimento às famílias na produção de alimentos com vista a segurança alimentar e nutricional e geração de renda.

Na matriz de Gestão por Resultados do Governo do Estado, o projeto contribui para o alcance do resultado setorial “Agricultura Familiar Fortalecida Sustentável” e suas realizações são aferidas por meio do indicador “Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio”.

3. Diagnóstico

O “Plano Brasil Sem Miséria” apresenta grande parte de suas ações direcionadas para o enfrentamento das particularidades da pobreza em áreas rurais, dando enfoque especial à inclusão social e produtiva.

É importante ressaltar que no Ceará, aproximadamente 92% de sua área territorial (FUNCEME 2010), está incrustada no semiárido, e que a atividade agrícola desenvolvida no Estado ainda e fortemente impactada em períodos de estiagem prolongada.

No ano de 2011, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) estipulou o valor de renda familiar mensal de R$ 70,00 por pessoa, como linha de miséria, quando do lançamento do Programa de Erradicação da Extrema Pobreza do Governo Federal. Em consonância com essa linha de extrema pobreza adotada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizou um conjunto de dados relativos à população e aos domicílios particulares permanentes sem rendimento e com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* inferior a 70 reais.

De acordo com esses dados, o Estado do Ceará possui 1.502.924 pessoas residentes em domicílios com rendimentos mensais per capita que não ultrapassavam o valor de R$70,00 (IBGE, 2010). Isso significa que 17,8% da população cearense foi classificada em situação de miséria tendo-se por base o parâmetro estabelecido pelo MDS. Em termos proporcionais o Ceará é o sétimo estado da federação com maior percentual de pessoas nessa condição. Já em termos de participação relativa, dos 16,3 milhões de brasileiros nesta faixa de renda domiciliar *per capita*, 9,24% estão localizados no Ceará. Isto implica que o Estado é o terceiro do país com maior contingente de pessoas extremamente pobres ou miseráveis, atrás apenas da Bahia (14,80%) e do Maranhão (10,40%).

Considerando o local de residência, segundo o IPECE, 33,49% da população rural, é extremamente pobre com rendimento domiciliar per capita mensal de até R$ 70,00. São pessoas que em sua maioria trabalham a terra e são categorizados como agricultores familiares.

Segundo o último censo agropecuário de 1996 existem 383.010 agricultores no Estado do Ceará e destes, 341.510 são agricultores familiares, representando 89,6% do total. Estes agricultores são responsáveis pela produção de mais de 80% das principais culturas de subsistências do Estado, são descapitalizados e sem condições de contratarem serviços de Ater capazes de lhes proporcionar as condições necessárias para melhoria de sua produção e rentabilidade e inseri-los no mercado, contribuindo para superação do quadro de exclusão social que vivenciam.

É este o segmento social que praticando principalmente uma agricultura de sequeiro, coloca-se mais vulnerável na convivência com o semiárido.

4. Justificativa

A SDA celebrou um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o MDA e MDS, tendo a Ematerce como interveniente executora. O acordo viabiliza a duplicação do numero de famílias atendidas com o credito de fomento do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).

O ACT permite a inserção de 20.000 famílias, no PBSM no segmento de inclusão produtiva, distribuídas em todos os 176 municípios com decreto de situação de emergência frente à estiagem.

A inclusão produtiva do PBSM, executada pela Ematerce, advém das chamadas publicas do MDA, atendendo famílias selecionadas a partir de uma relação sugestão do MDA/MDS. Compete a Ematerce após a elaboração de diagnóstico da Unidade Produtiva Familiar (UPF), apresentar um projeto produtivo por UPF, baseado na disponibilidade por família de um crédito de fomento no valor de R$ 2.400,00, liberados em três parcelas pelo MDS.

Os custos com a capacitação dos técnicos e mobilização regional e local, seleção das famílias, elaboração do diagnostico, reuniões com as famílias, elaboração do projeto produtivo, visitas técnicas, acompanhamento do projeto produtivo e avaliação final são cobertos pelo MDA através dos contratos celebrados advindos das chamadas publicas.

Compete a Ematerce, a prestação de ATER durante todas as fases do projeto e os recursos demandados ao FECOP tem por finalidade a cobertura destes serviços que será executado por Agentes Rurais.

A oportunidade de dispor de um projeto produtivo, elaborado com competência técnica e que leve em consideração todos os fatores disponíveis nas unidades de produção (terra, água, mão de obra), as oportunidades de inserção da produção no mercado, o uso racional dos recursos naturais, a disponibilidade de assistência técnica e, além disto, a disponibilidade de recursos financeiros para executá-lo, é uma oportunidade ímpar para a superação das principais dificuldades enfrentadas pela população beneficiária.

Obs: O modelo de produção a ser adotado resultará na erradicação da fome e da desnutrição das famílias em estado de extrema pobreza, garantindo a segurança alimentar, sustentabilidade do processo, e a inserção de mulheres e jovens entre os condutores do desenvolvimento das ações.

As mulheres como partícipes efetivas do processo organizacional, no desenvolvimento do sistema produtivo ou de cadeias produtivas no âmbito da unidade de produção familiar, além do acesso às políticas públicas disponíveis,

Os jovens, independente da questão de gênero, raça ou etnia, a oferta de oportunidades para construção de uma vida cidadã, através do acesso as políticas públicas para jovens, o engajamento no processo produtivo e desenvolvimento de cadeias produtivas, reconhecendo o seu papel, com a oferta de serviços que lhes promovam a satisfação das necessidades básicas, e consequentemente sua fixação no campo.

5. Histórico

Este é o segundo ano que o projeto é apresentado para financiamento pelo FECOP.

Como este projeto só foi concebido no último trimestre do ano de 2013 a Ematerce desenvolveu no referido ano os seguintes trabalhos: divulgação do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) nas comunidades rurais de 148 municípios do Estado e selecionou os agricultores (as) familiares beneficiárias do Projeto. Em 2014 a Ematerce implementou a prestação de Ater aos beneficiário do PBSM.

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes) (*)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2013 (*)	633.900,11	27.577.756,30	28.211.656,41	82.400
2014 (**)	1.403.198,42	21.136.467,76	22.539.666,18	82.426

(*) Ano de 2013 - MDS/MDA – R$ 27.456.000,00 + Tesouro Estado – R$ 121.756,30 = R$ 27.577.756,30

(**) Ano de 2014 - MDS/MDA – R$ 20.503.600,00 + Tesouro Estado – R$ 632.867,76 = R$ 21.136.467,76

6. Público Alvo

Agricultores (as) familiares em situação de extrema pobreza com renda per capita de até R$ 70,00 (setenta reais) por mês.

6.1 Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- Famílias cadastradas no CadÚnico;
- Famílias que possuem Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP);
- Famílias identificadas através de busca ativa, que ainda não estão cadastradas ou não possuem Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e/ou Cadastro Único para Programas Sociais (Cadunico). Na identificação dessas famílias será observada a possibilidade de agrupá-las no mesmo espaço físico ou proximidades. A emissão de DAPs das famílias identificadas nessa situação será providenciada pela EMATERCE.

7. Objetivos

Geral

Contribuir para a segurança alimentar e nutricional e ampliação da renda da população beneficiada.

Específicos

- Socializar a proposta do Plano Brasil sem Miséria para famílias em situação de extrema pobreza, nas comunidades rurais.
- Melhorar o processo organizacional e o sistema produtivo das unidades de produção.

- Melhorar o acesso as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.
- Contribuir para a inclusão social e produtiva das mulheres.
- Fortalecer o protagonismo dos jovens.
- Estimular o desenvolvimento infantil.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

As atividades serão desenvolvidas e fundamentadas tendo como princípios e diretrizes, conceitos de uma pedagogia dialógica e participativa,

a) Reuniões de Mobilização e Seleção das Famílias

A atividade de mobilização e seleção das famílias beneficiárias desta chamada pública será iniciada a partir da socialização da proposta nas sedes e distritos dos municípios envolvidos, que constará de reuniões coordenadas pelas equipes técnicas da Ater, com a finalidade de divulgar os objetivos da proposta, sua concepção, critérios de seleção dos beneficiários, instituições envolvidas, idealizadores / patrocinadores, atividades a ser realizada, estratégia / metodologia de execução e resultados esperados da ação.

Para as reuniões de socialização da proposta serão convidados agricultores (as) familiares e suas representações, além de lideranças formais e informais, jovens beneficiários, representantes dos beneficiários, sindicatos, movimentos sociais e associações; membros dos conselhos territoriais e representantes de instituições como entidades bancárias, Igreja e ONGs. As reuniões serão expositivas com espaço livre para manifestação dos presentes.

A partir da socialização da proposta serão desencadeadas as demais atividades propostas pela chamada pública, estabelecidas parcerias, e a promoção do envolvimento da sociedade de maneira espontânea e consciente.

O processo de seleção das famílias será iniciado com a utilização da listagem enviada pelo MDA/MDS, obedecendo a critérios de escolha e parâmetros indicadores de 80% a 90% dos identificados na listagem, para composição do público beneficiário, sendo o restante, 10% a 20%, para completar o grupo beneficiário, resultado de busca ativa por famílias enquadráveis no Plano Brasil sem Miséria, que ainda não estão cadastradas ou não possuem Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e/ou Cadastro Único para Programas Sociais (Cadunico). Na identificação dessas famílias será observada a possibilidade de agrupá-las no mesmo espaço físico ou proximidades.

A emissão de DAPs das famílias identificadas nessa situação será providenciada pela EMATERCE.

b) Elaboração de Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar (UPF)

A elaboração do diagnóstico deverá considerar o protagonismo dos beneficiários (homens, mulheres e jovens agricultores ou agricultoras), proporcionando uma análise construtivista da realidade da Unidade de Produção Familiar (UPF).

Esta análise objetiva conhecer as fragilidades, fortalezas, oportunidades, organização econômica e potencialidades da UPF, para subsidiar o planejamento das atividades registrado por meio do Projeto de Estruturação Produtivo e Social Familiar. Tem como abordagem principal a segurança alimentar e nutricional, convivência com o semiárido e transição agroecológica, visando o desenvolvimento sustentável.

O principal enfoque do diagnóstico consiste no compartilhamento dos diferentes pontos de vista sobre o cotidiano, entre os diferentes sujeitos da família, de forma a se construir uma linha reflexiva e de consenso, a partir da existente, enquanto base de orientação das atividades de ATER.

Deste modo, realizar-se-á o diagnóstico, mediante o levantamento de dados da UPF nas áreas com as explorações agrícolas, reserva legal, tipos de solo, disponibilidade de recursos hídricos, relações sociais, econômicas, culturais e políticas.

Por ocasião da realização do diagnóstico a UPF será observado seu uso potencial e ocupação do solo, base referencial física para elaboração do projeto de Estruturação Produtiva da Unidade de Produção Familiar (UPF).

Serão realizados um total de 20.000 diagnósticos, utilizando-se as técnicas de visitas e entrevistas estruturadas.

c) Oficina de orientação para acesso a políticas públicas

A orientação prestada nesse seguimento objetiva orientar aos beneficiários sobre as políticas públicas e os seus direitos sobre essas políticas. A abordagem empregada nessa ação tem como finalidade, dar o conhecimento sobre a disponibilidade das políticas existentes e disponíveis, e os meios de como acessar as mesmas.

Essa ação tem a intenção fazer com que o público trabalhado se sinta um cidadão ou cidadã de plenos direitos, não apenas um simples beneficiário do Plano Brasil Sem Miséria.

O instrumento usado nessa abordagem será conduzido de forma participativa, através de oficinas, com a garantia média 20 de participantes por evento, assegurando a participação mínima de 30% de mulheres.

Nas oficinas, fórum ou ciclo de debates da problemática local, serão abordadas questões sobre associativismo, cooperativismo, políticas públicas existentes, a segurança alimen-

tar e nutricional, e o desenvolvimento de modelos produtivos de caráter ecológicos, enfatizando a aplicabilidade de práticas alternativas de convivência com o semiárido.

Em cada um dos grupos que compõem os seis Lotes serão realizados 1.000 Dias de Campo e 1.000 Intercâmbios, assegurando-se a participação de cada família beneficiária. Para não ocorrer qualquer prejuízo com relação à participação das famílias beneficiárias, especialmente aquelas com crianças, será dirigida atenção especial a essas crianças, proporcionando atividades recreativas, acompanhadas por pessoas capacitadas, enquanto os pais participam do evento.

d) Recreação Infantil

Para efetivação das atividades recreativas para as crianças serão selecionados profissionais com formação pedagógica e experiência comprovada na área de recreação, com capacidade de desenvolver uma interação educativa com as crianças, adequada a cada faixa etária, de acordo com as orientações estabelecidas pelo MEC (2009). Esses profissionais serão selecionados sempre que possível, dentro dos próprios territórios, proporcionando uma maior interação e facilitando sua atuação na Região. O processo educativo será baseado em atividades que estimulem a realização de movimentos básicos fundamentais à criança, desenvolvidas num contexto de jogos e brincadeiras e na organização de um ambiente favorável à aprendizagem, à socialização de vivências e à construção do conhecimento. Para isso, o trabalho dos (as) educadores (as) será baseado em Projetos Pedagógicos elaborados a partir das demandas de cada faixa etária.

Com o intuito de proporcionar as condições adequadas para realização das atividades educativas serão formadas parcerias para seleção e definição de espaços disponíveis na própria comunidade como prédios de Associações Comunitárias, Igrejas, Delegacias Sindicais, e Quadras Esportivas, considerando as condições físicas, higiênicas e de segurança, adequadas ao bem estar das crianças. A utilização desses espaços proporcionará um ambiente mais familiar às crianças, já que são estruturas da própria comunidade. Por ocasião da realização das atividades, esses espaços serão dotados de água de qualidade para consumo das crianças, além de alimentação baseada em frutas e legumes, preferencialmente de produção agroecológica, priorizando alimentos da culinária local, valorizando práticas alimentares que sejam do paladar das crianças, e levando em consideração as suas necessidades nutricionais e condições de higiene adequada.

Para que as crianças possam exercer sua capacidade de criar é preciso que haja diversidade nas experiências que lhes são oferecidas, sejam as mais voltadas às brincadeiras ou às aprendizagens que ocorrem por meio de uma intervenção direta. Por isso, serão disponibilizados diversos materiais pedagógicos, adequados à cada faixa etária, apoiando os educadores na sua interação educativa, considerando que o brincar constitui uma forma privilegiada de aprender e que o ambiente lúdico é o mais adequado para envolver criativamente a criança no processo educativo. Sempre que possível serão utilizadas brincadeiras tradicionais baseadas em brincadeiras que se ouviu e aprendeu de crianças de outras gerações que além de fácil aceitação, proporciona o resgate da cultura.

Os exercícios psicomotores proporcionarão à criança a tomada de consciência do seu corpo, da lateralidade, a situar-se no espaço, e a noção de direita e de esquerda, formação de base fundamental para assegurar o desenvolvimento funcional e ajudar sua afetividade a se expandir e equilibrar-se através do intercâmbio com o ambiente humano. No início das atividades será realizada reunião informal para partilhar com as famílias sobre os projetos educativos e obter informações importantes sobre as crianças, possibilitando maior efetividade no desenvolvimento do projeto.

Para as crianças de 0 a 1 ano, serão desenvolvidas atividades que promovam o cuidado com as necessidades individuais e estabeleçam relações afetivas com as crianças. Como suporte a essas atividades serão desenvolvidas brincadeiras com músicas infantis e utilizados brinquedos emborrachados e de plástico, evitando o uso de brinquedos compostos por pequenas partes que apresentem riscos de acidentes.

Para as crianças de faixa etária de 2 a 3 anos, serão desenvolvidas atividades que contribuam para o desenvolvimento da coordenação motora, da percepção visual, auditiva, e que estimulem o diálogo e a socialização. Para isso, serão utilizados recursos pedagógicos que estimule o conhecimento das cores, a organização de idéias, a imaginação, e que proporcione as noções de lugar e ordem. O suporte pedagógico será baseado em histórias sequenciadas, modelagem, colagem, cubos ilustrados, barra de cores, figuras em série, pescarias de cores, e histórias com recursos audiovisuais.

Para as crianças de 4 a 5 anos serão desenvolvidas atividades que contribuam para o desenvolvimento da coordenação motora, da percepção tátil e visual, da criatividade e que estimulem a desinibição e a socialização através do reconhecimento das cores e formas, de quantidade e conjunto, além do estabelecimento de convenções. Os recursos pedagógicos se baseiam em jogos de trocas, correspondência de figuras, pescaria com letras, espaço geométrico, bingos de nomes, comparação de quantidade e tamanho, contação de histórias e brincadeiras tradicionais.

Para as crianças da faixa etária de 6 a 10 anos, serão desenvolvidas atividades que contribuam para a ampliação do vocabulário, da expressão oral, de gestos e expressões não verbais, além do estímulo à sensibilidade musical, ao equilíbrio emocional, ao espírito participativo, à sociabilidade e à construção da consciência ecológica. Os recursos pedagógicos se baseiam em histórias sequenciadas, jogos educativos, teatro de fantoches, baú de dramatização, bandinha de sucata, gincanas, oficinas, trilhas ecológicas, e brincadeiras tradicionais. Todas as atividades propostas para as crianças das diversas faixas etárias, serão preferencialmente baseadas em temáticas da cultura regional enfocando o semiárido, em brincadeiras tradicionais, cantigas, contos regionais e populares, e no aproveitamento e reutilização de materiais diversos como garrafas pet, sementes de árvores nativas, sucatas e outros.

As atividades culturais devem resgatar músicas do cantor Luiz Gonzaga e de outros artistas que cantam a temática do campo, valorizando a cultura sertaneja. Todo o processo educativo será desenvolvido em estreita relação com a educação ambiental, o resgate da cultura regional e a valorização dos espaços do semiárido. As crianças portadoras de

necessidades especiais serão sempre que possível inserida no convívio com as outras crianças através da socialização e em contato com a rotina das atividades desenvolvidas nos espaços de recreação.

e) Elaboração de Projetos de Estruturação Produtiva Familiar

É a fase de elaboração da programação das ações a serem executadas, ou seja, da construção do projeto de estruturação produtiva da UPF, com a facilitação das equipes de ATER, no qual deve haver conteúdo direcionado para a produção desenvolvida por mulheres e jovens. Serão privilegiadas atividades planejadas com metodologias participativas e técnicas que contemplem o protagonismo dos agricultores familiares, bem como estratégias de geração e socialização de conhecimentos e de mobilização comunitária que possibilitem a participação de agricultores e demais beneficiários da extensão rural, como agentes de desenvolvimento rural sustentável.

A metodologia utilizada deverá incorporar a realidade da juventude e o acesso às oportunidades de inovação tecnológica, estimulando a implementação de projetos que contribuam com a participação dos jovens na gestão e no acesso às políticas públicas. As informações obtidas deverão ser agrupadas por campo específico (econômico, social e ambiental). Deverão ser utilizadas as ferramentas reunião, tempestade de ideias, caminhada, árvore de problemas, painel de visualização, mapeamento participativo e diagnóstico participativo por campo de desenvolvimento.

Serão identificados os projetos possíveis de ser implementados, bem como os grupos de interesse em cada projeto, garantindo, na sua formação, a diversificação do perfil e da experiência dos participantes, a divisão de responsabilidades, a inclusão de mulheres, jovens e idosos, bem como a questão étnica. Deverão ser definidos com os grupos de interesse, os projetos a serem implementados e suas abrangências: individual, coletivo ou comunitário. Os projetos de estruturação produtiva das UPFs devem ser analisados constantemente sob o ponto de vista da viabilidade econômica, social, cultural, política e ambiental, servindo de base para negociações futuras, redirecionamento das ações e elaboração de projetos e programas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

f) Reunião e visitas de acompanhamento e orientação técnica

Evento com duração de 2 horas, que terá como objetivo debater e prestar orientação técnica acerca das atividades desenvolvidas no Projeto de Estruturação produtiva Familiar.

Serão realizadas 120.000 visitas técnicas durante o processo de execução do Projeto de Estruturação Produtiva Familiar, nas quais serão realizadas demonstrações de métodos e orientação sobre as tecnologias alternativas de convivência com o semiárido, manejo de solo e água, e práticas agroecológicas, e demais atividades planejadas no Projeto de Estruturação Produtiva Familiar para cada UPF, além da emissão de dois laudos de acompanhamentos por família beneficiadas.

g) Curso com temática a ser definida a partir do Diagnóstico

O curso terá a duração de 8 horas, com participação efetiva de 20 beneficiários, em média, com o mínimo de 30% das vagas destinadas para mulheres. A temática dos cursos será definida a partir dos dados obtidos nos Projetos de Estruturação Produtiva e Social Familiar, e devem servir para orientar sobre a utilização de tecnologias apropriadas à realidade em que a UPF se encontra, e será incluso tecnologias que atendam aos interesses e necessidade das mulheres e jovens.

Para garantir a participação das famílias, homens, mulheres e jovens, serão fornecidos alojamento (quando necessário), alimentação, transporte, material didático e atividades supervisionadas de recreação para as crianças menores de 10 anos.

Serão realizados 1.000 cursos e ao final desta atividade serão emitidos certificados de participação para todos os beneficiários (as) envolvidos.

h) Visitas técnicas para atualização do Diagnóstico

Serão realizadas e sistematizadas ao longo do período de execução 60.000 visitas técnicas as Unidades de Produção Familiar (UPF), 3 visitas por UPF, para em conjunto com a família beneficiária avaliar o desenvolvimento das atividades e ações preconizadas no Projeto de Estruturação Produtiva da Unidade Familiar, discutir e realizar os ajustes, se necessário, das atividades desenvolvidas, e o desempenho da equipe técnica.

i) Reuniões de Avaliação Intermediária

Atividade coletiva com duração de 4 horas, para avaliação da qualidade dos serviços de ATER pelos beneficiários, utilizando modelo de formulário e orientações de avaliação fornecida pelo MDA e apresentação pela ATER dos resultados alcançados pelas famílias, no primeiro ano de atividades. Cada atividade coletiva terá a participação de 20 famílias, em média, com no mínimo 30% de participação feminina.

Será assegurado fornecimento de materiais didáticos adequados, alimentação, transporte, alojamento e recreação para crianças menores de 10 anos, de forma a garantir a gratuidade, qualidade e acessibilidade à atividade, para garantir a efetiva participação das agricultoras e agricultores familiares. Neste evento será realizada a seguinte sequência de passos básicos:

1) introdução/sensibilização para visualização dos objetivos do encontro (avaliação da qualidade do serviço da Ater e apresentação dos resultados alcançados pelas famílias); ferramentas: *flip-chart*, cartolinas, dvds, impressos;

2) trabalhos em grupos: os trabalhos serão desenvolvidos a partir formulário e orientações de avaliação fornecida pelo MDA; o facilitador deverá distribuir os formulários e as orientações do MDA e explicitar os conteúdos, abrindo para perguntas do grupo e elucidação de dúvidas; ferramentas: formulários, *flip-chart*, cartolinas e folhas soltas;

3) apresentação dos resultados alcançados pelas famílias; ferramentas: exposição dialogada, *power point*, *flip-chart*, cartolinas;

4) reflexão/avaliação do evento: sobre os resultados obtidos e os processos desenvolvidos; ferramentas: debate, *flip-chart*, cartolinas;

5) definição dos próximos passos: o que tem que ser feito, responsáveis/colaboradores e quando/onde realizar; ferramentas: *flip-chart*, cartolinas.

j) Dia de Campo com temática a ser definida a partir do Diagnóstico

Atividade coletiva com duração de 4 horas. O tema será definido após análise do diagnóstico e do Projeto de Estruturação Produtiva e Social da UPF. O dia de campo é uma técnica grupal que permite uma abordagem simultânea dos aspectos teóricos e práticos que envolvem o tema central do evento. É, comumente, realizado em uma propriedade rural onde algumas práticas ou tecnologias já estejam implementadas possibilitando aos participantes sua observação, discussão e análise das questões tecnológicas, econômicas, sociais e ambientais que envolvem a adoção das práticas observadas.

Esta técnica tem como objetivo promover uma maior integração entre os participantes de várias comunidades e municípios, através da troca de experiências, oportunizando a realização de comparações, divulgação de práticas e tecnologias e eliminação de dúvidas relacionadas a determinados temas.

O dia de campo deve ser realizado de acordo com a necessidade ou oportunidade identificada pelos agricultores e extensionistas, podendo ser utilizado na área agropecuária e social.

Na organização do evento os facilitadores da Ater deverão envolver agricultores e agricultoras, parceiros, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS e colaboradores, que deverão elaborar um plano de ação do dia de campo com o objetivo de organizar melhor o trabalho e definir os papéis dos seus membros. A coordenação caberá definir o número de estações visando à melhor condição de entendimento das informações por parte das agricultoras e agricultores participantes, considerando também um local de fácil acesso, possibilitando a aplicação das práticas. As estações serão estruturadas a partir de uma sequência lógica abordando os principais aspectos ou etapas do tema proposto.

Após a realização do evento a comissão organizadora também se reunirá para realizar a sua própria avaliação sobre o Dia de Campo. Ao final do dia de campo serão realizadas avaliações confrontando os objetivos propostos com os resultados obtidos em relação ao grau de satisfação do dia de campo e aprendizagem, com 10% dos participantes, escolhido de forma aleatória, através de entrevista dirigida.

Será fornecido aos participantes material didático necessário e adequado, alimentação, transporte e alojamento, de forma a garantir a gratuidade, qualidade e acessibilidade ao evento, e para assegurar participação das famílias, homens, mulheres e jovens, serão

fornecidas atividades supervisionadas de recreação para as crianças menores de 10 anos.

k) Intercâmbio com temática a ser definida a partir do Diagnóstico

Atividade coletiva com duração de 8 horas, cujo tema será definido após análise do diagnóstico e do Projeto de Estruturação Produtiva e Social da UPF.

Serão planejadas visitas técnicas a unidades de produção familiar existentes na área de domínio dos seis Lotes, que detenham experiência bem sucedidas em diferentes fases de implementação, com atividades produtivas de mesma característica ou natureza idênticas, processo de organização e comercialização da produção.

Com essa ação serão realizados 1.000 intercâmbios com os beneficiários dos seis Lotes, com a presença média de 20 participantes por evento, garantido a participação mínima de 30% feminina em cada evento.

Por ocasião da definição do intercâmbio, os participantes serão informados dos objetivos do evento, e terão participação efetiva na programação e metodologia a ser adotada durante sua realização. O intercâmbio será finalizado com a elaboração de compromissos firmados entre participantes, e com uma avaliação sobre o evento, confrontando os objetivos inicialmente definidos e os resultados alcançados.

Para garantir a participação das famílias, homens, mulheres e jovens, serão fornecidos alojamento, quando necessário, alimentação, transporte, material didático e atividades supervisionadas de recreação para as crianças menores de 10 anos.

l) Reunião de Avaliação Final

Atividade coletiva com duração de 4 horas, onde a EMATERCE apresentará em plenária os resultados obtidos pelos beneficiários com a implementação do Projeto de Estruturação Produtiva Familiar, e os que mais impactaram positivamente na vida das famílias; ao mesmo tempo, em que os beneficiários, também, avaliarão ação extensionista, observando a qualidade do serviço de ATER, cujas informações serão registradas em formulário específico fornecido pelo MDA, e repassados aos beneficiários pela EMATERCE. Será assegurada em cada evento de avaliação a participação de 20 famílias, em média, com no mínimo 30% de participação feminina.

Será fornecido aos participantes material didático necessário e adequado, alimentação, transporte e alojamento, de forma a garantir a gratuidade, qualidade e acessibilidade ao evento, e para assegurar participação das famílias, homens, mulheres e jovens, serão fornecidas atividades supervisionadas de recreação para as crianças menores de 10 anos.

9. Produtos

PRODUTOS	2015	FONTES DE VERIFICAÇÃO
Famílias beneficiadas	19.680	Sistema de Programa e Projetos (SPP-WEB) da Ematerce

10. Metas

- Acompanhar a execução dos 19.680 projetos de estruturação produtiva da Unidade de Produção Familiar (UPF).

- Realizar 12 avaliações dos resultados alcançados possibilitando identificar as dificuldades e necessidades de mudança de estratégias, inclusive com a reorientação das ações, quando necessário.

11. Resultados Esperados

Melhoria da renda e da segurança alimentar das famílias beneficiadas, mediante a adoção das seguintes práticas:

- Desenvolvimento de sistemas de produção ecologicamente correto com a utilização sustentável dos recursos naturais;

- Adoção de práticas agrícolas alternativas, que possam dar sustentabilidade ao processo produtivo na unidade familiar inserida no semiárido;

- Acesso dos beneficiários ao crédito rural qualificado, necessário para ampliação das suas atividades e negócios, apoiado pelo serviço de ATER programado;

- Gestão da Unidade de Produção Familiar, com enfoque sistêmico e base na adequação ambiental;

- Valorização dos costumes e tradições bem como outros aspectos culturais;

- Acesso dos beneficiários as políticas voltadas para a agricultura familiar;

12. Integração de Ações

O projeto Ampliação da assistência Técnica aos Agricultores Familiares em Situação de Extrema Pobreza no Ceará interage com todos os outros Programas/Projetos executados pela SDA, com destaque para o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O referido Programa utiliza a metodologia da participação e do construtivismo, em que agricultores familiares, extensionistas e parceiros interagem em todo o processo de trabalho. A sua estratégia de trabalho está focada em cinco pilastras básicas: a organização da produção e de produtores; a promoção comercial; a viabilização da infraestrutura necessária; a gestão profissional do agronegócio; a capacitação de Extensionistas, Agentes Rurais e agricultores familiares e seus familiares; e, a apropriação por parte dos agricultores e técnicos de tecnologias sustentáveis, no âmbito da Agroecologia.

Destacam-se também outros programas da SDA que efetivamente contribuirão para potencializar os resultados deste projeto, que são o Programa Hora de Plantar-Distribuição de Sementes, o Programa Garantia Safra, os Programas de Abastecimento e Segurança Alimentar envolvendo as principais Cadeias Produtivas do Estado, o Programa de Convivência com o Semiárido na apropriação por parte dos agricultores (as) familiares de técnicas e práticas nas suas atividades de suas unidades de produção, os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que atuam na comercialização dos produtos da agricultura familiar, dentre outros.

13. Monitoramento

De modo geral, o processo de monitoramento e avaliação consiste em procedimentos de análise e acompanhamento das ações e resultados ligados ao projeto.

Tais processos, em última análise contribuem para futuras definições de redirecionamento do projeto, além de dirimir o uso de energias e recursos às ações onde não são necessários dados esforços, transferindo-os às reais prioridades do projeto, ou ainda mesmo, para confirmar se foram atingidos os objetivos anteriormente determinados.

Nesta proposta é apresentada a metodologia utilizada através de indicadores e seus descritores para o monitoramento do projeto como o todo, em um âmbito maior, e para as atividades nele inseridas. Após esta explicitação, se dará a descrição da estratégia utilizada para a Avaliação.

O monitoramento não é um fim em si, mas sim um meio para se atingir uma finalidade, ou seja, através das observações e informações coletadas é feita a avaliação para conhecimento do andamento e efeitos do projeto.

Neste contexto, faz-se necessário este processo a fim de o andamento do projeto não se divirjam dos objetivos dados na concepção do projeto.

Foram estabelecidos indicadores com base nos itens de maior amplitude decrescendo a subindicadores (descritores) para os quesitos mais facilmente "mensuráveis". Deste modo os indicadores de maiores foram divididos em:

- Indicadores de Recursos**:** Determinam o aparato financeiro, humano e logístico dentro do andamento do projeto;
- Indicadores de Produtos e Serviços**:** Consta, aqui, o acompanhamento das ATIVIDADES propriamente ditas contidas na proposta, individuais e coletivas;
- Indicadores de Efeito**:** Explicitam de forma positiva ou negativa a aceitação e andamento do projeto junto aos atores envolvidos;
- Indicadores de Impacto**:** Ligado ao grau de alcance ao objetivo superior do projeto.

O detalhamento se afunilará na escala das atividades previstas nesta proposta (Individuais e Coletivas) no intuito de promover subsídios às avaliações das técnicas adotadas, contribuindo para a continuidade ou adequação em momentos futuros no cronograma do projeto. A este afunilamento dos indicadores, os descritores (subindicadores), serão relacionados as informações calcadas em entrevistas, formulários e relatórios específicos através de processos de coleta em campo e reuniões. Os dados obtidos alimentarão o *software SPPWEB da* EMATERCE, este por sua vez será mais detalhado posteriormente.

As reuniões de Monitoramento acontecerão mensalmente com a presença dos Coordenadores Estaduais, Coordenadores do Território e Técnicos para fomento da alimentação dos dados em síntese. A observação das informações adquiridas não compatíveis com o andamento do projeto ou consideradas insuficientes servirá como padrão de alerta negativo aos parâmetros daquela atividade, fortalecendo ações estratégicas da equipe. Concomitante às Reuniões de Monitoramento, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará conta com uma equipe lotada no escritório estadual em Fortaleza que tem como objetivo básico orientar e dar suporte aos coordenadores, permitindo à empresa desenvolver o projeto de forma mais eficiente e eficaz possível, haja vista estarem a par em tempo real dos resultados colhidos em campo.

Será procedido o acompanhamento, pelo coordenador das ações desenvolvidas pelo projeto em nível de cada município, articulando-se com as assessorias técnicas dos escritórios regionais locais e do escritório central da empresa, tendo em vista, detectar pontos de estrangulamento, obstáculos e/ou outras disfunções que comprometam o alcance dos objetivos do projeto. Referido acompanhamento deve ter em vista, também, os aspectos relativos à integração e complementaridade entre as políticas públicas, que se interagem para consecução dos objetivos deste projeto.

O projeto será monitorado pelos Gestores dos Escritórios Locais, Regionais e Estadual:

Em nível local - Diariamente, o Gerente do Escritório Local apoia, acompanha, monitora, avalia e reprograma (se for o caso) os Agentes Rurais na execução dos Planos de Ação; na medida em que os resultados são auferidos os Agentes Rurais registram os dados no Sistema de Programas e Projeto (SPPWEB) da Ematerce; este sistema é totalmente in-

formatizado, com todas as unidade operativas da Ematerce interligadas em redes da Rede Governamental (RIGAV) e Cinturão Digital do Ceará (CDCe);

Em nível regional – o Gerente Regional e seus Assessores também apoiam, acompanham e monitoram os trabalhos dos Agentes Rurais, na execução dos Planos de Ações.

Em nível estadual – os Gerentes de Planejamento e Operações com seus Assessores também apoiam, assessoram, acompanham e monitoram os trabalhos dos Agentes Rurais, na execução dos Planos de Ações.

13.1 Dados Utilizados

Os dados são coletados na medida em que os Agentes Rurais desenvolvem seu trabalho junto aos agricultores familiares e registram o que se segue:

- Nº de agricultores familiares assistidos;
- Nº de beneficiários;
- Área com culturas assistidas em ha;
- Área com culturas colhidas em ha;
- Produção obtida em kg;
- Rendimento em kg/ha;
- Nº de empregos gerados
- Rebanho assistido – cabeça
- Tx. de desfrute;
- Crédito Rural ofertado (nº de projetos, valor, finalidade, agente financeiro)
- Agroindústrias rurais (nº, finalidade)
- Obras hidroambientais (barragens de contenção de sedimentos, barragens subterrâneas e construção de paliçadas),
- Revitalização de bacias hidrográficas (microbacias hidrográficas);
- Manejo/Conservação do Solo e Água (terraços de retenção, cordões de pedra, captação *in situ*, escarificação da área, plantio direto, correção do solo, adubação verde, adubação orgânica);
- Transição agroecológica (quintais produtivos, sistema agroflorestal e viveiro de produção de mudas);
- Agroindústrias (beneficiamento e processamento – leite, frutos tropicais, mandioca, mel de abelha, peixe)
- Comercialização (Compra de Alimentos p/Merenda Escolar – PNAE e Compra de Alimentos – PAA);
- Adequação Ambiental (Energia Eólica, Energia Solar, Recomposição da Mata Ciliar, Irrigação Sustentável dos Aluviões, Horosazonal, Reflorestamento, Viveiros de Produção, Destino de embalagens Contaminadas, Controle de Queimadas, Uso e Controle de Agrotóxicos,
- Agroecologia (Sistema Agroflorestal, Transição Agroecológica e Produção de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares);
- Segurança Alimentar e Nutricional (Educação Alimentar e Nutricional);
- Habitabilidade (Abastecimento Dágua, Casas, Cisternas, Destino Adequado do Lixo, Fontes Dágua e Educação Sanitária);

- Associativismo (Organização Rural, Cultura e Lazer, Etnia/Indígena, Etnia/Quilombola, Gênero/Mulheres, Juventude Rural, Capacitação (cursos, Intercâmbios, Missões Técnicas/Excursões, Seminários, Treinamentos, Oficinas e Encontros;
- Abrangência (nº de agricultores familiares assistidos sem repetição).

13.2. Cadastro dos Beneficiários

A Ematerce já dispõe no banco de dados do Programa – Sistema de Programa e Projetos (SPPWEB) de 2.254.024 Declarações de Aptidão do Produtor (DAPs), elaboradas desde o início do PRONAF no Estado do Ceará (2006). Anualmente os dados são atualizados e identificados todos os beneficiários da Ater (Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF), além da performance de cada agricultor assistido. No ano de 2013, foram validas pelo MDA/SAF/DATER, 687.780 DAPs.

14. Pressupostos de Risco

A instabilidade climática a exemplo do que ocorreu no ano de 2013, que provocou perdas consideráveis na agropecuária cearense, poderá dificultar a inclusão social e produtiva das famílias beneficiárias do PBSM.

A grande rotatividade dos Agentes de Ater decorrente de renovação e/ou de transferência entre os municípios poderá também, dificultar a qualidade da prestação de Ater as famílias beneficiárias do PBSM, e, por conseguinte, a inclusão social e produtiva dos beneficiários.

15. Orçamento 2015

(R$)

Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes (*)	Valor Total
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES	**1.091.449,81**	**540.400,00**	**1.631.849,81**
1.1 Diária			
Elemento de Despesas .....(**339014)**	-	200.000,00	200.000,00
1.2. Material de Consumo			
Elemento de Despesa .....(**339030**)	491.449,81	130.000,00	621.449,81
1.3 Serviço de Passagens e Despesas c/locomoção			

Elemento de Despesas .....(**339033)**	-	20.000,00	20.000,00
1.4 Serviço de Terceiro-Pessoa Jurídica)			
Elemento de Despesas .....(**339039**)	600.000,00	150.000,00	750.000,00
1.5 Auxílio			
Elemento de Despesas .....(**339042**)		40.400,00	40.400,00
Total	**1.091.449,81**	**540.400,00**	**1.631.849,81**

(*) MDS/MDA – R$ 40.400,00 + Tesouro Estado – R$ 500.000,00 = R$ 540.400,00

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

(R$)

Item de Despesa	Mar/15	Mai/15	Set/15	Total
Material de Consumo .....(339030)	211.449,81	140.000,00	140.000,00	491.449,81
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... (339039)	300.000,00	200.000,00	100.000,00	600.000,00
Total	**511.449,81**	**340.000,00**	**240.000,00**	**1.091.449,81**

17. Distribuição de Recursos por Município em 2015

N° de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2014)	Valor Outras Fontes (2014)	Valor Total (2014)	Pessoas
1	Baturité	Acarape	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
2	Baturité	Aracoiaba	8.873,58	4.393,50	13.267,07	659
3	Baturité	Aratuba	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
4	Baturité	Barreira	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
5	Baturité	Baturité	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
6	Baturité	Capistrano	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
7	Baturité	Itapiúna	8.873,58	4.393,50	13.267,07	659
8	Baturité	Mulungu	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
9	Baturité	Ocara	8.873,58	4.393,50	13.267,07	659
10	Baturité	Palmácia	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
11	Baturité	Redenção	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
12	Cariri - Centro Sul	Abaiara	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
13	Cariri - Centro Sul	Acopiara	17.747,15	8.786,99	6.633,54	1.318
14	Cariri - Centro Sul	Araripe	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
15	Cariri - Centro Sul	Assaré	8.873,58	4.393,50	6.633,54	659
16	Cariri - Centro Sul	Baixio	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
17	Cariri - Centro Sul	Campos Sales	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
18	Cariri - Centro Sul	Caririaçu	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
19	Cariri - Centro Sul	Cariús	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
20	Cariri - Centro Sul	Catarina	8.873,58	6.590,24	26.534,14	989
21	Cariri - Centro Sul	Cedro	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
22	Cariri - Centro Sul	Crato	8.873,58	2.196,75	13.267,07	330

23	Cariri - Centro Sul	Farias Brito	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
24	Cariri - Centro Sul	Granjeiro	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
25	Cariri - Centro Sul	Icó	4.436,79	8.786,99	6.633,54	1.318
26	Cariri - Centro Sul	Iguatu	4.436,79	4.393,50	13.267,07	659
27	Cariri - Centro Sul	Ipaumirim	8.873,58	4.393,50	19.900,61	659
28	Cariri - Centro Sul	Jardim	4.436,79	4.393,50	13.267,07	659
29	Cariri - Centro Sul	Jati	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
30	Cariri - Centro Sul	Jucás	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
31	Cariri - Centro Sul	Lavras Mangabeira	4.436,79	6.590,24	6.633,54	989
32	Cariri - Centro Sul	Mauriti	8.873,58	2.196,75	26.534,14	330
33	Cariri - Centro Sul	Milagres	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
34	Cariri - Centro Sul	Missão Velha	8.873,58	2.196,75	13.267,07	330
35	Cariri - Centro Sul	Nova Olinda	4.436,79	4.393,50	13.267,07	659
36	Cariri - Centro Sul	Orós	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
37	Cariri - Centro Sul	Penaforte	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
38	Cariri - Centro Sul	Porteiras	17.747,15	2.196,75	19.900,61	330
39	Cariri - Centro Sul	Potengi	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
40	Cariri - Centro Sul	Quixelô	8.873,58	6.590,24	6.633,54	989
41	Cariri - Centro Sul	Saboeiro	4.436,79	6.590,24	6.633,54	989
42	Cariri - Centro Sul	Salitre	4.436,79	4.393,50	13.267,07	659
43	Cariri - Centro Sul	Santana do Cariri	4.436,79	6.590,24	6.633,54	989
44	Cariri - Centro Sul	Umari	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
45	Cariri - Centro Sul	Várzea Alegre	13.310,36	6.590,24	6.633,54	989
46	Lit. Leste - Jaguaribe	Alto Santo	8.873,58	6.590,24	6.633,54	999
47	Lit. Leste - Jaguaribe	Aracati	4.436,79	2.196,75	19.900,61	330

48	Lit. Leste - Jaguaribe	Beberibe	4.436,79	4.393,50	19.900,61	659
49	Lit. Leste - Jaguaribe	Cascavel	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
50	Lit. Leste - Jaguaribe	Chorozinho	17.747,15	2.196,75	19.900,61	330
51	Lit. Leste - Jaguaribe	Ererê	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
52	Lit. Leste - Jaguaribe	Fortim	8.873,58	2.196,75	19.900,61	330
53	Lit. Leste - Jaguaribe	Icapuí	8.873,58	2.196,75	19.900,61	330
54	Lit. Leste - Jaguaribe	Iracema	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
55	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaretama	8.873,58	2.196,75	13.267,07	330
56	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaribara	13.310,36	6.590,24	6.633,54	989
57	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaribe	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
58	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaruana	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
59	Lit. Leste - Jaguaribe	Limoeiro do Norte	4.436,79	8.786,99	6.633,54	1.318
60	Lit. Leste - Jaguaribe	Morada Nova	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
61	Lit. Leste - Jaguaribe	Pacajus	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
62	Lit. Leste - Jaguaribe	Palhano	4.436,79	6.590,24	6.633,54	989
63	Lit. Leste - Jaguaribe	Pereiro	4.436,79	2.196,75	19.900,61	330
64	Lit. Leste - Jaguaribe	Potiretama	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
65	Lit. Leste - Jaguaribe	Quixeré	13.310,36	6.590,24	6.633,54	989
66	Lit. Leste - Jaguaribe	Russas	13.310,36	2.196,75	26.534,14	330
67	Lit. Leste - Jaguaribe	São João Jaguaribe	8.873,58	6.590,24	6.633,54	989
68	Lit. Leste - Jaguaribe	Tabuleiro do Norte	13.310,36	4.393,50	6.633,54	659
69	Litoral Oeste	Acaraú	4.436,79	2.196,75	19.900,61	330
70	Litoral Oeste	Apuiarés	13.310,36	2.196,75	6.633,54	330
71	Litoral Oeste	Barroquinha	13.310,36	4.393,50	6.633,54	659
72	Litoral Oeste	Bela Cruz	4.436,79	6.590,24	19.900,61	659

73	Litoral Oeste	Camocim	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
74	Litoral Oeste	Chaval	4.436,79	4.393,50	19.900,61	659
75	Litoral Oeste	Cruz	4.436,79	6.590,24	13.267,07	989
76	Litoral Oeste	Granja	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
77	Litoral Oeste	Jijoca Jericoacoara	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
78	Litoral Oeste	Marco	4.436,79	4.393,50	13.267,07	659
79	Litoral Oeste	Martinópole	8.873,58	4.393,50	19.900,61	659
80	Litoral Oeste	Miraíma	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
81	Litoral Oeste	Morrinhos	13.310,36	4.393,50	13.267,07	659
82	Litoral Oeste	Pentecoste	8.873,58	2.196,75	19.900,61	330
83	Litoral Oeste	São Gonç. Amarante	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
84	Litoral Oeste	São Luiz do Curu	17.747,15	2.196,75	6.633,54	330
85	Litoral Oeste	Tejuçuoca	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
86	Litoral Oeste	Umirim	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
87	Litoral Oeste	Uruburetama	13.310,36	4.393,50	6.633,54	659
88	Litoral Oeste	Uruoca	4.436,79	4.393,50	13.267,07	330
89	Metrop. de Fortaleza	Caucaia	4.436,79	6.590,24	6.633,54	989
90	Metrop de Fortaleza	Maranguape	13.310,36	4.393,50	13.267,07	659
91	Sertões Inhamuns	Aiuaba	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
92	Sertões Inhamuns	Ararendá	13.310,36	2.196,75	6.633,54	330
93	Sertões Inhamuns	Catunda	8.873,58	4.393,50	6.633,54	659
94	Sertões Inhamuns	Crateús	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
95	Sertões Inhamuns	Independência	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
96	Sertões Inhamuns	Ipaporanga	8.873,58	4.393,50	19.900,61	659
97	Sertões Inhamuns	Ipueiras	13.310,36	2.196,75	13.267,07	330

98	Sertões Inhamuns	Nova Russas	4.436,79	4.393,50	13.267,07	659
99	Sertões Inhamuns	Novo Oriente	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
100	Sertões Inhamuns	Parambu	13.310,36	2.196,75	13.267,07	330
101	Sertões Inhamuns	Poranga	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
102	Sertões Inhamuns	Quiterianópolis	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
103	Sertões Inhamuns	Tamboril	8.873,58	2.196,75	13.267,07	330
104	Sertões Inhamuns	Tauá	8.873,58	4.393,50	6.633,54	659
105	Sertão Central	Banabuiú	4.436,79	4.393,50	13.267,07	659
106	Sertão Central	Boa Viagem	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
107	Sertão Central	Canindé	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
108	Sertão Central	Caridade	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
109	Sertão Central	Choró	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
110	Sertão Central	Dep. Irapuan Pinheiro	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
111	Sertão Central	General Sampaio	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
112	Sertão Central	Ibaretama	8.873,58	2.196,75	13.267,07	330
113	Sertão Central	Ibicuitinga	8.873,58	4.393,50	6.633,54	659
114	Sertão Central	Itatira	13.310,36	2.196,75	6.633,54	330
115	Sertão Central	Madalena	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
116	Sertão Central	Milhã	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
117	Sertão Central	Paramoti	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
118	Sertão Central	Piquet Carneiro	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
119	Sertão Central	Santa Quitéria	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
120	Sertão Central	Senador Pompeu	4.436,79	2.196,75	13.267,07	330
121	Sertão Central	Solonópole	8.873,58	4.393,50	6.633,54	659
122	Sobral - Ibiapina	Alcântaras	4.436,79	6.590,24	6.633,54	989

123	Sobral - Ibiapina	Cariré	8.873,58	4.393,50	6.633,54	659
124	Sobral - Ibiapina	Carnaubal	4.436,79	6.590,24	13.267,07	989
125	Sobral - Ibiapina	Coreaú	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
126	Sobral - Ibiapina	Croatá	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
127	Sobral - Ibiapina	Forquilha	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
128	Sobral - Ibiapina	Frecheirinha	4.436,79	6.590,24	13.267,07	989
129	Sobral - Ibiapina	Graça	8.873,58	6.590,24	19.900,61	989
130	Sobral - Ibiapina	Guaraciaba do Norte	8.873,58	6.590,24	13.267,07	989
131	Sobral - Ibiapina	Hidrolândia	4.436,79	2.196,75	19.900,61	330
132	Sobral - Ibiapina	Ibiapina	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
133	Sobral - Ibiapina	Ipu	4.436,79	4.393,50	13.267,07	659
134	Sobral - Ibiapina	Irauçuba	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
135	Sobral - Ibiapina	Massapê	4.436,79	2.196,75	19.900,61	330
136	Sobral - Ibiapina	Meruoca	4.436,79	2.196,75	19.900,61	330
137	Sobral - Ibiapina	Moraújo	4.436,79	2.196,75	19.900,61	330
138	Sobral - Ibiapina	Mucambo	8.873,58	2.196,75	6.633,54	330
139	Sobral - Ibiapina	Pacujá	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
140	Sobral - Ibiapina	Pires Ferreira	4.436,79	6.590,24	13.267,07	989
141	Sobral - Ibiapina	Reriutaba	4.436,79	4.393,50	13.267,07	659
142	Sobral - Ibiapina	Santana do Acaraú	8.873,58	6.590,24	6.633,54	989
143	Sobral - Ibiapina	São Benedito	4.436,79	2.196,75	6.633,54	330
144	Sobral - Ibiapina	Senador Sá	4.436,79	4.393,50	6.633,54	659
145	Sobral - Ibiapina	Sobral	4.436,79	6.590,24	6.633,54	989
146	Sobral - Ibiapina	Tianguá	8.873,58	4.393,50	6.633,54	659
147	Sobral - Ibiapina	Ubajara	13.310,36	2.196,75	19.900,61	330

148	Sobral - Ibiapina	Varjota	8.873,58	8.786,99	13.267,07	1.318
149	Sobral - Ibiapina	Viçosa do Ceará	13.310,36	2.196,75	19.900,61	330
Total			**1.091.449,81**	**540.400,00**	**1.631.849,81**	**80.459**

OBS: (*) Considera-se 4,12 pessoas por agricultor beneficiado

18. Responsável pelo Projeto

a) Elaboração do Projeto

Coordenadoria/Gerência	Gerência de Programa e Projetos (Gepro)
Técnico	Antônio Tarciso Coelho Pinto
E-mail	tarciso.pinto@ematerce.ce.gov.br
Fone	(85) 8727 4646/9922 2222/3101 2426

b) Execução do Projeto

Coordenadoria/Gerência	Gerência de Apoio Técnico (Geate)
Técnico	Sidônio Fragoso Vieira
E-mail	sidonio.vieira@ematerce.ce.gov.br
Fone	(88) 9679 8251/8813 8609/3217 7868

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

PROJETO: Fortalecimento das Ações de ATER no Estado do Ceará

Janeiro/2015

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	028 - Desenvolvimento Agropecuário
Mapp (Nº e Denominação)	183 - Convênio com o Instituto Agropolos para Supervisão de Assistência Técnica Rural - ATER
Período de Execução (em 2015)	Janeiro a Dezembro
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

1. Descrição do Projeto

A política para a área do desenvolvimento agrário tem como prioridade a promoção do desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ênfase nos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social.

O projeto Fortalecimento das Ações de ATER no Estado do Ceará contribui para essa política buscando assegurar a seus beneficiários as condições de acesso aos projetos, programas e políticas de desenvolvimento agrário. O referido projeto destina-se viabilizar a supervisão da prestação da Assistência Técnica e Extensão Rural aos agricultores familiares e suas organizações.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012 / 2015 o projeto se insere na área temática Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária; Programa Desenvolvimento Agropecuário, e contribui para o alcance do Objetivo 005 – Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nas cadeias produtivas (agrícolas e não-agrícolas) da agropecuária cearense com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar; Meta 00644 - Atender a 239.057 agricultores familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícolas; Iniciativa 04744 - Apoio à produção e comercialização agropecuária.

Na matriz de Gestão por Resultados do Governo do Estado, o projeto contribui para o alcance do resultado setorial Agricultura Familiar Fortalecida Sustentável e suas realizações são acompanhadas para o indicador Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio.

3. Diagnóstico

A política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) foi construída em parceria com as organizações governamentais e não governamentais de Ater e a sociedade civil organizada e instituída pelo Governo Federal em 2003.

Essa política pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e

de novos postos de trabalho, a agroindustrialização e outras formas de agregação de renda à produção primária, assim como o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas.

No Ceará, a estratégia territorial tomou maior corpo a partir de 2007, momento em que a Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA começa a coordenar este processo em parceria com o MDA. Em 2008 o Governo Federal lança o Programa Territórios da Cidadania tendo como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A concepção do programa permite combinar financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a expansão da assistência técnica para os produtores familiares. No Programa Territórios da Cidadania, Estado e sociedade planejam e gerem as políticas públicas conjuntamente.

Em 2009 o estabelecimento do Pacto Social pela Territorialização do Ceará foi instituído pelas organizações locais e referendados pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDR em 13 (treze) territórios. Deste conjunto, sete são coordenados pelo Governo Federal, sendo 6 (seis) inseridos no Programa Territórios da Cidadania (Inhamuns Crateús, Sertão Central, Vales do Curu e Aracatiaçu, Sertões de Canindé, Cariri e Sobral) e 1 integrante do Pronat (Maciço de Baturité). Os demais contam com apoio direto da SDA em parceria com o Governo Federal (Litoral Extremo Oeste, Metropolitano/José de Alencar, Centro Sul e Vale do Salgado, Chapada da Ibiapaba, Litoral Leste e Vale do Jaguaribe).

O projeto Fortalecimento das Ações de ATER no Estado do Ceará promove ações continuadas em 71 municípios distribuídos no Estado do Ceará. Esse fortalecimento é proporcionado pela ação dos agentes de ATER - Agentes Rurais, que buscam inserir os agricultores familiares nos diversos projetos e programas da SDA visando o desenvolvimento agrário do Estado.

Segundo estudo do IPECE, baseado em informações da EMATERCE, “o déficit de servidores responsáveis pela Assistência Técnica tem apresentado as seguintes tendências: a descontinuidade da oferta com insuficiente qualidade e quantidade dos serviços de ATER; promoção do desenvolvimento econômico sem equidade, solidariedade e dimensão ambiental; comprometimento da qualidade e do aumento da produção agropecuária, com ênfase à produção de alimentos básicos; menor participação da ATER nos processos de geração de tecnologias e inovações organizacionais em relação às instituições de ensino e pesquisa; inacessibilidade dos agricultores familiares a políticas agrícolas; perda de competitividade e sustentabilidade da agricultura familiar; aceleração da degradação ambiental nas áreas agrícolas; fragilidade das políticas de segurança alimentar e sanidade animal e vegetal; desaceleração e insustentabilidade da reforma agrária; promoção do êxodo dos jovens rurais comprometendo o processo de sucessão; promoção do endividamento pela tomada do crédito sem a ATER; e redução da renda e do emprego promovendo a pobreza rural (EMATERCE, 2007).

Conforme o IBGE, no Censo Agropecuário de 2006, o Ceará possuía 381.014 estabelecimentos, sendo deste total 341.510 (90%) familiares. Os estabelecimentos familiares ocupavam uma área de 3.429.848 há (44%), de um total de 7.992.214 ha recenseados.

O pessoal ocupado na agricultura familiar forma um contingente de 969.001 pessoas correspondendo a 84% do total de 1.145.985 habitantes recenseados no campo.

4. Justificativa

A agricultura familiar é responsável pela produção de cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos cearenses, por 90,2% dos estabelecimentos rurais na agricultura e por 6,02% do PIB cearense.

Atualmente a Política Nacional de Assistência Técnica e a Extensão Rural – PNATER, orienta os serviços de ATER a uma nova concepção de atendimento ao agricultor familiar. A visão simplesmente técnica dá lugar ao olhar mais amplo da vida do agricultor e de sua família. A busca pela cidadania, inclusão social e o respeito a suas crenças e ao saber empírico são fundamentais nesta nova forma de interação dos técnicos com o homem do campo.

A melhoria das condições de trabalho e renda dos agricultores familiares que não tem acesso aos serviços de ATER nos municípios do Estado do Ceará passa fundamentalmente pela ampliação destes serviços, que tem como objetivo proporcionar maiores ganhos provenientes do aumento da produção e produtividade da agricultura familiar.

Espera-se, com isto, contribuir para mudar o quadro dos setores da economia nesses municípios, principalmente o da agropecuária, proporcionando mais oferta de emprego e renda no meio rural, sem agredir o meio ambiente, melhorando positivamente as condições de vidas dos agricultores cearenses e tendo como consequência, a promoção do desenvolvimento rural sustentável daqueles municípios. O Governo do Estado por meio da SDA e utilizando recursos do FECOP, é responsável pela contratação dos técnicos que irão prestar os serviços de ATER.

5. Histórico

O projeto Fortalecimento das Ações de Ater nos Territórios Rurais do Estado do Ceará iniciou suas atividades no ano de 2009 através da contratação de técnicos de nível superior com o objetivo de fortalecer as atividades de supervisão de ATER propiciada por um corpo técnico qualificado que melhorasse a execução dos projetos da SDA desde seu início contou com a provisão de recursos provenientes do FECOP.

Em 2014, o projeto assistiu tecnicamente e gerencialmente um total de 9.514 agricultores familiares em 48 municípios cearenses através da prestação de serviços de supervisão de ATER dos técnicos contratados. O referido projeto tem complementariedade com o **Projeto "Ampliação de Ater nos Municípios do Território da Cidadania no Estado do Ceará"** (MAPP 240 - Ampliação dos serviços de ATER nos territórios da cidadania - Convênio MDA/SAF 717263/2009).

O projeto disponibilizado será utilizado para pagamento de técnicos lotados no Contrato de Gestão firmado com o Instituto Agropolos cujo objetivo é a supervisão dos serviços de ATER realizado através dos diversos projetos e programas da SDA e EMATERCE.

Para ilustrar o exposto e facilitar agregações usar o modelo de tabela abaixo:

Ano	Valor FECOP (R$)	Valor Outras Fontes (R$)	Valor Total Aplicado (R$)	Nº de Beneficiários
2007				
2008				
2009	1.967.554,00		1.967.554,00	29.400
2010	4.950.000,00		4.950.000,00	5.000
2011	5.172.750,00		5.172.750,00	10.000
2012	5.423.467,50		5.423.467,50	10.000
2013	5.702.000,00		5.702.000,00	10.500
2014	5.477.261,15		5.477.261,15	9.514
TOTAL	**28.693.032,65**		**28.693.032,65**	**74.414**

6. Público Alvo

Agricultores (as) familiares

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

Caracteriza-se como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos:

• Não detenha, a qualquer título, área maior dos 4 módulos fiscais;
• Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
• Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder executivo;
• Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

7. Objetivos

Geral

Promover a elevação da produção e da produtividade de agricultores familiares, residentes em 71 municípios do Estado do Ceará.

Específico

- Orientar para o acesso e participação em programas e projetos governamentais;
- Proporcionar orientações técnicas para a produção;
- Orientar nos aspectos gerenciais e organizacionais.

8. Atividades /Detalhamento das Atividades

a) Planejamento / programação

O trabalho de Ater inicia-se com a divulgação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar e a identificação das necessidades, potencialidades e problemas do público a ser beneficiado pelo projeto. Para tanto, será utilizada a ferramenta DRP – Diagnóstico Rural Participativo. Os resultados obtidos são posteriormente priorizados pelos agricultores e sistematizados em um Plano de Ação da Comunidade (PAC). Cada agente de campo trabalhará em média com 06 a 10 PACs. O somatório dos PACs constituirá na programação de 2015 a qual é consolidada através do registro dos dados no SPPWEB, gerando os Contratos de Resultados do Município, do Escritório, da Região Administrativa da Ematerce e do Estado.

b) Supervisionar as ações de Ater na implantação dos projetos Mapp da SDA.

A formação dos Agentes de ATER (Agentes Rurais e Extensionistas) será feita durante as visitas as comunidades rurais, e estes, por sua vez, capacitarão os agricultores familiares assistidos. Neste processo serão assessorados pelos técnicos lotados nos Escritórios Regionais e Estaduais, com vistas à profissionalização dos mesmos e à geração de emprego e renda no meio rural.

A atividade de supervisão de ATER junto aos agricultores familiares é realizada em conjunto com a EMATERCE, onde os técnicos são alocados nos 71 municípios constantes dos seis territórios da cidadania e são responsáveis pela supervisão dos agentes rurais. As atividades de acompanhamento são realizadas através de relatório de trimestrais de visita de campo.

9. Produtos

Produtos	2015	Fontes de Verificação (*)
Agricultores familiares assistidos	4.500	Relatórios de acompanhamento trimestral

10. Metas

- Assistir tecnicamente e gerencialmente 4.500 agricultores familiares em 71 municípios.

11. Resultados Esperados

Aumento da ocupação e melhoria da renda dos produtores (as) familiares assistidos nos municípios beneficiados.

12. Integração de Ações

O projeto será realizado em conjunto pela SDA, EMATERCE e Instituto Agropolos, no sentido de que haja a integração e apropriação, por parte dos agricultores familiares, das políticas públicas do Governo Estadual, em consonância com os programas Federais e Municipais, capazes de contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável dos municípios cearenses da área de atuação deste Projeto.

Com relação ao potencial de complementaridade deste projeto com outros projetos da SDA é de se esperar que ocorram interseções com muitos outros projetos como o Programa de Crédito Rural do PRONAF, o Garantia Safra, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o de Distribuição de Sementes e Mudas, Programa de Aquisição e distribuição de leite, Práticas Agrícolas, os PAIS entre outros.

13. Monitoramento

O monitoramento deste projeto será realizado conjuntamente pelas Coordenadorias da SDA, EMATERCE e Instituto Agropolos, uma vez que as ações de supervisão de ATER estão relacionadas aos projetos desenvolvidos por estas unidades administrativas.

O monitoramento será feito mediante acompanhamento de campo e registro de dados dos resultados alcançados pelos supervisores de ATER, utilizando o Sistema de Programas e Projetos (SPPWEB), HPNET, Biodiesel, entre outros, para monitorar a inserção dos agricultores nos projetos da SDA através de relatórios trimestrais. O Instituto Agropolos elaborará relatórios trimestrais evidenciando as ações realizadas pelos técnicos.

13.1 Dados Utilizados

A coleta de dados deste projeto será realizada trimestralmente através de entrega de relatórios de acompanhamento para mensuração dos resultados e inseridos no sistema de monitoramento do projeto, onde pode ser visualizada a quantidade de agricultores inseridos nos projetos da SDA. O Instituto Agropolos confeccionará relatórios trimestrais de acompanhamento, evidenciando as ações realizadas pelos supervisores.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

A Ematerce dispõe no banco de dados do Programa – Sistema de Programa e Projetos (SPPWEB) de Declarações de Aptidão do Produtor (DAPs). Anualmente os dados são

atualizados e identificados todos os beneficiários da Ater (Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF), além da performance de cada agricultor assistido.

14. Pressupostos de Risco

Para a efetiva concretização deste projeto é fundamental a seleção e capacitação dos técnicos envolvidos. O processo para a efetivação da seleção e capacitação é realizado com a parceria da EMATERCE e Instituto Agropolos. Outro pressuposto influenciador para o não andamento desejado do projeto está relacionado a fatores climáticos. Ou seja, no período de longa estiagem há uma diminuição considerável na produção, e consequentemente irá reduzir também a quantidade de produtores assistidos pelo serviço de ATER.

15. Orçamento

(R$1,00)

Detalhamento	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes (2015)	Valor Total (2015)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (335039)	**4.500.000,00**		**4.500.000,00**
TOTAL	**4.500.000,00**		**4.500.000,00**

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP (R$1,00)

Item de Despesa	Fev	Mai	Ago	Dez	Total
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (335039)	1.500.000	1.500.000	1.500.000		**4.500.000,00**
Total	**1.500.000**	**1.500.000**	**1.500.000**		**4.500.000,00**

17. Distribuição de Recursos por Município em 2015 (R$ 1,00)

N° de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes (2015)	Pessoas Beneficiadas
1	REGIÃO 01 METROPOLITANA	São Gonçalo do Amarante	63.380,28		50
		TOTAL R01	**63.380,28**		**50**
2	REGIÃO 02 LITORAL OESTE	Amontada	63.380,28		55
3		Itapajé	63.380,28		55
4		Itapipoca	63.380,28		115
5		Itarema	63.380,28		55
6		Paraipaba	63.380,28		55
7		Pentecoste	63.380,28		55
8		Trairi	63.380,28		55
9		Umirim	63.380,28		55
		TOTAL R02	**507.042,25**		**500**
10	REGIÃO 03 SOBRAL IBIAPABA	Alcântaras	63.380,28		55
11		Cariré	63.380,28		55
12		Coreaú	63.380,28		55
13		Graça	63.380,28		55
14		Hidrolândia	63.380,28		55
15		Ipú	63.380,28		55
16		Irauçuba	63.380,28		55
17		Massapê	63.380,28		55
18		Meruoca	63.380,28		55
19		Mucambo	63.380,28		55
20		Reriutaba	63.380,28		55
21		Santana do Acaraú	63.380,28		55
22		Sobral	63.380,28		110

		TOTAL R03	**823.943,66**		**770**
23	**REGIÃO 04** **SERTÃO DOS INHAMUNS**	Aiuaba	63.380,28		55
24		Ararendá	63.380,28		55
25		Crateús	63.380,28		110
26		Independência	63.380,28		110
27		Ipueiras	63.380,28		55
28		Monsenhor Tabosa	63.380,28		55
29		Nova Russas	63.380,28		55
30		Novo Oriente	63.380,28		110
31		Parambu	63.380,28		110
32		Quiterianópolis	63.380,28		110
33		Tamboril	63.380,28		55
34		Tauá	63.380,28		115
		TOTAL R04	**760.563,38**		**995**
35	**REGIÃO 05** **SERTÃO CENTRAL**	Banabuiú	63.380,28		55
36		Boa Viagem	63.380,28		55
37		Canindé	63.380,28		110
38	**REGIÃO 05** **SERTÃO CENTRAL**	Choró	63.380,28		55
39		Dep.Irapuan Pinheiro	63.380,28		55
40		Itatira	63.380,28		55
41		Madalena	63.380,28		55
42		Milhã	63.380,28		55
43		Mombaça	63.380,28		55
44		Pedra Branca	63.380,28		55
45		Piquet Carneiro	63.380,28		55
46		Quixadá	63.380,28		110
47		Quixeramobim	63.380,28		55

48		Santa Quitéria	63.380,28		55
49		Senador Pompeu	63.380,28		55
50		Solonópole	63.380,28		55
		TOTAL R05	**1.014.084,51**		**990**
51	**REGIÃO 08 CARIRI/CENTRO SUL**	Araripe	63.380,28		55
52		Assaré	63.380,28		55
53		Aurora	63.380,28		55
54		Barbalha	63.380,28		55
55		Barro	63.380,28		55
56		Brejo Santo	63.380,28		55
57		Campos Sales	63.380,28		55
58		Caririaçu	63.380,28		55
59		Crato	63.380,28		65
60		Farias Brito	63.380,28		55
61		Jardim	63.380,28		55
62		Juazeiro do Norte	63.380,28		85
63		Mauriti	63.380,28		55
64		Milagres	63.380,28		55
65		Missão Velha	63.380,28		55
66		Porteiras	63.380,28		55
67		Potengi	63.380,28		55
68		Salitre	63.380,28		55
69		Santana do Cariri	63.380,28		55
70		Tarrafas	63.380,28		55
71		Várzea Alegre	63.380,28		55
TOTAL R08			**1.330.985,92**		**1.195**
TOTAL GERAL			**4.500.000,00**		**4.500**

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	ASEST
Técnico	Maria Enésia da Silva Neta
E-mail	enesia.neta@sda.ce.gov.br
Fone	85 3101.8041 / 85 8109-2246

ANEXO 1

Marco Lógico
(ATER - Mapps 5, 50 e 183)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Melhoria da convivência com o semiárido. Redução de perda de safra. Melhoria da qualidade de vida.	Número de AFA que adotam práticas de convivência com o semiárido Percentual de perdas de safra dos agricultores assistidos em relação às perdas dos agricultores do Estado. Número de AFA beneficiados por políticas públicas em habitação, acesso à água e saneamento básico.	Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPP-WEB). IBGE Pesquisa primária.	Instabilidades climáticas severas e consecutivas. Disponibilidade inoportuna das políticas públicas de crédito rural. Alta rotatividade dos agentes rurais.
Resultados	Sistemas de produção modificados e mais resistentes às vulnerabilidades ambientais (clima e solo). Ampliação e diversificação das atividades agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores familiares assistidos. Melhoria da produtividade da agropecuária dos agricultores familiares assistidos.	Número de obras hidroambientais realizadas. Número de AFAs que ampliaram e diversificaram as atividades agropecuárias Relação da produtividade das atividades dos AFAs em relação à média do Estado	Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPP-WEB). IBGE Pesquisa primária.	Instabilidades climáticas severas e consecutivas. Baixo índice de apropriação do conhecimento por conta da baixa escolaridade dos agricultores familiares. Inexistência e/ou in-

	Organização da produção/comercialização agropecuária dos AFAs Produtos comercializados com agregação de valor.	Número de organizações formais e informais assistidas Número de agroindústrias rurais assistidas.		formalidade da posse da terra por parte dos agricultores assistidos. Alta rotatividade dos Agentes Rurais
Produtos	Serviço de ATER Agentes de ATER qualificados para assistir os Agricultores Familiares. Agricultores familiares assistidos e qualificados para a convivência com o Semiárido. Planos de Ação da Comunidade elaborados de forma participativa.	Número de agricultores familiares beneficiados com ATER. Número de Agentes de ATER qualificados. Número de Planos elaborados.	Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB).	Recursos humanos e financeiros insuficientes para prestação de ATER.
Atividades	Seleção de Agentes Rurais Concessão de bolsas para os Agentes Rurais Capacitação dos Agentes Rurais Seleção das comunidades a serem trabalhadas em nível de município. Elaboração da programação (DRP, PAC e Contrato de Resultados).	Número de Agentes Rurais Selecionados. Número de bolsas concedidas. Número de comunidades trabalhadas. Número de programações realizadas (DRPs, PACs e Contratos de Resultado).	Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB).	Descontinuidade na prestação de ATER aos Agricultores Familiares em decorrência da rotatividade dos Agentes Rurais.

	Execução da programação: ❖ Prestação de ATER utilizando metodologias participativas através de: ✓Visitas, ✓Reuniões, ✓Cursos, ✓Treinamentos, ✓Excursões, ✓Intercâmbios, ✓Seminários, ✓Encontros, ✓Simpósios, ✓Dias de campo ✓ ❖ Acompanhamento, monitoramento e avaliação.	Número de acompanhamentos realizados. Número de monitoramentos realizados. Número de visitas realizadas. Número de reuniões realizadas. Número de cursos realizados. Número de treinamentos realizados. Número de excursões realizadas. Número de intercâmbios realizados. Número de seminários realizados. Número de encontros realizados. Número de simpósios realizados. Número de dias de campo trabalhados.		
Insumos	Recursos financeiros apropriados pelo FECOP. Utilização da estrutura operacional (técnicos, veículos, maquinas agrícolas, equipamentos de informática, estrutura física dos Escritórios (Central, Regionais e Locais) e Centros de Treinamentos).	Volume de recursos aportados pelo FECOP	Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB). Sistema de acompanhamento e monitoramento do Estado (WebMapp).	Escassez de recursos financeiros e operacionais.

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

PROJETO: Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA)

Janeiro/2015

Secretaria (Proponente	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	029 – Enfrentamento a Pobreza Rural
Mapp (Nº e Denominação)	112 – Programa de Aquisição de Alimentos.
Período de Execução (em 2015	Jan a Dez
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural Assistencial – Segurança Alimentar e Nutricional

1. Descrição do Projeto

O projeto **Aquisição de Alimentos** constitui-se na execução no âmbito do Estado do Ceará do **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** coordenado no nível federal pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desse objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e aquelas atendidas pela rede sócio assistencial local, pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (cozinhas comunitárias, restaurantes populares e banco de alimentos) e da rede pública e filantrópica de ensino. Para o alcance de todos os objetivos a que se propõe, o PAA é desenvolvido em cinco modalidades diferentes: Compra com doação simultânea, Compra Direta, Formação de Estoques, PAA Leite e Compra Institucional o tem por diretrizes principais colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012/2015 o projeto inclui-se no âmbito do Programa 029 - Enfrentamento a Pobreza Rural, contribuindo para o alcance do Objetivo 001 – Adquirir produtos dos agricultores (as) familiares cearenses para distribuí-los às famílias em condições de insegurança alimentar e nutricional e/ou vulnerabilidade social, contribuindo para o combate à fome e a pobreza rural; Metas 00776 – Beneficiar 107.730 pessoas com distribuição de alimentos; 00777 – Beneficiar 8.268 agricultores (as) familiares com a aquisição de sua produção; 00779 – Ampliar para 99 municípios a cobertura do PAA, nos 6 (seis) territórios da cidadania e CONSAD; 00781- Distribuir para 1788 entidades sócio assistenciais locais alimentos produzidos pela agricultura familiar; Iniciativa 00919 – Aquisição e distribuição de alimentos no âmbito de PAA.

Na matriz de Gestão por Resultados, o projeto colabora para o alcance do resultado setorial Agricultura Familiar Fortalecida e Sustentável, promovendo ações que colaboram para a garantia da cidadania e geração de renda.

3. Diagnóstico

Um dos principais problemas do Brasil é a desigualdade social. O Governo Federal identificou 16,27 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza o que representa 8,5% da população brasileira, dos quais 53% encontra-se em áreas urbanas e 47% em áreas rurais. Isso significa que de cada 10 (dez) brasileiros, 01 (um) se encontra em situação de extrema pobreza. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de acordo com o Censo 2010, para orientar programas de transferência de renda, acesso aos serviços públicos e inclusão produtiva direcionada a resgatar os brasileiros da miséria.

De acordo com este instituto, do contingente de brasileiros que vivem em situação de extrema pobreza, 4,8 milhões têm renda nominal mensal domiciliar igual a zero, e 11,43 milhões possuem renda de R$1,00 a R$70,00. A grande maioria dos brasileiros nessa situação é parda ou negra.

Dentre as regiões do Brasil, a região Nordeste apresenta o maior índice de pessoas extremamente pobres – 9,61 milhões de pessoas, o que equivale a 59,1% estão concentrados na Região Nordeste.

Levantamento realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social - MDS (2005), em parceria com estados, municípios, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e universidades, constatou a redução na desnutrição infantil no semiárido cearense. O índice, que era de 17,9% em 1996, caiu para 8,6% em 2005. Embora com redução significativa, consequência da implantação de vários programas e projetos sociais, os números absolutos ainda são preocupantes e exigem ações consistentes para sua erradicação.

O Ceará segundo o ENFOQUE ECONÔMICO Nº 50 de Outubro de 2012 do IPECE, compartilha com diversos outros estados brasileiros, especialmente do Nordeste, grandes desafios em reduzir seus contingentes de pobres e miseráveis. Entretanto, já é bem documentado na literatura nacional os avanços conseguidos na última década tanto no que se refere a redução da pobreza como da desigualdade social na distribuição de renda. De forma a possibilitar maior avanço nessa área, em meados de 2011, foi lançado pelo governo federal o Plano Brasil Sem Miséria que estabeleceu como meta central a extinção da taxa da extrema pobreza no Brasil. O objetivo é promover bem-estar, elevar a renda e garantir condições para as pessoas e famílias mais vulneráveis, cuja renda familiar per capita fosse menor que R$ 70,00 por mês. Nesse sentido, essa nota procura quantificar para todos os estados brasileiros a magnitude da redução considerando o período 2006 a 2011, este último divulgado recentemente pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE.

Podemos evidenciar que em 2006, o Ceará possuía 1.211.982 pessoas nessa condição, representando 15% de sua população, sendo a quarta maior proporção do país. Deve-se observar que naquele ano, a condição de extrema pobreza era dada pela renda domiciliar per capita inferior a R$57,23. Destaque positivo observa-se para Santa Catarina (1,06%), São Paulo (2,22%) e Rio de Janeiro (2,36%), para citar os três estados com menores proporções. Entretanto, quando se observa o ano de 2011, o Ceará teve uma redução de quase 5 pontos percentuais, caindo a proporção para

10,14% de sua população, representando agora 858.323 pessoas. Isso equivale uma redução de 353.659 pessoas. Esse contingente se configura na maior redução verificada entre todos os estados brasileiros nesse período. Seguido do Ceará, vem os estados do Piauí, com uma redução de 297.549 pessoas e Bahia, com 278.151. Devemos ressaltar ainda que em termos proporcionais continuamos com o quarto maior índice do país, mas é importante observar que partimos com o terceiro maior contingente do país, o que exige evidentemente um esforço muito maior dado a necessidade de renda a ser gerada. É de se considerar também que essas reduções não foram influenciadas ainda pelo Plano Brasil Sem Miséria haja vista as políticas anunciadas não tiveram tempo de se consumar em função dos dados da PNAD terem sido coletados em setembro de 2011.

Em termos gerais, a redução da extrema pobreza verificado no Estado pode ser explicada em parte por um conjunto de fatores que aliam tanto o crescimento do PIB do Ceará, acima da média nacional, assim como o processo de redução da desigualdade na distribuição dos rendimentos que vem ocorrendo na última década, chegando o Ceará a apresentar o nível mais baixo em 2011 nos últimos 30 anos.

4. Justificativa

O projeto proposto dá continuidade às ações do Programa Fome Zero no Ceará, que ao longo dos anos vem contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, gerando emprego e renda no campo, e adquirindo e doando os produtos dos agricultores (as) familiares e atendendo as demandas de suplementação alimentar de programas sociais locais, com vistas à superação da vulnerabilidade social e alimentar das pessoas em insegurança alimentar e nutricional.

Do ponto de vista da agricultura familiar, podemos afirmar que o projeto é fundamental para o seu fortalecimento, através da garantia de venda a preço justo da sua produção, bem como regionalizando e melhorando a alimentação das pessoas que participam de programas sociais, assistidos por entidades sócio assistenciais locais carentes de recursos no Estado do Ceará.

A continuidade do referido projeto, proporcionará o atendimento a um número cada vez maior de famílias em extrema pobreza, ampliando a oportunidade de emprego e renda ao homem do campo, contribuindo na melhoria social da população da zona rural.

5. Histórico

O Programa de Aquisição de Alimentos- PAA teve início no Estado do Ceará no ano de 2008, sendo executado através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário com interveniência da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará bem como da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, tendo como estratégia fomentar o desenvolvimento rural a partir da dinâmica territorial através de ações voltadas ao apoio à produção, beneficiamento e justa comercialização e inclusão social; democratização do acesso à terra e gestão.

Teve inicialmente, como área de abrangência, os (4) quatro territórios da cidadania (Inhamuns/Crateús, Vale do Curu e Aracatiaçu, Sertão Central, Cariri) e (Maciço de

Baturité), atendendo 50 municípios, 978 agricultores (as) familiares, 200 entidades sócio assistenciais locais, 19.979 pessoas e distribuindo 2.000 toneladas de alimentos.

Em 2011, houve ampliação da área de abrangência, passando a atender aos 6 (seis) territórios da cidadania (Inhamuns/Crateús, Vale do Curu e Aracatiaçu, Sertão Central, Cariri, Sertões de Canindé e Sobral) e o CONSAD (Maciço de Baturité), adquirindo 3.717 toneladas de alimentos de 2.756 agricultores (as) familiares e doá-las a 596 entidades sócio assistenciais locais e equipamentos públicos que beneficiarão 35.910 pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Em 2013, passou a contar com recursos do FECOP. Foram beneficiados 2.225 agricultores familiares e 568 entidades receberam os produtos beneficiando 124.704 pessoas.

Em 2014, foi concedido recursos pelo FECOP, onde foram beneficiados 1867 agricultores familiares e 780 entidades sócioassistenciais locais receberam os produtos beneficiando 124.998 pessoas.

A inclusão dos demais territórios ao Programa aconteceu em função da demanda dos municípios junto a Secretaria do Desenvolvimento Agrário- SDA, com análise técnica da Coordenação Estadual do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e mediante aprovação do CONSEA – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2013	**950.000,00**	**10.627.604,29**	**11.577.604,29**	**2.756**
2014	**1.650.000,00**	**15.277.500,00**	**16.927.500,00**	**2.925**

6. Público Alvo

O PAA possui dois públicos beneficiários: os fornecedores e os consumidores de alimentos.

- Agricultores familiares pronafianos
- Pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

Beneficiários Produtores

Os beneficiários fornecedores são os agricultores (as) familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desta feita, deve contemplar os agricultores (as) familiares que tem alimentos passiveis de serem comercializados no

PAA, de preferência contemplando os que estão no perfil do Cadúnico - Mulheres - 40% e produtos orgânicos-5%.

Beneficiários Consumidores

São os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede sócio assistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição e pela rede pública e filantrópica de ensino, que forneçam refeições prontas e gratuitas.

6.2. Documentos comprabatórios

Os documentos de habilitação para o(a) agricultor(a) familiar individual :

1- Copia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

2- Copia da identidade;

3- Cópia do extrato da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF);

4- Comprovante de conta corrente em nome do agricultor,

5- Comprovante de Inscrição do NIT – numero de inscrição do trabalhador ou PIS,

6- Proposta de Aquisição de Alimentos assinada. A proposta deverá ser preenchida utilizando o sistema do PAA, atraves do site da SDA (http://www.sda.ce.gov.br), Sistema Programa de Aquisição de Alimentos, observando rigorosamente as instruçoes de preenchimento.

7- Comprovante de endereço,

8- Certificação de produtos orgânicos /agroecológicos, quando houver,

9- Ata de aprovação do agricultor emitida pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) municipal ou na hipotese de inexistencia do mesmo, poderá ser o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentavel ou o Conselho de Assistência Social.

Os documentos de habilitação para a entidade:

a) Copia do CNPJ ,

b) Comprovante de endereço da entidade,

c) Copia do CPF do responsavel pela entidade

d) Copia da identidade do responsavel pela entidade

e) Cadastro da entidade assinada. O cadastro deverá ser preenchido utilizando o sistema do PAA, atraves do site da SDA (http://www.sda.ce.gov.br), Sistema Programa de Aquisição de Alimentos, observando rigorosamente as instruçoes de preenchimento.

f) Ata de aprovação da entidade emitida pelo Consea municipal ou na hipotese de inexistencia de Consea poderá ser o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentavel ou o Conselho de Assistência Social.

7. Objetivos

Geral

Fortalecer a agricultura familiar através da geração de renda no campo e aquisição da produção dos agricultores (as) familiares e garantir o direito humano à alimentação por meio da doação dos produtos adquiridos para entidades sócio assistenciais locais.

Específicos

- Incentivar a produção local da agricultura familiar;
- Comprar alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação;
- Inserir o agricultor(a) familiar pronafiano(a), no mercado formal e institucional;
- Distribuir alimentos para as pessoas em vulnerabilidade social;
- Contribuir para a diminuição da desigualdade social;
- Garantir o direito humano a alimentação adequada, conforme os conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN.
- Promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos;
- Fortalecer circuitos locais e regionais e também redes de comercialização;
- Valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos;
- Incentivar hábitos alimentares saudáveis;
- Estimular o associativismo.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

- Realização de oficina Estadual para planejamento das ações do PAA
- Celebração de Termo de Adesão (Cooperação Técnica) com os Municípios
- Capacitação para equipe técnica dos municípios
- Cadastro dos agricultores e entidades
- Capacitação para agricultores familiares em Boas de Práticas de Fabricação
- Aquisição e distribuição de alimentos

Detalhamento das Atividades

a) Realização da Oficina Estadual
Oficina realizada com todos os municípios atendidos pelo PAA, onde é apresentado um cronograma de ações a serem devolvidas durante o período de execução do programa.A Secretaria do Desenvolvimento Agrário convida representantes dos municípios pactuados no plano operacional anual SDA/MDS,tais como: gestores municipais, representantes das secretárias (agricultura, assistência social),EMATERCE, conselho de alimentação e nutrição – CONSEA e ou Conselho Municipal de Desenvolvendo Rural Sustentável – CMDS e representantes da sociedade civil. De acordo com a pactuação de metas informamos e pactuamos com os municípios a execução. Disponibilizamos modelo de ficha de levantamento de demanda, oficio de solicitação de adesão a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (modelo convite e ficha de levantamento demanda) em anexo.

b) Celebração de Termo de Adesão (Cooperação Técnica)
A Secretaria do Desenvolvimento Agrário celebrará Termo de Adesão ao Programa (COOPERAÇÃO TÉCNICA) com os Municípios, onde será elaborado um Plano de Trabalho, apresentando dados do proponente e concedente, metas pactuadas, fundamentação legal do objeto: a) Garantir alimentação para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social e/ou de insegurança alimentar nutricional; b) O fortalecimento da agricultura familiar e a geração de trabalho e renda; c) A promoção do desenvolvimento local por meio do escoamento da produção para consumo no entorno da Região produtora das competências e das obrigações das partes e vigência do Termo de Adesão.

c) Capacitação da equipe técnica dos municípios
As capacitações serão realizadas por técnicos da Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial e Combate à Pobreza Rural (Técnicos do Programa de Aquisição de Alimentos). Serão realizadas por territórios onde participarão representantes dos municípios (Secretaria de Agricultura e de Assistência Social), Técnico Responsável do Programa no município e demais parceiros envolvidos no programa. (CONSEA, EMATERCE, STTR'S e outros). Apresentação e treinamento para o uso do sistema-SISPAA/MDS, conforme tutorial em anexo**.**

d) Cadastro dos Agricultores e Entidades
A Secretaria do Desenvolvimento Agrário em atendimento as normas de execução do Programa de Aquisição, através do TERMO DE ADESÃO firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate Fome e Estado do Ceará onde tem a Secretaria do Desenvolvimento Agrário como gestora do Programa, será preenchida uma proposta de fornecimento de produtos da agricultura familiar no Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos – SISPAA (próprio do MDS – site: www.aplicacoes.mds.gov.br/sispaa) onde cada município faz seu levantamento da demanda e pactuamos com o MDS – preenchendo um plano operacional – Pactuação de metas (nº de agricultor (a) atendidos, nº de entidades e nº de pessoas por entidades) e dentro dessas metas pactuadas 40% do recurso é destinado a mulheres, 40 % ((DAP grupo A, A/C e B) atendimento a assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, pescadores artesanais e comunidades tradicionais) e 20% restante para o atendimento as demais categorias de agricultores familiares. A referida proposta é apresentada assinada pelo agricultor (a) familiar e pelo responsável técnico do município acompanhado de cópia de documentos comprovatórios. O TERMO DE ADESÃO tem caráter geral de pactuação, mas não trata de aporte de recursos. Contém informações como os compromissos de cada participe e tem vigência de cinco anos. A pactuação de valores será realizada, por modalidade, em Planos Operacionais Anuais, propostos pelos MDS e ratificados pelas unidades executoras. Termo de Adesão Publicado, a Unidade elabora proposta preliminar de participação (preenchimento da ficha de levantamento de demanda) o MDS avalia a demanda do conjunto de executores compatibilizando com a dotação orçamentária disponível e publica a portaria ministerial estabelecendo valores e propondo metas de execução e a unidade executora distribui os recursos para execução por trimestre.
A pactuação local (demanda do município) será feita por meio de um sistema informatizado: O sistema de informação do PAA (www.sispaa-MD. Consiste na inserção de entidades (CNPJ) obrigatório aptas a receber alimentos e de beneficiários

fornecedores de alimentos; onde será enviado para geração dos cartões de pagamento, inserção de produtos, suas quantidades e preços (TABELA DE REFERENCIA DA CONAB); vinculação em uma “Proposta de participação “e assinatura de termo de compromisso com os fornecedores.

e) Capacitação de agricultores e entidades em boas práticas de fabricação

A coordenação do Programa de Aquisição de Alimentos, elaborou uma cartilha que auxilia os agricultores familiares e entidades beneficiados (manipuladores de alimentos) a preparar, armazenar, acondicionar e armazenar e a comercializar os alimentos de forma adequada, higiênica e segura, com o objetivo de oferecer alimentos saudáveis aos consumidores (pessoas beneficiadas). Tudo isso, utilizando como parâmetro a Resolução da Diretoria Coletiva – RDC 216/04 da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária- Anvisa, orientando os manipuladores de alimentos sobre os cuidados necessários durante a manipulação de alimentos. As capacitações serão realizadas por territórios com os agricultores(as) familiares e entidades que participam do programa, cujo principal objetivo é estabelecer procedimentos de Boas Práticas para serviços de alimentação(manipulação de alimentos) a fim de garantir as condições higiênico sanitárias do alimento preparado e conhecer as normas estabelecidas pelo Regulamento Técnico de Boas Práticas - RDC 216, que possui necessidade constante de aperfeiçoamento das ações de controle sanitário na área de alimentos visando a proteção à saúde da população; necessidade de harmonização da ação de inspeção sanitária em serviços de alimentação (manipulação de alimentos); e necessidade de elaboração de requisitos higiênico-sanitários gerais

f) Aquisição e distribuição de alimentos

Durante a etapa da AQUISIÇÃO E ENTREGA DE ALIMENTOS, serão utilizadas as estruturas públicas de recebimento e distribuição de alimentos (Centrais de recebimentos e distribuição do PAA), que serão entregues a um agente público designado pelo executor, onde será emitido um RECIBO ao agricultor. O ateste do recebimento dos produtos será realizado no ato do recebimento do alimento por meio de um “Termo de Recebimento e Aceitabilidade” que servi como comprovação da entrega e da qualidade dos produtos. A distribuição será realizada pela própria unidade executora, junto a entidade da rede sócio assistencial local, creches, hospitais, entre outros.

O pagamento aos fornecedores será realizado diretamente pela União, por intermédio de instituição financeira oficial. O pagamento ao agricultor(a) será feito a partir de informações inseridas no SISPAA pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário com autorização da SESAN/MDS. Cada agricultor (a) familiar que fornece alimentos terá um cartão magnético e receberá o pagamento por meio dele. Cadastro dos agricultores conforme tutorial enviado pelo Ministério do Desenvolvendo Social e Combate à Fome.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Técnico capacitado	157	Relatório de acompanhamento do PAA
Agricultor capacitado	1420	Relação de agricultor capacitados, fotos.
Agricultor beneficiado	4743	Relação de agricultores cadastrados no sistema

com a compra da produção		(SISPAA/MDS)
Entidades beneficiadas	904	Relação entidades cadastradas nos sistema (SISPAA/MDS);
Pessoas beneficiadas com a doação de alimentos	330.280	Relação de beneficiários cadastrados no (sispaa/MDS);

10. Metas

- Beneficiar 4.743 agricultores (as) familiares
- Beneficiar 330.280 pessoas
- Beneficiar 904 entidades socioassistenciais

11 .Resultados Esperados

Aumento da produção com qualidade e melhoria de renda para os agricultores (as) familiares pronafianos;

Melhoria do padrão alimentar e nutricional da população, atendidos por entidades socioassistenciais locais.

12. Integração de Ações

O projeto vem articulando a intersetorialidade entre os órgãos estaduais, como Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA Ce, Empresa de Assistência Técnica do Ceara, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Estado bem como Municipal, buscando integrar ações e Programas Governamentais da União, Estado e Municípios, objetivando potencializar recursos operacionais e benefícios para a população beneficiada.

Assim sendo o projeto, tem caráter complementar a outros projetos executados pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário, tais como: Fortalecimento da Mandiocultura, Revitalização da Agroindústria Familiar, Ovinocaprinocultura, Fruticultura, Agricultura Orgânica e outros.

13. Monitoramento

A finalidade do monitoramento do Projeto é avaliar de forma continuada e partilhada o desempenho das ações/atividades definidas para o alcance dos objetivos propostos, bem como a relação destas com as políticas de convivência com o meio e com a vida das pessoas beneficiadas em seu meio familiar, com vista a garantir segurança e soberania alimentar e inclusão social, além de permitir a percepção da necessidade de se fazer ajustes e correções nas ações inerentes.

Para isso a assessoria técnica juntamente com a Coordenação Estadual deve acompanhar e monitorar as ações desenvolvidas nas Centrais de Recebimento e

distribuição dos produtos do Programa de Aquisição de Alimentos dos municípios atendidos e nas entidades beneficiadas, desenvolvendo diálogos com os beneficiários consumidores para tentar captar o grau de satisfação dos mesmos com projeto, realização de encontros com os responsáveis técnicos e coordenações locais do programa e parceiros municipais objetivando maior transparência e eficiência na execução do programa.

De forma quantitativa, todos os indicadores do Programa serão monitorados pelos técnicos e Coordenação Estadual, garantindo a geração de informações on line para análises qualitativas, através da coleta e da inserção de dados no Sistema Programa de Aquisição de Alimentos do Ministério de Desenvolvimento Social, os quais poderão servir de referência, além de construir um banco de dados para toda a sociedade e demais parceiros do Programa.

13.1 Dados Utilizados

Os dados serão coletados através do Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos-SISPAA-MDS, onde o mesmo deverá ser alimentado conforme calendário de entrega e recebimento dos produtos de cada município. Através do Sistema também podemos visualizar o pagamento dos agricultores (as) familiares atendidos pelo programa, assim como o valor depositado em cada conta bancaria cadastrada em nome do agricultor(a) que forneceram produtos alimentícios ao Programa e suas respectivas quantidades. Estes dados nos darão a oportunidade de avaliar a evolução de produção de alimentos bem como o consumo de cada entidade beneficiada.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Os beneficiários fornecedores e consumidores serão cadastrados nos Sistema de informação do Programa de Aquisição de Alimentos – SISPAA- MDS, bem como no Sistema de Informação da Secretaria do Desenvolvimento Agrário..

14. Pressupostos de Risco

Para a concretização deste Projeto é necessário o desenvolvimento de algumas atividades que antecedem a realização dos objetivos propostos. Dentre as quais podemos destacar: o processo de preenchimento da ficha de demanda anual, publicação do plano anual operacional pelo MDS, o processo de cadastramento fornecedores e consumidores (agricultores e entidades), recebimento em tempo hábil dos documentos (recibo e termo de recebimento e aceitabilidade) para pagamento ao agricultor(a). Durante o qual podem ocorrer atraso nos pagamentos, consequentemente a não continuidade da entrega seguinte.
Outro pressuposto influenciador para o não andamento desejado do Programa está relacionado a fatores climáticos. Ou seja, no período de longa estiagem há uma diminuição considerável na produção de alimentos, e consequentemente irá reduzir também a quantidade de alimentos a ser distribuídos.

15. Orçamento 2015

(R$1,00)

Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes (*)	Valor Total
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Capacitação e monitoramento **335039**	1.500.000,00		1.500.000,00
1.2 Compra de alimentos		30.829.500,00	30.829.500,00
TOTAL	**1.500.000,00**	**30.829.500,00**	**32.329.500,00**

(*) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

16.Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

(R$1,00)

Item de Despesa	Jan	Abr	Jul	Out	Total
Capacitação e Monitoramento	600.000,00	600.000,00	300.000,00		1.500.000,00
Total	**600.000,00**	**600.000,00**	**300.000,00**		**1.500.000,00**

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

N° de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP R$ (2015)	Valor Outras Fontes R$ (2015)	Pessoas Beneficiadas
1	METROPOLITANA DE FORTALEZA	AQUIRAZ	R$ 9.554,14	196.366,24	30
2	METROPOLITANA DE FORTALEZA	CASCAVEL	R$ 9.554,14	196.366,24	30
3	METROPOLITANA DE FORTALEZA	EUSÉBIO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
4	METROPOLITANA DE FORTALEZA	CHOROZINHO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
5	METROPOLITANA DE FORTALEZA	GUAIUBA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
6	METROPOLITANA DE FORTALEZA	ITAITINGA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
7	METROPOLITANA DE FORTALEZA	PACAJUS	R$ 9.554,14	196.366,24	30
8	METROPOLITANA DE FORTALEZA	PACATUBA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
9	METROPOLITANA DE FORTALEZA	PINDORETAMA	R$ 9.554,14	196.366,24	30

10	METROPOLITANA DE FORTALEZA	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	R$ 9.554,14	196.366,24	30
11	LITORAL OESTE	ACARAU	R$ 9.554,14	196.366,24	30
12	LITORAL OESTE	AMONTADA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
13	LITORAL OESTE	APUIARES	R$ 9.554,14	196.366,24	30
14	LITORAL OESTE	BARROQUINHA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
15	LITORAL OESTE	CAMOCIM	R$ 9.554,14	196.366,24	30
16	LITORAL OESTE	CHAVAL	R$ 9.554,14	196.366,24	30
17	LITORAL OESTE	CRUZ	R$ 9.554,14	196.366,24	30
18	LITORAL OESTE	GRANJA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
19	LITORAL OESTE	ITAPAJÉ	R$ 9.554,14	196.366,24	30
20	LITORAL OESTE	ITAREMA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
21	LITORAL OESTE	JIJOCA DE JERICOACOARA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
22	LITORAL OESTE	MARCO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
23	LITORAL OESTE	MARTINOPOLE	R$ 9.554,14	196.366,24	30
24	LITORAL OESTE	MIRAIMA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
25	LITORAL OESTE	MORRINHOS	R$ 9.554,14	196.366,24	30
26	LITORAL OESTE	PARACURU	R$ 9.554,14	196.366,24	30
27	LITORAL OESTE	PARAIPABA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
28	LITORAL OESTE	SÃO LUIS DO CURU	R$ 9.554,14	196.366,24	30
29	LITORAL OESTE	TRAIRI	R$ 9.554,14	196.366,24	30
30	LITORAL OESTE	TURURU	R$ 9.554,14	196.366,24	30
31	LITORAL OESTE	UMIRIM	R$ 9.554,14	196.366,24	30
32	LITORAL OESTE	URUBURETAMA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
33	LITORAL OESTE	URUOCA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
34	SOBRAL / IBIAPABA	ALCANTARAS	R$ 9.554,14	196.366,24	30
35	SOBRAL / IBIAPABA	CARIRÉ	R$ 9.554,14	196.366,24	30
36	SOBRAL / IBIAPABA	COREAU	R$ 9.554,14	196.366,24	30
37	SOBRAL / IBIAPABA	CROATA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
38	SOBRAL / IBIAPABA	FORQUILHA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
39	SOBRAL / IBIAPABA	FREXEIRINHA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
40	SOBRAL / IBIAPABA	GRAÇA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
41	SOBRAL / IBIAPABA	GROAIRAS	R$ 9.554,14	196.366,24	30
42	SOBRAL / IBIAPABA	GUARACIABA DO NORTE	R$ 9.554,14	196.366,24	30
43	SOBRAL / IBIAPABA	HIDROLANDIA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
44	SOBRAL / IBIAPABA	IBIAPINA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
45	SOBRAL / IBIAPABA	IPU	R$ 9.554,14	196.366,24	30
46	SOBRAL / IBIAPABA	IRAUÇUBA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
47	SOBRAL / IBIAPABA	MASSAPÊ	R$ 9.554,14	196.366,24	30

48	SOBRAL / IBIAPABA	MERUOCA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
49	SOBRAL / IBIAPABA	MORAUJO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
50	SOBRAL / IBIAPABA	SANTANA DO ACARAÚ	R$ 9.554,14	196.366,24	30
51	SOBRAL / IBIAPABA	PACUJA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
52	SOBRAL / IBIAPABA	PIRES FERREIRA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
53	SOBRAL / IBIAPABA	RERIUTABA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
54	SOBRAL / IBIAPABA	SÃO BENEDITO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
55	SOBRAL / IBIAPABA	SENADOR SA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
56	SOBRAL / IBIAPABA	TIANGUA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
57	SOBRAL / IBIAPABA	UBAJARA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
58	SOBRAL / IBIAPABA	VARJOTA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
59	SOBRAL / IBIAPABA	VICOSA DO CEARA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
60	SERTÃO DOS INHAMUS	ARARENDA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
61	SERTÃO DOS INHAMUS	ARNEIROZ	R$ 9.554,14	196.366,24	30
62	SERTÃO DOS INHAMUS	CATUNDA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
63	SERTÃO DOS INHAMUS	AIUABA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
64	SERTÃO DOS INHAMUS	CRATEUS	R$ 9.554,14	196.366,24	30
65	SERTÃO DOS INHAMUS	INDEPENDENCIA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
66	SERTÃO DOS INHAMUS	IPAPORANGA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
67	SERTÃO DOS INHAMUS	IPUEIRAS	R$ 9.554,14	196.366,24	30
68	SERTÃO DOS INHAMUS	MONSENHOR TABOSA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
69	SERTÃO DOS INHAMUS	NOVA RUSSAS	R$ 9.554,14	196.366,24	30
70	SERTÃO DOS INHAMUS	NOVO ORIENTE	R$ 9.554,14	196.366,24	30
71	SERTÃO DOS INHAMUS	PARAMBU	R$ 9.554,14	196.366,24	30
72	SERTÃO DOS INHAMUS	PORANGA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
73	SERTÃO DOS INHAMUS	QUITERIANÓLIS	R$ 9.554,14	196.366,24	30
74	SERTÃO DOS INHAMUS	TAUÁ	R$ 9.554,14	196.366,24	30
75	SERTÃO CENTRAL	BANABUIU	R$ 9.554,14	196.366,24	30
76	SERTÃO CENTRAL	CANINDÉ	R$ 9.554,14	196.366,24	30
77	SERTÃO CENTRAL	CARIDADE	R$ 9.554,14	196.366,24	30
78	SERTÃO CENTRAL	CHORO	R$ 9.554,14	196.366,24	30

79	SERTÃO CENTRAL	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
80	SERTÃO CENTRAL	GENERAL SAMPAIO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
81	SERTÃO CENTRAL	IBARETAMA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
82	SERTÃO CENTRAL	IBICUITINGA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
83	SERTÃO CENTRAL	ITATIRA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
84	SERTÃO CENTRAL	MADALENA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
85	SERTÃO CENTRAL	MILHÃ	R$ 9.554,14	196.366,24	30
86	SERTÃO CENTRAL	MOMBAÇA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
87	SERTÃO CENTRAL	PARAMOTI	R$ 9.554,14	196.366,24	30
88	SERTÃO CENTRAL	PIQUET CARNEIRO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
89	SERTÃO CENTRAL	PEDRA BRANCA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
90	SERTÃO CENTRAL	QUIXADÁ	R$ 9.554,14	196.366,24	30
91	SERTÃO CENTRAL	QUIXERAMOBIM	R$ 9.554,14	196.366,24	30
92	SERTÃO CENTRAL	SANTA QUITÉRIA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
93	SERTÃO CENTRAL	SOLONOPOLE	R$ 9.554,14	196.366,24	30
94	BATURITÉ	ACARAPE	R$ 9.554,14	196.366,24	30
95	BATURITÉ	ARATUBA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
96	BATURITÉ	ARACOIABA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
97	BATURITÉ	BARREIRA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
98	BATURITÉ	CAPISTRANO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
99	BATURITÉ	GUARAMIRANGA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
100	BATURITÉ	ITAPIUNA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
101	BATURITÉ	MULUNGU	R$ 9.554,14	196.366,24	30
102	BATURITÉ	OCARA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
103	BATURITÉ	PACOTI	R$ 9.554,14	196.366,24	30
104	BATURITÉ	PALMACIA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
105	LITORAL LESTE	ALTO SANTO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
106	LITORAL LESTE	ARACATI	R$ 9.554,14	196.366,24	30
107	LITORAL LESTE	BEBERIBE	R$ 9.554,14	196.366,24	30
108	LITORAL LESTE	ERERE	R$ 9.554,14	196.366,24	30
109	LITORAL LESTE	FORTIM	R$ 9.554,14	196.366,24	30
110	LITORAL LESTE	ICAPUI	R$ 9.554,14	196.366,24	30
111	LITORAL LESTE	IRACEMA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
112	LITORAL LESTE	ITAICABA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
113	LITORAL LESTE	JAGUARIBE	R$ 9.554,14	196.366,24	30
114	LITORAL LESTE	JAGUARETAMA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
115	LITORAL LESTE	JAGUARIBARA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
116	LITORAL LESTE	JAGUARUANA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
117	LITORAL LESTE	LIMOEIRO DO	R$ 9.554,14	196.366,24	30

		NORTE			
118	LITORAL LESTE	MORADA NOVA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
119	LITORAL LESTE	PALHANO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
120	LITORAL LESTE	PEREIRO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
121	LITORAL LESTE	POTIRETAMA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
122	LITORAL LESTE	QUIXERE	R$ 9.554,14	196.366,24	30
123	LITORAL LESTE	RUSSAS	R$ 9.554,14	196.366,24	30
124	LITORAL LESTE	TABULEIRO DO NORTE	R$ 9.554,14	196.366,24	30
125	CARIRI / CENTRO SUL	ABAIARA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
126	CARIRI / CENTRO SUL	ALTANEIRA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
127	CARIRI / CENTRO SUL	ANTONINA DO NORTE	R$ 9.554,14	196.366,24	30
128	CARIRI / CENTRO SUL	ASSARÉ	R$ 9.554,14	196.366,24	30
129	CARIRI / CENTRO SUL	AURORA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
130	CARIRI / CENTRO SUL	BAIXIO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
131	CARIRI / CENTRO SUL	BARRO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
132	CARIRI / CENTRO SUL	BARBALHA	R$ 9.554,14	196.366,24	43
133	CARIRI / CENTRO SUL	BREJO SANTO	R$ 9.554,14	196.366,24	43
134	CARIRI / CENTRO SUL	CAMPOS SALES	R$ 9.554,14	196.366,24	30
135	CARIRI / CENTRO SUL	CARIRIAÇU	R$ 9.554,14	196.366,24	30
136	CARIRI / CENTRO SUL	CARIUS	R$ 9.554,14	196.366,24	30
137	CARIRI / CENTRO SUL	CATARINA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
138	CARIRI / CENTRO SUL	CEDRO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
139	CARIRI / CENTRO SUL	CRATO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
140	CARIRI / CENTRO SUL	FARIAS BRITO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
141	CARIRI / CENTRO SUL	GRANJEIRO	R$ 9.554,14	196.366,25	30
142	CARIRI / CENTRO SUL	ICO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
143	CARIRI / CENTRO SUL	IPAUMIRIM	R$ 9.554,14	196.366,24	30
144	CARIRI / CENTRO SUL	JARDIM	R$ 9.554,14	196.366,33	30
145	CARIRI / CENTRO SUL	JATI	R$ 9.554,14	196.366,24	30
146	CARIRI / CENTRO SUL	JUCAS	R$ 9.554,14	196.366,24	30
147	CARIRI / CENTRO SUL	MILAGRES	R$ 9.554,14	196.366,24	30
148	CARIRI / CENTRO SUL	NOVA OLINDA	R$ 9.554,14	196.366,24	30
149	CARIRI / CENTRO SUL	PENA FORTE	R$ 9.554,14	196.366,36	30
150	CARIRI / CENTRO SUL	PORTEIRAS	R$ 9.554,14	196.366,24	37
151	CARIRI / CENTRO SUL	POTENGI	R$ 9.554,14	196.366,24	30
152	CARIRI / CENTRO SUL	QUIXELO	R$ 9.554,14	196.366,29	30
153	CARIRI / CENTRO SUL	SABOEIRO	R$ 9.554,14	196.366,24	30
154	CARIRI / CENTRO SUL	SALITRE	R$ 9.554,14	196.366,24	30

155	CARIRI / CENTRO SUL	TARRAFAS	R$ 9.554,14	196.366,28	30
156	CARIRI / CENTRO SUL	UMARI	R$ 9.554,14	196.366,25	30
157	CARIRI / CENTRO SUL	VARZEA ALEGRE	R$ 9.554,14	196.366,24	30
Total			R$ 1.500.000,00	30.829.500,00	4743

18. Responsável(eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Mônica Maria Macêdo de Sousa Santos
Técnico	Felipe Alves
E-mail	monica.santos@sda.ce.gov.br
Fone	3101- 8151

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

PROJETO: Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar

Fevereiro de 2015

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	029 – Enfrentamento a Pobreza Rural
Mapp (Nº e Denominação)	477 - Apoio à modernização de centrais de recebimento de produtos da agricultura familiar
Período de Execução (2015)	Janeiro a Dezembro
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural Assistencial – Segurança Alimentar e Nutricional

1. Descrição do Projeto

O projeto **Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar** é uma iniciativa da SDA desenvolvida em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS). Guarda estreita relação com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que utiliza como logística estas Centrais e também conta com recursos do FECOP.

Inclui em seu escopo a aquisição e distribuição de veículos e equipamentos para facilitar os processos de transporte da produção adquirida de agricultores de base familiar e o armazenamento adequado dos produtos adquiridos para posterior distribuição a população em situação de insegurança alimentar e nutricional.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012/2015 o projeto inclui-se no âmbito do Programa 029 - Enfrentamento a Pobreza Rural, contribuindo para o alcance do Objetivo 001 – Adquirir produtos dos agricultores (as) familiares cearenses para distribuí-los às famílias em condições de insegurança alimentar e nutricional e/ou vulnerabilidade social, contribuindo para o combate a fome e a pobreza rural; Metas 00776 – Beneficiar 107.730 pessoas com distribuição de alimentos; 00777 – Beneficiar 8.268 agricultores (as) familiares com a aquisição de sua produção; 00779 – Ampliar para 99 municípios a cobertura do PAA, nos 6 (seis) territórios da cidadania e CONSAD; 00781- Distribuir para 1788 entidades socioassistenciais locais alimentos produzidos pela agricultura familiar; Iniciativa 00919 – Aquisição e distribuição de alimentos no âmbito de PAA.

Na matriz de Gestão por Resultados, o projeto colabora para o alcance do resultado setorial Agricultura Familiar Fortalecida e Sustentável e suas realizações são aferidas por meio do indicador “Percentual de produtores da agricultura familiar beneficiados com ações de apoio”

3. Diagnóstico

Um dos principais problemas do Brasil é a desigualdade social. O Governo Federal identificou 16,27 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza o que representa 8,5% da população brasileira, dos quais 53% encontram-se em áreas urbanas e 47% em

áreas rurais. Isso significa que de cada 10 (dez) brasileiros, 01 (um) se encontra em situação de extrema pobreza. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para orientar programas de transferência de renda, acesso aos serviços públicos e inclusão produtiva.

De acordo com este Instituto, do contingente de brasileiros que vivem em situação de extrema pobreza, 4,8 milhões têm renda nominal mensal domiciliar igual à zero e 11,43 milhões possuem renda de R$1,00 a R$70,00.

Dentre as regiões do Brasil, a região Nordeste apresenta o maior índice de pessoas extremamente pobres – 9,61 milhões de pessoas, o que equivale a 59,1%.

O Ceará segundo o ENFOQUE ECONÔMICO Nº 50 de Outubro de 2012 elaborado pelo IPECE, compartilha com diversos outros estados brasileiros, especialmente do Nordeste, grandes desafios em reduzir seus contingentes de pobres e miseráveis.

Como estratégia para enfrentamento desta problemática foi lançado em 2011 o Plano Brasil Sem Miséria que estabeleceu como meta central a extinção da taxa extrema pobreza no Brasil. Tem por objetivos promover o bem-estar, elevar a renda e garantir condições para as pessoas e famílias mais vulneráveis, com renda familiar per capita mensal menor que R$ 70,00.

O projeto **Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar** constitui-se em mais um dos esforços despendidos para o alcance destes objetivos. Conforme determinações do MDS, nesta primeira etapa serão atendidos os estados das Regiões Norte e Nordeste que possuam em seu território Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar. A priorização deve-se ao fato de estar concentrado, nas duas regiões o maior número de agricultores familiares em condição de pobreza e maior incidência da população em extrema pobreza por domicílio. Além disto, mais da metade dos agricultores familiares que acessam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) estão nas duas regiões (44% no Nordeste e 8% no Norte) – cerca de 1.500 municípios

4. Justificativa

Do ponto de vista da agricultura familiar, podemos afirmar que o projeto de apoio a modernização de Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar Municipal, colabora para o fortalecimento da agricultura familiar, pois disponibilizará veículos e equipamentos que facilitarão o escoamento da produção de acordo com as normas sanitárias pertinentes diminuindo os riscos de perecibilidade e melhorando a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos adquiridos. Contribui paralelamente para a melhoria da qualidade dos produtos armazenados e distribuídos beneficiando diretamente as pessoas que participam de programas sociais, assistidos por entidades socioassistenciais beneficiarias do PAA.

O projeto de apoio à modernização de centrais de recebimento e distribuição dos produtos da agricultura familiar é direcionado a 93 municípios que já participam do Programa de Aquisição de Alimentos. Todos esses municípios já foram contemplados com equipamentos para estruturação das centrais de recebimento e distribuição do Programa de Aquisição de Alimentos com os seguintes equipamentos: computador completo,

impressora, monoblocos (caixas vazadas), caixas de isopor, placa de identificação, mesa, cadeira e armário. Os equipamentos que serão disponibilizados vem complementar a estruturação destas Centrais

Para 49 municípios que atendem acima de 10 agricultores familiares pronafianos será disponibilizado:

9. Balança de piso móvel, display digital capacidade de 300 kg
10. Freezer horizontal com duas tampas
11. Freezer vertical externamente de aço inox
12. Monoblocos de plástico resistente
13. Palletes (estrados plásticos)
14. Veículo com motor à diesel, furgão frigorífico isotérmico para transporte de hortifruticulas ou plataforma para transporte de carga seca.

Para 44 municípios que atendem abaixo de 10 agricultores familiares pronafianos será disponibilizado:

- Balança de piso móvel, display digital capacidade de 300kg
- Freezer horizontal com duas tampas

15. Freezer vertical externamente de aço inox
16. Monoblocos de plástico resistente
17. Palletes (estrados plásticos).

Os municípios selecionados foram escolhidos através de reuniões junto ao Pleno Executivo da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-CE) e Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)

5. Histórico

O projeto está sendo reapresentado, não tendo, portanto, histórico de suas realizações.

6. Público Alvo

Agricultores familiares pronafianos
Pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

Beneficiários Produtores

Os beneficiários fornecedores são os agricultores (as) familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desta feita, deve contemplar os agricultores (as) familiares que tem alimentos passiveis de serem comercializados no PAA, de preferência contemplando os que estão no perfil do CadÚnico - Mulheres - 40% e produtos orgânicos - 5%.

Beneficiários Consumidores

São os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição e pela rede pública e filantrópica de ensino, que forneçam refeições prontas e gratuitas.

6.2. Documentos comprobatórios

Os documentos de habilitação para o(a) agricultor(a) familiar individual :

1- Copia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

2- Copia da identidade;

3- Cópia do extrato da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF);

4- Comprovante de conta corrente em nome do agricultor,

5- Comprovante de Inscrição do NIT – numero de inscrição do trabalhador ou PIS,

6- Proposta de Aquisição de Alimentos assinada. A proposta deverá ser preenchida utilizando o sistema do PAA, atraves do site da SDA (http://www.sda.ce.gov.br), Sistema Programa de Aquisição de Alimentos, observando rigorosamente as instruçoes de preenchimento.

7- Comprovante de endereço,

8- Certificação de produtos orgânicos /agroecológicos, quando houver,

9- Ata de aprovação do agricultor emitida pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) municipal ou na hipotese de inexistencia do mesmo, poderá ser o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentavel ou o Conselho de Assistência Social.

Os documentos de habilitação para a entidade:

a) Copia do CNPJ ,

b) Comprovante de endereço da entidade,

c) Copia do CPF do responsavel pela entidade

d) Copia da identidade do responsavel pela entidade

e) Cadastro da entidade assinada. O cadastro deverá ser preenchido utilizando o sistema do PAA, atraves do site da SDA (http://www.sda.ce.gov.br), Sistema Programa de Aquisição de Alimentos, observando rigorosamente as instruçoes de preenchimento.

f) Ata de aprovação da entidade emitida pelo Consea municipal ou na hipotese de inexistencia de Consea poderá ser o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentavel ou o Conselho de Assistencia Social.

7. Objetivos

Geral

Fortalecer a agricultura familiar e a segurança alimentar de seus beneficiários por meio de melhorias nos processos de aquisição e armazenamento dos produtos adquiridos.

Objetivos Específicos

- Garantir o direito humano a alimentação adequada, conforme os conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN.
- Fortalecer circuitos locais e regionais de comercialização;
- Melhorar o acondicionamento/armazenamento dos produtos adquiridos,
- Melhorar o transporte/deslocamento e distribuição dos alimentos adquiridos e doados.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

a) Aquisição dos veículos e equipamentos

Os veículos e equipamentos serão adquiridos através de processo licitatório conforme a lei 8.666/93

b) Distribuição/entrega dos veículos e equipamentos adquiridos

A entregados veículos e equipamentos será através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA onde será utilizado um termo de seção de uso para os municípios beneficiados com a distribuição dos veículos e equipamentos adquiridos para a modernização das centrais do Programa de Aquisição de Alimentos.

9. Produtos

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar modernizadas	93	Visita técnica e relatórios

10. Metas

- Modernizar 93 Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar
- Beneficiar 93 municípios dos territórios da cidadania.

Obs: A consolidação das ações do projeto em 93 municípios do Estado do Ceará contribuirá para melhorar o processo de aquisição de 3.717 toneladas de alimentos por meio do PAA, beneficiando 2.756 agricultores (as) familiares. Os produtos adquiridos serão distribuídos para 596 entidades socioassistenciais locais beneficiando 35.910 pessoas em vulnerabilidade social, alimentar e nutricional.

11.Resultados Esperados

Aumento da quantidade dos produtos da agricultura familiar adquiridos e redução de perdas decorrentes de transporte e armazenamento inadequado.

12. Integração de Ações

O projeto tem estreita vinculação com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em sua etapa de planejamento vem articulando a intersetorialidade entre os órgãos estaduais, como Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA - CE, Empresa de Assistência Técnica do Ceara, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Estado bem como Municipal, buscando integrar ações e Programas Governamentais da União, Estado e Municípios, objetivando potencializar recursos operacionais e benefícios para a população beneficiada.

Apresenta ainda caráter complementar a outros projetos executados pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário, tais como: Fortalecimento da mandiocultura, Revitalização da Agroindústria Familiar, Ovinocaprinocultura, Fruticultura, Agricultura Orgânica e outros.

13. Monitoramento

O acompanhamento e o monitoramento das ações do projeto serão realizados pela assessoria técnica da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, juntamente com a Coordenação Estadual, mediante visita in loco pelo técnico responsável e diálogos com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA Estadual, Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e consumidores para captar o grau de satisfação dos mesmos com o projeto, realização de encontros com os responsáveis técnicos e coordenações locais do programa e parceiros municipais objetivando maior transparência e eficiência na execução do programa.

13.1 Dados Utilizados

Os dados utilizados serão monitorados conforme entrega dos veículos e equipamentos em cada municípios, mediante visita técnica in loco nas centrais beneficiadas.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Os cadastrados dos beneficiários serão feitos por meio do PAACD / SDA, www.sda.ce.gov.br – acesso a sistema - **Programa de Aquisição de Alimentos - Compra Direta -Sistema de Aquisição de alimentos.**

14. Pressupostos de Riscos

Para a concretização do projeto leva-se em consideração a falta de aporte de recursos fora do prazo estabelecido, dificultando o processo licitatório, bem como a finazilização dos processos.

15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP (R$)	Valor Outras Fontes* (R$)	Valor Total (2015)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Acompanhamento e monitoramento **(339030)**			
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Equipamentos e Material Permanente **(449052)**	300.000,00	4.400.000,00	**4.700.000,00**
TOTAL	**300.000,00**	**4.400.000,00**	**4.700.000,00**

*** Ministério do Desenvolvimento Social**

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Fevereiro	Total
Acompanhamento e monitoramento (339030)		
Aquisição de equipamentos (449052)	300.000,00	**300.000,00**
Total	**300.000,00**	**300.000,00**

17.Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

N° de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes (2015)	Pessoas Beneficia das
1	SERTÃO DOS INHAMUS	AIUBA	3.225,80	47.311,83	29
2	SOBRAL / IBIAPABA	ALCÂNTARAS	3.225,80	47.311,83	29
3	CARIRI / CENTRO SUL	ALTANEIRA	3.225,80	47.311,83	29
4	LITORAL OESTE	APUIARÉS	3.225,80	47.311,83	29
5	SERTÃO DOS INHAMUS	ARNEIROZ	3.225,80	47.311,83	29
6	CARIRI / CENTRO SUL	AURORA	3.225,80	47.311,83	29
7	BATURITÉ	BARREIRA	3.225,80	47.311,83	29
8	CARIRI / CENTRO SUL	BARRO	3.225,80	47.311,83	29
9	CARIRI / CENTRO SUL	BREJO SANTO	3.225,80	47.311,83	29
10	SERTÃO CENTRAL	CANINDÉ	3.225,80	47.311,83	29
11	BATURITÉ	CAPISTRANO	3.225,80	47.311,83	59

12	SOBRAL / IBIAPABA	CARIRÉ	3.225,80	47.311,83	29
13	CARIRI / CENTRO SUL	CARIRIAÇU	3.225,80	47.311,83	29
14	SERTÃO DOS INHAMUS	CRATEÚS	3.225,80	47.311,83	29
15	SERTÃO CENTRAL	DEP. IRAPUAN PINHEIRO	3.225,80	47.311,83	29
16	CARIRI / CENTRO SUL	FARIAS BRITO	3.225,80	47.311,83	29
17	SOBRAL / IBIAPABA	HIDROLÂNDIA	3.225,80	47.311,83	29
18	SERTÃO CENTRAL	IBARETAMA	3.225,80	47.311,83	29
19	SERTÃO DOS INHAMUS	IPAPORANGA	3.225,80	47.311,83	29
20	SOBRAL / IBIAPABA	IRAUÇUBA	3.225,80	47.311,83	29
21	LITORAL OESTE	ITAPAJÉ	3.225,80	47.311,83	29
22	BATURITÉ	ITAPIÚNA	3.225,80	47.311,83	29
23	LITORAL OESTE	ITAREMA	3.225,80	47.311,83	29
24	SERTÃO CENTRAL	ITATIRA	3.225,80	47.311,83	29
25	SOBRAL / IBIAPABA	MERUOCA	3.225,80	47.311,83	29
26	CARIRI / CENTRO SUL	MILAGRES	3.225,80	47.311,83	29
27	SERTÃO CENTRAL	MILHÃ	3.225,80	47.311,83	29
28	SERTÃO DOS INHAMUS	MONSENHOR TABOSA	3.225,80	47.311,83	29
29	SOBRAL / IBIAPABA	MUCAMBO	3.225,80	47.311,83	29
30	BATURITÉ	MULUNGU	3.225,80	47.311,83	29
31	CARIRI / CENTRO SUL	NOVA OLINDA	3.225,80	47.311,83	29
32	BATURITÉ	OCARA	3.225,80	47.311,83	29
33	BATURITÉ	PACOTI	3.225,80	47.311,83	29
34	LITORAL OESTE	PARACURU	3.225,80	47.311,83	29
35	LITORAL OESTE	PARAIPABA	3.225,80	47.311,83	29
36	SERTÃO CENTRAL	PEDRA BRANCA	3.225,80	47.311,83	29
37	CARIRI / CENTRO SUL	PENAFORTE	3.225,80	47.311,83	29
38	CARIRI / CENTRO SUL	PORTEIRAS	3.225,80	47.311,83	29
39	SERTÃO DOS INHAMUS	QUITERIANÓPOLIS	3.225,80	47.311,83	29
40	SERTÃO CENTRAL	QUIXADÁ	3.225,80	47.311,83	29
41	SOBRAL / IBIAPABA	RERIUTABA	3.225,80	47.311,83	29
42	CARIRI / CENTRO SUL	SALITRE	3.225,80	47.311,83	29
43	SERTÃO CENTRAL	SOLONÓPOLE	3.225,80	47.311,83	29
44	SERTÃO DOS INHAMUS	TAUÁ	3.225,80	47.311,83	58

45	LITORAL OESTE	TEJUÇUOCA	3.225,80	47.311,83	29
46	LITORAL OESTE	TRAIRI	3.225,80	47.311,83	29
47	LITORAL OESTE	UMIRIM	3.225,80	47.311,83	29
48	LITORAL OESTE	URUBURETAMA	3.225,80	47.311,83	29
49	SOBRAL / IBIAPABA	VARJOTA	3.225,80	47.311,83	29
50	CARIRI / CENTRO SUL	ABAIARA	3.225,80	47.311,83	29
51	BATURITÉ	ACARAPE	3.225,80	47.311,83	29
52	LITORAL OESTE	AMONTADA	3.225,80	47.311,83	29
53	CARIRI / CENTRO SUL	ANTONIO DO NORTE	3.225,80	47.311,83	29
54	BATURITÉ	ARACOIABA	3.225,80	47.311,83	29
55	SERTÃO DOS INHAMUS	ARARENDÁ	3.225,80	47.311,83	29
56	CARIRI / CENTRO SUL	ARARIPE	3.225,80	47.311,83	29
57	BATURITÉ	ARATUBA	3.225,80	47.311,83	29
58	CARIRI / CENTRO SUL	ASSARÉ	3.225,80	47.311,83	29
59	SERTÃO CENTRAL	BANABUIÚ	3.225,80	47.311,83	29
60	CARIRI / CENTRO SUL	CAMPOS SALES	3.225,80	47.311,83	29
61	SERTÃO DOS INHAMUS	CATUNDA	3.225,80	47.311,83	29
62	SERTÃO CENTRAL	CHORO	3.225,80	47.311,83	29
63	SOBRAL / IBIAPABA	COREAÚ	3.225,80	47.311,83	29
64	CARIRI / CENTRO SUL	CRATO	3.225,80	47.311,83	29
65	SOBRAL / IBIAPABA	FORQUILHA	3.225,80	47.311,83	29
66	SOBRAL / IBIAPABA	FRECHEIRINHA	3.225,80	47.311,83	29
67	SOBRAL / IBIAPABA	GRAÇA	3.225,80	47.311,83	29
68	CARIRI / CENTRO SUL	GRANJEIRO	3.225,80	47.311,83	29
69	SOBRAL / IBIAPABA	GROAIRAS	3.225,80	47.311,83	29
70	SERTÃO CENTRAL	IBICUITINGA	3.225,80	47.311,83	29
71	SERTÃO DOS INHAMUS	INDEPENDÊNCIA	3.225,80	47.311,83	29
72	SOBRAL / IBIAPABA	IPÚ	3.225,80	47.311,83	29
73	SERTÃO DOS INHAMUS	IPUEIRAS	3.225,80	47.311,83	29
74	CARIRI / CENTRO SUL	JARDIM	3.225,80	47.311,83	29
75	CARIRI / CENTRO SUL	JATI	3.225,80	47.311,83	29
76	SERTÃO CENTRAL	MADALENA	3.225,80	47.311,83	29
77	SOBRAL / IBIAPABA	MASSAPÊ	3.225,80	47.311,83	29

78	LITORAL OESTE	MIRAÍMA	3.225,80	47.311,83	29
79	SOBRAL / IBIAPABA	MORAÚJO	3.225,80	47.311,83	29
80	SERTÃO DOS INHAMUS	NOVA RUSSAS	3.225,80	47.311,83	29
81	SERTÃO DOS INHAMUS	NOVO ORIENTE	3.225,80	47.311,83	29
82	SOBRAL / IBIAPABA	PACUJÁ	3.225,80	47.311,83	29
83	BATURITÉ	PALMÁCIA	3.225,80	47.311,83	29
84	SERTÃO DOS INHAMUS	PARAMBU	3.225,80	47.311,83	29
85	SOBRAL / IBIAPABA	PIRES FERREIRA	3.225,80	47.311,83	29
86	SERTÃO DOS INHAMUS	PORANGA	3.225,80	47.311,83	29
87	CARIRI / CENTRO SUL	POTENGI	3.225,80	47.311,83	29
88	METROPOLITANA DE FORTALEZA	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	3.225,80	47.311,83	29
89	LITORAL OESTE	SÃO LUIS DO CURU	3.225,80	47.311,83	29
90	SOBRAL / IBIAPABA	SENADOR SÁ	3.225,83	47.311,83	29
91	CARIRI / CENTRO SUL	TARRAFAS	3.225,99	47.311,83	29
92	LITORAL OESTE	TURURU	3.225,99	47.311,83	29
93	CARIRI / CENTRO SUL	VÁRZEA ALEGRE	3.225,99	47.311,83	29
Total			**300.000,00**	**4.400.000,00**	**2.756**

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	**Mônica Maria Macêdo de Sousa Santos**
Técnico	Francisco Felipe de Sousa Alves
E-mail	felipe.alves@sda.ce.gov.br
Fone	3101- 8047

ANEXO 1

Marco Lógico
(PAA e Modernização de Centrais de Recebimento - Mapps 112 e 477)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meio de Verificação	Riscos
Impactos	Redução da insegurança alimentar e nutricional. Redução da Extrema Pobreza Rural.	Percentual de pessoas com insegurança alimentar e nutricional. Percentual de agricultores com renda familiar per capita acima da linha da extrema pobreza.	Site da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. Pesquisa primária utilizando o módulo de Segurança Alimentar da PNAD. CADUNICO, SAGI e MDS. IBGE.	Quadro de estiagem prolongada, afetando de forma geral os indicadores socioeconômicos do Estado.
Resultados	Aumento da quantidade de produtos ofertados para o PAA. Aumento da renda dos agricultores (as) familiares pronafianos com a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Melhoria do padrão alimentar e nutricional da população atendida por entidades socioassistenciais locais.	Percentual de aumento na quantidade de produtos ofertados (Kg). Percentual de aumento na renda dos agricultores (as) familiares pronafianos. Percentual de produtos da agricultura familiar no PAA Percentual de redução de perdas	Relatório de acompanhamento do PAA. Relação de agricultores cadastrados no sistema (SISPAA/MDS). Relação de entidades cadastrados no sistema (SISPAA/MDS). Relatório de beneficiário das	Interferências do quadro econômico na cadeia de comercialização dos produtos. Desvios na distribuição dos produtos alimentares aos beneficiários finais.

	Redução de perdas decorrentes de transporte e armazenamento inadequado.	de alimentos.	entidades – sistemas SISPAA SDA e MDS Relatório anual de execução financeira. Relatórios internos.	
Produtos	Técnicos municipais capacitados. Agricultores capacitados a manipularem e produzirem alimentos dentro dos padrões de sanidade e higiene Manipuladores de alimentos das entidades socioassistenciais aptos ao manuseio e preparo dos alimentos Agricultores e entidades cadastradas nos sistemas SISPAA MDS e SDA Agricultor beneficiado com a aquisição da produção Pessoas beneficiadas através de entidades socioassistenciais com a oferta de alimentação	Número de técnicos capacitados. Número de agricultores capacitados. Número de manipuladores capacitados. Número de agricultores beneficiados com a compra da produção. Número de pessoas atendidas pelas entidades socioassistencias beneficiadas com alimentação	Relatório de acompanhamento do PAA Relação de agricultores cadastrados no sistema (SISPAA/MDS) Relação de entidades cadastrados no sistema (SISPAA/MDS) Relatório de beneficiários das entidades – sistemas SISPAA SDA e MDS	Dificuldades na apropriação do conhecimento por parte dos beneficiários dos cursos em boas práticas realizados junto aos agricultores e manipuladores de alimentos. Redução na oferta de produtos pelos agricultores familiares ocasionada pela seca.

Atividades	Capacitação da equipe técnica dos municípios Cadastro dos Agricultores e Entidades socioassistenciais Capacitação de agricultores em boas práticas de produção e manipulação Capacitação em boas práticas para manipuladores de alimentos das entidades socioassistenciais locais Aquisição e distribuição de alimentos	Número de capacitações realizadas para as equipes técnicas dos municípios. Percentual de cadastros de agricultores e entidades socioassistenciais em relação à meta projetada. Quantidade (kg) de produtos ofertados.	Relatório de acompanhamento do PAA Relação de agricultores e entidades cadastrados nos sistemas SDA e MDS Relatório de acompanhamento do PAA Relatório de beneficiário das entidades – sistemas SISPAA SDA e MDS. Relatório anual de doação de produtos às entidades socioassistenciais.	Falta e/ou irregularidades no CPF/CNPJ dos agricultores e entidades participantes do programa. Baixa adesão aos cursos ofertados. Condições climáticas desfavoráveis para produção dos alimentos.
Insumos	Recursos do FECOP Recursos do MDS Centrais de Recebimento Veículos Equipamentos	Plano operacional anual publicado no DOU. Volume de recursos liberados para o programa.	Extrato da publicação do DOU. Sistema de acompanhamento e monitoramento do Estado – WebMapp. Relatório de execução financeira (sistemas SISPAA/MDS).	Indisponibilidade de verba no MDS.

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

PROJETO: São José III – Componente 1: Inclusão Econômica – Implantação de Projetos Produtivos

Janeiro / 2015

Secretaria (Proponente)	Secretaria Desenvolvimento Agrário - SDA
Programa (PPA)	028 – Desenvolvimento Agropecuário
Mapp (Nº e Denominação)	340 – Componente 1 – Inclusão Econômica
Período de Execução	Janeiro à Dezembro 2015
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

1. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto **São José III – Componente 1: Inclusão Econômica – Implantação de Projetos Produtivos** inclui-se no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Projeto São José III que conta com financiamento do BIRD e contrapartida do Governo do Estado. Tem por foco o fortalecimento da agricultura familiar e o bem estar das comunidades rurais e está estruturado em três componentes:

Componente 1 – Inclusão Econômica – destina-se às ações voltadas ao fortalecimento e adensamento das Cadeias Produtivas e o avanço da participação dos agricultores familiares nos segmentos de maior agregação de valor.

Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – SAES: destina-se implantar os SAES em comunidades do meio rural sem acesso à água potável e esgotamento sanitário.

Componente 3 - Fortalecimento Institucional e apoio a Gestão: apoio às ações de capacitação, gestão, elaboração de estudos, programas de intercâmbios, comunicação e divulgação.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012 /2015 o projeto inclui-se no âmbito do Programa 028 – Desenvolvimento Agropecuário; Objetivo 14 – Implantar ações de apoio técnico e socioprodutivo, visando ampliar a inserção produtiva e a competitividade dos agricultores familiares; Meta: 01129 – Elaborar 235 projetos de inclusão econômica Iniciativa: 04833 – Implantação de projetos produtivos sustentáveis no âmbito da agricultura familiar.

Na Matriz de Resultados do Governo do Estado o projeto colabora para o alcance do resultado setorial 4 – Infraestrutura para a agricultura familiar fortalecida e suas realizações são registradas através do indicador “Valor total investido em estruturação produtiva da agricultura familiar”.

3. Diagnóstico

Os principais problemas enfrentados pelos produtores nas áreas rurais do Nordeste brasileiro são: baixo nível de produtividade no campo e de acesso a serviços básicos os quais no Ceará, estão vinculados ao baixo nível de inovação tecnológica em termos de produtos, processos e organização, bem como os riscos inerentes de perdas na produção e as ameaças à segurança alimentar; a baixa inteligência de mercado, que dificulta uma resposta coordenada e pontual da oferta; dificuldade de acesso a capital por parte dos produtores para ampliar a acumulação de ativos de diversos tipos (físicos, financeiros, gerenciais e sociais) e falta de ligação entre assistência técnica e necessidades dos agricultores, tanto no que se refere ao atendimento das demandas do mercado quanto à redução da vulnerabilidade por meio da adaptação às mudanças climáticas.

Esta situação é agravada pelas condições edafoclimáticas do estado que sofre regularmente com a escassez crônica de água provocada periodicamente por longas e severas secas, que ocasionam uma série de problemas econômicos e sociais e impedem o desenvolvimento da região.

O Ceará é um dos estados mais secos do Brasil, com uma disponibilidade média anual de água *per capita* de 1.150 m^3, o equivalente a apenas 4% da média nacional. O Sertão, sub-região de clima semiárido, representa 87% do seu território, com uma disponibilidade de água anual *per capita* entre 400 m^3 e 800 m^3. Ironicamente, é na região do sertão onde se concentra cerca de 98% de toda a água disponível no Estado. Em razão das condições climáticas do Estado e da variabilidade decorrente das secas, o risco de desertificação e as enchentes são responsáveis por grandes desastres naturais com um enorme impacto na agricultura e na produção de alimentos. A agricultura também terá que se adaptar a condições de cultivo cada vez mais variáveis e imprevisíveis. Nos últimos anos, vários estados brasileiros de diferentes regiões registraram as chuvas mais intensas de sua história, que ocasionaram graves inundações.

4. Justificativa

O projeto tem a perspectiva de aumentar, nos estabelecimentos familiares da área rural, a inserção, a agregação de valor e a economia solidária, facilitando maiores e mais consistentes fluxos de renda, num cenário de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Neste contexto, o projeto irá “efetivar ações que promovam o desenvolvimento local com equidade no meio rural, refletido na melhoria dos indicadores de desenvolvimento social e econômico, apoiando grupos de agricultores na implantação de atividades sustentáveis geradoras de ocupação e de renda, com capacidade de assegurar o desenvolvimento econômico e social das comunidades, seu bem-estar, integrando-se com os demais programas e projetos em execução no Estado”.

5. Histórico

O Projeto foi aprovado no final do ano de 2012 e não houve desembolso. No ano de 2013, foi iniciada a implantação do Projeto. Neste ano, foram realizados repasses na ordem de R$ 500.000,00 para o IICA. No período foram lançados editais para a seleção de subprojetos e para os processos de contratação de consultoria direcionada para estudos de viabilidade e elaboração de Planos de Negócio que constituirão a base da celebração de convênios de modo a garantir a implantação dos subprojetos. Ainda em 2014 esses processos resultaram na contratação desses serviços. A partir de março de 2015 serão celebrados os convênios para repasse de recursos às organizações de agricultores familiares, beneficiárias do Projeto. Até o momento as atividades envolveram 5.400 famílias ou 21.600 pessoas.

6. Público Alvo

Agricultores familiares agrupados em entidades representativas.

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

As entidades beneficiadas devem ser legalmente constituídas e atuantes há, pelo menos, dois anos (associações, cooperativas, entre outros) situadas em todos os municípios do Estado do Ceará, com exceção da capital Fortaleza

7. Objetivos

Geral

Promover o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará com ações voltadas para a consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico, ambiental e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais.

Específicos

- Ampliar a renda das famílias rurais com a estruturação e ou dinamização das suas unidades de produção, transformação e agregação de valor e de comercialização de seus produtos.

- Viabilizar a participação qualificada e o controle social dos beneficiários e suas organizações nas ações de gestão do desenvolvimento local, bem como estimular as relações de complementaridade dos programas governamentais.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

a) Avaliação de Planos de Negócios

Avaliar os Planos de Negócios elaborados pelas empresas contratadas para realizar à consultoria.

b) Celebrar convênios com entidades representativas dos beneficiários para implantação dos planos de negócios

Os Planos de Negócios selecionados serão implantados pelos grupos produtivos representados por suas entidades com a utilização de recursos que serão repassados pelo estado através da celebração de convênios. As entidades deverão comprovar a inversão desses recursos de acordo com o projeto aprovado.

9. Produtos

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Planos de Negócios concluídos	282	Parecer Técnico sobre planos elaborados
Projetos produtivos implantados	55	Relatórios de acompanhamento pela UGP com apoio da colaboradora
Projetos produtivos em implantação	227	Relatórios de acompanhamento pela UGP com apoio da colaboradora

10. Metas

- Avaliar 282 Planos de Negócios;
- Firmar convênios para implantar 282 projetos produtivos;
- Beneficiar 49.600 pessoas.

Obs: 1 - Cada plano de negócio atende em média 30 famílias, perfazendo um total de 8.400 famílias atendidas ou 33.600 pessoas. Foi considerado o número de 4 membros por família beneficiária, conforme aferido nas pesquisas de avaliação do Projeto São José II junto ao público beneficiário além disso deverão ser implantados cerca de dois projetos de maior porte, com forte impacto na cadeia e nos territórios, cada um deles beneficiando 2.000 famílias ou 8.000 pessoas; no total deverão ser beneficiadas 49.600 pessoas

Obs: 2 - Os repasses financeiros serão efetuados junto a 33.600 pessoas em 2015.

Obs: 3 – 55 Planos de Negócio avaliados como viáveis pela UGP Projeto São José III serão conveniados até abril de 2015. 227 outros planos deverão ser elaborados a partir de abril para conveniar a partir de setembro.

11. Resultados Esperados

Aumento da renda dos beneficiários.

12. Integração de Ações

O Projeto São José III já celebrou acordos com o Banco do Nordeste e com o Banco do Brasil para garantir financiamentos adicionais necessários para a operação dos

projetos produtivos apoiados. Como fonte adicional de recursos conta com o FEDAF – Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar. Da mesma forma conta com a colaboração da Ematerce e do CENTEC para prover apoio técnico aos projetos.

Os movimentos sociais e sindical também estão articulados com o Projeto para apoiar os empreendimentos coletivos de Agricultores Familiares financiados pelo PSJ III.

A articulação com o CEDR – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e os Colegiados Territoriais tem um papel de articulação nos Territórios Rurais com projetos de outras políticas públicas de nível federal ou estadual.

13. Monitoramento:

O Projeto dispõe de uma Gerência de Monitoramento e Avaliação que é a responsável por essas atividades.

Está sendo contratada uma empresa para coleta de dados de potenciais beneficiários do Projeto para estabelecimento de uma Linha de Base para posterior Avaliação de Impacto do Projeto.

No Acordo de Empréstimo celebrado com o Banco Mundial está detalhado um quadro de indicadores que deverão ser monitorados com as respectivas fontes e periodicidades (quadro I anexo)

O sistema informatizado de gestão do PSJ III deverá conter, em tempo real, as informações básicas que alimentarão o sistema de monitoramento, bem como os cadastros de beneficiários (tanto pessoa física como das suas organizações).

14. Pressupostos de Risco

Os fatores de risco que podem interferir na execução da implantação ou mesmo na sustentabilidade dos mesmos, tais como: riscos climáticos como a estiagem ou excesso de chuvas no período de implantação; dificuldades na obtenção de licenciamento ambiental; demora na liberação de recursos de outras fontes que vão compor a contrapartida da comunidade, serão acompanhados caso a caso e, onde houver espaço para intervenção, serão tomadas medidas preventivas. No caso das licenças da Semace, por exemplo, já foi concedida a Licença Prévia para o Projeto como um todo.

15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes		Valor Total
		Órgãos Privados – aplicação direta	Crédito Externo - BIRD	
DESPESAS DE CAPITAL				
1 Repasse Financeiro (445042)	2.900.574,60	5.584.238,40	24.076.187,00	32.561.000,00
TOTAL	**2.900.574,60**	**5.584.238,40**	**24.076.187,00**	**32.561.000,00**

Obs: O valor solicitado ao FECOP e a aplicação direta correspondem à contrapartida do Estado no Acordo de Empréstimo Firmado com o Banco Mundial para cofinanciamento do Projeto São José III.

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP - 2015

ITEM DE DESPESA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Valor Total
REPASSE FINANCEIRO	-			313262,06		234946,54		234946,54		1058709,73		1058709,73	2900574,60
Total	-			313262,06		234946,54		234946,54		1058709,73		1058709,73	2900574,60

Os Planos de Negócio estão sendo executados por empresas contratadas através do Contrato de Gestão do Instituto Agropolos e sua conclusão está prevista para o mes de fevereiro, quando poderão ser celebrados os convênios para repasse dos recursos às Entidades.

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015:

Nº de ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor Fecop (2015)	Valor Outras Fontes (2015)	Pessoas Beneficiadas
1	Metropolitana	Aquiraz	10285,73	105178,81	120
2		Pindoretama	20571,45	210357,63	240
3		Cascavel	72000,08	736251,69	840
4		Chorozinho	10285,73	105178,81	120
5		Caucaia	20571,45	210357,63	240
6		São Gonçalo	10285,73	105178,81	120
8		Horizonte	10285,73	105178,81	120
9		Pacajus	20571,45	210357,63	240
10		Maranguape	20571,45	210357,63	240
11		Guaiuba	41142,90	420715,25	480
12		Maracanaú	10285,73	105178,81	120
13	Litoral Oeste	Tejuçuoca	30857,18	315536,44	360
14		Apuiarés	20571,45	210357,63	240
15		General Sampaio	20571,45	210357,63	240
16		Pentecoste	30857,18	315536,44	360
17		Umirim	10285,73	105178,81	120
18		Tururu	10285,73	105178,81	120
19		Trairi	20571,45	210357,63	240
20		Itapipoca	10285,73	105178,81	120
21		Amontada	20571,45	210357,63	240
22		Miraíma	20571,45	210357,63	240
23		Itarema	20571,45	210357,63	240
24		Acaraú	10285,73	105178,81	120
25		Uruoca	10285,73	105178,81	120
26		Camocim	10285,73	105178,81	120
27		Barroquinha	10285,73	105178,81	120
28	Sobral/Ibiapaba	Santana do Acaraú	20571,45	210357,63	240
29		Sobral	82285,80	841430,51	920
30		Forquilha	20571,45	210357,63	240
31		Meruoca	10285,73	105178,81	120
32		Massapê	10285,73	105178,81	120
33		Graça	10285,73	105178,81	120
34		Freicheirinha	20571,45	210357,63	240
34		Groaíras	10285,73	105178,81	120
35		Ibiapina	20571,45	210357,63	240
36		Viçosa do Ceará	30857,18	315536,44	360
37		São Benedito	10285,73	105178,81	120
38		Guaraciaba do Norte	10285,73	105178,81	120
39		Ubajara	30857,18	315536,44	360
40		Tianguá	20571,45	210357,63	240

41		Ipu	20571,45	210357,63	240
42		Hidrolândia	10285,73	105178,81	120
43	Sertão dos Inhamuns	Ipueiras	10285,73	105178,81	120
44		Ararendá	10285,73	105178,81	120
45		Poranga	10285,73	105178,81	120
46		Ipaporanga	10285,73	105178,81	120
47		Monsenhor Tabosa	20571,45	210357,63	240
48		Tamboril	30857,18	315536,44	360
49		Crateús	61714,35	631072,88	720
50		Independência	20571,45	210357,63	240
51		Tauá	72000,08	736251,69	840
52		Novo Oriente	10285,73	105178,81	120
53		Aiuaba	20571,45	210357,63	240
54		Arneiroz	30857,18	315536,44	360
55		Parambu	41142,90	420715,25	480
56	Sertão Central	Paramoti	30857,18	315536,44	360
57		Choró	41142,90	420715,25	480
58		Santa Quitéria	154285,88	1577682,20	1800
59		Canindé	113142,98	1156966,95	1320
60		Madalena	41142,90	420715,25	480
61		Caridade	30857,18	315536,44	360
62		Itatira	30857,18	315536,44	360
63		Quixadá	10285,73	105178,81	120
64		Ibicuitinga	10285,73	105178,81	120
65		Quixeramobim	51428,63	525894,07	600
66		Senador Pompeu	10285,73	105178,81	120
67		Mombaça	30857,18	315536,44	360
68		Dep. Irapuan Pinheiro	10285,73	105178,81	120
69		Piquet Carneiro	30857,18	315536,44	360
70	Baturité	Capistrano	41142,90	420715,25	480
71		Itapiúna	41142,90	420715,25	480
72		Aracoiaba	10285,73	105178,81	120
73		Ocara	51428,63	525894,07	600
74		Mulungu	41142,90	420715,25	480
75		Redenção	10285,73	105178,81	120
76		Baturité	41142,90	420715,25	460
77	Litoral Leste/ Jaguaribe	Beberibe	41142,90	420715,25	460
78		Fortim	20571,45	210357,63	240
79		Aracati	41142,90	420715,25	480
80		Icapuí	20571,45	210357,63	240
81		Itaiçaba	10285,73	105178,81	120
82		Juguaruana	30857,18	315536,44	360
83		Palhano	20571,45	210357,63	240

84		Russas	20571,45	210357,63	240
85		Quixeré	10285,73	105178,81	120
86		Limoeiro do Norte	10285,73	105178,81	120
87		Morada Nova	30857,18	315536,44	360
88		São João do Jaguaribe	10285,73	105178,81	120
89		Tabuleiro do Norte	51428,63	525894,07	550
90		Alto Santo	51428,63	525894,07	550
91		Jaguaribara	30857,18	315536,44	360
92		Potiretama	41142,90	420715,25	460
93		Iracema	10285,73	105178,81	120
94		Jaguaribe	30857,18	315536,44	120
95	Cariri/ Centro Sul	Iguatu	20571,45	210357,63	120
96		Quixelô	20571,45	210357,63	240
97		Cedro	10285,73	105178,81	120
98		Catarina	10285,73	105178,81	120
99		Cariús	30857,18	315536,44	360
100		Icó	41142,90	420715,25	460
101		Orós	41142,90	420715,25	460
102		Lavras da Mangueira	30857,18	315536,44	360
103		Ipaumirim	20571,45	210357,63	240
104		Aurora	10285,73	105178,81	120
105		Barro	10285,73	105178,81	120
106		Jati	10285,73	105178,81	120
107		Jardim	10285,73	105178,81	120
108		Missão Velha	10285,73	105178,81	120
109		Barbalha	10285,73	105178,81	120
110		Juazeiro do Norte	10285,73	105178,81	120
111		Caririaçu	10285,73	105178,81	120
112		Várzea Alegre	20571,45	210357,63	240
113		Antonina do Norte	20571,45	210357,63	120
114		Campos Sales	10285,73	105178,81	120
115		Salitre	10285,73	105178,81	120
116		Santana do Cariri	10285,73	105178,81	120
117		Crato	10285,73	105178,81	120
	Total		**2.900.574,60**	**29.660.425,40**	33.600

Obs: A distribuição de recursos por município poderá ser alterada em função da demanda apresentada nos editais.

18. Responsável pelo Projeto:

Coordenadoria / Gerência	Josias Farias Neto
Técnico	José Gilberto Sztutman
E-mail	gilberto.sztutman@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3217-2857

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

PROJETO: São José III – Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado

Janeiro/ 2015

Secretaria (Proponente)	Secretaria Desenvolvimento Agrário - SDA
Programa (PPA)	029 – Enfrentamento à Pobreza Rural
Mapp (Nº e Denominação)	341 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado – Projeto São José III
Período de Execução (em 2015)	Janeiro à Dezembro 2015

1. Descrição do Projeto

O projeto **Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais** inclui-se no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José III que conta com financiamento do BIRD e contrapartida do Governo do Estado. Tem por foco o fortalecimento da agricultura familiar e o bem-estar das comunidades rurais e está estruturado em três componentes:

Componente 1 – Inclusão Econômica – destina-se às ações voltadas ao fortalecimento e adensamento das Cadeias Produtivas e o avanço da participação dos agricultores familiares nos segmentos de maior agregação de valor

Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – SAES: destina-se implantar os SAES em comunidades do meio rural sem acesso a água potável e esgotamento sanitário.

Componente 3 - Fortalecimento Institucional e apoio a Gestão: apoio às ações de capacitação, gestão, elaboração de estudos, programas de intercâmbios, comunicação e divulgação.

Atendendo ao Componente 2, as ações incluídas no projeto proposto colaboram paralelamente para a implementação da **Política de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará** a qual tem como prioridade a promoção do desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ênfase nos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social.

2. Contextualização no Planejamento Estadual

No PPA 2012 /2015 o projeto inclui-se no âmbito do Programa 029 – Enfrentamento à Pobreza Rural; Objetivo 007 - Construir cisternas, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário simplificado visando proporcionar a melhoria de qualidade de vida das famílias nas comunidades rurais do Estado; Meta 01180 – Implantar 340 sistemas de abastecimento de água com ligações domiciliares em comunidades rurais e Meta 03010 – Construir 12.000 kits

sanitários; Iniciativa 01810 – Implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário simplificado.

Na Matriz de Resultados do Governo do Estado o projeto colabora para Ampliação do acesso à terra e a “Infra-estrutura para Agricultura Familiar Fortalecida’ e suas realizações são registradas através do indicador “Nº de famílias Beneficiadas com Projetos de Água”

3. Diagnóstico

A região do semiárido brasileiro reúne um conjunto de características climáticas, geomorfológicas, econômicas e sociais peculiares, que são fatores determinantes para a dificuldade no acesso a recursos hídricos, tanto para o consumo humano como para a produção agropecuária.

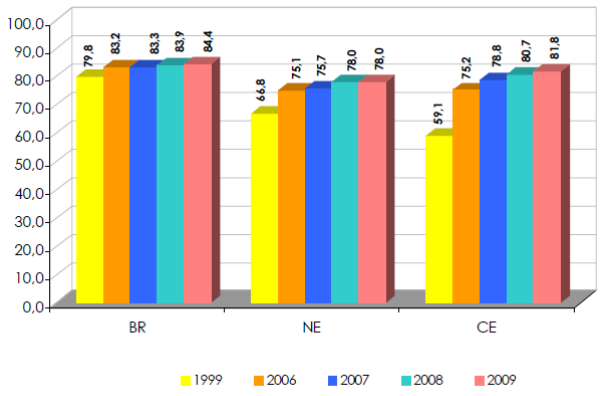
Do ponto de vista climático, o semiárido brasileiro tem pluviosidade média anual girando em torno de 350 a 800 mm e é marcado pela forte insolação, pela baixa nebulosidade, por elevadas taxas de evaporação, por temperaturas constantes relativamente altas e pelo regime de chuvas marcado pela irregularidade e concentração das precipitações num curto período de tempo. As condições reduzidas para armazenamento de água subterrânea agravam ainda mais a seca e aumentam o risco de desertificação em toda a região.

Essas características, aliadas à baixa taxa de infiltração no solo, acarretam no rápido escoamento superficial e, conseqüentemente, no agravamento das condições de acesso a recursos hídricos para uso doméstico e produção agropecuária.

O Ceará, localizado no semiárido nordestino, também enfrenta problemas com a escassez de água. A construção de diversas obras - canais, adutoras e açudes se concretizam com a aplicação de verbas estaduais e federais, visando à melhoria da distribuição de água na região.

O Pacto pela Convivência com o Semiárido Cearense aponta no documento as diretrizes e identifica instrumentos de ação para a construção de uma política estadual em seus aspectos fundamentais e em orientações para a integração das diversas políticas setoriais específicas, tendo por base um arcabouço jurídico legal.

Nas cidades, 92% da população têm acesso à água tratada, enquanto que no meio rural esta proporção é de apenas 19%. No tocante à segurança hídrica, ao se analisar os indicadores apresentados no estudo do IPECE (2010), sobre o percentual de domicílios com Sistema de Abastecimento de Água adequado, nota-se que houve uma elevação no percentual de participação durante o período analisado em comparação com o Brasil e o Nordeste. Estes dados, porém, consideram apenas a participação dos domicílios urbanos, não havendo dados que incorporem uma análise da situação rural.



Fonte: PNAD

A falta de políticas estruturadoras de amplo alcance que consiga minorar o fenômeno da seca freqüente no Estado, explica o baixo percentual (19%) da população rural atendida. Esse fenômeno gera conseqüências sociais graves e duradouras, contribuindo, inclusive, com a insegurança alimentar da população, a insegurança hídrica observada na redução da quantidade e qualidade da água dos reservatórios superficiais e outros problemas sociais, incluindo a incidência de inúmeras doenças.

Segundo o documento "O Caminho das águas na Rota dos Carros Pipa", as populações difusas pouco foram assistidas pelo poder público havendo um grande número de pessoas vulneráveis às secas, principalmente as famílias que residem em áreas distantes e que ainda não dispõem de oferta adequada de água. Segundo dados da 10ª. Região do Exército, cerca de 350.000 pessoas foram atendidas por carros-pipa em 2009. A baixa amplitude dos programas de oferta de água existente deverá ser minorada com a implementação do projeto proposto.

4. Justificativa

O Ceará tem 64% de chance de ter a quadra chuvosa abaixo da média histórica em 2015. É o pior prognóstico dos últimos anos divulgado pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) dia 20 de Janeiro de 2015. A possibilidade das precipitações deste ano estarem na média considerada normal é de 27%; já a chance de o ano ser chuvoso é de apenas 9%. A análise revela uma grande chance de o Estado entrar no quarto ano consecutivo de estiagem, reforçando a gravidade do panorama da seca no Ceará. Devido ao baixo volume de chuvas que foi menor que a média histórica, a população rural está sofrendo com os efeitos da seca, que está refletindo tanto na falta de água para o consumo humano quanto na produção agropecuária.

O projeto apoiará os esforços do estado para o enfrentamento da seca e convivência com o semi-árido, implantando Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário nos Municípios mais carentes do Estado, atendendo famílias que estão sofrendo os efeitos da estiagem.

5. Histórico

De 90 projetos de Sistema de Abastecimento de Água, 03 foram concluídos, 47 estão com percentual médio de execução de 81,34%, 17 estão com 31,40% de execução, 03 não foram iniciados por necessidade de readequação e ainda faltam relicitar 20 projetos, totalizando atuação em 55 municípios do Estado do Ceará. Quanto aos 17 projetos que se encontram com o percentual de execução física baixo deve-se à dificuldade da mão de obra por parte das Empresas, atraso de entrega de materiais por parte dos fornecedores, problema de manancial (pois devido a falta de chuvas alguns mananciais secaram), inclusive está em andamento o processo para dispensa de licitação para perfuração de poços para resolução destes problemas de mananciais. Em relação aos Módulos Sanitários, os 3.317 módulos sanitários do 2º processo licitatório encontram-se com 81,01% de execução física e os 3.883 módulos sanitários do 3º processo licitatório encontram-se com obras iniciadas com os seguintes percentuais de execução física: COSAMPA (2,42%), DATERRA (5,30%), BORGES CARNEIRO (7,47%) e ELETRONOR (10%). O atraso na execução desses módulos deve-se à demora de entrega dos materiais por parte dos fornecedores e mão de obra por parte das empresas contratadas. Ainda restam ser licitados 1.431 módulos sanitários, que serão relançados após readequação do projeto e atualização do orçamento pelo projetista e aprovado pela colaboradora CAGECE, juntamente com os 20 projetos de Sistema de Abastecimento de Água.

6. Público Alvo

Famílias de agricultores e agricultoras familiares, representadas por suas Associações Comunitárias.

7. Objetivos

Geral

Contribuir para a universalização do direito à água potável e o esgotamento sanitário, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do Estado.

Específico

- Implantar sistemas simplificados de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

8. Atividades/ Detalhamento das atividades

a) Seleção das comunidades

Os projetos são encaminhados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS para a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA através da CAGECE e SOHIDRA para análise e posterior realização do Processo Licitatório.

Principais Critérios de Priorização:

As intervenções poderão ser priorizadas em função de: carências identificadas, densidade populacional, relação custo/benefício, dentre outras, destacando-se:

- Comunidades atendidas por carro pipa pelo menos nos últimos dois anos;
- Comunidades inseridas em municípios que tenham o Plano de Saneamento elaborado;
- Declaração de compromisso de cada família beneficiada de participar das Ações Ambientais apontadas no projeto executivo;
- Maior número de famílias atendidas

b) Lançamento de edital para contratação da obra

c) Realizar Processo Licitatório para contratação dos serviços de implantação de Sistemas de Abastecimento de Água e esgotamento sanitário

Será executado pelo setor de licitação da SDA em parceria com a Procuradoria Geral do Estado – PGE. Após a finalização do processo licitatório e publicação das empresas vencedoras a Assessoria Jurídica da SDA deverá elaborar os termos do contrato para a assinatura e publicação dos mesmos. Após publicação deverá ser dada ordem de serviço para início das obras.

d) Execução da obra

Caberá à colaboradora da SDA (CAGECE e SOHIDRA) acompanhar a execução do projeto e emitir o laudo de conclusão e aceitação final do empreendimento, que deverá ser assinado pelo técnico da UGT e pelo representante da entidade beneficiária, atestando que as obras foram executadas em conformidade com o Projeto executivo. Deverá ter, também, o parecer da entidade que irá assumir a gestão do empreendimento.

9. Produtos

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Lista de comunidades a serem beneficiadas	2	Relatório do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - CMDS
Edital lançado	2	Lançamento no site da SDA
Processo Licitatório	2	Processo Licitatório
Sistema de Abastec. D´Água	90	Projetos elaborados
Mód. Sanitários	8.631	Projetos elaborados

10. Metas

- Implantar 90 subprojetos de Abastecimento de Água beneficiando 66.500 pessoas em 55 municípios;
- Implantar 8.631 Módulos Sanitários, beneficiando 8.631 famílias em 64 municípios;

11. Resultados Esperados

- Melhores condições de saúde das famílias beneficiadas.
- Famílias com serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário domiciliar com qualidade;

12. Indicadores de Resultados

- Nº de Famílias beneficiadas com água para consumo;
- Nº de Famílias beneficiadas com esgotamento sanitário;
- Nº de Famílias capacitadas em Gerenciamento de Recursos Hídricos.

13. Monitoramento

O Monitoramento do Projeto será feito a partir de visitas no campo, realizadas reuniões com as famílias, com a participação das colaboradoras CAGECE e SOHIDRA e com a supervisão do Departamento de Arquitetura e Edificações – DAE. Serão realizadas também visitas as obras logo após o envio de cada medição, quando será gerado um relatório constando a aprovação dos itens aplicados e possíveis irregularidades.

Também serão analisados dados inseridos no Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de Projetos – MIS (Sistema de gestão da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais – COPPE), sendo a soma de tudo isto documentado, através de relatórios com fotos de todas as situações.

Coleta de dados

As colaboradoras (CAGECE e SOHIDRA) farão a supervisão e acompanhamento das obras através de visitas in-loco com periodicidade mensal ou de acordo com a necessidade da evolução da obra. Como também será realizado a partir de visitas de campo, logo após o envio de cada medição (documento referência para pagamento e que indica o que foi executado), sendo verificado item por item do que foi executado no sistema de abastecimento de água.

14. Pressupostos de Risco

- Demora no processo licitatório
- Atraso na entrega das obras

15. Orçamento 2015

Natureza da Despesa	FECOP(10) (R$)	BIRD(58) (R$)	Total (R$)
1. Despesas de capital			
1.1 Obras civis Elementos de despesas (**449051**)	8.068.120,48	59.934.117,72	68.002.238,20
Total	**8.068.120,48**	**59.934.117,72**	**68.002.238,20**

16. Cronograma de Desembolso

Item de Despesa	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Obras civis 449051	5.000.000,00	1.000.000,00	229.791,20	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	**8.068.120,48**

17. Distribuição dos Recursos por Municípios:

Região Administrativa	MUNICÍPIOS	Valor FECOP - R$ (2015)	BIRD	Nº Pessoas Beneficiadas
REGIÃO 01 - METROPOLITANA	GUAIUBA	36.785,97	273.264,93	710
	MARANGUAPE	67.811,28	503.736,81	1360
REGIÃO 02 – LITORAL OESTE	MARCO	102.936,59	764.665,55	980
	PENTECOSTE	25.850,67	192.031,95	240
	TURURU	60.749,97	451.281,77	520
	URUBURETAMA	176.285,20	1.309.536,47	1000
	PARAIPABA	123.265,34	915.677,90	3025
	TEJUÇUOCA	814.126,29	6.047.745,66	2500
	Itarema	56.751,48	421.579,00	705
	Itapipoca	175.686,10	1.305.086,01	1730
REGIÃO 03 – SOBRAL/IBIAPABA	GRAÇA	41.880,24	311.107,79	1010
	RERIUTABA	105.238,24	781.763,38	1460
	SANTANA DO ACARAÚ	133.712,15	993.282,07	980
	FORQUILHA	234.421,08	1.741.399,45	920
	CARIRÉ	14.026,99	104.199,68	315
	IRAUÇUBA	71.133,91	528.418,96	445
	SOBRAL	825.066,21	6.129.013,02	3145
REGIÃO 04 – SERTÃO DOS INHAMUNS	INDEPENDÊNCIA	37.687,12	279.959,16	325
	IPÚ	69.887,66	519.161,18	850
	MONSENHOR TABOSA	56.983,21	423.300,38	415
	NOVA RUSSAS	65.042,36	483.167,88	565
	SANTA QUITÉRIA	45.008,72	334.347,73	225
	QUITERIANÓPOLIS	74.552,49	553.813,97	580
	PARAMBU	9.100,50	67.603,19	275
	AIUABA	191.236,58	1.420.602,91	2335
	TAUÁ	156.692,24	1.163.989,96	2190
REGIÃO 05 – SERTÃO CENTRAL	BANABUIÚ	143.873,78	1.068.767,87	1180
	MOMBAÇA	79.897,95	593.522,73	1630
	QUIXADÁ	36.714,23	272.732,05	280
	Choró	106.352,88	790.043,45	4030
	CARIDADE	168.941,50	1.254.983,71	3080
	CANINDÉ	55.504,47	412.315,56	860
	BOA VIAGEM	105.474,64	783.519,50	1650
	ITATIRA	38.399,94	285.254,36	395
REGIÃO 06 – BATURITÉ	CAPISTRANO	255.893,49	1.900.907,48	990
	PALMACIA	98.168,15	729.243,10	935
	REDENÇÃO	59.118,58	439.162,97	565

Região Administrativa	MUNICÍPIOS	Valor FECOP - R$ (2015)	BIRD	Nº Pessoas Beneficiadas
REGIÃO 07 – LITORAL LESTE	ARACATI	153.154,41	1.137.709,12	1840
	CASCAVEL	304.490,28	2.261.909,23	3770
	JAGUARIBARA	57.086,15	424.065,08	150
	PEREIRO	215.312,30	1.599.449,65	1290
	IBICUITINGA	47.297,84	351.352,53	300
	LIMOEIRO DO NORTE	74.667,73	554.669,98	350
	RUSSAS	294.981,87	2.191.275,94	1350
	JAGUARUANA	215.608,77	1.601.652,01	1415
	JAGUARIBE	16.190,85	120.273,91	440
	ERERÊ	53.367,87	396.443,79	390
	MORADA NOVA	219.700,59	1.632.048,17	3620
REGIÃO 8 - CARIRI /CENTRO-SUL	ASSARÉ	20.355,04	151.207,60	190
	CAMPOS SALES	74.345,53	552.276,52	405
	POTENGI	69.582,18	516.891,96	555
	CRATO	139.930,86	1.039.477,86	835
	MISÃO VELHA	61.747,18	458.689,55	315
	FARIAS BRITO	327.711,26	2.434.406,51	3260
	MAURITI	298.608,19	2.218.214,06	3290
	BREJO SANTO	118.364,20	879.269,71	140
	VÁRZEA ALEGRE	10.041,73	74.595,12	245
	CATARINA	45.686,55	339.383,04	270
	ACOPIARA	27.545,45	204.621,67	425
	CEDRO	179.883,59	1.336.267,12	745
	ICÓ	87.825,40	652.411,87	1760
	ORÓS	34.376,50	255.366,17	85
TOTAL		**8.068.120,48**	**59.934.117,72**	**71.835**

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Unidade de Gerenciamento de Projetos – UGP / Josias Farias Neto
Técnico	Maria Aibonez Pinheiro Holanda
E-mail	aibonez.holanda@sda.ce.gov.br
Fone	3217-2599

ANEXO 1

Marco Lógico
(São José III – Mapps 340 e 341)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Redução da pobreza rural (Principal impacto do projeto, porém não tem indicador definido) Aumento da renda não proveniente da agricultura Acesso à água potável e esgoto nas áreas rurais	Aumento na renda real (ajustada pela inflação) em decorrência das atividades apoiadas pelo projeto. Número de pessoas nas áreas rurais com acesso a fontes de água tratada no âmbito do projeto. Número de pessoas nas áreas rurais com acesso a saneamento básico no âmbito do projeto. Número de novas ligações residenciais de água encanada através do projeto	Coleta de dados da avaliação de impacto SIGPRO	A avaliação objetiva dos planos de negócios propostos poderia ser preterida com o propósito de usá-los para fins de clientelismo político na área do projeto. A exigência de doações compartilhadas para financiar a execução dos planos de negócios poderia distorcer os mercados financeiros, não obstante a escassa disponibilidade de financiamento rural formal. Os padrões tradicionais de divisão social do trabalho podem dificultar a participação das mulheres na economia produtiva e restringir o seu acesso a oportunidades no mercado de trabalho.

Resultados	Organizações de produtores rurais participantes com acesso a mercados formais Aumento do número de organizações beneficiárias que participam de atividades de recuperação ambiental Aumento da eficiência da produção agrícola através do acesso a tecnologias ambientalmente sustentáveis. Organizações beneficiárias capacitadas em gestão empresarial.	Número de organizações de produtores rurais participantes com acesso a mercados formais (exemplo: PAA e PNAE). Número de organizações beneficiárias participando de atividades de recuperação ambiental e conservação de áreas degradadas. Número de produtores que passaram a ter acesso a tecnologias ambientalmente sustentáveis. Número de organizações de beneficiários treinadas em gestão de investimentos produtivos.	SIGPRO	Instabilidades climáticas severas e consecutivas. Baixo índice de apropriação do conhecimento por conta da baixa escolaridade dos agricultores familiares. Inexistência e/ou informalidade da posse da terra por parte dos agricultores assistidos. Colapso do manancial hídrico em virtude da estiagem. Capacidade de salvaguarda: A implementação de arranjos produtivos depende fortemente da capacidade das organizações de produtores rurais, que varia muito. Distorções demográficas no potencial de acesso aos benefícios do projeto.
Produtos	Assessoria técnica especializada: construção do capital humano (gestão do negócio e boas práticas de produção). apropriação dos conhecimentos agroecológicos para o manejo dos recursos naturais. Sistemas de Abastecimento de Água implantados.	Número de participantes do Projeto treinados e desempenhando suas atribuições corretamente. Número de Sistemas de Abastecimento de Água	SIGPRO	Baixo nível de comprometimento das organizações de Produtores: poderiam se opor ao Objetivo de Desenvolvimento do Projeto – ODP e à metodologia do projeto proposto. Atrasos no repasse de recursos

	Projetos pilotos de Reúso de águas implantados. Módulos sanitários implantados. Capacitações nas áreas de: gestão do negócio, gerenciamento dos recursos hídricos para técnicos e beneficiários, técnicas e manejo do reúso de águas cinzas para técnicos e beneficiários, gestão social, sistema SICONV, temáticas de associativismo e cooperativismo. Programas de capacitação em gerenciamento de sistemas de abastecimento de água potável e de saneamento básico fornecidos aos gerentes dos serviços de recursos hídricos. Programas de capacitação para os beneficiários do projeto para estimular a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis. Capacitação oferecida a funcionários do governo e parceiros estratégicos de acordo com o Plano de Capacitação do projeto. Investimentos produtivos realizados e em operação.	implantados. Número de Projetos Piloto de reaproveitamento da água implantados com apoio do projeto. Número de participantes nos cursos de capacitação oferecidos pelo projeto. Número de projetos produtivos implantados.		para as organizações de produtores poderiam dificultar a implantação dos planos de negócios. Os treinamentos em processos de aquisições e finanças que serão oferecidos às organizações, como condição prévia ao desembolso, também podem ocasionar atrasos.
Atividades	COMPONENTE 1 – SUPERVISÃO DE INCLUSÃO ECONÔMICA Preparação, implementação e supervisionamento dos Planos de Negócios	Número de Planos de Negócios (PLN) elaborados. Número de centrais de armazenamento em áreas		Baixo número de adesão das ERB's aos editais de Manifestação de Interesse, favorecendo assim a demanda negativa.

	Apoio às OPs para a realização de subprojetos de produção e subprojetos de serviços ambientais COMPONENTE 2 – SUPERVISÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO Elaboração e execução de projetos e obras de engenharia de infraestrutura de abastecimento de água potável e saneamento básico Apoio às Associações Comunitárias para a realização de subprojetos de reutilização de águas servidas. PROJETOS PILOTOS DE REÚSO Oficinas de sensibilização e seleção de famílias. Capacitação metodológica sobre o Sistema Bioágua. Elaboração do Plano de Trabalho.	rurais construídas. Número de projetos produtivos e de serviços ambientais realizados. Número de políticas de gestão de riscos elaboradas. Número de Projetos Executivos elaborados. Número de projetos de engenharia analisados e supervisionados. Número de modelos de sistemas de gestão de distribuição de água com escala ampliada. Número de soluções piloto para a operação e gestão sustentáveis desenvolvidas. Número de associações comunitárias apoiadas. Número de oficinas de sensibilização de famílias realizadas. Número de capacitações realizadas.	SIGPRO	Problemas técnicos inerentes ao sistema SCC e/ou dificuldades das ERB's no acesso a *internet.* Ateste de inviabilidade após testes de vazão ou de qualidade da água. Falta de comprometimento dos beneficiários com as atividades de recuperação ambiental. A capacidade técnica da SDA para projetar e executar adequadamente sistemas de M&A poderia inibir a avaliação dos resultados e do impacto associado.

Insumos	Recursos financeiros apropriados pelo Banco Mundial. Contrapartida do Estado (FECOP).	Percentual de recurso investido por fonte.	SIGPRO	Cancelamento da operação de crédito em decorrência do baixo percentual de execução fonte BIRD. Desvalorização cambial, aumentando significativamente o montante do desembolso previsto inicialmente.

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

PROJETO: Construção de Cisternas de Placas (1)

Janeiro / 2015

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	029 – Enfrentamento a Pobreza Rural
Mapp (Nº e Denominação)	353 – Construção de 33.400 cisternas de placas – Aditivo ao Convênio MDS Construção de 49.000 cisternas
Período de Execução (em 2015)	janeiro a dezembro
Categoria	Estruturante – Infraestrutura Domiciliar

1. Descrição do Projeto

O projeto **Construção de Cisternas de Placas** integra o Programa Água para Todos. É desenvolvimento em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN. Em 2009 o Governo do Estado firmou com esse ministério o Convênio Nº718479/2009 para a construção de cisternas de placas. O aporte da contrapartida do Governo Estadual se dava com recursos do FECOP e as ações eram acompanhadas no sistema WebMapp com o número 230. Em 2012 foi feito um aditivo a este convênio e elaborado o projeto ora descrito.

Objetiva a instalação de um sistema de captação e a construção de reservatórios para armazenamento de água das chuvas. Seus beneficiários devem estar enquadrados nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012/2015 o projeto se insere no âmbito do Programa 29 “Enfrentamento à Pobreza Rural”; Objetivo nº 007 “Construir cisternas, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário simplificado visando proporcionar a melhoria de qualidade de vida das famílias nas comunidades rurais do Estado”; Meta nº 01179 “Implantar 107.559 cisternas para consumo humano, nas comunidades rurais” e Iniciativa nº 1809 “Construção de reservatórios para captação e armazenamento de água para o consumo humano no semi-árido”

Na Matriz de Resultados do Governo o projeto contribui para o alcance do resultado setorial “Infraestrutura para Agricultura Familiar Fortalecida” e suas realizações podem ser aferidas por meio dos indicadores “Nº de famílias beneficiadas com cisternas”.

3. Diagnóstico

A região do semiárido reúne um conjunto de características climáticas, geomorfológicas, econômicas e sociais peculiares, que resultam numa paisagem marcada pela dificuldade no acesso a recursos hídricos.
Do ponto de vista climático, o semiárido é marcado pela forte insolação, pela baixa nebulosidade, por elevadas taxas de evaporação, por temperaturas constantes relativamente altas e pelo regime de chuvas marcado pela irregularidade e concentração das precipitações num curto período de tempo. A pluviosidade média gira

em torno de 350 a 800 mm anuais, havendo uma evapotranspiração e insolação elevadas (2.000 mm/ano e 2.800 horas/ano, respectivamente). Em toda região, pouquíssimos rios e corpos d'água são perenes e as condições reduzidas para armazenamento de água subterrânea agravam ainda mais a seca e aumentam o risco de desertificação em toda a região.

As chuvas são concentradas em um período de três a quatro meses. Além de concentradas no tempo, normalmente ocorrem sob a forma de fortes aguaceiros de pequena duração. Essas características, aliadas à baixa taxa de infiltração no solo, acarretam no rápido escoamento superficial e, conseqüentemente, no agravamento das condições de acesso a recursos hídricos para uso doméstico, produção agropecuária, além da vegetação e animais em geral.

A população da região semi-árida é estimada em 18,5 milhões, correspondendo a 11 % da população brasileira. Quarenta e seis por cento da população (8,6 milhões) vivem em áreas rurais e subsistem sob grande vulnerabilidade social e econômica. Segundo estudos da Embrapa Semi-Árido (CPATSA/Embrapa), 60 dias após o encerramento do período das chuvas, 550 mil dos 2,6 milhões de estabelecimentos rurais da região passam a viver sem qualquer tipo de água para o consumo humano ou animal, nos seus próprios agroecossistemas familiares. Se considerarmos um período de 120 dias após o término das chuvas, podemos projetar que mais de 1 milhão de estabelecimentos fiquem sem qualquer fonte de água no período de seca.

Esta seca possui conseqüências sociais graves e duradouras, contribuindo para a insegurança alimentar da população e outros problemas sociais, incluindo a incidência de inúmeras doenças. Devido à desnutrição e ao consumo de água de baixa qualidade, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil na região do semi-árido é historicamente a maior do país.

O território cearense é basicamente situado/classificado como semiárido, sendo 150 de seus 184 municípios considerados como tal. Sabe-se ainda que esta classificação é muito antiga, que inclusive há uma proposta de alteração desta classificação, na qual todos os municípios passam a ter esta classificação, em virtude da irregularidade no quadro climático, em especial quanto ao índice pluviométrico.

O semiárido brasileiro é o maior do mundo em termos de extensão e de densidade demográfica. Com uma área de aproximadamente 980.000 km², abrange 80% do território da região Nordeste. O Estado do Ceará tem uma superfície de aproximadamente 147 mil km² dos quais 92% estão situados no semiárido, excluídas apenas as zonas litorâneas e as serras úmidas, que compreendem cerca de 8,0% da área total. Nesta área geográfica, segundo o último Censo Agropecuário realizado em 2006, existem mais de 341 mil estabelecimentos e destes 90% são da agricultura familiar.

Por meio do Programa Água para Todos foram construídas no Ceará, em sua primeira 15.950 cisternas, na segunda 49.000 cisternas. A terceira fase encontra-se em execução e estima construir 33.400 cisternas. A quarta etapa prevê a construção de 11.639 cisternas e encontra-se aguardando a conclusão da regulamentação do Programa. A quinta etapa, com um total de 7.947 cisternas está em negociação final

com o MDS. Ao fim da execução das etapas ora previstas o Programa garantirá o acesso à água para aproximadamente 117.936 famílias em 161 Municípios.

4. Justificativa

As populações difusas, na maior parte do semi-árido, pouco foram assistidas pelo poder público. As políticas públicas de convivência com o semi-árido já implementadas no Estado, ainda não chegam, de forma satisfatória, ao ponto de modificar substancialmente o cenário existente. Os programas de captação e adução de água para populações difusas ainda não têm a amplitude necessária diante das carências e necessidades observadas.

O Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, no intuito de minimizar os danos sociais causados pela escassez de água no semiárido, lançou em novembro de 2005 o Programa de Cisternas de Placas, uma iniciativa para melhorar o acesso à água para a população de baixa renda que sofre com os efeitos das secas prolongadas, fortalecendo a convivência com o semiárido e garantindo melhor qualidade de vida.

A construção de cisternas de placa tem se constituído em uma alternativa apropriada para oferecer água de qualidade em quantidade para o consumo humano. Trata-se de uma tecnologia simples e de baixo custo, na qual a água da chuva é captada do telhado por meio de calhas e armazenada em um reservatório de 16 mil litros, capaz de garantir água para atender uma família de cinco pessoas em um período de estiagem de aproximadamente oito meses.

5. Histórico

O Programa iniciou em 2005, numa parceria entre MDS e o Estado do Ceará para construção de 15.950 cisternas, em dezembro de 2009 foi firmado mais um convênio para 49.000 cisternas o qual foi posteriormente aditivado permitindo a construção de mais 33.400 cisternas – objeto do projeto ora apresentado e beneficiará 35 municípios do Estado do Ceará. Em Dezembro de 2012 foi firmado outro convênio com meta de 11.639 cisternas e em Dezembro de 2013, foi negociado mais um total de 7.947 cisternas de placas.

Para o projeto ora apresentado, temos o seguinte histórico financeiro:

Ano	Nº de famílias beneficiadas	Nº de beneficiários	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado
2006 - 2009	15.950,00	79.750,00	3.289.342,30	17.875.000,00	**21.164.342,30**
2010	7.483,00	37.415,00	15.871.505,11	5.859.869,27	**21.731.374,38**
2011	24.484,00	122.420,00	23.905.182,39	32.718.122,98	**56.623.305,37**
2012	17.771,00	88.855,00	12.737.078,92	17.840.281,94	**30.577.360,86**
2013	14.739,00	73.695,00	6.649.638,50	12.748.071,87	**19.397.710,37**
2014	20.318,00	101.590,00	7.643.253,92	32.534.613,12	**40.177.867,04**
TOTAL	**100.745**	**503.725**	**70.096.001,14**	**119.575.959,18**	**189.671.960,32**

6. Público Alvo

Famílias de baixa renda, localizadas na zona rural, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, que vivem em situação de extrema pobreza e que não disponham de fonte de água ou meio suficientemente adequado de armazená-la para o suprimento das suas necessidades.

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- As famílias devem estar enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, mesmo que ainda não tenham sido beneficiadas e inseridas no CadÚnico.

- Na perspectiva de integrar as políticas públicas o Programa de Cisternas irá priorizar as famílias rurais beneficiárias dos programas estaduais de Reforma Agrária, as comunidades quilombolas, as comunidades indígenas e as comunidades atendidas pelo carro pipa.

7. Objetivos

Geral

Facilitar aos beneficiários o acesso a água para consumo humano.

Específicos

- Evitar deslocamentos e grandes caminhadas em busca de água
- Disponibilizar água de qualidade
- Melhorar a convivência com o semiárido
- Promover a educação da população em questão de saúde, higiene, ecologia e cidadania

8. Atividades / Detalhamento das atividades

Requisitos para acesso ao Programa:

Documentos: 1. Ata da reunião da Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS; 2. Solicitação da entidade demandante; 3. Carteira de identidade, CPF, Número de Inscrição Social – NIS.

Informações Necessárias: 1. Comunidade situada em município inserido no semiárido cearense; 2. Comunidade sem acesso a sistema de abastecimento de água potável; 3. Famílias beneficiárias enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família do Governo Federal; Critérios para Seleção das Famílias: 1. Comunidades indígenas e quilombolas são prioritárias em elegibilidade; 2. Famílias chefiadas por mulheres; 3. Maior número de crianças de 0 a 6 anos; 4. Maior número de crianças em idade escolar; 5. Maior número de pessoas portadoras de necessidades especiais; 6. Maior número de idosos;

a) Seleção da Demanda Comunidade

O Ministério do Desenvolvimento Social – MDS define a área de atuação do Programa com os municípios a serem atendidos;

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA através da Célula de Planejamento e Programação – CEPEP define o número de famílias a serem atendidas por município com base no estudo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e realiza processo licitatório para seleção das entidades executoras sem fins lucrativos;

A Entidade representativa dos beneficiários (Associação, Sindicato, Prefeitura) faz a solicitação através de encaminhamento de ofício, com as demandas da comunidade e o número de famílias a serem beneficiadas, para abertura do processo na Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA;

A Célula de Planejamento e Programação – CEPEP, unidade prestadora, recebe a solicitação e cadastra a demanda e repassa para entidade executora, que encaminha à Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca - PACS do município, composta por representantes do Governo Estadual, Municipal, Igreja e Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

A Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS, em conjunto com a entidade executora, realiza reunião para análise das demandas e seleção das comunidades prioritárias que serão contempladas com registro em ata, enviando-a para a Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

A entidade executora após receber a ata da reunião da Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS visita a comunidade selecionada e realiza o cadastro dos beneficiários que se enquadram no Programa de Construção de Cisternas de Placas e realiza licitação para aquisição de material de construção sendo supervisionada pela Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

b) Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos

O beneficiário selecionado participa necessariamente do Curso de Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos – GRH realizado pela entidade executora, esta capacitação busca apresentar uma convivência sustentável com o semiárido, como fazer o uso adequado da água armazenada na cisterna e como fazer a manutenção da mesma;

c) Capacitação de pedreiros

A capacitação de pedreiro visa apresentar as especificidades da tecnologia utilizada incluindo desde a abordagem às famílias beneficiadas, passando pela relação de material, marcação da cisterna, composição dos traços, confecção e montagem das placas, cobertura, reboco, canalização da água, dentre outros.

d) Construção de cisternas de placas

O beneficiário, como contrapartida, escava o buraco para a construção da cisterna de placa;

A entidade executora realiza a construção da cisterna de placa e emite termo de recebimento da obra assinado pelo beneficiário e encaminha para Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

A Célula de Planejamento e Programação – CEPEP encaminha à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATERCE a relação dos beneficiários das cisternas de placas construídas para o atesto de recebimento da obra

9. Produtos

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Famílias cadastradas	5.220	Sistema SIG Cisternas: http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas
Famílias Capacitadas	5.220	Sistema SIG Cisternas: http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas
Cisterna construída	5.220	Sistema SIG Cisternas: http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas

10. Metas

- Mobilizar 5.220 famílias;
- Capacitar 5.220 famílias;
- Construir 5.220 cisternas.

11. Resultados Esperados

Água em quantidade água suficiente para as famílias beneficiárias beberem e cozinharem.

12. Integração de Ações

Atualmente a determinação do Governo do Ceará de não tratar o problema da seca como um fenômeno emergencial e sim passível de ações estruturantes se reflete nos programas executados através das Secretarias de Estado e seus programas, notadamente a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (Projeto São José e Programa de Ação de Convivência com a Seca – PACS – Programa de Cisternas).

Considerando que a água captada para armazenamento nas cisternas é captada do escoamento do telhado das casas e que estes telhados não tem sempre uma boa conservação, as casas muitas vezes são de taipa, uma das ações governamentais que agregaria ao programa em questão é o Programa Federal Minha Casa Minha Vida. O Programa subsidia a produção de unidades habitacionais aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, e abrange todos os municípios nacionais, independentemente do número de habitantes.

Os recursos para produção das unidades habitacionais são oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e são concedidos diretamente às pessoas físicas, trabalhadores rurais ou agricultores familiares, organizadas sob a forma coletiva.
A setorial no Estado do Ceará que vem trabalhando a problemática da implantação e melhorias de habitação é a Secretaria das Cidades, onde conta com o programa de Produção Habitacional do Governo do Estado visam à indução e auxílio financeiro e técnico para que os agentes envolvidos possam acessar aos Programas Federais "Minha Casa Minha Vida" e os programas de Melhorias Habitacionais do Governo do Estado do Ceará que visam à redução do déficit habitacional qualitativo, levando melhoria a habitações em situações precárias e a produção em regime de autoconstrução, de unidades sanitárias domiciliares para unidades habitacionais que ainda não disponha.

A Coordenadoria de Habitação de Interesse Social da Secretaria das Cidades é responsável pela implantação dos planos, programas e projetos habitacionais, voltados prioritariamente para a população de baixa renda.

13. Monitoramento

O monitoramento do Projeto se dará através de visitas de campo em cada entidade parceira e nas famílias cadastradas e nas cisternas após a sua implementação. As capacitações também serão acompanhadas, observando se seu conteúdo, período de realização está sendo de acordo com a proposta do projeto.
Outra forma de monitoramento serão as reuniões de acompanhamento, que deverão ser mensais e conjuntas com a coordenação do Programa.

13.1. Dados Utilizados

O Ministério do Desenvolvimento Social disponibiliza o "Sistema de Informações Gerenciais – SIG / Cisternas" disponível no sítio: http://aplicacoes.mds.gov.br/cistesc/, onde os dados são inseridos, sendo possível também a consulta pública. Em tal sistema estão contidos todos os dados das famílias beneficiadas como (CPF, NIS, etc), famílias capacitadas, pedreiros capacitados e de cisternas construídas pelo Estado do Ceará. O sistema permite a consulta por unidade familiar beneficiada, por comunidade, por município e pelo número do convênio de receita (MDS/SDA), cuja periodicidade ocorrerá a cada mês.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Os beneficiários são cadastrados no Sistema SIG Cisternas:
http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas

14. Pressupostos de Risco

Desde 2011, temos observado que a escassez ou o excesso de chuvas podem impactar o desenvolvimento das ações: Chuva de menos gerando dificuldade de ter água inclusive para a confecção das placas de cimento; chuva demais atrasa a confecção das placas, uma vez que as mesmas demoram mais para secar e alaga o local onde será construída a cisterna.

15. Orçamento

NATUREZA DA DESPESA	FECOP	Outras Fontes	TOTAL
1. DESPESAS CORRENTES	**2.243.268,88**	**15.346.609,79**	**17.589.878,67**
1.1 Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Repasse para Entidade (335041)	999.314,40	15.346.609,79	16.345.924,19
1.2 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elementos de Despesas (335039)	1.243.954,48		1.243.954,48
2. DESPESAS DE CAPITAL	**422.928,99**	**1.668.211,50**	**2.091.140,49**
2.1 Obras Civis			0
Elementos de Despesas (445042)	283.353,65	1.668.211,50	1.951.565,15
2.2 Equipamentos e Material Permanente			0
Elemento de Despesas (449052)	139.575,34		139.575,34
2.3 Outras Despesa de Capital			0
Elemento de Despesas			0
TOTAL GERAL	**2.666.197,87**	**17.014.821,29**	**19.681.019,16**

(*) Ministério do Desenvolvimento Social

A ampliação do valor do projeto se dá devido a um recurso liberado pelo Ministério do Desenvolvimento Social do rendimento do convênio de receita (fonte 82) que tem por objetivo a ampliação de 4.420 cisternas de placas.

16. Cronograma de Desembolso fonte FECOP

Item de Despesa	mar/15	out/15	nov/15	Total
Despesa Corrente (R$)	676.686,38	1.015.029,58	551.552,92	2.243.268,88
Despesa Capital (R$)	169.171,60	253.757,39		422.928,99
Total (R$)	845.857,98	1.268.786,97	551.552,92	2.666.197,87

17. Distribuição dos Recursos por Município – 2015

Nº de ordem	REGIÃO ADM.	Território	Município	FECOP	OUTRAS FONTES	Pessoas Beneficiadas	TOTAL
1	4	Sert. dos Inhamuns	Aiuaba	5.107,66	32.595,45	50	37.703,11
2	5	Sertão Central	Boa Viagem	143.014,45	912.672,41	1400	1.055.686,86
3	8	Cariri - Centro Sul	Campos Sales	5.107,66	32.595,45	50	37.703,11
4	5	Sertão Central	Caridade	5.107,66	32.595,45	50	37.703,11

5	3	Sobral - Ibiapaba	Croatá	6.129,20	39.114,54	60	45.243,74
6	7	Lit. Leste - Jaguaribe	Ererê	10.215,32	65.190,89	100	75.406,21
7	6	Baturité	Guaramiranga	5.107,66	32.595,45	50	37.703,11
8	5	Sertão Central	Ibaretama	5.107,66	32.595,45	50	37.703,11
9	8	Cariri - Centro Sul	Icó	7.661,49	48.893,17	75	56.554,66
10	4	Sert. dos Inhamuns	Ipueiras	25.538,30	162.977,22	250	188.515,52
11	7	Lit. Leste - Jaguaribe	Iracema	15.322,98	97.786,33	150	113.109,31
12	2	02 - Litoral Oeste	Itapipoca	955.132,19	6.095.347,86	9350	7.050.480,05
13	5	Sertão Central	Itatira	5.107,66	32.595,45	50	37.703,11
14	7	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaribara	5.107,66	32.595,45	50	37.703,11
15	7	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaribe	20.430,64	130.381,78	200	150.812,42
16	3	Sobral - Ibiapaba	Mucambo	5.107,66	32.595,45	50	37.703,11
17	4	Sert. dos Inhamuns	Parambu	2.553,83	16.297,60	25	18.851,43
18	7	Lit. Leste - Jaguaribe	Pereiro	10.215,32	65.190,89	100	75.406,21
19	3	Sobral - Ibiapaba	Reriutaba	22.984,47	146.679,50	225	169.663,97
20	5	Sertão Central	Santa Quitéria	5.107,66	32.595,45	50	37.703,11
21	3	Sobral - Ibiapaba	Sobral	970.455,10	6.193.134,19	9500	7.163.589,29
22	4	Sert. dos Inhamuns	Tamboril	413.720,36	2.640.230,89	4050	3.053.951,25
23	3	Sobral - Ibiapaba	Varjota	16.855,28	107.564,97	165	124.420,25
TOTAL				**2.666.197,87**	**17.014.821,29**	**26.100**	**19.681.019,16**

* Estimado total de 5 pessoas por família

18. Responsável pelo projeto

Coordenadoria	Coordenadoria de Projetos e Programas Especiais
Técnico	Francisco Abelardo Cavalcante Camurça
e-mail	abelardo.camurca@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8112
Técnico	Neyara Araújo Lage
e-mail	neyara.lage@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8139
Técnico	Gisely de Sousa Castro
e-mail	gisely.castro@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8114

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

PROJETO: Construção de Cisternas de Placas (2)

Maio de 2015

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	029 – Enfrentamento a Pobreza Rural
Mapp (Nº e Denominação)	389 - Construção de 14.245 cisternas de placas e 211 cisternas escolares
Período de Execução (em 2015)	Janeiro a Dezembro
Categoria	Estruturante – Infraestrutura Domiciliar

1. Descrição do Projeto

O projeto **Construção de Cisternas de Placas** integra o Programa Água para Todos. É desenvolvimento em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN. Em 2009 o Governo do Estado firmou com esse ministério o Convênio Nº718479/2009 para a construção de cisternas de placas. O aporte da contrapartida do Governo Estadual se dava com recursos do FECOP e as ações eram acompanhadas no sistema WebMapp com o número 230 e 353. Em 2012 foi feito um novo convênio (775943/2012) para dar continuidade ao atendimento às famílias com dificuldade de acessar água.

Objetiva a instalação de um sistema de captação e a construção de reservatórios para armazenamento de água das chuvas. Seus beneficiários devem estar enquadrados nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012/2015 o projeto se insere no âmbito do Programa 29 “Enfrentamento à Pobreza Rural”; Objetivo nº 007 “Construir cisternas, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário simplificado visando proporcionar a melhoria de qualidade de vida das famílias nas comunidades rurais do Estado”; Meta nº 01179 “Implantar 107.559 cisternas para consumo humano, nas comunidades rurais” e Iniciativa nº 1809 “Construção de reservatórios para captação e armazenamento de água para o consumo humano no semi-árido”

Na Matriz de Resultados do Governo o projeto contribui para o alcance do resultado setorial “Infraestrutura para Agricultura Familiar Fortalecida” e suas realizações podem ser aferidas por meio dos indicadores “Nº de famílias beneficiadas com cisternas”.

3. Diagnóstico

A região do semiárido reúne um conjunto de características climáticas, geomorfológicas, econômicas e sociais peculiares, que resultam numa paisagem marcada pela dificuldade no acesso a recursos hídricos.
Do ponto de vista climático, o semiárido é marcado pela forte insolação, pela baixa nebulosidade, por elevadas taxas de evaporação, por temperaturas constantes relativamente altas e pelo regime de chuvas marcado pela irregularidade e concentração das precipitações num curto período de tempo. A pluviosidade média gira

em torno de 350 a 800 mm anuais, havendo uma evapotranspiração e insolação elevadas (2.000 mm/ano e 2.800 horas/ano, respectivamente). Em toda região, pouquíssimos rios e corpos d'água são perenes e as condições reduzidas para armazenamento de água subterrânea agravam ainda mais a seca e aumentam o risco de desertificação em toda a região.

As chuvas são concentradas em um período de três a quatro meses. Além de concentradas no tempo, normalmente ocorrem sob a forma de fortes aguaceiros de pequena duração. Essas características, aliadas à baixa taxa de infiltração no solo, acarretam no rápido escoamento superficial e, conseqüentemente, no agravamento das condições de acesso a recursos hídricos para uso doméstico, produção agropecuária, além da vegetação e animais em geral.

A população da região semi-árida é estimada em 18,5 milhões, correspondendo a 11 % da população brasileira. Quarenta e seis por cento da população (8,6 milhões) vivem em áreas rurais e subsistem sob grande vulnerabilidade social e econômica. Segundo estudos da Embrapa Semi-Árido (CPATSA/Embrapa), 60 dias após o encerramento do período das chuvas, 550 mil dos 2,6 milhões de estabelecimentos rurais da região passam a viver sem qualquer tipo de água para o consumo humano ou animal, nos seus próprios agroecossistemas familiares. Se considerarmos um período de 120 dias após o término das chuvas, podemos projetar que mais de 1 milhão de estabelecimentos fiquem sem qualquer fonte de água no período de seca.

Esta seca possui conseqüências sociais graves e duradouras, contribuindo para a insegurança alimentar da população e outros problemas sociais, incluindo a incidência de inúmeras doenças. Devido à desnutrição e ao consumo de água de baixa qualidade, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil na região do semi-árido é historicamente a maior do país.

O território cearense é basicamente situado/classificado como semiárido, sendo 150 de seus 184 municípios considerados como tal. Sabe-se ainda que esta classificação é muito antiga, que inclusive há uma proposta de alteração desta classificação, na qual todos os municípios passam a ter esta classificação, em virtude da irregularidade no quadro climático, em especial quanto ao índice pluviométrico.

O semiárido brasileiro é o maior do mundo em termos de extensão e de densidade demográfica. Com uma área de aproximadamente 980.000 km², abrange 80% do território da região Nordeste. O Estado do Ceará tem uma superfície de aproximadamente 147 mil km² dos quais 92% estão situados no semiárido, excluídas apenas as zonas litorâneas e as serras úmidas, que compreendem cerca de 8,0% da área total. Nesta área geográfica, segundo o último Censo Agropecuário realizado em 2006, existem mais de 341 mil estabelecimentos e destes 90% são da agricultura familiar.

Por meio do Programa Brasil Fome Zero e posteriormente Brasil Sem Miséria foram construídas no Ceará, em sua primeira 15.950 cisternas, na segunda 49.000 cisternas. A terceira fase encontra-se em execução e estima construir 33.400 cisternas. A quarta etapa prevê a construção de 6.237 cisternas e encontra-se aguardando a conclusão da regulamentação do Programa. A quinta etapa, com um total de 7.947 cisternas está em

negociação final com o MDS. Ao fim da execução das etapas ora previstas o Programa garantirá o acesso à água para aproximadamente 117.936 famílias em 161 Municípios.

4. Justificativa

As populações difusas, na maior parte do semi-árido, pouco foram assistidas pelo poder público. As políticas públicas de convivência com o semi-árido já implementadas no Estado, ainda não chegam, de forma satisfatória, ao ponto de modificar substancialmente o cenário existente. Os programas de captação e adução de água para populações difusas ainda não têm a amplitude necessária diante das carências e necessidades observadas.

O Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, no intuito de minimizar os danos sociais causados pela escassez de água no semiárido, lançou em novembro de 2007 o Programa de Cisternas de Placas, uma iniciativa para melhorar o acesso à água para a população de baixa renda que sofre com os efeitos das secas prolongadas, fortalecendo a convivência com o semiárido e garantindo melhor qualidade de vida.

A construção de cisternas de placa tem se constituído em uma alternativa apropriada para oferecer água de qualidade em quantidade para o consumo humano. Trata-se de uma tecnologia simples e de baixo custo, na qual a água da chuva é captada do telhado por meio de calhas e armazenada em um reservatório de 16 mil litros, capaz de garantir água para atender uma família de cinco pessoas em um período de estiagem de aproximadamente oito meses.

5. Histórico

O Programa iniciou em 2005, numa parceria entre MDS e o Estado do Ceará para construção de 15.950 cisternas, em dezembro de 2009 foi firmado mais um convênio para 49.000 cisternas o qual foi posteriormente aditivado permitindo a construção de mais 33.400 cisternas – objeto do projeto ora apresentado e beneficiará 35 municípios do Estado do Ceará. Em Dezembro de 2012 foi firmado outro convênio com meta de 11.639 cisternas e em Dezembro de 2013, foi negociado mais um total de 7.947 cisternas de placas.

Atualmente o Programa de Cisternas é trabalhado dentro do Plano Brasil sem Miséria, buscando a universalização do acesso à água, sendo trabalhado também no orçamento do Ministério da Integração Nacional e Ministério da Saúde. A nível estadual, temos ações do Banco do Nordeste, da Fundação Banco do Brasil e da Articulação do Semi Árido Brasileiro, há ainda parcerias à nível municipal, onde municípios tem execução direta.

Ano	Nº de famílias beneficiadas	Nº de beneficiários	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado
2006 - 2009	15.950,00	79.750,00	3.289.342,30	17.875.000,00	**21.164.342,30**
2010	7.483,00	37.415,00	15.871.505,11	5.859.869,27	**21.731.374,38**

2011	24.484,00	122.420,00	23.905.182,39	32.718.122,98	**56.623.305,37**
2012	17.771,00	88.855,00	12.737.078,92	17.840.281,94	**30.577.360,86**
2013	14.739,00	73.695,00	6.649.638,50	12.748.071,87	**19.397.710,37**
2014	20.318,00	101.590,00	7.643.253,92	32.534.613,12	**40.177.867,04**
TOTAL	**100.745**	**503.725**	**70.096.001,14**	**119.575.959,18**	**189.671.960,32**

*Governo Federal (MDS)

Para o projeto ora apresentado, temos o seguinte histórico financeiro:

Ano	Nº de famílias beneficiadas	Nº de beneficiários	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado
2013	100	100	400.000,00	0,00	400.000,00
2014	2.580	2.580	798.806,16	9.771.236,74	10.570.042,90
TOTAL	**2.680**	**2.680**	**1.198.806,16**	**9.771.236,74**	**10.970.042,90**

*Governo Federal (MDS)

6. Público Alvo

Famílias de baixa renda, localizadas na zona rural, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, que vivem em situação de extrema pobreza e que não disponham de fonte de água ou meio suficientemente adequado de armazená-la para o suprimento das suas necessidades.

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- As famílias devem estar enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, mesmo que ainda não tenham sido beneficiadas e inseridas no CadÚnico.

- Na perspectiva de integrar as políticas públicas o Programa de Cisternas irá priorizar as famílias rurais beneficiárias dos programas estaduais de Reforma Agrária, as comunidades quilombolas, as comunidades indígenas e as comunidades atendidas pelo carro pipa.

7. Objetivos

Geral

Proporcionar aos beneficiários o acesso a água para consumo humano.

Específicos

- Evitar deslocamentos e grandes caminhadas em busca de água
- Disponibilizar água de qualidade
- Melhorar a convivência com o semiárido

- Promover a educação da população em questão de saúde, higiene, ecologia e cidadania

8. Atividades / Detalhamento das atividades

Requisitos para acesso ao Programa:

Documentos: 1. Ata da reunião da Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS; 2. Solicitação da entidade demandante; 3. Carteira de identidade, CPF, Número de Inscrição Social – NIS.

Informações Necessárias: 1. Comunidade situada em município inserido no semiárido cearense; 2. Comunidade sem acesso a sistema de abastecimento de água potável; 3. Famílias beneficiárias enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família do Governo Federal; Critérios para Seleção das Famílias: 1. Comunidades indígenas e quilombolas são prioritárias em elegibilidade; 2. Famílias chefiadas por mulheres; 3. Maior número de crianças de 0 a 6 anos; 4. Maior número de crianças em idade escolar; 5. Maior número de pessoas portadoras de necessidades especiais; 6. Maior número de idosos;

a) Seleção da Demanda Comunidade

O Ministério do Desenvolvimento Social – MDS define a área de atuação do Programa com os municípios a serem atendidos;

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA através da Célula de Planejamento e Programação – CEPEP define o número de famílias a serem atendidas por município com base no estudo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e realiza processo licitatório para seleção das entidades executoras sem fins lucrativos;

A Entidade representativa dos beneficiários (Associação, Sindicato, Prefeitura) faz a solicitação através de encaminhamento de ofício, com as demandas da comunidade e o número de famílias a serem beneficiadas, para abertura do processo na Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA;

A Célula de Planejamento e Programação – CEPEP, unidade prestadora, recebe a solicitação e cadastra a demanda e repassa para entidade executora, que encaminha à Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca - PACS do município, composta por representantes do Governo Estadual, Municipal, Igreja e Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

A Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS, em conjunto com a entidade executora, realiza reunião para análise das demandas e seleção das comunidades prioritárias que serão contempladas com registro em ata, enviando-a para a Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

A entidade executora após receber a ata da reunião da Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS visita a comunidade selecionada e realiza o cadastro dos beneficiários que se enquadram no Programa de Construção de Cisternas de Placas e realiza licitação para aquisição de material de construção sendo supervisionada pela Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

b) Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos

O beneficiário selecionado participa necessariamente do Curso de Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos – GRH realizado pela entidade executora, esta capacitação busca apresentar uma convivência sustentável com o semiárido, como fazer o uso adequado da água armazenada na cisterna e como fazer a manutenção da mesma;

c) Capacitação de pedreiros

A capacitação de pedreiro visa apresentar as especificidades da tecnologia utilizada incluindo desde a abordagem às famílias beneficiadas, passando pela relação de material, marcação da cisterna, composição dos traços, confecção e montagem das placas, cobertura, reboco, canalização da água, dentre outros.

d) Construção de cisternas de placas

O beneficiário, como contrapartida, escava o buraco para a construção da cisterna de placa;

A entidade executora realiza a construção da cisterna de placa e emite termo de recebimento da obra assinado pelo beneficiário e encaminha para Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

A Célula de Planejamento e Programação – CEPEP encaminha à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATERCE a relação dos beneficiários das cisternas de placas construídas para o atesto de recebimento da obra

9. Produtos

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Famílias Capacitadas	7.695	Sistema SIG Cisternas: http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas
Cisterna construída	7.695	Sistema SIG Cisternas: http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas

10. Metas

19. Mobilizar 7.695 famílias;
20. Capacitar 7.695 famílias;
21. Construir 7.695 cisternas.

11. Resultados Esperados

Água em quantidade água suficiente para as famílias beneficiárias beberem e cozinharem.

12. Integração de Ações

Atualmente a determinação do Governo do Ceará de não tratar o problema da seca como um fenômeno emergencial e sim passível de ações estruturantes se reflete nos programas executados através das Secretarias de Estado e seus programas, notadamente a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (Projeto São José e Programa de Ação de Convivência com a Seca – PACS – Programa de Cisternas).

Considerando que a água captada para armazenamento nas cisternas é captada do escoamento do telhado das casas e que estes telhados não tem sempre uma boa conservação, as casas muitas vezes são de taipa, uma das ações governamentais que agregaria ao programa em questão é o Programa Federal Minha Casa Minha Vida. O Programa subsidia a produção de unidades habitacionais aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, e abrange todos os municípios nacionais, independentemente do número de habitantes.

Os recursos para produção das unidades habitacionais são oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e são concedidos diretamente às pessoas físicas, trabalhadores rurais ou agricultores familiares, organizadas sob a forma coletiva.
A setorial no Estado do Ceará que vem trabalhando a problemática da implantação e melhorias de habitação é a Secretaria das Cidades, onde conta com o programa de Produção Habitacional do Governo do Estado visam à indução e auxílio financeiro e técnico para que os agentes envolvidos possam acessar aos Programas Federais "Minha Casa Minha Vida" e os programas de Melhorias Habitacionais do Governo do Estado do Ceará que visam à redução do déficit habitacional qualitativo, levando melhoria a habitações em situações precárias e a produção em regime de autoconstrução, de unidades sanitárias domiciliares para unidades habitacionais que ainda não disponha.

A Coordenadoria de Habitação de Interesse Social da Secretaria das Cidades é responsável pela implantação dos planos, programas e projetos habitacionais, voltados prioritariamente para a população de baixa renda.

13. Monitoramento

O monitoramento do Projeto se dará através de visitas de campo em cada entidade parceira e nas famílias cadastradas e nas cisternas após a sua implementação. As capacitações também serão acompanhadas, observando se seu conteúdo, período de realização está sendo de acordo com a proposta do projeto.
Outra forma de monitoramento serão as reuniões de acompanhamento, que deverão ser mensais e conjuntas com a coordenação do Programa.

13.1. Dados Utilizados

O Ministério do Desenvolvimento Social disponibiliza o "Sistema de Informações Gerenciais – SIG / Cisternas" disponível no sítio: http://aplicacoes.mds.gov.br/cistesc/, onde os dados são inseridos, sendo possível também a consulta pública. Em tal sistema estão contidos todos os dados das famílias beneficiadas como (CPF, NIS, etc), famílias capacitadas, pedreiros capacitados e de cisternas construídas pelo Estado do Ceará. O sistema permite a consulta por unidade familiar beneficiada, por comunidade, por município e pelo número do convênio de receita (MDS/SDA), cuja periodicidade ocorrerá a cada mês.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Os beneficiários são cadastrados no Sistema SIG Cisternas:
http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas

14. Pressupostos de Risco

Desde 2011, temos observado que a escassez ou o excesso de chuvas podem impactar o desenvolvimento das ações: Chuva de menos gerando dificuldade de ter água inclusive para a confecção das placas de cimento; chuva demais atrasa a confecção das placas, uma vez que as mesmas demoram mais para secar e alagam o local onde será construída a cisterna.

15. Orçamento

NATUREZA DA DESPESA	FECOP	Outras Fontes	TOTAL
1. DESPESAS CORRENTES	**1.046.340,69**	**4.435.305,22**	**5.481.645,91**
Elemento de Despesa (**335039**)	1.046.340,69	4.435.305,22	5.481.645,91
2. DESPESAS DE CAPITAL	**1.149.479,31**	**17.741.220,90**	**18.890.700,21**
Elemento de Despesa (**449039**)	368.112,21	17.741.220,90	18.109.333,11
Elemento de Despesa (**449052**)	781.367,10		781.367,10
TOTAL GERAL	2.195.820,00	22.176.526,12	24.372.346,12

16. Cronograma de Desembolso fonte FECOP

Item de Despesa	mar/15	jun/15	out/15	Total
Despesa Corrente (R$)	1.189.164,00			1.189.164,00
Despesa Capital (R$)	1.006.656,00			1.006.656,00
Total (R$)	2.195.820,00			2.195.820,00

17. Distribuição dos Recursos por Município – 2015

Nº de ordem	REGIÃO ADM.	Região adm / Território	Município	FECOP	OUTRAS FONTES	Pessoas Beneficiadas	TOTAL
1	6	Baturité	Acarape	25.980,23	262.385,51	530	335.692,45
2	8	Cariri - Centro Sul	Antonina do Norte	23.284,17	235.156,82	475	300.856,44
3	8	Cariri - Centro Sul	Baixio	70.097,61	707.945,81	1430	905.736,24
4	8	Cariri - Centro Sul	Cariús	137.989,36	1.393.613,60	2815	1.782.970,29
5	3	Sobral - Ibiapaba	Guaraciaba do Norte	411.762,21	4.158.562,77	8400	5.320.408,69
6	8	Cariri - Centro Sul	Iguatu	332.596,02	3.359.029,57	6785	4.297.496,78
7	8	Cariri - Centro Sul	Ipaumirim	86.764,18	876.268,58	1770	1.121.086,12
8	3	Sobral - Ibiapaba	Irauçuba	6.127,41	61.883,37	125	79.172,75
9	7	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaretama	6.127,41	61.883,37	125	79.172,75
10	8	Cariri - Centro Sul	Jucás	94.852,37	957.954,64	1935	1.225.594,15
11	7	Lit. Leste - Jaguaribe	Limoeiro do Norte	183.087,12	1.849.075,23	3735	2.365.681,72
12	3	Sobral - Ibiapaba	Massapê	162.008,82	1.636.196,42	3305	2.093.327,47
13	2	Litoral Oeste	Miraíma	6.127,41	61.883,37	125	79.172,75
14	8	Cariri - Centro Sul	Orós	127.695,30	1.289.649,53	2605	1.649.960,08
15	7	Lit. Leste - Jaguaribe	Potiretama	6.127,41	61.883,37	125	79.172,75
16	5	Sertão Central	Quixeramobim	256.861,19	2.594.151,06	5240	3.318.921,61
17	7	Lit. Leste - Jaguaribe	Quixeré	45.342,86	457.936,97	925	585.878,34
18	8	Cariri - Centro Sul	Salitre	206.861,51	2.089.182,76	4220	2.672.871,99
19	8	Cariri - Centro Sul	Umari	6.127,41	61.883,37	125	79.172,75
TOTAL				**2.195.820,00**	**22.176.526,12**	**44.795**	**28.372.346,12**

* Estimado aproximadamente 5 pessoas por família

18. Responsável pelo projeto

Coordenadoria	Coordenadoria de Projetos e Programas Especiais
Técnico	Francisco Abelardo Cavalcante Camurça
e-mail	abelardo.camurca@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8112
Técnico	Neyara Araújo Lage
e-mail	neyara.lage@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8139
Técnico	Gisely de Sousa Castro
e-mail	gisely.castro@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8114

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

PROJETO: Construção de Cisternas de Placas (3)

Janeiro de 2015

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	029 – Enfrentamento a Pobreza Rural
Mapp (Nº e Denominação)	476 - Implementação de 7.947 cisternas de placas e Capacitação em Convivência Sustentável com o Semiárido.
Período de Execução (em 2015)	janeiro a dezembro
Categoria	Estruturante – Infraestrutura Domiciliar

1. Descrição do Projeto

O projeto **Construção de Cisternas de Placas** integra o Programa Água para Todos. É desenvolvimento em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN. Em 2009 o Governo do Estado firmou com esse ministério o Convênio Nº718479/2009 para a construção de cisternas de placas. O aporte da contrapartida do Governo Estadual se dava com recursos do FECOP e as ações eram acompanhadas no sistema WebMapp com o número 230, 353 e 489. Em 2013 foi feito um outro convênio (795128/2013) para dar complementar a demanda de municípios que foram atendidos através do convênio 718479/20109.

Objetiva a instalação de um sistema de captação e a construção de reservatórios para armazenamento de água das chuvas. Seus beneficiários devem estar enquadrados nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012/2015 o projeto se insere no âmbito do Programa 29 “Enfrentamento à Pobreza Rural”; Objetivo nº 007 “Construir cisternas, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário simplificado visando proporcionar a melhoria de qualidade de vida das famílias nas comunidades rurais do Estado”; Meta nº 01179 “Implantar 107.559 cisternas para consumo humano, nas comunidades rurais” e Iniciativa nº 1809 “Construção de reservatórios para captação e armazenamento de água para o consumo humano no semi-árido”

Na Matriz de Resultados do Governo o projeto contribui para o alcance do resultado setorial “Infraestrutura para Agricultura Familiar Fortalecida” e suas realizações podem ser aferidas por meio dos indicadores “Nº de famílias beneficiadas com cisternas”.

3. Diagnóstico

A região do semiárido reúne um conjunto de características climáticas, geomorfológicas, econômicas e sociais peculiares, que resultam numa paisagem marcada pela dificuldade no acesso a recursos hídricos.

Do ponto de vista climático, o semiárido é marcado pela forte insolação, pela baixa nebulosidade, por elevadas taxas de evaporação, por temperaturas constantes relativamente altas e pelo regime de chuvas marcado pela irregularidade e concentração das precipitações num curto período de tempo. A pluviosidade média gira em torno de 350 a 800 mm anuais, havendo uma evapotranspiração e insolação elevadas (2.000 mm/ano e 2.800 horas/ano, respectivamente). Em toda região,

pouquíssimos rios e corpos d'água são perenes e as condições reduzidas para armazenamento de água subterrânea agravam ainda mais a seca e aumentam o risco de desertificação em toda a região.

As chuvas são concentradas em um período de três a quatro meses. Além de concentradas no tempo, normalmente ocorrem sob a forma de fortes aguaceiros de pequena duração. Essas características, aliadas à baixa taxa de infiltração no solo, acarretam no rápido escoamento superficial e, conseqüentemente, no agravamento das condições de acesso a recursos hídricos para uso doméstico, produção agropecuária, além da vegetação e animais em geral.

A população da região semi-árida é estimada em 18,5 milhões, correspondendo a 11 % da população brasileira. Quarenta e seis por cento da população (8,6 milhões) vivem em áreas rurais e subsistem sob grande vulnerabilidade social e econômica. Segundo estudos da Embrapa Semi-Árido (CPATSA/Embrapa), 60 dias após o encerramento do período das chuvas, 550 mil dos 2,6 milhões de estabelecimentos rurais da região passam a viver sem qualquer tipo de água para o consumo humano ou animal, nos seus próprios agroecossistemas familiares. Se considerarmos um período de 120 dias após o término das chuvas, podemos projetar que mais de 1 milhão de estabelecimentos fiquem sem qualquer fonte de água no período de seca.

Esta seca possui conseqüências sociais graves e duradouras, contribuindo para a insegurança alimentar da população e outros problemas sociais, incluindo a incidência de inúmeras doenças. Devido à desnutrição e ao consumo de água de baixa qualidade, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil na região do semi-árido é historicamente a maior do país.

O território cearense é basicamente situado/classificado como semiárido, sendo 150 de seus 184 municípios considerados como tal. Sabe-se ainda que esta classificação é muito antiga, que inclusive há uma proposta de alteração desta classificação, na qual todos os municípios passam a ter esta classificação, em virtude da irregularidade no quadro climático, em especial quanto ao índice pluviométrico.

O semiárido brasileiro é o maior do mundo em termos de extensão e de densidade demográfica. Com uma área de aproximadamente 980.000 km², abrange 80% do território da região Nordeste. O Estado do Ceará tem uma superfície de aproximadamente 147 mil km² dos quais 92% estão situados no semiárido, excluídas apenas as zonas litorâneas e as serras úmidas, que compreendem cerca de 8,0% da área total. Nesta área geográfica, segundo o último Censo Agropecuário realizado em 2006, existem mais de 341 mil estabelecimentos e destes 90% são da agricultura familiar.

Por meio do Programa Brasil Fome Zero e posteriormente Brasil Sem Miséria foram construídas no Ceará, em sua primeira 15.950 cisternas, na segunda 49.000 cisternas. A terceira fase encontra-se em execução e estima construir 33.400 cisternas. A quarta etapa prevê a construção de 11.639 cisternas e encontra-se aguardando a conclusão da regulamentação do Programa. A quinta etapa, com um total de 7.947 cisternas está em negociação final com o MDS. Ao fim da execução das etapas ora previstas o Programa garantirá o acesso à água para aproximadamente 117.936 famílias em 161 Municípios.

4. Justificativa

As populações difusas, na maior parte do semi-árido, pouco foram assistidas pelo poder público. As políticas públicas de convivência com o semi-árido já implementadas no Estado, ainda não chegam, de forma satisfatória, ao ponto de modificar substancialmente o cenário existente. Os programas de captação e adução de água para populações difusas ainda não têm a amplitude necessária diante das carências e necessidades observadas.

O Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, no intuito de minimizar os danos sociais causados pela escassez de água no semiárido, lançou em novembro de 2007 o Programa de Cisternas de Placas, uma iniciativa para melhorar o acesso à água para a população de baixa renda que sofre com os efeitos das secas prolongadas, fortalecendo a convivência com o semiárido e garantindo melhor qualidade de vida.

A construção de cisternas de placa tem se constituído em uma alternativa apropriada para oferecer água de qualidade em quantidade para o consumo humano. Trata-se de uma tecnologia simples e de baixo custo, na qual a água da chuva é captada do telhado por meio de calhas e armazenada em um reservatório de 16 mil litros, capaz de garantir água para atender uma família de cinco pessoas em um período de estiagem de aproximadamente oito meses.

5. Histórico

O Programa iniciou em 2005, numa parceria entre MDS e o Estado do Ceará para construção de 15.950 cisternas, em dezembro de 2009 foi firmado mais um convênio para 49.000 cisternas o qual foi posteriormente aditivado permitindo a construção de mais 33.400 cisternas – objeto do projeto ora apresentado e beneficiará 35 municípios do Estado do Ceará. Em Dezembro de 2012 foi firmado outro convênio com meta de 11.639 cisternas e em Dezembro de 2013, foi negociado mais um total de 7.947 cisternas de placas.

Para o projeto ora apresentado, temos o seguinte histórico financeiro:

Ano	Nº de famílias beneficiadas	Nº de beneficiários	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado
2006 - 2009	15.950,00	79.750,00	3.289.342,30	17.875.000,00	**21.164.342,30**
2010	7.483,00	37.415,00	15.871.505,11	5.859.869,27	**21.731.374,38**
2011	24.484,00	122.420,00	23.905.182,39	32.718.122,98	**56.623.305,37**
2012	17.771,00	88.855,00	12.737.078,92	17.840.281,94	**30.577.360,86**
2013	14.739,00	73.695,00	6.649.638,50	12.748.071,87	**19.397.710,37**
2014	20.318,00	101.590,00	7.643.253,92	32.534.613,12	**40.177.867,04**
TOTAL	**100.745**	**503.725**	**70.096.001,14**	**119.575.959,18**	**189.671.960,32**

6. Público Alvo

Famílias de baixa renda, localizadas na zona rural, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, que vivem em situação de extrema pobreza e que não disponham de fonte de água ou meio suficientemente adequado de armazená-la para o suprimento das suas necessidades.

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- As famílias devem estar enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, mesmo que ainda não tenham sido beneficiadas e inseridas no CadÚnico.

- Na perspectiva de integrar as políticas públicas o Programa de Cisternas irá priorizar as famílias rurais beneficiárias dos programas estaduais de Reforma Agrária, as comunidades quilombolas, as comunidades indígenas e as comunidades atendidas pelo carro pipa.

7. Objetivos

Geral

Facilitar aos beneficiários o acesso a água para consumo humano.

Específicos

- Evitar deslocamentos e grandes caminhadas em busca de água
- Disponibilizar água de qualidade
- Melhorar a convivência com o semiárido
- Promover a educação da população em questão de saúde, higiene, ecologia e cidadania

8. Atividades / Detalhamento das atividades

Requisitos para acesso ao Programa:

Documentos: 1. Ata da reunião da Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS; 2. Solicitação da entidade demandante; 3. Carteira de identidade, CPF, Número de Inscrição Social – NIS.

Informações Necessárias: 1. Comunidade situada em município inserido no semiárido cearense; 2. Comunidade sem acesso a sistema de abastecimento de água potável; 3. Famílias beneficiárias enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família do Governo Federal; Critérios para Seleção das Famílias: 1. Comunidades indígenas e quilombolas são prioritárias em elegibilidade; 2. Famílias chefiadas por mulheres; 3. Maior número de crianças de 0 a 6 anos; 4. Maior número de crianças em idade escolar; 5. Maior número de pessoas portadoras de necessidades especiais; 6. Maior número de idosos;

a) Seleção da Demanda Comunidade

O Ministério do Desenvolvimento Social – MDS define a área de atuação do Programa com os municípios a serem atendidos;

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA através da Célula de Planejamento e Programação – CEPEP define o número de famílias a serem atendidas por município com base no estudo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e realiza processo licitatório para seleção das entidades executoras sem fins lucrativos;

A Entidade representativa dos beneficiários (Associação, Sindicato, Prefeitura) faz a solicitação através de encaminhamento de ofício, com as demandas da comunidade e o número de famílias a serem beneficiadas, para abertura do processo na Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA;

A Célula de Planejamento e Programação – CEPEP, unidade prestadora, recebe a solicitação e cadastra a demanda e repassa para entidade executora, que encaminha à Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca - PACS do município, composta por representantes do Governo Estadual, Municipal, Igreja e Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

A Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS, em conjunto com a entidade executora, realiza reunião para análise das demandas e seleção das comunidades prioritárias que serão contempladas com registro em ata, enviando-a para a Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

A entidade executora após receber a ata da reunião da Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS visita a comunidade selecionada e realiza o cadastro dos beneficiários que se enquadram no Programa de Construção de Cisternas de Placas e realiza licitação para aquisição de material de construção sendo supervisionada pela Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

b) Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos

O beneficiário selecionado participa necessariamente do Curso de Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos – GRH realizado pela entidade executora, esta capacitação busca apresentar uma convivência sustentável com o semiárido, como fazer o uso adequado da água armazenada na cisterna e como fazer a manutenção da mesma;

c) Capacitação de pedreiros

A capacitação de pedreiro visa apresentar as especificidades da tecnologia utilizada incluindo desde a abordagem às famílias beneficiadas, passando pela relação de material, marcação da cisterna, composição dos traços, confecção e montagem das placas, cobertura, reboco, canalização da água, dentre outros.

d) Construção de cisternas de placas

O beneficiário, como contrapartida, escava o buraco para a construção da cisterna de placa;

A entidade executora realiza a construção da cisterna de placa e emite termo de recebimento da obra assinado pelo beneficiário e encaminha para Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

A Célula de Planejamento e Programação – CEPEP encaminha à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATERCE a relação dos beneficiários das cisternas de placas construídas para o atesto de recebimento da obra

9. Produtos

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Famílias Capacitadas	7.947	Sistema SIG Cisternas: http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas
Pedreiros Capacitados	80	Sistema SIG Cisternas: http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas
Cisterna construída	3.522	Sistema SIG Cisternas: http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas

10. Metas

- Mobilizar 7.947 famílias;
- Capacitar 7.947 famílias;
- Capacitar 80 pedreiros;
- Construir 3.522 cisternas.

11. Resultados Esperados

Água em quantidade água suficiente para as famílias beneficiárias beberem e cozinharem.

12. Integração de Ações

Atualmente a determinação do Governo do Ceará de não tratar o problema da seca como um fenômeno emergencial e sim passível de ações estruturantes se reflete nos programas executados através das Secretarias de Estado e seus programas, notadamente a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (Projeto São José e Programa de Ação de Convivência com a Seca – PACS – Programa de Cisternas).

Considerando que a água captada para armazenamento nas cisternas é captada do escoamento do telhado das casas e que estes telhados não tem sempre uma boa conservação, pois as casas muitas vezes são de taipa, uma das ações governamentais que agregaria ao programa em questão é o Programa Federal Minha Casa Minha Vida. O Programa subsidia a produção de unidades habitacionais aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, e abrange todos os municípios nacionais, independentemente do número de habitantes.

Os recursos para produção das unidades habitacionais são oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e são concedidos diretamente às pessoas físicas, trabalhadores rurais ou agricultores familiares, organizadas sob a forma coletiva.

A setorial no Estado do Ceará que vem trabalhando a problemática da implantação e melhorias de habitação é a Secretaria das Cidades, que conta com o programa de Produção Habitacional do Governo do Estado visam à indução e auxílio financeiro e técnico para que os agentes envolvidos possam acessar aos Programas Federais "Minha Casa Minha Vida" e os programas de Melhorias Habitacionais do Governo do Estado do Ceará que visam à redução do déficit habitacional qualitativo, levando melhoria às habitações em situações precárias e a produção em regime de autoconstrução, de unidades sanitárias domiciliares para unidades habitacionais que ainda não disponha.

A Coordenadoria de Habitação de Interesse Social da Secretaria das Cidades é responsável pela implantação dos planos, programas e projetos habitacionais, voltados prioritariamente para a população de baixa renda.

13. Monitoramento

O monitoramento do Projeto se dará através de visitas de campo em cada entidade parceira e nas famílias cadastradas e nas cisternas após a sua implementação. As capacitações também serão acompanhadas, observando se seu conteúdo, período de realização está sendo de acordo com a proposta do projeto.
Outra forma de monitoramento serão as reuniões de acompanhamento, que deverão ser mensais e conjuntas com a coordenação do Programa.

13.1. Dados Utilizados

O Ministério do Desenvolvimento Social disponibiliza o "Sistema de Informações Gerenciais – SIG / Cisternas" disponível no sítio: http://aplicacoes.mds.gov.br/cistesc/, onde os dados são inseridos, sendo possível também a consulta pública. Em tal sistema estão contidos todos os dados das famílias beneficiadas como (CPF, NIS, etc), famílias capacitadas, pedreiros capacitados e de cisternas construídas pelo Estado do Ceará. O sistema permite a consulta por unidade familiar beneficiada, por comunidade, por município e pelo número do convênio de receita (MDS/SDA), cuja periodicidade ocorrerá a cada mês.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Os beneficiários são cadastrados no Sistema SIG Cisternas:
http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas

14. Pressupostos de Risco

Desde 2011, temos observado que a escassez ou o excesso de chuvas podem impactar o desenvolvimento das ações: Chuva de menos gerando dificuldade de ter água inclusive para a confecção das placas de cimento; chuva demais atrasa a confecção das placas, uma vez que as mesmas demoram mais para secar e alaga o local onde será construída a cisterna.

15. Orçamento

NATUREZA DA DESPESA	FECOP	Outras Fontes	TOTAL
1. DESPESAS CORRENTES			
Elemento de Despesa **(335039**)	603.596,00	3.026.089,66	3.629.685,66
2. DESPESAS DE CAPITAL			
Elemento de Despesa (**449039**)	79.174,56	12.104.358,63	12.183.533,19
TOTAL GERAL	682.770,56	15.130.448,29	15.813.218,85

(*) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

16. Cronograma de Desembolso fonte FECOP

Item de Despesa	fev/15	jun/15	out/15	Total
Despesas Correntes (R$)	68.277,06	34.138,53	34.138,53	136.554,11
Despesa de Capital (R$)	273.108,22	136.554,11	136.554,11	546.216,45
Total (R$)	341.385,28	170.692,64	170.692,64	682.770,56

17. Distribuição dos Recursos por Município – 2015

N° de ordem	REGIÃO ADM.	região adm / Território	Município	FECOP	OUTRAS FONTES	Pessoas Beneficiadas	TOTAL
1	6	Baturité	Barreira	155.951,63	3.455.945,82	7075	3.611.897,45
2	8	Cariri - Centro Sul	Icó	45.407,82	1.006.254,19	2060	1.051.662,01
3	2	Litoral Oeste	Itarema	55.106,58	1.221.182,27	2500	1.276.288,85
4	5	Sertão Central	Itatira	41.219,72	913.444,34	1870	954.664,06
5	5	Sertão Central	Mombaça	238.501,29	5.285.276,85	10820	5.523.778,14
6	4	Sert. dos Inhamuns	Monsenhor Tabosa	31.080,11	688.746,80	1410	719.826,91
7	4	Sert. dos Inhamuns	Parambu	38.574,61	854.827,59	1750	893.402,19
8	5	Sertão Central	Santa Quitéria	44.085,27	976.945,81	2000	1.021.031,08
9	2	Litoral Oeste	Tejuçuoca	32.843,52	727.824,63	1490	760.668,15
TOTAL				**682.770,56**	**15.130.448,29**	**30.975**	**15.813.218,85**

*Estimado total de 5 pessoas por família

18. Responsável pelo projeto

Coordenadoria	Coordenadoria de Projetos e Programas Especiais
Técnico	José Wanderley Augusto Guimarães
e-mail	Wanderley.guimaraes@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8112
Técnico	Neyara Araújo Lage
e-mail	neyara.lage@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8139
Técnico	Gisely de Sousa Castro
e-mail	gisely.castro@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8114

ANEXO 1

Marco Lógico
(Cisternas - Mapps 353, 389 e 476)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Redução da incidência de doenças de veiculação hídrica. Uso sustentável da água para abastecimento das famílias rurais. Redução dos esforços (físicos/financeiros/tempo) para captação de água.	Percentual da incidência de pessoas com diarreia. Tempo garantido de abastecimento de água à família por meio da cisterna. Forma, investimento e periodicidade para acesso à água.	Questionário socioeconômico do projeto.	Quadro de estiagem prolongada, afetando de forma geral os indicadores socioeconômicos do Estado.
Resultados	Famílias com acesso à água para consumo humano.	Percentual de cobertura da população rural com acesso à água para consumo.	Relatório de acompanhamento do projeto. Sites do IPECE e IBGE.	Escassez de água, inviabilizando a utilização das cisternas.

Produtos	Curso em Gestão de Recursos Hídricos - GRH. Treinamento em implantação de tecnologia social de acesso à água. Cisternas implantadas.	Número de cursos realizados. Número de treinamentos realizados. Número de cisternas implantadas.	Relatório de acompanhamento do projeto.	Escassez de água, inviabilizando a implantação das cisternas. Excesso de chuva, dificultando o acesso às comunidades e o tempo de secagem das cisternas. Capacitações não atingirem resultados satisfatórios. Cisternas fora dos padrões técnicos.
Atividades	Seleção de entidades executoras por meio de chamada pública, conforme Lei n° 12.873. Capacitação de famílias em Gerenciamento dos Recursos Hídricos – GRH. Realização de treinamento para implantação de tecnologia social de acesso à água. Implantação de cisternas.	Número de entidades selecionadas. Número de capacitações para famílias realizadas (cursos). Número de treinamentos realizados. Número de cisternas implantadas. Número de reuniões com a comissão do PACS realizadas. Número de visitas realizadas pelas	Relatório de acompanhamento do projeto.	Indisponibilidade de entidade capacitada. Evasão das famílias dos cursos de GRH. Treinamento em desconformidade com as diretrizes do Projeto. Conflito político na comissão do PACS para escolha dos beneficiários.

	Reunião com a comissão dos Planos de Ação de Convivência com a Seca (PACS) municipais para seleção das comunidades a serem contempladas. Realização de visitas domiciliares com aplicação de questionário socioeconômico para seleção de famílias beneficiárias. Planejamento e elaboração de material didático para os cursos. Acompanhamento e fiscalização das atividades de execução.	equipes técnicas para seleção das famílias. Número de materiais elaborados. Número de cisternas acompanhadas e fiscalizadas.		Não acesso às informações das famílias com veracidade. Não conhecimento da realidade das comunidades que tem acesso ao material didático. Equipe técnica aquém da necessidade.
Insumos	Recursos do FECOP. Recursos Federais (MDS). Técnicos para acompanhamento e fiscalização de campo.	Percentual de recurso investido por fonte. Número de técnicos envolvidos.	Relatório do projeto. Sistema de Acompanhamento e Monitoramento Estadual – WebMapp.	Indisponibilidade de recursos por parte dos Governos Estadual e Federal. Inadimplência do Estado, impossibilitando o recebimento de recurso.

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

Projeto: Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1)

Janeiro de 2015

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA
Programa (PPA)	028 - Desenvolvimento Agropecuário
Mapp (Nº e Denominação)	365 - Construção de 4.200 Cisternas de Enxurrada e 1.500 Barragens Subterrâneas para Quintais Produtivos
Período de Execução 2015	janeiro a dezembro
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

1. Descrição do Projeto

O projeto **Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de Enxurradas e Barragens Subterrâneas** inclui-se no âmbito do Programa Água para Todos que integra o Plano Brasil sem Miséria. O programa é dividido em duas linhas de atuação:

Primeira Água (Água para Consumo) - implementação de cisternas para captação e armazenamento de água da chuva para o consumo humano;

Segunda Água (Água para Produção) - implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva para a produção agropecuária, em propriedades de agricultores familiares do semiárido brasileiro.

O projeto inclui-se nesta segunda linha de atuação sendo financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN com contrapartida do FECOP.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

As ações que o integram incluem-se no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na linha de atividade Acesso à Água, Programa Segunda Água.

Na Matriz de Resultados Estratégicos do Estado do Ceará, o projeto está vinculado ao resultado estratégico setorial “Ampliação do Acesso à Terra e à Água” e suas realizações são aferidas por meio do indicador “Número de famílias beneficiadas com cisternas”.

No PPA 2012-2015, o projeto situa-se no eixo Economia para uma Vida Melhor, área temática Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária, Programa 28 – Desenvolvimento Agropecuário; Objetivo 014 - Implementar ações de apoio técnico e sócioprodutivo, visando ampliar a inserção produtiva e a competitividade dos agricultores familiares; Meta 01146 – Implantar 8.000 quintais produtivos; Iniciativa 4833 - Implantação de projetos produtivos sustentáveis no âmbito da agricultura familiar.

3. Diagnóstico

O MDS constatou com base em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, um baixo nível de investimento direcionado aos

agricultores familiares visando a produção de alimentos e que essa situação agrava-se no semi-árido. Visando preencher essa lacuna, o MDS propõe-se financiar a construção de estruturas descentralizadas para armazenamento de água tais como as cisternas de enxurrada destinadas a armazenar água para a produção de alimentos.

O território cearense possui 148.825,6 km², sendo que deste total aproximadamente 90% está inserido na região semiárida que se caracteriza pela distribuição irregular das chuvas no espaço e no tempo, ou seja, três a quatro meses por ano, com quantidades variáveis.

As características climáticas, geomorfológicas, econômicas e sociais peculiares do semiárido cearenses resultam em uma paisagem marcada pela dificuldade no acesso a recursos hídricos. A pluviosidade média gira em torno de 350 a 800 mm anuais, apresentando evapotranspiração e insolação elevadas (2.000 mm/ano e 2.800 horas/ano, respectivamente). Devido a tais fatores, não existem rios perenes no Ceará, apesar das ações implementadas nos últimos anos, notadamente o chamado cinturão das águas, com vistas a reversão desta situação. Outro fator limitante são as condições reduzidas para armazenamento de água subterrânea.

A população cearense é de 8.185.286 milhões de habitantes, sendo que 2.002.939 vivem na área rural e esta é a população que mais sofre com as adversidades da região semiárida e subsiste sob grande vulnerabilidade social e econômica.

Com relação à economia, o PIB total do estado segundo o IPECE[1] é de 40.597 milhões de reais e o PIB da agropecuária é de 2.947 milhões representando uma participação de 7,3%. Em relação a participação do agronegócio no PIB do Ceará esta é de aproximadamente 32% e só a participação do agronegócio familiar no PIB do Estado é cerca de 12% (Dados de pesquisa Agropolos/FIPE – 2009).

4. Justificativa

Atualmente, a determinação do Governo do Ceará de não tratar o problema da escassez de água na região semi-árida como um fenômeno emergencial e sim passível de ações, se reflete em uma mudança cultural na maneira de se combater o problema, pois se reconhece as vantagens de investir não apenas em grandes obras ou ações emergenciais, mas em soluções simples, barata e emancipadoras.

O Governo do Estado, através de suas secretarias, vêm executando uma série de programas e projetos visando o combate à escassez de água. Dentre elas podemos citar a Secretaria das Cidades (Fecop), Secretaria de Recursos Hídricos (Programa de Abastecimento de Água de Pequenas Comunidades Rurais) e a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA (Projeto São José e Programa de Ação de Convivência com a Seca – PACS – Programa de Cisternas).

A SDA ainda com objetivo de minimizar os danos sociais causados pela escassez de água vem executando vários projetos de práticas agrícolas de convivência com o semiárido. Tais práticas têm como objetivo possibilitar o aproveitamento das águas de chuvas de forma racional, remetendo ao uso de modelos de explorações sustentáveis, em consonância com as propostas estabelecidas no processo de transição

agroecológica.

Dentre estas, se destaca o uso de práticas mecânicas, com a construção de terraços de retenção, cordões de pedra, captação da água de chuva “in situ”, escarificação / descompactação de áreas adensadas, construção de bacias de captação – “barraginhas”, barragens subterrânea, práticas edáficas e vegetativas com a implementação do plantio direto, adubação verde e correção de solo e, ainda, as práticas de transição agroecológicas baseadas na implantação de sistemas agroflorestais - SAF’s e quintais produtivos – QP’s, além da instalação de viveiro de produção de mudas com essências nativas, para recomposição da mata ciliar à margem dos rios e córregos locais, e fruteiras regionais.

Com o projeto ora apresentado, o Governo do Estado pretende investir em uma tecnologia de apoio à produção capaz de possibilitar a segurança alimentar e nutricional das famílias que vivem no semi-árido através da construção de quintais produtivos mantidos com cisternas de enxurrada.

O projeto visa introduzir técnicas de cultivo por meio de ações e mecanismos de transferência de tecnologias com baixo custo financeiro, proporcionando além da segurança alimentar a complementaridade da renda das famílias beneficiadas através da venda do excedente produzido. Pretende ainda, minimizar os impactos ambientais com o aproveitamento do lixo orgânico para adubação e melhorar a qualidade de vida através dessas novas áreas verdes.

A implantação e manutenção de quintais produtivos são consideradas técnicas exitosas e vêm sendo incentivada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em diferentes regiões do país.

É relevante ressaltar que cada cisterna de enxurrada terá capacidade para armazenar aproximadamente 50 mil litros de água, destinadas exclusivamente para irrigação, que garantirão abastecimento para produção nos meses de estiagem. Nessa tipologia de cisterna a água das chuvas é captada através da declividade do próprio terreno e filtrada através do processo de decantação.

A tecnologia dos quintais produtivos que utiliza a cisterna de enxurrada para ampliar as condições de captação, armazenamento e utilização da água, para produção de alimentos, garantirá o aproveitamento das águas pluviais e o melhor uso do solo, através de um sistema de abastecimento simplificado para melhor gestão da água utilizada para irrigação, assegurando assim maior produtividade e o uso racional do recurso hídrico.

5. Histórico

Para a execução desta linha de atividades foi firmado em 2010 um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. As ações programadas foram executadas por meio de projeto financiado com recursos deste ministério e contrapartida de recursos do FECOP e acompanhado por meio do Mapp 298, já concluído.

O projeto apresentado visa dar continuidade às atividades utilizando recursos provenientes do 1º Aditivo a este convênio, firmado com o MDS em 2011 e contrapartida do FECOP, que já esta sendo complementado em suas ações através do 2º aditivo ao convênio, ampliando as metas, os recursos e o prazo.

6. Público Alvo

Famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos.

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- Serão priorizadas as famílias enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família;
- Famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- Famílias beneficiadas previamente com a cisterna de água para consumo;
- Serão priorizadas as famílias rurais beneficiárias dos programas estaduais de Reforma Agrária, as comunidades quilombolas, as comunidades indígenas e as comunidades mais vulneráveis às adversidades climáticas.

7. Objetivo

Geral

Garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas através da construção de quintais produtivos mantidos por cisternas de enxurrada ou barragens subterrâneas.

Específicos

- Proporcionar o acesso descentralizado à água para produção de alimentos de origem vegetal às famílias que já têm acesso à primeira água através da captação e armazenamento da água da chuva em cisternas do tipo enxurrada;
- Implantar um sistema simplificado de irrigação para melhor gestão da água captada;
- Proporcionar o processo participativo e formativo, permitindo que as famílias beneficiadas se envolvam na implementação da tecnologia e sejam capacitadas para gerir recursos hídricos para produção de alimentos e no manejo do sistema simplificado de irrigação;
- Valorizar as experiências de inovação tecnológica de agricultores e agricultoras;
- Possibilitar a troca de conhecimentos entre agricultores e agricultoras através de intercâmbios;
- Melhorar a qualidade de vida das famílias agricultoras da região semiárida, especialmente crianças, mulheres e idosos;
- Fortalecer as organizações da sociedade civil envolvidas na execução do projeto, visando garantir as condições necessárias ao desenvolvimento satisfatório do projeto;
- Capacitação na educação e compreensão dos conceitos e práticas de convivência com o semi árido e a participação nas políticas públicas;

- Gerar renda monetária e não monetária, de origem agrícola e não agrícola às famílias agricultoras do semiárido brasileiro envolvidas diretamente no Projeto.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

a) Seleção dos beneficiários

1. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) define a área de atuação do Programa: Utiliza para a seleção dos municípios os seguintes critérios: que estejam situados no semiárido cearense; estejam situados em um dos cinco Territórios da Cidadania e o percentual de pessoas em situação de extrema pobreza.

2. A Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) através da Célula de Planejamento e Programação (CEPEP) define o número de famílias a serem atendidas por município com base na população rural, índice de desenvolvimento humano, número de beneficiários do Programa Bolsa Família, número de pessoas em extrema pobreza.

3. É constituída uma Comissão Municipal do Plano de Ação de Convivência com a Seca (PACS), formada por representantes de Associação representativa dos beneficiários, Sindicato, Igreja e Prefeitura. Tem por função garantir que os beneficiários selecionados obedeçam aos critérios estabelecidos para acesso ao projeto;

3. A execução do Projeto ocorre através da contratação de entidade não governamental, sem fins lucrativos, selecionada mediante processo licitatório realizado pela SDA.

- A etapa inicial é a seleção dos beneficiários que pode ocorrer das seguintes formas: (I) Demanda direta à SDA através da Célula de Planejamento e Programação (CEPEP); (II) Indicação da Comissão Municipal do Plano de Ação de Convivência com a Seca (PACS) e; (III) Indicação das entidades executoras.

Em caso de demanda direta à SDA, a Célula de Planejamento e Programação faz o cadastro e repassa para a entidade executora, que encaminha para o referendo da Comissão Municipal do Plano de Ação de Convivência com a Seca. É esta Comissão que decide quem serão os beneficiários. Estas decisões são registradas em ata e encaminhadas para a SDA e para as entidades executoras.

4. A entidade executora após receber a ata da reunião da Comissão Municipal do Plano de Ação de Convivência com a Seca, cadastra os beneficiários que se enquadram no Projeto Quintais Produtivos mantidos por Cisterna de Enxurrada e realiza licitação para aquisição de material de construção e insumos dos quintais, sendo supervisionada pela Célula de Planejamento e Programação (CEPEP);

b) Capacitação dos Beneficiários

5. O beneficiário selecionado participa necessariamente do processo de capacitação formado por três atividades: Curso de Gestão de Água Para Produção de Alimentos -

GAPA, Curso de Manejo de Sistemas Simplificado Para Produção de Alimentos – MSSAP e Intercambio de Agricultores Familiares. Estas atividades são realizadas pela entidade executora;

c) Construção da cisterna de enxurradas e obras afins

6. A entidade executora faz a capacitação dos pedreiros e realiza a construção da cisterna de enxurradas e obras afins e emite termo de recebimento da obra e recebimento do Quintal Produtivo, assinados pelo beneficiário e encaminha para Célula de Planejamento e Programação – CEPEP.

Solicitação Presencial para atendimento: Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA Coordenadoria de Programa e Projetos Especiais – COPPE Avenida Bezerra de Menezes Nº1820 - Bairro: São Gerardo CEP 60320-901. Fortaleza – CE Horário de Atendimento: 8:00 as 12:00 – 13:00 as 17:00 h

9. Produtos

Produto	Ano	Fonte de verificação
Famílias capacitadas	5.700	Sistema SIG Cisternas: http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas
Tecnologia de captação e armazenamento de água para manutenção de quintal produtivo implementada	1.984	Sistema SIG Cisternas: http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas

10. Metas

- Implementar 1.984 Tecnologias de captação e armazenamento de água para manutenção de quintal produtivo

11. Resultados Esperados

Viabilizar segurança alimentar e nutricional e renda para as famílias beneficiadas.

12. Integração das Ações

O projeto esta intimamente ligado ao Projeto de Cisternas executado por esta mesma secretária, desde de 2007, hoje, de acordo com o sistema SIG CISTERNAS há mais de 122.083 cisternas de placas implementadas beneficiando às famílias rurais de baixa renda, garantindo o armazenamento de água de qualidade para o consumo humano e cozinhar. (Este projeto era acompanhado através do Mapp 298, já finalisado)

Este projeto apresenta integração basicamente com todas as ações de estado, uma vez que se trata de soberania alimentar, que é base para saúde, educação, bem estar,

educação, renda, cultura, entre outros.

Para se colocar de forma mais direcionada às ações desta secretaria, podemos citar:
- Regularização fundiária – Os beneficiários se sentem mais seguros e estimulados à trabalhar com esta tecnologia quando estão em suas próprias terras.
- Assistência técnica – por se tratar de um projeto produtivo, a produção de alimentos nos arredores de suas residências, o acompanhamento técnico é fundamental, tanto para o planejamento como para a continuidade da produção.
- Projeto Cisternas de Placas – Ambos os projetos são do Programa Água para Todos, entretanto este projeto, conhecido como 2ª água, os beneficiários só podem ser beneficiados quando da garantia de água para suprir as necessidades de consumo humano.
- Programas de Comercialização, tais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para comercialização do excedente da produção.

13. Monitoramento

O monitoramento e avaliação têm a finalidade de verificar o desempenho das ações definidas e a relação destas com as políticas de convivência com o meio e com a vida das famílias na garantia de segurança e soberania alimentar, e se necessário, permitir ajustes para correção de rumos.

Os técnicos devem acompanhar de perto os trabalhos das equipes e o diálogo com as famílias beneficiadas. As visitas são realizadas periodicamente e cada visita gera um relatório. Especial atenção será dada à orientação no processo de produção com irrigação para o manejo correto e adequado da água, para não se retirar volume de água maior que o necessário.

De forma quantitativa, todos os componentes do programa serão monitorados pela Unidade Técnica, garantindo a geração de informações para análises qualitativas. Todos os dados serão armazenados para referências, construindo um grande banco de dados.

Concebidas e realizadas através de metodologia participativa e processual, todas as metas do programa serão também monitoradas e avaliadas de forma quantitativa e qualitativa pelas famílias e pela SDA nos processos de controle social, e também pelo MDS e demais parceiros no processo de contribuição na formação e mobilização para convivência com o semi-árido e discutidos nos encontros territoriais e estadual.

13.1. Dados Utilizados

O Ministério do Desenvolvimento Social disponibiliza o “Sistema SIG Cisternas” onde os dados são inseridos, sendo possível também a consulta. Em tal sistema está contido todos os dados das famílias beneficiadas, capacitadas e de cisternas construídas pelo Estado do Ceará.O sistema permite a consulta por unidade familiar beneficiada, por comunidade, por município e pelo número do convênio da parceria mãe (MDS/SDA).

14. Pressupostos de Risco

A execução pode ser atrasada em decorrência a quadra invernosa, pois por se tratar de uma cisterna com mais de 6 (seis) metros de diâmetro, com chuva, inevitavelmente haverá acumulação de água, dificultando a construção do fundo da cisterna, outro ponto que pode ser observado é a dificuldade de secagem das placas com as temperaturas mais amenas ou com ocorrência de chuva.

Entretanto uma quadra de seca posterior a implementação do projeto, pode gerar inúmeros prejuízos, como por exemplo, o comprometimento da "construção" - com ocorrência de rachaduras, impossibilidade de implementação do quintal produtivo, a partir de mudas, que são extremamente sensíveis à falta d'água, podendo gerar prejuízo econômico (necessidade de adquirir novas mudas), entre outros.

Observando que devido à complexidade do projeto uma quadra de chuva abundante ou escassa pode gerar complicações em sua execução. Pois o projeto é trabalhado em duas etapas, sendo a primeira de construção, dependendo de uma maior quantidade de sol para a fabricação de fundo e secagem de placas. Numa segunda etapa, temos a implementação de quintais produtivos a partir de mudas e sementes que dependem de uma maior concentração de chuvas.

15. Orçamento

NATUREZA DA DESPESA	FECOP	Outras Fontes	TOTAL
1. DESPESAS CORRENTES	**1.997.974,92**	**6.064.560,20**	**8.062.535,12**
1.1 Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Repasse para Entidade **(335041**)	687.464,07	6.064.560,20	8.062.535,12
1.2 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elementos de Despesas (**335039**)	1.310.510,85		
2. DESPESAS DE CAPITAL			
Repasse para Entidade (**445042**)	499.493,73	1.516.140,05	2.015.633,78
TOTAL GERAL	2.497.468,65	7.580.700,25	10.078.168,90

(*) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

16. Cronograma de Desembolso

Item de Despesa	mar/15	out/15	Total
Despesa Corrente (R$)	799.189,97	1.198.784,95	1.997.974,92
Despesa Capital (R$)	199.797,49	299.696,24	499.493,73
Total (R$)	**998.987,46**	**1.498.481,19**	**2.497.468,65**

17. Distribuição por Município

N° de ordem	REGIÃO ADM.	Região adm / Território	Município	FECOP	OUTRAS FONTES	Pessoas Beneficiadas	TOTAL
1	4	Sert. dos Inhamuns	Aiuaba	25.176,10	76.418,35	100	101.594,44
2	2	Litoral Oeste	Apuiarés	25.176,10	76.418,35	100	101.594,44
3	4	Sert. dos Inhamuns	Ararendá	1.258,80	3.820,92	5	5.079,72
4	8	Cariri - Centro Sul	Araripe	25.176,10	76.418,35	100	101.594,44
5	4	Sert. dos Inhamuns	Arneiroz	21.399,68	64.955,60	85	86.355,28
6	5	Sertão Central	Banabuiú	1.258,80	3.820,92	5	5.079,72
7	8	Cariri - Centro Sul	Barbalha	25.176,10	76.418,35	100	101.594,44
8	8	Cariri - Centro Sul	Barro	99.445,58	301.852,48	395	401.298,06
9	5	Sertão Central	Boa Viagem	33.987,73	103.164,77	135	137.152,50
10	8	Cariri - Centro Sul	Brejo Santo	28.952,51	87.881,10	115	116.833,61
11	8	Cariri - Centro Sul	Campos Sales	27.693,70	84.060,18	110	111.753,89
12	5	Sertão Central	Canindé	137.209,72	416.480,00	545	553.689,72
13	3	Sobral - Ibiapaba	Cariré	41.540,56	126.090,28	165	167.630,83
14	8	Cariri - Centro Sul	Caririaçu	15.105,66	45.851,01	60	60.956,67
15	5	Sertão Central	Choró	10.070,44	30.567,34	40	40.637,78
16	3	Sobral - Ibiapaba	Coreaú	66.716,65	202.508,63	265	269.225,28
17	5	Sertão Central	Dep Irapuan Pinheiro	37.764,14	114.627,52	150	152.391,67
18	8	Cariri - Centro Sul	Farias Brito	100.704,38	305.673,40	400	406.377,78
19	3	Sobral - Ibiapaba	Forquilha	27.693,70	84.060,18	110	111.753,89
20	3	Sobral - Ibiapaba	Frecheirinha	98.186,77	298.031,56	390	396.218,33
21	5	Sertão Central	General Sampaio	23.917,29	72.597,43	95	96.514,72
22	3	Sobral - Ibiapaba	Groaíras	41.540,56	126.090,28	165	167.630,83
23	3	Sobral - Ibiapaba	Hidrolândia	23.917,29	72.597,43	95	96.514,72
24	3	Sobral - Ibiapaba	Ipu	13.846,85	42.030,09	55	55.876,94
25	4	Sert. dos Inhamuns	Ipueiras	8.811,63	26.746,42	35	35.558,06
26	3	Sobral - Ibiapaba	Irauçuba	26.434,90	80.239,27	105	106.674,17
27	2	Litoral Oeste	Itapipoca	46.575,78	141.373,95	185	187.949,72
28	5	Sertão Central	Itatira	99.445,58	301.852,48	395	401.298,06
29	8	Cariri - Centro Sul	Jardim	26.434,90	80.239,27	105	106.674,17
30	8	Cariri -	Juazeiro do	84.339,92	256.001,47	335	340.341,39

		Centro Sul	Norte				
31	8	Cariri - Centro Sul	Mauriti	117.068,84	355.345,32	465	472.414,17
32	3	Sobral - Ibiapaba	Meruoca	59.163,82	179.583,12	235	238.746,94
33	8	Cariri - Centro Sul	Milagres	46.575,78	141.373,95	185	187.949,72
34	5	Sertão Central	Milhã	23.917,29	72.597,43	95	96.514,72
35	2	Litoral Oeste	Miraíma	25.176,10	76.418,35	100	101.594,44
36	8	Cariri - Centro Sul	Missão Velha	100.704,38	305.673,40	400	406.377,78
37	5	Sertão Central	Mombaça	33.987,73	103.164,77	135	137.152,50
38	3	Sobral - Ibiapaba	Mucambo	26.434,90	80.239,27	105	106.674,17
39	3	Sobral - Ibiapaba	Pacujá	50.352,19	152.836,70	200	203.188,89
40	4	Sert. dos Inhamuns	Parambu	74.269,48	225.434,13	295	299.703,61
41	5	Sertão Central	Piquet Carneiro	25.176,10	76.418,35	100	101.594,44
42	3	Sobral - Ibiapaba	Pires Ferreira	69.234,26	210.150,46	275	279.384,72
43	4	Sert. dos Inhamuns	Poranga	6.294,02	19.104,59	25	25.398,61
44	8	Cariri - Centro Sul	Porteiras	8.811,63	26.746,42	35	35.558,06
45	8	Cariri - Centro Sul	Potengi	22.658,49	68.776,51	90	91.435,00
46	5	Sertão Central	Quixadá	22.658,49	68.776,51	90	91.435,00
47	3	Sobral - Ibiapaba	Reriutaba	27.693,70	84.060,18	110	111.753,89
48	8	Cariri - Centro Sul	Salitre	25.176,10	76.418,35	100	101.594,44
49	5	Sertão Central	Santa Quitéria	25.176,10	76.418,35	100	101.594,44
50	5	Sertão Central	Senador Pompeu	15.105,66	45.851,01	60	60.956,67
51	3	Sobral - Ibiapaba	Sobral	64.199,04	194.866,79	255	259.065,83
52	5	Sertão Central	Solonópole	26.434,90	80.239,27	105	106.674,17
53	8	Cariri - Centro Sul	Tarrafas	11.329,24	34.388,26	45	45.717,50
54	4	Sert. dos Inhamuns	Tauá	123.362,87	374.449,91	490	497.812,78
55	2	Litoral Oeste	Tejuçuoca	30.211,31	91.702,02	120	121.913,33
56	2	Litoral Oeste	Umirim	47.834,58	145.194,86	190	193.029,44
57	2	Litoral Oeste	Uruburetama	100.704,38	305.673,40	400	406.377,78
58	3	Sobral - Ibiapaba	Varjota	42.799,36	129.911,19	170	172.710,56
TOTAL				**2.497.468,65**	7.580.700,25	9920	10.078.168,90

* Estimado total de 5 pessoas por família

18. Responsável pelo projeto

Coordenadoria	Coordenadoria de Projetos e Programas Especiais
Técnico	José Wanderley Augusto Guimarães
e-mail	Wanderley.guimaraes@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8112
Técnico	Neyara Araújo Lage
e-mail	neyara.lage@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8139
Técnico	Gisely de Sousa Castro
e-mail	gisely.castro@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8114

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

Projeto: Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)

Janeiro / 2015

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA
Programa (PPA)	028 - Desenvolvimento Agropecuário
Mapp (Nº e Denominação)	390 - Construção de 7.845 Quintais Produtivos mantidos por cisternas de enxurradas nas áreas semiáridas do Estado do Ceará,
Período de Execução	Janeiro a Dezembro
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

1. Descrição do Projeto

O projeto **Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de Enxurradas e Barragens Subterrâneas** inclui-se no âmbito do Programa Água para Todos que integra o Plano Brasil sem Miséria. O programa é dividido em duas linhas de atuação:

Primeira Água (Água para Consumo) - implementação de cisternas para captação e armazenamento de água da chuva para o consumo humano;

Segunda Água (Água para Produção) - implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva para a produção agropecuária, em propriedades de agricultores familiares do semiárido brasileiro.

O projeto inclui-se nesta segunda linha de atuação sendo financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN com contrapartida do FECOP.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

As ações que o integram incluem-se no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na linha de atividade Acesso à Água, Programa Segunda Água.

Na Matriz de Resultados Estratégicos do Estado do Ceará, o projeto está vinculado ao resultado estratégico setorial “Ampliação do Acesso à Terra e à Água” e suas realizações são aferidas por meio do indicador “Número de famílias beneficiadas com cisternas”.

No PPA 2012-2015, o projeto situa-se no eixo Economia para uma Vida Melhor, área temática Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária, Programa 28 – Desenvolvimento Agropecuário; Objetivo 014 - Implementar ações de apoio técnico e sócioprodutivo, visando ampliar a inserção produtiva e a competitividade dos agricultores familiares; Meta 01146 – Implantar 8.000 quintais produtivos; Iniciativa 4833 - Implantação de projetos produtivos sustentáveis no âmbito da agricultura familiar.

3. Diagnóstico

O MDS constatou com base em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, um baixo nível de investimento direcionado aos

agricultores familiares visando a produção de alimentos e que essa situação agrava-se no semi-árido. Visando preencher essa lacuna, o MDS propõe-se financiar a construção de estruturas descentralizadas para armazenamento de água tais como as cisternas de enxurrada destinadas a armazenar água para a produção de alimentos.

O território cearense possui 148.825,6 km², sendo que deste total aproximadamente 90% está inserido na região semiárida que se caracteriza pela distribuição irregular das chuvas no espaço e no tempo, ou seja, três a quatro meses por ano, com quantidades variáveis.

As características climáticas, geomorfológicas, econômicas e sociais peculiares do semiárido cearenses resultam em uma paisagem marcada pela dificuldade no acesso a recursos hídricos. A pluviosidade média gira em torno de 350 a 800 mm anuais, apresentando evapotranspiração e insolação elevadas (2.000 mm/ano e 2.800 horas/ano, respectivamente). Devido a tais fatores, não existem rios perenes no Ceará, apesar das ações implementadas nos últimos anos, notadamente o chamado cinturão das águas, com vistas a reversão desta situação. Outro fator limitante são as condições reduzidas para armazenamento de água subterrânea.

A população cearense é de 8.185.286 milhões de habitantes, sendo que 2.002.939 vivem na área rural e esta é a população que mais sofre com as adversidades da região semiárida e subsiste sob grande vulnerabilidade social e econômica.

Com relação à economia, o PIB total do estado segundo o IPECE[1] é de 40.597 milhões de reais e o PIB da agropecuária é de 2.947 milhões representando uma participação de 7,3%. Em relação a participação do agronegócio no PIB do Ceará esta é de aproximadamente 32% e só a participação do agronegócio familiar no PIB do Estado é cerca de 12% (Dados de pesquisa Agropolos/FIPE – 2009).

4. Justificativa

Atualmente, a determinação do Governo do Ceará de não tratar o problema da escassez de água na região semi-árida como um fenômeno emergencial e sim passível de ações, se reflete em uma mudança cultural na maneira de se combater o problema, pois se reconhece as vantagens de investir não apenas em grandes obras ou ações emergenciais, mas em soluções simples, barata e emancipadoras.

O Governo do Estado, através de suas secretarias, vêm executando uma série de programas e projetos visando o combate à escassez de água. Dentre elas podemos citar a Secretaria das Cidades (Fecop), Secretaria de Recursos Hídricos (Programa de Abastecimento de Água de Pequenas Comunidades Rurais) e a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA (Projeto São José e Programa de Ação de Convivência com a Seca – PACS – Programa de Cisternas).

A SDA ainda com objetivo de minimizar os danos sociais causados pela escassez de água vem executando vários projetos de práticas agrícolas de convivência com o semiárido. Tais práticas têm como objetivo possibilitar o aproveitamento das águas de chuvas de forma racional, remetendo ao uso de modelos de explorações sustentáveis, em consonância com as propostas estabelecidas no processo de transição

agroecológica.

Dentre estas, se destaca o uso de práticas mecânicas, com a construção de terraços de retenção, cordões de pedra, captação da água de chuva “in situ”, escarificação / descompactação de áreas adensadas, construção de bacias de captação – “barraginhas”, barragens subterrânea, práticas edáficas e vegetativas com a implementação do plantio direto, adubação verde e correção de solo e, ainda, as práticas de transição agroecológicas baseadas na implantação de sistemas agroflorestais - SAF’s e quintais produtivos – QP’s, além da instalação de viveiro de produção de mudas com essências nativas, para recomposição da mata ciliar à margem dos rios e córregos locais, e fruteiras regionais.

Com o projeto ora apresentado, o Governo do Estado pretende investir em uma tecnologia de apoio à produção capaz de possibilitar a segurança alimentar e nutricional das famílias que vivem no semi-árido através da construção de quintais produtivos mantidos com cisternas de enxurrada.

O projeto visa introduzir técnicas de cultivo por meio de ações e mecanismos de transferência de tecnologias com baixo custo financeiro, proporcionando além da segurança alimentar a complementaridade da renda das famílias beneficiadas através da venda do excedente produzido. Pretende ainda, minimizar os impactos ambientais com o aproveitamento do lixo orgânico para adubação e melhorar a qualidade de vida através dessas novas áreas verdes.

A implantação e manutenção de quintais produtivos são consideradas técnicas exitosas e vêm sendo incentivada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em diferentes regiões do país.

É relevante ressaltar que cada cisterna de enxurrada terá capacidade para armazenar aproximadamente 50 mil litros de água, destinadas exclusivamente para irrigação, que garantirão abastecimento para produção nos meses de estiagem. Nessa tipologia de cisterna a água das chuvas é captada através da declividade do próprio terreno e filtrada através do processo de decantação.

A tecnologia dos quintais produtivos que utiliza a cisterna de enxurrada para ampliar as condições de captação, armazenamento e utilização da água, para produção de alimentos, garantirá o aproveitamento das águas pluviais e o melhor uso do solo, através de um sistema de abastecimento simplificado para melhor gestão da água utilizada para irrigação, assegurando assim maior produtividade e o uso racional do recurso hídrico.

5. Histórico

Para a execução desta linha de atividades foi firmado em 2010 um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. As ações programadas foram executadas por meio de projeto financiado com recursos deste ministério e contrapartida de recursos do FECOP e acompanhado por meio do Mapp 298, já concluído.

O primeiro aditivo este convênio é executado com contrapartida do FECOP através do Projeto Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1), acompanhado por meio do Mapp 365.

O projeto apresentado visa dar continuidade às atividades utilizando recursos provenientes do 2º Aditivo a este convênio, firmado com o MDS em 2011 e contrapartida do FECOP.

6. Público Alvo

Famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos.

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- Serão priorizadas as famílias enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família;
- Famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- Famílias beneficiadas previamente com a cisterna de água para consumo;
- Serão priorizadas as famílias rurais beneficiárias dos programas estaduais de Reforma Agrária, as comunidades quilombolas, as comunidades indígenas e as comunidades mais vulneráveis às adversidades climáticas.

7. Objetivo

Geral

Garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas através da construção de quintais produtivos mantidos por cisternas de enxurrada ou barragens subterrâneas.

Específicos

- Proporcionar o acesso descentralizado à água para produção de alimentos de origem vegetal às famílias que já têm acesso à primeira água através da captação e armazenamento da água da chuva em cisternas do tipo enxurrada;
- Implantar um sistema simplificado de irrigação para melhor gestão da água captada;
- Proporcionar o processo participativo e formativo, permitindo que as famílias beneficiadas se envolvam na implementação da tecnologia e sejam capacitadas para gerir recursos hídricos para produção de alimentos e no manejo do sistema simplificado de irrigação;
- Valorizar as experiências de inovação tecnológica de agricultores e agricultoras;
- Possibilitar a troca de conhecimentos entre agricultores e agricultoras através de intercâmbios;
- Melhorar a qualidade de vida das famílias agricultoras da região semiárida, especialmente crianças, mulheres e idosos;
- Fortalecer as organizações da sociedade civil envolvidas na execução do projeto,

visando garantir as condições necessárias ao desenvolvimento satisfatório do projeto;

- Capacitação na educação e compreensão dos conceitos e práticas de convivência com o semi árido e a participação nas políticas públicas;
- Gerar renda monetária e não monetária, de origem agrícola e não agrícola às famílias agricultoras do semiárido brasileiro envolvidas diretamente no Projeto.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

Solicitação Presencial para atendimento:

Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA Coordenadoria de Programa e Projetos Especiais – COPPE Avenida Bezerra de Menezes Nº1820 - Bairro: São Gerardo CEP 60320-901. Fortaleza – CE Horário de Atendimento: 8:00 as 12:00 – 13:00 as 17:00 h

a) Seleção dos beneficiários

1. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS define a área de atuação do Programa – selecionando os municípios a serem atendidos, o principal critério é que estes se enquadrem no semiárido cearense, considera-se também a quantidade de pessoas pertencente ao grupo da extrema pobreza, caso o município já seja atendido por outra instituição não pode haver outro executor.

2. A Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA através da Célula de Planejamento e Programação – CEPEP define o número de famílias a serem atendidas por município com base na população rural, índice de desenvolvimento humano, número de beneficiários do Programa Bolsa Família, número de pessoas em extrema pobreza, entre outros e realiza processo licitatório para seleção das entidades executoras sem fins lucrativos;

3. Entidade representativa dos beneficiários (Associação, Sindicato, Prefeitura) faz a solicitação através de encaminhamento de ofício, com as demandas da comunidade e o número de famílias a serem beneficiadas, para abertura do processo na Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA ou no município através da Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS;

4. Célula de Planejamento e Programação – CEPEP, unidade prestadora, recebe a solicitação e cadastra a demanda e repassa para entidade executora, que encaminha à Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca - PACS do município, composta por representantes do Governo Estadual, Municipal, Igreja e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

5. A Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS, em conjunto com a entidade executora (selecionada através de edital público, realizado pela secretaria de Desenvolvimento Agrário), realiza reunião para análise das demandas e seleção das comunidades prioritárias que serão contempladas com registro em ata, enviando-a para a Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

6. A entidade executora após receber a ata da reunião da Comissão do Plano de Ação de Convivência com a Seca – PACS visita a comunidade selecionada e realiza o cadastro dos beneficiários que se enquadram no Projeto Quintais Produtivos mantidos por Cisterna de Enxurrada e realiza licitação para aquisição de material de construção e insumos dos quintais, sendo supervisionada pela Célula de Planejamento e Programação – CEPEP;

b) Capacitação dos Beneficiários

7. O beneficiário selecionado participa necessariamente do processo de capacitação formado por três atividades: Curso de Gestão de Água Para Produção de Alimentos - GAPA, Curso de Manejo de Sistemas Simplificado Para Produção de Alimentos – MSSAP e Intercambio de Agricultores Familiares. Estas atividades são realizadas pela entidade executora;

c) Construção da cisterna de enxurradas e obras afins

8. A entidade executora faz a capacitação dos pedreiros e realiza a construção da cisterna de enxurradas e obras afins e emite termo de recebimento da obra e recebimento do Quintal Produtivo, assinados pelo beneficiário e encaminha para Célula de Planejamento e Programação – CEPEP.

9. Produto

Produto	Ano	Fonte de verificação
Famílias capacitadas	6.475	Sistema SIG Cisternas: http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas
Tecnologia de captação e armazenamento de água para manutenção de quintal produtivo implementada	6.475	Sistema SIG Cisternas: http://aplicacoes3.mds.gov.br/cisternas

10. Metas

- Implementar 6.475 Tecnologias de captação e armazenamento de água para manutenção de quintal produtivo

11. Resultados Esperados

Viabilizar segurança alimentar e nutricional e renda para as famílias beneficiadas.

12. Integração das Ações

O projeto esta intimamente ligado ao Projeto de Cisternas executado por esta mesma secretária, desde de 2007, hoje, de acordo com o sistema SIG CISTERNAS há mais de 122.083 cisternas de placas implementadas beneficiando às famílias rurais de baixa renda, garantindo o armazenamento de água de qualidade para o consumo humano e cozinhar. (Este projeto era acompanhado através do Mapp 298, já finalisado)

Este projeto apresenta integração basicamente com todas as ações de estado, uma

vez que se trata de soberania alimentar, que é base para saúde, educação, bem estar, educação, renda, cultura, entre outros.

Para se colocar de forma mais direcionada às ações desta secretaria, podemos citar:
- Regularização fundiária – Os beneficiários se sentem mais seguros e estimulados à trabalhar com esta tecnologia quando estão em suas próprias terras.
- Assistência técnica – por se tratar de um projeto produtivo, a produção de alimentos nos arredores de suas residências, o acompanhamento técnico é fundamental, tanto para o planejamento como para a continuidade da produção.
- Projeto Cisternas de Placas – Ambos os projetos são do Programa Água para Todos, entretanto este projeto, conhecido como 2ª água, os beneficiários só podem ser beneficiados quando da garantia de água para suprir as necessidades de consumo humano.
- Programas de Comercialização, tais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para comercialização do excedente da produção.

13. Monitoramento

O monitoramento e avaliação têm a finalidade de verificar o desempenho das ações definidas e a relação destas com as políticas de convivência com o meio e com a vida das famílias na garantia de segurança e soberania alimentar, e se necessário, permitir ajustes para correção de rumos.

Os técnicos devem acompanhar de perto os trabalhos das equipes e o diálogo com as famílias beneficiadas. As visitas são realizadas periodicamente e cada visita gera um relatório. Especial atenção será dada à orientação no processo de produção com irrigação para o manejo correto e adequado da água, para não se retirar volume de água maior que o necessário.

De forma quantitativa, todos os componentes do programa serão monitorados pela Unidade Técnica, garantindo a geração de informações para análises qualitativas. Todos os dados serão armazenados para referências, construindo um grande banco de dados.

Concebidas e realizadas através de metodologia participativa e processual, todas as metas do programa serão também monitoradas e avaliadas de forma quantitativa e qualitativa pelas famílias e pela SDA nos processos de controle social, e também pelo MDS e demais parceiros no processo de contribuição na formação e mobilização para convivência com o semi-árido e discutidos nos encontros territoriais e estadual.

13.1. Dados Utilizados

O Ministério do Desenvolvimento Social disponibiliza o “Sistema SIG Cisternas” onde os dados são inseridos, sendo possível também a consulta. Em tal sistema está contido todos os dados das famílias beneficiadas, capacitadas e de cisternas construídas pelo Estado do Ceará.O sistema permite a consulta por unidade familiar beneficiada, por comunidade, por município e pelo número do convênio da parceria mãe (MDS/SDA).

14. Pressupostos de Risco

A execução pode ser atrasada em decorrência a quadra invernosa, pois por se tratar de uma cisterna com mais de 6 (seis) metros de diâmetro, com chuva, inevitavelmente haverá acumulação de água, dificultando a construção do fundo da cisterna, outro ponto que pode ser observado é a dificuldade de secagem das placas com as temperaturas mais amenas ou com ocorrência de chuva.

Entretanto uma quadra de seca posterior a implementação do projeto, pode gerar inúmeros prejuízos, como por exemplo, o comprometimento da "construção" - com ocorrência de rachaduras, impossibilidade de implementação do quintal produtivo, a partir de mudas, que são extremamente sensíveis à falta d'água, podendo gerar prejuízo econômico (necessidade de adquirir novas mudas), entre outros.

Observando que devido à complexidade do projeto uma quadra de chuva abundante ou escassa pode gerar complicações em sua execução. Pois o projeto é trabalhado em duas etapas, sendo a primeira de construção, dependendo de uma maior quantidade de sol para a fabricação de fundo e secagem de placas. Numa segunda etapa, temos a implementação de quintais produtivos a partir de mudas e sementes que dependem de uma maior concentração de chuvas.

15. Orçamento

NATUREZA DA DESPESA	FECOP	Outras Fontes	TOTAL
1. DESPESAS CORRENTES			
Elemento de Despesa (**339039**)	225.253,96	5.667.822,20	5.893.076,16
Elemento de Despesa (**339039**)	750.000,00		750.000,00
2. DESPESAS DE CAPITAL			
Elemento de Despesa (**449039**)		22.671.288,81	22.671.288,81
Elemento de Despesa (**449052**)	151.015,83		151.015,83
TOTAL GERAL	1.126.269,79	28.339.111,01	29.465.380,80

(*) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

16. Cronograma de Desembolso

Item de Despesa	abr/15	jun/15	out/15	Total
Despesas Corrente (R$)	487.626,98	243.813,49	243.813,49	975.253,96
Despesas de Capital (R$)	75.507,92	37.753,96	37.753,96	151.015,83
Total (R$)	563.134,89	281.567,45	281.567,45	1.126.269,79

17. Distribuição por Município

Nº de ordem	REGIÃO ADM.	região adm / Território	Município	FECOP	OUTRAS FONTES	Pessoas Beneficiadas	TOTAL
1	4	Sert. dos Inhamuns	Aiuaba	26.091,19	656.504,50	750	682.595,69
2	2	Litoral Oeste	Apuiarés	10.088,59	253.848,41	290	263.937,00
3	8	Cariri - Centro Sul	Araripe	19.307,48	485.813,33	555	505.120,81
4	8	Cariri - Centro Sul	Assaré	21.568,72	542.710,39	620	564.279,11
5	5	Sertão Central	Banabuiú	15.480,77	389.526,00	445	405.006,78
6	8	Cariri - Centro Sul	Barbalha	9.914,65	249.471,71	285	259.386,36
7	5	Sertão Central	Boa Viagem	66.445,57	1.671.898,13	1910	1.738.343,70
8	8	Cariri - Centro Sul	Brejo Santo	12.349,83	310.745,46	355	323.095,30
9	8	Cariri - Centro Sul	Campos Sales	12.871,65	323.875,55	370	336.747,21
10	5	Sertão Central	Canindé	78.969,34	1.987.020,29	2270	2.065.989,63
11	3	Sobral - Ibiapaba	Cariré	15.132,89	380.772,61	435	395.905,50
12	8	Cariri - Centro Sul	Caririaçu	22.786,31	573.347,27	655	596.133,57
13	5	Sertão Central	Choró	21.916,60	551.463,78	630	573.380,38
14	3	Sobral - Ibiapaba	Coreaú	17.742,01	446.423,06	510	464.165,07
15	5	Sertão Central	Dep Irapuan Pinheiro	4.348,53	109.417,42	125	113.765,95
16	8	Cariri - Centro Sul	Farias Brito	20.351,13	512.073,51	585	532.424,64
17	3	Sobral - Ibiapaba	Frecheirinha	4.348,53	109.417,42	125	113.765,95
18	3	Sobral - Ibiapaba	Hidrolândia	9.218,89	231.964,92	265	241.183,81
19	4	Sert. dos Inhamuns	Ipaporanga	13.915,30	350.135,73	400	364.051,04
20	3	Sobral - Ibiapaba	Ipu	23.829,96	599.607,45	685	623.437,40
21	4	Sert. dos Inhamuns	Ipueiras	33.222,78	835.949,07	955	869.171,85
22	3	Sobral - Ibiapaba	Irauçuba	13.045,60	328.252,25	375	341.297,85
23	2	Litoral Oeste	Itapipoca	85.057,29	2.140.204,68	2445	2.225.261,96
24	5	Sertão Central	Itatira	19.481,42	490.190,03	560	509.671,45
25	8	Cariri - Centro Sul	Jardim	35.831,90	901.599,52	1030	937.431,42
26	8	Cariri - Centro Sul	Mauriti	20.351,13	512.073,51	585	532.424,64
27	8	Cariri - Centro Sul	Milagres	17.394,13	437.669,67	500	455.063,80
28	5	Sertão Central	Milhã	173,94	4.376,70	5	4.550,64
29	2	Litoral Oeste	Miraíma	10.958,30	275.731,89	315	286.690,19
30	8	Cariri - Centro Sul	Missão Velha	27.656,66	695.894,77	795	723.551,44
31	5	Sertão Central	Mombaça	60.009,74	1.509.960,35	1725	1.569.970,10
32	3	Sobral - Ibiapaba	Mucambo	6.087,94	153.184,38	175	159.272,33
33	4	Sert. dos Inhamuns	Nova Russas	7.827,36	196.951,35	225	204.778,71
34	4	Sert. dos Inhamuns	Novo Oriente	33.918,55	853.455,85	975	887.374,40
35	4	Sert. dos Inhamuns	Parambu	39.832,55	1.002.263,54	1145	1.042.096,09
36	5	Sertão Central	Pedra Branca	28.874,25	726.531,65	830	755.405,90
37	5	Sertão Central	Piquet Carneiro	3.478,83	87.533,93	100	91.012,76
38	3	Sobral - Ibiapaba	Pires Ferreira	5.218,24	131.300,90	150	136.519,14
39	4	Sert. dos Inhamuns	Poranga	4.348,53	109.417,42	125	113.765,95
40	8	Cariri - Centro Sul	Porteiras	9.914,65	249.471,71	285	259.386,36

41	8	Cariri - Centro Sul	Potengi	3.478,83	87.533,93	100	91.012,76
42	5	Sertão Central	Quixadá	48.007,79	1.207.968,28	1380	1.255.976,08
43	3	Sobral - Ibiapaba	Reriutaba	18.611,72	468.306,54	535	486.918,26
44	8	Cariri - Centro Sul	Salitre	18.785,66	472.683,24	540	491.468,90
45	5	Sertão Central	Santa Quitéria	42.963,50	1.081.044,08	1235	1.124.007,58
46	3	Sobral - Ibiapaba	Sobral	28.004,55	704.648,17	805	732.652,71
47	5	Sertão Central	Solonópole	695,77	17.506,79	20	18.202,55
48	8	Cariri - Centro Sul	Tarrafas	7.653,42	192.574,65	220	200.228,07
49	4	Sert. dos Inhamuns	Tauá	41.919,85	1.054.783,90	1205	1.096.703,75
50	2	Litoral Oeste	Tejuçuoca	18.959,60	477.059,94	545	496.019,54
51	2	Litoral Oeste	Umirim	7.827,36	196.951,35	225	204.778,71
TOTAL				**1.126.269,79**	**28.339.111,01**	**32375**	**29.465.380,80**

*Estimado total de 5 pessoas por família

18. Responsável pelo projeto

Coordenadoria	Coordenadoria de Projetos e Programas Especiais
Técnico	Francisco Abelardo Cavalcante Camurça
e-mail	abelardo.camurca@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8112
Técnico	Neyara Araújo Lage
e-mail	neyara.lage@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8139
Técnico	Gisely de Sousa Castro
e-mail	gisely.castro@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.8114

ANEXO 1

Marco Lógico
(Quintais Produtivos – Mapps 365 e 390)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Garantia da segurança alimentar e nutricional para as famílias beneficiadas.	Percentual de famílias em segurança alimentar e nutricional	Pesquisa primária	Quadro de estiagem prolongada, afetando de forma geral os indicadores socioeconômicos do Estado.
Resultados	Aumento da renda. Aumento da oferta de alimentos para o autoconsumo. Disponibilidade de água para produção de alimentos.	Percentual de acréscimo da renda com a comercialização do excedente na produção de alimentos. Percentual da diversidade de alimentos para autoconsumo. Percentual de cobertura da população rural com acesso à água para produção de alimentos. Percentual de cobertura da população rural com acesso à água para consumo.	Questionário socieconômico do projeto. Pesquisas do IPECE e IBGE.	Escassez de água, inviabilizando a utilização das tecnologias.

Produtos	Curso em Gestão de Água para Produção de Alimentos - GAPA. Treinamento para implantação de tecnologia social de acesso à água. Cursos em Sistemas Simplificado de Manejo de Água para Produção - SISMA. Tecnologias implantadas e em funcionamento.	Número de cursos em GAPA realizados. Número de treinamentos realizados. Número de Cursos em SISMA realizado. Número de Tecnologias Implantadas.	Relatório de acompanhamento do projeto.	Escassez de água, inviabilizando a implantação das tecnologias. Excesso de chuva, dificultando o acesso às comunidades e o tempo de secagem das placas da cisterna de enxurrada. Capacitações não atingirem resultados satisfatórios. Tecnologias fora dos padrões técnicos.
Atividades	Seleção de entidades executoras por meio de chamada pública, conforme Lei Número 12.873. Capacitação de famílias em GAPA. Capacitação de famílias em SISMA. Realização de treinamento para implantação de tecnologia social de acesso à água. Implantação da tecnologia. Reunião com a comissão dos Planos de Ação de Convivência com a Seca	Número de entidades selecionadas. Número de capacitações em GAPA realizadas (cursos). Número de capacitações em SISMA (cursos). Número de treinamentos realizados. Número de tecnologias implantadas. Número de reuniões com a comissão do PACS realizadas.	Relatório de acompanhamento do projeto.	Indisponibilidade de entidade capacitada. Evasão das famílias dos cursos de GRH. Treinamento em desconformidade com as diretrizes do Projeto. Conflito político na comissão do PACS para escolha dos beneficiários. Não acesso às informações das famílias com veracidade.

	(PACS) municipais para seleção das comunidades a serem contempladas. Realização de visitas domiciliares com aplicação de questionário socioeconômico para seleção de famílias beneficiárias. Planejamento e elaboração de material didático para os cursos. Acompanhamento e fiscalização das atividades de execução.	Número de visitas realizadas pelas equipes técnicas para seleção das famílias. Número de materiais elaborados. Número de tecnologias acompanhadas e fiscalizadas.		Não conhecimento da realidade das comunidades que tem acesso ao material didático. Equipe técnica aquém da necessidade.
Insumos	Recursos do FECOP. Recursos Federais (MDS). Técnicos para acompanhamento e fiscalização de campo.	Percentual de recurso investido por fonte. Número de técnicos envolvidos.	Relatório do projeto. Sistema de Acompanhamento e Monitoramento Estadual – WebMapp.	Indisponibilidade de recursos por parte dos Governos Estadual e Federal. Inadimplência do Estado, impossibilitando o recebimento de recurso.

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

PROJETO: Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água no âmbito do Programa Água para Todos.

Fevereiro/2015

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	029 - Programa de Combate a Pobreza Rural no Ceará
Mapp (Nº e Denominação)	385 - Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água
Período de Execução (em 2015)	(janeiro a dezembro do ano corrente)
Categoria	Estruturante – Infraestrutura Domiciliar

1. Descrição do Projeto

O projeto **Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água no âmbito do Programa Água para Todos** integra o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - Água para Todos, que é coordenado pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e faz parte do Plano Brasil Sem Miséria. O programa foi estruturado a partir da necessidade de universalizar o acesso e uso de água para populações carentes, residentes em comunidades rurais não atendidas por este serviço público essencial, atendidas por sistemas de abastecimento deficitários ou, ainda, que recebam abastecimento difuso.

O programa tem como objetivo garantir o amplo acesso à água para as populações rurais dispersas e em situação de extrema pobreza, seja para o consumo próprio ou para a produção de alimentos. O projeto é executado mediante convênio firmado com o MI em 2012 (CV Nº769231/2012) e passou a dispor de recursos do FECOP em 2013.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012 / 2015, o projeto inscreve-se no eixo de governo Economia para uma Vida Melhor, na área temática Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária e no âmbito do Programa de Governo 029 – Enfrentamento à Pobreza Rural; Objetivo 007 – Construir cisternas, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário simplificado visando proporcionar a melhoria de qualidade de vida das famílias nas comunidades rurais do Estado; 01180 – Implantar 1.543 sistemas de abastecimento de água com ligações domiciliares em comunidades.

Na Matriz de Resultados do Governo o projeto contribui para o alcance do resultado setorial “Infraestrutura para Agricultura Familiar Fortalecida” e suas realizações podem ser aferidas por meio do indicador “Nº. de famílias beneficiadas com projeto d’água”.

3. Diagnóstico

O Ceará contribui com 9,82% dos domicílios do Brasil em situação de extrema pobreza segundo informações do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), baseado em dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o terceiro estado mais populoso no Nordeste com 8.472.231 milhões de habitantes. Desses, 51% são pobres, ou seja, possuem rendimento domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo. Na zona rural 36,9% da população se encontra em situação de extrema pobreza.

A região do semiárido brasileiro reúne um conjunto de características climáticas, geomorfológicas, econômicas e sociais peculiares, que são fatores determinantes para a dificuldade no acesso a recursos hídricos, tanto para o consumo humano como para a produção agropecuária.

Do ponto de vista climático, o semiárido brasileiro tem pluviosidade média anual girando em torno de 350 a 800 mm. A temperatura média é alta, com pequena amplitude anual de aproximadamente 5 ºC, girando entre 20 °C no topo das serras a até 28 °C nos sertões mais quentes. No interior, a amplitude térmica diária pode ser relativamente grande devido à menor umidade.

Em todo o Nordeste e particularmente no Ceará os anos de 2012, 2013 e 2014 configuraram-se como tipicamente seco não garantindo as recargas dos reservatórios.

Deve-se destacar que apenas 19% da população rural é atendida com sistemas públicos de abastecimento de Água. Esse baixo índice gera consequências sociais graves e duradouras, contribuindo, inclusive, para a insegurança alimentar da população que se agrava pela redução da quantidade e qualidade da água disponível nos reservatórios superficiais. Devido à desnutrição e ao consumo de água de baixa qualidade, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil na região do semiárido é, historicamente, a maior do País. Há algum tempo os governos (Federal, Estadual e os Municipais) vêm suprindo essa carência através do carro pipa que distribui água potável para a população rural dispersa de vários municípios cearenses.

4. Justificativa

Em 2012, 2013 e 2014, alguns fatores prejudicaram a permanência da zona de convergência intertropical, responsável pela maior parte das chuvas no período, no continente. Esse período foi marcado pela irregularidade das chuvas no Ceará, tanto do ponto de vista temporal, quanto do ponto de vista espacial.

Devido ao baixo volume de chuvas que, neste período, foi menor que a média histórica, a população rural está sofrendo com os efeitos da seca o que se reflete tanto na queda da produção agropecuária como na falta de água para o consumo humano. A saída utilizada foi a distribuição de água por carros pipas que além de uma solução de alto custo tem inúmeros aspectos desfavoráveis.

O Programa do Governo Federal “Água para Todos” visa ampliar, com vista à universalização, o acesso à água para abastecimento humano, por meio da instalação de Sistemas simplificados de abastecimento.

Os sistemas simplificados de abastecimento de água são instalados a partir de uma fonte hídrica, armazenamento e distribuição para a população.

Sem precisar percorrer quilômetros atrás de água para consumo humano, tarefa geralmente executada por mulheres e crianças, as famílias ficam menos vulneráveis às doenças causadas pela ingestão de água contaminada ou salobra, proveniente dos barreiros e de poços.

Sistemas Simplificado de Abastecimento de Água

5. Histórico

Em 2013 e 2014 foi realizada a implantação de 17.789 cisternas de polietileno atendendo a 74.714 pessoas nos municípios de Acopiara, Alcântara, Aracoiaba, Araripe, Capistrano, Graça, Horizonte, Itapiúna, Meruoca, Pacoti, Porteiras, Potengi, Quixelô, Redenção e Tarrafas, concluído a meta do convênio referente a implantação de cisternas de polietileno.

Referente à implantação de sistemas de abastecimento de água em 2013 e 2014 foram elaborados 1.366 projetos dos quais, 231 sistemas foram implantados e 603 estão em execução.

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2013	6.724.239,67	34.510.312,75	41.234.552,42	59.758
2014	10.458.332,33	55.865.569,83	66.323.902,16	57.792

6. Público Alvo

Famílias residentes em comunidades rurais nos municípios do Estado do Ceara.

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- As comunidades deverão ter concentração populacional variando de 25 a 100 famílias;

- As comunidades deverão ter no mínimo 40% das famílias residentes inscritas no CadÚnico.

7. Objetivos (Geral e Específico)

Geral

Contribuir para a universalização do acesso à água para consumo humano e alimentar em áreas rurais.

Específico

Disponibilizar água em quantidade e com a qualidade necessária ao consumo humano.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

- **Implantação dos Comitês Municipais**

O comitê municipal tem a finalidade de definir com as lideranças do Governo e da Sociedade Civil as obras a serem realizadas no Município em conformidade também com o Comitê Estadual que, por sua vez, trabalha em consonância com o Comitê Federal.

- **Cadastramento das famílias beneficiadas com sistema de abastecimento de água**

Após a indicação das comunidades a serem contempladas com sistema de abastecimento de água será realizado o cadastramento das famílias de cada comunidade. Neste cadastro conterá todos os dados pessoais da família e servirá como base para a elaboração do projeto técnico.

- **Elaboração do projeto de abastecimento de água**

Para cada sistema de abastecimento de água será elaborado um projeto contendo todas as plantas baixas e o descritivo geral da comunidade. O georeferenciamento será realizado através de um GPS-RTK. Este aparelho proporciona uma grande precisão nos projetos, visto ter uma precisão altimétrica de 1mm.

- **Execução das obras de Abastecimento de água**

À medida que os projetos técnicos forem sendo e elaborados serão agrupados observando a territorialização e licitados. As empresas vencedoras receberão ordem de serviço e executarão as obras.

9. Produtos

Listar os produtos do projeto, que podem ser resultado de uma atividade ou do conjunto das atividades, conforme abaixo:

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Sistemas de abastecimento de água implantados	1.135	Relatório de acompanhamento.

10. Metas

- Implantação de 1.135 sistemas de abastecimentos de água;
- Atender 45.400 famílias;

11. Resultados Esperados

Famílias da zona rural com água suficiente para o consumo humano.

12. Integração de Ações

A política de universalização da água no Estado do Ceará é desenvolvida através de várias iniciativas tais como: implantação de sistemas de abastecimento de água com dessalinizadores através da Secretaria de Recursos Hídricos; Implantação de Sistema de abastecimento de água através dos SISAR´s, SOHIDRA e Projeto São José.

13. Monitoramento

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA, através da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais, será Coordenadora Geral do Projeto, sendo responsável pelo acompanhamento e monitoramento das atividades, envio de relatórios e prestação de contas.

O monitoramento do Projeto se dará através do acompanhamento dos técnicos e de uma empresa responsável pela fiscalização.

13.1 Dados Utilizados

Para monitoramento dos sistemas de abastecimento de água, a empresa fiscalizadora atestará cada medição da obra juntamente com o técnico da SDA. Nesta medição estará contido todos os itens utilizados na implantação de cada sistema isoladamente.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Para cadastramento dos beneficiários de sistemas de abastecimento de água, todos os projeto técnico são catalogados em planilha eletrônica e cada projeto contem uma ficha cadastral de todos os beneficiários com seus dados pessoais.

14. Pressupostos de Risco

- Demora nas decisões dos comitês (Estadual e Municipal);
- Demora nos processos licitatórios;
- Atraso na entrega dos equipamentos ou obras;
- Falha no processo de acompanhamento pelos órgãos do Estado e empresas.

15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes (R$)	Valor Total (R$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. Despesas Correntes			
1.2 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica **(335039)**	5.180.512,53		
2. Despesas de Capital			
2.1 Obras Civis e Instalações (**449051**)	5.672.675,47	89.551.397,42	95.224.072,89
TOTAL	**10.853.188,00**	**89.551.397,42**	**100.404.585,42**

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	TOTAL
Repasse para empresas vencedoras	945.445,91	945.445,91	945.445,91	945.445,91	945.445,91	945.445,92	**5.672.675,47**
Serviço de Pessoa Física e Jurídica		2.590.256,27				2.590.256,27	**5.180.512,53**
Total	**945.445,91**	**3.535.702,18**	**945.445,91**	**945.445,91**	**945.445,91**	**3.535.702,19**	**10.853.188,00**

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

N° de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes - 2015	Pessoas Beneficiadas
1	Cariri / Centro Sul	Abaiara	40.196,99	331.671,84	706
2	Baturité	Acarape	40.196,99	331.671,84	706
3	Litoral Oeste	Acaraú	40.196,99	331.671,84	706
4	Cariri / Centro Sul	Acopiara	80.393,98	663.343,69	1412
5	Sertão do Inhamuns	Aiuaba	88.433,38	729.678,05	1553
6	Sobral / Ibiapina	Alcântaras	80.393,98	663.343,69	1412

7	Cariri / Centro Sul	Altaneira	40.196,99	331.671,84	706
8	Litoral Leste / Jaguaribe	Alto Santo	64.315,19	530.674,95	1130
9	Litoral Oeste	Amontada	48.236,39	398.006,22	848
10	Cariri / Centro Sul	Antonina do Norte	40.196,99	331.671,84	706
11	Litoral Oeste	Apuiarés	48.236,39	398.006,22	848
12	Metropolitana de Fortaleza	Aquiraz	40.196,99	331.671,84	706
13	Litoral Leste / Jaguaribe	Aracati	40.196,99	331.671,84	706
14	Baturité	Aracoiaba	40.196,99	331.671,84	706
15	Sertão do Inhamuns	Ararendá	88.433,38	729.678,05	1553
16	Cariri / Centro Sul	Araripe	40.196,99	331.671,84	706
17	Baturité	Aratuba	40.196,99	331.671,84	706
18	Sertão do Inhamuns	Arneiroz	88.433,38	729.678,05	1553
19	Cariri / Centro Sul	Assaré	40.196,99	331.671,84	706
20	Cariri / Centro Sul	Aurora	40.196,99	331.671,84	706
21	Cariri / Centro Sul	Baixio	80.393,98	663.343,69	1412
22	Sertão Central	Banabuiú	80.393,98	663.343,69	1412
23	Cariri / Centro Sul	Barbalha	40.196,99	331.671,84	706
24	Baturité	Barreira	40.196,99	331.671,84	706
25	Cariri / Centro Sul	Barro	40.196,99	331.671,84	706
26	Litoral Oeste	Barroquinha	40.196,99	331.671,84	706
27	Baturité	Baturité	40.196,99	331.671,84	706
28	Litoral Leste / Jaguaribe	Beberibe	40.196,99	331.671,84	706
29	Litoral Oeste	Bela Cruz	40.196,99	331.671,84	706
30	Sertão Central	Boa Viagem	80.393,98	663.343,69	1412
31	Cariri / Centro	Brejo Santo	40.196,99		706

	Sul			331.671,84	
32	Litoral Oeste	Camocim	40.196,99	331.671,84	706
33	Cariri / Centro Sul	Campos Sales	40.196,99	331.671,84	706
34	Sertão Central	Canindé	80.393,98	663.343,69	1412
35	Baturité	Capistrano	40.196,99	331.671,84	706
36	Sertão Central	Caridade	80.393,98	663.343,69	1412
37	Sobral / Ibiapina	Cariré	80.393,98	663.343,69	1412
38	Cariri / Centro Sul	Caririaçu	40.196,99	331.671,84	706
39	Cariri / Centro Sul	Cariús	80.393,98	663.343,69	1412
40	Sobral / Ibiapina	Carnaubal	40.196,99	331.671,84	706
41	Litoral Leste / Jaguaribe	Cascavel	40.196,99	331.671,84	706
42	Cariri / Centro Sul	Catarina	80.393,98	663.343,69	1412
43	Sertão do Inhamuns	Catunda	88.433,38	729.678,05	1553
44	Metropolitana de Fortaleza	Caucaia	40.196,99	331.671,84	706
45	Cariri / Centro Sul	Cedro	80.393,98	663.343,69	1412
46	Litoral Oeste	Chaval	40.196,99	331.671,84	706
47	Sertão Central	Choró	80.393,98	663.343,69	1412
48	Litoral Leste / Jaguaribe	Chorozinho	40.196,99	331.671,84	706
49	Sobral / Ibiapina	Coreaú	80.393,98	663.343,69	1412
50	Sertão do Inhamuns	Crateús	88.433,38	729.678,05	1553
51	Cariri / Centro Sul	Crato	40.196,99	331.671,84	706
52	Sobral - Ibiapina	Croatá	40.196,99	331.671,84	706
53	Litoral Oeste	Cruz	40.196,99	331.671,84	706
54	Sertão Central	Deputado Irapuan Pinheiro	80.393,98	663.343,69	1412

55	Lit. Leste - Jaguaribe	Ererê	64.315,19	530.674,95	1130
56	Metrop. de Fortaleza	Eusébio	40.196,99	331.671,84	706
57	Cariri - Centro Sul	Farias Brito	40.196,99	331.671,84	706
58	Sobral - Ibiapina	Forquilha	80.393,98	663.343,69	1412
59	Metrop. de Fortaleza	Fortaleza	40.196,99	331.671,84	706
60	Lit. Leste - Jaguaribe	Fortim	40.196,99	331.671,84	706
61	Sobral - Ibiapina	Frecheirinha	80.393,98	663.343,69	1412
62	Sertão Central	General Sampaio	48.236,39	398.006,22	848
63	Sobral - Ibiapina	Graça	80.393,98	663.343,69	1412
64	Litoral Oeste	Granja	40.196,99	331.671,84	706
65	Cariri - Centro Sul	Granjeiro	40.196,99	331.671,84	706
66	Sobral - Ibiapina	Groaíras	80.393,98	663.343,69	1412
67	Metrop. de Fortaleza	Guaiúba	40.196,99	331.671,84	706
68	Sobral - Ibiapina	Guaraciaba do Norte	40.196,99	331.671,84	706
69	Baturité	Guaramiranga	40.196,99	331.671,84	706
70	Sobral - Ibiapina	Hidrolândia	88.433,38	729.678,05	1553
71	Lit. Leste - Jaguaribe	Horizonte	40.196,99	331.671,84	706
72	Sertão Central	Ibaretama	80.393,98	663.343,69	1412
73	Sobral - Ibiapina	Ibiapina	40.196,99	331.671,84	706
74	Sertão Central	Ibicuitinga	80.393,98	663.343,69	1412
75	Lit. Leste - Jaguaribe	Icapuí	40.196,99	331.671,84	706
76	Cariri - Centro Sul	Icó	80.393,98	663.343,69	1412
77	Cariri - Centro Sul	Iguatu	80.393,98	663.343,69	1412
78	Sert. dos Inhamuns	Independência	88.433,38	729.678,05	1553
79	Sert. dos	Ipaporanga	88.433,38		1553

	Inhamuns			729.678,05	
80	Cariri - Centro Sul	Ipaumirim	80.393,98	663.343,69	1412
81	Sobral - Ibiapina	Ipu	88.433,38	729.678,05	1553
82	Sert. dos Inhamuns	Ipueiras	88.433,38	729.678,05	1553
83	Lit. Leste - Jaguaribe	Iracema	64.315,19	530.674,95	1130
84	Sobral - Ibiapina	Irauçuba	48.236,39	398.006,22	848
85	Lit. Leste - Jaguaribe	Itaiçaba	40.196,99	331.671,84	706
86	Metrop. de Fortaleza	Itaitinga	40.196,99	331.671,84	706
87	Litoral Oeste	Itapajé	48.236,39	398.006,22	848
88	Litoral Oeste	Itapipoca	48.236,39	398.006,22	848
89	Baturité	Itapiúna	40.196,99	331.671,84	706
90	Litoral Oeste	Itarema	48.236,39	398.006,22	848
91	Sertão Central	Itatira	80.393,98	663.343,69	1412
92	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaretama	64.315,19	530.674,95	1130
93	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaribara	64.315,19	530.674,95	1130
94	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaribe	64.315,19	530.674,95	1130
95	Lit. Leste - Jaguaribe	Jaguaruana	40.196,99	331.671,84	706
96	Cariri - Centro Sul	Jardim	40.196,99	331.671,84	706
97	Cariri - Centro Sul	Jati	40.196,99	331.671,84	706
98	Litoral Oeste	Jijoca de Jericoacoara	40.196,99	331.671,84	706
99	Cariri - Centro Sul	Juazeiro do Norte	40.196,99	331.671,84	706
100	Cariri - Centro Sul	Jucás	80.393,98	663.343,69	1412
101	Cariri - Centro Sul	Lavras da Mangabeira	80.393,98	663.343,69	1412
102	Lit. Leste - Jaguaribe	Limoeiro do Norte	64.315,19	530.674,95	1130
103	Sertão Central	Madalena	80.393,98	663.343,69	1412

104	Metrop. de Fortaleza	Maracanaú	40.196,99	331.671,84	706
105	Metrop. de Fortaleza	Maranguape	40.196,99	331.671,84	706
106	Litoral Oeste	Marco	40.196,99	331.671,84	706
107	Litoral Oeste	Martinópole	40.196,99	331.671,84	706
108	Sobral - Ibiapina	Massapê	80.393,98	663.343,69	1412
109	Cariri - Centro Sul	Mauriti	40.196,99	331.671,84	706
110	Sobral - Ibiapina	Meruoca	80.393,98	663.343,69	1412
111	Cariri - Centro Sul	Milagres	40.196,99	331.671,84	706
112	Sertão Central	Milhã	80.393,98	663.343,69	1412
113	Litoral Oeste	Miraíma	48.236,39	398.006,22	848
114	Cariri - Centro Sul	Missão Velha	40.196,99	331.671,84	706
115	Sertão Central	Mombaça	80.393,98	663.343,69	1412
116	Sert. dos Inhamuns	Monsenhor Tabosa	88.433,38	729.678,05	1553
117	Lit. Leste - Jaguaribe	Morada Nova	64.315,19	530.674,95	1130
118	Sobral - Ibiapina	Moraújo	80.393,98	663.343,69	1412
119	Litoral Oeste	Morrinhos	40.196,99	331.671,84	706
120	Sobral - Ibiapina	Mucambo	80.393,98	663.343,69	1412
121	Baturité	Mulungu	40.196,99	331.671,84	706
122	Cariri - Centro Sul	Nova Olinda	40.196,99	331.671,84	706
123	Sert. dos Inhamuns	Nova Russas	88.433,38	729.678,05	1553
124	Sert. dos Inhamuns	Novo Oriente	88.433,38	729.678,05	1553
125	Baturité	Ocara	40.196,99	331.671,84	706
126	Cariri - Centro Sul	Orós	80.393,98	663.343,69	1412
127	Lit. Leste - Jaguaribe	Pacajus	40.196,99	331.671,84	706
128	Metrop. de	Pacatuba	40.196,99		706

	Fortaleza			331.671,84	
129	Baturité	Pacoti	40.196,99	331.671,84	706
130	Sobral - Ibiapina	Pacujá	80.393,98	663.343,69	1412
131	Lit. Leste - Jaguaribe	Palhano	40.196,99	331.671,84	706
132	Baturité	Palmácia	40.196,99	331.671,84	706
133	Litoral Oeste	Paracuru	48.236,39	398.006,22	848
134	Litoral Oeste	Paraipaba	48.236,39	398.006,22	848
135	Sert. dos Inhamuns	Parambu	88.433,38	729.678,05	1553
136	Sertão Central	Paramoti	80.393,98	663.343,69	1412
137	Sertão Central	Pedra Branca	80.393,98	663.343,69	1412
138	Cariri - Centro Sul	Penaforte	40.196,99	331.671,84	706
139	Litoral Oeste	Pentecoste	48.236,39	398.006,22	848
140	Lit. Leste - Jaguaribe	Pereiro	64.315,19	530.674,95	1130
141	Lit. Leste - Jaguaribe	Pindoretama	40.196,99	331.671,84	706
142	Sertão Central	Piquet Carneiro	80.393,98	663.343,69	1412
143	Sobral - Ibiapina	Pires Ferreira	88.433,38	729.678,05	1553
144	Sert. dos Inhamuns	Poranga	88.433,38	729.678,05	1553
145	Cariri - Centro Sul	Porteiras	40.196,99	331.671,84	706
146	Cariri - Centro Sul	Potengi	40.196,99	331.671,84	706
147	Lit. Leste - Jaguaribe	Potiretama	64.315,19	530.674,95	1130
148	Sert. dos Inhamuns	Quiterianópolis	88.433,38	729.678,05	1553
149	Sertão Central	Quixadá	80.393,98	663.343,69	1412
150	Cariri - Centro Sul	Quixelô	80.393,98	663.343,69	1412
151	Sertão Central	Quixeramobim	80.393,98	663.343,69	1412
152	Lit. Leste - Jaguaribe	Quixeré	64.315,19	530.674,95	1130

153	Baturité	Redenção	40.196,99	331.671,84	706
154	Sobral - Ibiapina	Reriutaba	80.393,98	663.343,69	1412
155	Lit. Leste - Jaguaribe	Russas	64.315,19	530.674,95	1130
156	Cariri - Centro Sul	Saboeiro	80.393,98	663.343,69	1412
157	Cariri - Centro Sul	Salitre	40.196,99	331.671,84	706
158	Sertão Central	Santa Quitéria	88.433,38	729.678,05	1553
159	Sobral - Ibiapina	Santana do Acaraú	80.393,98	663.343,69	1412
160	Cariri - Centro Sul	Santana do Cariri	40.196,99	331.671,84	706
161	Sobral - Ibiapina	São Benedito	40.196,99	331.671,84	706
162	Litoral Oeste	São Gonçalo do Amarante	48.236,39	398.006,22	848
163	Lit. Leste - Jaguaribe	São João do Jaguaribe	64.315,19	530.674,95	1130
164	Litoral Oeste	São Luís do Curu	48.236,39	398.006,22	848
165	Sertão Central	Senador Pompeu	80.393,98	663.343,69	1412
166	Sobral - Ibiapina	Senador Sá	80.393,98	663.343,69	1412
167	Sobral - Ibiapina	Sobral	80.393,98	663.343,69	1412
168	Sertão Central	Solonópole	80.393,98	663.343,69	1412
169	Lit. Leste - Jaguaribe	Tabuleiro do Norte	64.315,19	530.674,95	1130
170	Sert. dos Inhamuns	Tamboril	88.433,38	729.678,05	1553
171	Cariri - Centro Sul	Tarrafas	40.196,99	331.671,84	706
172	Sert. dos Inhamuns	Tauá	88.433,38	729.678,05	1553
173	Litoral Oeste	Tejuçuoca	48.236,39	398.006,22	848
174	Sobral - Ibiapina	Tianguá	40.196,99	331.671,84	706
175	Litoral Oeste	Trairi	48.236,39	398.006,22	848
176	Litoral Oeste	Tururu	48.236,39	398.006,22	848
177	Sobral -	Ubajara	40.196,99		706

	Ibiapina			331.671,84	
178	Cariri - Centro Sul	Umari	80.393,98	663.343,69	1412
179	Litoral Oeste	Umirim	48.236,59	398.006,24	848
180	Litoral Oeste	Uruburetama	48.236,81	398.006,24	848
181	Litoral Oeste	Uruoca	40.196,99	331.671,86	706
182	Sobral - Ibiapina	Varjota	80.393,90	663.343,69	1447
183	Cariri - Centro Sul	Várzea Alegre	40.196,99	331.671,86	706
184	Sobral - Ibiapina	Viçosa do Ceará	40.196,99	331.671,58	715
Sub-total			**10.853.188,00**	**89.551.397,42**	190.680

18. Responsável(eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais (COPPE)
Técnico	Kleber Vasconcelos Sabino
E-mail	Kleber.sabino@sda.ce.gov.br
Fone	85 3101.8112

ANEXO 1

Marco Lógico
(Sistemas de Abastecimento de Água – Mapp 385)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Redução da incidência de doenças de veiculação hídrica. Uso sustentável da água para abastecimento das famílias rurais. Redução dos esforços (físicos/financeiros/tempo) para captação de água.	Percentual da incidência de pessoas com diarréia. Tempo garantido de abastecimento de água à família por meio de SAA. Forma, investimento e periodicidade para acesso à água.	Questionário socieconômico do projeto.	Quadro de estiagem prolongada, afetando de forma geral os indicadores socioeconômicos do Estado.
Resultados	Famílias rurais de baixa renda com acesso à água com qualidade e em quantidade suficiente para o consumo humano.	Percentual de cobertura da população rural com acesso à água para consumo.	Relatório de acompanhamento do projeto. Pesquisas do IPECE e IBGE.	Escassez de água, afetando o abastecimento pelos SAAs implantados.
Produtos	Sistemas de abastecimento de água implantados.	Percentual de implantação dos sistemas de abastecimento de água.	Relatório de acompanhamento do projeto.	Falta de repasse por parte do Governo Federal. SAAs fora dos padrões técnicos.

Atividades	Implantação de SAAs. Acompanhamento e fiscalização das atividades de execução.	Número de SAAs implantados. Número de SAAs acompanhados e fiscalizados.	Relatório de acompanhamento do projeto.	Equipe técnica aquém da necessidade.
Insumos	Recursos do FECOP. Recursos Federais (MI). Técnicos para acompanhamento e fiscalização das obras	Percentual de recurso investido por fonte. Número de técnicos envolvidos.	Relatório do projeto. Sistema de Acompanhamento e Monitoramento Estadual – WebMapp.	Indisponibilidade de recursos por parte dos Governos Estadual e Federal. Inadimplência do Estado, impossibilitando o recebimento de recurso.

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

PROJETO: Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas

Junho / 2015

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
Programa (PPA)	028 - Desenvolvimento Agropecuário
Mapp (Nº e Denominação)	440 - Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas
Período de Execução (em 2015)	Junho a dezembro de 2015
Categoria	Estruturante – Ocupação e Renda - Inclusão Produtiva Rural (Fomento)

1. Descrição do Projeto

O Projeto se propõe a adquirir equipamentos de mecanização agrícola para a exploração agropecuária, visando fortalecer a agricultura familiar através do aumento da área plantada, com consequente aumento da produção agropecuária, disponibilizando o uso da mecanização agrícola por meio da aquisição de tratores com os implementos agrícolas necessários para o melhor desenvolvimento das atividades das famílias rurais. A SDA em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, através do Convênio Nº 781106/2012 liberará recursos para aquisição dos referidos equipamentos.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012/2015, o projeto insere-se no âmbito do Programa 028 - Desenvolvimento Agropecuário, colaborando para o alcance do Objetivo 014 – Implementar ações de apoio técnico e socioprodutivo, visando ampliar a inserção produtiva e a competitividade dos agricultores familiares; Meta 01134 – Adquirir 400 tratores com equipamentos e implementos agrícolas, para beneficiar comunidades rurais; Iniciativa 04833 – Implantação de projetos produtivos sustentáveis no âmbito da agricultura familiar.

Na matriz de Gestão por Resultados o projeto contribui para o alcance do resultado setorial estratégico Produtos Agropecuários de Qualidade, Suficientes, Seguros e Competitivos e seus resultados são aferidos por meio do indicador Produção de Grãos.

3. Diagnóstico

A grande maioria dos grãos produzidos no Ceará é proveniente da agricultura de sequeiro dependendo primordialmente do volume e distribuição espacial e temporal das chuvas e tendo grande peso na flutuação da safra.

Os dados mostram que a produção de grãos registrou 1.294,3 mil toneladas em 2011, enquanto em 2006, esse quantitativo atingiu 1.145,5 mil toneladas, com crescimento de 13,00% no período. O ano de 2011 registrou chuvas regulares e bem distribuídas, fato que contribuiu para uma safra recorde de produção de grãos no Estado. A cultura do milho foi responsável por 70% dessa produção, gerando um VBP de R$1,06 bilhão, correspondendo a 42% do VBP dos produtos agrícolas.

Um dos fatores que concorreram, em parte, para obtenção dos bons resultados da safra agrícola de 2011 foi o plantio de sementes de alta qualidade genética distribuídas aos 135.876 produtores beneficiados pelo projeto Hora de Plantar. É importante acrescentar

que recentemente, o projeto tornou possível a inclusão de agricultores familiares como produtores profissionais de sementes, destacando-se as culturas de feijão, milho e mamona, além de mudas enxertadas de cajueiro anão precoce.

Em 2013 e 2014, apesar dos esforços governamentais em distribuir as sementes e mudas em quantidades significativas e em tempo hábil para mais de 130.000 agricultores familiares, obteve-se drásticas reduções nas áreas plantadas e na produtividade de quase todas as culturas do Estado, devido à ocorrência de precipitações pluviométricas 40% abaixo da média em todas as regiões.

4. Justificativa

A agropecuária familiar é de extrema importância na questão da segurança alimentar do Brasil, pois os produtos produzidos nas pequenas propriedades fazem parte, em sua grande maioria, da alimentação básica do brasileiro. Por outro lado, a grande dificuldade de executar as práticas de cultivo, promovendo a expansão das áreas plantadas é uma das grandes realidades existentes no meio rural, para que essa produção atenda à crescente demanda e chegue com a devida qualidade na mesa dos consumidores.

Portanto, é imprescindível o investimento tanto do produtor quanto do governo em ações que sejam capazes de otimizar as formas de cultivo ora praticadas. Assim, entende-se como de importância relevante, a expansão da mecanização na agricultura familiar, que venha a garantir técnicas adequadas de manejo e preparo do solo, da água e processamento dos produtos agrícolas, facilitando a vida do produtor pela diminuição do esforço manual e garantindo o aumento da produção e da produtividade.

Do ponto de vista econômico, observa-se que o lucro obtido pela agricultura familiar desenvolvida de forma tradicional, sem a incorporação de tecnologias, é diminuto e a mecanização desponta como uma alternativa para o incremento da área plantada, aumentando a produção e consequentemente a renda do produtor.

5. Histórico

O projeto está sendo apresentado pela primeira vez no ano.

6. Público Alvo

Agricultor familiar.

Caracteriza-se como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos:

- Não detenha, a qualquer título, área maior de 4 módulos fiscais;
- Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder executivo;
- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

7. Objetivos

Geral

Melhorar as condições da produção agropecuária de pequenas famílias rurais, sobrevindo a exploração de forma manual para o cultivo mecanizado, acarretando aumento de área e de produção.

Específicos

- Ampliar a produção e a produtividade da população beneficiada com o Projeto.
- Facilitar o transporte de produtos agropecuários
- Reduzir os custos do processo de produção;
- Profissionalizar as atividades de cultivo mecanizado;
- Incrementar a renda ao produtor;
- Fixar o homem do campo;
- Apoiar à comercialização;
- Facilitar o transporte de produtos agropecuários.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

Atividades	Produtos	2015	Fontes de Verificação
Mobilização e Seleção dos Beneficiários	Beneficiários selecionados	11	Prefeituras e Secretarias de Agriculturas Municipais, Associações Comunitárias e CODAF/SDA
Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	Agricultura Familiar Modernizada	96	Visitas e Relatórios de Supervisão da CODAF/ SDA.

a. Mobilização e Seleção dos beneficiários

Foram realizadas visitas e reuniões nas Comunidades para apresentação do Projeto de Modernização da Agricultura Familiar e verificar as condições técnicas e organizacionais das Associações Comunitárias. Após a comprovação da necessidade e interesse dos associados em participar do Projeto foi feito a seleção do beneficiários.

b. Aquisição das Máquinas e equipamentos agrocolas.

Será iniciado processo licitatório do tipo Pregão Eletrônico para a aquisição das máquinas e equipamentos. Serão celebrados Termos de Cessão de Uso com cada uma das Associações beneficiárias para o repasse das máquinas e equipamentos. A orientação e acompanhamento será prestada pela prefeituras municipais, em nível local e regional e a coordenação, supervisão e assessoramento será realizada pela equipe técnica da SDA/CODAF.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Equipamentos de Mecanização Agrícola (Tratores e Implementos) Adquirido	96	Processo licitatório e publicação de contratos com fornecedores

10. Metas

- Beneficiar 9.810 agricultores/as de base familiar com equipamentos de mecanização agrícolas.

11. Resultados Esperados

- Fortalecimento da organização dos agricultores familiares na atividade;
- Agregação de renda e fixação das famílias no campo.
- Aumento da Produção Agropecuária.

12. Integração de Ações

O projeto se relaciona com os Projetos Hora de Plantar, Práticas Agrícolas de Convivência com o Semiárido, Biodiesel do Ceará, Revitalização da Cajucultura, Modernização da Mandiocultura, Pecuária Leiteira e Ovino Caprinocultura.

13. Monitoramento

O monitoramento será realizado pela SDA, através da CODAF (Coordenadoria de Desenvolvimento da Agricultura Familiar), sendo as ações de campo de responsabilidade das prefeituras municipais e o acompanhamento através de relatórios semestrais.

13.1 Dados Utilizados

Os dados serão levantados pelos técnicos da EMATERCE que prestam assistência técnica aos beneficiários nas diversas cadeias produtivas beneficiadas com infraestrutura e terão sua periodicidade semestral através de sistemas eletrônicos utilizados para monitorar a prestação de ATER.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Após a seleção, será elaborado o cadastro de beneficiários do projeto agrupados por município atendido com Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF, renda do grupo familiar, município e outras informações que sejam julgadas necessárias para a boa execução e avaliação do projeto.

14. Pressupostos de Risco

Os resultados esperados na produção, beneficiamento e comercialização podem não ser alcançados devido a rejeição dos beneficiários a assistência técnica e ao baixo nível de organização dos agricultores inviabilizando o fortalecimento das cadeias e a geração de renda dos beneficiários. Durante o processo de contratação da empresa que fornecerá os equipamentos podem ocorrer problemas tais como, as concorrentes não apresentarem as documentações exigidas no certame e serem desclassificadas, atrasando todo o processo de execução do Projeto.

15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes (2015))	Valor Total (2015)
NATUREZA DA DESPESA			
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Obras Civis			
Elementos de Despesas (449051)			
2.2. Equipamentos e Material Permanente			
Elemento de Despesas (449052)	232.560,00	1.000.000,00	1.232.560,00
2.3. Outras Despesas de Capital			
Elemento de Despesas			
TOTAL	**232.560,00**	**1.000.000,00**	**1.232.560,00**

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Jun	Total
Obras Civis	0,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente (449052)	232.560,00	232.560,00
Total	**232.560,00**	**232.560,00**

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015 (R$)

Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP	Valor Outras Fontes	Pessoas Beneficiadas
REGIÃO 02 LITORAL OESTE	Acaraú	21.289,67	90.761,24	892
	Amontada	21.289,67	90.761,24	892
	Itapipoca	21.289,67	90.761,24	891
	Morrinho	21.289,67	90.761,24	892
	TOTAL R02	**85.158,68**	**363.044,96**	**3.567**
REGIÃO 03 SOBRAL IBIAPABA	Irauçuba	21.289,67	90.761,24	892
	Tianguá	21.289,67	90.761,24	891
	TOTAL R03	**42.579,34**	**181.522,48**	**1783**
REGIÃO 05	Mombaça	21.289,67	90.761,24	892

SERTÃO CENTRAL				
	TOTAL R05	**21.289,67**	**90.761,24**	**892**
REGIÃO 06 BATURITÉ	Baturité	21.289,67	90.761,24	892
	TOTAL R06	**21.289,67**	**90.761,24**	**892**
REGIÃO 07 LITORAL LESTE	Beberibe	21.289,67	90.761,24	892
	Jaguaribara	21.289,67	90.761,23	892
	Pereiro	21.289,67	90.761,24	892
	TOTAL R07	**63.869,01**	**272.283,71**	**2.676**
TOTAL GERAL		**232.560,00**	**1.000.000,00**	**9.810**

18. Responsável(eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	COPLAG
Técnico	Esaú Matos Ribeiro
E-mail	esau.matos@sda.ce.gov.br
Fone	3101-8013 / 3101-8027

ANEXO 1

Marco Lógico
(Tratores e Implementos Agrícolas – Mapp 440)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Aumento da produtividade da agropecuária dos agricultores familiares assistidos. Aumento e manutenção da ocupação e renda dos beneficiários.	Percentual de perdas de safra dos agricultores assistidos em relação às perdas dos agricultores do Estado. Produtividade em kg/ha por cultura e/ou criação. Número de empregos gerados.	Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB). IBGE. Dados do CadÚnico. Pesquisa primária.	Instabilidades climáticas severas e consecutivas. Disponibilidade inoportuna das políticas públicas de crédito rural. Alta rotatividade dos agentes rurais.
Resultados	Ampliação da área plantada com as culturas desenvolvidas pelos agricultores familiares. Aumento e melhoria do rebanho dos agricultores familiares assistidos. Fortalecimento das entidades beneficiadas.	Percentual de área com culturas assistidas em ha. Percentual de área com culturas colhidas em ha. Valor da produção obtida em kg. Taxa de desfrute do rebanho. Número de práticas alternativas de convivência com o semiárido implementadas.	Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB).	Instabilidades climáticas severas e consecutivas. Baixo índice de apropriação do conhecimento por conta da baixa escolaridade dos agricultores familiares. Inexistência e/ou informalidade da posse da terra por parte dos agricultores assistidos.

Produtos	Equipamentos de mecanização agrícolas (tratores com implementos agrícolas) para a atividade agropecuária.	Número de equipamentos entregues aos agricultores familiares.	Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB).	Limitado tempo para a formação dos Agentes Rurais com vistas à prestação de ATER aos agricultores familiares assistidos.
Atividades	Mobilização e seleção de beneficiários por meio de visitas e reuniões em comunidades rurais. Elaboração dos Planos de Gestão e Regimento Interno sobre o uso das máquinas. Aquisição de tratores e implementos agrícolas por Pregão Eletrônico.	Número de reuniões realizadas com as comunidades rurais. Número de Planos de Gestão Elaborados. Número de tratores e implementos agrícolas adquiridos.	Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB).	Descontinuidade na prestação de Ater aos Agricultores Familiares em decorrência da rotatividade dos Agentes Rurais.
Insumos	Recursos financeiros apropriados pelo FECOP. Utilização da estrutura operacional (técnicos, veículos, maquinas agrícolas, equipamentos de informática	Volume de recursos aportados pelo FECOP	Sistema de Programas e Projetos da Ematerce (SPPWEB). Sistema de acompanhamento e monitoramento do Estado (WebMapp).	Escassez de recursos financeiros e operacionais.

Governo do Estado do Ceará
Secretaria das Cidades – SCIDADES

Projeto: Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)

Setembro/2015

Secretaria	Secretaria das Cidades
Programa	033 – Habitacional
Mapp	1 – PAC MC Maranguapinho – Elaboração de Projeto e Construção de 9.214 habitações em Fortaleza, 100 em Maranguape e 108 em Maracanaú
Período de Execução	Jan a Dez de 2015
Categoria	Infraestrutura Domiciliar

1. Descrição do Projeto

O Projeto Rio Maranguapinho tem como área de intervenção a Região Metropolitana de Fortaleza, mais especificamente os municípios de Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia. Constitui-se em um conjunto de ações que envolvem: desapropriação/indenização (áreas da barragem e da urbanização); construção da Barragem Maranguapinho; dragagem; execução das obras de urbanização das margens do Rio; equipamentos sociais; habitação; execução de trabalho técnico social na área de intervenção e nos reassentamentos.

Sua área de intervenção está dividida em cinco trechos: Trecho Zero que compreende a área desde a Rua Coronel Carvalho, ao lado da Praça do Rotary, até a Avenida Mister Hull, localizado no Município de Fortaleza; Trecho I, localizado no Município de Fortaleza, compreende a área desde a Avenida Mister Hull até a Avenida Fernandes Távora; Trecho II, também no Município de Fortaleza, entre a Avenida Fernandes Távora e Osório de Paiva; o Trecho III localizado nos Municípios de Fortaleza e Maracanaú, estando localizado entre a Avenida Osório de Paiva e o Anel Viário de Maracanaú e o Trecho IV, localizado no Município de Maracanaú, compreende a área desde o Anel Viário de Maracanaú até a área de construção da Barragem Maranguapinho.

Para facilitar o acompanhamento das ações programadas o Projeto Rio Maranguapinho foi subdividido e cada parte é submetida à apreciação do CCPIS como um projeto independente. O presente projeto engloba as Ações de Habitação.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012/2015, o projeto Habitacional Maranguapinho, inclui-se no âmbito do Programa 033 – Habitacional; Objetivo 001 - Construir unidades habitacionais de interesse social contribuindo para redução do déficit habitacional quantitativo; Meta 00521 - Beneficiar 16.787 famílias com unidades habitacionais; Iniciativa 00267 - Construção de unidades habitacionais no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho.

O resultado Estratégico Setorial para o qual o projeto contribui é Melhoria das condições de habitabilidade tendo suas realizações registradas por meio do indicador Famílias beneficiadas com habitações de interesse social adequadas.

A execução do Projeto Rio Maranguapinho em sua totalidade, contribui para a implementação da Política Habitacional, da Política de Desenvolvimento Urbano e da Política de Saneamento Ambiental e está inserido na matriz do Governo Estadual no Eixo Economia para uma vida melhor, na área temática Desenvolvimento Urbano e Integração

Regional.

3. Diagnóstico

O Rio Maranguapinho nasce na Serra de Maranguape e desemboca no Rio Ceará após percorrer 26 Km. A área da Bacia do Rio Maranguapinho é de 6.571,53 ha e abrange os municípios de Maranguape, Maracanaú, Fortaleza e Caucaia. A bacia hidrográfica do Rio Maranguapinho sofre atualmente com a poluição, não apenas com a ocupação de suas margens por populações de baixa renda como também pelo despejo de dejetos domésticos e, principalmente, industriais, quando o rio passa pelos municípios de Maracanaú e Fortaleza. Sofre ainda pela retirada de areia e da mata ciliar e pela ausência de saneamento básico, principalmente nas áreas de favelas, que são numerosas nessa bacia hidrográfica.

A calha menor do rio Maranguapinho apresenta bancos de terra e entulho formados pelo lançamento de lixo em seu leito e erosão das margens devido á inexistência de mata ciliar e, até mesmo de retirada proposital de areia do leito do rio para fins de mineração irregular. O volume global dos serviços de dragagem está estimado em 408.782,72 m³.

Suas margens foram ocupadas ao longo das últimas três décadas, principalmente com a construção de moradias para uma população excluída, apresentando atualmente uma alta densidade demográfica.

A área de intervenção e a área remanescente do Projeto Maranguapinho pesquisadas perpassam por quatro municípios da Região Metropolitana de Fortaleza: Caucaia, Fortaleza, Maracanaú e Maranguape. Segundo estudo desenvolvido pelo Centro de Estudos da Metrópole para a Secretaria Nacional de Habitação, intitulado Assentamentos Precários no Brasil Urbano, na Região Metropolitana de Fortaleza verifica-se uma das maiores proporções de pessoas residindo em setores com condições socioeconômicas e habitacionais precárias, abaixo apenas das Regiões Metropolitanas de Belém e de São Luís.

Os diagnósticos socioeconômicos da área de intervenção, que compreende os Trechos Zero, I, II, III e IV, e da área remanescente confirmam as informações desse estudo, quando identificadas as diversas carências vivenciadas pela população pesquisada nos 21 bairros por onde perpassa o Projeto Maranguapinho.

As áreas de risco do Rio Maranguapinho, que representam 48,57% das áreas de risco de Fortaleza, são constituídas por sub-habitações construídas praticamente dentro da calha menor do mesmo.

Estes problemas aliados com a ocupação desordenada, inclusive fora da área de proteção ambiental do rio, tem resultado em alagamentos durante os períodos chuvosos com consequências socioambientais desastrosas. Residem na área de intervenção do projeto aproximadamente 350 mil pessoas que sofrem periodicamente os efeitos das cheias. Ano após ano, no período chuvoso, repetem-se as manchetes sobre famílias desabrigadas.

Famílias da área de intervenção do Projeto, morando as margens do Rio Maranguapinho.

A relocação das famílias que se encontram na área de intervenção do Projeto é uma ação necessária e urgente, tendo em vista representar o ponto mais critico da área ocupada próxima ao Rio Maranguapinho, onde a situação de moradia é mais precária, faltam serviços básicos de infraestrutura e o estado de risco potencial de enchentes e inundações ameaçam, principalmente nos períodos invernosos, as famílias que ali residem, agravando ainda mais as condições ambientais do lugar e diminuindo a qualidade de vida dessa população. Tal situação adquire um caráter de calamidade social devido aos inúmeros prejuízos materiais e em vidas para a população residente na área.

Ciente deste grave problema o Governo do Estado, resolveu elaborar um Projeto que ao tempo em que remove e reassenta as populações ribeirinhas em habitações dignas e de qualidade situadas em áreas urbanizadas e dotadas de toda a infraestrutura, recupera o rio e o reintegra ao patrimônio coletivo da população da Região Metropolitana de Fortaleza.

4. Justificativa

Os desequilíbrios urbanos presentes na maioria dos municípios brasileiros, notadamente os localizados em regiões metropolitanas, têm sido objeto de preocupação dos diversos governos Estaduais, Municipais que procuram abordar com responsabilidade estas questões.

Não diferenciando da maioria das metrópoles brasileiras o processo de urbanização de Fortaleza e dos demais municípios da RMF, foi marcado por profunda desigualdade sócio-econômica que provocou uma ocupação desordenada do solo urbano. Dentre os problemas que esse processo apresenta está a falta de moradia digna para uma parcela da população que por diversos motivos, incluindo a falta de políticas habitacionais, passou a habitar áreas insalubres e leitos de rios encontrando-se sujeita a inundações e desmoronamentos.

O Projeto Rio Maranguapinho atuará diretamente nos municípios de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú e tem como premissas:

- a fixação de cheias com período de retorno de 20 anos (TR=20 anos) para avaliação da faixa de inundação marginal do Rio e estimativa da população atingida pela cheia;
- centrar o foco na proteção das populações residentes em áreas de riscos junto às margens do rio Maranguapinho;

- propor soluções, cuja combinação resulte num incremento de eficiência maior do que a soma de benefícios individuais e a definição de obras de intervenção que apresentem viabilidade segundo os aspectos hidrológicos, ambientais, sociais, políticos e econômicos e que efetivamente resultem em benefícios tangíveis no que concerne à proteção da população marginal ao Rio.

O impacto social do Projeto Rio Maranguapinho, incidirá na comunidade diretamente beneficiária, mas também para a população de Fortaleza, pois as obras implantadas têm caráter coletivo e seus resultados refletirão principalmente: na saúde, quando será implantada a rede de esgotamento sanitário, eliminando os esgotos domésticos que são despejados direto no Rio, melhoria na qualidade de habitação para famílias que serão reassentadas; na segurança publica, acessos e circulação de pessoas e veículos (coletivos e particulares) com a implantação das obras de urbanização (construção de vias, ciclovias e passeios); mais oportunidade de lazer e saúde, através da utilização por parte da população dos equipamentos urbanísticos previstos em projeto (praças, playground, pista de skates, equipamento de ginástica, campo de vôlei e campo de futebol); possibilidade de geração de renda através da utilização de espaços que serão criados com a urbanização (praças).

5. Histórico

O Projeto Habitacional Maranguapinho utilizou recursos do Fecop a partir de 2009 e até 2014 aplicou R$ 44.704.423,53. O Projeto além dos recursos do Fecop e Tesouro Estadual, conta com recursos da União, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), através do Ministério das Cidades.

Foram concluídas e entregues, até 2012, 06 residenciais, perfazendo um total de 2.625 unidades habitacionais às famílias atendidas com o Projeto Maranguapinho, resultando assim em 13.125 pessoas beneficiadas.

Em 2013, foi dado continuidade na execução das obras dos Residenciais, porém não foi possível entregar nenhuma unidade habitacional, contrariando a meta prevista para o ano. Os principais motivos foram a necessidade de replanilhamento nas planilhas orçamentárias dos contratos , visando a aprovação junto à Caixa, o que levou a paralisação das obras, e a desistência da Construtora quanto a execução do Residencial Eleazar de Carvalho, sendo necessário realizar nova licitação.

Em 2014, a Secretaria das Cidades deu continuidade às obras do Residencial Aldemir Martins e Santo Sátiro. Os outros três residenciais (Residencial Itamar Franco (Caucaia), o Residencial Zilda Arns (Caucaia) e Residencial José Alencar (Fortaleza) estão paralisados por orientação do Ministério das Cidades, que solicitou a migração dos recursos a serem obtidos através do PAC para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O Estado do Ceará acatou a sugestão do Ministério das Cidades, formalizou o pedido junto à CAIXA e aguarda o retorno da solicitação. A previsão era concluir o Residencial Aldemir Martins e reassentar 612 famílias, no entanto houve atraso da Cagece na conclusão da Estação de Tratamento de Esgoto e atraso da Coelce no início das obras da rede de energia elétrica.

A Caixa como agente financeiro dos recursos da União suspendeu os desembolsos em 2014, para levantamento do fluxo de Caixa do Projeto, o que foi concluído somente agora em 2015. Esse levantamento gerou um encontro de contas, devendo o Estado pagar medições com recursos próprios e prestar contas junto à Caixa para que os desembolsos

dos recursos federais voltem a ocorrer.

Atualmente encontra-se em construção 740 unidades habitacionais, divididos entre os residenciais, Aldemir Martins (612), Santo Sátiro (128).

Existe solicitação do Governo do Estado ao Ministério das Cidades para não mais construir o Residencial Pajuçara, reassentando as famílias em unidades já em execução pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

O quadro a seguir apresenta a situação resumo dos residenciais que compõem o Projeto Maranguapinho, até o final de 2015.

QUADRO RESUMO - RESIDENCIAIS - PROJETO RIO MARANGUAPINHO					STATUS
	EMPREENDIMENTO	**QUANT. DE UNIDADES**	**TIPOLO-GIA**	**ÁREA DO APTO (M2)**	
1	Residencial Leonel Brizola	576	APTO	44,57	OBRA CONCLUÍDA – FAMÍLIAS MORANDO
2	Residencial Juraci Magalhães	336	APTO	44,46	OBRA CONCLUÍDA – FAMÍLIAS MORANDO
3	Residencial Miguel Arraes	1212	APTO	44,46	OBRA CONCLUÍDA – FAMÍLIAS MORANDO
4	Residencial Rachel de Queiroz	324	APTO	44,46	OBRA CONCLUÍDA – FAMÍLIAS MORANDO
5	Residencial Blanchard Girão	108	CASA	52,45	OBRA CONCLUÍDA – FAMÍLIAS MORANDO
6	Residencial Lupe De Paula	69	CASA	43,78	OBRA CONCLUÍDA – FAMÍLIAS MORANDO
7	Residencial Eleazar de Carvalho	696	APTO	44,46	RESIDENCIAL A SER MIGRADO PARA O PMCMV
8	Residencial Santo Sátiro	128	APTO	44,09	OBRA EM EXECUÇÃO
9	Residencial Aldemir Martins	612	APTO	52,45	OBRA EM EXECUÇÃO
10	Residencial José Alencar	870	APTO	44,46	RESIDENCIAL A SER MIGRADO PARA O PMCMV
11	Residencial Itamar Franco	822	APTO	44,46	RESIDENCIAL A SER MIGRADO PARA O PMCMV
12	Residencial Zilda Arns	282	APTO	44,46	RESIDENCIAL A SER MIGRADO PARA O PMCMV
13	Residencial Pajuçara	512 456(A)+56(C)	APTO/ CASA	44,46/43,78	LICITAÇÃO CONCLUÍDA.A SER VINCULADO AO PMCMV
	Total	**6.547**			

Segue abaixo, a evolução das aplicações no Projeto ao longo dos anos.

Ano	Valor FECOP (R$)	Valor Outras Fontes (R$)*	Valor Total Aplicado (R$)	Nº de Beneficiários
2008	0,00	5.794.284,64	0,00	0
2009	13.975.258,99	7.855.352,67	21.830.611,66	0
2010	7.195.423,41	35.589.522,14	42.784.945,55	1.680
2011	4.416.140,84	37.380.276,43	41.796.417,27	3.420
2012	7.842.434,00	18.526.041,83	26.368.475,83	8.025
2013	4.086.339,10	11.019.810,90	15.106.150,00	0
2014	7.156.068,20	4.754.950,67	11.911.018,87	0
Total	44.671.664,54	120.920.239,28	165.591.903,82	13.125

Fonte: Webmapp Acompanhamento

(*) Outras Fontes incluem : R$42.518.205,59 da fonte (00-01) Tesouro e R$78.402.033,69 da fonte (82) Governo Federal - Adm. Direta.

6. Público Alvo

Famílias de baixa renda residentes na área de intervenção que optaram pelo reassentamento nos residenciais projetados.

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- Residir na área de intervenção do Projeto, em imóvel residencial ou misto;
- Ter sido cadastrado;
- Ter optado pelo reassentamento em uma unidade habitacional construída pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria das Cidades;
- Comprovar situação de pobreza e vulnerabilidade social, mediante a apresentação dos documentos elencados no Art. 3º da Lei 14.859 de 28 de dezembro de 2010.

7. Objetivos

Geral

- Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho.

Específicos

- Promover o Reassentamento da população moradora das áreas de risco ao longo do Rio Maranguapinho, na área de intervenção do projeto.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

a) Seleção dos beneficiários

Os beneficiários dos projetos de urbanização desenvolvidos pela Secretaria das Cidades são selecionados a partir de um cadastro socioeconômico, aplicado através de pesquisa censitária, realizada na área de intervenção dos projetos, através de visita domiciliar. O cadastro é constituído de perguntas que abordam:;

- Identificação do imóvel;
- Situação de ocupação – imóvel próprio, cedido ou alugado;
- Identificação do titular, seu cônjuge e demais moradores;
- Gênero, idade, escolaridade, situação no mercado de trabalho, profissão, renda per capta e familiar;
- Preenchimento do Cadastro Único e recebimento de benefícios do Governo Federal;
- Condições gerais de saúde - ocorrência de doenças no último ano e existência de pessoas com deficiência;
- Número de pessoas e famílias por imóvel;

b) Construção das unidades habitacionais

As 740 unidades encontram-se em construção em dois residenciais, Aldemir Martins e Santo Sátiro.

O DAE é o responsável pela fiscalização das obras, com a supervisão da Secretaria das Cidades, através da Unidade de Gerenciamento de Projeto de Desenvolvimento Urbano da Região Metropolitana de Fortaleza- UGP RMF.

c) Execução de Trabalho Técnico Social

O Trabalho Social do Projeto Rio Maranguapinho foi iniciado em 2008, com a sua apresentação nas comunidades, realização de audiências públicas, congelamento da área de intervenção e cadastramento das famílias.

Com base no cadastramento censitário, foi elaborado o diagnóstico socioeconômico, sendo em seguida socializado nas comunidades em “Oficinas de Revalidação do Diagnóstico”. O resultado do processo foi utilizado como base na construção das ações que serão desenvolvidas com as famílias que serão realocadas, como também com as que continuarão a residir nas áreas lindeiras ao Rio, após sua revitalização e urbanização.

O Trabalho Social é realizado a partir de 04 eixos: Mobilização e Organização Comunitária, Educação Sanitária e Ambiental, Capacitação Profissional e Geração de Renda e Inclusão Social.

A Secretaria das Cidades contrata a execução do Trabalho Técnico Social por meio de licitação e supervisiona as ações junto às famílias beneficiadas.

9. Produtos

Produtos	2015	Meios de Verificação
Unidades Habitacionais Construídas	612	Relatório interno da Secretaria das Cidades
Pessoas capacitadas no Trabalho Técnico Social	12.569	Relatório da Empresa Contratada

10. Metas

- Reassentamento de 612 famílias

Tem-se como meta o conjunto de ações para Construção de 612 unidades habitacionais no Residencial Aldemir Martins em Fortaleza.

11. Resultados Esperados

- Melhoria da qualidade de vida da população residente na área de abrangência do projeto;
- Recuperação Ambiental do rio Maranguapinho;
- Eliminação de áreas de risco ao longo do Rio Maranguapinho

12. Integração

O Projeto Rio Maranguapinho (ações habitacionais) é parte integrante do Projeto Maranguapinho que está em execução através de contrato firmado com a CAIXA e o Governo do Estado do Ceará, com recursos do PAC1 e PAC2, oriundos do Ministério das Cidades. Vincula-se ao MAPP 2 - Barragem, Dragagem e Urbanização que visa o controle de cheias, urbanização das margens e recuperação socioambiental do rio, ao MAPP 1438 - Trecho Zero e MAPP 1439 - Trecho IV que complementam a Urbanização do rio Maranguapinho, bem como ao MAPP 1465 – Aluguel Social que viabiliza a desocupação das áreas para implantação das obras de urbanização.
Também interage com as obras de saneamento da CAGECE e com as obras de Iluminação Pública da COELCE.

13. Monitoramento

O Monitoramento do projeto será realizado através de reuniões quinzenais com o Gerente do Projeto Maranguapinho, engenheiros supervisores da Secretaria das Cidades e os engenheiros do DAE, onde ficarão registrados o andamento das obras, elaborada e acompanhada a matriz de problemas e ameaças

13.1 Dados Utilizados

- Nº de unidades habitacionais construídas
- Nº de famílias reassentadas
- Nº de cursos realizados
- Nº de oficinas realizadas
- Nº de palestras realizadas
- Nº de pessoas capacitadas

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Os beneficiários dos projetos habitacionais desenvolvidos pela Secretaria das Cidades respondem um cadastro socioeconômico, aplicado através de pesquisa censitária, realizada na área de intervenção dos projetos, através de visita domiciliar. O cadastro é constituído de perguntas que abordam:

- Identificação do imóvel;
- Situação de ocupação – imóvel próprio, cedido ou alugado;
- Identificação do titular, seu cônjuge e demais moradores;
- Gênero, idade, escolaridade, situação no mercado de trabalho, profissão, renda per capta e familiar;
- Preenchimento do Cadastro Único e recebimento de benefícios do Governo Federal;
- Condições gerais de saúde - ocorrência de doenças no último ano e existência de pessoas com deficiência;
- Número de pessoas e famílias por imóvel;
- Estrutura física do imóvel – número de cômodos, material de construção do piso, paredes e cobertura;
- Infraestrutura – acesso aos serviços básicos de água, energia elétrica domiciliar e pública, esgotamento sanitário e coleta de lixo;
- Meios de locomoção mais utilizados;
- Tempo de residência do titular no Município de Fortaleza, no bairro e no imóvel localizado na área de intervenção;
- Opção pela modalidade de realocação oferecida pelo Projeto.

Esses dados são coletados através de um instrumento (questionário) que representa a base de dados física da pesquisa, gerando um banco de dados digital dos beneficiários. O resultado é tabulado e utilizado na elaboração dos Projetos Técnicos Sociais.

14. Pressupostos de Risco

A não conclusão dos serviços da Coelce e da Cagece no Residencial Aldemir Martins pode acarretar o não cumprimento da meta de reassentar as famílias em 2015.

15. Orçamento - 2015

Detalhamento	Valor FECOP (R$)	Valor Outras Fontes * (R$)	Valor Total (R$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Obrigações Tributárias e Contribuitivas			
Elemento de Despesa (**339047**)	10.000,00	0	10.000,00
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Obras Civis	-	-	
Elementos de Despesas (**449092**)	2.557.149,71	0,00	2.557.149,71
Elementos de Despesas (**449051**)	1.470.018,59	4.708.173,75,00	6.178.192,34
2.2. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (**449039**)	210.285,78	300.000,00	510.285,78
Total	**4.247.454,08**	**5.008.173,75**	**9.255.627,83**

(*) Tesouro Federal OGU (PAC)

OBS: O projeto foi aprovado na 1ª Reunião Ordinária do CCPIS com um valor de R$ 3.742.294,80 da fonte FECOP para o ano de 2015.

A Secretaria das Cidades solicita adicional do Fecop no valor de R$ 505.159,28 para permitir a conclusão do Residencial Aldemir Martins, que foi alvo de depredação gerando aditivo ao contrato para execução de serviços de recuperação das casas, como também pagamento de medições do Trabalho Técnico Social, para fechar o encontro de contas do Contrato de Repasse com a Caixa, totalizando o valor anual da referida fonte em R$ 4.247.454,08.

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Jun	Jul	Out	Total
DESPESAS CORRENTES	10.000,00			10.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.621.294,80	111.000,00	505.159,28	4.237.454,08
Total	**3.631.294,80**	**111.000,00**	**505.159,28**	**4.247.454,08**

17. Distribuição dos Recursos por Municípios - 2015

N° de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes	Pessoas Beneficiadas*
1	RMF	Fortaleza	4.247.454,08	5.008.173,75	2.521

(*) Considera-se em média 4,12 pessoas por família beneficiada.

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Unidade de Gerenciamento de Projeto de Desenvolvimento Urbano da Região Metropolitana de Fortaleza-UGP RMF
Técnico	Marcella Facó
E-mail	Marcella.faco@cidades.ce.gov.br
Fone	3207.5296

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades – SCIDADES

Projeto: Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização -Trecho I, II e III - PAC I)

Dezembro/2015

Secretaria	Secretaria das Cidades
Programa	031 – Desenvolvimento Urbano
Mapp	2 - PAC - Projeto de melhorias urbana e ambiental do rio Maranguapinho - PROMURB MARANGUAPINHO - Barragem, dragagem e urbanização
Período de Execução	Fev a Dez de 2015
Categoria	Estruturante – Infraestrutura Comunitária

1. Descrição do Projeto

O Projeto Rio Maranguapinho tem como área de intervenção a Região Metropolitana de Fortaleza, mais especificamente os municípios de Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia.

Constitui-se de uma combinação de intervenções que inclui: Desapropriação/Indenização (áreas da Barragem e da Urbanização); Construção da Barragem Maranguapinho; Execução de dragagem do Rio Maranguapinho; Execução das obras de Urbanização das margens do Rio divididas em cinco trechos: Trecho 0, Trecho I, Trecho II, Trecho III e Trecho IV; Equipamentos Sociais; Habitação; Execução de Trabalho Técnico Social na área de intervenção e nos reassentamentos.

Sua área de intervenção está dividida em cinco trechos: Trecho Zero que compreende a área desde a Rua Coronel Carvalho, ao lado da Praça do Rotary, até a Avenida Mister Hull, localizado no Município de Fortaleza;: Trecho I, localizado no Município de Fortaleza, compreende a área desde a Avenida Mister Hull até a Avenida Fernandes Távora; Trecho II, também no Município de Fortaleza, entre a Avenida Fernandes Távora e Osório de Paiva; o Trecho III localizado nos Municípios de Fortaleza e Maracanaú, estando localizado entre a Avenida Osório de Paiva e o Anel Viário de Maracanaú e o Trecho IV, localizado no Município de Maracanaú, compreende a área desde o Anel Viário de Maracanaú até a área de construção da Barragem Maranguapinho.

Para facilitar o acompanhamento das ações programadas o Projeto Rio Maranguapinho foi subdividido e cada parte é submetida à apreciação do CCPIS como um projeto independente. O presente projeto engloba as Ações de Barragem, Dragagem e Urbanização -Trecho I, II e III - PAC 1.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012/2015, as ações de Barragem, Dragagem e Urbanização dos Trechos I, II e III do projeto Rio Maranguapinho, incluem-se no âmbito do Programa 031 – Desenvolvimento Urbano; Objetivo 001 – Realizar intervenções de caráter estruturante nas cidades para promover o ordenamento territorial e a democratização dos espaços públicos; Meta 00124 – Executar 3 intervenções urbanas estruturantes de caráter sócio-ambiental; Iniciativa 00169 – Revitalização do Rio Maranguapinho e urbanização das suas margens.

O resultado Estratégico Setorial para o qual o projeto contribui é a Melhoria da Estrutura Urbana das Cidades e Regiões tendo suas realizações registradas por meio do indicador Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana.

A execução do Projeto Rio Maranguapinho em sua totalidade, contribui para a implementação da Política Habitacional, Política de Desenvolvimento Urbano e Política de Saneamento Ambiental e está inserido na matriz do Governo Estadual no Eixo Economia para uma vida melhor, na área temática Desenvolvimento Urbano e Integração Regional.

3. Diagnóstico

O Rio Maranguapinho nasce na Serra de Maranguape e desemboca no Rio Ceará após percorrer 26 Km. A área da Bacia do Rio Maranguapinho é de 6.571,53 ha e abrange os municípios de Maranguape, Maracanaú, Fortaleza e Caucaia. A bacia hidrográfica do Rio Maranguapinho sofre atualmente com a poluição, não apenas com a ocupação de suas margens por populações de baixa renda como também pelo despejo de dejetos domésticos e, principalmente, industriais, quando o rio passa pelos municípios de Maracanaú e Fortaleza. Sofre ainda pela retirada de areia e da mata ciliar e pela ausência de saneamento básico, principalmente nas áreas de favelas, que são numerosas nessa bacia hidrográfica.

A calha menor do rio Maranguapinho apresenta bancos de terra e entulho formados pelo lançamento de lixo em seu leito e erosão das margens devido á inexistência de mata ciliar e, até mesmo de retirada proposital de areia do leito do rio para fins de mineração irregular. O volume global dos serviços de dragagem está estimado em 408.782,72 m³.

Suas margens foram ocupadas ao longo das últimas três décadas, principalmente com a construção de moradias para uma população excluída, apresentando atualmente uma alta densidade demográfica.

A área de intervenção e a área remanescente do Projeto Maranguapinho pesquisadas perpassam por quatro municípios da Região Metropolitana deFortaleza: Caucaia, Fortaleza, Maracanaú e Maranguape. Segundo estudo desenvolvido pelo Centro de Estudos da Metrópole para a Secretaria Nacional de Habitação, intitulado Assentamentos Precários no Brasil Urbano, na Região Metropolitana de Fortaleza verifica-se uma das maiores proporções de pessoas residindo em setores com condições socioeconômicas e habitacionais precárias, abaixo apenas das Regiões Metropolitanas de Belém e de São Luís.

Os diagnósticos socioeconômicos da área de intervenção, que compreende os Trechos Zero, I, II, III e IV, e da área remanescente confirmam as informações desse estudo, quando identificadas as diversas carências vivenciadas pela população pesquisada nos 21 bairros por onde perpassa o Projeto Maranguapinho.

As áreas de risco do Rio Maranguapinho, que representam 48,57% das áreas de risco de Fortaleza, são constituídas por sub-habitações construídas praticamente dentro da calha menor do mesmo.

Estes problemas aliados com a ocupação desordenada, inclusive fora da área de proteção ambiental do rio, tem resultado em alagamentos durante os períodos chuvosos com consequências socioambientais desastrosas. Residem na área de intervenção do projeto aproximadamente 350 mil pessoas que sofrem periodicamente os efeitos das cheias. Ano após ano, no período chuvoso, repetem-se as manchetes sobre famílias desabrigadas.

Famílias da área de intervenção do Projeto, morando as margens do Rio Maranguapinho.

A relocação das famílias que se encontram na área de intervenção do Projeto é uma ação necessária e urgente, tendo em vista representar o ponto mais critico da área ocupada próxima ao Rio Maranguapinho, onde a situação de moradia é mais precária, faltam serviços básicos de infraestrutura e o estado de risco potencial de enchentes e inundações ameaçam, principalmente nos períodos invernosos, as famílias que ali residem, agravando ainda mais as condições ambientais do lugar e diminuindo a qualidade de vida dessa população. Tal situação adquire um caráter de calamidade social devido aos inúmeros prejuízos materiais e em vidas para a população residente na área.

Ciente deste grave problema o Governo do Estado, resolveu elaborar um Projeto que ao tempo em que remove e reassenta as populações ribeirinhas em habitações dignas e de qualidade situadas em áreas urbanizadas e dotadas de toda a infraestrutura, recupera o rio e o reintegra ao patrimônio coletivo da população da Região Metropolitana de Fortaleza.

4. Justificativa

Os desequilíbrios urbanos presentes na maioria dos municípios brasileiros, notadamente os localizados em regiões metropolitanas, têm sido objeto de preocupação dos diversos governos Estaduais, Municipais que procuram abordar com responsabilidade estas questões.

Não diferenciando da maioria das metrópoles brasileiras o processo de urbanização de Fortaleza e dos demais municípios da RMF, foi marcado por profunda desigualdade socioeconômica que provocou uma ocupação desordenada do solo urbano. Dentre os problemas que esse processo apresenta está a falta de moradia digna para uma parcela da população que por diversos motivos, incluindo a falta de políticas habitacionais, passou a habitar áreas insalubres e leitos de rios encontrando-se sujeita a inundações e desmoronamentos.

O Projeto Rio Maranguapinho atuará diretamente nos municípios de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú e tem como premissas:

- a fixação de cheias com período de retorno de 20 anos (TR=20 anos) para avaliação da faixa de inundação marginal do Rio e estimativa da população atingida pela cheia;
- centrar o foco na proteção das populações residentes em áreas de riscos junto às

margens do rio Maranguapinho;

- propor soluções, cuja combinação resulte num incremento de eficiência maior do que a soma de benefícios individuais e a definição de obras de intervenção que apresentem viabilidade segundo os aspectos hidrológicos, ambientais, sociais, políticos e econômicos e que efetivamente resultem em benefícios tangíveis no que concerne à proteção da população marginal ao Rio.

O impacto social do Projeto Rio Maranguapinho, incidirá na comunidade diretamente beneficiária, mas também para a população de Fortaleza, pois as obras implantadas têm caráter coletivo e seus resultados refletirão principalmente: na saúde, quando será implantada a rede de esgotamento sanitário, eliminando os esgotos domésticos que são despejados direto no Rio, melhoria na qualidade de habitação para famílias que serão reassentadas; na segurança publica, acessos e circulação de pessoas e veículos (coletivos e particulares) com a implantação das obras de urbanização (construção de vias, ciclovias e passeios); mais oportunidade de lazer e saúde, através da utilização por parte da população dos equipamentos urbanísticos previstos em projeto (praças, pleyground, pista de esqueites, equipamento de ginástica, campo de vôlei e campo de futebol); possibilidade de geração de renda através da utilização de espaços que serão criados com a urbanização (praças).

O Projeto do Rio Maranguapinho Trechos I,II e III visa a indenização de imóveis comerciais que terão que ser necessariamente removidos para a execução das obras de urbanização e demarcação da faixa de preservação ambiental do rio, imóveis residenciais que possuem padrão construtivo superior ao dos conjuntos habitacionais edificados pelo Governo e imóveis pertencentes a famílias que não se interessam por permuta, pois pretendem retornar as suas cidades de origem.

5. Histórico

O projeto iniciou sua execução no ano de 2008, com recursos do Tesouro (fonte 00) e do Governo Federal (fonte 82).

O ano de 2013 foi o primeiro ano de aprovação dos recursos do Fecop para este Projeto, com um valor inicial de R$14.794.703,20 e posteriormente um acréscimo, passando o valor total para R$16.794.703,20, dos quais foram aplicados R$ 16.786.065,45.

Em 2014 inicialmente foi aprovado um valor total de R$5.008.637,47, e posteriormente passou para R$7.508.637,75, dos quais foram aplicados R$7.424.922,01.

Segue abaixo, a evolução das aplicações no Projeto ao longo dos anos:

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2008	0	14.158.753,91	14.158.753,91	0
2009	0	10.318.073,72	10.318.073,72	0
2010	0	43.175.054,34	43.175.054,34	0
2011	0	37.084.134,09	37.084.134,09	0
2012	0	38.297.872,65	38.297.872,65	0
2013	16.786.065,45	20.966.407,38	37.752.472,83	12.051
2014	7.424.922,01	44.894.815,33	52.319.737,34	3.897
Total	**24.210.987,46**	**208.895.111,42**	**233.106.098,88**	**15.948**

*Outras Fontes: (00)-(01) Tesouro = R$71.804.796,28; (38) Crédito Interno - CPAC/Maranguapinho =

R$38.322.095,89 e (82) Governo Federal - Adm. Direta = R$98.768.219,25.

6. Público Alvo

Famílias de baixa renda residentes na área referente aos Trechos I, II e III (da Av. Mister Hull até o Anel Viário) do Rio Maranguapinho.

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

Residir dentro da área de intervenção do Projeto;
Ter renda familiar de 0 a 3 salários mínimos;

7. Objetivos

Geral

- Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho.

Específicos

- Promover a recuperação socioambiental do Rio Maranguapinho.
- Retirar as ocupações irregulares na área de proteção ambiental do Rio Maranguapinho nos Trechos I, II e III.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

a) Atualizar Laudos de terrenos e benfeitorias

Através de Contrato de Gestão, será contratada uma empresa que irá atualizar os Laudos dos terrenos atingidos pela obra, como também os Laudos das benfeitorias existentes ao longo do Rio na faixa de preservação do mesmo.

b) Efetuar a indenização de terrenos

Etapa (1) - De posse dos Laudos de Avaliação dos terrenos a equipe técnica social da Secretaria das Cidades entrará em contato com o proprietário para que o mesmo apresente a matrícula do imóvel para a devida conferência e assinatura do Termo de Concordância, onde constará o valor total a ser pago;

Etapa (2) – Abertura de processo de pagamento por meio do SPU

De posse das cópias de toda a documentação do proprietário, bem como do termo de concordância, a equipe da Secretaria das Cidades abrirá processo que tramitará de acordo com o funcionamento interno da secretaria, atualmente após a abertura do processo no SPU, é realizado o cadastro do credor.

Etapa (3) – Encaminhamento do processo de pagamento para a Assessoria Jurídica para emissão de parecer;

Etapa (4) – Encaminhamento do processo para o setor financeiro para procedimentos de empenho;

Etapa (5) – O Setor financeiro após o empenho, devolve o processo ao Setor jurídico que encaminha à SEXEC para ser enviado à SEPLAG. A SEPLAG encaminha ao cartório competente para elaboração da matrícula em nome do Estado;

Etapa (6) – Quando o cartório devolve o processo o mesmo é encaminhado ao Setor financeiro para o devido pagamento;

c) Realizar a Indenização de benfeitorias.

Etapa (1) – Visita à família para consolidar a adesão a Indenização

A equipe técnica social da Secretaria das Cidades realizará visita domiciliar as famílias residentes na área de intervenção do projeto, que não se enquadram no perfil habitacional e cujo valor avaliado do imóvel seja superior ao valor de R$ 63.000,00 (custo da unidade habitacional através do Programa Minha Casa Minha Vida) visando a indenização do imóvel.

Etapa (2) – Assinatura do Termo de Concordância com Indenização de Benfeitoria

De posse de toda a documentação previamente definida, o proprietário do imóvel comparecerá a Secretaria das Cidades para assinar o Termo de concordância com indenização de benfeitoria, onde constará o valor total a ser pago pelo referido imóvel.

Etapa (3) – Abertura de processo de pagamento por meio do SPU

De posse das cópias de toda a documentação do proprietário, bem como do termo de concordância, a equipe da Secretaria das Cidades abrirá processo que tramitará de acordo com o funcionamento interno da secretaria, atualmente após a abertura do processo no SPU, é realizado o cadastro do credor.

Etapa (4) – Encaminhamento do de pagamento para a Assessoria Jurídica para emissão de parecer

Etapa (5) – Encaminhamento do para o setor financeiro para procedimentos de empenho e pagamento.

d) Execução da obra de urbanização

Atividade realizada pelas Construtoras contratadas.

9. Produtos

Produtos	**2015**	**Fontes de Verificação**
Área urbanizada	58%	Relatório interno da Secretaria das Cidades

10. Metas

Executar 58% do total da obra de Urbanização do Rio Maranguapinho (Trechos I, II e III)

11. Resultados Esperados

Melhoria das condições de habitabilidade da população ao longo do rio Maranguapinho, nos Trechos I, II e III.

12. Integração de Ações

O Projeto de Urbanização dos Trechos I, II e III é parte integrante do Projeto Maranguapinho que está em execução através de contrato firmado com a CAIXA e o Governo do Estado do Ceará, com recursos do PAC, oriundos do Ministério das Cidades.Vincula-se aos Projetos Habitacionais (MAPP 1) que visam o reassentamento das famílias moradoras da área de intervenção impactadas com a obra do MAPP 1.
Está vinculado ainda aos Projetos do Trecho Zero (MAPP 1438) e Trecho IV (MAPP 1439) do PAC 2, que complementam a Urbanização e recuperação sócio ambiental do rio, bem como ao MAPP 1465 - Aluguel Social que viabiliza a desocupação das áreas para implantação das obras de urbanização do PAC 1.
Também interage com as obras da de saneamento da CAGECE e com as obras de Iluminação Pública da COELCE.

13.Monitoramento

O Monitoramento do projeto será realizado através de reuniões quinzenais com o Gerente do Projeto Maranguapinho, e os técnicos sociais sobre o andamento das ações.

A equipe técnica social da Coordenadoria de Projetos Especiais – COPES irá elaborar planilhas e relatórios de acompanhamento que serão ferramentas importantes para a alimentação dos mapas temáticos que retratam a área de intervenção, desta forma será possível acompanhar visivelmente o andamento da desocupação do território possibilitando a execução das obras de urbanização.

13.1 Dados Utilizados

- Nº de indenizações de terrenos
- Nº de indenizações de benfeitorias
- % de área liberada
- % de obra executada

13.2. Cadastro dos Beneficiários

É realizada uma pesquisa amostral junto à população que permanece na área de intervenção do Projeto de Urbanização, através de visita domiciliar. O cadastro é constituído de perguntas que abordam:

- Identificação do imóvel;
- Situação de ocupação – imóvel próprio, cedido ou alugado;
- Número de pessoas e famílias por imóvel;
- Estrutura física do imóvel – número de cômodos, material de construção do piso, paredes e cobertura;

- Infraestrutura – acesso aos serviços básicos de água, energia elétrica domiciliar e pública, esgotamento sanitário e coleta de lixo;

Esses dados são coletados através de um instrumento (questionário) que representa a base de dados física da pesquisa, gerando um banco de dados digital dos beneficiários. O resultado é tabulado e utilizado na elaboração dos Projetos Técnicos Sociais.

14. Pressupostos de Risco

A demora na aprovação dos Laudos pela Caixa e nos processos de negociação de benfeitorias e terrenos pode prejudicar o alcance da meta para 2015.

15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes *	Valor Total
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Obrigações Tributárias e Contribuitivas			
Elemento de Despesa (**339047**)	10.000,00	0	10.000,00
Elemento de Despesa (**339139**)	10.000,00	0	10.000,00
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Obras Civis	-	-	
Elementos de Despesas (**449051**)	1.850.000,00	11.966.304,89	13.816.304,89
2.2. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (**449039**)	10.000,00	1.000.000,00	1.010.000,00
2.3. Outras Despesas de Capital	-	-	
Elemento de Despesas (**449093**)	2.820.000,00	15.000.000,00	17.820.000,00
Total	**4.700.000,00**	**27.966.304,89**	**32.666.304,89**

***** CPAC e OGU – PAC 1

OBS: O projeto foi aprovado na 1ª Reunião Ordinária do CCPIS com um valor de

R$1.000.000,00 da fonte FECOP para o ano de 2015. Apresentou como meta anual, executar 53% do total da obra de Urbanização do Rio Maranguapinho (Trechos I, II e III).

Posteriormente foi aprovado mais R$2.500.000,00 do Fecop totalizando R$3.500.000,00

Agora a Secretaria solicita novo adicional de R$1.200.000,00 do FECOP, totalizando o valor anual da referida fonte em R$4.700.000,00, para possibilitar o pagamento de terrenos e medições que a Caixa não paga, necessário para liberar frente de serviço para a obra de urbanização, com alteração do percentual da meta, que antes era de "Executar 53% do total da obra de Urbanização do Rio Maranguapinho (Trechos I, II e III)", passando para 58%.

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Mar	Jun	Out	Nov	Dez	Total
Despesas Correntes	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Despesas de Capital	990.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	490.000,00	1.200.000,00	4.680.000,00
Total	**1.000.000,00**	**1.000.000,00**	**1.010.000,00**	**490.000,00**	**1.200.000,00**	**4.700.000,00**

17. Distribuição dos Recursos por Município em 2015

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Unidade de Gerenciamento do Projeto de Desenvolvimento Urbano da Região Metropolitana da RMF - UGP RMF
Técnico	Teresa Aguiar
E-mail	lana.aguiar@cidades.ce.gov.br
Fone	3207.5294

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades – SCIDADES

Projeto: Rio Cocó (Barragem, Dragagem e Urbanização)

Setembro/2015

Secretaria	Secretaria das Cidades
Programa	031 – Desenvolvimento Urbano
Mapp	3 - PAC FGTS Projeto de melhorias urbana e ambiental do rio Cocó - PROMURB COCÓ - Barragem, dragagem, urbanização e 1.250 unidades habitacionais.
Período de Execução	Fev a Dez de 2015
Categoria	Infraestrutura Comunitária - Urbanização

1. Descrição do Projeto

O Projeto Rio Cocó tem como área de intervenção os municípios de Fortaleza, Pacatuba, Maracanaú e Itaitinga.

Constitui-se de uma combinação de intervenções que inclui: (1) Obras de Controle e amortecimento de ondas de cheias (Barragem Cocó), visando diminuir a faixa de inundações, além de reduzir o número de famílias relocáveis; (2) Obras de desassoreamento (dragagem do rio), (3) Obras de urbanização e (4) Construção de unidades habitacionais.

As obras de urbanização e construção de unidades habitacionais para remanejamento de famílias vivendo em áreas de risco ao longo do rio Cocó, serão complementadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza através do PREURBIS – Contrato: PPI Intervenções em Favelas/ Projeto Rio Cocó – Nº 0222.621/98.

O conjunto destas obras proporcionará a redução da faixa de inundações e alagamentos e irá beneficiar um número ainda maior de famílias, superior àquelas contempladas com remanejamento das áreas de risco. No total serão beneficiadas, aproximadamente 8.315 famílias.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2012/2015, as ações de Barragem, Dragagem e Urbanização do projeto Rio Cocó incluem-se no âmbito do Programa 031 – Desenvolvimento Urbano; Objetivo 001 – Realizar intervenções de caráter estruturante nas cidades para promover o ordenamento territorial e a democratização dos espaços públicos; Meta 00124 – Executar 3 intervenções urbanas estruturantes de caráter sócio-ambiental; Iniciativa 00170 - Revitalização do Rio Cocó e Urbanização de suas margens

O resultado Estratégico Setorial para o qual o projeto contribui é a Melhoria da Estrutura Urbana das Cidades e Regiões tendo suas realizações registradas por meio do indicador Municípios beneficiados com obras de estruturação urbana.

A execução do Projeto Rio Cocó em sua totalidade, contribui para a implementação da Política Habitacional, Política de Desenvolvimento Urbano e Política de Saneamento Ambiental e está inserido na matriz do Governo Estadual no Eixo Economia para uma vida melhor, na área temática Desenvolvimento Urbano e Integração Regional.

3. Diagnóstico

O processo de urbanização brasileira tem se caracterizado por uma intensa concentração de população nas principais Regiões Metropolitanas. Tal fato decorre, entre outros motivos, pelo forte poder de atração que estas regiões, geralmente melhor equipadas com infraestrutura e serviços de apoio à população, exercem sobre as demais.

A Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, não foge a esta regra, exercendo o papel de grande pólo atrativo em relação não só ao Estado do Ceará, como também em relação aos Estados vizinhos. Dados do censo de 2010 revelam uma concentração populacional excessiva na RMF que detinha, já naquela época, cerca de 40% da população estadual. Tal situação tem gerado um quadro dramático, em que a maior parte dos investimentos são canalizados para a capital em detrimento das cidades interioranas, gerando um desequilíbrio na oferta de serviços entre a RMF e o interior, alimentando o processo migratório, com rebatimentos na periferia metropolitana, onde se localiza a grande maioria dos migrantes. O quadro decorrente desta situação reflete-se em várias áreas localizadas ao longo dos recursos hídricos, pontos para onde tradicionalmente afluem os desassistidos em busca de moradia.

O Rio Cocó abrange uma bacia de aproximadamente 500 Km² e tem uma extensão de 46,8 Km desde a sua foz até a nascente mais distante, possuindo uma grande área de preservação ambiental – APA, que se inicia na sua foz e se prolonga até o fim do terço inferior do percurso do rio. Nesta área praticamente não há habitações margeando o seu curso inferior, mantendo-se assim bem preservado, porém a partir do Lagamar, no terço médio do rio, surgem várias ocupações irregulares das faixas de preservação de primeira e segunda categoria pela população de baixa renda configurando-se nas áreas de risco.

O Rio nasce na serra da Pacatuba e atravessa os municípios de Pacatuba, Maranguape, Maracanaú, Aquiraz, Eusébio, Itaitinga e Fortaleza. Tem uma grande importância no sistema de drenagem metropolitano, recebendo descargas de esgotos do maior sistema de drenagem de Fortaleza, formado pelos canais do Jardim América, Eduardo Girão e da Avenida Aguanambi.

Antes de ser alcançada a sua área de preservação ambiental, o Rio Cocó sofre impacto ambiental com a ocupação da população ribeirinha ao longo de suas margens. Outro agravante ambiental é a presença do lixão desativado do Jangurussu, onde era depositado o lixo de Fortaleza, o qual fica localizado às suas margens, contribuindo para a poluição de suas águas pelo chorume residual dos vários milhões de toneladas de lixo depositados ali.

O problema das enchentes nesta região é de recorrência anual, pois as unidades habitacionais de baixo padrão são construídas praticamente dentro da calha menor do rio ensejando que qualquer precipitação acima de um patamar entre 50 e 70 mm, provoque inundações com forte cobertura midiática. As Figuras 02 e 03 mostram capas de jornais locais relatando as inundações do ano de 2007.

Figura 02: O Povo Fev / 2007 Figura 03: Diário Fev / 2007

As estatísticas da Defesa Civil mostram que cerca de 56.000 pessoas, correspondendo a 11.200 famílias, vivem atualmente nas áreas de risco das zonas inundáveis e alagáveis em Fortaleza.

No dia 29 de janeiro de 2004 ocorreu a maior precipitação de Fortaleza desde 1910, tendo sido registrados 250,00 mm. A Defesa Civil contabilizou 19.173 pessoas atingidas na capital, segundo o Jornal O Povo de 30/01/2004, com 133 ocorrências atendidas nesse dia pela Defesa Civil, correspondendo a 2.577 famílias diretamente afetadas, incluindo uma morte.

Nesta ocasião, os bairros mais atingidos foram: Barra do Ceará (Rio Ceará), Pirambu (deslizamentos), Itaperi (Rio Maranguapinho), Castelão (Rio Cocó), Antonio Bezerra (Rio Maranguapinho), Genibaú e Bom Jardim (Rio Maranguapinho).

As áreas de risco mais atingidas foram: Lagoa da Zeza, Lagoa do Tijolo, Gavião, Baixada do Itaperi, Boa Vista e Ancuri (Rio Cocó); Canindezinho Genibaú, Bom Jardim, João XXIII, Parque São Miguel, Ilha Dourada, Favela da Muriçoca, Autran Nunes, e Granja Portugal (Rio Maranguapinho).

Para agravar a situação dessas comunidades as enchentes sempre trazem problemas de saúde pública, favorecendo altos índices de doenças, especialmente aquelas de veiculação hídrica, tais como: diarréia, hepatite, meningite, dengue e leptospirose, além de viroses indeterminadas e infecções pulmonares.

Forma-se uma cadeia de transmissão, onde fatores como a falta de saneamento básico, coleta de lixo irregular e subalimentação determinam maior ou menor grau de incidência.

Segundo dados estatísticos de 2008 do Programa Habitafor da Prefeitura Municipal de Fortaleza, os problemas mais comuns na população que habitam áreas de risco são:

- 50% das famílias não fervem ou filtram a água de beber nem são abastecidas pelos serviços públicos de saneamento básico;
- 53% são atingidas pelas inundações;
- 47% passam fome pelo menos 1 vez por semana;
- 22% passam fome pelo menos 2 vezes por semana;
- 5% passam fome todos os dias;
- 34% são afetadas por diarréias, principalmente as crianças;
- 38% sofrem de coceira;
- 6% foram atingidas pela cólera;
- 45% tiveram doenças diversas provocadas pelas inundações.

Nesse mesmo ano, a Defesa Civil estimou o número de 7.373 famílias nas áreas de risco na bacia do Rio Cocó.

A questão das enchentes do Rio assume uma gravidade maior pelos seguintes fatos:

O Rio não possui qualquer obra de contenção ou controle de cheias, apesar de ter a bacia hidrográfica extensa, abrangendo sete municípios: Pacatuba, Maranguape, Maracanaú, Aquiraz, Eusébio, Itaitinga e Fortaleza.

A planície fluvial do Rio Cocó está invadida predominantemente por habitações convencionais, sendo grande parte constituídas por sub-habitações construídas praticamente dentro da calha menor do Rio, que não obedecem aos afastamentos previstos na legislação ambiental, agravando a repercussão das inundações sobre esta população.

4. Justificativa

Ciente deste grave problema o Governo do Estado resolveu enfrentar a problemática e executar o Projeto Rio Cocó que prevê ações de infraestrutura de saneamento para o atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda, e a recuperação ambiental das áreas ribeirinhas, o que exigirá o remanejamento de famílias que estão vivendo em áreas de risco ao longo do rio Cocó.

Este projeto se enquadra no PAC, que tem como objetivo colaborar com as ações dos diversos governos na melhoria das condições de vida das populações de baixa renda, particularmente aquelas que ocupam as faixas de preservação dos mananciais – áreas de risco e, ainda, com os compromissos da recuperação ambiental.

Dessa forma, o conjunto de intervenções, que inclui obras de controle e amortecimento de ondas de cheias (Barragem Cocó), obras de desassoreamento (dragagem do rio), obras de urbanização e construção de 2.655 unidades habitacionais vem como uma proposta necessária para a mudança do quadro hoje existente naquela região.

As 2.655 unidades previstas no Projeto serão construídas em dois residenciais: 1.649 no Residencial Paupina, estando ainda em fase de aprovação dos Projetos executivos junto

aos órgãos competentes, e o restante 1.006, no Empreendimento Cidade Jardim, este no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, com previsão de entrega em Jul/15.

O impacto social do Projeto Rio Cocó, incidirá na comunidade diretamente beneficiária, mas também para a população de Fortaleza, pois as obras implantadas têm caráter coletivo e seus resultados refletirão principalmente: na saúde, quando será implantada a rede de esgotamento sanitário, eliminando os esgotos domésticos que são despejados direto no Rio, melhoria na qualidade de habitação para famílias que serão reassentadas; na segurança publica, acessos e circulação de pessoas e veículos (coletivos e particulares) com a implantação das obras de urbanização (construção de vias, ciclovias e passeios); mais oportunidade de lazer e saúde, através da utilização por parte da população dos equipamentos urbanísticos previstos em projeto (praças, pleyground, pista de esqueites, equipamento de ginástica, campo de vôlei e campo de futebol); possibilidade de geração de renda através da utilização de espaços que serão criados com a urbanização (praças).

5. Histórico

O ano de 2014 foi o primeiro ano de aprovação dos recursos do Fecop para este Projeto, com um valor inicial aprovado em Setembro, na 08ª Reunião Ordinária do CCPIS de R$3.958.018,07 .

Devido a necessidade de efetuar deposito complementar em juízo referente a desapropriação de terreno na área da obra de urbanização ora em execução, e últimas medições do ano da Empresa responsável pela obra, a Secretaria das Cidades solicitou um adicional de R$1.485.569,27 do FECOP, totalizando o valor anual da referida fonte em R$ 5.443.587,34, dos quais foram aplicados R$ 5.443.298,16.

Segue abaixo, a aplicação no Projeto em 2014.

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2014	5.443.298,16	13.551.323,36	18.994.621,52	-

OBS: Como a obra de urbanização não está concluída , não dá para colocar população beneficiada.

6. Público Alvo

Famílias de baixa renda residentes na área de intervenção do projeto Rio Cocó

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- Residir dentro da área de intervenção do Projeto;
- Ter renda familiar de 0 a 03 salários mínimos;

7. Objetivos

Geral
Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Cocó em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Cocó.

Específicos

- Promover a recuperação socioambiental do Rio Cocó
- Retirar as ocupações irregulares na área de proteção ambiental do Rio Cocó no Trecho entre a Br116 à Av. Val Paraiso.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

a) Atualizar laudos de terrenos e benfeitorias

Através de Contrato de Gestão, será contratada uma empresa que irá atualizar os Laudos dos terrenos atingidos pela obra, como também os Laudos das benfeitorias existentes ao longo do Rio na faixa de preservação do mesmo.

b) Efetuar a indenização de terrenos

Etapa (1) - De posse dos Laudos de Avaliação dos terrenos a equipe técnica social da Secretaria das Cidades entrará em contato com o proprietário para que o mesmo apresente a matrícula do imóvel para a devida conferência e assinatura do Termo de Concordância, onde constará o valor total a ser pago;

Etapa (2) – Abertura de processo de pagamento por meio do SPU
De posse das cópias de toda a documentação do proprietário, bem como do termo de concordância, a equipe da Secretaria das Cidades abrirá processo que tramitará de acordo com o funcionamento interno da secretaria, atualmente após a abertura do processo no SPU, é realizado o cadastro do credor.

Etapa (3) – Encaminhamento do processo de pagamento para a Assessoria Jurídica para emissão de parecer;

Etapa (4) – Encaminhamento do processo para o setor financeiro para procedimentos de empenho;

Etapa (5) – O Setor financeiro após o empenho, devolve o processo ao Setor jurídico que encaminha à SEXEC para ser enviado à SEPLAG. A SEPLAG encaminha ao cartório competente para elaboração da matrícula em nome do Estado;

Etapa (6) – Quando o cartório devolve o processo o mesmo é encaminhado ao Setor financeiro para o devido pagamento;

c) Realizar a Indenização de benfeitorias.

Etapa (1) – Visita à família para consolidar a adesão a Indenização

A equipe técnica social da Secretaria das Cidades realizará visita domiciliar as famílias residentes na área de intervenção do projeto, que não se enquadram no perfil habitacional visando a indenização do imóvel.

Etapa (2) – Assinatura do Termo de Concordância com Indenização de Benfeitoria

De posse de toda a documentação previamente definida, o proprietário do imóvel comparecerá a Secretaria das Cidades para assinar o Termo de concordância com indenização de benfeitoria, onde constará o valor total a ser pago pelo referido imóvel.

Etapa (3) – Abertura de processo de pagamento por meio do SPU
De posse das cópias de toda a documentação do proprietário, bem como do termo de concordância, a equipe da Secretaria das Cidades abrirá processo que tramitará de acordo com o funcionamento interno da secretaria, atualmente após a abertura do processo no SPU, é realizado o cadastro do credor.

Etapa (4) – Encaminhamento do de pagamento para a Assessoria Jurídica para emissão de parecer

Etapa (5) – Encaminhamento do para o setor financeiro para procedimentos de empenho e pagamento.

d) Execução da obra da Barragem, da dragagem e da urbanização

Atividade realizada pelas Construtoras contratadas.

e**)** Gerenciamento e fiscalização da execução da obra

A Secretaria da Cidade concluiu o processo licitatório em 2014, contratou em 2015 a empresa vencedora para prestação destes serviços, porém os recursos serão do Mapp 1379.

9. Produtos

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Barragem construída	**35%**	Relatório interno da Secretaria das Cidades
Área urbanizada	**15%**	Relatório interno da Secretaria das Cidades

10. Metas

- Executar 35% da obra da Barragem Cocó
- Executar 15% do total da obra de Urbanização do Rio Cocó

11. Resultados Esperados

Melhoria das condições de habitabilidade da população ao longo do rio Cocó, Trecho entre a Br116 à Av. Val Paraíso.

12. Integração de Ações

O Projeto de Rio Cocó (Barragem, dragagem e urbanização) é parte integrante do Projeto Rio Cocó que está em execução através de contratos com a CAIXA e o Governo do Estado do Ceará, com recursos do PAC, oriundos do Ministério das Cidades. Portanto vincula-se ao Projeto Habitacional, executado através do Mapp 1516, bem como ao MAPP 1465 - Aluguel Social que viabiliza a desocupação das áreas para implantação das obras de urbanização do PAC 1, e também ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Também interage com as obras da de saneamento da CAGECE e com as obras de Iluminação Pública da COELCE.

13. Monitoramento

O Monitoramento do projeto será realizado através de reuniões quinzenais com o Gerente do Projeto Cocó, e os técnicos sociais sobre o andamento das ações. A equipe técnica social da Coordenadoria de Projetos Especiais – COPES irá elaborar planilhas e relatórios de acompanhamento que serão ferramentas importantes para a alimentação dos mapas temáticos que retratam a área de intervenção, desta forma será possível acompanhar visivelmente o andamento da desocupação do território possibilitando a execução das obras de urbanização.

13.1 Dados Utilizados

- Nº de indenizações de terrenos
- Nº de indenizações de benfeitorias
- % de área liberada
- % de obra executada

13.2. Cadastro dos Beneficiários

É realizada uma pesquisa amostral junto à população que permanece na área de intervenção do Projeto de Urbanização, através de visita domiciliar. O cadastro é constituído de perguntas que abordam:

- Identificação do imóvel;
- Situação de ocupação – imóvel próprio, cedido ou alugado;
- Número de pessoas e famílias por imóvel;
- Estrutura física do imóvel – número de cômodos, material de construção do piso, paredes e cobertura;
- Infraestrutura – acesso aos serviços básicos de água, energia elétrica domiciliar e pública, esgotamento sanitário e coleta de lixo;

Esses dados são coletados através de um instrumento (questionário) que representa a base de dados física da pesquisa, gerando um banco de dados digital dos beneficiários. O resultado é tabulado e utilizado na elaboração dos Projetos Técnicos Sociais.

14. Pressupostos de Risco

O atraso na execução da obra de urbanização do Trecho III, a demora nos processos de negociação de terrenos e indenização de benfeitorias, e a demora no processo de licitação dos trechos I e II da urbanização, pode prejudicar o alcance da meta para 2015.

15. Orçamento 2015

R$1,00

Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes (2015)*	Valor Total (2015)
NATUREZA DA DESPESA			
1.DESPESAS CORRENTES			

1.1 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesas (**335039**)	800.000,00	0,00	800.000,00
2.DESPESAS DE CAPITAL			
2.1.Obras e Instalações			
Elementos de Despesas (**449051**)	1.938.012,14	40.176.160,95	42.114.173,09
Elementos de Despesas (**449092**)	402.430,00	600.000,00	1.002.430,00
2.2. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (**449039**)	500.000,00		500.000,00
2.3. Indenizações e Restituições			
Elemento de Despesas (**449093**)	1.549.557,86	10.200.000,00	11.749.557,86
2.4. Obrigações Tributárias e Contributivas			
Elementos de Despesas (**449047**)	10.000,00	0,00	10.000,00
Elementos de Despesas (**449147**)	300.000,00	0,00	300.000,00
TOTAL	**5.500.000,00**	**50.976.160,95**	**56.476.160,95**

(*) FGTS e OGU – PAC 1

OBS: O projeto foi aprovado na 1ª Reunião Ordinária do CCPIS com um valor de R$3.500.000,00 da fonte FECOP para o ano de 2015.

A Secretaria das Cidades solicita adicional do Fecop no valor de R$2.000.000,00 para permitir a conclusão da atualização de laudos de avaliação de terrenos e benfeitorias e respectivo pagamento, além da complementação da contrapartida da obra da Barragem e da obra da Urbanização Trecho III, totalizando o valor anual da referida fonte em R$5.500.000,00.

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

R$1,00

Item de Despesa	Mar	Abr	Mai	Jun	Out	Total
Despesas Correntes	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	500.000,00	800.000,00
Despesas de Capital	900.000,00	800.000,00	800.000,00	700.000,00	1.500.000,00	4.700.000,00
Total	**1.000.000,00**	**900.000,00**	**900.000,00**	**700.000,00**	**2.000.000,00**	**5.500.000,00**

17. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

N° de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes (2015)	Pessoas Beneficiadas
1	1	Fortaleza	5.500.000,00	50.976.160,95	14.597
Total			**5.500.000,00**	**50.976.160,95**	**14.597**

(*) Considera-se 4,12 pessoas por família beneficiada

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos -COPES
Técnico	Teresa Aguiar
E-mail	tereza.aguiar@cidades.ce.gov.br
Fone	3207.5296

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades – SCIDADES

Projeto: Dendê (Ações Habitacionais)

Setembro/2015

Secretaria	Secretaria das Cidades
Programa	033 – Habitacional
Mapp	1378 - Projeto Pró-Moradia 2 - Regularização de Assentamento Precários na Favela do Dendê com Construção de 1080 UH
Período de Execução	Fev a Dez de 2015
Categoria	Infraestrutura Domiciliar

- **Descrição do Projeto**

O Projeto Dendê (Ações Habitacionais) integra uma proposta mais ampla que envolve: (1) o reassentamento de 1.080 (um mil e oitenta) famílias que habitam áreas de risco, ou sem condições de habitabilidade; (2) a urbanização de áreas sem infraestrutura básica e pavimentação com problemas de circulação de veículos por falta de arruamentos e desprovidas de praças e espaços públicos; (3) recuperação da faixa de preservação permanente do Mangue do Cocó; e (4) a realização do Trabalho Técnico Social, com as famílias reassentadas e famílias das áreas de intervenção (origem), tendo 03 eixos principais de atuação: a Organização Comunitária/Mobilização Social; a Geração de Trabalho e Renda e a Educação Sanitária e Ambiental.

O presente projeto engloba as Ações de Habitação. Consiste na construção do Residencial Dendê e na execução de Trabalho Técnico Social.

- **Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual**

No PPA 2012/2015, o projeto inclui-se no âmbito do Programa 033 – Habitacional; Objetivo 001 - Construir unidades habitacionais de interesse social contribuindo para redução do déficit habitacional quantitativo; Meta 00521 - Beneficiar 16.787 famílias com unidades habitacionais; Iniciativa 00269 - Construção de unidades habitacionais no âmbito do Projeto Dendê.

O resultado Estratégico Setorial para o qual o projeto contribui é Melhoria das condições de habitabilidade tendo suas realizações registradas por meio do indicador Famílias beneficiadas com habitações de interesse social adequadas.

A execução do Projeto Dendê em sua totalidade, contribui para a implementação da Política Habitacional, da Política de Desenvolvimento Urbano e da Política de Saneamento Ambiental e está inserido na matriz do Governo Estadual no Eixo Economia para uma vida melhor, na área temática Desenvolvimento Urbano e Integração Regional.

- **Diagnóstico**

O crescimento desordenado das cidades provocado pelo crescente processo de migração das populações das pequenas cidades interioranas para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida e trabalho tem como um dos seus principais fenôme-

nos a ocupação irregular das margens de rios, lagos, dunas e mangueirais, degradando sua área de preservação ambiental. Esta alternativa de moradia além do problema ambiental causa inúmeros transtornos à população que sofre com ações da natureza como enchentes, deslizamentos e outros transtornos, uma vez que a área habitada é imprópria para a construção de habitações. Este é o caso da Comunidade do Dendê onde muitas famílias residem em pequenos cômodos de alvenaria ou em barracos desprovidos de infra-estrutura, expostas a situações de risco diversas como: chuvas, alagamentos, adensamento populacional, doenças epidêmicas, insalubridade, insegurança, dentre outros, ou coabitam com outras famílias em situação semelhante, o que agrava ainda mais o problema existente quanto à inadequação habitacional.

As inúmeras situações de precariedade habitacional encontradas sob a forma de improvisação e rusticidade da moradia estão vinculadas às graves condições de pobreza e exclusão social.

A ocupação desordenada do espaço acima referido ao concentrar famílias carentes, de baixo nível educacional e renda per capita aviltada, atrai a prática de atividades marginais, com reflexos altamente negativos nos indicadores de violência na área, que se desdobram para outras regiões da cidade. Esta ocupação impede o normal atendimento de serviços públicos (viaturas policiais, ambulâncias, coleta de lixo, bombeiros, etc.) na área, abstendo ainda, a ação preventiva e reativa dos órgãos de segurança.

A comunidade do Dendê está localizada no bairro Edson Queiroz, em Fortaleza. A área limita-se com a Universidade de Fortaleza e estende-se até as margens do Rio Cocó. Grande parte das famílias que hoje mora no local foi removida das favelas Verdes Mares, Dom Luiz, Cervejaria Brahma, Cidade 2000, Hospital Geral de Fortaleza e Praia do Meireles.

A ocupação da área iniciou em torno do ano de 1985 quando as primeiras habitações foram construídas, cerca de 120 a principio; no final do ano de 1990 o local já se encontrava tomado por cerca de 500 famílias com habitações improvisadas e algumas construções em alvenaria. Em 1996 a COHAB-CEARÁ fez algumas intervenções de construção de casas de mutirão para barrar o processo de ocupação da área, mas com o crescente déficit habitacional decorrente da ausência de políticas de habitação a ocupação desordenada foi ampliada. Hoje cerca de 3.400 famílias ocupam o local com construções improvisadas e de alvenaria, com arruamentos desordenados e com uma grande faixa de Mangue ocupada por barracos sujeitos a inundações, o que prejudica o equilíbrio ecológico da região.

Situação atual da área

Situação atual da área:

58,91% vivem com até 1 salário mínimo. Destes, 42,96% com menos de ¼ do salário mínimo por pessoa;
87,69% não tem acesso à saneamento básico;
13,71% dos imóveis não têm banheiro;
25 % não atendidas pelo sistema público de abastecimento d'água.

A relocação das famílias que se encontram na área de intervenção do Projeto é uma ação necessária e urgente, pois a situação de moradia é precária, faltam serviços básicos de infraestrutura e o estado de risco potencial de enchentes e inundações ameaçam, principalmente nos períodos invernosos, as famílias que residem na faixa de Proteção do Mangue do Cocó, agravando ainda mais as condições ambientais do lugar e diminuindo a qualidade de vida dessa população.

- **Justificativa**

O Projeto Dendê beneficia a Comunidade do Dendê, situada no Bairro Edson Queiroz, no município de Fortaleza, e em sua totalidade engloba as seguintes ações :

- Trabalho Técnico Social e Regularização Fundiária na área de intervenção e no reassentamento beneficiando 3.845 famílias;
- Construção de 1.080 habitações no Residencial Dendê para o reassentamento das famílias originárias das áreas do Mangue, provenientes das áreas onde haverá alargamento e abertura de ruas e das coabitações;
- Desapropriação de Terrenos e Indenização de 641 benfeitorias, não enquadráveis no reassentamento;
- Execução das obras de Urbanização/Infraestrutura (água, esgoto, drenagem, iluminação, 04 praças) e pavimentação na área de Intervenção beneficiando 2.765 famílias;
- Equipamento Comunitário (creche) beneficiando 1080 famílias;

- Recuperação/Melhorias de 1.200 unidades habitacionais.

O impacto social do Projeto Dendê incidirá diretamente na população residente na área de intervenção, mas beneficiará também a população de Fortaleza em geral. As obras implantadas têm caráter coletivo e seus resultados refletirão principalmente:

(1) na saúde, pela implantação de rede de esgotamento sanitário, melhoria na qualidade de habitação das famílias que permanecerão na área de intervenção (realização de 1.200 melhorias habitacionais) e as que serão reassentadas (construção de 1.080 unidades residenciais que beneficiarão famílias);

(2) na segurança publica, pela construção/alargamento de vias e passeios facilitando o acesso e a circulação de pessoas e veículos (coletivos e particulares);

(3) na ampliação das oportunidades de lazer e saúde, pela implantação de 04 praças, com playgrounds, pista de skate, equipamento de ginástica, quadra de vôlei.

O Residencial Dendê destinado ao reassentamento de famílias remanejadas das áreas de intervenção e de APP do Rio Cocó, esta localizado no Bairro Edson Queiroz, a aproximadamente 1.500 m da área de intervenção, em um bairro bem servido de equipamentos e serviços públicos, inserido na malha urbana da cidade, dispondo dos serviços públicos essenciais como: energia elétrica, transporte publico, abastecimento d'água e equipamentos comunitários básicos (escola, creche, posto de saúde, posto policial, centro comunitário, etc.).

O projeto de parcelamento do Residencial Dendê prevê a construção de 1080 unidades habitacionais com infraestrutura, iluminação pública, esgotamento sanitário e equipamentos públicos. Com base no estudo atualizado dos equipamentos comunitários, foi feito um levantamento institucional relativo a estes itens, priorizando a execução de uma creche.

- **Histórico**

O ano de 2014 foi o primeiro ano de aprovação dos recursos do Fecop para este Projeto, já no segundo semestre, tendo sido aprovado um valor de R$652.609,89, dos quais foram aplicados R$563.025,89.

A previsão para 2014 era iniciar o Residencial, porém a autorização da Prefeitura de Fortaleza e da SEMACE, para o manejo da Fauna e Flora só veio ocorrer em Janeiro 2015.Os gastos com recursos do Fecop foram com pagamento de taxas de aprovação junto aos órgãos competentes(Prefeitura , CREA, CAU) e elaboração de projetos executivos para aprovação.Quanto as outras fontes foram aplicados em pagamento da desapropriação dos terrenos do Residencial.

Segue abaixo, a aplicação no Projeto em 2014.

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2014	563.025,89	4.237.000,00	5.852.765,93	-

- **Público Alvo**

Famílias de baixa renda residentes na área de intervenção que optaram pelo reassentamento no residencial projetado e famílias residentes na área de preservação do mangue do Cocó.

- **Critérios adotados para a seleção dos beneficiários**

i) Residir na área de intervenção do Projeto, em imóvel residencial ou misto;
ii) Ter sido cadastrado;
iii) Ter optado pelo reassentamento em uma unidade habitacional construída pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria das Cidades;
iv) Comprovar situação de pobreza e vulnerabilidade social, mediante a apresentação dos documentos elencados no Art. 3º da Lei 14.859 de 28 de dezembro de 2010.

- **Objetivos**

Geral

Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside em condições precárias na Comunidade do Dendê e em situação de risco nas áreas de preservação do mangue do Rio Cocó, dentro da área de intervenção do projeto.

Específicos

- Reassentar as famílias da Comunidade do Dendê que serão removidas da área para implantação das obras de infraestrutura e as famílias moradoras da área de preservação do mangue do Rio Cocó, na área de intervenção do projeto

- **Atividades / Detalhamento das atividades**

a) Seleção dos beneficiários

Os beneficiários dos projetos de urbanização desenvolvidos pela Secretaria das Cidades são selecionados a partir de um cadastro socioeconômico, de caráter censitário, realizada na área de intervenção, através de visita domiciliar. O cadastro é constituído de perguntas que abordam:

- Identificação do imóvel;
- Situação de ocupação – imóvel próprio, cedido ou alugado;
- Identificação do titular, seu cônjuge e demais moradores;
- Gênero, idade, escolaridade, situação no mercado de trabalho, profissão, renda per capta e familiar;
- Preenchimento do Cadastro Único e recebimento de benefícios do Governo Federal;
- Condições gerais de saúde - ocorrência de doenças no último ano e existência de pessoas com deficiência;
- Número de pessoas e famílias por imóvel

b) Contratação e execução das unidades habitacionais

As 1.080 unidades previstas para iniciar em 2014 serão construídas em 01 residencial, com início previsto para outubro/2014. A Secretaria da Cidade já licitou e contratou a obra.

c) Contratação do Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS

A Secretaria das Cidades através do Contrato de Gestão contrata a elaboração do Projeto do Trabalho Técnico Social. O Trabalho Social do Projeto Dendê foi iniciado em 2010 (congelamento da área de intervenção e cadastramento das famílias).

Com base no cadastramento censitário realizado, foi elaborado o diagnóstico socioeconômico, que será socializado na comunidade em "Oficinas de Revalidação do Diagnóstico". O resultado do processo será utilizado como base na construção das ações do Projeto Técnico Social que serão desenvolvidas com as famílias que serão realocadas, como também com as que continuarão a residir na área de intervenção.

d) Execução de Trabalho Técnico Social

A Secretaria das Cidades contrata a execução do Trabalho Técnico Social por meio de licitação e supervisiona as ações junto às famílias beneficiadas.

e) Elaboração de Laudos de terrenos e benfeitorias

Através de Contrato de gestão, será contratada uma empresa que irá elaborar os Laudos de terrenos e benfeitorias situados na área de preservação do mangue.

- **Produtos**

Produtos	**2015**	**Meios de Verificação**
Residencial construído	49,30%	Relatório interno da Secretaria das Cidades
Projeto do Trabalho Técnico Social elaborado	01	Projeto Recebido e aprovado pela COPES

- **Metas**

  - Executar 49,30% das obras de construção do Residencial Dendê
  - Elaborar o Projeto Técnico Social

- **Resultados Esperados**

  - Melhoria da qualidade de vida da população residente na área de abrangência do projeto;
  - Recuperação Ambiental do mangue do rio Cocó;
  - Eliminação de área de risco na área de proteção do mangue do rio Cocó

- **Integração**

O Projeto Dendê (ações habitacionais) é parte integrante do Projeto Dendê - em execução através de contrato firmado com a CAIXA e o Governo do Estado do Ceará, com recursos do PAC1, oriundos do Ministério das Cidades. Vincula-se ao MAPP 1517 – Projeto Dendê – Urbanização, que visa melhorar a infraestrutura da Comunidade do Dendê. Também interage com as obras de saneamento da CAGECE e com as obras de Iluminação Pública da COELCE.

- **Monitoramento**

O monitoramento do projeto será realizado em reuniões quinzenais do Gerente do Projeto, engenheiros supervisores da Secretaria das Cidades e os engenheiros do DAE, onde ficarão registrados o andamento das obras, elaborada e acompanhada a matriz de problemas e ameaças

- **Dados Utilizados**

- Nº de unidades habitacionais construídas
- Nº de famílias reassentadas
- Nº de cursos realizados
- Nº de oficinas realizadas
- Nº de palestras realizadas
- Nº de pessoas capacitadas

- **Cadastro dos Beneficiários**

Os beneficiários dos projetos habitacionais desenvolvidos pela Secretaria das Cidades respondem um cadastro socioeconômico, aplicado através de pesquisa censitária, realizada na área de intervenção dos projetos, através de visita domiciliar.

O cadastro é constituído de perguntas que abordam:

  - Identificação do imóvel;
  - Situação de ocupação – imóvel próprio, cedido ou alugado;
  - Identificação do titular, seu cônjuge e demais moradores;
  - Gênero, idade, escolaridade, situação no mercado de trabalho, profissão, renda per capta e familiar;
  - Preenchimento do Cadastro Único e recebimento de benefícios do Governo Federal;
  - Condições gerais de saúde - ocorrência de doenças no último ano e existência de pessoas com deficiência;
  - Número de pessoas e famílias por imóvel;
  - Estrutura física do imóvel – número de cômodos, material de construção do piso, paredes e cobertura;

- Infraestrutura – acesso aos serviços básicos de água, energia elétrica domiciliar e pública, esgotamento sanitário e coleta de lixo;
- Meios de locomoção mais utilizados;
- Tempo de residência do titular no Município de Fortaleza, no bairro e no imóvel localizado na área de intervenção;
- Opção pela modalidade de realocação oferecida pelo Projeto.

Esses dados são coletados através de um instrumento (questionário) que representa a base de dados física da pesquisa, gerando um banco de dados digital dos beneficiários. O resultado é tabulado e utilizado na elaboração dos Projetos Técnicos Sociais.

- **Pressupostos de Risco**

Entraves burocráticos para liberação dos recursos e se o ritmo de execução da construtora não corresponder ao previsto no cronograma, pode concorrer para o alcance das metas.

- **Orçamento 2015**

R$1,00

Detalhamento	Valor FECOP	Valor Outras Fontes*	Valor Total
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.2. Obrigações Tributárias e Contributivas			
Elemento de Despesa (335039)	500.000,00	0	500.000,00
Elemento de Despesa (339047)	10.000,00	0,00	10.000,00
Elemento de Despesa (339147)	10.000,00	0,00	10.000,00
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Obras Civis			
Elementos de Despesas (449051)	942.427,39	8.276.287,28	9.218.714,67
Elemento de Despesa (449039)	37.572,61	0,00	37.572,61
Total	**1.500.000,00**	**8.276.287,28**	**9.776.287,28**

***** FGTS – PAC 1

OBS: O projeto foi aprovado na 1ª Reunião Ordinária do CCPIS com um valor de R$1.000.000,00 da fonte FECOP para o ano de 2015.

Agora a Secretaria solicita um adicional do Fecop no valor de R$500.000,00 para permitir a elaboração de laudos de avaliação de terrenos e benfeitorias, totalizando o valor anual da referida fonte em R$1.500.000,00.

- **Cronograma de Desembolso Fonte FECOP**

Cronograma de Desembolso												
Item de Despesa	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**	**Total**
Despesas Correntes	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	520.000,00
Despesas de Capital	0,00	26.156,34	92.856,97	78.100,84	81.518,79	108.724,98	109.341,18	109.341,18	109.341,18	109.341,18	155.277,38	980.000,00
Total	**0,00**	**26.156,34**	**102.856,97**	**88.100,84**	**81.518,79**	**108.724,98**	**109.341,18**	**109.341,18**	**609.341,18**	**109.341,18**	**155.277,38**	**1.500.000,00**

- **Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015**

N° de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP	Valor Outras Fontes	Pessoas Beneficiadas
1	1	Fortaleza	1.500.000,00	8.276.287,28	4.449
Total			1.500.000,00	8.276.287,28	4.449

Obs: Considera-se em média 4,12 pessoas por família beneficiada

- **Responsável pelo Projeto**

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos -COPES
Técnico	Silvia Lopes
E-mail	silvia.lopes@cidades.ce.gov.br
Fone	3207.5296

Governo do Estado do Ceará
Secretaria das Cidades – SCIDADES

PROJETO: Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda

Fevereiro/2015

Secretaria	Secretaria das Cidades
Programa	033 – Habitacional
Mapp	1465 – Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda
Período de Execução	Março a Dezembro / 2015
Categoria	

- **Descrição do Projeto**

O beneficio de Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda, integra uma proposta de dar apoio aos projetos de habitação específicos da Secretaria, no sentido de viabilizar a locação de imóveis a titulo de moradia provisória, para famílias que habitam locais que estão sendo objeto de intervenções e que deverão ser reassentadas tão logo os respectivos residenciais fiquem prontos.

- **Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual**

Esta ação contribui para a implementação da Política Habitacional, para a Política de Desenvolvimento Urbano e para a Política de Saneamento Ambiental e está inserido na matriz do Governo Estadual no Eixo economia para uma vida melhor, na área temática Desenvolvimento Urbano e Integração Regional.

No PPA 2012/2015, o projeto Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda, inclui-se no âmbito do Programa 033 – Habitacional; Objetivo 001 - Construir unidades habitacionais de interesse social contribuindo para redução do déficit habitacional quantitativo; Meta 00521 - Beneficiar 16.787 famílias com unidades habitacionais; Iniciativas 00267 - Construção de unidades habitacionais no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho, 00268 - Construção de unidades habitacionais no âmbito do Projeto Rio Cocó, 00270 - Construção de unidades habitacionais de Interesse Social e 00271 - Construção de unidades habitacionais para substituição de casas de taipa.

O resultado Estratégico Setorial para o qual o projeto contribui é "Melhoria das condições de habitabilidade", tendo suas realizações registradas por meio do indicador "Famílias beneficiadas com habitações de interesse social adequadas".

- **Diagnóstico**

A população moradora atualmente nas áreas de intervenções dos projetos de interesse social caracteriza-se pela enorme carência de seus imóveis, uma vez que apresentam riscos advindos das péssimas condições de salubridade e com padrão construtivo inferior ao ofertado pelo Governo Estadual nos residenciais construídos no âmbito destes projetos e, portanto, potenciais beneficiários de reassentamento.

Referindo-se aos Projetos de Interesse Social da Secretaria das Cidades cita-se como exemplo: o Projeto Rio Maranguapinho onde foram cadastradas 12.265 famílias residindo nas margens do Rio Maranguapinho e consequentemente na área de intervenção das

obras de dragagem e urbanização, destas 6.543 serão atendidas com unidades habitacionais; O Projeto Rio Cocó são 3.543 famílias cadastradas e destas 2.655 serão atendidas com unidades habitacionais a serem construídas; O Projeto Orgulho do Ceará II onde serão atendidas 2.096 famílias com unidades habitacionais e o Projeto Cidade Jardim que beneficiará 5.536 famílias também com unidades habitacionais, dentre outros.

- **Justificativa**

Na área de intervenção dos projetos encontram-se diversos tipos de imóveis, dos casebres de padrão construtivo paupérrimo a sólidas casas de alvenaria.

Ao longo dos dois rios, também é possível encontrar imóveis com diversos tipos de ocupação, dentre eles muitos utilizados por seus proprietários como residência da família, que serão afetados pelas obras de urbanização e dragagem do rio e que precisam ser desocupados.

Considerando que o padrão construtivo destes imóveis é inferior ao oferecido nas unidades habitacionais construídas pelo Governo do Estado, muitos destes proprietários optaram por serem reassentados nos residenciais construídos no âmbito desses projetos.

Para cumprimento do cronograma das obras exige-se a desocupação da área de intervenção. Este fato torna necessário que algumas famílias sejam removidas e reassentadas provisoriamente até a conclusão de sua nova moradia.

A responsabilidade social dos executores dos projetos exige que seja dada uma solução alternativa para esse impasse e a melhor alternativa apresentada foi o pagamento de auxílio para que as pessoas impactadas possam locar outro imóvel, durante o período de espera pela conclusão da unidade residencial de destino da família.

- **Histórico**

Em 13 de julho de 2011 (D.O. 21/07/11), foi promulgada a lei Nº 14.965 que autorizou o Estado do Ceará a implantar programa de locação social, destinado a subsidiar aluguel, em caráter provisório em virtude da implantação de projetos sociais de responsabilidade do Governo do Estado do Ceará. O Decreto de regulamentação foi publicado em 05/02/13, possibilitando então a utilização dos recursos em 2013.

Com os recursos aplicados em 2013 foram firmados 83 Acordos de Aluguel Social, sendo 55 no âmbito do Projeto Rio Cocó e 29 no âmbito do projeto Rio Maranguapinho, com valor mensal de R$200,00, por um período de dois anos, totalizando R$4.800,00 cada benefício.

Em 2014 foi aprovado inicialmente o valor de R$700.000,00 e foram firmados 05 Termos de Acordo com beneficiários do Projeto Rio Cocó e 21 Termos de Acordo com beneficiário do Projeto Rio Maranguapinho, totalizando 26 alugueis.

Ressaltamos que deixou-se de negociar aluguel junto às famílias do Projeto Cocó, pois existia a previsão de entrega de 1.006 unidades habitacionais em set/2014 no empreendi-

mento Cidade Jardim, e devido a proximidade da data, não foi oferecido o beneficio do aluguel. O aluguel foi proposto somente para quem faz a opção pelo Residencial Paupina que ainda não está em construção. No Maranguapinho, o valor mensal de R$200,00 previsto na legislação dificultou fechar acordo pois as famílias alegam que não encontram imóveis para alugar neste valor. A Secretaria encaminhou solicitação à PGE de alteração da lei passando o valor mensal do aluguel para R$400,00 visando uma melhor adesão ao projeto mas só ocorreu em 30/12/14.

Diante do motivo citado acima, no final de 2014. foi aprovado redução do valor do ano passando para R$135.000,00 valor que foi aplicado.

Segue abaixo, a evolução das aplicações no Projeto ao longo dos anos.

Ano	Valor FECOP	Nº de Beneficiários
2013	403.200,00	337
2014	135.000,00	107

Fonte: Webmapp Acompanhamento

- **Público Alvo**

Famílias moradoras nas áreas de intervenção dos Projetos de Interesse Social da Secretaria das Cidades e que aguardam a conclusão das obras das unidades habitacionais onde serão reassentados.

- **Critérios adotados para a seleção dos beneficiários**

- Residir na área de intervenção do Projeto, em imóvel residencial ou misto;
- Ter sido cadastrado;
- Ter optado pelo reassentamento em uma unidade habitacional construída pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria das Cidades;
- Comprovar situação de pobreza e vulnerabilidade social, mediante a apresentação dos documentos elencados no Art. 3º da Lei 14.859 de 28 de dezembro de 2010.

- **Objetivos**

Geral

Viabilizar o benefício de aluguel social para famílias que habitam locais que estão sendo objeto de intervenções e que serão posteriormente reassentadas.

Específico

- Efetuar o pagamento do aluguel social às famílias beneficiárias

- **Atividades / Detalhamento das atividades**

Abaixo apresentamos o fluxo operacional para a atividade relacionada ao pagamento do Aluguel Social.

a) Visita à família para consolidar a adesão ao Residencial

A equipe técnica social da Secretaria das Cidades realizará visita domiciliar às famílias residentes na área de intervenção do projeto para consolidar a adesão desta família ao residencial. Neste momento será agendada data para comparecimento do proprietário do imóvel (juntamente com seu cônjuge, caso exista), para assinatura do termo de concordância

b) Assinatura do Termo de Concordância da adesão ao Aluguel Social e concordância com o valor total, que será pago em parcelas iguais e mensais

De posse de toda a documentação previamente definida, o proprietário do imóvel comparecerá a Secretaria das Cidades para assinar o termo de concordância da adesão ao Aluguel Social, onde constará o valor total a ser recebido, tendo como data final de recebimento a data prevista para entrega do residencial no qual será reassentada esta família.

c) Abrir processo de pagamento por meio do SPU com a finalidade de pagamento mensal do valor do aluguel social

De posse das cópias de toda a documentação do proprietário, bem como do termo de concordância, a equipe da Secretaria das Cidades abrirá processo que tramitará de acordo com o funcionamento interno da secretaria, atualmente após a abertura do processo no SPU, é realizado o cadastro do credor.

d) Encaminhar o processo de pagamento para a Assessoria Jurídica

Após cadastramento do credor o processo é encaminhado ao setor jurídico para emissão de parecer;

e) Cadastrar a parcela no SIAP

Após parecer favorável do setor jurídico da Secretaria, o processo é encaminhado para cadastramento de parcela no SIAP.

f) Encaminhar o processo para o setor financeiro para procedimentos de empenho e pagamento

Com a parcela cadastrada, encaminhar o processo para o setor financeiro para que sejam realizados os procedimentos para empenho e pagamento

Vale salientar que após o pagamento da primeira mensalidade do aluguel social para a família beneficiada, tem-se a liberação do imóvel para fins de demolição e conseqüentemente para a realização das obras.

- **Produtos**

Produto	2015	Fontes de Verificação
Famílias beneficiadas com aluguel social	62	Relatório de acompanhamento

- **Metas**

a) Efetuar o pagamento de aluguel social para 62 famílias

- **Resultados Esperados**

Liberação da área ocupada para realização das obras de infraestrutura, urbanização e habitações de interesse social

- **Integração de Ações**

O Projeto de Aluguel Social visa apoiar os projetos de habitação específicos da Secretaria, podendo ser utilizado sempre que necessário, a luz da legislação pertinente.

Atualmente vem apoiando o Projeto Maranguapinho e o Projeto Rio Cocó que estão em execução através de contratos firmado com a CAIXA e o Governo do Estado do Ceará, com recursos do PAC, oriundos do Ministério das Cidades, como também o Projeto Orgulho do Ceará.

- **Monitoramento**

Com o objetivo de realizar o monitoramento das ações deste projeto, a equipe técnica social, irá elaborar planilhas e relatórios de acompanhamento mensal do andamento dos processos referentes ao pagamento do Aluguel Social às famílias beneficiadas. Estas planilhas e relatórios serão atualizados periodicamente, sempre que uma família assinar o Termo de acordo.

- **Dados Utilizados**

  - Nº de Termos de Acordo para Aluguel Social firmados

- **Cadastro dos Beneficiários**

Os beneficiários dos projetos de urbanização desenvolvidos pela Secretaria das Cidades respondem um cadastro socioeconômico, aplicado através de pesquisa censitária, realizada

na área de intervenção dos projetos, através de visita domiciliar. O cadastro é constituído de perguntas que abordam:

- Identificação do imóvel;
- Situação de ocupação – imóvel próprio, cedido ou alugado;
- Identificação do titular, seu cônjuge e demais moradores;
- Gênero, idade, escolaridade, situação no mercado de trabalho, profissão, renda per capta e familiar;
- Preenchimento do Cadastro Único e recebimento de benefícios do Governo Federal;
- Condições gerais de saúde - ocorrência de doenças no último ano e existência de pessoas com deficiência;
- Número de pessoas e famílias por imóvel;
- Estrutura física do imóvel – número de cômodos, material de construção do piso, paredes e cobertura;
- Infraestrutura – acesso aos serviços básicos de água, energia elétrica domiciliar e pública, esgotamento sanitário e coleta de lixo;
- Meios de locomoção mais utilizados;
- Tempo de residência do titular no Município de Fortaleza, no bairro e no imóvel localizado na área de intervenção;
- Opção pela modalidade de realocação oferecida pelo Projeto.

Esses dados são coletados através de um instrumento (questionário) que representa a base de dados física da pesquisa, gerando um banco de dados digital dos beneficiários, em planilha eletrônica. O resultado é tabulado e utilizado na elaboração dos Projetos Técnicos Sociais.

- **Pressupostos de Risco**

A dificuldade dos beneficiários em alugar imóveis no valor correspondente aos R$ 400,00 do benefício, pode prejudicar o alcance da meta para 2015

- **Orçamento 2015**

(R$1,00)

Detalhamento	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes (2015)	Valor Total (2015)
NATUREZA DA DESPESA			
1.DESPESAS CORRENTES			
1.4. Benefícios Assistenciais			

Auxilio Financeiro (**339048)**	300.000,00	0,00	300.000,00
TOTAL	**300.000,00**	0,00	300.000,00

- **Cronograma de Desembolso Fonte FECOP**

	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Despesas Correntes	0,00	144.000,00	60.000,00	48.000,00	48.000,00	300.000,00
Total	**0,00**	**144.000,00**	**60.000,00**	**48.000,00**	**48.000,00**	**300.000,00**

- **Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015**

Nº	MUNICÍPIO	RECURSOS PREVISTOS P/ 2015		PESSOAS BENEFICIADAS
		ESTADO (FECOP)	GOV. FEDERAL	
1	RMF	300.000,00	0,00	255
TOTAL		**300.000,00**	**0,00**	**255**

OBS: O projeto prevê inicialmente intervenção em obras realizadas na Região Metropolitana de Fortaleza.Foi considerado 4,12 pessoas por família.

- **Responsável(eis) pelo Projeto**

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Projetos Especiais – COPES
Técnico	Rita Calcides Dias, Karla Nery e Elainne Andrade
E-mail	rita.dias@cidades.ce.gov.br;karla.nery@cidades.ce.gov.br, elainne.andrade@cidades.ce.gov.br
Fone	85 – 3207.5296 ou 3207.5297

Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades – SCIDADES

PROJETO: Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)

Fevereiro/2015

Secretaria	Secretaria das Cidades
Programa	033 – Habitacional
Mapp	MAPP 1516 – Construção de 1.649 Unidades Habitacionais para famílias das áreas de risco do Projeto Rio Cocó, indenizações de benfeitorias e realização de trabalho técnico social.
Período de Execução	Março a Dezembro 2015
Categoria	Infraestrutrura comunitária e domiciliar

1. Descrição do Projeto

O Projeto Habitacional Rio Cocó, integra uma proposta mais ampla denominada Projeto Rio Cocó. O Projeto Rio Cocó tem caráter multissetorial e conta com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Tesouro Estadual e FECOP. Inclui ações de infraestrutura de saneamento, construção de unidades habitacionais de interesse social, dragagem e recuperação ambiental das áreas ribeirinhas. O conjunto de suas intervenções beneficiará cerca de 41.575 mil pessoas que residem no município de Fortaleza.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

A execução do Projeto Rio Cocó contribui para a implementação da Política Habitacional, para a Política de Desenvolvimento Urbano e para a Política de Saneamento Ambiental e está inserido na matriz do Governo Estadual no Eixo Economia para uma vida melhor, na área temática Desenvolvimento Urbano e Integração Regional.

No PPA 2012/2015, o projeto Habitacional Rio Cocó, inclui-se no âmbito do Programa 033 – Habitacional; Objetivo 001 - Construir unidades habitacionais de interesse social contribuindo para redução do déficit habitacional quantitativo; Meta 00521 - Beneficiar 16.787 famílias com unidades habitacionais; Iniciativa 00268 - Construção de unidades habitacionais no âmbito do Projeto Rio Cocó

O resultado Estratégico Setorial para o qual o projeto contribui é Melhoria das condições de habitabilidade tendo suas realizações registradas por meio do indicador Famílias beneficiadas com habitações de interesse social adequadas.

3. Diagnóstico

O processo de urbanização brasileiro tem se caracterizado por uma intensa concentração de população nas principais Regiões Metropolitanas. Tal fato decorre, entre outros motivos, pelo forte poder de atração que estas regiões, geralmente melhor equipadas com infraestrutura e serviços de apoio à população, exercem sobre as demais.

A Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, não foge a esta regra, exercendo o papel de grande pólo atrativo em relação não só ao Estado do Ceará, como também em relação aos Estados vizinhos. Dados do censo de 2010 revelam uma concentração populacional excessiva na RMF que detinha, já naquela época, cerca de 40% da população estadual. Tal situação tem gerado um quadro dramático, em que a maior parte dos investimentos são canalizados para a capital em detrimento das cidades interioranas, gerando um

desequilíbrio na oferta de serviços entre a RMF e o interior, alimentando o processo migratório, com rebatimentos na periferia metropolitana, onde se localiza a grande maioria dos migrantes. Os quadros decorrentes desta situação refletem-se em várias áreas localizadas ao longo dos recursos hídricos, pontos para onde tradicionalmente afluem os desassistidos em busca de moradia.

O Rio Cocó abrange uma bacia de aproximadamente 500 Km² e tem uma extensão de 46,8 Km desde a sua foz até a nascente mais distante, possuindo uma grande área de preservação ambiental – APA, que se inicia na sua foz e se prolonga até o fim do terço inferior do percurso do rio. Nesta área praticamente não há habitações margeando o seu curso inferior, mantendo-se assim bem preservado, porém a partir do Lagamar, no terço médio do rio, surgem várias ocupações irregulares das faixas de preservação de primeira e segunda categoria pela população de baixa renda configurando-se nas áreas de risco.

O Rio nasce na serra da Pacatuba e atravessa os municípios de Pacatuba, Maranguape, Maracanaú, Aquiraz, Eusébio, Itaitinga e Fortaleza.

5

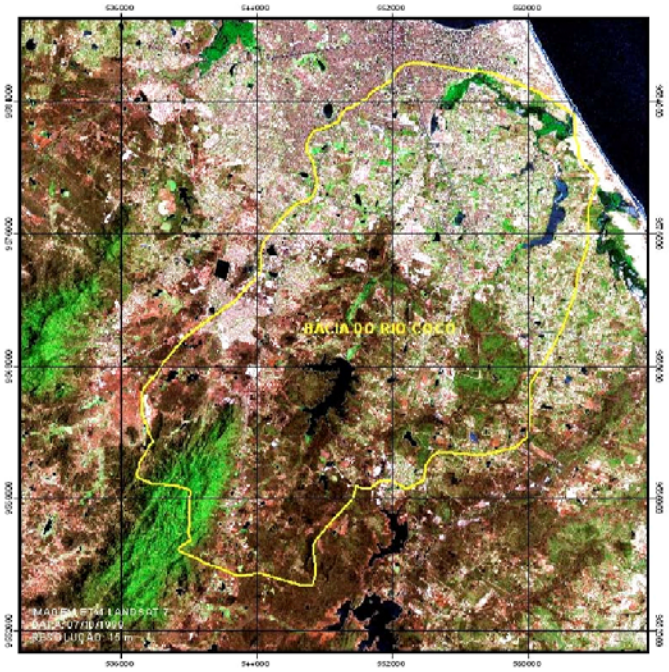


Figura 01 – Imagem de satélite da bacia hidrográfica do Rio Cocó

O Rio Cocó tem uma grande importância no sistema de drenagem metropolitano, recebendo descargas de esgotos do maior sistema de drenagem de Fortaleza, formado pelos canais do Jardim América, Eduardo Girão e da Avenida Aguanambi.

Antes de ser alcançada a sua área de preservação ambiental, o Rio Cocó sofre impacto ambiental com a ocupação da população ribeirinha ao longo de suas margens. Outro agravante ambiental é a presença do lixão desativado do Jangurussu, onde era depositado o lixo de Fortaleza, o qual fica localizado às suas margens, contribuindo para a poluição de suas águas pelo chorume residual dos vários milhões de toneladas de lixo depositados ali.

O problema das enchentes nesta região é de recorrência anual, pois as unidades habitacionais de baixo padrão são construídas praticamente dentro da calha menor do rio ensejando que qualquer precipitação acima de um patamar entre 50 e 70 mm, provoque inundações com forte cobertura midiática.

As Figuras 02 e 03 mostram capas de jornais locais relatando as inundações do ano de 2007.
6

Figura 02: O Povo Fev / 2007

Figura 03: Diário Fev / 2007

As estatísticas da Defesa Civil mostram que cerca de 56.000 pessoas, correspondendo a 11.200 famílias, vivem atualmente nas áreas de risco das zonas inundáveis e alagáveis em Fortaleza.

No dia 29 de janeiro de 2004 ocorreu a maior precipitação de Fortaleza desde 1910, tendo sido registrados 250,00 mm. A Defesa Civil contabilizou 19.173 pessoas atingidas na capital, segundo o Jornal O Povo de 30/01/2004, com 133 ocorrências atendidas nesse dia pela Defesa Civil, correspondendo a 2.577 famílias diretamente afetadas, incluindo uma morte.

Nesta ocasião, os bairros mais atingidos foram: Barra do Ceará (Rio Ceará), Pirambu (deslizamentos), Itaperi (Rio Maranguapinho), Castelão (Rio Cocó), Antonio Bezerra (Rio Maranguapinho), Genibaú e Bom Jardim (Rio Maranguapinho).

As áreas de risco mais atingidas foram: Lagoa da Zeza, Lagoa do Tijolo, Gavião, Baixada do Itapery, Boa Vista e Ancuri (Rio Cocó); Canindezinho Genibaú, Bom Jardim, João XXIII, Parque São Miguel, Ilha Dourada, Favela da Muriçoca, Autran Nunes, e Granja Portugal (Rio Maranguapinho).

Para agravar a situação dessas comunidades as enchentes sempre trazem problemas de saúde pública, favorecendo altos índices de doenças, especialmente aquelas de veiculação hídrica, tais como: diarréia, hepatite, meningite, dengue e leptospirose, além de viroses indeterminadas e infecções pulmonares.

Forma-se uma cadeia de transmissão, onde fatores como a falta de saneamento básico, coleta de lixo irregular e subalimentação determinam maior ou menor grau de incidência.

Segundo dados estatísticos de 2008 do Programa Habitafor da Prefeitura Municipal de Fortaleza, os problemas mais comuns na população que habitam áreas de risco são:

- 50% das famílias não fervem ou filtram a água de beber nem são abastecidas pelos serviços públicos de saneamento básico;
- 53% são atingidas pelas inundações;
- 47% passam fome pelo menos 1 vez por semana;
- 22% passam fome pelo menos 2 vezes por semana;
- 5% passam fome todos os dias;
- 34% são afetadas por diarréias, principalmente as crianças;
- 38% sofrem de coceira;
- 6% foram atingidas pela cólera;
- 45% tiveram doenças diversas provocadas pelas inundações.

Nesse mesmo ano, a Defesa Civil estimou o número de 7.373 famílias nas áreas de risco na bacia do Rio Cocó.

A questão das enchentes do Rio assume uma gravidade maior pelos seguintes fatos:

O Rio não possui qualquer obra de contenção ou controle de cheias, apesar de ter a bacia hidrográfica extensa, abrangendo sete municípios: Pacatuba, Maranguape, Maracanau, Aquiraz, Eusébio, Itaitinga e Fortaleza.

A planície fluvial do Rio Cocó está invadida predominantemente por habitações convencionais, sendo grande parte constituídas por sub-habitações construídas praticamente dentro da calha menor do Rio, que não obedecem aos afastamentos previstos na legislação ambiental, agravando a repercussão das inundações sobre esta população.

4. Justificativa

Ciente deste grave problema o Governo do Estado resolveu enfrentar a problemática e executar o Projeto Rio Cocó que prevê ações de infraestrutura de saneamento para o atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda, e a recuperação ambiental das áreas ribeirinhas, o que exigirá o remanejamento de famílias que estão vivendo em áreas de risco ao longo do rio Cocó.

Este projeto se enquadra no PAC, que tem como objetivo colaborar com as ações dos diversos governos na melhoria das condições de vida das populações de baixa renda, particularmente aquelas que ocupam as faixas de preservação dos mananciais – áreas de risco e, ainda, com os compromissos da recuperação ambiental.

Dessa forma, o conjunto de intervenções, que inclui obras de controle e amortecimento de ondas de cheias (Barragem Lagos da Cidade), obras de desassoreamento (dragagem do rio), obras de urbanização e construção de 2.655 unidades habitacionais vem como uma proposta necessária para a mudança do quadro hoje existente naquela região.

As 2.655 unidades previstas no Projeto serão construídas em dois residenciais: 1.649 no Residencial Paupina, estando ainda em fase de aprovação dos Projetos executivos junto aos órgãos competentes, e o restante 1.006, no Empreendimento Cidade Jardim, este no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, com previsão de entrega em Set/14.

5. Histórico

Este Projeto foi aprovado para financiamento pelo FECOP em 2012 , tendo por meta o pagamento de indenizações de benfeitorias,no entanto, não foi possível indenizar as famílias de imediato porque havia dependência de outras atividades cuja aprovação dos órgãos competentes não foi obtida no prazo previsto.

No segundo semestre de 2012, optou-se por indenizar as famílias do Trecho III (BR116 à Av. Paulino Rocha), por ser menos adensado e cujo projeto executivo de urbanização estava totalmente aprovado e iniciando o processo licitatório. Contratou-se então o serviço de avaliação dos imóveis existentes, porém devido ao atraso na conclusão dos Laudos de Avaliação, não houve tempo hábil para proceder com negociação e pagamento de indenização, não havendo apresentou realizações físicas e financeiras em 2012.

Em 2013 iniciou-se então a indenização de benfeitorias no Trecho III, sendo indenizadas 55 famílias, liberando área para execução das obras de Urbanização.

Em 2014, foi aprovado inicialmente o valor de R$1.750.000,00 para dar continuidade a indenização de benfeitorias no Trecho III e inicio do Trecho II, posteriormente foi aprovado um acréscimo passando o valor para R$2.373.185,64 dos quais foram aplicados R$2.030.241,16, sendo indenizadas 106 famílias.

Ainda não foi possível utilizar os recursos das outras fontes tendo em vista que o Projeto do Residencial Paupina ainda encontra-se em aprovação nos órgãos competentes.

Segue abaixo, a evolução das aplicações do Projeto.

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2013	745.394,02	0,00	745.394,02	226
2014	2.030.241,16	0,00	2.030.241,16	430

6. Público Alvo

Famílias de baixa renda residentes na área referente aos Trechos I, II e III (da Av. Valparaíso à BR116) às margens do Rio Cocó.

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

i. Residir na área de intervenção do Projeto, em imóvel residencial ou misto;

ii. Ter sido cadastrado;
iii. Ter optado pelo reassentamento em uma unidade habitacional construída pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria das Cidades;
iv. Comprovar situação de pobreza e vulnerabilidade social, mediante a apresentação dos documentos elencados no Art. 3º da Lei 14.859 de 28 de dezembro de 2010.

7. Objetivos

Geral

- Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Cocó

Específicos

- Promover o Reassentamento da população moradora das áreas de risco ao longo do Rio Cocó, na área de intervenção do projeto.
- Retirar as ocupações irregulares na área de proteção ambiental do Rio Cocó nos Trechos I, II e III.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

a) Realizar o pagamento de indenização de benfeitorias.

Etapa (1) – Visita à família para consolidar a adesão ao Residencial

A equipe técnica social da Secretaria das Cidades realizará visita domiciliar as famílias residentes na área de intervenção do projeto para consolidar a adesão destas ao residencial. Dependendo do perfil habitacional da família e do valor avaliado do imóvel, quando superior ao valor de R$27.000,00 (custo da unidade habitacional do Residencial), as famílias serão convocadas para que possa ser realizada a indenização do imóvel.
Etapa (2) – Assinatura do Termo de Concordância com Indenização de Benfeitoria

De posse de toda a documentação previamente definida, o proprietário do imóvel comparecerá a Secretaria das Cidades para assinar o termo de concordância com indenização de benfeitoria, onde constará o valor total a ser pago pelo referido imóvel.

Etapa (3) – Abertura de processo de pagamento por meio do SPU

De posse das cópias de toda a documentação do proprietário, bem como do termo de concordância, a equipe da Secretaria das Cidades abrirá processo que tramitará de acordo com o funcionamento interno da secretaria, atualmente após a abertura do processo no SPU, é realizado o cadastro do credor.

Etapa (4) – Encaminhamento do processo de pagamento para a Assessoria Jurídica;

Após cadastramento do credor o processo é encaminhado ao setor jurídico para emissão de parecer;

Etapa 5) – Cadastro da parcela no SIAP;

Após parecer favorável do setor jurídico da Secretaria, o processo é encaminhado para cadastramento de parcela no SIAP

Etapa (6) – Encaminhamento do processo para o setor financeiro para procedimentos de empenho e pagamento.

Com a parcela cadastrada, encaminha-se o processo para o setor financeiro para que sejam realizados os procedimentos para empenho e pagamento.

b) Construção do Residencial Paupina

Etapa (1) – Conclusão do processo de aprovação nos órgãos competentes: Prefeitura Municipal de Fortaleza e Caixa .

Etapa (2) – Realização do processo licitatório e contratar a obra

Etapa (3) – Início da execução da obra do Residencial

c) Execução de Trabalho Técnico Social

O Trabalho Social do Projeto Rio Cocó foi iniciado em 2012, com a sua apresentação nas comunidades, realização de audiências públicas, congelamento da área de intervenção e cadastramento das famílias.

Com base no cadastramento censitário, foi elaborado o diagnóstico socioeconômico, sendo em seguida socializado nas comunidades em “Oficinas de Revalidação do Diagnóstico”. O resultado do processo foi utilizado como base na construção das ações que serão desenvolvidas com as famílias que serão realocadas, como também com as que continuarão a residir nas áreas lindeiras ao Rio, após sua revitalização e urbanização.

O trabalho Social é realizado a partir de 04 eixos: Mobilização e Organização Comunitária, Educação Sanitária e Ambiental, Capacitação Profissional e Geração de Renda e Inclusão Social.

A Secretaria das Cidades contrata a execução do Trabalho Técnico Social por meio de licitação e supervisiona as ações junto às famílias beneficiadas.

9. Produtos

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Área de Preservação permanente liberada	5%	Relatório de orientação e de supervisão
Residencial construído*	0	Relatório de orientação e de supervisão
Famílias reassentadas*	0	Relatório de orientação e de

		supervisão

*****Produtos com previsão de ocorrer somente em 2016, quando o residencial ficará pronto

10. Metas

- Liberar 5% do total da área da obra de urbanização do Rio Cocó.
- Realizar 16 indenizações de benfeitorias.

11. Resultados Esperados

- Famílias em melhores condições de habitabilidade.
- Recuperação Ambiental do Rio Cocó.
- Eliminação das áreas de risco à margem do rio.

12. Integração de Ações

O Projeto de Rio Cocó (ações habitacionais) é parte integrante do Projeto Rio Cocó que está em execução através de contratos com a CAIXA e o Governo do Estado do Ceará, com recursos do PAC, oriundos do Ministério das Cidades. Portanto vincula-se ao Projeto de Barragem, Dragagem e Urbanização, executado através do Mapp 3, bem como ao MAPP 1465 - Aluguel Social que viabiliza a desocupação das áreas para implantação das obras de urbanização do PAC 1, e também ao Programa Minha Casa Minha Vida.

13. Monitoramento

Com o objetivo de realizar o monitoramento das ações deste projeto, a equipe técnica social da Coordenadoria de Projetos Especiais – COPES, irá elaborar planilha contendo os nomes dos beneficiários, endereço, valor avaliado, situação da negociação e andamento dos processos referentes ao pagamento da indenização. Esta planilha será atualizada sistematicamente, conforme realização das atividades.

Por meio desta planilha será possível acompanhar a quantidade de famílias beneficiadas, o valor recebido por cada uma delas, chegando assim ao monitoramento do indicador de resultado proposto.

13.1 Dados Utilizados

- Nº de indenizações de benfeitorias
- % de área de preservação permanente liberada
- % de obra executada

13.2. Cadastro dos Beneficiários que permanecem na área

É realizada uma pesquisa amostral junto à população que permanece na área de intervenção do Projeto de Urbanização, através de visita domiciliar. O cadastro é

constituído de perguntas que abordam:

- Identificação do imóvel;
- Situação de ocupação – imóvel próprio, cedido ou alugado;
- Número de pessoas e famílias por imóvel;
- Estrutura física do imóvel – número de cômodos, material de construção do piso, paredes e cobertura;
- Infraestrutura – acesso aos serviços básicos de água, energia elétrica domiciliar e pública, esgotamento sanitário e coleta de lixo;

13.3. Cadastro dos Beneficiários com unidade habitacional

Os beneficiários dos projetos habitacionais desenvolvidos pela Secretaria das Cidades respondem um cadastro socioeconômico, aplicado através de pesquisa censitária, realizada na área de intervenção dos projetos, através de visita domiciliar. O cadastro é constituído de perguntas que abordam:

- Identificação do imóvel;
- Situação de ocupação – imóvel próprio, cedido ou alugado;
- Identificação do titular, seu cônjuge e demais moradores;
- Gênero, idade, escolaridade, situação no mercado de trabalho, profissão, renda per capta e familiar;
- Preenchimento do Cadastro Único e recebimento de benefícios do Governo Federal;
- Condições gerais de saúde - ocorrência de doenças no último ano e existência de pessoas com deficiência;
- Número de pessoas e famílias por imóvel;
- Estrutura física do imóvel – número de cômodos, material de construção do piso, paredes e cobertura;
- Infraestrutura – acesso aos serviços básicos de água, energia elétrica domiciliar e pública, esgotamento sanitário e coleta de lixo;
- Meios de locomoção mais utilizados;
- Tempo de residência do titular no Município de Fortaleza, no bairro e no imóvel localizado na área de intervenção;
- Opção pela modalidade de realocação oferecida pelo Projeto.

Esses dados são coletados através de um instrumento (questionário) que representa a base de dados física da pesquisa, gerando um banco de dados digital dos beneficiários. O resultado é tabulado e utilizado na elaboração dos Projetos Técnicos Sociais.

14. Pressupostos de Risco

O risco maior é a possível resistência do proprietário da benfeitoria ao valor avaliado do imóvel o que pode gerar atrasos na negociação, podendo prejudicar o andamento da obra de urbanização.

15. Orçamento 2015

(R$1,00)

Detalhamento			

	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes (2015)*	Valor Total (2015)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS DE CAPITAL			
1.1. Obras Civis			
Elementos de Despesas **(449051)**	0	17.103.448,59	17.103.448,59
1.2. Outras Despesas de Capital			
Elemento de Despesas **(449093)**	342.944,48	0	342.944,48
TOTAL	**342.944,48**	**17.103.448,59**	**17.446.393,07**

*FGTS – PAC I (construção de unid. habitacionais)

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Fev	Mar	Abr	Mai	Total
Despesas de capital	0,00	160.000,00	95.000,00	87.944,48	342.944,48
Total	**0,00**	**160.000,00**	**95.000,00**	**87.944,48**	**342.944,48**

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

N° de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP	Valor Outras Fontes	Pessoas Beneficiadas
1	Região 1	Fortaleza	342.944,48	17.103.448,59	14.597
Total			342.944,48	17.103.448,59	14.597

Foi adotado o indicador 4,12 pessoas por família (nº médio de pessoas por família no Ceará – Censo 2010).

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos
Técnico	Maria Teresa Ribeiro Aguiar
E-mail	tereza.aguiar@cidades.ce.gov.br
Fone	3207.5296

ANEXO 1
MARCO LÓGICO
(MAPPS 1 – 2 – 3 – 1378 – 1465 e 1378)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	1-Melhoria da renda da família beneficiada; 2.Redução do déficit habitacional no Estado	1-% de famílias com melhoria da renda; 2-% de redução do déficit habitacional	1-Pesquisa de avaliação do TTS; 2-Fundação João Pinheiro ou IPECE	1- Atraso na execução das obras; 2-Atraso na execução das obras
Resultados	1-Eliminação das áreas de risco à margem do rio; 2-Melhoria das condições de moradia das famílias realocadas	1-% de redução de área de risco; 2-% de pessoas com acesso à moradia adequada	1-Defesa Civil; 2-Termo de recebimento da moradia pela família beneficiada	1-Atraso na execução das obras; 2-Atraso na execução das obras
Produtos	1-Unidades Habitacionais construídas; 2-Barragem construída; 3-Rio dragado;	1-% de unidades construídas; 2-% da obra da barragem; 3-Km do serviço de dragagem executado	1-Termo de recebimento do Residencial; 2-Medições da obra pagas; 3-Medições da obra pagas	1-Atraso na execução das obras; 2-Atraso na execução das obras; 3-Atraso na execução das obras; 4-Atraso na execução das obras

	4-Área urbanizada	4-% de área urbanizada	4- Medições da obra pagas	
Atividades	1-Construção de Residenciais; 2-Firmar Termo de Acordo para o beneficio do aluguel social; 3-Indenização de benfeitorias; 4-Desapropriação de terrenos; 5-Execução da obra de urbanização; 6-Execução da obra da barragem 7-Execução da obra de dragagem;	1- % de obra executada dos residenciais; 2- % de Termos de acordo assinados; 3- % de indenizações pagas; 4- % de desapropriações pagas; 5- % de obra executado; 6- % de obra executado; 7- % de obra executado 8-nº de atividades executadas	1-Medições da obra pagas; 2-Termo de acordo assinado; 3-Relatório de indenizações pagas; 4-Relatório de desapropriações pagas; 5- Medições pagas; 6-Medições pagas; 7-Medições pagas; 8-Relatórios de atividades	1-Atraso na execução das obras 2-Família não aceitar o acordo 3-Família não aceitar o valor proposto no laudo de avaliação 4- Família não aceitar o valor proposto no laudo de avaliação 5- Atraso na execução das obras

	8-Realização de trabalho técnico social; 9-Aluguel Social	9-% de Aluguel Social		6- Atraso na execução das obras; 7- Atraso na execução das obras; 8-Atraso no cronograma de atividades
Insumos	1-Recursos do Fecop; 2-Recursos do OGU; 3-Equipe da Secretaria das Cidades;	1-% de Recursos aplicados; 2-% de Recursos aplicados; 3-nº de servidores e colaboradores trabalhando no projeto;	1-Nota de Empenho e Pagamento; 2-Nota de Pagamento; 3-Relação de funcionários da UGP RMF;	1-Atraso na liberação dos recursos; 2-Atraso na liberação dos recursos; 3-Não renovação dos contratos de terceirização e de gestão;

Governo do Estado do Ceará
Secretaria das Cidades – SCIDADES

Projeto: Inclusão Social e Produtiva de Catadores

Maio / 2015

Secretaria (Proponente)	Secretaria das Cidades
Programa (PPA)	032 – Saneamento Ambiental
Mapp (Nº e Denominação)	2042 - Inclusão Social e Produtiva de Catadores em Redes Solidárias no Estado do Ceará
Período de Execução (em 2015)	Junho a Dezembro
Categoria	Estruturante – Ocupação e Renda

1. Descrição projeto

O projeto pretende envolver os/as catadores/as já organizados/as em cooperativas e associações e estimular os/as independentes que trabalham tanto nos aterros em remediação, nos lixões ainda existentes ou nas ruas a participarem ativamente da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, seja aderindo aos empreendimentos de catadores/as já existentes ou mesmo criando novos.

O projeto beneficiará 93 municípios do Estado do Ceará, identificando e cadastrando 3.000 catadores/as organizados/as e desorganizados/as, os compradores de materiais reutilizáveis e recicláveis, bem como promoverá ações de capacitação, de articulação entre este público e as prefeituras municipais e organização de associações e cooperativas de catadores.

As metas do projeto ao longo dos seus três anos de execução são:

1. Identificar, cadastrar, mobilizar e sensibilizar 3.000 catadores/as para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e participação no Projeto;

2. Desenvolver ações de capacitação e assessoramento para a organização de 2.500 catadores/as em cooperativas, disponibilizando infraestrutura e logística necessárias para o seu funcionamento, estimulando a busca da elevação do grau de escolaridade dos beneficiários para participar de programas como o PRONATEC, EJA entre outros;

3. Estruturar 12 projetos de produção e distribuição de recicláveis, envolvendo as cooperativas apoiadas, sendo 1 em cada região beneficiária do projeto, e suas respectivas redes de apoio e parcerias técnicas e comerciais, procurando a inclusão da mulher e a erradicação do trabalho infantil;

4. Definir metodologia, implantar sistema de monitoramento e avaliação do projeto e elaborar 01 publicação com a sistematização da experiência.

Para o ano 2015, serão iniciadas as ações relativas às metas 1 e 2.

2. Contextualização no Planejamento Estadual

As ações da Secretaria das Cidades, através da Célula de Resíduos Sólidos da Coordenadoria de Saneamento, em relação à política de resíduos sólidos esteve direcionada, desde sua criação, ao fomento de consórcios intermunicipais para destinação adequada de resíduos e elaboração de projetos para implantação de aterros sanitários e fechamento de lixões.

Este campo de atuação levou à necessidade intrínseca de elaborar uma proposta para trabalhar com os sujeitos que iriam ser diretamente afetados quando da implantação destes projetos: os catadores de materiais recicláveis que retiram sua renda da catação nas ruas e lixões em quase todos os municípios cearenses.

Sendo assim, buscou-se a articulação com o Programa Pró-Catadores do Governo Federal e o Convênio No. 00069/2012, ao qual está relacionado o presente projeto, foi firmado.

Na revisão do Planejamento Pluri-Anual 2015, foram criados objetivo, meta e ação específicos para contemplar as ações do projeto os quais se apresentam como segue:

- **Programa 032** - Saneamento Ambiental;
- **Objetivo 009** – Promover a inclusão social produtiva dos catadores;
- **Meta 0918** – Incluir produtivamente 2.500 catadores;
- **Ação 21752** - Inclusão Social e Produtiva de Catadores(as), a serem identificados em 93 municípios do Estado do Ceará.

3. Diagnóstico

Estima-se que exista, no Brasil, mais de um milhão de trabalhadores/as que vivem diretamente da catação de materiais recicláveis. A população de catadores/as é formada basicamente por adultos jovens, embora com uma grande elasticidade na distribuição: dos 18 anos aos 75 anos. Sobre o grau de escolaridade dos/as catadores/as, os dados apontam que 87% iniciaram seus estudos, porém não concluíram o ensino fundamental, 64% dos/as catadores/as não completaram a 4ª série do ensino fundamental e 9% dos/as catadores/as são analfabetos. O percentual geral de homens e mulheres é praticamente igual, porém, nas cooperativas, em geral a presença feminina é superior.

Existem, no mínimo, 1.100 organizações coletivas de catadores/as em funcionamento em todo o país, entretanto, os/as catadores/as que participam de alguma organização coletiva representam apenas 10% da população total de catadores/as. No Censo de 2010, 27% dos municípios declararam ter conhecimento da atuação de catadores/as nas unidades de destinação final dos resíduos e 50% dos municípios declararam ter conhecimento da atuação de catadores/as em suas áreas urbanas.

No Ceará, apesar da ausência de dados precisos sobre o tema, observa-se um número expressivo de pessoas envolvidas no processo de coleta e seleção de resíduos sólidos em lixões, ruas e espaços públicos, sem o mínimo de suporte, equipamentos de segurança individuais, organização e apoio institucional, sendo constantemente explorados por atravessadores (pessoas que compram produtos selecionados pelos catadores a preços aviltantes).

No Estado, essa população não destoa da característica nacional, sendo composta por homens e mulheres jovens adultos, com idade variando dos 17 aos 50 anos, encontrando-se mais raramente pessoas com idade acima dos 50 anos. Um perfil socioeconômico básico mostra que são pessoas advindas das classes mais baixas, recebendo um rendimento mensal entre R$ 70,00 e R$ 130,00, baixa escolaridade ou analfabetos, sem teto, dependentes químicos, ex-presidiários, com passagem pela polícia, com pouco ou nenhum acesso aos serviços básicos de saúde, educação e outros serviços básicos.

A problemática deste público-alvo torna-se ainda mais delicada quando da exigência legal para fechamento dos lixões municipais, situação limite alcançada em agosto de 2014 pela Lei No. 12.305/2010. O encerramento destes vazadouros ilegais, apesar de necessário ambiental e socialmente, implicará na desorganização econômica destas famílias, exigindo a sua inclusão social e produtiva em um sistema adequado de gestão de resíduos sólidos em nível municipal.

4. Justificativa

O atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei No. 12.305/2010) pressupõe que as ações de gestão e gerenciamento de resíduos contemplem a inclusão social e produtiva de catadores de materiais recicláveis, público-alvo formado por indivíduos que aprenderam a identificar o valor e a retirar seu sustento dos rejeitos de um sistema de consumo do qual são, eles próprios, excluídos.

O fomento e a organização do sistema de reciclagem é uma ação estratégica para o desenvolvimento da política estadual de gestão integrada de resíduos sólidos do Estado do Ceará e apresenta implicações sociais, ambientais, culturais e econômicas relacionadas ao modelo de desenvolvimento predominante. A legislação prevê, entre outras obrigações, a inclusão das cooperativas de catadores em todas as fases da coleta seletiva de resíduos sólidos.

No Ceará, existe um número expressivo de pessoas envolvidas no processo de coleta e seleção de resíduos sólidos em lixões, ruas e espaços públicos, sem o mínimo de suporte, equipamentos de segurança individuais, organização e apoio institucional, sendo constantemente explorados por atravessadores (pessoas que compram produtos selecionados pelos catadores a preços aviltantes). Os catadores de materiais recicláveis, em sua maioria, não contam com o devido reconhecimento dos importantes serviços ambientais que prestam em municipalidades que ignoram as determinações legais que obrigam a seleção e reutilização de materiais recicláveis ao ciclo produtivo.

Observa-se que, quando os/as catadores/as se organizam coletivamente a partir dos princípios da economia solidária, tornam-se mais eficientes as diferentes cadeias da reciclagem e amplia-se a qualidade de vida e a renda dos envolvidos. Nesta perspectiva, estarão preparados e em melhores condições de vida para quando da desativação dos lixões municipais que deverão ocorrer em um futuro muito breve.

A Secretaria das Cidades do Estado do Ceará, diante desse quadro, celebrou o Convênio MTE/ SENAES No. 00069, em 2012, para a execução de ações de fomento a empreendimentos solidários e redes de cooperação atuantes na área de reciclagem e resíduos sólidos, constituídas por catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, objeto do qual o presente projeto apresenta-se como contrapartida.

Cumpre ressaltar que, para atendimento ao referido convênio, o Governo do Estado nomeou um Comitê Gestor para garantir o controle e a participação social que se reunirá periodicamente e terá atribuição de acompanhamento e avaliação das ações do convênio. O comitê é formado pelo poder público estadual, municipal, entidades da sociedade civil organizada, cooperativas e associações.

5. Histórico

Em 17/11/2012, a Secretaria das Cidades apresentou, via SICONV (Sistema de Convênios – Governo Federal), proposta de ações para a inclusão social e produtiva de catadores em redes solidárias no Estado do Ceará.

A proposta foi aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego que celebrou, por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, o convênio 00069/2012 (SICONV no. 776048/2012), no valor de R$ 7.778.000,00, sendo R$ 7.000.000,00 provenientes do Orçamento Geral da União e R$ 778.000,00 de contrapartida do Estado do Ceará, conforme publicado na edição extra do Diário Oficial da União de 28/12/2012. A execução do presente projeto será iniciada em junho de 2015.

Observação: Este projeto foi apresentado em 2014 na 1ª Reunião Ordinária do CCPIS, onde obteve aprovação de recursos da fonte FECOP no montante de R$500.000,00. Não houve, porém execução em 2014.

6. Público Alvo

Cerca de 3.000 catadores e catadoras de materiais recicláveis que atuam em lixões, ruas e espaços públicos em 93 municípios do Estado do Ceará. Este público, por suas condições precárias de trabalho e renda, são comumente identificados como estando abaixo da linha da pobreza e em constante risco social.

6.1 Critérios adotados para seleção dos beneficiários

Serão atendidos todos os catadores/as encontrados e cadastrados nos 93 municípios selecionados para atendimento do projeto. A escolha destes municípios envolveu os seguintes critérios:

- Municípios estejam organizados em consórcios para implantação de aterros sanitários;
- Existência de projetos executivos de engenharia para construção de aterros sanitários regionais e projetos de desativação de lixões em elaboração ou concluídos;
- Municípios que tenham iniciado processo para implantação de coleta seletiva.

7. Objetivos

Geral

Promover a inclusão social e produtiva de catadores/as de materiais reutilizáveis e recicláveis apoiando a estruturação das organizações associativas auto-sustentáveis e formação das pessoas que serão envolvidas no processo, estimulando a geração de trabalho e renda.

Específicos

- Identificar, sensibilizar e mobilizar catadores/as para a implantação da política nacional de resíduos sólidos;

- Apoiar a criação e incubação de cooperativas de catadores/as de materiais recicláveis, a organização dos catadores/as como cooperados;

- Fomentar a organização de redes de produção e distribuição de recicláveis, com vistas à inclusão da mulher e a erradicação do trabalho infantil no setor;

- Apoiar cooperativas e associações, disponibilizando infraestrutura e logística necessárias para a coleta, triagem, prensagem e comercialização de recicláveis;

- Monitorar as atividades desenvolvidas e avaliar eficácia, resultados e a metodologia utilizada;

- Fomentar a organização de redes de produção e distribuição de recicláveis.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

Os catadores serão primeiramente identificados, através do CADÚNICO (Banco de Dados) do Governo Federal, administrado e alimentado pelos municípios, através de seus conselhos CREAS, CRAS, ligados às secretarias de ação social ou equivalentes. Em um segundo momento, serão realizadas a busca ativa, visitando as áreas dos lixões e empreendimentos associativos que trabalhem com reciclagem, para que se apliquem questionários no levantamento dos dados pessoais, profissionais, econômicos. A sensibilização e a mobilização serão realizadas através do apoio dos órgãos locais, por meio da execução de eventos, para que conheçam e participem da proposta de inclusão produtiva.

Os catadores serão estimulados a se associarem, tendo o apoio técnico necessário à criação dos empreendimentos cooperativos, por meio de assessorias específicas na área do direito, da administração, na criação de planos de negócios, atuando na implantação e durante a operação do empreendimento, para maximizar as chances de sucesso.
A cadeia produtiva do lixo ou dos resíduos sólidos são compostas pelos: i) gerador do resíduo (doméstico, comércio, empresas de serviço, indústrias, hospitais); ii) as prefeituras com suas coletas, porta-a-porta; iii) os catadores ou agentes ambientais organizados ou não, nas ruas e/ou lixões; iv) os intermediários (deposeiros) que adquirem os materiais, diretamente dos catadores; e v) compradores finais (indústrias de reprocessamento, ou de logística reversa, consumidores de materiais reutilizáveis ou reciclados em forma de artesanatos, entre outros produtos).

Incluir os catadores organizados na cadeia produtiva de fato, é inserí-los no processo de direito, dando a eles a permissão legal de coletar os resíduos, porta-a -porta ou ponto-a-ponto, por meio de contratos com as prefeituras, estabelecendo-se uma relação segura de negócio.

Outro ponto importante é promover aos catadores, mecanismos que o ajudem a comercializarem seus produtores diretamente no mercado, sem a interferência ou intermediação de deposeiros que se aproveitam da situação do catador, para negociar materiais a um preço exploratório, mantendo-os na situação de miserabilidade e dependência.

Para tanto o projeto tem como atividades:

a) Treinar e capacitar os catadores nas técnicas de negociação;

b) Prestar assessorias técnicas específicas para firmação de contratos e negócios junto as prefeituras;

c) Prestar assessoria em marketing junto a população, para se criar uma relação direta com as comunidades;

d) Ajudar as cooperativas na prospecção, captação e fechamento de contratos de fornecimento de materiais as grandes empresas do ramo.

e) Identificar e cadastrar 3.000 catadores/as organizados/as e desorganizados, os compradores de materiais reutilizáveis e recicláveis, que tenham atuação nos 93 municípios beneficiados, caracterizando-os, e as associações e cooperativas já existentes, através de visitas e aplicação de questionários individuais;

f) Realizar 12 encontros de mobilização e sensibilização, 1 em cada região, para apresentação, informação e orientações sobre o programa no primeiro encontro e consolidação e participação no planejamento e execução dos projetos relacionado ao programa.

g) Realizar 24 oficinas de capacitação para os 2.500 catadores/as, 01 em cada regional, abordando os temas: Lei Nacional de Resíduos Sólidos, Coleta Seletiva, Logística Reversa, Formação de Multiplicadores/as e outros.

h) Realizar 12 reuniões técnicas, uma em cada região, envolvendo catadores/as, gestores/as públicos, grandes geradores e grandes compradores de recicláveis para traçar uma estratégia de ação conjunta de implantação e/ou ampliação da coleta seletiva nos municípios.

i) Elaborar critérios e selecionar 2.500 catadores/as para serem apoiados/as na organização de cooperativas, com base no cadastramento realizado.

j) Diagnosticar a situação econômica e social dos EES já existentes, com base no cadastramento realizado.

l) Elaborar, de forma participativa, planos de negócios para os EES já existentes e para as cooperativas que serão criadas.

m) Prestar serviço de assessoria técnica e capacitação para os EES beneficiários com base nos planos de negócios elaborados, por um prazo de 24 meses, durante a vigência do programa.

n) Apoiar com recursos da contrapartida 11 empreendimentos (associações e cooperativas) a formalizarem seus registros constitutivos, ajudando-se com o pagamento das taxas de licenciamento ambiental, alvarás, entre outros.

o) Adquirir máquinas e equipamentos para implantação das unidades produtivas.

p) Montar um banco de dados georeferenciado de todos os empreendimentos apoiados.

q) Realizar 14 encontros das cooperativas, entidades de apoio e parceiros comerciais para discutir os projetos estratégicos e constituir as Redes, sendo 2 por região beneficiária e 2 de caráter estadual.

r) Assessorar tecnicamente a execução dos projetos estratégicos e a constituição e o

funcionamento das Redes e realizar capacitação.

s) Realizar análise do mercado dos recicláveis em cada uma das 11 regiões, envolvendo grandes geradores e compradores (sucateiros, de poseiros etc.).

t) Elaborar propostas de modelos jurídicos e definir modelos de gestão administrativa para cada um dos arranjos entre as cooperativas e os componentes das Redes.

u) Definir estratégia de inserção das cooperativas e Redes na logística reversa.

v) Elaborar e aplicar questionário marco zero para verificação do desenvolvimento socioeconômico dos/as beneficiários/as na duração do projeto.

x) Criar sistema informatizado para acompanhamento das Etapas e resultados quantitativos e qualitativos do projeto

y) Organizar exposição de fotos e um vídeo com registro de imagens do Projeto.

A Secretaria das Cidades realizará as atividades mediante contratação de empresas especializadas ao longo do cronograma conveniado de 3 anos.

9. Produtos

Produtos	2015	Fontes de Verificação
Catadores identificados e cadastrados	3.000	Relatórios de Acompanhamento, Questionários utilizados para cadastro
Encontros de mobilização e sensibilização	2	Relatório de acompanhamento com registro fotográfico e listas de participação em eventos
Reuniões técnicas	2	Relatório de acompanhamento com registro fotográfico e listas de participação em eventos
Diagnóstico da situação econômica e social dos EES existentes	2	Relatório diagnóstico aprovado

10. Metas

Metas a serem iniciadas em 2015:

1. Identificar, cadastrar, mobilizar e sensibilizar 3.000 catadores/as para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e participação no Projeto;

2. Desenvolver ações de capacitação e assessoramento para a organização de 2.500 catadores/as em cooperativas, disponibilizando infraestrutura e logística necessárias para o seu funcionamento, estimulando a busca da elevação do grau de escolaridade dos beneficiários para participar de programas como o PRONATEC, EJA entre outros.

11. Resultados Esperados

5. Catadores trabalhando em coleta seletiva fora dos lixões;
6. Catadores organizados em Empreendimentos Econômicos Solidários – EES;
7. Catadores com ocupação e renda garantida;

8. Coleta seletiva implantada nos municípios;
9. Empreendimentos Econômicos Solidários organizados e engajados em rede.

12. Integração das Ações

As ações do presente projeto tem uma relação institucional transversal entre a Secretaria das Cidades e as duas setoriais:

Secretaria do Trabalho e Ação Social que já vem desenvolvendo ações de inclusão produtiva de catadores/as em municípios das regiões do Cariri e Vale do Jaguaribe, há cerca de 03 anos, fomentando a organização de cooperativas através do tratamento de óleo de frituras utilizado e a ampliação da renda dos cooperados;

Secretaria do Meio Ambiente que encontra-se em estágio pré-licitatório de ações de educação ambiental, compra de equipamentos, comunicação social e fomento à organização de cooperativas de catadores nas bacias hidrográficas do rio Salgado, Metropolitana e Acaraú.

Na Sociedade Civil Organizada, a Cáritas submeteu projeto similar para o Ministério do Trabalho e Emprego, o qual foi contemplado. A atuação está focada na macrorregião do Cariri e Regional do Limoeiro do Norte, cuja execução iniciou em 2014. A instituição faz parte do Comitê Gestor para o Projeto de Inclusão Produtiva dos Catadores em Redes Solidárias, criado pela Secretaria e publicado no D.O de 27 de setembro 2013.

Através do comitê gestor, espera-se a integração vertical e horizontal desse projeto, tendo 65 prefeituras participantes, 02 instituições governamentais de âmbito ederal, 04 instituições do governo estadual e 04 instituições da sociedade civil organizada.

13. Monitoramento

O monitoramento será acompanhado pela equipe da Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Saneamento, mais especificamente, pela Célula de Resíduos Sólidos, com a coparticipação da Assessoria de Desenvolvimento Institucional, que tem a responsabilidade de acompanhar e monitorar os projetos prioritários.

A sistemática de monitoramento será direta sobre as ações da empresa contratada, e indireta, da equipe de monitoramento da Secretaria sobre as atividades da Coordenadoria, levantando-se as informações sobre o prazo, escopo, risco e qualidade do projeto contratado.

A periodicidade do monitoramento será mensal, feita a cada quinto dia útil do mês em conjunto com a equipe, empresa e demais envolvidos.

A coleta de dados será feita através de relatórios mensais, convalidadas por visitas técnicas as localidades, obtendo nesses instrumentos as devidas listas de frequência, relatórios fotográficos, formulários de entrevistas convalidadas, com os devidos meios de verificação.

A sistematização de base de dados terá como premissa o recebimento das informações advindas de campo, por meio de relatórios físicos digitalizados, que serão analisados, ou seja, processados, pela equipe de monitoramento da Célula, com base em parâmetros pré-estabelecidos, através das metas do projeto, sendo toda e qualquer informação interativa,

registrada nos sistemas de processamento de informação da Secretaria, utilizando-se de ferramentas básicas de planilhas, editores de texto e programa de banco de dados, que registrem os acontecimentos e a comunicação entre as partes envolvidas, gerando um banco de dados do projeto que ficará disponível nos servidores da Secretaria das Cidades, em um diretório específico para serem dispostos como registro gerencial e histórico para tomada de decisão e conhecimento.

As ferramentas informacionais disponíveis que serão utilizadas para gerenciamento, monitoramento, controle e avaliação das ações são:

19. Gestão Física das Atividades – Dot Project;
20. Monitoramento dos Produtos e Investimento – SIAP/MAPP;
21. Gestão de Contrato – SACC;
22. Gestão de Riscos – SIAP.

Os produtos gerados serão:

- Relatório de conformidade do escopo;
- Relatório de análise de prazos;
- Relatório de análise dos riscos;
- Relatório de qualidade do projeto.

Os indicadores de resultados serão mensurados nas perspectivas da eficiência, da eficácia e da efetividade.

As metas estabelecidas serão periodicamente acompanhadas, nas perspectivas físicas e financeiras, com também na premissa do tempo.

Os indicadores de produtos serão não só acompanhados a sua quantidade, como também a sua qualidade, pela perspectiva do beneficiário final, por meio de questionários de entrevistas direta, promovido pela equipe da Secretaria.

14. Pressupostos de Risco

3 Dificuldade de identificar e encontrar os catadores nesses municípios, pela falta de auto-definição do próprio catador com a sua ocupação;

4 Resistência dos catadores em aceitar a imposição legal de se deixar os lixões e partir para o processo de coleta seletiva;

5 Repulsa ao associativismo pelos catadores, por medo e descrédito ao modelo;

6 Falta de apoio dos entes federados (prefeituras e seus órgãos) na promoção das atividades sugeridas pelo projeto;

7 Falta de compromisso dos entes federados na contratação das cooperativas para operar a coleta seletiva nos municípios, após a implantação;

8 Escassez de capital de giro operacional, para manter os empreendimentos em funcionamento, principalmente no início do projeto.

15. Orçamento 2015

Detalhamento	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes (2015)	Valor Total (2015)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.2. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (449039)	100.000,00	2.548.407,00	2.648.407,00
2. DESPESAS DE CAPITAL			
Outras Despesas de Capital			
Elemento de Despesas ( )			
Total	**100.000,00**	**2.548.407,00**	**2.648.407,00**

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Novembro/2015	Total
Serviços de Terceiros	100.000,00	100.000,00
Despesas de Capital		
Total	**100.000,00**	**100.000,00**

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

N° de Ordem		Municípios			
1	8	CRATO	R$ 4.033,33	R$ 102.785,75	121
2	8	ALTANEIRA	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
3	8	BARBALHA	R$ 1.833,33	R$ 46.720,80	55
4	8	CARIRIAÇU	R$ 866,67	R$ 22.086,19	26
5	8	FARIAS BRITO	R$ 633,33	R$ 16.139,91	19
6	8	JARDIM	R$ 900,00	R$ 22.935,66	27
7	8	JUAZEIRO DO NORTE	R$ 8.333,33	R$ 212.367,25	250
8	8	NOVA OLINDA	R$ 466,67	R$ 11.892,57	14
9	8	SANTANA DO CARIRI	R$ 566,67	R$ 14.440,97	17
10	8	MISSÃO VELHA	R$ 1.133,33	R$ 28.881,95	34
11	7	LIMOEIRO DO NORTE	R$ 1.866,67	R$ 47.570,26	56
12	7	ALTO SANTO	R$ 533,33	R$ 13.591,50	16
13	7	ERERÉ	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
14	7	IRACEMA	R$ 466,67	R$ 11.892,57	14
15	7	MORADA NOVA	R$ 2.066,67	R$ 52.667,08	62
16	7	PALHANO	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
17	7	POTIRETAMA	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
18	7	QUIXERÉ	R$ 633,33	R$ 16.139,91	19
19	7	RUSSAS	R$ 2.333,33	R$ 59.462,83	70
20	7	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
21	7	TABULEIRO DO NORTE	R$ 966,67	R$ 24.634,60	29
22	3	SOBRAL	R$ 6.266,67	R$ 159.700,17	188
23	3		R$ 366,67	R$ 9.344,16	11
24	3	CARIRÉ	R$ 600,00	R$ 15.290,44	18
25	3	COREAÚ	R$ 733,33	R$ 18.688,32	22
26	3	FORQUILHA	R$ 733,33	R$ 18.688,32	22
27	3	FRECHEIRINHA	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
28	3	GRAÇA	R$ 500,00	R$ 12.742,04	15
29	3	GROAÍRAS	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
30	3	MASSAPÊ	R$ 1.166,67	R$ 29.731,42	35
31	3	MERUOCA	R$ 466,67	R$ 11.892,57	14
32	3	MORAÚJO	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
33	3	PACUJÁ	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
34	3	SENADOR SÁ	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
35	3	MUCAMBO	R$ 466,67	R$ 11.892,57	14

N° de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Valor MTE(2015)	Pessoas Beneficiadas
36	3	SANTANA DO ACARAÚ	R$ 1.000,00	R$ 25.484,07	30
37	1	PARACURU	R$ 1.066,67	R$ 27.183,01	32
38	1	PARAIPABA	R$ 1.000,00	R$ 25.484,07	30
39	1	S. GONÇALO DO AMARANTE	R$ 1.466,67	R$ 37.376,64	44
40	1	TRAIRI	R$ 1.700,00	R$ 43.322,92	51
41	2	ACARAÚ	R$ 1.933,33	R$ 49.269,20	58
42	2	CRUZ	R$ 733,33	R$ 18.688,32	22
43	2	BELA CRUZ	R$ 1.033,33	R$ 26.333,54	31
44	2	ITAREMA	R$ 1.233,33	R$ 31.430,35	37
45	2	JIJOCA DE JERI	R$ 566,67	R$ 14.440,97	17
46	2	MARCO	R$ 833,33	R$ 21.236,73	25
47	2	MORRINHOS	R$ 700,00	R$ 17.838,85	21
48	5	PEDRA BRANCA	R$ 1.400,00	R$ 35.677,70	42
49	5	BOA VIAGEM	R$ 1.733,33	R$ 44.172,39	52
50	5	DEP. IRAPUAN PINHEIRO	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
51	5	MILHÃ	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
52	5	MOMBAÇA	R$ 1.433,33	R$ 36.527,17	43
53	5	SENADOR POMPEU	R$ 866,67	R$ 22.086,19	26
54	5	SOLONÓPOLE	R$ 600,00	R$ 15.290,44	18
55	5	PIQUET CARNEIRO	R$ 500,00	R$ 12.742,04	15
56	8	ACOPIARA	R$ 1.700,00	R$ 43.322,92	51
57	5	CANINDÉ	R$ 2.466,67	R$ 62.860,71	74
58	5	CARIDADE	R$ 666,67	R$ 16.989,38	20
59	5	ITATIRA	R$ 633,33	R$ 16.139,91	19
60	5	MADALENA	R$ 600,00	R$ 15.290,44	18
61	5	PARAMOTI	R$ 366,67	R$ 9.344,16	11
62	5	QUIXADÁ	R$ 2.700,00	R$ 68.806,99	81
63	5	CHORÓ	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
64	5	BANABUIÚ	R$ 566,67	R$ 14.440,97	17
65	5	IBARETAMA	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
66	5	IBICUITINGA	R$ 366,67	R$ 9.344,16	11
67	5	QUIXERAMOBIM	R$ 2.400,00	R$ 61.161,77	72
68	4	CRATEÚS	R$ 2.433,33	R$ 62.011,24	73
69	4	INDEPENDÊNCIA	R$ 866,67	R$ 22.086,19	26

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Valor MTE(2015)	Pessoas Beneficiadas
70	4	IPAPORANGA	R$ 366,67	R$ 9.344,16	11
71	4	NOVO ORIENTE	R$ 900,00	R$ 22.935,66	27
72	7	ARACATÍ	R$ 2.300,00	R$ 58.613,36	69
73	7	FORTIM	R$ 500,00	R$ 12.742,04	15
74	7	ICAPUÍ	R$ 600,00	R$ 15.290,44	18
75	7	ITAIÇABA	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
76	7	JAGUARUANA	R$ 1.066,67	R$ 27.183,01	32
77	8	MILAGRES	R$ 933,33	R$ 23.785,13	28
78	8	ABAIARA	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
79	8	AURORA	R$ 833,33	R$ 21.236,73	25
80	8	BARRO	R$ 733,33	R$ 18.688,32	22
81	8	BREJO SANTO	R$ 1.500,00	R$ 38.226,11	45
82	8	JATÍ	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
83	8	MAURITÍ	R$ 1.466,67	R$ 37.376,64	44
84	8	PENAFORTE	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
85	8	PORTEIRAS	R$ 500,00	R$ 12.742,04	15
86	2	ITAPAJÉ	R$ 1.600,00	R$ 40.774,51	48
87	2	APUIARÉS	R$ 466,67	R$ 11.892,57	14
88	5	GENERAL SAMPAIO	R$ 433,33	R$ 11.043,10	13
89	3	IRAUÇUBA	R$ 733,33	R$ 18.688,32	22
90	2	PENTECOSTE	R$ 1.166,67	R$ 29.731,42	35
91	1	SÃO LUIS DO CURU	R$ 400,00	R$ 10.193,63	12
92	2	TEJUÇUOCA	R$ 566,67	R$ 14.440,97	17
93	2	UMIRIM	R$ 633,33	R$ 16.139,91	19
TOTAL			**R$ 100.000,00**	**R$ 2.548.407,00**	**3.000**

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Saneamento/ Célula de Resíduos Sólidos
Técnico	Vanessa Luana Oliveira Lima
E-mail	vanessa.lima@cidades.ce.gov.br
Fone	(85) 3101.4447 – Cel. (85) 8864.0653

ANEXO 1

Marco Lógico
(Inclusão Social e Produtiva – Mapp 2042)

Cadeia lógica de objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de verificação	Riscos
Impactos	Aumento da renda dos catadores associados aos EES beneficiados	% de acréscimo de renda média mensal	Comparação do diagnóstico inicial e do relatório final	
	Ampliação da quantidade de municípios que possuem coleta seletiva em parceria com os catadores	% de acréscimo de municípios com coleta seletiva implantada	Comparação do diagnóstico inicial e do relatório final	
Resultados	Organização de conhecimento sobre os catadores e a estrutura do mercado de recicláveis no Ceará	Quantidade de material publicado e divulgado sobre o tema	Informações sistematizadas em diferentes publicações e no site do projeto	
	Ampliação da quantidade de EES de catadores no Estado	% de acréscimo de EES existentes no final em relação ao início deste	Comparação do diagnóstico inicial e do relatório final	
	Fortalecimento das EES existentes no Estado	% de EES com plano de negócios e estruturação administrativa no final do projeto em relação ao início	Comparação do diagnóstico inicial e do relatório final	
		% de aumento do fluxo de capital anual no final do		

		projeto em relação ao início		
		Quantidade de novos contratos de recebimento de recicláveis de grandes geradores		
	Organização de redes de catadores para autonomia na comercialização de recicláveis	Quantidade de redes organizadas e em funcionamento		
Produtos	Relatórios de Pesquisa – Diagnóstico Preliminar da Reciclagem	Quantidade de diagnósticos realizados	Diagnósticos publicados	
	Encontros Regionais de Mobilização	Quantidade de encontros regionais realizados	Relatório dos encontros com registro fotográfico e lista de presença	
	Oficinas de Capacitação	Quantidade de oficinas de capacitação realizadas	Relatório das oficinas com registro fotográfico e lista de presença	
	Reuniões Técnicas	Quantidade de reuniões realizadas	Relatório das reuniões com registro fotográfico e lista de presença	
	Planos de Negócio	Quantidade de planos de negócio realizados		
	Salas de EJA constituídas para catadores no Estado	Quantidade de salas de EJA constituídas		
	Relatórios Mensais de Acompanhamento de cada EES			

	EES formalizadas	Quantidade de EES formalizadas	Taxas pagas CNPJ ativo	Dificuldade de compilação da documentação necessária para abertura dos EES
	Sistema de georreferenciamento e de gestão de EES de reciclagem	Quantidade de sistema criado	Sistema com banco de dados ativo em funcionamento	Conseguir servidor que suporte o banco de dados
	Máquinas e equipamentos adquiridos	Quantidade de máquinas e equipamentos adquiridos	Nota fiscal de compra	
		Quantidade de EES beneficiados	Termos de cessão de uso	
	Encontros Regionais para Constituição das Redes	Quantidade de encontros realizados	Relatório dos encontros com registro fotográfico e lista de presença	
	Encontros Estaduais sobre Estratégias das Redes	Quantidade de encontros realizadas	Relatório dos encontros com registro fotográfico e lista de presença	
	Relatórios Mensais de Acompanhamento de cada rede			
	Análises de Mercado de Recicláveis	Quantidade de análises de mercado realizadas		
	Modelos Jurídicos para Redes	Quantidade de modelos jurídicos elaborados	Modelo jurídico aprovado pelas Redes	
	Modelos de Gestão para Redes	Quantidade de modelos de gestão elaborados	Modelo de gestão aprovado pelas Redes	
	Relatórios Regionais de	Quantidade de relatórios de		

	Planejamento de Logística Reversa	planejamento elaborados		
	Sistema de Informação de Monitoramento	Quantidade de sistema elaborado		
	Exposição Fotográfica	Quantidade de exposição elaborada	Registros fotográficos da abertura da exposição	
			Livro de assinatura dos visitantes da exposição	
	Vídeo Documentário	Quantidade de vídeo elaborado	Disponibilização de vídeo na internet	
Atividades	Identificação e cadastro de catadores e demais agentes da cadeia de reciclagem nos municípios de atuação prioritária	Quantidade de catadores cadastrados	Registros no CadÚnico e no SIPES (Sistema de Informação de Projetos de Economia Solidária/ MTE)	Relutância dos catadores em responder aos questionários e cadastrar-se
		Quantidade de outros agentes identificados	Relatório de diagnóstico municipal de gestão de reciclagem	
	Realização de encontros regionais de mobilização, sensibilização e apresentação do projeto	Quantidade de encontros realizados	Relatório dos encontros com registro fotográfico e lista de presença	Dificuldade de mobilização dos catadores, em especial os não organizados
		Quantidade de participantes de cada encontro		
	Realização de oficinas de capacitação para os catadores identificados	Quantidade de oficinas realizadas	Relatório das oficinas com registro fotográfico e lista de presença	Dificuldade de mobilização dos catadores considerando o custo de 1 dia de trabalho não realizado
	Realização de reunião técnica em cada município de	Quantidade de reuniões realizadas	Relatório das reuniões com registro fotográfico e lista de	Dificuldade de mobilização dos gestores públicos

	atuação prioritária para traçar uma estratégia de ação conjunta de implantação e/ou ampliação da coleta seletiva nos municípios		presença	
	Elaboração, de forma participativa, de planejamento estratégico e plano de negócio para os EES existentes e planejamento estratégico para as cooperativas e/ ou associações que serão criadas nos municípios de atuação prioritária	Quantidade de planos de negócio e planejamento estratégico realizados	Planos e planejamento das EES realizados	Dificuldade de mobilização dos catadores considerando o custo de pelo menos 3 dias de trabalho não realizado
	Assessoramento técnico e capacitação para os EES beneficiários com base no planejamento estratégico elaborado, por um período de meses, durante a vigência do projeto.	Quantidade de visitas realizadas aos EES	Relatórios mensais de acompanhamento	
			Quantidade de diárias utilizadas por município/ EES	
	Apoio a empreendimentos (associações e cooperativas) a formalizarem seus registros constitutivos, ajudando com o pagamento das taxas de	Quantidade de EES formalizados	CNPJ ativo	Dificuldade de compilação da documentação necessária para abertura dos EES

	licenciamento ambiental, alvarás, entre outros.			
	Dotar os empreendimentos de infraestrutura necessária (máquinas e equipamentos) para implantação ou melhoria das unidades produtivas selecionadas	Quantidade de equipamentos adquiridos	Termos de cessão de uso	- Aumento dos custos diminuir a quantidade de equipamentos adquiridos - Demora/ problemas no processo licitatório
	Realização de encontros regionais com cooperativas, entidades de apoio e parceiros comerciais para discutir os projetos estratégicos e constituir as redes	Quantidade de encontros realizados	Relatório dos encontros com registro fotográfico e lista de presença	Dificuldade de mobilização dos catadores considerando o custo de pelo menos 2 dias de trabalho não realizado
	Realização de encontros estaduais com cooperativas, entidades de apoio e parceiros comerciais para discutir os projetos estratégicos e as redes	Quantidade de encontros realizados	Relatório dos encontros com registro fotográfico e lista de presença	Dificuldade de mobilização dos catadores considerando o custo de pelo menos 2 dias de trabalho não realizado
	Assessoramento técnico para execução dos projetos estratégicos e a constituição e o funcionamento das Redes	Quantidade de visitas realizadas aos EES	Relatórios mensais de acompanhamento	
			Quantidade de diárias utilizadas por município/ EES	
	Realização de análises de mercado de recicláveis em	Quantidade de análises realizadas	Análise de mercado realizada	

	cada uma das regiões			
	Elaboração de propostas de modelos jurídicos e definição de modelos de gestão administrativa para cada um dos arranjos entre as cooperativas e os componentes das redes	Quantidade de arranjos com modelos elaborados	Modelos jurídicos e de gestão administrativa realizados	Dificuldade de disposição das EES e catadores em organização em rede
	Definição da estratégia de inserção das cooperativas e redes na logística reversa	Quantidade de estratégias de logística reversa elaboradas	Estratégias de logística reversa realizadas	Dificuldade de diálogo e parceria entre os grandes geradores, a Prefeitura e os EES
	Criação de sistema informatizado para acompanhamento das atividades e resultados quantitativos e qualitativos do projeto	Quantidade de indicadores monitorados	Sistema realizado e em funcionamento	
Insumos	Recursos SENAES/ MTE	Valor aplicado	Comprovante de depósito bancário em conta do projeto	Situação política e econômica do país e do Estado impedir repasses
	Recursos FECOP	Valor aplicado	Comprovante de depósito bancário em conta do projeto	
	Equipamentos permanentes	Quantidade de equipamento adquiridos	Termos de cessão de uso	- Aumento dos custos diminuir a quantidade de equipamentos adquiridos - Licitação pode travar
	Equipe técnica qualificada	Quantidade de pessoas	Contratos e currículos	Dificuldade de encontrar

		trabalhando para o projeto dentro das especificações requeridas		pessoas com experiência no trabalho com catadores

Governo do Estado do Ceará
Secretaria das Cidades – SCIDADES

Projeto: Habitação Rural - PNHR

Fevereiro / 2015

Secretaria:	Secretaria das Cidades
Programa:	033 - Habitacional
Projeto Mapp:	2224 - PNHR - Construção de 1.200 unidades habitacionais no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural, em diversos municípios do Estado do Ceará.
Projeto de Execução: Categoria	Janeiro de 2015 a Dezembro 2015. Infraestrutura domiciliar

1. Descrição do Projeto

O Programa Nacional de Habitação Rural é uma modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida, regulamentado pelo Ministério das Cidades, voltado para a população que vive no campo como os agricultores familiares e trabalhadores rurais, ou pertence a comunidades tradicionais.

O PNHR tem por objetivo conceder subsídios aos agricultores familiares com renda familiar bruta anual máxima de R$ 15 mil, que comprovem seu enquadramento do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), mediante apresentação da DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF, para produção de unidade habitacional em área rural.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

A execução do projeto proposto contribui para a implementação da Política Habitacional e está inserido na matriz do Governo Estadual no Eixo Economia para uma vida melhor.

No PPA 2012/2015, o projeto apresentado, inclui-se no âmbito do Programa 033 – Habitacional; Objetivo 001 - Construir unidades habitacionais de interesse social contribuindo para redução do déficit habitacional quantitativo; Meta 00521 - Beneficiar 16.787 famílias com unidades habitacionais; Iniciativa 00270 - Construção de unidades habitacionais de interesse social.

O resultado Estratégico Setorial para o qual o projeto contribui é Melhoria das condições de habitabilidade tendo suas realizações registradas por meio do indicador Famílias beneficiadas com habitações de interesse social adequadas.

3. Diagnóstico

O Ceará possui uma população de 8.448.055 habitantes (IBGE 2010), sendo 4.329.989 mulheres e 4.118.066 homens, dos quais, 6.343.990 vivem em zonas urbanas e 2.104.065 na zona rural. Pelo censo 2010 a população rural está se reduzindo ao longo dos anos, representando neste ano, menos de um terço da população total do Estado. Observa-se que a população feminina continua superior à masculina.

O Ceará é o sexto estado brasileiro em déficit habitacional e isso se agrava se considerarmos as precárias condições de moradia de um enorme contingente da população rural. O estado apresenta um total de 1.757.239 domicílios particulares

permanentes (DPP), sendo que 62,82% destes pertencem a famílias que possuem renda mensal familiar de até 3 salários mínimos.

Deste quadro geral de domicílios, o Estado do Ceará apresenta um déficit quantitativo total, de 391.717 unidades, correspondendo a 21,29% do total dos domicílios do estado sendo que, destes, 55,59% apresentam-se na zona urbana onde se destaca o componente coabitação familiar, com 65,53%. Quanto ao déficit rural, destaca-se o componente domicílios rústicos, com 80,53%.

No Ceará a realidade é ainda mais preocupante quando se fala de moradia rural. Nas comunidades rurais das diferentes regiões territoriais do estado, ainda se encontra habitações insalubres e inseguras para seus moradores.

São espaços exíguos, construídos em pau-a-pique/taipa, com cobertura de palha e piso de terra batida ou de terra solta que não oferecem segurança, privacidade e proteção adequada, em muitos casos habitados por famílias numerosas.

23.4. Justificativa

A moradia adequada é um direito humano universal reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que afirma: "*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade".*

A DUDH se refere ao Direito à Moradia digna e adequada como um direito universal a ser aplicado em todas as partes do mundo porque se trata de um direito fundamental, para a segurança e proteção quanto a possíveis riscos à vida, humana em todos os seus aspectos. Vejamos:

Artigo 25, parágrafo 1º. - Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, *habitação*, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

Depois da DUDH foram criados vários tratados internacionais que expressam a obrigação dos Estados em promover e proteger esses direitos. Atualmente a ONU já possui doze textos diferentes que explicitam o direito à moradia e a um padrão de vida adequado, como o PIDESC, p.ex. Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais e define a obrigação do Estado em seu *Artigo 11, parágrafo 1º:* o seguinte: "Os estados-parte no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e *moradia* adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida."

A escolha deste projeto se deve principalmente a existência de uma demanda de moradias nas comunidades rurais do Ceará, reprimida há anos, e leva em consideração a necessidade de construção de novas unidades habitacionais contribuindo para a redução do déficit habitacional quantitativo e qualitativo através da reposição de unidades residenciais precárias.

5. Histórico

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2014	2.635.902,65	4.200.000,00	6.835.902,65	3.656
TOTAL	**2.635.902,65**	**4.200.000,00**	**6.835.902,65**	**3.656**

O PNHR concede subsídios com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ao beneficiário (pessoa física) agricultor familiar ou trabalhador rural para construção de unidade habitacional em área rural. O valor da subvenção do PNHR é de até R$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais) para a edificação, até R$ 400,00 (quatrocentos reais) para o trabalho social e até R$ 600,00 (seiscentos reais) para assistência técnica, conforme portaria n.º 229, de 28 de Maio de 2012.

"PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 229, de 28 de Maio de 2012 - *Dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica."*

O Aporte de recursos pelo Estado do Ceará, no presente projeto irá complementar o valor da subvenção federal acima citada em até R$ 4.000,00 (quatro mil reais) conforme a Lei N.º 15.143 de 23 de abril de 2012.

"LEI N.º 15.143, de 23 de abril de 2012 *- Autoriza a Poder Executivo a realizar aporte de recursos financeiros para viabilizar a produção, aquisição e requalificação de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, instituído pelo Governo Federal por intermédio da Lei N.º 11.977, de 07 de julho de 2009, alterada pela Lei N.º 12.424, de 16 de junho de 2011, e dá outras providências."*

Este projeto é novo e não contempla realizações nos anos anteriores.

6. Público Alvo

Agricultores familiares com renda familiar bruta anual máxima de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

Os critérios para seleção dos beneficiários estão dispostos na **PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 395, DE 26 DE AGOSTO DE 2011**, do Ministério das Cidades, onde: Dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.
Importante citar que o Estado do Ceará não tem gestão sobre o sistema de cadastro de beneficiários, já que o PNHR se utiliza do sistema CADÚNICO do Governo Federal.

Observações:
Considera-se como renda bruta anual o valor total da renda indicada na DAP, no campo Total do item 6.

- Os beneficiários devem comprovar seu enquadramento no PRONAF, mediante apresentação da DAP, em um dos seguintes grupos: “A” (apenas beneficiários do PNCF), “B”, “C” ou “V”.

- São também beneficiários do projeto e se enquadram como agricultores familiares os pescadores artesanais, extrativistas, silvícolas, aqüicultores, maricultores, piscicultores, ribeirinhos, comunidades quilombolas, povos indígenas e demais comunidades tradicionais.

6.2. Documentos comprobatórios da situação de pobreza

As famílias beneficiadas com este projeto são selecionadas por meio do CADÚNICO do Governo Federal e enquadradas no programa.

7. Objetivos (Geral e Específico)

Geral

10. Diminuir o déficit habitacional quantitativo e qualitativo da zona rural do Estado do Ceará como estratégia de inclusão social e de combate a pobreza.

Específicos

11. Substituir casas de taipa da zona rural dos municípios beneficiados por casas de alvenaria;

12. Realizar Assistência Técnica junto às famílias beneficiárias com vistas a participação e organização das mesmas no processo de construção das casas.

8. Atividades/ Detalhamento das Atividades

8.1 - Articulações com os Agentes Financeiros do PNHR - (CEF e BB) e Entidades Organizadoras.

A Secretaria das Cidades promoverá reuniões periódicas com os agentes envolvidos no processo, no intuito de acompanhar as atividades inerentes ao projeto bem como identificar possíveis problemas e tomar as ações necessárias a sua solução, visando à contratação de unidades habitacionais.

8.2 - Acompanhamentos da Produção das Unidades Habitacionais
O acompanhamento ocorrerá através da verificação das prestações de contas das instituições financeiras que enviarão para a Secretaria das Cidades quando houver movimentação na conta específica do Projeto.

Durante a execução do projeto, poderão ocorrer a cargo da Secretaria das Cidades, visitas de verificação do andamento das obras.

8.3 - Contratações de Unidades Habitacionais

As demandas de contratação são apresentadas pelas instituições financeiras, CAIXA e Banco do Brasil a Secretaria das Cidades, que por sua vez analisa e encaminha os contratos para assinatura do Secretário.

Após assinatura do Secretário das Cidades e publicação no D.O.E, é realizado o processo de desembolso para a conta do projeto aberta em cada instituição financeira contratante.

A responsabilidade da produção das unidades habitacionais é do Agente Financeiro contratante da operação, bem como a fiscalização dos serviços inerentes a obra.

9. Produtos

PRODUTOS	ANO- 2014	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Unidades Habitacionais contratadas	324	Contratos assinados e publicados
Famílias beneficiadas	324	Relatório Interno da Secretaria das Cidades / Prestações de Contas das Instituições financeiras

10. Metas

- Aportar recursos financeiros em caráter de subsidio para contratação de 324 unidades habitacionais em municípios do Estado do Ceará.
- Beneficiar 324 famílias

11. Resultados esperados

Redução do déficit habitacional rural, oferecendo condições para que os produtores rurais tenham moradias de acordo com suas necessidades, seja por meio de construção ou reformas, de forma a contribuir para a manutenção do homem do campo na atividade rural.

12. Integração de Ações

A integração das ações do presente projeto está alinhada em consonância com as ações desenvolvidas pelos Municípios atendidos, na região abrangida pelo Projeto, quais sejam voltadas para infraestrutura e mobilização e participação comunitária.

13. Monitoramento

O monitoramento das atividades será realizado da seguinte forma:

- Com base no §2º do art.4º da Lei Nº. 15.143, de 23 de abril de 2012, a instituição financeira contratante deverá apresentar prestação de contas da aplicação dos recursos aportados pelo Estado do Ceará com demonstrativo da movimentação das contas vinculadas e relatório dos serviços executados.

Com o recebimento das informações vindas das instituições financeiras a Secretaria das Cidades realiza monitoramento das ações planejadas, realizando a inserção dos dados em planilhas de controle interno (PLANILHA BASE DE DADOS), onde contempla o *"passo a passo"* do projeto desde a sua concepção, contratação, publicação, desembolso, prestações de contas e por fim a quantificação das obras concluídas.

São realizadas reuniões periódicas com os envolvidos, quais sejam, a instituição financeira contratante, o Estado do Ceará por intermédio da Secretaria das Cidades, outros órgãos públicos quando demandados (CAGECE, COELCE) e ainda quando necessário a Construtora executora da obra.

13.1 Dados Utilizados

São utilizadas as informações enviadas pelas instituições financeiras a cada movimentação na conta especifica do projeto conforme disposto na Lei Nº. 15.143, de 23 de abril de 2012.

"Artº 4, § 2º - A instituição financeira contratante deverá apresentar prestação de contas da aplicação dos recursos aportados pelo Estado do Ceará com demonstrativo da movimentação das contas vinculadas e relatório dos serviços realizados."

13.2 Cadastro dos Beneficiários

O Estado do Ceará não tem gestão sobre o sistema de cadastro de beneficiários, já que o programa - PNHR se utiliza do sistema CADÚNICO do Governo Federal.

14. Pressupostos de Risco

Baixa capacidade operacional das entidades organizadoras na contratação de equipe especializada para desenvolver os projetos de engenharia e social, condicionante para a contratação da operação junto ao agente financeiro. O Estado do Ceará, por meio da Secretaria das Cidades, tem procurado minimizar este risco, com a realização da assistência técnica junto às entidades organizadoras

Ainda como pressuposto de risco para o bom desempenho do projeto se deve a fatores como atraso na execução das obras e ainda a iminência de chuvas no interior do Estado, o que dificulta o andamento dos serviços.

15. Orçamento 2015

NATUREZA DA DESPESA	RECURSOS FECOP	OUTRAS FONTES	TOTAL
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1 Subvenções Econômicas **(339045**)	971.953,80	40.000.000,00	40.971.953,80
TOTAL GERAL	**971.953,80**	**40.000.000,00**	**40.971.953,80**

(*) Governo Federal

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Despesas de Capital - (339045)	0,00	0,00	971.953,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	971.953,80
Total	**0,00**	**0,00**	**971.953,80**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**971.953,80**

Nota: Com base no art. 4º (caput) da Lei Nº. 15.143, de 23 de abril de 2012, o Estado do Ceará disponibilizará os recursos em contas de depósito na instituição financeira contratante do empreendimento, abertas especificamente para esta finalidade, vinculadas a cada um dos empreendimentos selecionados.

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2015

N° de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (2015)	Valor Outras Fontes – Governo Federal (22)	Pessoas Beneficiadas	nº. U.H
1	2	ITAPAJÉ	83.953,80	826.000,00	116	28
2	1	CASCAVEL	147.000,00	1.445.500,00	203	49
3	2	TURURU	213.000,00	2.094.000,00	295	71
4	2	UMIRIM	141.000,00	1.386.500,00	195	47
5	2	TEJUÇUOCA	108.000,00	1.170.000,00	149	36
6	1	CAUCAIA	279.000,00	2.743.500,00	386	93
7	22	A DEFINIR	0,00	30.334.500,00	0	0
Total			**971.953,80**	**40.000.000,00**	**1.345**	**324**

(*) Utilizou-se a média de 4,15 pessoas por família no Estado do Ceará.

Nota 1: Os municípios relacionados nos ítens 1 a 6, são referentes aos contratos já firmados com a Caixa Econômica e Banco do Brasil.

Nota 2: O valor destacado no ítem 7 referente a outras fontes (22) trata-se de recursos que não serão aplicados neste ano, inclusive já foi solicitado a SEPLAG que seja excluído. O valor necessário do Governo Federal (22) para atender os ítens 1 a 6, em 2015, é na ordem de R$ 9.665.500,00. A exclusão se deve ao fato de que a continuidade deste projeto PNHR se dará em novos MAPPs proposta, como exemplo o MAPP 2999.

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria/ Gerência	**Coordenadoria de Habitação de Interesse Social - CDHIS**
Técnico	**Tales Ciríaco**
E-mail	**tales.ciriaco@cidades.ce.gov.br**
Fone	**3101-4470 / 3101-4485**

Marco Lógico
(Habitação Rural – Mapp 2224)

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	1-Redução do déficit habitacional quantitativo	1-% de redução do déficit habitacional	1-Fundação João Pinheiro	1-Atraso na execução das obras
Resultados	1-Melhoria nas condições de moradia da zona rural	1-% de famílias beneficiadas com moradia na zona rural	1-Termo de recebimento da moradia pela família beneficiada	1-Atraso na execução das obras
Produtos	1-Unidades Habitacionais	1-% de unidades Habitacionais contratadas	1-Contratos assinados / publicados 2- Análise das prestações de contas/Relatórios Fotográficos	1 e 2 - Atrasos na apresentação da prestação de contas por parte das instituições financeiras.
Atividades	1-Articulação com os Agentes Financeiros do PNHR - (CEF e BB) e Entidades Organizadoras. 2-Contratação de Unidades Habitacionais. 3-Acompanhamento da Produção das Unidades Habitacionais.	1-Nº de Reuniões de Ponto de Controle realizadas. 2-Nº de contratos assinados. 3-% de obra executada, apresentada na prestação de contas.	1-Reuniões de Ponto de Controle entre a Secretaria e as instituições financeiras. 2-Publicação no D.O.E. 3-Análise das prestações de contas.	1 e 2 - Atrasos na apresentação da prestação de contas por parte das instituições financeiras. 3 - Atraso na assinatura dos contratos.
Insumos	1 - Recursos do FECOP 2 - Recursos do Governo Federal	% de Recursos aplicados	Nota de Empenho e Pagamento	Atraso na publicação dos contratos

ANEXOS

Protocolo Indicador Programa para Resultados (PforR)

Nome do Indicador:

Percentual de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com marco lógico.

Tipo de Indicador:

Tema Projeto: Redução da Pobreza	**Macrofunção/Área de Resultado:** Assistência à Família	**Setorial Envolvida:** SEPLAG
N° Indicador Área de Resultado: 4	**N° Indicador de Desembolso:** 6	**Data:** 29/10/2014

Quanto ao Desembolso: ( ) Ano Zero (X) Primário ( ) Secundário	**Quanto ao Resultado:** (X) Produto ( ) Intermediário ( ) Resultado

Responsável pelo Indicador

Nome Responsável (*): José de Lima Freitas Júnior	**Área Responsável:** Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social - CCOPI
Email do Responsável: jose.freitas@seplag.ce.gov.br	**Telefone do Responsável:** 3101 3820

Programa do PPA e Iniciativa relacionada com o Indicador:

Programa: Não se Aplica (não há programa do PPA relacionado)	**Iniciativa:** Não se Aplica (não há iniciativa relacionada)

Descrição do Indicador:

O marco lógico é uma ferramenta de planejamento que permite definir e construir parâmetros para mensurar o desempenho de um projeto em todas as suas etapas, auxiliando no processo de formulação, execução, acompanhamento e avaliação. Constitui-se numa matriz estruturada com os objetivos, atividades, indicadores, meios de verificação e riscos, a qual será acompanhada de forma sistemática para a verificação dos resultados do projeto.

As diretrizes para a elaboração do marco lógico serão divulgadas por meio de um Programa de Treinamento para servidores envolvidos na elaboração, gestão e execução dos projetos financiados pelo Fundo. Deverão também constar posteriormente em um manual sobre os projetos financiados pelo FECOP, no qual será explicitada a metodologia padrão a ser adotada nas etapas de monitoramento e avaliação, cujos processos serão apoiados por um Sistema Informatizado de Monitoramento e Avaliação dos projetos do Fecop (M&A).

Tendo em vista a possibilidade de encerramento e de surgimento de novos projetos até 2017, as metas serão calculadas sobre o número de projetos de assistência à família existentes no ano de referência.

Para este indicador, considerou-se como projeto de assistência à família aquele cujos objetivos estejam voltados para o grupo familiar de forma geral e também de modo mais restrito (crianças, adolescentes, jovens, adultos, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, etc), abrangendo ações de diversas naturezas, como capacitação, assistência técnica e extensão rural, habitação, esporte, cultura, e demais correlacionadas.

Informações do Indicador:

Unidade do Indicador: Porcentagem	**Fonte da Informação:** Executores do Projeto; Gerência Executiva do FECOP; IPECE

Fórmula de Cálculo:
Total de projetos de atendimento às famílias elaborados com Marco Lógico / Total de projetos de atendimento às famílias financiados pelo Fundo

Periodicidade da Informação: Semestral a partir do Ano 1,5	**Data entrega da Informação:** Junho e Dezembro	**Abrangência Geográfica:** Estadual (Ceará)

Metas

Ano 2012	Linha de Base	
Ano 2013	Ano Zero	
Ano 2014	Ano 0,5 - Primeiro Semestre	
	Ano 1 - Segundo Semestre	

Ano 2015	Ano 1,5 - Primeiro Semestre	22,5%
	Ano 2 - Segundo Semestre	45%
Ano 2016	Ano 2,5 - Primeiro Semestre	55%
	Ano 3 - Segundo Semestre	70%
Ano 2017	Ano 3,5 - Primeiro Semestre	82,5%
	Ano 4 - Segundo Semestre	95%
Assinatura		
Responsável:		**Data:** 27/05/2015.

(*) Mudança no responsável motivada pela nomeação de um novo coordenador para a CCOPI, conforme ato de nomeação anexo.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 01/2015

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29/9/2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS.

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2015 no seguinte valor:

Secretaria	R$
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	678.605,00
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	19.615.654,43
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	86.576.047,64
Secretaria da Cultura - SECULT	439.738,00
Secretaria da Educação - SEDUC	105.360.357,48
Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	2.000.000,00
Gabinete do Governador - GABGOV	7.186.551,60
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	61.949.215,09
Secretaria das Cidades - CIDADES	20.054.812,99
TOTAL (R$)	**303.860.982,23**

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

Fortaleza, 27 de fevereiro de 2015.

Carlos Eduardo Pires Sobreira
Presidente em exercício do CCPIS

ANEXO I

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 01 DE 27/02/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE (1)														
294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu Aracatiaçu e Maciço de Baturité.	-	-	330.953,00	208.558,00	-	-	108.560,00	-	-	30.534,00	-	-	678.605,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**330.953,00**	**208.558,00**	**0,00**	**0,00**	**108.560,00**	**0,00**	**0,00**	**30.534,00**	**0,00**	**0,00**	**678.605,00**
2. Secretaria da Educação - SEDUC (22)														
637	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI.	0,00	0,00	273.282,55	423.636,55	414.574,91	223.164,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.334.658,56
807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação.	0,00	0,00	1.919.492,35	644.190,00	1.532.742,74	1.717.467,74	5.445.982,26	5.534.499,06	5.445.982,26	2.179.205,77	1.580.437,82	0,00	26.000.000,00
1017	Fornaçao Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional.	0,00	0,00	24.000.000,00	22.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.000.000,00
745	Construção de EEEP no Município de Redenção	-	-	545.394,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	545.394,88
736	Construção de EEEP no Município de Itarema	-	-	200.000,00	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	-	600.000,00
1470	Construção de EEEM no Município de Arneiroz	-	-	236.032,64	236.032,64	-	-	-	-	-	-	-	-	472.065,28
739	Construção de EEEP no Município de Maranguape	-	-	349.200,24	349.200,25	-	-	-	-	-	-	-	-	698.400,49
735	Construção de EEEP no Município de Itapajé	-	-	177.383,66	-	-	-	-	-	-	-	-	-	177.383,66
900	Projeto e-Jovem	-	-	3.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000.000,00
744	Construção de EEEP no Município de Palmácia	-	-	484.877,45	484.877,45	484.877,45	-	-	-	-	-	-	-	1.454.632,35
1343	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual	-	-	500.000,00	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	1.500.000,00
1466	Construção de EEEP no Município de São Gonçalo do Amarante	-	-	420.105,22	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	1.420.105,22
1464	Construção de EEEP no Município de Caridade	-	-	315.931,32	-	315.931,32	-	-	-	-	-	-	-	631.862,64
695	Construção de EEEP no Município de Limoeiro do Norte	-	-	309.701,74	309.701,74	309.701,74	-	-	-	-	-	-	-	929.105,22
802	Construção de EEEP no Município de Barro	-	-	255.869,32	255.869,32	255.869,32	-	-	-	-	-	-	-	767.607,96
1465	Construção de EEEP no Município de Alto Santo			690.970,48	345.485,24	345.485,24	345.485,26	-	-	-	-	-	-	1.727.426,22
1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	-	-	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	4.000.000,00
1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	-	-	4.121.762,17	231.837,83	-	131.400,00	15.000,00	-	-	-	-	-	4.500.000,00
1339	Apoio Técnico-Pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC	-	-	455.381,00	2.213.823,70	1.133.061,30	1.133.061,30	53.012,00	496.742,00	496.742,00	482.582,00	482.582,70	53.012,00	7.000.000,00
1407	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual do Municipio de Fortaleza	-	-	671.715,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	671.715,00
1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	-	-	1.700.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.700.000,00
1262	Implantação de Unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará - Granja e Lavras da Mangabeira	-	-	230.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	230.000,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**41.857.100,02**	**29.694.654,72**	**6.992.244,02**	**4.550.578,85**	**5.513.994,26**	**6.031.241,06**	**5.942.724,26**	**2.661.787,77**	**2.063.020,52**	**53.012,00**	**105.360.357,48**
3. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (16)														
350	Construção da Adutora de Adrianópolis e Timonha no Município de Granja	-	-	3.367.707,08	2.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	5.367.707,08
202	Construção e Ampliação de 14 Adutoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras - MST	-	-	186.571,40	248.761,86	373.142,79	149.257,12	286.076,14	-	-	-	-	-	1.243.809,31
359	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Amarelas no Municipio de Beberibe	-	-	458.028,66	400.000,00	400.000,00	400.000,00	-	-	-	-	-	-	1.658.028,66
264	Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento	-	-	-	65.172,29	66.518,79	68.189,81	71.310,07	68.378,43	67.621,57	67.621,57	67.621,57	67.565,90	610.000,00
330	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Jucá, no Municipio de Parambu	-	-	326.895,35	330.000,00	330.000,00	-	-	-	-	-	-	-	986.895,35
253	Conclusão da Barragem Diamantino II no Municipio de Marco	-	-	-	170.752,80	170.000,00	-	-	-	-	-	-	-	340.752,80
282	Construção do Sistema Adutor da Sede do Municipio de Alto Santo	-	-	-	84.611,95	83.000,00	83.000,00	-	-	-	-	-	-	250.611,95
286	Construção da Barragem Germinal em Palmácia	-	-	-	27.000,00	26.286,23	-	-	-	-	-	-	-	53.286,23

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 01 DE 27/02/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
315	Projeto Executivo da Adutora de Coreaú/Moraújo/Senador Sá e Uruoca	-	-	-	35.000,00	35.000,00	-	-	-	-	-	-	-	70.000,00
308	Elaboração de Projeto Executivo para Ampliação da Barragem Itapebussú – Municipio de Maranguape-Ce.	-	-	54.925,95	54.000,00	54.000,00	54.000,00	54.000,00	54.074,05	-	-	-	-	325.000,00
233	Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens - Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no Interior do Estado	-	-	548.302,79	1.096.605,58	1.644.908,38	822.454,19	822.454,19	548.302,79	-	-	-	-	5.483.027,92
297	Construção, Desapropriação e Supervisão da Barragem Melancia – São Luis do Curu	-	-	504.394,07	505.000,00	505.000,00	-	-	-	-	-	-	-	1.514.394,07
325	Construção de Sistemas de Abastecimento nas Comunidades de Buriti I, Buriti II e Cachorro Seco, no Municipio de Acaraú – Extensão 25,95 Km.	-	-	100.000,00	100.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	1.000.000,00
269	Construção do Sistema Adutor de Palmácia	-	-	-	65.433,44	63.500,00	63.500,00	-	-	-	-	-	-	192.433,44
277	Construção de Sistemas de Abastecimento de Águas nas Comunidades Situadas ao Longo dos Trehos I, II e III do Eixão das Águas	-	-	25.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.000,00
335	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Frecheirinha – Municipio de Frecheirinha	-	-	-	174.707,62	160.000,00	160.000,00	-	-	-	-			494.707,62
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**5.571.825,30**	**5.357.045,54**	**4.111.356,19**	**2.000.401,12**	**1.433.840,40**	**870.755,27**	**67.621,57**	**67.621,57**	**67.621,57**	**67.565,90**	**19.615.654,43**
4. Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA (33)														
14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudas).	-	-	1.300.000,00	-	-	-	-	-	-	-	8.000.000,00	7.900.000,00	17.200.000,00
5	Agente Rural.		2.400.000,00	804.466,00	836.098,00	835.224,00	802.844,00	795.550,00	789.572,00	713.052,00	675.234,00	675.234,00	672.726,00	10.000.000,00
10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Mudas).	-	-	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	500.000,00	-	600.000,00
50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	-	-	511.449,81	-	290.000,00	-	-	-	290.000,00	-	-	-	1.091.449,81
124	Programa de Expansão e Recuperação da Cujucultura	-	-	-	-	-	800.000,00	-	-	700.000,00	-	-	-	1.500.000,00
41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	-	-	1.300.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.300.000,00
373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura.	-	-	238.366,53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	238.366,53
418	Formação de Pastagem para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	-	-	32.617,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.617,80
374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	-	-	371.548,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	371.548,90
431	Organização, Ampliação e Estruturação da Cadeia Produtiva do Biodiesel	-	-	48.832,40	-	-	101.984,00	-	-	26.377,45	-	-	-	177.193,85
2	Aproveitamento Hidroagricola do Castanhão.	-	-	286.205,68	-	-	-	-	-	-	-	-	-	286.205,68
476	Construção de Cisternas de Placas (3)	-	-	341.385,28	-	-	170.692,64	-	-	-	170.692,64	-	-	682.770,56
471	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	-	-	-	-	-	241.413,10	-	-	-	-	-	-	241.413,10
480	Centro de Produção de Mudas de Palma Forrageira Para Alimentação Animal - REPALMA	-	-	-	-	800.000,00	-	-	-	-	-	-	-	800.000,00
112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA).	-	-	600.000,00	600.000,00	-	-	300.000,00	-	-	-	-	-	1.500.000,00
341	São José III – **Componente 2** – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	-	-	6.000.000,00	229.791,20	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	229.791,16	8.068.120,48
363	Kit's de Irrigação (1)	-	-	-	-	200.000,00	-	-	-	-	-	-	-	200.000,00
377	Modernização e Fortalecimento do Setor da Mandiocultura do Estado do Ceará	-	-	79.560,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79.560,00
389	Construção de Cisternas de Placas (2)	-	-	3.097.910,00	-	-	1.548.955,00	-	-	-	1.548.955,00	-	-	6.195.820,00

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 01 DE 27/02/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
32	Titulação de Imóveis Rurais	-	-	1.750.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.750.000,00
67		-	-	500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500.000,00
353	Construção de Cisternas de Placas (1)	-	-	845.857,98	-	-	-	-	-	-	1.268.786,97	-	-	2.114.644,95
365	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1)	-	-	998.987,46	-	-	-	-	-	-	1.498.481,19	-	-	2.497.468,65
183	Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará.	-	-	1.500.000,00	-	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00	-	-	-	-	4.500.000,00
55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	-	-	5.403.934,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.403.934,11
385	Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água	-	-	4.481.148,09	945.445,91	945.445,91	945.445,91	3.535.702,18	-	-	-	-	-	10.853.188,00
387	Zumbi - Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Kilombolas no Estado do Ceará	-	-	203.549,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	203.549,11
451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades	-	-	-	769.632,30	-	-	769.632,29	-	-	769.632,30	-	-	2.308.896,89
457	Implantação de Cisternas de Polietileno	-	-	2.937.182,55	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.937.182,55
452	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	-	-	-	-	-	90.000,00	-	-	-	-	1.619.166,67	-	1.709.166,67
477	Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	-	-	300.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300.000,00
460	Implantação de Unidades de Tratamento Microbiológico e Fluoretação de Sistemas de Abastecimento de Água	-	-	361.950,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	361.950,00
430	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandiocultura	-	-	115.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	115.000,00
56	Cédula da Terra	-	-	228.000,00	-	-	-	228.000,00	-	-	-	-	-	456.000,00
	Sub-total	**0,00**	**2.400.000,00**	**34.737.951,70**	**3.380.967,41**	**4.800.461,07**	**4.931.125,81**	**5.858.675,63**	**2.519.363,16**	**1.959.220,61**	**6.161.573,26**	**11.024.191,83**	**8.802.517,16**	**86.576.047,64**
5. Secretaria da Cultura - SECULT (1)														
68	Agentes de Leitura	-	-	55.120,00	85.900,00	169.619,00	100.000,00	-	29.099,00	-	-	-	-	439.738,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**55.120,00**	**85.900,00**	**169.619,00**	**100.000,00**	**0,00**	**29.099,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**439.738,00**
6. Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA (1)														
285	Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba - Mucuripe	-	-	2.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000.000,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**2.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.000.000,00**
7. Gabinete do Governador - GABGOV (3)														
86	Programa Nacional de Inclusão de Jovens ProJovem Urbano(1)	-	-	2.019.342,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.019.342,00
103	ProJovem Campo "Saberes da Terra"	-	-	485.184,00	-	-	485.184,00	-	-	-	485.184,00	-	-	1.455.552,00
102	Programa Nacional de Inclusão de Jovens ProJovem Urbano(2)	-	-	1.237.219,20	-	-	1.237.219,20	-	-	-	1.237.219,20	-	-	3.711.657,60
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**3.741.745,20**	**0,00**	**0,00**	**1.722.403,20**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.722.403,20**	**0,00**	**0,00**	**7.186.551,60**
8. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (22)														
17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais(ABC's, Circos e CIP'S)	-	-	1.848.748,96	502.871,32	527.871,32	502.871,32	502.871,32	502.871,32	502.871,32	502.871,32	1.006.151,80	-	6.400.000,00
14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica - Casa do Caminho	-	-	68.559,20	34.529,60	34.529,60	34.529,60	34.529,60	34.529,60	34.529,60	24.263,20	-	-	300.000,00
18	Espaço Viva Gente	-	-	478.945,00	161.795,00	166.795,00	161.795,00	163.545,00	163.545,00	163.545,00	163.545,00	326.490,00	-	1.950.000,00
93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviço (Inclusão Produtiva:Qualificação Profissional)	-	-	754.318,50	21.568,50	1.120.693,50	-	2.219.770,50	21.568,50	2.219.818,50	21.568,50	1.120.693,50	-	7.500.000,00
19	Famílias Desafios e Inclusão Social	-	-	585.772,06	197.924,02	189.807,96	179.807,96	178.981,33	178.981,33	178.981,33	178.981,33	330.762,68	-	2.200.000,00
25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	-	-	1.721.250,00	573.750,00	573.750,00	573.750,00	573.750,00	573.750,00	988.750,00	573.750,00	1.147.500,00	-	7.300.000,00

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 01 DE 27/02/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS			1.524.824,97	508.741,67	508.041,67	508.741,67	508.041,67	508.741,67	508.041,67	508.741,67	508.041,67	508.041,67	6.100.000,00
43	Idoso Sujeito Pleno	-	-	549.804,76	184.034,92	183.334,92	184.034,92	183.334,92	184.034,92	183.334,92	184.034,92	56.926,50	57.124,30	1.950.000,00
44	Primeiro Passo (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	739.940,50	704.162,50	1.469.979,50	779.862,50	1.537.734,00	279.862,50	1.502.596,50	173.382,50	812.479,50	-	8.000.000,00
130	Fortalecimento do Artesanato do Cariri			375.000,00	225.000,00	150.000,00								750.000,00
152	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Municipio de Sobral.	-	-	289.973,92	289.973,92	289.973,94	-	-	-	-	-	-	-	869.921,78
222	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas (CEPA, CEDB e CECAL).	-	-	710.170,35	-	367.000,00	367.000,00	-	-	-	-	-	-	1.444.170,35
170	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Municipio de Juazeiro do Norte.	-	-	225.067,94	225.067,94	225.067,96	-	-	-	-	-	-	-	675.203,84
65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	-	-	125.000,01	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	41.666,67	83.333,30	-	500.000,00
71	Garantindo à Acessibilidade (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	200.000,00	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	1.000.000,00
88	Construção e Equipamento do Abrigo dos Idosos			559.919,12										559.919,12
181	Geração Livre	-	-	49.999,70	16.666,70	16.666,70	16.666,70	16.666,70	16.666,70	16.666,70	16.666,70	16.666,70	16.666,70	200.000,00
26	Artesanato Competitivo	-	-	750.000,00	375.000,00	375.000,00	-	-	-	-	-	-	-	1.500.000,00
23	Juventude Empreendedora (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	181.250,00	-	-	1.450.000,00
23	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)	-	-	519.750,00	244.250,00	173.250,00	173.250,00	173.250,00	173.250,00	173.250,00	173.250,00	346.500,00	-	2.150.000,00
15	Abrigamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono-Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia	-	-	1.344.545,15	449.115,05	447.715,05	449.115,05	447.715,05	449.115,05	447.715,05	449.115,05	257.924,75	257.924,75	5.000.000,00
8	Criando Oportunidade – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	-	-	330.000,00	-	495.000,00	-	990.000,00	-	990.000,00	-	495.000,00	-	3.300.000,00
40		-	-	85.000,00	-	127.500,00	-	255.000,00	-	255.000,00	-	127.500,00	-	850.000,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**14.017.840,14**	**5.137.367,81**	**7.664.893,79**	**4.354.341,39**	**8.008.106,76**	**3.509.833,26**	**8.388.017,26**	**3.393.086,86**	**6.635.970,40**	**839.757,42**	**61.949.215,09**
9. Secretaria das Cidades - CIDADES (14)														
29	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2	-	-	596.405,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	596.405,05
34	Melhorias Sanitárias Domiciliares - Programa Ceará II - KFW II	-	-	710.047,41	343.963,08	71.526,85	70.636,25	72.052,63	71.214,65	70.544,51	64.158,54	-	-	1.474.143,92
2	Rio Maranguapinho (Barragem,Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I)	-	-	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000,00
3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	-	-	1.000.000,00	900.000,00	900.000,00	700.000,00	-	-	-	-	-	-	3.500.000,00
835	Fogões Sustentávies (I)	-	-	-	405.541,92	405.541,90	405.541,90	405.541,90	405.541,90	405.541,90	405.541,90	405.541,90	-	3.244.335,22
1378	Dendê (Ações Habitacionais)	-	-	26.156,34	102.856,97	88.100,84	81.518,79	108.724,98	109.341,18	109.341,18	109.341,18	109.341,18	155.277,38	1.000.000,02
1465	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	-	-	144.000,00	60.000,00	48.000,00	48.000,00	-	-	-	-	-	-	300.000,00
1438	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho Zero - PAC II)	-	-	410.000,00	210.000,00	600.000,00	600.000,00	85.491,94	-	-	-	-	-	1.905.491,94
1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização -Trecho IV - PAC II)	-	-	163.000,00	307.000,00	400.000,00	179.400,48	-	-	-	-	-	-	1.049.400,48
1516	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	-	-	160.000,00	95.000,00	87.944,48	-	-	-	-	-	-	-	342.944,48
2224	Habitação Rural - PNHR	-	-	971.953,80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	971.953,80
187	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia	-	-	12.436,62	13.401,02	25.854,46	47.716,94	34.422,21	59.022,25	67.244,97	100.377,99	120.167,64	100.003,04	580.647,14
1613	Fogões Sustentávies (II)	-	-	-	260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00	-	2.080.000,00

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 01 DE 27/02/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
168	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	-	-	321.518,54	160.759,28	160.759,28	200.949,10	221.044,01	200.949,10	241.138,92	180.854,19	180.854,19	140.664,33	2.009.490,94
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**5.015.517,76**	**3.358.522,27**	**3.047.727,81**	**2.593.763,46**	**1.187.277,67**	**1.106.069,08**	**1.153.811,48**	**1.120.273,80**	**1.075.904,91**	**395.944,75**	**20.054.812,99**
	TOTAL GERAL (*)	**0,00**	**2.400.000,00**	**107.328.053,12**	**47.223.015,75**	**26.786.301,88**	**20.252.613,83**	**22.110.454,72**	**14.066.360,83**	**17.511.395,18**	**15.157.280,46**	**20.866.709,23**	**10.158.797,23**	**303.860.982,23**

(*) 113 Projetos.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 02/2015

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.9.2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS.

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2015 no seguinte valor:

Secretaria	R$
Secretaria da Educação - SEDUC	2.912.677,30
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	19.486.377,71
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	37.908.097,64
Secretaria da Cultura - SECULT	52.900,36
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	2.125.317,85
TOTAL (R$)	**62.485.370,86**

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 1º Reunião Virtual do CCPIS, realizada no período de 31/03 a 07/04/2015.

Fortaleza, 07 de abril de 2015.

Hugo Figueiredo
Presidente do CCPIS

ANEXO I

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 02 DE 07/04/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria da Educação - SEDUC (7)														
1203	Construção de EEEM no Município de Beberibe, na Localidade de Forquilha	-	-	-	36.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	36.000,00
1208	Construção de EEEM no Município de Caucaia	-	-	-	54.397,95	-	-	-	-	-	-	-	-	54.397,95
1213	Construção de EEEM no Município de Icó	-	-	-	51.419,89	-	-	-	-	-	-	-	-	51.419,89
1315	Construção de EEEM no Município de Parambu, na Localidade de Monte Sion	-	-	-	450.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	450.000,00
1316	Construção de EEEM no Município de Potiretama	-	-	-	330.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	330.000,00
1463	Construção de EEEP no Município de Forquilha	-	-		418.680,55	418.680,55	418.680,55	-	-	-	-	-	-	1.256.041,65
1473	Construção de EEEM no Município de Acopiara	-	-	-	244.939,27	244.939,27	244.939,27	-	-	-	-	-	-	734.817,81
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.585.437,66**	**663.619,82**	**663.619,82**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.912.677,30**
2. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (7)														
221	Manutenção de Poços e Dessalinizadores Instalados no Estado do Ceará.	-	-	-	485.601,00	242.800,50	242.800,50	242.800,50	242.800,50	-	-	-	-	1.456.803,00
264	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Chafariz para Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	-	-	-	1.412.975,00	706.487,50	706.487,50	706.487,50	706.487,50	-	-	-	-	4.238.925,00
267	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Agua com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	-	-	-	1.166.666,66	583.333,33	583.333,33	583.333,33	583.333,35	-	-	-	-	3.500.000,00
268	Locação, Construção, Teste de Vazão com Análise Físico-Quimica e Instalação de Sistema Simplificado com Chafariz em Comunidades do Interior do Estado do Ceará	-	-	-	1.858.785,00	929.392,50	929.392,50	929.392,50	929.392,50	-	-	-	-	5.576.355,00
269	Teste de Vazão com Análise Físico-Quimica em Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	-	-	-	420.000,00	210.000,00	210.000,00	210.000,00	210.000,00	-	-	-	-	1.260.000,00
270	Construção de Poços Tubulares Profundos para Atender o Estado do Ceará no Período Emergencial de Seca.	-	-	-	889.332,74	444.666,37	444.666,37	444.666,37	444.666,37	-	-	-	-	2.667.998,22
374	Recuperação e Ampliação do Açude São Miguel – Distrito de São Miguel – Quixeramobim	-	-	-	786.296,49	-	-	-	-	-	-	-	-	786.296,49
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.019.656,89**	**3.116.680,20**	**3.116.680,20**	**3.116.680,20**	**3.116.680,22**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**19.486.377,71**
3. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA (8)														
38	Garantia Safra do Ceará.	-	-	-	12.332.779,20	6.166.389,60	6.166.389,60	6.166.389,60	-	-	-	-	-	30.831.948,00
340	São José III - Componente 1 - Inclusão Econômica - Implantação de Projetos Produtivos.	-	-	-	313.262,06	-	234.946,54	-	234.946,54	-	1.058.709,73	-	1.058.709,73	2.900.574,60
349	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	-	-	-	95.534,33	-	-	-	-	-	-	-	-	95.534,33
350		-	-	-	113.532,98	-	-	-	-	-	-	-	-	113.532,98
362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	-	-	-	600.002,03	-	-	-	-	-	-	-	-	600.002,03
372	Kit's de Irrigação (2)	-	-	-	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00
378	Kits de Irrigação (3)	-	-	-	500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	500.000,00
390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	-	-	-	563.134,89	-	281.567,45	-	-	-	281.567,45	-	-	1.126.269,79
434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	-	-	-	1.640.235,91	-	-	-	-	-	-	-	-	1.640.235,91
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**16.258.481,40**	**6.166.389,60**	**6.682.903,59**	**6.166.389,60**	**234.946,54**	**0,00**	**1.340.277,18**	**0,00**	**1.058.709,73**	**37.908.097,64**
4. Secretaria da Cultura - SECULT (1)														
68	Agentes de Leitura	-	-	(55.120,00)	(27.580,00)	(4.499,64)	(55.200,00)	94.800,00	55.700,00	44.800,00	-	-	-	52.900,36
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**-55.120,00**	**-27.580,00**	**-4.499,64**	**-55.200,00**	**94.800,00**	**55.700,00**	**44.800,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**52.900,36**

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 02 DE 07/04/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
5. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (03)														
32	Investimento Cidadão	-	-	-	141.120,00	-	141.120,00	85.520,00	141.120,00	-	141.120,00	-	-	650.000,00
34	Terceira Idade Cidadã	-	-	-	478.000,00	-	324.000,00	-	324.000,00	-	324.000,00	-	-	1.450.000,00
87	Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC	-	-	-	25.317,85	-	-	-	-	-	-	-	-	25.317,85
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**644.437,85**	**0,00**	**465.120,00**	**85.520,00**	**465.120,00**	**0,00**	**465.120,00**	**0,00**	**0,00**	**2.125.317,85**
	TOTAL GERAL (*)	**0,00**	**0,00**	**-55.120,00**	**25.480.433,80**	**9.942.189,98**	**10.873.123,61**	**9.463.389,80**	**3.872.446,76**	**44.800,00**	**1.805.397,18**	**0,00**	**1.058.709,73**	**62.485.370,86**

(*) 26 projetos (27 Mapps).

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 03/2015

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.9.2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS.

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2015 no seguinte valor:

Secretaria	R$
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	3.538.085,75
Secretaria das Cidades - CIDADES	1.850.000,00
Secretaria do Esporte - SESPORTE	200.000,00
TOTAL (R$)	**5.588.085,75**

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Para realização do pagamento das medições e garantir a continuidade das obras do projeto "Construção e Ampliação de 14 Adutoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST" (Mapp 202), a Secretaria dos Recursos Hídricos(SRH) solicita ao CCPIS aprovar a destinação de R$ 483.435,63 dos recursos deliberados na 1º reunião do CCPIS, em 2015, para pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores(2014), sem alteração no objeto e valor total do projeto.

§ 3º. Esta Resolução deriva da 2º Reunião Virtual do CCPIS, realizada nos dias 23/04 a 27/04/2015.

Fortaleza, 27 de abril de 2015.

Hugo Figueiredo
Presidente do CCPIS

ANEXO I

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 03 DE 27/04/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria da Cidade – CIDADE (1)														
1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho IV - PAC 2)	-	-	-	1.850.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.850.000,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.850.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.850.000,00**
2. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (1)														
202	Construção e Ampliação de 14 Adutoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3. Secretaria do Esporte - SESPORTE (1)														
11	Viva+	-	-	-	-	97.600,00	-	102.400,00	-	-	-	-	-	200.000,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**97.600,00**	**0,00**	**102.400,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**200.000,00**
3. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA (2)														
495	Águas do Baixo Jaguaribe	-	-	-	3.259.085,75	-	-	-	-	-	-	-	-	3.259.085,75
505	Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira	-	-	-	279.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	279.000,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.538.085,75**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.538.085,75**
	TOTAL GERAL (*)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.388.085,75**	**97.600,00**	**0,00**	**102.400,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.588.085,75**

(*)Projetos(5): Novo(3) + Aumento(1) + Retificação de Orçamento(1)

(**)Retificação no orçamento do projeto aprovado anteriormente (1º Reunião Ordinária), sem alterar seu objeto e seu valor total.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 04/2015

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.9.2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS.

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2015 no seguinte valor:

Secretaria	R$
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	5.000.000,00
TOTAL (R$)	**5.000.000,00**

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 3º Reunião Virtual do CCPIS, realizada no período 08/05 a 13/05/2015.

Fortaleza, 13 de maio de 2015.

Hugo Figueiredo
Presidente do CCPIS

ANEXO I

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 04 DE 13/05/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (1)														
255	Cinturão das Águas do Ceará - TRECHO I	-	-	-	-	3.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-	-	5.000.000,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**1.000.000,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000.000,00**
	TOTAL GERAL (*)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**1.000.000,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000.000,00**

(*)Projetos: Novo(1)

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 05/2015

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.9.2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS.

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2015 no seguinte valor:

Secretaria	R$
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	1.198.748,85
Secretaria do Esporte - SESPORTE	483.578,72
TOTAL (R$)	**1.682.327,57**

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 4º Reunião Virtual do CCPIS, realizada no período 22/05 a 25/05/2015.

Fortaleza, 25 de maio de 2015.

Hugo Figueirêdo
Presidente do CCPIS

ANEXO I

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 05 DE 25/05/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (1)														
264	Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento - Água Doce.	-	-	-	-	260.997,53	130.954,59	130.402,90	135.718,63	139.055,26	134.533,74	134.533,74	132.552,46	1.198.748,85
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**260.997,53**	**130.954,59**	**130.402,90**	**135.718,63**	**139.055,26**	**134.533,74**	**134.533,74**	**132.552,46**	**1.198.748,85**
2. Secretaria do Esporte - SESPORTE (2)														
477	Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Distrito de Sucesso no Município de Tamboril-CE.	-	-	-	-	265.886,07	-	-	-	-	-	-	-	265.886,07
496	Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Povoado de Nova Roma no Município de Tamboril-CE.	-	-	-	-	217.692,65	-	-	-	-	-	-	-	217.692,65
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**483.578,72**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**269.067,48**	**265.104,92**	**483.578,72**
	TOTAL GERAL (*)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**744.576,25**	**130.954,59**	**130.402,90**	**135.718,63**	**139.055,26**	**134.533,74**	**403.601,22**	**397.657,38**	**1.682.327,57**

(*) Nº Projetos (3): Novo(2) + Aumento(1)

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 06/2015

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.9.2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS.

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2015 no seguinte valor:

Secretaria	R$
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	-3.150.266,25
Gabinete do Governador - GABGOV	-934.105,90
Secretaria das Cidades - CIDADES	5445144,84
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	2.422.203,23
Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD	1.842.624,00
Secretaria da Educação - SEDUC	33.731.565,98
Conselho Estadual de Educação - CEE	400.000,00
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	3.368.000,00
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	7.306.850,00
TOTAL (R$)	**50.432.015,90**

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 2º Reunião Ordinária do CCPIS, realizada no dia 03/06/2015.

Fortaleza, 03 de junho de 2015.

Carlos Eduardo Pires Sobreira
Presidente em exercício do CCPIS

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 06 DE 03/06/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria da Educação - SEDUC (4)														
645	Construção de EEEP no Município de Canindé	-	-	-	-	-	391.110,00	391.110,05	-	-	-	-	-	782.220,05
1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	-	-	-	-	-	-	-	3.000.000,00	-	-	8.000.000,00	-	11.000.000,00
1200	Construção de EEM no Município de Acaraú na Localidade de Lagoa do Carneiro	-	-	-	-	-	825.345,93	-	-	-	-	-	-	825.345,93
1341	Prêmio Escola Nota Dez	-	-	-	-	-	6.124.000,00	7.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	-	-	-	21.124.000,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7.340.455,93**	**7.391.110,05**	**7.000.000,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**8.000.000,00**	**0,00**	**33.731.565,98**
2. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE (2)														
239	Agentes Digitais	-	-	-	-	-	138.720,00	82.480,00	69.360,00	69.360,00	69.360,00	69.360,00	69.360,00	568.000,00
75	Implantação da Residência Universitária da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, na Cidade de Sobral - Ce	-	-	-	-	-	2.800.000,00	-	-	-	-	-	-	2.800.000,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.938.720,00**	**82.480,00**	**69.360,00**	**69.360,00**	**69.360,00**	**69.360,00**	**69.360,00**	**3.368.000,00**
3. Gabinete do Governador - GABGOV (1)														
86	Programa Nacional de Inclusão de Jovens Projovem Urbano(1)	-	-	-934.105,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(934.105,90)
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**-934.105,90**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-934.105,90**
4. Conselho Estadual de Educação - CEE (1)														
38	Formação de Gestores Escolares para Educação Básica -- CEFEB	-	-	-	-	-	30.000,00	30.000,00	59.500,00	69.500,00	69.500,00	69.500,00	72.000,00	400.000,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30.000,00**	**30.000,00**	**59.500,00**	**69.500,00**	**69.500,00**	**69.500,00**	**72.000,00**	**400.000,00**
5. Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas - SPD (4)														
06	Ponto da Cidadania	-	-	-	-	-	-	141.188,50	141.188,50	141.188,50	141.188,50	-	-	564.754,00
07	Fortalecendo Minha Comunidade	-	-	-	-	-	-	119.122,50	119.122,50	119.122,50	119.122,50	-	-	476.490,00
12	Juventude em Ação	-	-	-	-	-	-	112.640,00	112.640,00	112.640,00	112.640,00	-	-	450.560,00
25	Juventude do Futuro	-	-	-	-	-	-	87.750,00	87.750,00	87.750,00	87.570,00	-	-	350.820,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**460.701,00**	**460.701,00**	**460.701,00**	**460.521,00**	**0,00**	**0,00**	**1.842.624,00**
6. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (6)														
332	Sistema de Abastecimento de Água do Distrito Dom Quintino no Município de Crato	-	-	-	-	-	144.219,24	144.219,24	-	-	-	-	-	288.438,48
282	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Alto Santo	-	-	-	-	-	1.305.125,75	-	-	-	-	-	-	1.305.125,75
337	Projeto Executivo, Construção e Supervisão da Adurora de Campos Sales, Araripe e Salitre	-	-	-	-	-	25.399,00	20.000,00	-	-	-	-	-	45.399,00
338	Construção de Adutora para Abastecimento da Sede do Município de Parambu	-	-	-	-	-	186.145,00	186.145,00	-	-	-	-	-	372.290,00
345	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Beberibe	-	-	-	-	-	180.475,00	180.475,00	-	-	-	-	-	360.950,00
346	Construção e Supervisão da Adutora de Fortim	-	-	-	-	-	50.000,00	-	-	-	-	-	-	50.000,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.891.363,99**	**530.839,24**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.422.203,23**
7. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA (5)														
337	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 2015	-	-	-	-	-	37.181,60	74.808,15	-	-	-	-	-	111.989,75
32	Titulação de Imóveis Rurais	-	-	-	-	-	2.750.000,00	-	-	-	-	-	-	2.750.000,00
67		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
38	Garantia Safra no Ceará	-	-	-	-	-	-	(2.244.816,00)	-	-	-	-	-	(2.244.816,00)
389	Construção de Cisternas de Placas (2)	-	-	(902.090,00)	-	-	(1.548.955,00)	-	-	-	(1.548.955,00)	-	-	(4.000.000,00)
440	Projeto Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas	-	-	-	-	-	232.560,00	-	-	-	-	-	-	232.560,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**-902.090,00**	**0,00**	**0,00**	**1.470.786,60**	**-2.170.007,85**	**0,00**	**0,00**	**-1.548.955,00**	**0,00**	**0,00**	**-3.150.266,25**
8. Secretaria das Cidades - Cidades (4)														
1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	-	-	-	-	-	3.631.294,80	111.000,00	-	-	-	-	-	3.742.294,80
2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I)	-	-	-	-	-	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	1.000.000,00
2042	Inclusão Social e Produtiva de Catadores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00	-	100.000,00
1944	Projeto: Mobilização e Transporte de Famílias	-	-	-	-	-	415.346,04	187.504,00	-	-	-	-	-	602.850,04
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.046.640,84**	**298.504,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**5.445.144,84**

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 06 DE 03/06/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
9. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (5)														
31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social Parceira da STDS (Proteção Social Especial)	-	-	-	-	-	-	770.000,00	-	770.000,00	-	760.000,00	-	2.300.000,00
13	Apoio as Famílias em Situação de Vulnerabilidade - Estação Família.	-	-	-	-	-	600.000,00	-	800.000,00	-	-	-	-	1.400.000,00
211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes.	-	-	-	-	-	-	300.000,00	-	300.000,00	-	300.000,00	-	900.000,00
258	Política Integrada de Economia Solidária	-	-	-	-	-	106.850,00	-	-	-	-	-	-	106.850,00
24	Fortalecimento da Rede de Socioassistencial da Proteção Social Básica.	-	-	-	-	-	1.300.000,00	650.000,00	650.000,00	-	-	-	-	2.600.000,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.006.850,00**	**1.720.000,00**	**1.450.000,00**	**1.070.000,00**	**0,00**	**1.060.000,00**	**0,00**	**7.306.850,00**
	TOTAL GERAL (*)	**0,00**	**0,00**	**-1.836.195,90**	**0,00**	**0,00**	**20.724.817,36**	**8.343.626,44**	**9.039.561,00**	**5.669.561,00**	**-949.574,00**	**9.198.860,00**	**141.360,00**	**50.432.015,90**

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 07/2015

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.9.2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS.

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2015 no seguinte valor:

Secretaria	R$
Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	5.000.000,00
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	515.084,55
TOTAL (R$)	**5.515.084,55**

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 5º Reunião Virtual do CCPIS, realizada no período de 17/06 a 22/06/2015.

Fortaleza, 22 de junho de 2015.

Carlos Eduardo Pires Sobreira
Presidente em exercício do CCPIS

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 07 DE 22/06/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA (01)														
285	Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba - Mucuripe	-	-	-	-	-	5.000.000,00	-	-	-	-	-	-	5.000.000,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000.000,00**
2. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE (02)														
5	Programa Bolsa Universidade da Universidade Vale do Acaraú - UVA , na Cidade de Sobral	-	-	-	-	-	-	96.192,55	96.192,55	96.192,55	96.192,55	10.314,35	-	395.084,55
65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na Cidade de Sobral	-	-	-	-	-	-	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	7.500,00	120.000,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**118.692,55**	**118.692,55**	**118.692,55**	**118.692,55**	**32.814,35**	**7.500,00**	**515.084,55**
	TOTAL GERAL (*)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000.000,00**	**118.692,55**	**118.692,55**	**118.692,55**	**118.692,55**	**32.814,35**	**7.500,00**	**5.515.084,55**

(*) Projetos(3): Novo(2) + Aumento(1)

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 08/2015

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.9.2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2015 no seguinte valor:

Secretaria	R$
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	3.650.087,78
Secretaria das Cidades - Cidades	160.000,00
TOTAL (R$)	**3.810.087,78**

Parágrafo único. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º. Fica aprovada a Comissão de Monitoramento, para fins de verificação do desempenho das ações desenvolvidas no âmbito dos Projetos financiados com recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, composta com a seguinte formação:
I – Gerência Executiva do FECOP – GEF;
II – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS;
III – Secretaria da Educação – SEDUC;
IV – Secretaria da Saúde – SESA;
V – Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA;
VI – Secretaria do Esporte – SESPORTE;
VII – Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS.

Parágrafo único. Ficam eleitos os seguintes Projetos, para efeito do monitoramento, a ser conduzido pela Comissão de que trata o caput deste artigo:
I – Projovem urbano (Gabinete do Governador);
II – Abrigo Des. Olívio Câmara (Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS);
III – Garantindo a acessibilidade (Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS);
IV – Escolas estaduais de Educação Profissional (Secretaria da Educação – SEDUC);
V – Programa expansão da cajucultura (Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA);
VI – Programa Hora de Plantar (Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA);
VII – Viva + (Secretaria do Esporte – SESPORTE);
VIII – Construção e ampliação de adutoras do Estado do Ceará (Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH);
IX – Pequenos sistemas simplificados de abastecimento (Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH);
X – Rio Maranguapinho – Trechos I, II e III (Secretaria das Cidades – CIDADES);

Art. 3º. Esta Resolução deriva da 6º Reunião Virtual do CCPIS, realizada no período de 02/07 a 06/07/2015.

Fortaleza, 06 de julho de 2015.

Hugo Figueirêdo
Presidente do CCPIS

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 08 DE 06/07/2015

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (2)														
307	Primeiro Passo - Estagiários TRE	-	-	-	-	-	-	-	70.326,00	195.038,25	251.649,75	335.791,50	407.525,25	1.260.330,75
312	Fortalecendo o Atendimento ao Trabalho em Situação de Vulnerabilidade Social	-	-	-	-	-	-	1.194.878,51	-	-	1.194.878,52	-	-	2.389.757,03
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.194.878,51**	**70.326,00**	**195.038,25**	**1.446.528,27**	**335.791,50**	**407.525,25**	**3.650.087,78**
2. Secretaria das Cidades – Cidades (1)														
2058	Apoio Institucional – Sistema Integrado de Saneamento Rural - SISAR	-	-	-	-	-	-	160.000,00	-	-	-	-	-	160.000,00
	Sub-total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**160.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**160.000,00**
	TOTAL GERAL (*)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.354.878,51**	**70.326,00**	**195.038,25**	**1.446.528,27**	**335.791,50**	**407.525,25**	**3.810.087,78**

(*)Projetos: Novo (3)

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO 3 – Relação dos projetos de assistência à família (geral)

nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral
1. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS			
1	8 40	Criando Oportunidades - Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	Fortalecer o empreendedorismo, a criação de pequenos negócios individuais e coletivos e a inserção no mercado de trabalho formal dos beneficiários do projeto.
2	13	Apoio as Famílias em Situação de Vulnerabilidade - Estação Família.	Atender famílias em situação de vulnerabilidade social, possibilitando a ampliação das competências familiares e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, contribuindo para o fortalecimento da autonomia e inclusão social.
3	14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica – Casa do Caminho (Proteção Social Especial)	Garantir a integridade física e psicológica das mulheres em situação de risco de vida e de seus (suas) filhos (filhas) menores de idade (meninos até 14 anos).
4	15	Abrigamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia	Acolher crianças, adolescentes e adultos com direitos ameaçados ou violados nos Abrigos Desembargador Olívio Câmara (ADOC), e do Tia Júlia.
5	17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Circos e CIP's)	Apoiar e complementar as ações protetivas da família, possibilitando a vivência em espaços de convívio grupal e social, ampliando o universo informacional, cultural e esportivo das crianças e adolescentes, na perspectiva da formação cidadã.
6	18	Projeto: Espaço Viva Gente	Atender crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, através da oferta de atividades de cultura, esporte, formação social e qualificação profissional, desenvolvendo potencialidades e o protagonismo infanto-juvenil.

7	19	Famílias - Desafios e Inclusão Social	Fortalecer as potencialidades e vínculos relacionais das pessoas da família, com o acesso aos serviços socioassistenciais, benefícios e projetos sociais , visando a inserção das famílias na rede de proteção social ,minimizando as situações de vulnerabilidade.
8	23	Juventude Empreendedora	Promover a formação do jovem através da capacitação técnica, do desenvolvimento de valores de responsabilidade social e da cultura empreendedora, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.
9	23 (FEAS)	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza	Apoiar técnica e financeiramente os municípios cearenses nas despesas relativas ao pagamento de auxílios natalidade e funeral obedecendo ao que preconiza a Política Nacional de Assistência Social.
10	24	Fortalecimento da Rede de Socioassistencial da Proteção Social Básica.	Promover o fortalecimento da rede socioassistencial, através de apoio às entidades de subvenção social visando à expansão dos serviços socioassistenciais junto às famílias em situação de vulnerabilidade social.
11	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	Contribuir para a melhoria da qualidade do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF, executado junto às famílias vulneráveis referenciadas nos CRAS.
12	26	Artesanato Competitivo	Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social e produtiva, integrando-o a cadeia produtiva do turismo e da cultura.
13	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS	Fortalecer o acompanhamento especializado no âmbito da proteção social especial da Média Complexidade às famílias e indivíduos com direitos violados, que se encontram em situação de risco pessoal e social, em Fortaleza e municípios de maior incidência de casos de violação de direitos, visando garantir a proteção social e a convivência familiar e comunitária.

14	31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social Parceira da STDS (Proteção Social Especial)	Ampliar a oferta de serviços para o público-alvo mediante a concessão de subsídios a entidades da rede socioassistencial.
15	32	Investimento Cidadão	Contribuir para a redução das vulnerabilidades de pessoas com deficiência no Ceará oportunizando seu acesso aos serviços de Proteção Social Básica.
16	34	Terceira Idade Cidadã	Apoiar técnica e financeiramente a gestão municipal na realização de ações de Proteção Social Básica à pessoa idosa, nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS.
17	43	Idoso Sujeito Pleno	Acolher idosos em situação de abandono e violação de direitos assegurando-lhes assistência integral.
18	44	Primeiro Passo	Promover ações de qualificação social e profissional para jovens em situação de vulnerabilidade com vistas a sua inserção no mercado, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e efetivo exercício de cidadania.
19	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	Assegurar o acesso de pessoas com deficiência às políticas públicas.
20	71	Garantindo a Acessibilidade	Desenvolver ações de qualificação social e profissional para as pessoas com deficiência e seus familiares, bem como, pessoas que queiram se qualificar para atendimento a este público.

21	93	CE - Jovem Aprendizagem em Serviço	Promover a formação do jovem através da capacitação técnica, do desenvolvimento de valores, de responsabilidade social e da cultura empreendedora, possibilitando a criação do seu próprio negócio ou inserção no mercado de trabalho.
22	130	Fortalecimento do Artesanato do Cariri	Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social, com vistas à valorização da identidade cultural local e integração da atividade artesanal à cadeia produtiva do turismo e da cultura da região do Cariri, promovendo assim a ampliação das oportunidades de trabalho e geração de renda para os artesãos da região.
23	181	Geração Livre	Desenvolver práticas educativas, esportivas, culturais e artísticas, fundamentadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), oportunizando as adolescentes/jovens em conflito com a lei o resgate da cidadania, visando sua reinserção social.
24	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes.	Acolher e garantir proteção integral par crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, através do serviço de acolhimento institucional, como uma ação preventiva ao agravamento de situações de negligência, violência, e ruptura de vínculos.
25	258	Política Integrada de Economia Solidária	Promover a inclusão socioprodutiva das famílias beneficiadas.
26	307	Primeiro Passo – Estagiários TRE	Proporcionar inserção de jovens em atividades de estágio nos postos de atendimento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), por meio da linha de ação Jovem Estagiário do Programa Primeiro Passo.
27	312	Fortalecendo o Atendimento ao Trabalho em Situação de Vulnerabilidade Social	Contribuir para a inserção social e produtiva de trabalhadores desempregados e subempregados, em situação de vulnerabilidade social, visando à (re) inserção destes no mercado de trabalho cearense.

2. Secretaria das Cidades - SCIDADES			
28	1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho.
29	2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e II - PAC I)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho.
30	3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Cocó em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Cocó.
31	34	Melhorias Sanitárias Domiciliares - Programa Ceará II - KFW II	Ampliar o número de habitantes atendidos com Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD's) contribuindo para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população beneficiada.
32	835	Fogões Sustentáveis (1) (Fogões com Eficiência Energética)	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada e para redução do déficit habitacional qualitativo do Estado.
33	1378	Dendê (Ações Habitacionais)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside em condições precárias na Comunidade do Dendê e em situação de risco nas áreas de preservação do mangue do Rio Cocó, na área de intervenção do projeto.
34	1465	Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda	Viabilizar o benefício de aluguel social para famílias que habitam locais que estão sendo objeto de intervenções e que serão posteriormente reassentadas.

35	1516	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Cocó.
36	1613	Fogões Sustentáveis (2) (Fogões com Eficiência Energética)	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada e para redução do déficit habitacional qualitativo do Estado.
37	1944	Projeto: Mobilização e Transporte de Famílias	Transferir as famílias das áreas de abrangência dos Projetos Especiais Rio Maranguapinho, Cocó e Dendê para os residenciais onde serão reassentadas.
38	2042	Inclusão Social e Produtiva de Catadores	Promover a inclusão social e produtiva de catadores/as de materiais reutilizáveis e recicláveis apoiando a estruturação das organizações associativas auto-sustentáveis e formação das pessoas que serão envolvidas no processo, estimulando a geração de trabalho e renda.
39	2224	Habitação Rural - PNHR	Diminuir o déficit habitacional quantitativo e qualitativo da zona rural do Estado do Ceará como estratégia de inclusão social e de combate a pobreza.
3. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA			
40	2	Aproveitamento Hidroagricola do Castanhão	Aumentar a renda dos produtores beneficiados e a oferta de produtos agrícolas na região.
41	5	Agente Rural	Aumentar a renda e a ocupação dos agricultores familiares beneficiados, pelo incremento da rentabilidade dos seus empreendimentos.

42	10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Mudas)	Distribuir com orientações técnicas, aos agricultores de base familiar, sementes e mudas fiscalizadas de elevado potencial genético, visando o aumento da renda e emprego e a consequente melhoria das condições de vida dos beneficiários do Programa Hora de Plantar.
43	14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudas)	Aumentar a produção e produtividade de seus beneficiários, proporcionando-lhes condições de melhoria de renda e segurança alimentar.
44	32 67	Titulação de Imóveis Rurais	Promover a segurança jurídica do patrimônio fundiário do agricultor familiar e contribuir para a extinção da grilagem de terras no espaço rural cearense.
45	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	Promover o desenvolvimento econômico, socioambiental e solidário dos assentamentos estaduais estruturando seus processos de produção e garantindo a segurança alimentar e nutricional às famílias assentadas.
46	50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	Contribuir para a segurança alimentar e nutricional e ampliação da renda da população beneficiada.
47	55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	Fortalecer a cadeia produtiva do leite com a garantia de preço fixo do produto, proporcionando renda ao agricultor familiar e ao mesmo tempo que combater a vulnerabilidade social e a insegurança alimentar.
48	56	Cédula da Terra	Garantir custas cartoriais aos 114 assentamentos do Cédula da Terra para revitalizar e regularizar situação cadastral no âmbito jurídico, socioeconômico e ambiental com vistas à inserção das políticas públicas para o campo.

49	112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA)	Fortalecer a agricultura familiar através da geração de renda no campo e aquisição da produção dos agricultores (as) familiares e garantir o direito humano à alimentação por meio da doação dos produtos adquiridos para entidades socioassistenciais locais.
50	124	Programa de Expansão e Recuperação da Cajucultura	Promover a estruturação produtiva e a sustentabilidade dos médios negócios rurais, resultando na melhoria de renda e da qualidade de vida dos produtores e suas famílias.
51	183	Fortalecimento das Ações de ATER no Estado do Ceará	Promover a elevação da produção e da produtividade de agricultores familiares, residentes em 71 municípios do Estado do Ceará.
52	337	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 2015	Financiar projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial tendo como foco a inclusão produtiva, o fortalecimento da gestão social e das redes sociais de cooperação e o estímulo a uma maior articulação de políticas públicas.
53	340	São José III - Componente 1 - Inclusão Econômica - Implantação de Projetos Produtivos.	Promover o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará com ações voltadas para a consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico, ambiental e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais.
54	341	São José III - Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	Contribuir para a universalização do direito à água potável e o esgotamento sanitário, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do Estado.
55	349	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	Financiar projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial tendo como foco a inclusão produtiva, o fortalecimento da gestão social e das redes sociais de cooperação, ampliação da assistência técnica, apoio a comercialização e o estimulo a uma maior articulação de políticas públicas.
	350		

56	353	Construção de Cisternas de Placas (1)	Facilitar aos beneficiários o acesso a água para consumo humano.
57	362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	Contribuir para a segurança alimentar e nutricional da população beneficiada através da produção de alimentos para o autoconsumo e de excedente comercializável.
58	363	Kits de Irrigação (1)	Aumentar a renda dos beneficiários mediante o uso de irrigação, tornando-os menos dependentes das condições climáticas.
59	365	Quintais Produtivos mantidos por Cisternas de Enxurrada e Barragens Subterrâneas (1)	Garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas através da construção de quintais produtivos mantidos por cisternas de enxurrada ou barragens subterrâneas.
60	372	Kit's de Irrigação (2)	Aumentar a renda dos beneficiários mediante o uso de irrigação, tornando-os menos dependentes das condições climáticas.
61	373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura	Ampliar o número de colmeias produtivas e a produtividade colmeia / ano gerando renda para as famílias beneficiadas.
62	374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	Melhorar a renda dos beneficiários mediante o fortalecimento da cadeia produtiva da Ovinocaprinocultura cearense, tornando-a sustentável, competitiva e rentável.

63	377	Modernização e Fortalecimento do Setor da Mandiocultura do Estado do Ceará	Adquirir máquinas e equipamentos para a modernizar e fortalecer o setor da mandiocultura no Estado do Ceará, complementando as casas de farinha em fase final de construção com recursos do FECOP, tornando-o agroecologicamente atrativo, sustentável e competitivo.
64	378	Kits de Irrigação (3)	Aumentar a renda dos beneficiários mediante o uso de irrigação, tornando-os menos dependentes das condições climáticas.
65	385	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água no âmbito do Programa Água para Todos	Contribuir para a universalização do acesso à água para consumo humano e alimentar em áreas rurais.
66	387	Zumbi - Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas no Estado do Ceará	Ampliar as oportunidades de trabalho e renda das comunidades beneficiadas.
67	389	Construção de Cisternas de Placas (2)	Facilitar aos beneficiários o acesso a água para consumo humano.
68	390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	Garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas através da construção de quintais produtivos mantidos por cisternas de enxurrada ou barragens subterrâneas.
69	430	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandiocultura nos Territórios do Extremo Oeste e Metropolitano José de Alencar	Modernizar e fortalecer o setor da mandiocultura no Estado do Ceará, tornando-o atrativo, sustentável e competitivo, gerando trabalho e renda no meio rural.

70	434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	Garantir um volume de produção que propicie segurança alimentar e nutricional, bem como excedente comercializável, contribuindo para a superação da situação de pobreza das famílias residentes nos assentamentos dos programas de reforma agrária.
71	440	Projeto Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas	Melhorar as condições da produção agropecuária de pequenas famílias rurais, sobrevindo a exploração de forma manual para o cultivo mecanizado, acarretando aumento de área e de produção.
72	451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades	Fortalecer as capacidades da população rural e das suas lideranças para identificar priorizar e solucionar seus problemas e potencialidades, fortalecendo suas organizações e ampliando sua participação nos processos locais de decisão.
73	452	Desenvolvimento Produtivo e de capacidades - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	Aumentar a produção e a produtividade das unidades familiares ou comunitárias apoiadas tendo por base o uso sustentável dos recursos naturais.
74	457	Implantação de Cisternas de Polietileno *(Água para Todos)*	Contribuir para a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e alimentar.
75	471	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	Financiar projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial tendo como foco a inclusão produtiva, o fortalecimento da gestão social e das redes sociais de cooperação e o estímulo a uma maior articulação de políticas públicas.
76	476	Construção de Cisternas de Placas (3)	Facilitar aos beneficiários o acesso a água para consumo humano.

77	477	Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	Fortalecer a agricultura familiar e a segurança alimentar de seus beneficiários por meio de melhorias nos processos de aquisição e armazenamento dos produtos adquiridos.
78	495	Águas do Baixo Jaguaribe	Garantir renda mínima para a sobrevivência de agricultores irrigantes e minimizar de forma emergencial o consumo de água na irrigação rizícula.
79	505	Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira	Melhorar a renda dos beneficiários, qualificando-os para o fortalecimento da cadeia produtiva da caprinocultura leiteira.
4. Secretaria da Educação – SEDUC			
80	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	Garantir a aproximação com o mundo de trabalho e o exercício de atividades relacionadas às futuras profissões.
81	900	Projeto e-Jovem	Oferecer aos educandos formação em tecnologia da informação comunicação, e empreendedorismo.
82	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	Oferecer aos jovens estudantes uma formação técnica que possibilite sua inserção no mundo do trabalho.
83	1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	Contribuir para que os jovens concluam o ensino médio com qualidade

84	1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	Contribuir para a redução da pobreza da juventude cearense oportunizando condições de ingresso dos jovens em atividades que sejam dignas e viáveis economicamente, seja no ingresso no mercado formal de trabalho, seja no incentivo ao micro-empreendedorismo ou formas associativas de trabalho, no campo da economia solidária.
5. Secretaria da Cultura – SECULT			
85	68	Agentes de Leitura	Democratizar para seus beneficiários o acesso ao livro e à leitura.
6. Gabinete do Governador - GABGOV			
86	86	Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano (1)	Elevar o grau de Escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o Ensino Fundamental e que saibam ler e escrever.
87	102	Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano (2)	Elevar o grau de Escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o Ensino Fundamental e que saibam ler e escrever.
88	103	ProJovem Campo "Saberes da Terra"	Elevar o grau de Escolaridade de jovens agricultores na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o Ensino Fundamental e que saibam ler e escrever.
7. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE			
89	5	Programa Bolsa Universidade da Universidade Vale do Acaraú - UVA , na Cidade de Sobral	Viabilizar a permanência dos alunos de baixa renda na Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, por meio da concessão de estágio remunerado.
90	65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na Cidade de Sobral	Viabilizar a permanência do aluno na Universidade, tendo como pressuposto a igualdade de oportunidades e a qualificação acadêmica, beneficiando recursos financeiros mínimos destinados a sua alimentação diária.

91	75	Implantação da Residência Universitária da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, na Cidade de Sobral - Ce	Viabilizar a permanência do aluno na Universidade, tendo como pressuposto a igualdade de oportunidades, com vistas à sua qualificação acadêmica.
92	294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu, Aracatiaçu e Maciço de Baturité	Consolidar as ações do Projeto Intercaju e integrar as cadeias do caju e mel em comunidades de baixo IDH dos Vales do Curu e Aracatiaçu e Maciço de Baturité, mediante atividades que contribuam para a promoção da inclusão social produtiva, assegurando postos de trabalho, ocupação regular da mão de obra, aumento na renda e melhoria da qualidade de vida.
8. Secretaria do Esporte – SESPORTE			
93	11	Viva+	Contribuir para o processo de recuperação e conseqüente melhoria da qualidade de vida dos dependentes internos de comunidades terapêuticas da capital e região metropolitana.
6. Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas - SPD			
94	6	Ponto da Cidadania	Favorecer o cuidado com a saúde, o autocuidado e a cidadania, a partir da articulação de rede intersetorial na garantia da acessibilidade dos usuários às diversas políticas públicas e o combate às situações de violação de direitos.
95	7	Fortalecendo Minha Comunidade	Reduzir os fatores de risco e fortalecer os fatores de proteção relacionados ao uso de drogas lícitas e ilícitas.
96	12	Juventude em Ação	Prevenir o uso de drogas junto aos alunos das Escolas de Ensino Médio, de seus familiares e no entorno de suas comunidades, através de ações de cidadania e de conscientização sobre os problemas físicos, sociais e emocionais que decorrem do consumo de drogas.
97	25	Juventude do Futuro	Prevenir o uso de drogas desde a infância, trabalhando junto aos alunos das Escolas de Ensino Fundamental e seus familiares.

ANEXO 4 – Relação dos projetos de assistência à família (selecionados)

nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral	Relatório I (1º Sem.)	Relatório II (2º Sem.)
1. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS					
1	17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Circos e CIP's)	Apoiar e complementar as ações protetivas da família, possibilitando a vivência em espaços de convívio grupal e social, ampliando o universo informacional, cultural e esportivo das crianças e adolescentes, na perspectiva da formação cidadã.	X	
2	18	Projeto: Espaço Viva Gente	Atender crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, através da oferta de atividades de cultura, esporte, formação social e qualificação profissional, desenvolvendo potencialidades e o protagonismo infanto-juvenil.	X	
3	19	Famílias - Desafios e Inclusão Social	Fortalecer as potencialidades e vínculos relacionais das pessoas da família, com o acesso aos serviços socioassistenciais, benefícios e projetos sociais , visando a inserção das famílias na rede de proteção social,minimizando as situações de vulnerabilidade.	X	
4	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	Contribuir para a melhoria da qualidade do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF, executado junto às famílias vulneráveis referenciadas nos CRAS.	X	
5	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	Assegurar o acesso de pessoas com deficiência às políticas públicas.	X	
6	8 40	Criando Oportunidades - Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	Fortalecer o empreendedorismo, a criação de pequenos negócios individuais e coletivos e a inserção no mercado de trabalho formal dos beneficiários do projeto.		X
7	23	Juventude Empreendedora	Promover a formação do jovem através da capacitação técnica, do desenvolvimento de valores de responsabilidade social e da cultura empreendedora, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.		X

8	26	Artesanato Competitivo	Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social e produtiva, integrando-o a cadeia produtiva do turismo e da cultura.		X
9	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS	Fortalecer o acompanhamento especializado no âmbito da proteção social especial da Média Complexidade às famílias e indivíduos com direitos violados, que se encontram em situação de risco pessoal e social, em Fortaleza e municípios de maior incidência de casos de violação de direitos, visando garantir a proteção social e a convivência familiar e comunitária.		X
10	44	Primeiro Passo	Promover ações de qualificação social e profissional para jovens em situação de vulnerabilidade com vistas a sua inserção no mercado, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e efetivo exercício de cidadania.		X
11	71	Garantindo a Acessibilidade	Desenvolver ações de qualificação social e profissional para as pessoas com deficiência e seus familiares, bem como, pessoas que queiram se qualificar para atendimento a este público.		X
12	93	CE - Jovem Aprendizagem em Serviço	Promover a formação do jovem através da capacitação técnica, do desenvolvimento de valores, de responsabilidade social e da cultura empreendedora, possibilitando a criação do seu próprio negócio ou inserção no mercado de trabalho.		X
13	130	Fortalecimento do Artesanato do Cariri	Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social, com vistas à valorização da identidade cultural local e integração da atividade artesanal à cadeia produtiva do turismo e da cultura da região do Cariri, promovendo assim a ampliação das oportunidades de trabalho e geração de renda para os artesãos da região.		X

2. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA					
14	5	Agente Rural	Aumentar a renda e a ocupação dos agricultores familiares beneficiados, pelo incremento da rentabilidade dos seus empreendimentos.	X	X
	50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	Contribuir para a segurança alimentar e nutricional e ampliação da renda da população beneficiada.		X
	183	Fortalecimento das Ações de ATER no Estado do Ceará	Promover a elevação da produção e da produtividade de agricultores familiares, residentes em 71 municípios do Estado do Ceará.		X
15	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	Promover o desenvolvimento econômico, socioambiental e solidário dos assentamentos estaduais estruturando seus processos de produção e garantindo a segurança alimentar e nutricional às famílias assentadas.	X	
16	55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	Fortalecer a cadeia produtiva do leite com a garantia de preço fixo do produto, proporcionando renda ao agricultor familiar e ao mesmo tempo que combater a vulnerabilidade social e a insegurança alimentar.	X	
17	112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA)	Fortalecer a agricultura familiar através da geração de renda no campo e aquisição da produção dos agricultores (as) familiares e garantir o direito humano à alimentação por meio da doação dos produtos adquiridos para entidades socioassistenciais locais.	X	X
	477	Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	Fortalecer a agricultura familiar e a segurança alimentar de seus beneficiários por meio de melhorias nos processos de aquisição e armazenamento dos produtos adquiridos.		X

18	340	São José III - Componente 1 - Inclusão Econômica - Implantação de Projetos Produtivos.	Promover o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará com ações voltadas para a consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico, ambiental e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais.		X
	341	São José III - Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	Contribuir para a universalização do direito à água potável e o esgotamento sanitário, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do Estado.		X
19	353	Construção de Cisternas de Placas (1)	Facilitar aos beneficiários o acesso a água para consumo humano.		X
	389	Construção de Cisternas de Placas (2)			X
	476	Construção de Cisternas de Placas (3)		X	X
20	365	Quintais Produtivos mantidos por Cisternas de Enxurrada e Barragens Subterrâneas (1)	Garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas através da construção de quintais produtivos mantidos por cisternas de enxurrada ou barragens subterrâneas.		X
	390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)			X
21	385	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água no âmbito do Programa Água para Todos	Contribuir para a universalização do acesso à água para consumo humano e alimentar em áreas rurais.		X
22	440	Projeto Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas	Melhorar as condições da produção agropecuária de pequenas famílias rurais, sobrevindo a exploração de forma manual para o cultivo mecanizado, acarretando aumento de área e de produção.		X

23	451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades	Fortalecer as capacidades da população rural e das suas lideranças para identificar priorizar e solucionar seus problemas e potencialidades, fortalecendo suas organizações e ampliando sua participação nos processos locais de decisão.	X	
	452	Desenvolvimento Produtivo e de capacidades - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	Aumentar a produção e a produtividade das unidades familiares ou comunitárias apoiadas tendo por base o uso sustentável dos recursos naturais.	X	
3. Secretaria da Educação – SEDUC					
24	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	Garantir a aproximação com o mundo de trabalho e o exercício de atividades relacionadas às futuras profissões.	X	
	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	Oferecer aos jovens estudantes uma formação técnica que possibilite sua inserção no mundo do trabalho.	X	
	1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	Contribuir para a redução da pobreza da juventude cearense oportunizando condições de ingresso dos jovens em atividades que sejam dignas e viáveis economicamente, seja no ingresso no mercado formal de trabalho, seja no incentivo ao microempreendedorismo ou formas associativas de trabalho, no campo da economia solidária.	X	
25	900	Projeto e-Jovem	Oferecer aos educandos formação em tecnologia da informação comunicação, e empreendedorismo.	X	
26	1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	Contribuir para que os jovens concluam o ensino médio com qual	X	

4. Secretaria das Cidades – SCIDADES					
27	1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho.		X
	2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e II - PAC I)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho.		X
	3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Cocó em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Cocó.		X
	1378	Dendê (Ações Habitacionais)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside em condições precárias na Comunidade do Dendê e em situação de risco nas áreas de preservação do mangue do Rio Cocó, na área de intervenção do projeto.		X
	1465	Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda	Viabilizar o benefício de aluguel social para famílias que habitam locais que estão sendo objeto de intervenções e que serão posteriormente reassentadas.		X
	1516	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Cocó.		X
28	2042	Inclusão Social e Produtiva de Catadores	Promover a inclusão social e produtiva de catadores/as de materiais reutilizáveis e recicláveis apoiando a estruturação das organizações associativas auto-sustentáveis e formação das pessoas que serão envolvidas no processo, estimulando a geração de trabalho e renda.		X
29	2224	Habitação Rural - PNHR	Diminuir o déficit habitacional quantitativo e qualitativo da zona rural do Estado do Ceará como estratégia de inclusão social e de combate a pobreza.		X

* Nº de marcos lógicos elaborados: 29; Nº de projetos envolvidos: 44